UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
DOUTORADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

MAURÍCIO JOSÉ MORAIS COSTA

A BIBLIOTECA PÚBLICA BENEDITO LEITE E SUAS REPRESENTAÇÕES EM SÃO LUÍS, MA: as tecituras interculturais das bibliotecas públicas na composição de referenciais identitários e suas interfaces com a memória e o patrimônio cultural

João Pessoa
2026

MAURÍCIO JOSÉ MORAIS COSTA

A BIBLIOTECA PÚBLICA BENEDITO LEITE E SUAS REPRESENTAÇÕES EM SÃO LUÍS, MA: as tecituras interculturais das bibliotecas públicas na composição de referenciais identitários e suas interfaces com a memória e o patrimônio cultural

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba visando a obtenção do grau de Doutor em Ciência da Informação.

Linha de Pesquisa: Organização, Representação e Tecnologias da Informação

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Maria Cleide Rodrigues Bernardino.

João Pessoa

2026

Catalogação na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

C838b Costa, Maurício José Morais.
A biblioteca pública Benedito Leite e suas representações em São Luís, MA: as tecituras interculturais das bibliotecas públicas na composição de referenciais identitários e suas interfaces com a memória e o patrimônio cultural / Maurício José Morais Costa. - João Pessoa, 2026.
496 f. : il.

Orientação: Maria Cleide Rodrigues Bernardino.
Tese (Doutorado) - UFPB/CCSA.

1. Bibliotecas públicas. 2. Bibliotecas públicas interculturais. 3. Referenciais identitários. 4. Memória ludovicense. 5. Patrimônio maranhense. 6. Biblioteca pública Benedito Leite. I. Bernardino, Maria Cleide Rodrigues. II. Título.

UFPB/BC CDU 027.4:930.85(812.1)

Elaborado por JONISMAR KENDYS DA SILVA LEAO - CRB-4/2332

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

ATA DE DEFESA DE TESE

Defesa nº 139

Ata da Sessão Pública de Defesa de Tese do(a) Doutorando(a) **MAURÍCIO JOSÉ MORAIS COSTA** como requisito para obtenção do grau de Doutor(a) em Ciência da Informação, Área de Concentração em Informação, Conhecimento e Sociedade e com Linha de pesquisa em organização, representação, e tecnologias da informação.

No décimo sexto dia do mês de março de dois mil e vinte e seis (16/03/2026), das quatorze horas e trinta minutos às dezessete horas e quinze minutos, de forma remota na sala de videoconferência do *Google Meet*, a banca examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação para avaliar o(a) candidato(a) ao Grau de Doutor(a) em Ciência da Informação na Área de Concentração Informação, Conhecimento e Sociedade, o(a) doutorando(a) **MAURÍCIO JOSÉ MORAIS COSTA**. A defesa ocorreu de forma remota, por meio do link: https://meet.google.com/oop-qckv-pcn?authuser=0**.** A banca examinadora foi composta pelos (as) professores(as): Dra. Maria Cleide Rodrigues Bernardino – PPGCI/UFPB (Presidente/Orientador), Dra. Gracy Kelli Martins Gonçalves – PPGCI/UFPB (Examinadora interna), Dra. Izabel França de Lima – PPGCI/UFPB (Examinadora interna), Dra. Natália Duque Cardona – Universidad de Antioquía, Colômbia (Examinadora externa), Dr. Kláutenys Dellene Guedes Cutrim - UFMA (Examinador externo), Dr. Henry Pônio Cruz de Oliveira – PPGCI/UFPB (Suplente Interno) e Dra. Priscilla Régis Cunha de Queiroz - UFCA (Suplente externa). Dando início aos trabalhos, o(a) Professor(a) Dr(a). Maria Cleide Rodrigues Bernardino, Presidente(a) da Banca Examinadora, explicou aos presentes a finalidade da sessão e passou a palavra ao(à) discente para que fizesse oralmente a apresentação do trabalho de tese intitulado: "**A Biblioteca Pública Benedito Leite e suas representações em São Luís, MA: as tecituras interculturais das bibliotecas públicas na composição de referenciais identitários e suas interfaces com a memória e o patrimônio cultural".** Após a apresentação, o(a) doutorando(a) foi arguido(a) na forma regimental pelos examinadores. Respondidas todas as

arguições, o(a) Professor(a) Dr.(a) Maria Cleide Rodrigues Bernardino, Presidente(a) da Banca Examinadora, acatou todas as observações da banca e procedeu para o julgamento do trabalho, concluindo por atribuir-lhe o conceito:

(X)Aprovado ( )Insuficiente ( )Reprovado.

Observações da Banca:
A banca examinadora atribuiu o conceito de aprovado e em razão da qualidade teórica, metodológica e da relevância científica da pesquisa, indicou Tese ao Prêmio de Teses da ANCIB/CNPq/UFPB.

Proclamados os resultados e encerrados os trabalhos, eu, Professor(a) Dr.(a). Maria Cleide Rodrigues Bernardino, Presidente da Banca Examinadora, lavrei a presente ata que segue assinada por mim e pelos(as) participantes da banca, juntamente com os pareceres de avaliação da tese e da defesa de tese do(a) doutorando(a), devidamente assinados por seus respectivos avaliadores e em formato digital.

João Pessoa, 16 de março de 2026.

gov.br Documento assinado digitalmente
MARIA CLEIDE RODRIGUES BERNARDINO
Data: 25/03/2026 09:59:58-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Dra. Maria Cleide Rodrigues Bernardino
Presidente/ Orientador (a) – PPGCI/UFPB

gov.br Documento assinado digitalmente
GRACY KELLI MARTINS GONCALVES
Data: 25/03/2026 12:13:47-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Dra. Gracy Kelli Martins Gonçalves
Examinador (a) Interno (a) – PPGCI/UFPB

gov.br Documento assinado digitalmente
IZABEL FRANCA DE LIMA
Data: 25/03/2026 10:22:09-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Dra. Izabel França de Lima
Examinador(a) Interno(a) – PPGCI/UFPB

[redacted]

Dra. Natália Duque Cardona
Examinador (a) Externo (a) – Universidad de Antioquía, Colômbia

gov.br Documento assinado digitalmente
KLAUTENYS DELLENE GUEDES CUTRIM
Data: 25/03/2026 07:47:13-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Dr. Kláutenys Dellene Guedes Cutrim
Examinador (a) Externo(a) – UFMA

Dr. Henry Pônio Cruz de Oliveira
Suplente Interno(a) –PPGCI/UFPB

Dra. Priscilla Régis Cunha de Queiroz
Suplente Externo (a) – UFCA

gov.br Documento assinado digitalmente
MAURICIO JOSE MORAIS COSTA
Data: 24/03/2026 22:20:41-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Maurício José Morais Costa
Doutorando(a)

Dedico esta tese à minha mãe, Maria da Conceição Morais, a meu pai, Bernardo Costa, a meu filho de coração, Arthur Costa, e a meu irmão, Marcelo Morais.

AGRADECIMENTOS

Nenhum sonho é vivido sozinho; ele é compartilhado com várias pessoas. Nestas poucas linhas, registro meus agradecimentos a todas as pessoas que estiveram presentes e me acompanharam nessa trajetória.

Agradeço a Deus por ter permitido que eu alcançasse esse sonho, pela luz em meus caminhos e por tudo o que foi proporcionado para que eu chegasse a este momento.

Agradeço à minha mãe, Maria da Conceição; ao meu pai, Bernardo; ao meu sobrinho e filho de coração, Arthur; e aos meus irmãos, Marcelo e Carlos Augusto. São essas pessoas que me apoiam, ajudam, incentivam e torcem por mim, além de me darem energia para lutar por uma vida melhor.

A vida em João Pessoa foi especial pela convivência com Bruno Luce, amigo e irmão de orientação. Agradeço a parceria em terras paraibanas, longe da família, assistindo às aulas, indo à praia todos os dias, desbravando a Praia do Jacaré e o famoso Bolero de Ravel.

Este sonho toma forma com a presença da professora Maria Cleide Rodrigues Bernardino, orientadora, amiga, dona de características únicas e especiais. Fui muito privilegiado por poder partilhar com ela risos, desafios, conversas, publicações e reconhecimentos que jamais esquecerei. Professora Cleide, obrigado por me acompanhar nesse sonho.

O Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFPB me trouxe pessoas incríveis, com quem construí grande amizade: Ítalo Teixeira, Vanessa Alves, Nayra Bertoleza e Vitor Hugo. Nossas andanças nos ENANCIBs e as boas lembranças fortalecem esses encontros.

Agradeço às professoras que compõem a banca examinadora, professoras Izabel França, Gracy Kelli Martins, Natalia Duque Cardona e Kláutenys Cutrim, que generosamente contribuíram com seus conhecimentos para que este trabalho alcançasse bons resultados e ressoe em todos os lugares onde a informação é capaz de chegar, onde vidas se transformam com as bibliotecas e cujos laços interculturais oportunizam novos interlocutores, sentidos, representações e leituras no Sul Global.

Sou grato a todo o corpo de professores e professoras, em especial ao professor Edvaldo Alves e às professoras Gisele Rocha Côrtes e Bernardina Freire, com os quais convivi e pude crescer profissional e pessoalmente.

Tenho amigos muito queridos que celebram comigo esta conquista!

Agradeço ao meu amigo João Batista Bottentuit, a quem tenho grande apreço e admiração. Sou grato por todas as oportunidades, conselhos, mentorias, incentivos, parcerias e por me permitir conviver com a sua família.

Agradeço ao meu amigo de vida Jarbas Campelo, pela escuta, partilhas, celebrações e convivência, tanto no ambiente de trabalho quanto fora dele.

Compartilho este momento com os amigos que fiz no Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da UFMA: Donny dos Santos, Mizraim Mesquita, Bruna Castelo Branco, Danielle Fernandes, Lidiane Collares, professoras Conceição Belfort e Mônica Sousa e demais docentes.

Aos professores do Departamento de Biblioteconomia da UFMA, em especial a Valdirene Pereira, com quem aprendi a pesquisar e a sorrir sempre, independentemente de onde estejamos. Estendo os agradecimentos à professora Dirlene Barros, Cláudia Pecegueiro, Mary Ferreira e Raimunda Marinho.

Minha casa tem uma extensão no Centro Universitário UNDB, onde passo grande parte dos meus dias com amigos queridos, que acreditaram em mim antes mesmo de me conhecerem. Agradeço a Fabio Carvalho, pela oportunidade em 2019 e por me permitir conviver com sua esposa, Ramylla Santos, e Augusto Carvalho; a Graciana Cordeiro, pelos risos, ensinamentos e por me incentivar a entregar tudo com excelência, acima do que as pessoas esperam; e a Daniel Brandão, pela habilidade de inovar e fazer entregas qualificadas.

Agradeço ao Grupo Dom Bosco, à Reitoria e à Diretoria, por apoiarem a realização deste sonho e me incentivarem a crescer enquanto professor, pesquisador e profissional de tecnologia educacional, metodologias e aprendizagem ativa no ensino superior.

Agradeço o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), cujos recursos públicos fazem com que a ciência brasileira salve vidas e transforme realidades em um território marcado pelas desigualdades.

Agradeço à Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI).

A todos que contribuíram direta e indiretamente para a realização deste sonho, o meu muito obrigado!

“A biblioteca pública é um ponto vivo, um centro de produção cultural e científica que te acolhe, te impulsiona e te dá permissão para criar”
(Participante da pesquisa, 2025).

RESUMO

A Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL) consolidou-se como um dos principais aparelhos culturais do Maranhão ao preservar acervos e práticas que articulam memória, patrimônio e identidade nas trajetórias de seus usuários. Esta tese teve como objetivo investigar de que modo a Biblioteca Pública Benedito Leite se constitui como espaço de construção de representações identitárias nas trajetórias de vida de seus frequentadores, considerando suas articulações com a memória e o patrimônio cultural em São Luís do Maranhão. Adotou-se uma perspectiva compreensivo-interpretativa, orientada por bases reflexivas voltadas à apreensão dos significados subjetivos da ação humana e ao esclarecimento das razões pelas quais determinadas relações socioculturais se estruturam e se manifestam de modo específico. A pesquisa assumiu caráter descritivo e explicativo, fundamentou-se em pesquisa bibliográfica e documental e utilizou a História Oral como suporte para compreensão das vivências dos participantes. O estudo foi realizado na BPBL entre março e junho de 2025, período em que ocorreu a observação sistemática não participante em setores como Obras Raras, Salão de Referência, Obras Técnicas, Telecentro, Biblioteca Infantil e Salas de Estudo. A seleção da amostra deu-se de forma intencional, guiada pela saturação teórica, envolvendo 15 participantes distribuídos entre estudantes, professores e usuários frequentes. A coleta de dados compreendeu observação registrada em diário de bordo e entrevistas semiestruturadas, previamente testadas, conduzidas na própria biblioteca mediante consentimento, gravadas e transcritas com auxílio de software. A análise baseou-se na técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), permitindo a construção de discursos-síntese a partir de Ideias Centrais, Expressões-Chave e Ancoragens. Os resultados demonstraram que as trajetórias de leitura e o vínculo com a biblioteca são marcados por acessos tardios, experiências fragmentadas e forte influência das condições socioculturais, revelando que a construção identitária associada à leitura é inseparável dos processos de memória e das interações com os espaços culturais da cidade. As narrativas indicaram que a BPBL é percebida como território simbólico de pertencimento, iniciação cultural, refúgio intelectual, apoio acadêmico e democratização da informação, desempenhando papel estruturante nas trajetórias pessoais ao estimular vocações, favorecer a criatividade e consolidar memórias afetivas ao longo da vida. Os resultados evidenciaram também que a materialidade do prédio, seu acervo e sua historicidade reforçam a imagem de guardiã da identidade ludovicense, associada a representações como “templo cultural” e símbolo da “Atenas Brasileira”. Contudo, emergiram tensões relativas à monumentalidade arquitetônica, ao eurocentrismo das narrativas autorizadas e às barreiras simbólicas que limitam o sentimento de pertencimento de alguns grupos, configurando a biblioteca como patrimônio simultaneamente celebrado e dissonante. As análises revelaram ainda a importância das práticas de mediação da informação, das relações de sociabilidade e dos usos cotidianos da BPBL na produção de vínculos, reconhecimentos e disputas de sentido. Conclui-se que a BPBL atua como ecologia simbólica viva, na qual memória e identidade são continuamente negociadas, constituindo-se como patrimônio ativo e dinâmico, decisivo para a formação dos sujeitos e para a coesão sociocultural da coletividade.

Palavras-chave: bibliotecas públicas; bibliotecas públicas interculturais; referenciais identitários; memória ludovicense; patrimônio maranhense; Biblioteca Pública Benedito Leite.

ABSTRACT

The Benedito Leite Public Library (BPBL) has consolidated itself as one of the principal cultural institutions in the state of Maranhão by preserving collections and practices that articulate memory, heritage, and identity throughout the life trajectories of its users. This thesis aimed to investigate how the Benedito Leite Public Library constitutes a space for the construction of identity representations in the life trajectories of its users, considering its connections with memory and cultural heritage in São Luís, Maranhão. A comprehensive-interpretive perspective was adopted, guided by reflective foundations oriented toward apprehending the subjective meanings of human action and clarifying the reasons why certain sociocultural relationships are structured and manifested in specific ways. The research assumed both descriptive and explanatory character, was grounded in bibliographic and documentary research, and employed Oral History as a means of understanding the participants' lived experiences. The study was conducted at the BPBL between March and June 2025, during which time systematic non-participant observation was carried out in sectors such as Rare Works, the Reference Hall, Technical Works, the Telecenter, the Children's Library, and Study Rooms. The sample was selected intentionally, guided by theoretical saturation, and involved 15 participants, including students, teachers, and frequent users. Data collection comprised observations recorded in a field journal and semi-structured interviews, previously piloted, conducted within the library upon consent, and recorded and transcribed with the aid of software. The analysis was based on the Collective Subject Discourse (CSD) technique, allowing for the construction of synthesis discourses from Central Ideas, Key Expressions, and Anchors. The results demonstrated that reading trajectories and the bond with the library are marked by late access, fragmented experiences, and the strong influence of sociocultural conditions, revealing that identity construction associated with reading is inseparable from memory processes and from interactions with the city's cultural spaces. The narratives indicated that the BPBL is perceived as a symbolic territory of belonging, cultural initiation, intellectual refuge, academic support, and democratization of information, playing a structuring role in personal trajectories by fostering vocations, encouraging creativity, and consolidating affective memories throughout life. The results also showed that the materiality of the building, its collection, and its historicity reinforce its image as guardian of São Luís identity, associated with representations such as a "cultural temple" and a symbol of the "Brazilian Athens." Nevertheless, tensions emerged regarding architectural monumentality, the Eurocentrism of authorized narratives, and the symbolic barriers that limit the sense of belonging among certain groups, configuring the library as a form of heritage that is simultaneously celebrated and dissonant. The analyses further revealed the importance of information mediation practices, relations of sociability, and the everyday uses of the BPBL in the production of bonds, recognition, and disputes over meaning. It is concluded that the BPBL operates as a living symbolic ecology in which memory and identity are continuously negotiated, constituting itself as active and dynamic heritage, decisive both for the formation of subjects and for the sociocultural cohesion of the collective.

Keywords: public libraries; intercultural public libraries; identity references; São Luís memory; Maranhão heritage; Benedito Leite Public Library

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Processo de definição da amostragem por saturação teórica..... 35
Figura 2 – Elementos do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC)..... 42
Figura 3 – Etapas da Pesquisa..... 42
Figura 4 – Avanços identificados no Manifesto da IFLA/UNESCO de 2022 67
Figura 5 – Marcos da historiografia da Ciência da Informação 86
Figura 6 – Paradigmas da Ciência da Informação..... 88
Figura 7 – Abordagens do Paradigma Cognitivo 91
Figura 8 – Largo do Carmo, onde fica situado o Convento e Igreja do Carmo, São Luís, 1908 123
Figura 9 – Extrato de O Farol do Maranhão, n. 294, de 03 de maio de 1831 124
Figura 10 – Catedral Metropolitana, Igreja da Sé, São Luís [1908]..... 133
Figura 11 – Prédio da Academia Maranhense de Letras (AML) enquanto abrigava a Biblioteca Pública (esquerda - registro de 1908 e direita - cartão postal de 1918) . 137
Figura 12 – Antônio Francisco Leal Lôbo (1870-1916)..... 137
Figura 13 – Alfredo de Assis Castro (1881-1977)..... 139
Figura 14 – Benedito Pereira Leite (1857-1909)..... 140
Figura 15 – 5º Batalhão de Infantaria Federal (1908) e Construção da BPBL no Campo do Ourique, São Luís, 1951 141
Figura 16 – Construção da BPBL no centro de São Luís, 1950 142
Figura 17 – BPBL no centro de São Luís e Partenon de Atenas – Grécia. 143
Figura 18 – Fachada da BPBL no centro de São Luís 145
Figura 19 – Vista da BPBL no Complexo Deodoro, São Luís 146
Figura 20 – Vista da BPBL no Complexo Deodoro, São Luís 147
Figura 21 – Serviços estruturantes da BPBL..... 150
Figura 22 – Biblioteca Infantil e Juvenil Viriato Corrêa 153
Figura 23 – Biblioteca do Bebê na Biblioteca Benedito Leite. 154
Figura 24 – Características da memória cultural 176
Figura 25 – Evolução das políticas do patrimônio no Brasil (1920-1934)..... 205
Figura 26 – Evolução das políticas do patrimônio no Brasil (1937-1946)..... 210
Figura 27 – Evolução das políticas do patrimônio no Brasil (1946-1970)..... 212
Figura 28 – Evolução das políticas do patrimônio no Brasil (1972-2003)..... 213
Figura 29 – Praça do Pantheon e fachada da BPBL 242

Figura 30 – Movimento grevista de professores em frente à BPBL 295
Figura 31 – Busto de Maria Firmina dos Reis, Praça do Pantheon, São Luís..... 296

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Caracterização dos participantes da pesquisa 33
Quadro 2 – Distribuição da saturação teórica obtida por meio da repetição das ideias centrais (IC) proeminentes e padrões recorrentes nas falas dos entrevistados 36
Quadro 3 – Parâmetros para Cálculo da Intensidade 43
Quadro 4 – Critérios Adaptados para Cálculo da Amplitude 44
Quadro 5 – Concepções de Biblioteca Pública nos Paradigmas da Ciência da Informação 97
Quadro 6 – Detalhamento do acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite. 148
Quadro 7 - Concepções de Identidade segundo Stuart Hall 188
Quadro 8 – Distribuição dos participantes segundo as IC da Q1(IAD1) 244
Quadro 9 – Discursos do Sujeito Coletivo segundo as IC da Q1 (IAD 2) 244
Quadro 10 – Distribuição dos participantes segundo as IC da Q2 (IAD1) 248
Quadro 11 – Discursos do Sujeito Coletivo segundo as IC da Q2 (IAD 2) 249
Quadro 12 – Distribuição dos participantes segundo as IC da Q3 (IAD1) 253
Quadro 13 – Discursos do Sujeito Coletivo segundo as IC da Q3 (IAD 2) 254
Quadro 14 – Distribuição dos participantes segundo as IC da Q4 (IAD1) 261
Quadro 15 – Discursos do Sujeito Coletivo segundo as IC da Q4 (IAD 2) 262
Quadro 16 – Distribuição dos participantes segundo as IC da Q5 (IAD1) 265
Quadro 17 – Discursos do Sujeito Coletivo segundo as IC da Q5 (IAD 2) 266
Quadro 18 – Distribuição dos participantes segundo as IC da Q7 (IAD1) 274
Quadro 19 – Discursos do Sujeito Coletivo segundo as IC da Q7 (IAD 2) 276
Quadro 20 – Distribuição dos participantes segundo as IC da Q8 (IAD1) 283
Quadro 21 – Discursos do Sujeito Coletivo segundo as IC da Q8 (IAD 2) 284
Quadro 22 – Síntese das categorias Macro sobre memória, espaço e vivências na BPBL (IAD1) 290
Quadro 23 – Discursos do Sujeito Coletivo segundo as IC das Q9 e Q11 (IAD 2) . 292
Quadro 24 – Síntese da categoria “A BPBL como instituição de caráter formativo e de produção cultural” e “A BPBL como espaço afetivo, de pertencimento e relações” (IAD1) 305
Quadro 25 – Síntese da categoria “A BPBL como guardiã da memória, do patrimônio e da identidade” (IAD1) 306

Quadro 26 – Síntese da categoria “Os desafios, limitações, idealizações e subutilizações da BPBL” (IAD1)..... 307
Quadro 27 – A BPBL como instituição de caráter formativo e de produção cultural 308
Quadro 28 – O Lugar da BPBL como guardiã da memória, do patrimônio e da identidade 314
Quadro 29 – A BPBL como espaço afetivo, de pertencimento e relações 331
Quadro 30 – Os desafios, limitações, idealizações e subutilizações da BPBL 335

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABECIN	Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação
AC	Ancoragens
AHD	Authorized Heritage Discourse
ANCIB	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
BPB	Biblioteca Pública da Bahia
BPBL	Biblioteca Pública Benedito Leite
CEP	Conselho de Ética em Pesquisa
CI	Ciência da Informação
CNS	Conselho Nacional de Saúde
DAP	Discurso Autorizado de Patrimônio
DPHAN	Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
DSC	Discurso do Sujeito Coletivo
ECH	Expressões-Chave
EDA	Escritório de Direitos Autorais
FBN	Fundação Biblioteca Nacional
FEBAB	Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições
GI	Gestão da Informação
HO	História Oral
IC	Ideias Centrais
IFLA	Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IIB	Instituto Internacional de Bibliografia
IIS	Institute of Information Scientists
ILM	Instituto Literário Maranhense
IMN	Inspetoria de Monumentos Nacionais
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LLLB	Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PMLL	Plano Municipal do Livro e Leitura

RBU	Repertório Bibliográfico Universal
SEBP-MA	Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Maranhão
SECMA	Secretaria de Estado da Cultura
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....18
2 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA.....26
2.1 TIPO DE PESQUISA.....26
2.2 LOCAL DA PESQUISA.....29
2.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA.....29
2.3.1 Amostragem por Saturação Teórica.....34
2.4 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS.....38
2.4.1 Aspectos éticos da Pesquisa.....39
2.5 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS.....40
3 BIBLIOTECAS PÚBLICAS.....45
3.1 A DINÂMICA DAS BIBLIOTECAS NA HISTÓRIA.....45
3.2 A EMERGÊNCIA DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS.....51
4 AS BIBLIOTECAS PÚBLICAS E OS PARADIGMAS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: UMA PROPOSTA DE CONCEITO À LUZ DO PARADIGMA INTERCULTURAL ANTICOLONIAL.....72
4.1 AS BIBLIOTECAS PÚBLICAS À LUZ DO PARADIGMA INTERCULTURAL ANTICOLONIAL.....100
5 BIBLIOTECA PÚBLICA BENEDITO LEITE: DOS DESLOCAMENTOS DO MARANHÃO PROVINCIAL AO PANTHEON DA CULTURA, IDENTIDADE E PATRIMÔNIO DE SÃO LUÍS.....117
5.1 A INFORMAÇÃO MEDIADA PELA BIBLIOTECA PÚBLICA BENEDITO LEITE EM SÃO LUÍS.....144
6 AS RELAÇÕES ENTRE MEMÓRIA E IDENTIDADE: SENTIDOS, REMEMORAÇÕES E REFERENCIAIS IDENTITÁRIOS EM BIBLIOTECAS PÚBLICAS.....155
6.1 MEMÓRIA(S): DOS FUNDAMENTOS ÀS PRÁTICAS REMEMORATIVAS.....155
6.2 IDENTIDADE(S): DEFINIÇÕES E REFERENCIAIS IDENTITÁRIOS.....183
7 AS MÚLTIPLAS FACES DO PATRIMÔNIO: PERCURSO, DISCURSO AUTORIZADO, PROCESSOS E DISSONÂNCIAS SOCIAIS.....201
7.1 O PERCURSO DA CONSTITUIÇÃO DO PATRIMÔNIO NO BRASIL.....201
7.2 DO DISCURSO AUTORIZADO DE PATRIMÔNIO AO PATRIMÔNIO COMO PERFORMANCE E INTANGIBILIDADE.....215

7.3 DO PATRIMÔNIO BIBLIOGRÁFICO AOS PATRIMÔNIOS DISSONANTES ... 230
8 A BIBLIOTECA PÚBLICA BENEDITO LEITE E SUAS REPRESENTAÇÕES EM SÃO LUÍS DO MARANHÃO: TECITURAS INTERCULTURAIS EM TORNO DA IDENTIDADE, DA MEMÓRIA E DO PATRIMÔNIO NA FALA DA COLETIVIDADE 242
8.1 QUADROS DE VIDA, LEITURA E RELAÇÕES COM OS ESPAÇOS DAS BIBLIOTECAS 243
8.2 PRIMEIROS CONTATOS E EXPERIÊNCIAS NO ESPAÇO DA BIBLIOTECA PÚBLICA..... 260
8.3 MEMÓRIA, IDENTIDADE E PATRIMÔNIO CULTURAL NO CONTEXTO DA INSTITUIÇÃO 283
8.4 REPRESENTAÇÕES, RELAÇÕES E SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS À BIBLIOTECA PÚBLICA BENEDITO LEITE E SUAS INTERFACES COM A MEMÓRIA, A IDENTIDADE E O PATRIMÔNIO..... 303
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS 346
REFERÊNCIAS 357
APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA 403
APÊNDICE B – ESPELHO DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) 404
APÊNDICE C – INSTRUMENTO DE OBSERVAÇÃO SISTEMÁTICA NÃO-PARTICIPANTE 407
APÊNDICE D – BREVE BIOGRAFIA DOS PARTICIPANTES DO ESTUDO 408
APÊNDICE E - INSTRUMENTO DE ANÁLISE DO DISCURSO – IAD 1 412
ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP 493

1 INTRODUÇÃO

> *Tem uma menina que veio aqui e começou a tremer. Uma escritora, que tem quatro filhos; o do meio acho que já está até grandão. Ela veio aqui, ficou lendo, e eu fui conversar com ela. Ela se tremia todinha. Aí eu disse: 'Sim, mas o que foi?'. Ela respondeu: 'Estou tão nervosa porque essa biblioteca foi tão importante para mim. Se hoje eu sou quem eu sou...'. Ela mora no Rio de Janeiro, já fez doutorado, e continuou: 'Eu devo a essa biblioteca'. Ela disse que, quando lembrou dos livros que pegava, foi procurar um e encontrou, ainda na época da ficha, um livro que ela tinha lido, inclusive com a assinatura dela. Ela estudava numa dessas escolas públicas daqui e, quando saía de lá, vinha pra cá. O pai dela ficava louco procurando, e ela estava na biblioteca, lendo (Nascimento, 2019).*

A força simbólica expressa no relato acima evidencia como a Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL) atravessa trajetórias pessoais e se inscreve nas memórias de seus frequentadores. Esse tipo de depoimento motivou a continuidade das investigações iniciadas no Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão, cujo estudo anterior buscou compreender as contribuições dos serviços educativos da BPBL para a preservação da memória do Estado do Maranhão.

Durante aquela pesquisa, tornou-se evidente, pelas narrativas coletadas, que a vida de muitos sujeitos estava vinculada a Benedito Leite, que lhes servia como espaço de formação, pertencimento e amparo simbólico. Dessa constatação emergiu o interesse em investigar de modo mais aprofundado como a instituição se fez e se faz presente na história do Maranhão e, sobretudo, na experiência de cidadãos ludovicenses e maranhenses. Assim, esta pesquisa tem sua motivação centrada na compreensão dos sentidos produzidos pelos usuários, de suas representações, seus referenciais identitários, das rememorações e evocações mnêmicas suscitadas pela convivência com a biblioteca.

As bibliotecas públicas ultrapassam a função de simples guardiãs de livros ou espaços dedicados à leitura, educação, preservação da memória e convivência social. Elas também participam da construção de referenciais identitários. Essa compreensão dialoga com Certeau (1994), ao afirmar que as práticas culturais podem ser entendidas como manifestações simbólicas produzidas por indivíduos ou grupos para interpretar o mundo que os cerca. Esse entendimento permite compreender que a formação das bibliotecas públicas se inscreve em processos históricos e sociais mais amplos, como se observa no caso da Biblioteca Pública Benedito Leite.

A criação da Biblioteca Pública Benedito Leite ocorreu em um momento de intensas discussões sobre instrução pública e modernização social no Maranhão. Após a Independência, crescia entre os grupos letrados a preocupação com o atraso educacional da província e com a necessidade de constituir espaços que ampliassem o acesso ao conhecimento.

Foi nesse contexto que, em 08 de junho de 1826, Antônio Pedro da Costa Ferreira apresentou ao Conselho Geral da Província um projeto defendendo a criação de uma biblioteca pública, lamentando que poucos recursos fossem destinados à educação e à compra de livros. Sua proposta expressava as inquietações de uma elite intelectual que buscava inserir o Maranhão nos debates culturais e políticos do período, estimulando práticas de leitura e organização do acervo literário local (Braga, 2013; Castro, 2006).

A consolidação da biblioteca, entretanto, não ocorreu de imediato. Somente em 1829, na gestão de Cândido José Araújo Viana, o projeto ganhou novo impulso, embora enfrentasse limitações financeiras impostas pelo governo imperial. Com o indeferimento dos recursos solicitados, recorreu-se a uma subscrição popular e voluntária, articulada por membros influentes da sociedade, e reforçada pela divulgação no *Pharol Maranhense*, por meio de José Cândido de Moraes, que incentivou maior adesão ao projeto. Esse movimento demonstra como a criação da Biblioteca Pública Provincial se vinculou a esforços sociais e políticos que visavam fortalecer a educação e a identidade cultural maranhense (Braga, 2013; Castro, 2006).

Braga (2013) observa que a expansão das tipografias, o surgimento de novos periódicos e os investimentos em educação foram decisivos para instaurar transformações culturais significativas no Maranhão. Paralelamente, registrou-se o crescimento do mercado livreiro, impulsionado pela demanda crescente por publicações, fruto do dinamismo tipográfico local. Ainda no século XIX, a proposta de criação da Biblioteca Provincial, apresentada por Costa Ferreira – mais tarde Barão de Pindaré – marca o início formal da instituição, embora sua efetiva instalação enfrentasse dificuldades financeiras mesmo após a aprovação oficial (Maranhão, 2016).

A trajetória inicial da biblioteca foi marcada por instabilidades. Seu primeiro endereço foi o Convento do Carmo, sob responsabilidade de Antônio Bernardo da Encarnação e Silva, reconhecido como o primeiro bibliotecário público (Braga, 2013). Em 1850, apesar de não ser um local adequado, conforme aponta Castro (2006), a

biblioteca foi transferida para um anexo do Colégio Liceu Maranhense. Em 1866, mudou-se novamente, desta vez para o prédio do Instituto Literário Maranhense, extinto em 1872.

Longos períodos de abandono sucederam essas mudanças, até que o projeto apresentado por Benedito Leite, em 1895, revitalizou a instituição, permitindo seu reestabelecimento em 1898, sob a direção de Antônio Lobo. Braga (2013) registra um novo declínio entre 1914 e 1927, com retomada expressiva apenas em 1958, quando passou a ser oficialmente denominada “Biblioteca Pública Benedito Leite”, nome que conserva até hoje.

Atualmente, a sede da BPBL encontra-se na Praça Deodoro, no centro de São Luís, onde continua desempenhando papel fundamental na preservação da memória, na promoção da leitura e no acesso ao patrimônio cultural maranhense. Sua localização estratégica integra a instituição ao Complexo Deodoro, área que passou por um amplo processo de revitalização e que reúne importantes equipamentos culturais, educacionais e arquitetônicos da cidade.

Antes de sua reinauguração, o Complexo Deodoro passou por intervenções urbanas significativas que impactaram todo o entorno. Essa revitalização valorizou os espaços públicos e contribuiu para reaproximar a população do centro da capital, o que também favoreceu o retorno dos cidadãos à Biblioteca Benedito Leite. O Complexo integra a área definida pelo plano diretor como Centro Histórico de São Luís, abrangendo onze bairros, e foi oficialmente reinaugurado em 22 de dezembro de 2018. Ele reúne edificações de grande valor simbólico e histórico, como o antigo Colégio Rosa Castro – hoje Biblioteca Rosa Castro do SESC/MA –, o Liceu Maranhense, a Praça do Pantheon, o Teatro Arthur Azevedo e a própria BPBL, cuja arquitetura neoclássica, projetada por Antônio Bayma, compõe a paisagem cotidiana daqueles que circulam pela região.

Instalada na Praça do Pantheon desde 1851, em frente à Praça Deodoro, a BPBL consolidou, ao longo de quase dois séculos, uma trajetória marcada pela oferta de serviços, ações culturais e práticas de mediação da leitura, contribuindo para a difusão do patrimônio e da cultura maranhense. Sendo a segunda biblioteca pública mais antiga do país, sua presença no Complexo Deodoro articula-se diretamente com as transformações urbanas, históricas e culturais da cidade.

Essa reaproximação da população ao centro e à biblioteca foi impulsionada também por políticas culturais implementadas no Estado, como o PAC Cidades

Históricas e o Programa Nosso Centro, que estimulam o turismo cultural e fortalecem a relação dos ludovicenses com o Centro Histórico. Essas iniciativas buscam revitalizar a região e consolidá-la como rota turística, reforçando a importância da BPBL como espaço vivo de memória e patrimônios culturais (Costa; Santos; Cutrim, 2020).

Desse modo, a BPBL consolidou-se como um dos mais importantes aparelhos culturais do Maranhão, por demarcar a história e a memória do Estado por meio dos bens patrimoniais que compõem seu acervo e das relações estabelecidas entre esse patrimônio e seus usuários (Jacob, 2000). A instituição constitui um espaço privilegiado de memória e cultura, cuja preservação de registros materiais e imateriais possibilita o encontro entre passado e presente, promovendo a conservação e a atualização simbólica dos elementos que singularizam a identidade maranhense.

Em razão disso, atribui-se à Biblioteca Pública Benedito Leite a responsabilidade de preservar e estimular a revisitação contínua do passado do Maranhão, contribuindo para a reconstrução das memórias coletivas e para o reconhecimento, pelos indivíduos, de suas próprias trajetórias histórico-identitárias. Nesse sentido, cumpre funções fundamentais na mediação entre sujeitos, histórias e patrimônios, reafirmando o entendimento de que “[...] a identidade de uma sociedade ou nação [pode, por sua vez] ser espelhada por uma biblioteca [pública], por uma reunião de títulos que, em termos práticos ou simbólicos, faça as vezes de definição coletiva [...]” (Manguel, 2006, p. 241).

Nesse horizonte, torna-se evidente que o papel das bibliotecas públicas ultrapassa a salvaguarda e a difusão de acervos, por elas se configurarem territórios de práticas intersubjetivas, onde identidades são construídas, compartilhadas e ressignificadas. A BPBL, inserida nessa dinâmica, emerge como espaço estratégico para compreender como sujeitos constroem sentidos de pertencimento e memória. Assim, a presente pesquisa volta-se para a seguinte questão central: **Como a Biblioteca Pública Benedito Leite participa da produção de representações identitárias e sociais nas trajetórias de seus frequentadores, considerando suas interfaces com a memória, o patrimônio cultural e os sentidos de pertencimento em São Luís do Maranhão?**

A Biblioteca Pública Benedito Leite configura-se como uma ambiência sociocultural na qual usuários e cidadãos ludovicenses estabelecem relações diversas com os acervos, os espaços, as práticas de leitura, os serviços e as memórias ali

preservados. Essas interações favorecem processos de reconhecimento, pertencimento e produção de sentidos, por meio dos quais os sujeitos reelaboram suas experiências, atribuem significado às suas trajetórias e constroem vínculos simbólicos com a cidade, a cultura e a história maranhense. Nessa perspectiva, a BPBL participa da constituição de referências identitárias ao articular vivências individuais, memórias coletivas e práticas culturais compartilhadas. Com vistas a nortear tal pesquisa, tem-se a seguinte tese:

Parte-se do pressuposto de que a Biblioteca Pública Benedito Leite atua como instituição de memória, mediação cultural e representação social, ao favorecer experiências de identificação, pertencimento e elaboração simbólica entre seus frequentadores. Suas práticas, seus acervos e seus usos sociais participam da circulação de referências culturais e patrimoniais, contribuindo para a produção de sentidos sobre a experiência coletiva e sobre os vínculos estabelecidos entre os sujeitos e a biblioteca pública.

Nesse sentido, esta tese tem por objetivo geral: Investigar de que modo a Biblioteca Pública Benedito Leite se constitui como espaço de construção de representações identitárias nas trajetórias de vida de seus frequentadores, considerando suas articulações com a memória e o patrimônio cultural em São Luís do Maranhão.

Para se alcançar o objetivo principal da pesquisa, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

a) Contextualizar a história da Biblioteca Pública Benedito Leite no Estado do Maranhão, por meio de levantamento bibliográfico e documental, com vistas a compreender sua historicidade relacionadas à questão da memória e do patrimônio cultural;

b) Identificar como os constructos de memória, identidade e patrimônio se manifestam nas interações entre os frequentadores e a Biblioteca Pública Benedito Leite, a partir das ações, serviços e práticas culturais desenvolvidas pela instituição.

c) Analisar de que modo as relações estabelecidas entre os frequentadores e a Biblioteca Pública Benedito Leite contribuem para a construção de representações identitárias, em articulação com a memória e o patrimônio cultural em São Luís do Maranhão.

Toma-se como ponto de partida a necessidade de estudos que analisem a participação das bibliotecas públicas na construção de representações identitárias,

considerando os vínculos intersubjetivos produzidos entre frequentadores, acervos, práticas culturais e memórias sociais. Tal abordagem exige ampliar os atributos usualmente empregados para definir suas funções básicas na sociedade, de modo a compreendê-las como ambiências vivenciais, simbólicas e culturais, nas quais se produzem sentidos de pertencimento, reconhecimento e patrimonialidade. Diante disso, compreende-se que a biblioteca pública não se define apenas pela constituição de coleções, acervos ou pela oferta de serviços institucionais, mas pelos modos como seus frequentadores se apropriam desses recursos, ressignificam seus espaços e produzem práticas sociais, culturais e simbólicas em seu cotidiano. Nessa perspectiva, seus sentidos e funções são continuamente atualizados pelos sujeitos históricos que a habitam, circulam por ela e a integram às suas trajetórias de vida (Silveira, 2014).

A relevância desta investigação centra-se, sobretudo na reflexão acerca da importância das bibliotecas públicas, cujas funções vão além do depósito de registros do conhecimento, da salvaguarda da memória e de sua contribuição na construção de referenciais identitários. Outrossim, são espaços marcados por práticas intersubjetivas, educativas, históricas, sociais e de apropriação cultural. Diante disso, pontua-se sua contribuição para o fortalecimento de estudos que tenham as bibliotecas públicas como objeto de estudo, por vezes centradas apenas em suas práticas biblioteconômicas e documentais.

Tendo sua aderência situada na Linha de Pesquisa Organização, Representação e Tecnologias da Informação, a presente investigação se ancora na memória e nas interfaces que ela estabelece com símbolos, discursos, documentos, acervos e outras expressões culturais preservadas pela instituição, elementos que conformam quadros de significação que orientam modos de identificação e pertencimento. Nesse sentido, a pesquisa dialoga com a Linha 2 ao considerar como a biblioteca organiza, representa e disponibiliza informações e bens culturais que sustentam processos de produção e circulação de sentidos sociais.

Com base nas narrativas de vida, nas experiências de contato com os espaços da biblioteca, nas memórias evocadas e nos significados atribuídos pelos frequentadores, evidencia-se que a BPBL opera como um sistema informacional complexo, estruturado por documentos, lugares, práticas e interações que configuram formas particulares de representação do patrimônio e da identidade. Assim, a instituição revela-se não apenas como repositório de registros, mas como dispositivo

sociotécnico que articula memória, cultura e informação, contribuindo para a conformação de quadros de sentido que expressam modos de pertencimento e de apropriação social do patrimônio cultural.

Ao investigar a composição desses referenciais identitários em articulação com memória, identidade, patrimônio e suas representações, o estudo reafirma sua vinculação à Linha de Pesquisa Organização, Representação e Tecnologias da Informação, pois destaca o papel das instituições culturais na conformação de sistemas simbólicos e informacionais que influenciam práticas sociais, narrativas e processos de significação. Trata-se de um esforço analítico que demonstra como a organização e a representação da informação presentes nos acervos, registros documentais e tecnologias adotadas estruturam ecologias informacionais capazes de mediar relações, produzir sentidos e refletir modos de apropriação da cultura material e imaterial.

Além disso, esta proposta contribui para a área de concentração Informação, Conhecimento e Sociedade ao problematizar a biblioteca como espaço de memória, construção de sentidos e articulação sociocultural. Ressalta-se, ainda, as transformações teórico-conceituais que atravessam as bibliotecas públicas na contemporaneidade. Ao considerar trajetórias e histórias de vida dos sujeitos, assim como práticas e políticas culturais presentes na historiografia de São Luís do Maranhão, o estudo reforça o papel das bibliotecas na mediação entre informação e sociedade, aspecto fundamental tanto para a Linha 2 quanto para a área de concentração do Programa.

No tocante à sua estrutura, esta Tese está organizada em nove seções, a iniciar pela introdução. A segunda seção apresenta o percurso metodológico da pesquisa, descrevendo o tipo de estudo adotado, o local investigado, o perfil dos participantes, os procedimentos de coleta e análise dos dados, bem como os cuidados éticos envolvidos. Explicita-se, ainda, a opção pela amostragem por saturação teórica, que orientou o número final de entrevistados.

A terceira seção discute o conceito de biblioteca pública a partir de um panorama histórico que percorre desde as primeiras formas de organização de acervos até a consolidação da biblioteca pública moderna. Na sequência, a quarta seção estabelece o diálogo entre as bibliotecas públicas e os paradigmas da Ciência da Informação, propondo um conceito fundamentado no paradigma intercultural, destacando suas implicações sociais e epistêmicas.

A quinta seção volta-se à trajetória da Biblioteca Pública Benedito Leite, analisando sua formação, deslocamentos históricos e consolidação enquanto instituição de cultura, identidade e patrimônio na cidade de São Luís, bem como suas práticas de mediação da informação. Em continuidade, a sexta seção aprofunda os fundamentos teóricos da memória e da identidade, articulando definições, referenciais e práticas rememorativas às experiências em bibliotecas públicas.

A sétima seção discute o patrimônio em suas múltiplas dimensões, revisitadas desde sua constituição histórica no Brasil até as críticas ao discurso autorizado e à emergência de abordagens processuais, performativas e dissonantes, incluindo reflexões sobre o patrimônio bibliográfico e suas tensões sociais.

Por fim, a oitava seção apresenta e analisa as representações construídas pelos participantes acerca da Biblioteca Pública Benedito Leite, explorando quadros de vida, experiências de uso, práticas de memória, construção identitária e significados atribuídos ao patrimônio, culminando com as considerações finais que sintetizam os achados e apontam caminhos para futuras investigações.

2 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Metodologicamente, adota-se uma perspectiva compreensiva, orientada por uma base reflexiva que busca apreender as múltiplas relações intersubjetivas estabelecidas pelos cidadãos ludovicenses com a Biblioteca Pública Benedito Leite e compreender como tais relações se articulam na construção de referenciais histórico-identitários. Nesse sentido, o método fenomenológico mostra-se adequado, visto a intersubjetividade ser uma categoria central dessa análise, a qual "[...] é vivida em situação de 'familiaridade' sob a forma de 'nós' permitindo a compreensão do outro como único em sua individualidade." (Minayo, 2014, p. 148).

Tal moldura analítica possibilita a compreensão por meio da interligação entre o sujeito e o fenômeno pesquisado, com vistas a aproximá-lo de seu núcleo essencial, o qual torna possível a existência daquele, encarando as categorias operacionalizáveis do conhecimento como fruto de abstrações advindas da realidade prática e suas subjetividades. Nessa esteira, Minayo (2014, p. 149) explica que "[...] a fenomenologia proclama a liberdade do ator social que, por meio de sua história biográfica e em inter-relação com seus semelhantes, cria significados e constrói sua realidade."

Para tanto, o fundo metodológico estará assentado, também na História Oral (HO), uma vez que tal metodologia de pesquisa ocupa-se em não apenas conhecer, mas aprofundar os aspectos acerca de determinada realidade, padrões culturais, estruturas sociais, processos históricos e os laços cotidianos (Alberti, 2004). Levando em conta o objetivo desta investigação, bem como suas categorias teóricas, dentre elas identidade, memória e patrimônio, a HO possibilita a elaboração e a conjugação da História e da Memória, bem como coloca em evidência a construção dos atores de sua própria identidade, reequacionando as relações entre o passado e o presente ao reconhecer que, o passado é construído mediante as necessidades do presente (Alberti, 2004).

2.1 TIPO DE PESQUISA

No âmbito metodológico, a pesquisa assume um alcance explicativo, entendido como aquele que ultrapassa a descrição de fenômenos ao buscar esclarecer as razões pelas quais determinadas relações socioculturais se estruturam e se

manifestam da forma observada. De acordo com a literatura metodológica, estudos explicativos procuram identificar os fatores, condições e dinâmicas que originam um fenômeno ou orientam seu modo de ocorrência, distinguindo-se dos estudos descritivos e correlacionais, que somente evidenciam características ou associações entre variáveis. Nessa direção, ao investigar como e por que a Biblioteca Pública Benedito Leite se insere nas trajetórias de vida de seus frequentadores como espaço de construção de representações identitárias, esta pesquisa busca compreender os mecanismos simbólicos, históricos e sociais que sustentam os vínculos estabelecidos entre a instituição, a memória social e o patrimônio cultural (Hernández Sampieri; Fernández Collado; Baptista Lucio, 2013).

A perspectiva adotada é compreensivo-interpretativa, buscando o significado subjetivo da ação humana (Schutz, 1979; Weber, 2022). Em diálogo com Geertz (2008), afirma-se que a cultura é concebida como teias de significados historicamente transmitidas e tecidas pelo homem, onde conceitos como memória, identidade e patrimônio se estabelecem como construções socioculturais. Esses sistemas simbólicos funcionam como "programas" extrínsecos que fornecem gabaritos para a organização dos processos sociais e psicológicos, orientando a conduta.

Nesse enquadramento, a explicação se afasta das causalidades lineares, típicas das leis das ciências naturais (Schutz, 1979; Weber, 2022). O foco recai sobre a análise dos mecanismos simbólicos e intersubjetivos, pois as instituições e relações sociais são vistas como entrelaçamentos de ações de indivíduos. A compreensão só é alcançada ao se reduzir tais fenômenos a motivos subjetivos, permitindo a descrição minuciosa e a generalização nos casos (Geertz, 2008; Schutz, 1979; Weber, 2022).

Nesse sentido, mobilizaram-se os pressupostos de Hall (2006) acerca das articulações identitárias e dos processos de significação cultural; de Candau (2016) sobre a constituição da memória e da memória identitária; e de Nora (1993) quanto aos lugares de memória como dispositivos de ancoragem simbólica do grupo. Esses referenciais possibilitam explicar como os frequentadores da Biblioteca Pública Benedito Leite elaboram e atualizam referenciais identitários a partir das práticas de sociabilidade, das memórias acionadas e dos vínculos patrimoniais que se constituem no espaço público.

Adicionalmente, o estudo assume, ainda, um caráter descritivo, no qual, segundo Trigueiro *et al.* (2014, p. 23), “descreve as características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. Esse

enquadramento pressupõe a intenção de registrar, analisar e interpretar aspectos relevantes do objeto estudado tal como se apresentam, sem interferência do pesquisador, buscando delinear suas particularidades, configurações e modos de funcionamento. Nas Ciências Humanas e Sociais, a pesquisa descritiva mostra-se especialmente pertinente quando se pretende compreender como determinados processos, práticas culturais, usos institucionais ou experiências subjetivas se manifestam em um contexto específico (Geertz, 2008).

Nessa perspectiva, a descrição torna-se densa e busca desvendar as estruturas de significado que orientam os atos dos sujeitos, em vez de procurar leis universais. O conhecimento produzido segue o caminho do particular, circunstancial e concreto, garantindo que a interpretação dos dados seja consistente com a realidade social vivenciada (Schutz, 1979). Assim, ao adotar esse caráter descritivo, esta investigação busca construir um panorama analítico capaz de evidenciar as características, os sentidos e as formas de relação que os sujeitos estabelecem com a Biblioteca Pública Benedito Leite, oferecendo um quadro sistematizado sobre como o espaço é percebido, utilizado e significado pelos frequentadores.

Para a construção das categorias teóricas deste estudo, Biblioteca Pública, Identidade, Memória e Patrimônio, recorreu-se à pesquisa bibliográfica, que, conforme Gil (2008), utiliza materiais previamente produzidos, como livros, artigos, dissertações e teses, permitindo o aprofundamento das discussões existentes sobre o tema. Paralelamente, empregou-se a pesquisa documental, uma vez que o estudo se apoiou em fontes diversificadas, tais como manuscritos, obras raras do acervo digital e físico da BPBL (O Farol Maranhense, Chronica Maranhense, Echo do Norte, Álbum do Maranhão em 1908, dentre outros), registros orais, imagens, matérias de jornais e demais documentos pertinentes ao objeto investigado (Gil, 2010).

No que diz respeito à abordagem, a pesquisa é qualitativa. Essa abordagem requer não apenas descrições, mas também compreensões e análises aprofundadas das informações coletadas, especialmente por envolver categorias teóricas complexas e processos de significação. Nesse sentido, a investigação requer a análise das formas pelas quais a Biblioteca Pública Benedito Leite se vincula às experiências sociais, históricas e simbólicas que constituem as representações identitárias nas trajetórias de vida de seus frequentadores (Prodanov; Freitas, 2013).

2.2 LOCAL DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada na Biblioteca Pública Benedito Leite, localizada na Praça Deodoro, no Centro da cidade de São Luís. A fundação da Biblioteca Pública do Maranhão teve como primeiro marco a criação da Biblioteca Provincial, cuja proposta de criação partiu de Antônio Pedro Costa Ferreira em meados de 1826, que de fato se efetivou em 1829 com a criação da Biblioteca Pública Provincial. Todavia, sua abertura ao público só ocorreu em 1831 (Braga, 2013; Castro; Silva; Castellanos, 2011).

A Biblioteca Pública do Maranhão passou por outro período de queda, sendo abandonada entre os anos de 1914 e 1927, quando retornou para seu antigo prédio na Rua da Paz. Após grandes lutas, a Lei Nº 816 de 1918 garantiu a construção de sua sede, concretizada em 1951, e, em 1958 passou a ser chamada de Biblioteca Pública Benedito Leite, nome que tem até os dias atuais. A Biblioteca mantém-se instalada no centro da capital maranhense, e passou por momentos de reforma, todavia, se mantém como referência no Maranhão (Braga, 2013).

2.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA

A presente pesquisa buscou compreender como histórias de vida marcadas por vivências, memórias e experiências são conjugadas no cotidiano da Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL), bem como identificar as formas de apropriação que emergem das relações estabelecidas pelos frequentadores com esse espaço. Pretendeu-se, ainda, analisar de que modo essas presenças simbólicas e afetivas se articulam ao contexto mais amplo da memória, da história e dos referenciais identitários do Maranhão. Para isso, investigaram-se trajetórias de indivíduos cujas biografias mantêm vínculos significativos com a BPBL, considerando seus usos, percepções e sentidos atribuídos à instituição.

O processo de identificação dos participantes ocorreu em etapas distintas. Em 2023, foi realizado um contato inicial com a direção da Biblioteca Pública com o objetivo de verificar a viabilidade da pesquisa, considerando que sua realização dependia da anuência institucional. Nesse momento, foram apresentados o projeto e as atividades previstas para desenvolvimento na instituição. Após essa interlocução, a diretoria manifestou formalmente sua autorização para a realização do estudo.

Ainda nessa etapa preliminar, foram feitas visitas exploratórias aos diferentes setores da biblioteca, especialmente aos vinculados ao serviço de referência e informação, que também desenvolve ações educativas, como as visitas guiadas. Essas visitas tiveram como finalidade conhecer os espaços, observar sua dinâmica de funcionamento e identificar aqueles mais frequentados por usuários com vínculos continuados com a instituição. As demais etapas da pesquisa foram desenvolvidas posteriormente, após a qualificação e autorização do Comitê de Ética.

A partir dessas incursões preliminares, definiram-se como potenciais campos de identificação dos participantes os setores de Obras Raras, Salão de Referência, Obras Técnicas, Telecentro, Biblioteca Infantil e Salas de Estudo. Esses espaços apresentavam fluxo constante de pessoas ao longo do dia, o que favoreceu a observação da permanência, dos hábitos de uso e da frequência dos visitantes. Nesse processo, contou-se também com o apoio da equipe da BPBL, notadamente a direção, bibliotecários, historiadores e auxiliares, que colaboraram tanto na indicação de frequentadores recorrentes quanto na compreensão das dinâmicas de circulação dos diferentes perfis de usuários.

Sabendo-se que o conceito de “usuário” na Biblioteconomia e Ciência da Informação abrange indivíduos ou grupos que buscam, utilizam e interagem com informações e serviços em diferentes sistemas informacionais, compreende-se que esses sujeitos atuam de forma ativa nos processos de busca, interpretação e apropriação da informação. A literatura demonstra que a compreensão sobre o usuário evoluiu de uma visão passiva para uma perspectiva que o reconhece como protagonista, com necessidades, comportamentos e contextos próprios que influenciam a organização dos serviços (Amaral; Corrêa, 2020; Silva; Moreira; Silva, 2015).

Essa multiplicidade de perfis é moldada por fatores cognitivos, sociais e culturais que impactam tanto as necessidades informacionais quanto as práticas de busca e uso. Aspectos de inclusão e acessibilidade também ampliam essa concepção ao evidenciar barreiras que atingem diferentes públicos, destacando o papel mediador dos profissionais da informação, responsáveis por facilitar o acesso e promover o uso crítico dos conteúdos (Amaral; Corrêa, 2020; Diniz; Almeida; Furtado, 2019; Sousa; Fujino, 2013).

À luz dessa compreensão, definir quem é o “usuário frequente” em bibliotecas revela-se um desafio conceitual e metodológico, pois a classificação depende de

critérios diversos e de contextualizações específicas de cada instituição, especialmente no caso das bibliotecas públicas, cuja heterogeneidade de públicos é marcante. A literatura indica não haver definição universal, visto que alguns estudos privilegiaram indicadores quantitativos, como número de visitas, volume de empréstimos, renovações e permanência no espaço; outros enfatizaram dimensões qualitativas, como diversidade de usos, engajamento em atividades culturais e participação comunitária (Noh, 2022; Wei; Wang, 2025).

Além disso, as bibliotecas públicas atendem usuários com motivações, idades, condições socioeconômicas e vínculos territoriais distintos, o que reforça que a assiduidade não pode ser entendida apenas como frequência mensurável, mas também como experiência subjetiva vinculada a sentidos de pertencimento e usos simbólicos do espaço. Estudos mostram que o “usuário frequente” é uma construção dinâmica, resultante da combinação de comportamentos observados no cotidiano, expressos em padrões regulares de uso, empréstimos recorrentes e permanência prolongada, mas também em circulação por diferentes ambientes, participação em atividades culturais e interação contínua com os recursos informacionais (Noh, 2022). Essa compreensão evidencia que a frequência abrange diferentes formas de engajamento, ajustadas às rotinas e necessidades de cada pessoa, como apontam Cordero, Chiuminatto, Duncan e Vera (2020).

Considerando esse cenário, torna-se ainda mais evidente que, nas bibliotecas públicas, a caracterização do usuário frequente deve incorporar as especificidades sociais e culturais que moldam a relação de cada indivíduo com o espaço, reconhecendo que a assiduidade pode manifestar-se por meio de usos cotidianos, práticas comunitárias e vínculos simbólicos.

Diante dessas perspectivas, este estudo adotou como “frequentador assíduo” todo indivíduo que utiliza produtos e serviços ofertados pela biblioteca, independentemente de registro formal no sistema de gestão do acervo, uma vez que a natureza pública da instituição assegura acesso irrestrito à informação.

Com base nesse entendimento, optou-se pela inclusão de estudantes, professores e demais frequentadores cuja relação com a biblioteca se mostrasse prolongada e significativa. A escolha por estudantes e docentes justificou-se pela função educativa que a BPBL desempenha em múltiplos níveis formativos e áreas do conhecimento, promovendo, por meio de ações de mediação, o acesso e a apropriação da informação em diversos formatos. Assim, a definição dos participantes

seguiu critérios relacionados ao tempo de uso da instituição, ao reconhecimento de sua influência nas trajetórias de vida, à diversidade de percepções e aos diferentes modos de interação com o espaço.

Para identificar esses sujeitos, realizou-se uma observação sistemática não participante, que permitiu registrar informações sobre os setores mais utilizados, a regularidade das visitas, os serviços acessados, os espaços preferidos e as interações estabelecidas com outros usuários ou com a equipe da biblioteca. Esse procedimento possibilitou reconhecer potenciais participantes, classificá-los conforme os perfis definidos e delinear estratégias adequadas para a abordagem e o convite às entrevistas. Todas as observações foram registradas e integradas ao conjunto de materiais utilizados na análise.

A seleção dos participantes ocorreu de maneira intencional e fundamentada na experiência acumulada ao longo da imersão na rotina da instituição, realizada entre 8h30 e 18h30, de março a junho de 2025, após a autorização do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal da Paraíba (CEP/UFPB). Nesse período, foram observados de forma contínua os setores previamente definidos, ou seja, Obras Raras, Salão de Referência, Setor de Obras Técnicas, Telecentro, Biblioteca Infantil e Salas de Estudo, contando-se com o apoio dos profissionais responsáveis por cada área, que auxiliaram na identificação de possíveis participantes, cujas entrevistas foram realizadas a partir do dia 09 de abril de 2025, não por acaso, celebrado o “Dia da Biblioteca” no Brasil.

Embora inicialmente se previsse a constituição de um *corpus* de pelo menos dez pessoas distribuídas entre professores, visitantes frequentes e estudantes, a seleção final foi definida com base na técnica de saturação teórica, cujo detalhamento consta na seção seguinte. De acordo com Cherques (2009, p. 23), a saturação ocorre “quando nenhuma nova informação ou nenhum novo tema é registrado”. Assim, a imersão possibilitou totalizar quinze participantes, distribuídos em três grupos (estudantes, professores e frequentadores), cujos perfis são apresentados no Quadro 1. Essa amostra demonstrou-se suficiente para atender ao desenho metodológico e refletir a diversidade de relações estabelecidas com a BPBL.

Apresenta-se no Quadro 1 a caracterização dos participantes segundo os critérios definidos para o estudo. Cada quadro evidencia informações relativas ao código de identificação do participante (E01, E02, E03...), ao grupo ao qual pertence (professores, estudantes ou frequentadores), ao perfil formativo ou ocupacional, ao

setor da biblioteca mais utilizado, bem como aos dados de sexo e idade. Essa padronização possibilita visualizar, de forma sistemática, a diversidade de trajetórias e de modos de vínculo estabelecidos com a Biblioteca Pública Benedito Leite. Ressalta-se que, para preservar o anonimato, as identidades dos participantes não serão reveladas, adotando-se como mecanismo de identificação as abreviaturas E01, E02, E03 e assim sucessivamente.

Quadro 1 - Caracterização dos participantes da pesquisa

Participante	Grupo	Perfil	Setor	Sexo	Idade
E01	Usuário 1	Usuário - Pessoa Idosa	Acervo Geral – Setor de Referência	M	85
E02	Estudante 1	Estudante para Concurso	Acervo Técnico Especializado	F	32
E03	Professor 1	Docente do Magistério Superior – Sociologia	Obras Raras	M	63
E04	Estudante 2	Estudante para Concurso	Sala de Estudo	F	28
E05	Estudante 3	Estudante de Graduação - Psicologia	Acervo Técnico Especializado	F	26
E06	Professor 2	Docente da Educação Infantil	Biblioteca Infantil	F	32
E07	Professor 3	Docente do Ensino Médio - História	Acervo Geral – Setor de Referência	M	46
E08	Professor 4	Docente do Ensino Médio – Geografia	Obras Raras	M	36
E09	Estudante 4	Estudante de Mestrado	Acervo Geral – Setor de Referência	M	42
E10	Usuário 2	Usuário - Regular	Acervo Geral – Setor de Referência	F	24
E11	Estudante 5	Estudante de Graduação – Pedagogia	Acervo Geral – Setor de Referência	F	22
E12	Usuário 3	Usuário - Regular	Telecentro	M	54
E13	Professor 5	Docente do Ensino Médio – Química e Projeto de Vida	Acervo Geral – Setor de Referência	F	31
E14	Usuário 4	Usuário - Pesquisador	Obras Raras	F	26
E15	Usuário 5	Usuário - Cordelista	Acervo Geral – Setor de Referência	F	74

Fonte: Elaborado pela autoria (2025).

Conforme a caracterização, participaram 15 pessoas na pesquisa[1], divididas em três grupos. O primeiro grupo é composto por cinco docentes (duas mulheres e três homens), sendo um do magistério superior, uma da educação infantil e três do ensino médio. O segundo grupo inclui cinco estudantes (quatro mulheres e um homem), dos quais duas se preparam para concursos, duas são universitárias (Psicologia e Pedagogia) e um é mestrando. O terceiro grupo consiste em cinco usuários regulares (três mulheres e dois homens), com perfis distintos, a saber: um frequentador da biblioteca desde 1950, dois moradores que vivem próximo à instituição, uma pesquisadora e uma escritora/cordelista.

Cumpre ressaltar que, em respeito ao acordo de confidencialidade firmado com os participantes, a identidade das quinze pessoas entrevistadas será mantida em sigilo. Para tanto, recorreu-se à descrição de seus perfis biográficos, acentuando elementos que os qualificam e os tornam únicos no universo desta análise.

2.3.1 Amostragem por Saturação Teórica

Para tanto, foi utilizada como técnica de amostragem as amostras intencionais ou de seleção racional, que, de acordo com Prodanov e Freitas (2013, p. 98), "[...] constitui um tipo de amostragem não probabilística e consiste em selecionar um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda a população."

Em vista disso, foi adotada a técnica de observação sistemática não-participante nos setores de Obras Raras, Salão de Referência, Setor de Obras Técnicas, Telecentro, Biblioteca Infantil e Salas de Estudo entre os meses de março e junho de 2025. Além disso, recorreu-se à equipe de profissionais da BPBL, dentre eles a direção, pessoas bibliotecárias, historiadores, auxiliares de biblioteca e mediadoras, que subsidiaram esse processo com a indicação de frequentadores recorrentes.

A amostragem foi definida por saturação teórica (Charmaz, 2009; Fontanella *et al*., 2011). Cunhada no campo da teoria fundamentada (Glaser; Strauss, 2006) e expandida por Charmaz (2009), a saturação teórica corresponde ao momento em que

[1] Apresenta-se, no APÊNDICE D, um breve perfil dos indivíduos que aceitaram participar da pesquisa com base nas entrevistas realizadas, evidenciando suas diferenças, bem como suas trajetórias, cujos quadros de vida envolvem a leitura, as bibliotecas e demais relações com a Benedito Leite.

a coleta adicional de dados deixa de revelar novas propriedades, dimensões ou variações das categorias analíticas, não oferecendo novos insights para o desenvolvimento da teoria emergente (Rahimi; Khatooni, 2024).

Trata-se do ponto em que as comparações entre incidentes, essenciais para a construção conceitual, já não produzem padrões distintos nem ampliam a compreensão do fenômeno estudado. Em outras palavras, há saturação quando a interação entre o pesquisador e o campo não mais fornece elementos capazes de orientar, aprofundar ou modificar a teorização. Nesse sentido, apresenta-se na Figura 1, o fluxograma do processo de definição da amostra por saturação:

Figura 1 – Processo de definição da amostragem por saturação teórica



Fonte: adaptado de Fontanella *et al.* (2011).

Nesse processo, a amostragem teórica desempenha papel central, pois envolve selecionar novos participantes ou situações com base nos conceitos identificados na análise já realizada. Essa seleção continua até que se verifique que nenhum dado adicional contribui para expandir categorias, conceitos ou relações. Por isso, amostragem teórica e saturação são processos inseparáveis e permanecem em curso até que todas as estruturas relevantes do fenômeno, tais como temas, categorias e vínculos conceituais, estejam plenamente delineadas, indicando que a teoria emergente alcançou completude (Fontanella *et al.*, 2011; Rahimi; Khatooni, 2024). No Quadro 2, sistematiza-se a construção, constatação e visualização da amostragem:

Quadro 2 – Distribuição da saturação teórica obtida por meio da repetição das ideias centrais (IC) proeminentes e padrões recorrentes nas falas dos entrevistados

IDEIA CENTRAL (IC)	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13	E14	E15	TOTAL DE RECORRÊNCIAS
Lembranças dos primeiros contatos com a leitura	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	15
Primeiro contato com a Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL)	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X	14
Vivências na BPBL	X	X	X		X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	13
Usos e significados atribuídos à BPBL	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	15
Atividades, produtos e serviços da BPBL	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	15
Setor da BPBL que mais frequenta	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	15
Representações da BPBL	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	14
Trajetória da BPBL	X		X		X		X	X	X	X		X				8
Mediação da informação	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	15
Experiências pessoais na BPBL	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	14
Amizades na BPBL	X	X						X			X	X	X	X	X	8
Eventos na BPBL	X	X	X	X	X	X		X	X	X	X		X		X	12
Fato, memória ou sensação que a BPBL desperta	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	15
Memória individual	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	14
Espacialidade e a BPBL	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	15
Centro de São Luís, Praça e Complexo Deodoro	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	15
Arquitetura da BPBL	X	X	X		X	X	X	X		X	X	X	X	X	X	13
Autores maranhenses, Literatura maranhense	X	X	X				X		X		X	X		X		8
Valorização da memória	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	15
Reconstrução da memória, rememorações	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	14
Preservação do patrimônio cultural	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	15
Interfaces do espaço e a história pessoal	X	X	X	X	X	X	X	X	X		X		X	X	X	13
Identidade cultural dos Maranhenses	X	X	X	X	X	X	X	X	X		X		X			11
O lugar da BPBL na vida pessoal	X	X			X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	12
O lugar da BPBL na formação	X	X		X	X		X	X	X		X	X	X	X	X	12
Patrimônio cultural	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	15
Patrimônio imaterial, intangível	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X		X	13
Patrimônio como performance	X	X	X		X	X	X	X	X	X		X	X			11
Patrimônio bibliográfico	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	15
Biblioteca como depositária da memória	X		X	X	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X	13
Contato com a biblioteca na escola		X	X	X	X	X	X		X	X			X	X		10
Múltiplos espaços da cidade e a formação pessoal		X	X		X		X	X	X	X		X	X	X	X	11
Impressões e sentimento no primeiro contato com a BPBL		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X	13
Entendimento de biblioteca pública		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	13
Mediação cultural		X	X	X	X		X		X	X	X	X	X	X	X	11
Memória coletiva		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	14
Memória afetiva			X		X	X	X	X	X	X	X		X	X	X	11

IDEIA CENTRAL (IC)	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13	E14	E15	TOTAL DE RECORRÊNCIAS
Valorização do patrimônio cultural		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	14
Interfaces do espaço e a história de São Luís		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X	13
O papel/lugar da BPBL no contexto dos cidadãos locais		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	14
Identidades		X	X	X	X		X	X	X		X		X			9
Relação entre memória e identidade		X	X	X	X	X	X	X	X		X		X		X	11
Identidade cultural dos ludovicenses		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		X		X	12
O lugar da BPBL e a visão de São Luís		X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		12
Patrimônios dissonantes			X				X	X			X					4
Discurso Autorizado de Patrimônio		X	X	X	X	X	X	X		X	X	X		X	X	12
Entendimento de Cultura		X	X	X	X		X	X		X	X	X	X	X		11
Interculturalidade, Interculturalidade crítica		X	X	X			X	X								5
Decolonialidade, informação e colonialidade			X				X	X								3
Os desafios postos às bibliotecas frente às tecnologias digitais			X		X	X		X					X			5
Esquecimento da biblioteca						X		X		X				X		4
O desafio da falta de divulgação da biblioteca									X	X	X	X	X			5
Biblioteca como ponto de encontro de mobilizações sociais			X				X	X	X							4
Desvalorização do patrimônio cultural								X						X		2
Biblioteca pública como espaço elitizado									X		X			X		3
Relação da biblioteca com a educação, contexto escolar, papel educativo.										X		X	X			3
A problemática das bibliotecas escolares e as limitações de acervo e acesso.											X					1
Distanciamento da Biblioteca Pública Benedito Leite											X		X	X		3
O descaso com o Arquivo Público, desafios										X				X		2
NOVOS ENUNCIADOS	**30**	**16**	**5**	**0**	**0**	**1**	**0**	**1**	**1**	**2**	**2**	**0**	**0**	**0**	**0**	

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas entrevistas e fundamentação teórica da pesquisa (2025).

Conforme apresentado no Quadro 2, a saturação teórica foi atingida na décima primeira entrevista. Contudo, visando garantir uma participação equilibrada entre os grupos definidos para o estudo e confirmar a estabilidade das categorias identificadas nos dados qualitativos, optou-se por dar continuidade à coleta até a décima quinta entrevista. Desse modo, a amostragem final deste estudo compreendeu 15 participantes.

2.4 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Com vistas ao desenvolvimento da tese, cujos dados seriam provenientes dos discursos dos depoentes e cujo trabalho intersubjetivo seria realizado a partir da elaboração das memórias e vivências pessoais desencadeadas pela Benedito Leite, reforçou-se a opção metodológica de trabalhar com a História Oral (HO) (Meihy; Seawright, 2021). Buscando documentar, por meio de trajetos subjetivos, as experiências concretas da vida social dos indivíduos, os fatos históricos vivenciados, os discursos reverberados, os silenciamentos e as articulações de seus referenciais identitários e representações da instituição, foi possível compreender de que forma a Biblioteca Pública Benedito Leite era referenciada nos discursos de seus interlocutores, a partir dos seguintes instrumentos:

a) Observação não-participante,

Registrada em diário de bordo, a observação foi realizada nos setores de Obras Raras, Salão de Referência, Obras Técnicas, Telecentro, Biblioteca Infantil e Salas de Estudo da BPBL. A imersão nesses espaços, caracterizados por fluxo contínuo de usuários, permitiu observar permanência, hábitos de uso, frequência e interações, contando com o apoio da equipe da instituição para compreensão das dinâmicas de circulação. Esse procedimento possibilitou a identificação de frequentadores recorrentes e orientou a seleção dos participantes das entrevistas semiestruturadas, cujo roteiro de observação encontra-se no APÊNDICE C. A observação ocorreu diariamente, entre 8h30 e 18h30, ao longo dos meses de março e junho de 2025.

b) Entrevistas Semiestruturadas

Tendo como ponto de partida o refinamento e o pré-teste do roteiro de entrevista, realizado com três usuários da biblioteca selecionados aleatoriamente no mês de fevereiro de 2025, as entrevistas propriamente ditas foram conduzidas durante o período de imersão nas atividades da BPBL, especificamente entre os meses de março e junho de 2025, cujas entrevistas começaram a ser realizadas especificamente no dia 09 de abril de 2025.

À medida que os participantes eram identificados por meio da observação, procedia-se à realização das entrevistas, cujo roteiro encontra-se no APÊNDICE A. Inicialmente, apresentavam-se a temática e os objetivos da pesquisa, bem como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), disponível no APÊNDICE B. Nesse momento, o potencial participante poderia aceitar ou recusar a participação

mediante assinatura do documento; em caso de recusa, o indivíduo não era incluído na coleta de dados.

As entrevistas ocorreram no próprio setor da biblioteca no qual o participante se encontrava no momento da abordagem. As gravações foram realizadas com o uso de um smartphone modelo iPhone, por meio do aplicativo Gravações. Posteriormente, os arquivos foram transferidos para o computador, onde se verificava a qualidade do áudio. Após o armazenamento de todas as gravações, procedeu-se à transcrição utilizando a plataforma *Transkriptor*, na versão Pro[2].

O tratamento das transcrições foi realizado diretamente na plataforma, mediante escuta das gravações, identificação de eventuais erros ou inconsistências e correções necessárias, preservando-se integralmente as falas dos depoentes. Concluída essa etapa, os arquivos foram exportados em formato ".docx", compatível com o *Microsoft Office Word*, contendo a identificação dos marcadores de tempo correspondentes às gravações.

Ressalta-se que as entrevistas buscaram favorecer a reflexão do depoente sobre sua formação enquanto indivíduo histórico, bem como sobre as relações que estabelecia ou havia estabelecido com a BPBL. Além disso, esse instrumento teve como propósito abordar questões referentes ao lugar ocupado pela instituição em suas representações e em suas dimensões históricas, sociais, simbólicas, identitárias e estruturais.

2.4.1 Aspectos éticos da Pesquisa

Os aspectos éticos que orientam a realização de pesquisas envolvendo seres humanos em instituições brasileiras estão embasados nas Resoluções Nº466/2012 e Nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). De acordo com a Resolução Nº 466/2012, as pesquisas cuja realização envolve seres humanos, devem atender aos seguintes critérios éticos e científicos:

> III.1 - A eticidade da pesquisa implica em:
> a) respeito ao participante da pesquisa em sua dignidade e autonomia, reconhecendo sua vulnerabilidade, assegurando sua vontade de contribuir e permanecer, ou não, na pesquisa, por intermédio de manifestação expressa, livre e esclarecida;

[2] Disponível em: https://transkriptor.com/. Acesso em: 31 maio 2025.

> b) ponderação entre riscos e benefícios, tanto conhecidos como potenciais, individuais ou coletivos, comprometendo-se com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos;
> c) garantia de que danos previsíveis serão evitados; e
> d) relevância social da pesquisa, o que garante a igual consideração dos interesses envolvidos, não perdendo o sentido de sua destinação sócio-humanitária. (Conselho Nacional de Saúde, 2012, p. 3).

Em vista disso, esta pesquisa teve seu projeto avaliado e autorizado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal da Paraíba, cujo envio foi realizado na Plataforma Brasil com registro CAAE: 70733823.7.0000.5188 e aprovado pelo Parecer de Nº 7.414.399, em 27 de fevereiro de 2025. Portanto, a coleta de dados só foi efetivada após a autorização do Conselho de Ética em Pesquisa (CEP).

Em respeito aos procedimentos éticos de pesquisa, reforça-se que foram preservados e mantidos em sigilo os nomes, dados e quaisquer informações pessoais sem o consentimento dos participantes da investigação. Dessa forma, a pesquisa pautou-se pelo respeito e pela dignidade dos investigados, considerando aspectos que pudessem ferir sua autonomia enquanto colaboradores do estudo. Buscaram-se evitar riscos ou quaisquer transtornos, visando, acima de tudo, aos interesses dos participantes e às contribuições de seus dados para a melhoria dos serviços educativos da instituição pesquisada.

2.5 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS

Com vistas ao alcance dos objetivos propostos, e considerando que a pesquisa analisou as relações intersubjetivas e os referenciais identitários produzidos na relação entre os frequentadores e a Biblioteca Pública Benedito Leite, foram adotadas as diretrizes metodológicas da análise do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). Nesse sentido, pontua-se que o DSC se trata de uma técnica de organização e tabulação de dados qualitativos de natureza verbal. Ela gera um discurso-síntese, redigido em primeira pessoa do singular, composto por trechos de falas com significados semelhantes, mediante procedimentos sistemáticos e padronizados.

A escolha desse método considerou a possibilidade de explorar as vivências explicitadas nas narrativas das pessoas frequentadoras da Biblioteca Pública Benedito Leite, seus pensamentos, expressões e manifestações (Lefrève, 2017; Menezes; Moraes, 2024). Com tal procedimento, é possível descrever as

representações subjetivas de determinado fenômeno presente no pensamento coletivo. Nesse sentido, entende-se que,

> [...] histórias coletivas refletem ou carregam códigos narrativos socialmente compartilhados; por isso, é possível com os conteúdos e os argumentos dos diferentes depoimentos que apresentam sentido semelhante [...] ou seja, uma história aceitável para um individuo culturalmente equivalente aos pesquisados. (Lefrève; Lefrève, 2014, p. 504).

O DSC emerge junto às correntes de pensamento contemporâneo que buscam valorizar as subjetividades, a complexidade e multiplicidade, no sentido de lançar luzes sobre as diferenças e semelhanças presentes nas visões dos atores sociais e sujeitos coletivos, nas realidades em que estes estão inseridos (Lefrève; Lefrève, 2012). Nesses termos, ratifica-se que o DSC se baseia na suposição de que as pessoas que vivem em sociedade compartilham ideias, crenças, valores e representações, além dos significados, conteúdos desses significados e os argumentos que formam essas representações.

A principal contribuição do DSC reside na capacidade de elaborar depoimentos que não se limitam a uma simples quantificação dos dados, pois essas matrizes discursivas possibilitam analisar crenças, valores e pensamentos de determinados grupos sociais (Lefrève; Lefrève, 2005). É viável obter, com precisão, riqueza de detalhes e confiabilidade, uma compreensão clara sobre as opiniões das coletividades a respeito dos diversos problemas que as impactam.

Além disso, é possível medir o nível de compartilhamento de cada uma dessas opiniões, identificando como elas se distribuem entre diferentes grupos sociais, como classes, gêneros, faixas etárias, níveis de renda, entre outros. Diante disso, a análise foi realizada com base nos discursos integrais dos participantes da pesquisa, a partir dos quais foram identificadas as figuras metodológicas pertinentes, conforme apresentado no diagrama da Figura 2:

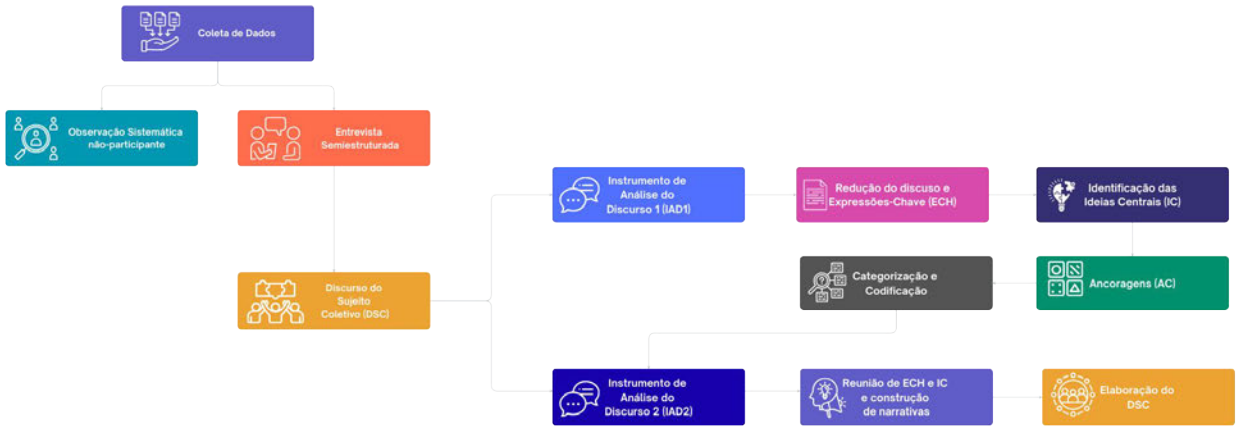
Figura 2 – Elementos do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC)



Fonte: Lefrève e Lefrève (2005).

Como observado na Figura 2, a técnica baseia-se na análise de material verbal obtido em pesquisas que utilizam depoimentos como principal fonte de dados. A partir de cada depoimento, são extraídas as Ideias Centrais (IC) ou Ancoragens (AC), juntamente com suas respectivas Expressões-Chave (ECH). Combinando-se as Ideias Centrais/Ancoragens e Expressões-Chave que apresentam semelhanças, são elaborados um ou mais discursos-síntese, que constituem os Discursos do Sujeito Coletivo (DSC) (Lefrève; Lefrève, 2005). O procedimento de coleta e análise dos dados da pesquisa pode ser observado na Figura 3, a seguir:

Figura 3 – Etapas da Pesquisa



Fonte: Elaborado pela pessoa autora (2025).

Conforme representado na Figura 3, a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) foi empregada na análise das entrevistas semiestruturadas realizadas com os

participantes da pesquisa, com o objetivo de identificar as relações estabelecidas entre a instituição e a construção dos referenciais identitários desses indivíduos. Nesses termos, a aplicação do DSC possibilitou uma compreensão mais aprofundada das relações entre a biblioteca, os processos identitários dos participantes e as representações atribuídas à instituição.

A partir da extração das Ideias Centrais, Ancoragens e Expressões-Chave dos depoimentos, foram produzidos discursos-síntese que revelaram como os visitantes percebiam e se apropriavam da biblioteca em termos de memória, identidade e patrimônio em São Luís do Maranhão. Esse processo, aliado à análise do material bibliográfico e documental, proporcionou uma visão crítica sobre o papel da biblioteca como agente de construção identitária e preservação cultural, evitando a simples quantificação dos dados e permitindo uma interpretação mais rica e contextualizada das experiências dos usuários.

Para aprofundar a análise dos dados qualitativos obtidos por meio da técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), optou-se por incorporar uma camada complementar de análise quantitativa. Essa estratégia visa mensurar não apenas a presença de diferentes correntes de pensamento, mas também a força (intensidade) e a disseminação (amplitude) de cada Ideia Central (IC) e Ancoragem (AC) no universo pesquisado. Para isso, adotaram-se e adaptaram-se os parâmetros propostos por Lima (2023), conforme detalhado a seguir.

a) Parâmetro de Intensidade - a intensidade corresponde à prevalência de uma determinada IC ou AC no conjunto total de respondentes, indicando o grau de disseminação dessa ideia na amostra. Seguindo a definição de Lima (2023), a frequência percentual de cada categoria foi classificada em três níveis, conforme apresentado no Quadro 3.

Quadro 3 – Parâmetros para Cálculo da Intensidade

Intensidade	Frequência (%)	Descrição
Alta	≥ 70%	Frequência de 70% ou mais
Média	50% - 69%	Frequência entre 50% e 69%
Baixa	< 50%	Frequência inferior a 50%

Fonte: Elaboração própria (2025), com base em adaptação de Lima (2023).

b) Parâmetro de amplitude - A amplitude, por sua vez, constitui uma métrica destinada a avaliar a difusão de uma IC ou AC entre os diferentes subgrupos

predefinidos da amostra. Enquanto a intensidade indica a força de uma ideia no conjunto geral dos participantes, a amplitude evidencia se tal ideia se distribui de forma transversal ou se permanece concentrada em um único grupo. No presente estudo, os três grupos apresentam o mesmo número de integrantes, o que possibilitou a adoção de uma métrica equilibrada. A classificação está descrita no Quadro 4:

Quadro 4 – Critérios Adaptados para Cálculo da Amplitude

Amplitude	Critério de Distribuição	Descrição
Baixa	Até 2 participantes em cada grupo	A ideia é compartilhada por no máximo dois participantes em cada um dos três grupos.
Média	3 participantes em pelo menos um grupo ou 2 participantes em dois grupos	A ideia tem difusão intermediária entre os grupos.
Alta	4 ou mais participantes em um grupo ou 3 participantes em pelo menos dois grupos	A ideia apresenta forte difusão entre os grupos.

Fonte: Elaboração própria (2025), com base em adaptação de Lima (2023).

Encerrada a descrição dos procedimentos metodológicos, avança-se para os fundamentos teóricos, construídos a partir do diálogo com a literatura sobre bibliotecas públicas, paradigma intercultural, memória, identidade e patrimônio. Em seguida, apresentam-se os resultados da pesquisa empírica, organizados a partir da análise das representações da Biblioteca Pública Benedito Leite e das tecituras interculturais relacionadas à identidade, à memória e ao patrimônio na fala da coletividade.

3 BIBLIOTECAS PÚBLICAS

Sabendo que a biblioteca pública é uma instituição social viva e dinâmica, criada e moldada pelas pessoas e constituída como espaço onde o tecido social se constrói, tornando-se vital para o bem-estar das comunidades (Jaramillo, 2008), esta seção discutirá tanto a trajetória histórica dessas instituições quanto sua consolidação como espaços de acesso à informação, cultura e práticas diversas. Para isso, recorrerá à literatura da Biblioteconomia e Ciência da Informação, a documentos internacionais que definem suas missões e perspectivas de atuação, bem como às contribuições de diferentes pessoas autoras que analisam o papel e a evolução das bibliotecas públicas e fornecem bases para sua conceituação.

3.1 A DINÂMICA DAS BIBLIOTECAS NA HISTÓRIA

Antes de apresentar o conceito de biblioteca pública que sustenta esta tese, torna-se necessário reconstruir a trajetória histórica das bibliotecas, de modo a compreender sua organização, seus produtos, seus serviços e as formas pelas quais esses elementos se articulam e convergem para os usuários. Essa retomada é fundamental para situar o papel dessas instituições ao longo do tempo, reconhecendo que “[...] a história é um conjunto descontínuo, formado por domínios, cada um deles definido por uma frequência própria.” (Veyne, 2014, p. 25), de modo que é essencial tomar como partida o olhar de pesquisadores que ajudaram a construir todo esse mosaico que é a historiografia das bibliotecas e dos matizes que permitem compreender o que são as bibliotecas públicas, por sua vez.

Inicia-se pelo resgate dos múltiplos e diversificados conceitos de biblioteca, bem como da variedade de seus acervos, reconhecendo que tais aparelhos são tão antigos quanto as primeiras civilizações. Estabelecer um conceito para biblioteca não é uma das tarefas mais fáceis, visto que o próprio processo de resgatar definições é de certa forma rizomático, por serem estabelecidas conexões com pontos diversificados. Tanus (2018), Cunha (1997) e Fonseca (2007) destacam que o termo biblioteca tem suas origens no grego *bibliotheca*, sendo resultado da junção das palavras *biblion* – livro – com *theca* – local, espaço – ou seja, espaço de livros, local do livro.

Segundo Lemos (2008), as bibliotecas podem ser definidas como acervos materiais impressos ou não impressos, que por sua vez são organizados e mantidos para leitura, visualização, estudo e consultas. Para Cunha e Cavalcante (2008), consiste em coleções de materiais impressos ou manuscritos, organizados com fins de pesquisa ou leitura de um modo geral. Percebe-se que a gênese do conceito de bibliotecas privilegia os impressos, sobretudo por ser um dos primeiros materiais informacionais a compor seus acervos. Faria e Pericão (2008) apresentam um conceito mais sistemático, já deixando claro a necessidade de espaços e profissionais especializados, todavia ainda sem destacar a profissão de bibliotecário, ao dizer que se trata de,

> [...] organismo ou parte de uma organização cujo objetivo principal é organizar coleções, atualizá-las e facilitar, através de pessoal especializado, o acesso a documentos que respondam às necessidades dos usuários nos aspectos de informação, educação ou lazer; Edifício destinado a abrigar coleções de livros e documentos, devidamente ordenadas, para consulta pública ou particular. (Faria; Pericão, 2008, p. 99).

Diferente dos conceitos apresentados por Lemos (2008), Cunha e Cavalcante (2008), Faria e Pericão (2008) destacam que as bibliotecas também podem ter como fim o lazer, aspecto que será amplamente associado às bibliotecas públicas. Outrossim, cabe destacar que as bibliotecas nada mais são que instituições cujas satisfações são organizadas e disponibilizadas, entenda-se livros, documentos, informações, ou seja, conhecimento (Rosa, 2018). Situa-se, a partir dessa concepção, a Biblioteca Pública Benedito Leite, cujo acervo é composto não somente por materiais impressos, mas pela história e memória do Estado do Maranhão, difundido por meio de produtos e serviços que favorecem a apropriação dos patrimônios maranhenses.

É inerente ao ser humano o desejo de registrar aquilo que vê ou produz. Essas inscrições eram realizadas nos suportes disponíveis em cada época, os quais, ao longo do percurso histórico, foram se transformando e adquirindo novas características. A evolução foi tão significativa que os antigos blocos de argila deram lugar, progressivamente, a tecnologias contemporâneas de armazenamento, inclusive em ambientes digitais e na nuvem (Santos, 2012; Tanus, 2018).

Na Antiguidade, as bibliotecas já se faziam presentes e se diferenciavam pelo tipo de suporte que compunha seu acervo (Martins, 2002). O processo de guarda e preservação dos registros do conhecimento ocorria em locais específicos, conhecidos

como “armazenadores”, que desempenhavam papel fundamental na salvaguarda da história e da memória, evitando que se perdessem ao longo do tempo (Assmann, 2011; Rosa, 2018). Já se pode observar onde está fundada a associação das bibliotecas a espaços voltados unicamente para a armazenagem e guarda de documentos, cujo estereótipo é desconstruído com o passar dos anos. Além disso, percebe-se a relação dessas instituições com a preservação da memória, ou seja, as bibliotecas desde a Antiguidade já eram tidas como locais onde a memória encontrara abrigo e uma aliada.

Nesse sentido, Rosa (2018) parte da reflexão de que a criação das bibliotecas decorre das necessidades e demandas do grupo social ao qual serão vinculadas. A Biblioteca Pública Benedito Leite, por exemplo, foi criada em resposta à preocupação com a preservação dos registros impressos da época, temática que será detalhada na próxima seção. Assim, as bibliotecas surgem e se desenvolvem, trazendo consigo marcas e características da sociedade e do período em que se inserem e, com o passar dos anos, moldam-se às individualidades e às coletividades. Tal dinâmica pode ser observada ao longo de toda a história das bibliotecas, da Antiguidade à contemporaneidade[3].

A biblioteca de Alexandria destaca-se por ser, de certa forma, precursora do modelo de biblioteca voltado para a acumulação de registros. Situada na cidade homônima, era monumental e poderosa e tinha como propósito guardar a memória da humanidade (Jacob, 2008; Milanesi, 2013). Considerada a biblioteca mais famosa da Antiguidade, estava situada na região norte do Egito, a oeste do rio Nilo e às margens do Mediterrâneo, ou seja, espaço considerado estratégico, pois era o território berço da riqueza e do desenvolvimento da *polis* fundada pelo rei Alexandre Magno (Alexandre “o grande”) em 331 a.C. (Tanus, 2018; Rosa, 2018).

Tanus (2018) ressalta que, em um curto intervalo de tempo, a biblioteca de Alexandria já tinha fama de ser uma “biblioteca universal”, pois possuía uma quantidade significativa de rolos de papiro. Barbier (2005, p. 31, tradução nossa) pontua em sua obra “*Historia del Libro*”, que a biblioteca buscava não somente assegurar a conservação dos textos e facilitar o trabalho intelectual, mas promover a

[3] Para uma melhor compreensão e reconstrução da história do livro e das bibliotecas, recomenda-se a leitura do livro “A aventura do livro: do leitor ao navegador” de Roger Chartier (2002), “A palavra escrita” de Wilson Martins (1996) e “Biblioteca” de Luís Milanesi (2013). Obras que trazem todo o reconstructo da história do livro e das bibliotecas.

cultura grega. Além disso, Alexandria possuía obras valiosas, tais como os manuscritos de Aristóteles, Ésquilo, Sófocles, Eurípedes, dentre outros, ou seja, passou a ser a principal difusora de importantes trabalhos.

De acordo com Rosa (2018, p. 33), “[...] depois da Biblioteca de Alexandria, o número de bibliotecas cresceu porque se havia uma ideia genérica: a de transmitir o pensamento através dos livros.” Todavia, Martins (2002) ressalta que, na Grécia, o número de bibliotecas não era tão grande comparado a outros países. Segundo o autor, isso se deve à popularidade da cultura oral, eram comuns os teatros e os templos para discussão. Tem-se em Roma um primeiro indício das bibliotecas públicas, pois Júlio César, em 39 a.C., criou a biblioteca pública de Roma, “[...] composta por duas salas, uma de livros em latim e outra de livros em grego, ambas decoradas com estátuas de poetas e oradores dos dois idiomas.” (Tanus, 2018, p. 262).

Segundo Battles (2003), as bibliotecas foram sendo construídas conforme os desejos de seus imperadores, que desejavam salões de leitura, divisões entre livros em latim e em grego, ou seja, foram desenvolvidas como verdadeiros atrativos. Rosa (2018) destaca que as bibliotecas públicas tiveram origem nas casas de banho, espaços tradicionalmente associados à sociabilidade e à interação. Nesse contexto, já se observam as intenções diferenciadas que orientaram o surgimento dessas bibliotecas, concebidas não apenas como locais de guarda de documentos, característica predominante em outras unidades de informação, mas como ambientes que fomentavam relações sociais, o que é evidenciado justamente por sua instalação em espaços incomuns.

Embora as primeiras experiências revelassem intenções voltadas à convivência e ao uso social dos espaços, o amadurecimento das bibliotecas incorporou também preocupações mais amplas relacionadas à preservação do conhecimento e da memória. A primeira diz respeito à preocupação com a guarda e preservação dos registros do conhecimento. A segunda incide na preservação da memória materializada nos inúmeros escritos, reforçando a visão de que as bibliotecas são espaços onde a história registrada possibilita a reconstrução da memória. Logo, compreende-se o porquê de tais categorias estarem implicadas na constituição dessas instituições, traços que as consolidaram socialmente.

Na transição da Antiguidade para a Idade Média, tem-se o fomento da preocupação com a gênese da biblioteca pública. Tal surgimento fora marcado por

uma série de controvérsias, sobretudo por qual biblioteca foi a precursora dessa modalidade, embora tenha seus primeiros traços nas casas de banhos públicas, ora acentuadas (Rosa, 2018; Martins, 2002).

Acredita-se que a primeira biblioteca pública criada tenha sido a Ambrosiana de Milão, fundada em 1608 por Borromeu. Todavia, outras bibliotecas de mesma natureza também foram criadas, como por exemplo a de Bodleiana e da Argélia, cujo acesso aos materiais era facilitado, diferente de outras unidades consideradas ricas, onde os acervos eram restritos (Martins, 2002; Rosa, 2018). Identifica-se outra característica pertinente às bibliotecas públicas, o acesso facilitado ao acervo, que divergia das práticas mais comuns nas demais bibliotecas da época.

Paralelo à ascensão das bibliotecas, houve uma série de avanços nos suportes informacionais, fatos que também foram importantes para os modelos vindouros de unidades de informação. Barbier (2005) ressalta que o primeiro alfabeto latino, escrito inicialmente em letras maiúsculas, ganhou um incremento que se tornaria muito presente nas obras medievais, as letras minúsculas. A presença de letras nesses diferentes formatos conferiu à escrita maior rapidez e leitura facilitada, pois tais elementos tornaram-se mais visíveis, popularizando-se em toda Roma Antiga.

Além do desenvolvimento de uma escrita mais sofisticada, tem-se a invenção do códice (ou *códex*) – também chamado de livro dobrado – uma vez que os rolos de papiro vinham se extinguindo, juntamente com os pergaminhos, que embora representassem um avanço em termos de economia de espaço e durabilidade nas bibliotecas, abriram espaço para outras metodologias de leitura e estudo. Suportes considerados mais pessoais contribuíram de forma significativa para o sucesso do códice de pergaminho, que futuramente daria lugar ao precursor dos livros (Martins, 2002; Tanus, 2018).

Tanus (2018) observa que, apesar dos avanços na materialidade dos suportes durante a Idade Média, as bibliotecas permaneceram espaços restritos, acessíveis apenas a uma pequena parcela da população. Essa limitação fazia com que funcionassem mais como depósitos de livros, locais onde o conhecimento era ocultado em vez de compartilhado, além de serem marcadas por uma atmosfera de recolhimento e silêncio.

Essa proteção exagerada dos escritos expressava quão restrita era a Igreja, visto que grande parte das bibliotecas da Idade Média estava sob sua custódia, pois “A sociedade medieval era [...] composta pelo clero, que detinha o monopólio do

conhecimento [...]" (Rosa, 2018, p. 43). O acesso aos materiais era vedado para aqueles que não fossem ligados aos ordenamentos religiosos, sendo que algumas obras eram classificadas como profanas e retiradas dos acervos comuns[4].

A Idade Medieval marcou a sacralização das bibliotecas, pois muitas delas eram privadas, criadas e mantidas por imperadores, e eram consideradas "lugares sagrados", responsáveis por reunir a riqueza literária e informacional capaz de "salvar o mundo" (Rosa, 2018; Martins, 2002). Nesse período, ainda não havia uma sistemática eficaz de catalogação; os livros eram organizados principalmente conforme a frequência de uso, o que também se justificava pelo fato de essas bibliotecas possuírem acervos relativamente reduzidos (Tanus, 2018).

De acordo com Martins (2002), na Idade Média existiam três tipos de bibliotecas, a saber: bibliotecas monásticas (também chamadas de monacais), universitárias e particulares. As bibliotecas desse período eram marcadas pela obscuridade, pautada na ocultação dos saberes. A Igreja, embora tenha contribuído com o fomento das práticas formativas, era uma das principais interessadas em não oferecer esclarecimento à sociedade, por considerar algo perigoso (Rosa, 2018). As bibliotecas monásticas popularizaram-se, afastando-se a ideia de criarem-se bibliotecas públicas.

Tanus (2018), Battles (2005) e Martins (2002) pontuam que o livro nessa época era um artigo somente para pessoas privilegiadas, ou seja, os menos favorecidos seguiam analfabetos, pois tais materiais não faziam parte de suas vidas. Não se tinha o interesse de prover conhecimento às massas, deixando-as submissas aos mais poderosos, sobretudo à Igreja.

Silveira (2014) destaca que, em meados do século XIII, tem início uma importante mudança na cultura letrada do medievo, uma vez que as bibliotecas universitárias nascem vinculadas a importantes universidades. Com isso, não apenas a produção, mas a comercialização dos livros sai dos mosteiros e começa a ganhar outros espaços, apoiando atividades de ensino. As cópias deixam de ser centralizadas na Igreja, dando espaço para a cópia de outros livros por copistas leigos (Tanus, 2018; Martins, 2002). Silveira (2014, p. 58-59) esclarece que,

[4] O livro "O nome da rosa" de Umberto Eco, bem como o filme homônimo, mostra como foi esse período, como era a relação da igreja com o conhecimento registrado, tendo como plano de fundo um monastério, monges copistas, um livro e um romance proibido.

> [...] os acervos formados junto às universidades imprimiram um deslocamento na maneira de se pensar a presença do livro no contexto medieval. Rompendo com a imagem de objeto sagrado, o mesmo se institui enquanto material de trabalho que dinamiza e confere resposta às necessidades emergentes das novas dinâmicas sociais criadas em torno do conhecimento.

Inicialmente ligadas à Igreja, as bibliotecas começam a se afastar das ordens religiosas, no sentido de uma disseminação mais acessível e democrática, visto que nesse ínterim também começa a preocupação com os catálogos, visando facilitar a identificação e localização das obras (Rosa, 2018; Tanus, 2018; Silveira, 2014). Tanus (2018) e Battles (2005) ressaltam o duplo sentido dos livros no período medieval, embora dotados de valor sagrado, passaram a estar associados às práticas de ensino e trabalho, dando suporte para os pesquisadores das universidades de Bolonha, Sorbonne, Oxford, Cambridge e Toulouse.

Segundo Barbier (2005), dois importantes fatos foram fundamentais para a expansão das bibliotecas, notadamente a invenção da imprensa de Johannes Gensfleisch zur Laden zum Gutenberg e o desenvolvimento do papel, fatos que serviram de arranque para uma larga produção bibliográfica. Martins (2002) aponta que, com a chegada do Renascimento, as bibliotecas públicas retornam às pautas de discussão, pois o caráter “público”, por muito tempo ofuscado, volta a ganhar relevância.

Observa-se, nesse período, um crescimento acelerado dos acervos, o que exigiu novos mecanismos de gestão e disseminação da informação, além de espaços adequados para abrigar a massa documental em expansão. Esse movimento evidencia a emergência do interesse público, afinal, quem leria todo esse material acumulado? Assim, as bibliotecas públicas começam a assumir contornos mais definidos e marcantes.

3.2 A EMERGÊNCIA DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS

Tendo sua origem filiada à produção e manutenção dos registros do conhecimento, a complexa realidade das bibliotecas públicas reflete os significados que marcaram a sua emergência em meados do século XVI, período que evidenciou uma série de transformações. As rupturas políticas, sociais e culturais, exemplificadas pelas revoluções da época, explicitaram a ascensão de novas concepções ideológicas, cujo pensamento social foi diretamente tensionado (Araújo, 2022).

Nessa época, os entendimentos acerca das bibliotecas enquanto instituição privada e proibitiva começam a perder força, dando espaço a diferentes tipologias, tais como as bibliotecas nacionais, circulantes, as que exigiam pagamentos para seu uso, as filantrópicas de base financeira mista e as anglo-americanas subsidiadas por impostos (Lessa, 2021).

Observa-se que outras bibliotecas “públicas” foram surgindo, todavia, a sua perspectiva pública não estava voltada para o acesso de todos, mas no retorno social que ela possibilitava aos pesquisadores da época. Deixando claro que eram parcialmente públicas, não no sentido de serem espaços de acesso aberto a todos e de emancipação social. Battles (2003) esclarece que a população não usufruía do acervo, mas o que era produzido a partir dele impactava na sociedade, ou seja, contribuía para o desenvolvimento social, todavia o usufruto é apenas dos intelectuais e pesquisadores. De modo geral, servia apenas de palco e holofote da Igreja e dos governantes.

Nesse momento, as bibliotecas retornam ao seu lugar de popularidade, sobretudo pelo estímulo das apresentações públicas, a retomada da erudição tão ansiada pelos duques, mercadores e papas. Com isso, os pensamentos democráticos de acesso expandem-se, e começa então a se tornar real o processo de democratização de acesso à informação, mesmo que de forma limitada (Battles, 2003; Martins, 2002). Araújo (2022) e Rosa (2018) explicam que a produção em série e o comércio livreiro fizeram com que o livro ganhasse mais importância, resultando no aumento da sua produção. Tinha-se, então, um cenário complexo, marcado pela grande produção de impressos, ampliação do acesso aos livros e à leitura, expansão das bibliotecas, anseio por democratização de acesso, necessidade de metodologias que permitissem a fácil localização e identificação de obras, exigindo-se, inclusive, a presença de um bibliotecário, além do aperfeiçoamento das tecnologias (Lessa, 2021; Rosa, 2018). Araújo (2022, p. 77) contextualiza esse momento chamando atenção para o rompimento do monopólio da igreja em torno das bibliotecas, visto que,

> Com o aumento da produção tipográfica inicia-se então a disseminação do conhecimento e as bibliotecas passam a ser mais valorizadas como instrumento social e público. Desta forma rompe-se com o monopólio que a igreja exercia sobre as bibliotecas, que assumem um caráter universal, ampliando seu conceito e função na sociedade.

Tem-se então uma espécie de dessacralização do livro e a leitura se tornando algo mais cotidiano e habitual, cuja democratização favorece a expansão das

bibliotecas e modifica a forma como esta então era entendida. Além disso, foi notável a ampliação do acesso à educação, ao passo em que foram criadas universidades, expandida a necessidade de acesso à informação. Tinha-se, assim, um crescimento no público que buscava as bibliotecas, exigindo, inclusive, uma melhora na sua estrutura. Araújo (2022, p. 77) complementa, destacando que no século XVI "[...] a Renascença trouxe a efervescência cultural, e é neste contexto que surge a primeira biblioteca pública moderna de Florença."

Segundo Burke (2003), existiam bibliotecas "quase públicas" nos séculos XVII e XVIII, visto que seu acesso era favorecido apenas a pesquisadores, porém restritas a somente dois dias na semana, dependendo, ainda, da autorização do bibliotecário e demais profissionais de sua equipe. Lessa (2021) explica que havia poucas bibliotecas no norte e leste europeu, fazendo com que os pesquisadores migrassem para a Europa Ocidental em busca de bibliotecas mais conhecidas, notadamente as parisienses, dentre elas as bibliotecas do cardeal Mazarino, Saint-Victor e do Jardim Real. A autora complementa, destacando que,

> Nesse período, a ideia de biblioteca "pública" se estendia na Europa como um equipamento intelectual que servia aos estudiosos como um espaço de leitura, recepção, apropriação e aquisição de conhecimento. Contudo, mesmo com esta configuração, o conceito de biblioteca pública excluía o acesso indiscriminado para todos os cidadãos. (Lessa, 2021, p. 18).

Lemos (2008) diz que, com a chegada do século XVII, as bibliotecas tornaram-se espaços mais abertos, graças aos avanços na imprensa e na popularização da informação em uma escala ainda maior. Nesse sentido, na Europa, o conceito moderno de biblioteca pública ganha destaque, deixando de atender apenas a um seleto grupo de pesquisadores para se constituir como espaço gratuito e aberto a todos os interessados, que passaram a ter à disposição amplos acervos de autores renomados. Essa mudança marca uma das características mais significativas das bibliotecas públicas, justamente o seu papel como democratizadora da informação. Tal princípio, que orienta suas práticas, fundamenta-se no acesso igualitário aos bens culturais e informacionais que abrigam.

Segundo Martins (2002), as bibliotecas estavam agora abertas ao público, estava-se em busca de leitores, uma vez que, conforme aponta Rosa (2018), à medida que as formas de socialização e acesso mudam, transformam-se, por conseguinte, as práticas sociais, sobretudo aquelas ligadas ao acesso à informação e ao conhecimento. Tal movimento teve continuidade em todo o século XVIII, pois o

Renascimento implicou em grandes transformações sociais, anunciando a chegada da Idade Moderna (Gomes, 2014). Além disso, a própria Revolução Francesa, o movimento Iluminista e a aparição do Estado de direito, deram ênfase aos direitos de acesso e socialização do conhecimento e dos saberes.

Nesse sentido, destaca-se que,

> Esse período histórico pode ser considerado como “ponto de largada” da construção de uma compreensão da informação enquanto objeto de grande valor para o desenvolvimento social e para a renovação das idéias. Assim, as bibliotecas começaram a ser entendidas como um ambiente relevante para a socialização dos saberes. (Gomes, 2014, p. 155).

O valor que a informação adquire na sociedade vai ao encontro da finalidade das bibliotecas e o seu real sentido, visto que a especialização do conhecimento e os múltiplos interesses dos leitores fazem com que o mundo da informação se torne pequeno. Lessa (2021) pontua que a socialização do conhecimento explicita o caráter público e social dessas unidades de informação.

Essa transição revisita o pensamento de que as bibliotecas públicas não se reduzem ao fato de serem geridas ou mantidas pelo governo ou entidades específicas, mas ao fato de serem abertas e amplas a todos os interessados. Desse modo, colocam-se em tela os serviços que essa instituição pode oferecer à população, portanto, ressignificando seus objetivos, os quais contemplam a difusão da cultura, da educação e o fomento à leitura, na perspectiva de formar cidadãos críticos e reflexivos, bem como especializados tendo em vista as suas necessidades cada vez mais particulares.

Retoma-se esse processo de transição caracterizado pela produção bibliográfica em alta escala e necessidade de adequação por parte das bibliotecas. Passou-se a buscar mecanismos capazes de ordenar e permitir a recuperação desses materiais. Surgem, assim, os catálogos, cujo objetivo era organizar de forma sistemática os acervos (Araújo, 2022; Rosa, 2018).

Destaca-se, assim, que a passagem dos séculos permitiu que as unidades de informação se aperfeiçoassem, os avanços tecnológicos possibilitaram uma série de avanços, e o papel da informação e do conhecimento foi ressignificado, sobretudo após a Revolução Industrial (Rosa, 2018; Gomes, 2014). Essa ruptura exigiu das bibliotecas a mudança de postura, bem como a ressignificação de suas ações. O crescimento do acervo, a presença das tecnologias, o desenvolvimento de diferentes suportes instaurou um novo paradigma para as unidades de informação, levando-as

a assumir um outro papel na sociedade. As bibliotecas deixam de ser meras acumuladoras e armazenadoras de informações e documentos, e assumem o papel de intermediadoras sociais.

Embora o contexto acenasse de forma favorável para a expansão das bibliotecas em prol de ideais públicos e democráticos, na era Moderna as bibliotecas ainda expressavam *status* elevado, somente pessoas com maior poder econômico e da nobreza tinham acesso, portanto, a maioria da população continuava sem acesso, sobretudo os trabalhadores pobres e analfabetos (Araújo, 2022). Esta aura intocável e restrita ainda permanece nas bibliotecas, a população a enxerga como espaços dos quais não fazem parte, facultado somente a pessoas ditas letradas e culturalmente elevadas.

No século XVIII, viu-se o aparecimento das primeiras grandes bibliotecas nacionais, a Biblioteca Nacional da Espanha e a Biblioteca do Museu Britânico de Londres. Importa mencionar que houve notável movimento para a abertura de bibliotecas ao público na França, porém não bastava que estas estivessem abertas, pois ainda não eram vistas como dispositivo a serviço da população (Araújo, 2022).

Battles (2003) ressalta que, a partir disso, as bibliotecas públicas foram então se desenvolvendo no começo do século XIX, embora já existissem unidades de informação com a mesma filosofia, porém sem o substrato necessário para que pudessem emancipar-se enquanto biblioteca de acesso aberto, gratuito e para todos. Rosa (2018), Martins (2002) e Cardoso (2013) corroboram, destacando que a Idade Moderna rompe com a conotação de espaços depositários e passivos de obras que tinham as bibliotecas, sobretudo pela imensidão de documentos que se multiplicavam a cada dia.

Jaramillo, Montoya Ríos e Uribe Tirado (2008) explicam que, embora a América Latina costume ser tratada como um conjunto regional, é importante reconhecer que cada país apresenta realidades próprias. Diversos autores alertam que considerar a região como uma unidade homogênea leva a interpretações equivocadas, já que os contextos sociais, culturais, políticos e econômicos variam significativamente entre as nações.

Para compreender o desenvolvimento das bibliotecas públicas na região, é necessário recorrer ao percurso histórico que permite identificar diferentes momentos e interpretar os processos que moldaram essa instituição na sociedade. O aparecimento e a consolidação das bibliotecas públicas na América Latina estão

associados principalmente ao crescimento urbano, aos fluxos migratórios e à industrialização, fatores que se articulam às condições específicas de cada país (Jaramillo; Montoya Ríos; Uribe Tirado, 2008).

Além desses processos, outras circunstâncias influenciaram a criação dessas bibliotecas, como doações de acervos feitas por comunidades religiosas, iniciativas de filantropos como Domingo Faustino Sarmiento, José Vasconcelos, Alfonso Reyes e Diego Echavarría Misas, e ações de grupos organizados da sociedade, a exemplo da Sociedade de Amigos de Cuba, da Comissão para a Proteção das Bibliotecas Populares, da Rede de Bibliotecas Populares de Antioquia e de diferentes fundos comunitários. Em grande parte, tais iniciativas buscavam ampliar o acesso ao conhecimento e à educação, funcionando como meios para alcançar populações historicamente excluídas das políticas estatais (Jaramillo; Montoya Ríos; Uribe Tirado, 2008).

A expansão da educação pública também teve papel relevante nesse processo, por aumentar a demanda por informação e por espaços de leitura destinados aos novos públicos que passavam a ter contato mais direto com práticas educativas. Assim, a origem das bibliotecas públicas latino-americanas apresenta certos padrões compartilhados, entre eles a ligação estreita com o surgimento das Bibliotecas Nacionais, a influência de grupos empenhados no fortalecimento cultural de seus países e a vinculação administrativa dessas instituições aos ministérios responsáveis pela instrução ou pela educação pública (Jaramillo; Montoya Ríos; Uribe Tirado, 2008).

Jaramillo, Montoya Ríos e Uribe Tirado (2008) destacam, dentre os principais eventos que marcaram a história das bibliotecas públicas na América Latina, o surgimento da Biblioteca Nacional da Colômbia em 1777 como a primeira Biblioteca Nacional da região, que impulsionaria os serviços de bibliotecas públicas no país e, especificamente, da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas. Posteriormente, em 1793, foi criada a biblioteca da Sociedade Econômica de Amigos de Cuba, como apoio à educação e à cultura; mais tarde, em 1901, a Biblioteca Nacional, e no ano de 1963, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas.

Embora Jaramillo, Montoya Ríos e Uribe Tirado (2008) ressaltem que as bibliotecas públicas só ganharam concretude nacional a partir de 1937, com a criação do Instituto Nacional do Livro pelo governo brasileiro, cuja finalidade era incentivar a produção editorial, aprimorar os serviços bibliotecários e promover a instalação de

unidades em diferentes regiões do país, sabe-se que a primeira biblioteca pública brasileira surgiu muito antes desse marco.

A Biblioteca Pública da Bahia, instituída em 1811 e inaugurada em 4 de agosto do mesmo ano, funcionava no segundo pavimento do antigo edifício dos jesuítas no Terreiro de Jesus, em Salvador. Sua fundação resultou da iniciativa coletiva da elite baiana influenciada pelo pensamento iluminista e contou com o protagonismo do Coronel Pedro Gomes Ferrão Castelo Branco e do Conde dos Arcos, então governador da província. Desde sua abertura ao público, passou a ser reconhecida como a primeira biblioteca pública do Brasil (Azevedo, 2012). Algumas décadas depois, em 3 de maio de 1831, foi criada a Biblioteca Pública Benedito Leite, em São Luís do Maranhão.

Cabe destacar que, ao longo desse percurso, também foram criadas bibliotecas de pequeno porte, que podem ser consideradas precursoras das atuais bibliotecas comunitárias. Essas unidades, organizadas por associações, grupos populares ou pelos próprios moradores, evidenciam o papel dessas iniciativas como espaços de inclusão e promoção social. Esse mesmo caráter vem sendo assumido, em grande medida, pelas próprias bibliotecas públicas.

Assis (2022) pontua que a construção do conceito de biblioteca pública ocorreu com a intervenção do Estado na sociedade e efervescência da democracia, tendo como chaves a Revolução Francesa e as ideias iluministas. Segundo o autor, em 1850, na Inglaterra, foi promulgada uma lei que orientava a destinação de orçamento público para a construção e manutenção de bibliotecas que atenderiam à população, estabelecendo, assim, o princípio de bibliotecas públicas gratuitas (Lessa, 2021).

Conforme Lessa (2021, p. 19), essa lei é considerada uma iniciativa primeira com vistas ao estabelecimento de “[...] uma instituição nacional responsável pelo acesso universal e gratuito à informação e à literatura, conferindo à biblioteca o papel de atuar como agente de legitimação no desempenho da sociedade por meio de práticas de leitura.” De igual modo, nos Estados Unidos via-se o surgimento de ações em prol do letramento da sociedade, cujo financiamento era tanto por verbas públicas quanto de instituições privadas.

Conforme destacado por Lessa (2021), as ações engendradas nos Estados Unidos e na Inglaterra marcaram a base do conceito de biblioteca pública. Araújo (2022) corrobora, acentuando que ambas as nações fomentaram a profissionalização dos cidadãos da época por meio das bibliotecas públicas, no intuito de reduzir as

problemáticas sociais acentuadas. Isso revela a ligação das bibliotecas públicas, em sua gênese, com o enfrentamento da desigualdade social via práticas leitoras e formação da sociedade, explicitando, inclusive, seu papel enquanto instituição educadora e de transformação social.

Nesse sentido, Almeida Júnior (2013) pontua que a manutenção integral pelo Estado, dotação de funções específicas e a intenção de atender a população na totalidade, são as características basilares que irão diferenciar a biblioteca pública das demais. No entanto, o autor adverte que as motivações que culminaram no surgimento das bibliotecas são controversas. Segundo o autor, há duas linhas motivadoras para a emergência das bibliotecas públicas.

A primeira é que essas instituições surgiram frente à necessidade e exigência de mão de obra qualificada na emergência da Revolução Industrial, atuando, portanto, como caminho para aperfeiçoamento dos trabalhadores fora do ensino formal, como uma ação estritamente filantrópica. Sem necessariamente uma demanda popular, Wada (1985, p. 16) explica que na ascensão industrial americana e inglesa, “[...] as Bibliotecas Públicas surgiram em decorrência de um excedente econômico que, além de favorecer a criação de bibliotecas, despertou para a necessidade de estender seus recursos a toda a comunidade.”

A segunda perspectiva está centrada na reivindicação popular como fator determinante para o surgimento das bibliotecas públicas, sobretudo visando acesso gratuito à educação. A eclosão da Revolução Francesa incide em um levante popular que busca melhores condições de vida, e isso inclui acesso à educação. Dessa forma, a abertura de bibliotecas supriria tal demanda, uma vez que o Estado seria o responsável pela construção, estruturação, implantação e manutenção desses aparelhos (Almeida Júnior, 2013).

Depreende-se, a partir de tal contextualização, a presença de múltiplas camadas no que diz respeito ao surgimento das bibliotecas públicas, a filiando a diferentes funções sociais, em especial ao seu papel revolucionário enquanto mecanismos capazes de atuar efetivamente na provisão de conhecimento perante a demanda por profissionais capacitados no apogeu da industrialização. Enxerga-se, assim, na constituição do entendimento de biblioteca pública no século XIX, o papel da instituição em prol da ruptura social na qual o indivíduo deixa de ser um mero subserviente e assume a postura de um cidadão, colocando em evidência a importância do acesso à informação e ao conhecimento, por sua vez impulsionados

pela popularização da leitura, largo desenvolvimento dos meios de imprensa e o mercado editorial.

A criação de bibliotecas públicas toma novos impulsos com a chegada do século XX, visando o exercício educativo dessas instituições (Araújo, 2022). Os ideais democráticos popularizados entre os norte-americanos, que por sua vez balizaram o entendimento de biblioteca pública no contexto brasileiro, como explica Assis (2022). As bibliotecas americanas propagavam esse modelo de forma notável, se devia, também, ao cenário pós-guerra, caracterizado por um país fortalecido e de ascensão industrial.

No entanto, não se tinha clareza quanto à atuação das bibliotecas públicas, sua relevância política e atuação no sentido de formar leitores e disseminar informações para a sociedade como um todo. Nesse sentido, Araújo (2022) corrobora essa inconsistência de entendimento quanto à missão e função social das bibliotecas públicas, visto que o seu histórico de acesso era marcado por condições aquisitivas e cultura elitista.

A dificuldade de definir um conceito abrangente para as bibliotecas públicas é destacada por Jaramillo, Montoya Ríos e Uribe Tirado (2008). A autora afirma que é necessário um entendimento capaz de explicitar sua função social e sua articulação com a realidade, incluindo ambientes, sujeitos e contextos. Esse conceito deve considerar três dimensões fundamentais, são elas a axiológica, a jurídica e a administrativa. Dessa forma, a biblioteca pública é compreendida como uma instituição social atravessada por processos de gestão, dotada de finalidades e objetivos, que desempenha funções específicas, envolve indivíduos e produz serviços e bens culturais.

Nesse sentido, a autora destaca que a biblioteca pública deve ser compreendida como uma instituição social dedicada a promover e facilitar o acesso amplo, livre e aberto à informação e ao conhecimento. Essa atuação busca oferecer à população oportunidades educativas, informativas, culturais e de lazer (Jaramillo; Montoya Ríos; Uribe Tirado, 2008). Ao assumir esse papel, a biblioteca reafirma seu compromisso com a garantia do direito à informação, entendido como elemento fundamental para o desenvolvimento das comunidades e para o exercício da participação cidadã.

A biblioteca pública configura-se, em sua concepção ideal, como um direito fundamental do cidadão. Ela contribui para o exercício dos direitos civis ao favorecer

a formação profissional e técnica de seus usuários; para o exercício dos direitos políticos ao promover a educação voltada à participação consciente na vida pública; e para o exercício dos direitos sociais ao reduzir desigualdades materiais entre diferentes grupos sociais por meio da oferta gratuita e acessível de diversos serviços (Jaramillo; Montoya Ríos; Uribe Tirado, 2008).

Dessa forma, evidencia-se o amplo potencial da biblioteca pública para atuar nas dinâmicas sociais, considerando sua capacidade de contribuir, de maneira direta ou indireta, para mitigar desigualdades econômicas, culturais, educacionais e organizacionais. Esse papel pressupõe uma abordagem que ultrapasse modelos tradicionais e incorpore as necessidades e demandas colocadas pelo desenvolvimento histórico (Jaramillo; Montoya Ríos; Uribe Tirado, 2008).

O *Manifesto da UNESCO sobre bibliotecas públicas*, publicado em 1949, é apontado como um dos marcos para o estabelecimento de uma definição e clareza em suas características, notadamente aquelas que enfatizam seu caráter democrático e articulação com outras instituições, conforme pode ser observado no extrato a seguir:

> A biblioteca pública é um produto da democracia moderna e uma demonstração prática da fé da democracia na educação universal como um processo ao longo da vida. Embora destinada principalmente a atender às necessidades educacionais dos adultos, a biblioteca pública também deve complementar o trabalho das escolas no desenvolvimento do gosto pela leitura em crianças e jovens, ajudando-os a se tornarem adultos que possam utilizar os livros com apreciação e proveito. [...] A biblioteca pública deve ser ativa e positiva em sua política e uma parte dinâmica da vida comunitária. A biblioteca pública deve vincular suas atividades ao trabalho de outras agências educacionais, culturais e sociais — como escolas, universidades, museus, sindicatos, clubes de estudo, grupos de educação de adultos, etc. Ela também deve cooperar com outras bibliotecas no empréstimo de publicações e com associações de bibliotecas para o avanço da biblioteconomia pública. (UNESCO, 1949, p. 1-2, tradução nossa).[5]

O Manifesto de 1949 evidencia o papel da biblioteca pública na promoção do acesso democrático ao conhecimento e na formação ao longo da vida de diversos indivíduos e comunidades. Destaca-se a postura ativa da biblioteca em relação às

[5] The public library is a product of modern democracy and a practical demonstration of democracy's faith in universal education as a life-long process. Though primarily intended to serve the educational needs of adults, the public library should also supplement the work of the schools in developing the reading tastes of children and young people, helping them to become adults who can use books with appreciation and profit. […] The public library should be active and positive in its policy and a dynamic part of community life. The public library should link its activities with the work of other educational, cultural, and social agencies – the schools, universities, museums, labour unions, study clubs, adult education groups, etc. It should also co-operate with other libraries in the loan of publications and with library associations for the advancement of public librarianship.

dinâmicas comunitárias, com seu trabalho articulado com instituições educacionais, culturais, sociais, entre outras. Adicionalmente, o referido documento ratifica que essa instituição é fundada e mantida sob autoridade legal, financiada majoritariamente por recursos públicos e aberta a todos os membros da comunidade de forma gratuita, independentemente de ocupação, credo, classe ou raça.

Nesses termos, a biblioteca pública deve oferecer uma ampla gama de materiais, como livros, filmes, partituras e jornais, e promover o autodesenvolvimento contínuo, o avanço do conhecimento, a liberdade de expressão e a formação de cidadãos melhores e mais críticos, tanto em âmbito local quanto global. Além disso, ela se conecta com outras instituições educacionais e culturais, agindo como uma "universidade do povo", onde a educação é acessível a todos. Observa-se, ainda, a latente preocupação em dar suporte às práticas educativas e a necessidade de a biblioteca pública ser constituída com aporte legislativo e do Estado (Assis, 2022).

O Manifesto da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) foi atualizado em 1972, ampliando o foco que antes se restringia à educação e ao desenvolvimento individual. A partir dessa atualização, o escopo de atuação das bibliotecas públicas passou a incluir dimensões culturais, tecnológicas e serviços sociais mais inclusivos. Enquanto no Manifesto de 1949 a biblioteca pública era vista como uma "força viva para a educação popular", desempenhando um papel fundamental na promoção da paz e do bem-estar social e espiritual por meio da educação e do entendimento internacional, no Manifesto de 1972 reconhecem-se os avanços ocorridos nos 25 anos anteriores, em consonância com a celebração do Ano Internacional do Livro.

Nesse novo contexto, a biblioteca pública é destacada não apenas como uma “força educativa”, mas também como uma instituição cultural e informativa. Nesse sentido, avulta-se que o papel da biblioteca pública foi expandido para ser um centro de cultura e informação, além de educação. A função democrática da biblioteca continua, mas agora com ênfase no acesso à informação cultural e técnica (UNESCO, 1972).

Diante disso, destaca-se que o *Manifesto da Biblioteca Pública da UNESCO* de 1972 avança na expansão do entendimento da biblioteca pública como um território convergente e marcado por subjetividades. Estabelece a biblioteca pública como uma instituição democrática essencial, comprometida com a promoção da educação, cultura e informação para todos os cidadãos. O documento demarca essa instituição

como um espaço inclusivo e acessível, cuja missão é garantir o livre acesso ao conhecimento, incentivando o aprendizado contínuo, a formação de opiniões críticas e o desenvolvimento das capacidades criativas e intelectuais (UNESCO, 1972). Ao passo em que é financiada por recursos públicos, a biblioteca pública deve ser gratuita e aberta a todos, sem distinção de raça, cor, nacionalidade, idade, gênero, religião ou condição social.

> A biblioteca pública é um centro cultural natural para a comunidade, reunindo pessoas com interesses semelhantes. Portanto, espaço e equipamento são necessários para exposições, discussões, palestras, apresentações musicais e filmes, tanto para adultos quanto para crianças (UNESCO, 1972, p. 14, tradução nossa)[6].

Nos termos do Manifesto, enfatiza-se que a biblioteca pública é um centro cultural dinâmico da comunidade, oferecendo uma ampla gama de materiais e recursos, incluindo livros, jornais, revistas, gravações audiovisuais e tecnologias modernas de comunicação. Nessa perspectiva, a biblioteca deve atender às necessidades de todos os segmentos da sociedade, com particular atenção a crianças, estudantes, idosos e pessoas com deficiência, oferecendo não apenas um acervo atualizado e diversificado, mas também ambientes acolhedores e programas culturais que fomentam o envolvimento comunitário.

Essa perspectiva converge com o entendimento de Jaramillo e Montoya Ríos (2000), o qual destaca que a biblioteca pública pode ser entendida como uma instituição de natureza social e cultural, sustentada e organizada pelo poder público, cuja missão é garantir o acesso amplo e gratuito à informação registrada em diferentes suportes, selecionada e adquirida com base em critérios específicos. Seu propósito é atender às demandas educacionais, informativas, culturais e de lazer da população. Dessa forma, busca contribuir para a melhoria das condições de vida da comunidade e favorecer a construção de relações democráticas, oferecendo serviços e programas gratuitos desenvolvidos e acompanhados por profissionais especializados.

O Manifesto destaca que a biblioteca pública deve desempenhar um papel ativo na sociedade, conectando-se a outras instituições educacionais, sociais e culturais, e sendo responsiva às mudanças nas demandas e interesses da comunidade. Dessa forma, a biblioteca pública é apresentada não apenas como um repositório de

[6] The public library is a natural cultural centre for the community, bringing together as it does people of similar interests. Space and equipment are therefore necessary for exhibitions, discussions, lectures, musical performances and films, both for adults and children.

conhecimento, mas como uma força vital para o desenvolvimento social e o progresso humano, promovendo a paz, o entendimento global e o bem-estar social.

O olhar que o Manifesto de 1972 lançou sobre as bibliotecas públicas colocou estas instituições em um lugar de destaque não somente na educação, mas também como espaço de inovação. Lessa (2021) e Assis (2022) realçam esse alinhamento das bibliotecas públicas ao atendimento das demandas da sociedade moderna, visto a ampliação de suas definições e a divisão de espaço entre os livros e os demais recursos provenientes do desenvolvimento tecnológico. Esses avanços se intensificam com a chegada da década de 1980, momento em que “Inicia-se o uso generalizado dos computadores e das novas tecnologias de comunicação nas bibliotecas, desencadeando o aparecimento das redes de bibliotecas, o que se reflete em suas funções e conceito” (Lessa, 2021, p. 22).

A face multidimensional das bibliotecas públicas, conforme pontuado por Lessa (2021), Assis (2022) e conjugado no Manifesto de 1972, demonstra a capacidade dessas instituições de interferirem nas comunidades e suas dinâmicas sociais. Tal perspectiva corrobora a emergência de documentos importantes e que conferiram um melhor delineamento da missão, função e das diretrizes de atuação das bibliotecas públicas, ao passo em que se avança para uma sociedade cada vez mais conectada e tecnológica.

Nesse contexto, destaca-se a *Declaração de Caracas sobre a Biblioteca Pública,* publicada em 1985, que reafirmou o papel fundamental das bibliotecas públicas na América Latina e no Caribe como instrumentos de desenvolvimento social e mudança. Tal declaração representou um avanço em relação ao Manifesto da Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) de 1972. Enquanto o Manifesto de 1972 enfatiza a função democrática da biblioteca pública como uma instituição que promove educação, cultura e informação acessíveis a todos, a *Declaração de Caracas* (1985) foca em aspectos regionais e contextuais. Ela destaca a promoção da cultura local e minoritária, a necessidade de políticas nacionais específicas e o desenvolvimento de infraestrutura e recursos humanos, ajustando o papel das bibliotecas às realidades socioculturais e econômicas locais.

Borges (2021) ressalta que a Declaração de Caracas reforça o papel da biblioteca pública em assegurar o livre acesso aos conhecimentos registrados, em suas diferentes formas de expressão e manifestação, além de possibilitar o contato com os saberes de gerações passadas, o apreço pelas artes e outras realizações

humanas por toda a população, em suas mais diversas comunidades. Nesses termos, o autor enfatiza que a Declaração “[...] focaliza as realidades e necessidades inerentes ao papel destas instituições em uma região do mundo historicamente marcada por contrastes sociais resultantes de processos longos e perversos de colonização [...]” (Borges, 2021, p. 55).

As particularidades e subjetividades sociais e culturais devem servir de base para os serviços das bibliotecas públicas. É por meio dessa valorização que essas instituições serão capazes de promover o desenvolvimento e a inclusão sociocultural por meio do acesso ao conhecimento. Diante disso, reconhece-se a contribuição da Declaração de Caracas tanto como um instrumento concebido na América Latina e no Caribe quanto como diretriz que lança olhares para a diversidade do sul global. Cabe destacar que a *Declaração de Caracas sobre a Biblioteca P*ública tensiona a realidade das bibliotecas públicas, ao passo em que chama atenção para questões orçamentárias, infraestrutura, políticas públicas, bem como ambientes que atendem a diferentes faixas etárias.

Com o acelerado desenvolvimento tecnológico, os estudos acerca da complexidade informacional e a desmaterialização dos suportes (Assis, 2022), a biblioteca pública se vê diante de um arranjo social distinto. Tais mudanças levaram a IFLA e a UNESCO a atualizarem o *Manifesto sobre bibliotecas públicas* em 1994, o qual passou a definir a biblioteca pública como “o centro local de informação, tornando prontamente acessíveis aos seus utilizadores o conhecimento e a informação de todos os gêneros.” (IFLA, 1994, p. 1).

Esse conceito amplamente difundido posiciona as bibliotecas públicas como instituições que buscam garantir acesso igualitário à informação, além de apoiar o desenvolvimento contínuo da educação, por meio de uma ampla variedade de produtos e serviços acessíveis a todos, sem distinções. Destacando a importância da biblioteca pública como "porta de acesso local ao conhecimento" e enfatizando o papel das bibliotecas no desenvolvimento da democracia, da diversidade cultural e no estímulo à criatividade.

O Manifesto de 1994 introduz missões mais específicas, como o fomento ao diálogo intercultural, o suporte a atividades de alfabetização, a promoção da tradição oral e a necessidade de capacitação tecnológica. Além disso, há uma maior preocupação com a adaptação dos serviços às necessidades locais e à acessibilidade para grupos minoritários e pessoas com deficiência (IFLA, 1994).

As diretrizes da IFLA, estabelecidas em nível global, encontram eco no Maranhão através da Biblioteca Pública Benedito Leite, que se empenha em fornecer acesso à informação em diversas formas. A Benedito Leite incorpora elementos plurais da cultura maranhense, promovendo sua disseminação por meio de seus produtos e serviços, além da relação íntima que os usuários desenvolvem com a instituição. A importância de seus serviços educativos é evidente, e a Educação Patrimonial desempenha um papel significativo no fortalecimento dos laços da população com a biblioteca e a memória do estado. Assim, para assegurar o desenvolvimento e a preservação desses valores, é essencial fornecer documentos que atendam às necessidades dos cidadãos, além de manter as coleções atualizadas e diversificadas em diferentes formatos e tecnologias (IFLA, 1994).

As bibliotecas públicas são espaços dinâmicos que promovem avanços em diferentes áreas da sociedade, não se limitando apenas ao contexto cultural, mas também contribuindo para a disseminação do conhecimento, impulsionando o progresso social (Costa; Cutrim, 2022). Flusser (1980) ressalta que não é suficiente conceber a biblioteca pública apenas como um meio de garantir acesso à informação; é essencial que ela atue no processo de “dar voz ao não público”, o que significa promover cultura, capacitar os indivíduos e assegurar seus direitos e cidadania.

Machado, Elias Júnior e Achilles (2014) acrescentam que as bibliotecas públicas são, portanto, equipamentos culturais e públicos que, por serem instituições sociais, baseiam-se no paradigma do acesso e da produção de conhecimento. Flusser (1983) reforça esse entendimento ao destacar que tais bibliotecas exercem um papel fundamental como instrumentos de ação cultural, atuando como centros culturais onde o bibliotecário, na função de "animador cultural", se torna um mediador e "catalisador" de iniciativas de fomento à cultura.

As colocações de Flusser (1980, 1983) reforçam as missões das bibliotecas públicas, conforme expresso no Manifesto da IFLA (1994), que abrange não apenas o acesso à informação, mas também a alfabetização, a educação e a cultura, esta última sendo um eixo central para esta pesquisa. Assim, segundo a IFLA (1994, p. 2), essas instituições têm como missão “5. Promover o conhecimento sobre a herança cultural, o apreço pelas artes e pelas realizações e inovações científicas; 6. Possibilitar o acesso a todas as formas de expressão cultural das artes do espetáculo; 7. Fomentar o diálogo intercultural e a diversidade cultural [...]”.

Com base nas reflexões de Costa e Cutrim (2022) e nas Missões da Biblioteca Pública da IFLA (1994), destaca-se a importância de compreender a biblioteca pública como um organismo plural, aberto, livre e democrático. Ela não se limita a preservar e divulgar produções bibliográficas, mas também tem a função de integrar diversas manifestações culturais, tanto materiais quanto imateriais, em consonância com as missões 5, 6 e 7, que tratam da preservação da cultura e sua herança. Assim, as bibliotecas públicas devem ser vistas como espaços únicos, diferentes de outras instituições, por sua natureza pública e pelo fato de serem produtos de interações e relações que convergem em um ambiente de múltiplos saberes, diálogos e construções coletivas.

Dessa forma, conforme Flusser (1980; 1983) e a construção teórica de Machado, Elias Júnior e Achilles (2014), a biblioteca pública deve ser vista como um espaço de interconexões sociais, políticas, econômicas, educacionais e culturais, onde se abrigam registros materiais e imateriais do conhecimento e da cultura. Ela não apenas preserva esse patrimônio, mas também o coloca em diálogo com a sociedade, fortalecendo as identidades culturais e promovendo o acesso ao conhecimento e à informação de forma democrática e inclusiva. Nessa chave de análise, destaca-se ainda que tanto os documentos da IFLA/UNESCO quanto a Declaração de Caracas ressaltam o papel da biblioteca pública como centro de informação, preservação da memória e promoção da diversidade cultural, além de enfatizarem sua função na inclusão social e digital em diferentes contextos e configurações sociais (Borges, 2021; IFLA, 1994; Declaración..., 1985).

A singularidade das bibliotecas públicas reside justamente no fato de serem espaços públicos que refletem e interagem com as comunidades, abrigando múltiplos saberes e promovendo interações e diálogos entre diferentes grupos. Essas instituições, portanto, não apenas organizam e disseminam informações, mas também cumprem um papel central na construção e desconstrução de saberes, contribuindo para o desenvolvimento social e cultural.

A biblioteca pública desempenha um papel importante na formação de cidadãos e no fortalecimento da participação social, tanto no âmbito individual quanto no coletivo. Por essa razão, pode ser compreendida como um direito fundamental, uma vez que apoia o exercício dos direitos civis ao contribuir para a qualificação profissional e técnica de seus usuários. Também favorece o exercício dos direitos políticos ao ampliar a compreensão sobre a participação na vida pública e estimula o

acesso aos direitos sociais ao ajudar a reduzir desigualdades materiais entre diferentes grupos, por meio da oferta gratuita de serviços abertos à comunidade (Jaramillo, 2006).

Consoante as mudanças e condições sociais, políticas e culturais da sociedade, as funções da biblioteca pública têm igualmente se transformado. Inicialmente restritas à guarda de documentos, catalogação de materiais bibliográficos e disseminação de conhecimentos hegemônicos, no contexto emergente essas instituições são peças-chave nas políticas de cultura e educação, bem como no desenvolvimento sustentável de distintos grupos sociais. Nesse sentido, destaca-se a publicação de uma nova versão do Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas em 2022, que se adapta às novas demandas sociais, culturais e tecnológicas surgidas nas últimas décadas. Na Figura 4 foram sistematizados os principais avanços explicitados no referido documento, quando comparado aos seus antecessores.

Figura 4 – Avanços identificados no Manifesto da IFLA/UNESCO de 2022



Fonte: Elaborado pela pessoa autora com base em IFLA (2022).

Observa-se que o Manifesto da IFLA/UNESCO de 2022 representa uma evolução significativa em relação à versão de 1994, ao reforçar a integração das bibliotecas públicas à era digital, expandindo o acesso a recursos online e adaptando-se às novas realidades tecnológicas. Assis (2022, p. 35) chama atenção para isso, enfatizando que “a biblioteca pública se adapta de forma constante aos meios de comunicação existentes, de modo a garantir o acesso e o uso das informações para as pessoas.” Desse modo, é imprescindível que as bibliotecas estejam presentes no meio digital, com o objetivo de ampliar o alcance de seus serviços às comunidades online. Isso se justifica pela crescente disponibilização de diversos produtos no ciberespaço, como bibliotecas digitais, acervos digitalizados e repositórios de obras raras, entre outros (Costa; Luce; Bernardino, 2024).

Além disso, o Manifesto reforça o compromisso com a inclusão, direcionando-se de forma mais clara para atender minorias e grupos marginalizados, como comunidades indígenas e pessoas com deficiência, na perspectiva de integrar-se a esses indivíduos constantemente excluídos e melhorar sua qualidade de vida (Assis, 2022). Cabe destacar, ainda, que a promoção do conhecimento científico e a preservação de saberes locais tornam-se prioridades, ampliando o papel das bibliotecas para além da educação formal, conduzindo essas instituições para atuarem como dispositivo estrutural na sociedade, que tanto “[...] interfere e sofre das interferências do seu contexto. Ou seja, a biblioteca passa a ser vista como um agente que informa, forma e sofre das interferências também dos indivíduos em seus processos.” (Assis, 2022, p. 38). Evoca-se, assim, o caráter ativo da biblioteca pública enquanto geradora de ideias, criatividade, inovação e criticidade.

Dentre os pontos que merecem destaque no tocante às atualizações presentes no Manifesto de 2022, está o alinhamento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O documento coloca as bibliotecas como agentes centrais na construção de sociedades mais justas e sustentáveis, promovendo também o engajamento comunitário e fortalecendo parcerias. Essas mudanças apontam para uma biblioteca pública que não só preserva o conhecimento, mas também atua proativamente na transformação social, tornando-se um ponto de convergência entre tecnologia, inclusão e cultura.

Nesse sentido, ressalta-se que as tecnologias digitais, a inclusão e a diversidade, a valorização dos saberes locais e regionais, o engajamento e as parcerias comunitárias, assim como o desenvolvimento sustentável, convergem na

mediação e intermediação das bibliotecas, reposicionando-as na sociedade contemporânea. Esse processo abre novos caminhos e amplia as possibilidades de acesso ao conhecimento, permitindo ao público um acesso facilitado e livre à informação em suas mais diversas manifestações e expressões. Logo, observou-se que as estantes deram espaço para a produção e divulgação da cultura, exposições, eventos, cursos, dentre outras atividades que rompem com a visão tradicional e arcaica desses aparelhos.

Com isso, as bibliotecas, em especial as bibliotecas públicas, assumiram um papel importante não apenas na construção de práticas sociais, mas para o desenvolvimento nos mais diferentes segmentos da sociedade (Jacob, 2008). E, como bem pontua Gomes (2014, p. 155),

> A expansão das atividades científicas, o acelerado desenvolvimento tecnológico, as disputas de mercado e dos domínios políticos entre as nações repercutiram na produção e circulação da informação, gerando o fenômeno da explosão informacional, vetor da necessidade das atividades de mediação da informação.

Essa mudança de perspectiva das bibliotecas públicas, apontada por Gomes (2014), também é ressaltada por Rosa (2018) ao dizer que, após a Segunda Guerra Mundial, tais bibliotecas assumiram a responsabilidade de atender às necessidades e promover a transformação dos múltiplos coletivos. Percebe-se que tais aparelhos incorporam papéis que perpassam a inclusão digital, a inserção e interação social, não restringindo suas práticas à captação de usuários, realização de empréstimos, devoluções e renovações, mas pensando como os seus produtos e serviços emancipam cidadãos, preservam a memória da comunidade e contribuem para o desenvolvimento social. Portanto, ancoram-se como espaços culturais propriamente ditos.

Em vista disso, a biblioteca pública atua como um espaço onde a comunidade participa e ganha visibilidade. O uso crescente das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) reforça esse papel ao permitir a circulação e o registro de informações do cotidiano que antes poderiam se perder. Nesse contexto, as bibliotecas inseridas no tecido urbano, especialmente em áreas historicamente marcadas pela exclusão, adquirem um valor ainda maior, por representarem um patrimônio vivo que conecta tempos distintos, pois preservam o passado, narram o presente e oferecem base para o futuro (Jaramillo, 2017).

Assim, concorda-se com Jaramillo (2017) quando afirma que o compromisso da biblioteca com a integração social e a extensão cultural se materializa na produção e organização de conteúdos que recuperam e recriam a memória coletiva por meio da valorização de saberes e práticas locais. Esse processo preserva a história, fortalece o capital cultural da comunidade e a reconhece como protagonista de sua própria narrativa. O material produzido passa a integrar os acervos locais e compõe o Serviço de Informação Local, evidenciando a riqueza e a diversidade cultural do território.

Nessa assertiva, a biblioteca pública tem uma missão dupla, atender os anseios individuais e coletivos, bem como contribuir para o processo de formação e organização social, tanto em partes quanto no todo. A perspectiva de biblioteca voltada à atenção das reais necessidades da sociedade se concretizou no Brasil tardiamente, a partir da inauguração da Biblioteca de São Paulo, todavia já era uma realidade em outros países, bem como alvo de estudo pela Biblioteconomia brasileira.

Mendes (2014, p. 58) explica essa mudança de perspectiva, à medida que "[...] criaram-se conceitos diferentes, separando o acesso ao conhecimento (bibliotecas) da criação de um conhecimento novo (centros de cultura)." Com isso, as bibliotecas se tornaram organismos polivalentes, integrando o acesso ao conhecimento, as discussões para a criação de novos saberes e novas estratégias de disseminação de informações.

Nesse sentido, corrobora-se essa perspectiva com o pensamento de Greenhalgh (2022, p. 33), ao chamar atenção que,

> Considerando a cultura popular, a biblioteca pública atua promovendo a melhor integração da comunidade com a biblioteca, não só como centro de informação, mas como centro cultural, tendo como responsabilidade a salvaguarda da documentação representativa dos valores culturais que expressam as raízes de sua comunidade, bem como na disseminação desses conteúdos.

Desse modo, pode-se afirmar que as transformações no tocante à organização e disseminação dos acervos das bibliotecas, abriram espaço para que suas práticas de mediação fossem então potencializadas. O tempo que se levava para processar tecnicamente um material, poderia ser direcionado para atividades de dinamização e disseminação desse acervo. Com isso, houve uma evolução no perfil das bibliotecas, sobretudo as bibliotecas públicas, que se tornaram cada vez mais centros culturais, como reforçam Mendes (2014), Rasteli e Caldas (2017).

As significações de biblioteca pública apresentadas nesta seção fomentam o avanço na discussão conceitual dessa tipologia de unidade de informação e suscitam algumas questões fundamentais: por que biblioteca pública? Qual é a sua finalidade? De que modo a biblioteca pública pode ser compreendida à luz dos paradigmas da Ciência da Informação em uma perspectiva intercultural? Essas questões serão discutidas nas seções seguintes.

4 AS BIBLIOTECAS PÚBLICAS E OS PARADIGMAS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: UMA PROPOSTA DE CONCEITO À LUZ DO PARADIGMA INTERCULTURAL ANTICOLONIAL

Pensar nas bibliotecas públicas como um domínio de conhecimento no campo da Ciência da Informação, assim como estabelecer um entendimento que guiará esta tese, requer compreender como esse campo se estruturou, especialmente em seus prismas teórico e metodológico. Cabe pontuar que há múltiplas definições de biblioteca pública, cada uma trazendo características sociais, demandas específicas de grupos e comunidades, além dos contextos histórico, político e econômico. A constituição do campo da Ciência da Informação também é marcada por tensões e deslocamentos, que, com o passar dos anos, conformaram novos paradigmas. Nesse sentido, esta seção se propõe a constituir uma definição de biblioteca pública ancorada em um dos paradigmas da Ciência da Informação, que orientará o enfoque do objeto desta tese.

Tem-se como ponto de partida o conceito multifacetado de informação, difuso objeto de estudo da Ciência da Informação (Rabello, 2012; Saracevic, 1995). É notório que a informação se faz presente em diferentes espaços, assumindo perspectivas distintas, majorando inegável relevância na sociedade. Outrossim, esse cenário conduz a uma complexa gama de entendimentos, conceitos e ocorrências da informação tanto no contexto empírico e cotidiano quanto no técnico-científico, perspectiva que, segundo Silva e Gomes (2015), causa uma diversidade de significados, os quais dificultam construir sentidos consistentes.

A dificuldade em produzir entendimentos daquilo que circunda os indivíduos também foi ressaltada por Dahlberg (1978, p. 101), ao dizer que “[...] os elementos da linguagem não estavam de antemão preparados e fixados, o homem teve que construí-los lentamente.” Nesse sentido, ressalta-se que o conceito de informação, assim como outros termos no campo da Ciência da Informação, demanda demasiada reflexão, visto que a própria constituição do campo está cercada por debates constantes.

Silva (2017) explica que historicamente muitos foram os conceitos de informação, os quais têm como ponto de partida o caráter etimológico de “dar forma” – elaborar enunciados dos vários objetos que o circundam (Dahlberg, 1978) – a contextos determinados ou intencionalidades estabelecidas da antiguidade à Idade

Moderna, posteriormente dando lugar a conceitos mais contemporâneos, tais como a transmissão de mensagens entre sujeitos, informação como processo de transmissão de sinais ou dados, como fenômeno de partilha, transferência, dinamização de conhecimento, dentre outros capazes de denotar o destaque que tal conceituação adquiriu nos séculos XX e XXI, "[...] culminando em percepções conceituais poli epistemológicas concretizando a relevância destes conceitos para o agir humano [...] para o desenvolvimento de tecnologias e equipamentos formais que auxiliam na produção da informação." (Silva, 2017, p. 18).

Ademais, advoga-se que a informação, contrariando o conceito aceito majoritariamente na área, está sendo empregada como criadora de conflitos, pois só estes viabilizam a transformação do conhecimento. A informação não dirime as dúvidas ou elimina incertezas. Ela exige a reconstrução do conhecimento na medida em que destrói certezas (Almeida Júnior, 2009, p. 97). Sabendo-se que os conceitos traduzem os atributos das coisas designadas e se constituem enunciados sobre as características necessárias a estes (Dahlberg, 1978), trabalha-se com o postulado de que:

> A informação é uma produção **fenomenicamente social** que tem por finalidade dinamizar a **inter-comunicação** humana e promover exposições e descobertas para construção do conhecimento através de **interações entre sujeito/autor e sujeito/usuário** por meio de dados (plano físico e **histórico-social** dos sujeitos da informação), mensagens (no plano abstrativo) e atividades documentais (plano material), que favorecem predicativos hermenêuticos aos sujeitos da informação e resultam na apreensão e apropriação pelo sujeito/usuário efetivando um caráter de compreensão. (Silva; Gomes, 2015, p. 150, grifo nosso).

Ao aproximar-se de uma perspectiva subjetivista do conceito de informação, a partir de Silva e Gomes (2015), vai-se ao encontro do interesse de reumanização daquele conceito, colocando-o em um contexto mais cultural reforçado no final dos anos 1970 (Capurro; Hjorland, 2007). Diante disso, faz-se necessário situar o paradigma da Ciência da Informação com o qual filia-se o conceito defendido aqui.

O campo da Ciência da Informação (CI) tem sua constituição marcada por uma diversidade de fatores, cuja compreensão se mostra demasiadamente desafiadora, bem como o seu processo de consolidação epistemológica (Souza, 2011). Fato é que esse quadro histórico-social é traz consigo os traços das próprias transformações pelas quais a sociedade tem passado, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, período este que desvela as revoluções de ordem científica e tecnológica.

É recorrente que estudos da Ciência da Informação acionem as formulações de Thomas Kuhn para explicar seus supostos paradigmas, adotando *A Estrutura das Revoluções Científicas* como base interpretativa. Para Kuhn (1997), a ciência tradicional não correspondia ao modo como a atividade científica efetivamente surge e se transforma ao longo do tempo. Sua proposta evidencia que o desenvolvimento científico ocorre por etapas sucessivas – fase pré-paradigmática, ciência normal, crise, revolução e nova ciência normal – configurando um ciclo contínuo de instabilidade e reorganização.

Contudo, conforme salienta Saldanha (2008), essa apropriação tende a simplificar e até distorcer o pensamento kuhniano, por aplicar a um campo social e interdisciplinar um modelo criado para ciências naturais. Assim, o autor adverte que o uso reiterado de Kuhn não captura a complexidade, a diversidade teórica e a continuidade histórica próprias da área. As limitações do modelo proposto por Kuhn em *A Estrutura das Revoluções Científicas* tornam-se evidentes quando aplicado à Ciência da Informação, sobretudo por se tratar de uma área inserida nas ciências sociais aplicadas, nas quais não se observam rupturas paradigmáticas semelhantes às das ciências naturais.

Conforme discute Saldanha (2008), essa transposição tende a produzir leituras artificiais da história e da epistemologia da CI, ao sugerir sucessões lineares e substituições completas de teorias que, de fato, não ocorreram. Em vez de revoluções que eliminam abordagens anteriores, a área apresenta convivência e diálogo entre tradições como biblioteconomia, documentação, teoria matemática, cognitivismo e perspectivas sociais. Outro limite relevante diz respeito à ideia de consenso, central na noção de paradigma em Kuhn, mas difícil de sustentar em um campo caracterizado pela heterogeneidade teórica e pela interdisciplinaridade.

Além disso, o enquadramento da CI na lógica de ciência normal, crise e revolução tende a distorcer sua historiografia, reforçando a noção de paradigmas estanques como físico, cognitivo e social, desconsiderando continuidades e hibridismos essenciais para compreender o desenvolvimento da área. Por essas razões, embora útil como ferramenta de reflexão, o modelo kuhniano mostra-se insuficiente para abarcar a complexidade dinâmica e cumulativa da Ciência da Informação.

Em vista disso, reforça-se que o epistêmico-social do surgimento da CI se desenvolve no âmago das problemáticas tecno-informacionais, as quais alicerçaram

a reestruturação dos tecidos sociais perante o capitalismo, paralelamente à emergência de constructos como sociedade em rede, sociedade da informação, dentre outros (Souza, 2012; 2011; Mattelart, 2005; Castells, 2013). Portanto, a CI se origina e se desenvolve a partir dessas condições, mas, sobretudo, pela conjugação de três domínios da sociedade contemporânea, notadamente indústria informacional, tecnologia da informação e ciência (Le Coadic, 1996).

Nesse sentido, Capurro (2003) e Souza (2012a) destacam haver um processo evolutivo não linear, especialmente ao se considerar o desenvolvimento epistemológico do campo da Ciência da Informação. Esse processo incorpora elementos de modelos fisicistas e converge com concepções científicas compreensivas. Ao discutir a institucionalização da Ciência da Informação como disciplina, dialoga-se com Parlemiti e Polity (2002), que explicam que esse processo está ancorado em duas dimensões essenciais, a institucionalização cognitiva (relacionada aos conhecimentos próprios da área, tais como conceitos, problemas abordados, aceitabilidade de soluções, métodos, instrumentos e técnicas) e a institucionalização social (que abrange as estruturas de visibilidade, bases sociais para os membros da comunidade, criação de cursos e as formalizações decorrentes desse processo, como sociedades de classe, conhecimentos produzidos, canais de comunicação científica, promoção de eventos, entre outros).

Essa complexidade foi ressaltada por Saracevic (1995), ao dizer que, igualmente a outros campos de conhecimento, a CI não pode ser entendida apenas por definições lexicais ou ontologia. Segundo o autor, trata-se de um campo marcado pela convergência de problemáticas oriundas tanto do desenvolvimento da pesquisa científica quanto das práticas profissionais, cujos métodos são continuamente questionados e tensionados.

Saracevic (1996) acentua que a Ciência da Informação expressa três características fundamentais para sua existência e evolução. A primeira delas, segundo ele, é que a Ciência da Informação é, por natureza, interdisciplinar, estando longe de ser completamente definida e marcada por mudanças em seu relacionamento com outras áreas do conhecimento.

Defende-se que toda área do conhecimento, independente de qual seja ela, toda disciplina, ao longo de seu decurso, almeja alcançar a maturidade científica, qualidade esta que representa uma espécie de institucionalização de uma ciência (Parlemiti; Polity, 2002; Santana, 2012). Augusto, Caldeira, Caluzi e Nardi (2004)

acentuam que, embora não haja consenso, a origem das disciplinas é descrita como cartesiana e fragmentada, visto o que advoga Descartes (1998) no Discurso do Método, publicado em 1637, que para que se alcance a compreensão de uma questão complexa é necessário decompô-la em fragmentos menores com vistas à sua simplificação, de modo que a união das partes favoreceria a resolução daquela.

Fato é que a especialização dos campos científicos reverberou a influência cartesiana ao longo do século XIX, acentuada pela industrialização e divisão do trabalho, por sua vez intensificados no século XX nas universidades, não deixando de alcançar, inclusive, os avanços das pesquisas científicas difundidas no mesmo período. Morin (2002) explica que a disciplinaridade nasceu da preocupação em se organizar o conhecimento, resultando em linguagens, métodos e teorias próprias.

Embora seja difícil encontrar uma via de interlocução entre as ciências, vistas as particularidades entre cada uma delas, é notório que nasceram muitos campos da união de outras, como bem acentua Morin (2002). Toma-se como condutor essa interlocução entre campos para pontuar que interdisciplinaridade consiste na “[...] interação existente entre duas ou mais disciplinas [...]” (Fazenda, 2012, p. 10). Bicalho e Oliveira (2005, p. 4) complementam, destacando que a interdisciplinaridade “[...] abre as barreiras disciplinares permitindo que as disciplinas façam incursões uma nas outras, intercambiando conhecimentos e procedimentos ou mesmo criando outros novos.”

Para Minayo (2010), a interdisciplinaridade ultrapassa a simples reunião de especialistas ou a justaposição de saberes, constituindo uma articulação efetiva entre disciplinas orientada pelo objeto de estudo. Para a autora, é o próprio fenômeno, em sua complexidade, que convoca diferentes campos a dialogarem, exigindo integração teórica, metodológica e conceitual para ser compreendido de forma mais profunda e ampliada. Trata-se de uma estratégia de investigação que demanda cooperação, problematização conjunta e construção compartilhada do conhecimento, permitindo que cada disciplina contribua com seus fragmentos analíticos sem perder sua identidade, mas enriquecendo-se no processo de interação.

Em diálogo com Japiassu (1976), entende-se que a interdisciplinaridade se constitui uma hiperdialética, ou seja, pressupõe a combinação de disciplinas visando um trabalho cooperativo, cuja colaboração tem como característica central o “[...] o fato de que ela incorpora os resultados de várias disciplinas, tomando-lhes de empréstimos esquemas conceituais de análise a fim de fazê-los integrar, depois de

havê-los comparado e julgado.” Essa visão é compartilhada, também, por Fazenda (2008, p. 18), ao evidenciar “[...] integração mútua dos conceitos-chave da epistemologia, da terminologia, do procedimento, dos dados e da organização da pesquisa e do ensino, relacionando-os [...]” (Fazenda, 2008, p. 18). Gomes (2001, p. 4) acrescenta que a interdisciplinaridade só se materializa “[...] a partir do diálogo concreto entre as disciplinas que pode ser constatado quando conceitos, teorias, métodos e campos de investigação migram, transitam nos vários sentidos das “regiões fronteiriças” [...]”.

Com base nas contribuições de Gomes (2001), Fazenda (2008), Morin (2002) e Japiassu (1976), sustenta-se que a Ciência da Informação constitui uma ciência de natureza interdisciplinar. Esse entendimento converge com o que defende Borko (1968), ao afirmar que a CI assume caráter interdisciplinar em razão da complexidade de seu objeto, a informação, o que conduz o campo a incorporar metodologias oriundas de outras áreas do conhecimento, além da diversidade que marca a formação e a atuação de seu corpo científico.

Na perspectiva de Minayo (2010), a interdisciplinaridade não se limita à mera soma de saberes, mas envolve uma articulação efetiva entre disciplinas, acionada pela complexidade do próprio objeto, que demanda integração de teorias, métodos e linguagens para ser adequadamente compreendido. A autora enfatiza que o diálogo entre áreas se estabelece quando o problema investigado convoca diferentes campos a cooperarem de maneira estruturada, permitindo sínteses mais amplas e evitando reducionismos. Nesse mesmo sentido, Saldanha (2008), ao refletir criticamente sobre a epistemologia da Ciência da Informação, ressalta que a interdisciplinaridade não implica fusão ou substituição de paradigmas, mas sim a convivência dinâmica de tradições teóricas que se influenciam e se transformam mutuamente. Assim, a CI avança pela interação contínua entre seus diversos aportes conceituais e metodológicos, aproximando-se do entendimento de interdisciplinaridade proposto por Minayo (2010).

Saracevic (1995) corrobora, explicando que a CI não é um único campo que lança luzes sobre a informação, por tal motivo apresenta incontáveis intersecções com outras áreas, refletindo em uma verdadeira sinergia investigativa nos estudos das problemáticas relacionadas àquela. Rees e Saracevic (1967 *apud* Shera, 1980, p. 98) dão continuidade, destacando, ainda, que a CI se constitui um campo interdisciplinar à medida que “[...] toma sua substância, métodos e suas técnicas de diversas

disciplinas para chegar à compreensão das propriedades, comportamento e circulação da informação [...]".

É pertinente ressaltar que a Ciência da Informação se relaciona com múltiplos campos, tais como a Linguística, Matemática, Sociologia, Psicologia, Política, Comunicação Social, Informática, além de filiar-se intimamente com a Biblioteconomia e a Documentação, possibilitando afirmar que a CI emerge como uma "metaciência" ou "supraciência", como assevera Targino (1995), dispondo de um inesgotável manancial de possibilidades de investigação científica, levando-a a romper, inevitavelmente, com as fronteiras das áreas para realizar essas interações. Isso explica o fato de muitas pesquisas no campo da CI serem fruto do diálogo entre diferentes campos do saber, os quais permitem construir relações possíveis, ou seja, se socializam e integram suas práticas de pesquisas, ideias, conceitos, bem como colocam novas problemáticas e novos questionamentos para a própria Ciência da Informação.

Considerando o rompimento de fronteiras apontado por Targino (1995) e a mudança na relação da Ciência da Informação com outros campos do saber evidenciada por Saracevic (1995, 1996), percebe-se que a área também alcança uma dimensão transdisciplinar como campo do conhecimento.

De acordo com Japiassu (1976), o constructo transdisciplinaridade teve seus primeiros passos dados nos estudos de Jean Piaget e Edgar Morin, os quais, na segunda metade do século XX, advogavam pela possibilidade de transgressão das fronteiras impostas pelas óticas disciplinares, visto a necessidade de repensar as construções epistemológicas e societais perante o contexto emergente. Reconhece-se que a interdisciplinaridade já se impõe à revelia dos discursos conservadores (disciplinares) em função de sua complexidade e, como pontuado por Daher Júnior e Borges (2021, p. 92), se "[...] se apresenta como um dos pilares da transdisciplinaridade, o que pode apontar o caminho para onde a CI se projeta".

Nesse sentido, a Interdisciplinaridade consiste na cooperação entre os saberes e disciplinas, a qual pressupõe explícita compenetração de perspectivas, olhares e comutação de procedimentos, via colaborações mútuas. A Transdisciplinaridade, por sua vez, é uma cooperação que se dedica a perceber o que está entre as disciplinas, através delas e para além delas (Meireles, 2016). Nessa assertiva, apresenta-se o conceito de Transdisciplinaridade de acordo com Nicolescu (1999, p. 22), como sendo "[...] àquilo que está ao mesmo tempo entre as disciplinas, através das diferentes

disciplinas e além de qualquer disciplina. Seu objetivo é a compreensão do mundo presente, para o qual um dos imperativos é a unidade do conhecimento.” Hissa (2002) corrobora, acentuando que a proposta transdisciplinar impulsiona as disciplinas para além de seus próprios limites e, como explicam Bicalho e Oliveira (2011, p. 96), “Na transdisciplinaridade ocorre a supressão das fronteiras por meio da superposição e da interpenetração de discursos, de metodologias, de experiências diversas [...]”. Observa-se que o sufixo “trans” explicita a intenção de interagir entre as fronteiras dos saberes formais e informais, se aproximando de um novo paradigma científico, implicando em uma mudança radical, complexa e abrangente que não se reduz aos procedimentos metodológicos das abordagens mais conservadoras.

A transdisciplinaridade se expressa por meio de um processo integrador, no qual acadêmicos, pesquisadores e profissionais articulam disciplinas e epistemologias em um trabalho conjunto em prol da adoção de novas abordagens conceituais e metodológicas, resultando na ampliação de teorias, métodos e procedimentos no intento de produzir soluções inovadoras para as problemáticas sociais (Breda; Swilling, 2016). A transdisciplinaridade pode ser caracterizada de forma colaborativa; transformativa, integrativa, inovadora e igualitária.

Para Minayo (2010), a transdisciplinaridade corresponde ao resultado final de um processo em que diferentes disciplinas dialogam de forma profunda, articulando teorias, métodos e técnicas para compreender objetos complexos. Não se trata de uma junção apressada de saberes, mas de uma síntese construída a partir da superação das fronteiras disciplinares, alcançada quando o trabalho interdisciplinar efetivamente integra perspectivas diversas. A autora enfatiza que a transdisciplinaridade emerge do investimento coletivo na articulação entre áreas e do diálogo constante entre pesquisadores, configurando uma compreensão mais ampla e renovada da realidade.

Nicolescu (1999) explica que a transdisciplinaridade propõe uma mudança na dinâmica de referenciação e está apoiada em três pilares, a saber: 1) considerar os distintos níveis de realidade, ou seja, tentar construir conceitos de modo multidimensional, a partir de vários níveis de realidade; 2) adotar a lógica do Terceiro Termo Incluído, a qual advoga que os problemas complexos não podem ser resolvidos com a lógica clássica (falso/verdadeiro, é/não é), mas com uma terceira lógica, a da complementariedade dos opostos; 3) complexidade dos fenômenos, a qual prega que

deve-se reconhecer a complexidade intrínseca dos fenômenos, na busca pela dissolução dos discursos homogeneizantes na ciência e na cultura.

Daher Júnior e Borges (2021) explicam que os discursos que permeiam a renovação das escolas francófonas e anglófonas, bem como as reflexões emergentes nos domínios da informação e comunicação, as quais reforçam a complexidade que envolve a área, permitem vislumbrar a transdisciplinaridade como uma possibilidade epistemológica para a Ciência da Informação. Observa-se, assim, que além da complexidade, a CI conjuga diferentes níveis de realidade, que favorecem o campo a romper a lógica binária e ser pensada como transdisciplinar. Segundo os autores,

> A CI é complexa, interdisciplinar e, portanto, aberta para investigar os supostos vazios que se estabelecem em suas fronteiras. Consequentemente, garante a indissociabilidade da relação sujeito/objeto, revelando, portanto, importantes atributos que a remetem à transdisciplinaridade. (Daher Júnior; Borges, 2021, p. 94).

Bicalho e Borges (2003) corroboram essa perspectiva, pontuando que esse movimento pode contribuir para o amadurecimento conceitual da CI, bem como o alcance de melhores resultados nas pesquisas – puras ou aplicadas – empreendidas no campo.

Retomam-se as características que explicam o desenvolvimento da CI apontadas por Saracevic (1995, 1996), acentuando a vinculação da área com a tecnologia da informação, imperativo este que “[...] está impondo a transformação da sociedade moderna em sociedade da informação, era da informação ou sociedade pós-industrial.” (Saracevic, 1996, p. 42).

É imperativo reconhecer que as categorias informação e tecnologia estão historicamente imbricadas e, ouso dizer, indissociáveis, por serem elementos determinantes para a sociedade em diferentes momentos da história, especialmente para seu avanço e desenvolvimento. Paletta e Pelissaro (2016) explicam que as tecnologias estão presentes nas atividades cotidianas e profissionais, por serem mediadoras do acesso à informação e, consequentemente, ao conhecimento, alinhando-se com Werthein (2000), que coloca a informação como fator-chave na “sociedade da informação”, caracterizada pelos avanços tecnológicos na microeletrônica e telecomunicações.

Castells (2013) contribui destacando que a sociedade pós-industrial, ou “informacional”, está vinculada à expansão e reestruturação do capitalismo, desvelando as características fundamentais da sociedade da informação. Segundo o

autor, essas características incluem a informação como matéria-prima, a alta penetrabilidade das novas tecnologias, o predomínio da lógica das redes, a flexibilidade e a crescente convergência de tecnologias.

Os esforços para informatizar a sociedade – marca da era pós-industrial – explicitam a indissociabilidade entre informação e tecnologia. Em consonância com Carvalho e Kaniski (2000), percebe-se que a fonte das fontes é a informação, de modo que todos os avanços trazidos pela telemática estão alicerçados na transmissão de conhecimentos, conferindo alto valor a tudo que é ou será produzido (Lyotard, 1988). Isso constitui o que se conhece por Sociedade do Conhecimento, caracterizada pela alta capacidade dos sujeitos de construir, compartilhar e disseminar informações utilizando tecnologias de informação e comunicação (Fachin, 2013).

Nesse contexto, a informação e a tecnologia são eixos centrais da emergência da pós-modernidade, período que, segundo Lyotard (1988), ocorre a abolição da ideia de verdades dogmáticas em prol de um novo niilismo, e a decadência daquele entendimento demonstra o conjunto de transformações no jogo de produção cultural, desvelada pela evolução sociocultural, econômica e tecnológica, interconexões na qual a própria Ciência da Informação está inserida, cujos debates foram essenciais para sua institucionalização e construção enquanto fenômeno científico e campo do conhecimento (Sousa *et al*., 2022).

A terceira característica evidenciada por Saracevic (1995, 1996) são as dimensões social e humana exercidas pelo campo, as quais ultrapassam esse forte apelo tecnológico. Esta característica dialoga com o domínio das bibliotecas públicas, por exemplo, visto o caráter social que estas instituições desvelam em suas práticas, para além de suas responsabilidades junto à comunidade.

Desde a Antiguidade e Idade Média, bibliotecas, arquivos e museus são instituições reconhecidas por seu objetivo de custodiar, armazenar e salvaguardar documentos e registros do conhecimento (Tanus, 2021). No entanto, com a chegada da Idade Moderna, uma série de fatores fez com que essas instituições tivessem suas prática repensadas. A invenção da imprensa, as revoluções científicas, a expansão da produção científica e, consequentemente, o crescimento de bibliotecas, arquivos e museus, além das contribuições de Gabriel Naudé, A*dvis pour dresser une bibliotèque* (1627) (primeiro manual de Biblioteconomia), bem como dos manuais de Museographia de Gaspar F. Neickel e o “Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos” (*Handleiding vor het ordenen em bescheijven van archieven*), de S. Muller, T. Feith e

J. Fruin, popularmente conhecido por “Manual dos Arquivistas Holandeses”, publicado em 1898 (Tanus, 2021; Tognoli, 2010).

Diante disso, enfatiza-se que a Biblioteconomia desempenhou papel decisivo para a institucionalização da Ciência da Informação ao construir um corpo de práticas, saberes e estruturas que serviram de base para a consolidação desse novo campo científico. Desde o século XIX, o desenvolvimento de técnicas de organização, classificação e catalogação, bem como a produção de manuais, sistemas e repertórios bibliográficos, configurou um ambiente intelectual voltado ao tratamento sistemático da informação registrada (Tanus, 2016a, 2016b). Para Tanus (2016a), esses aportes biblioteconômicos foram fundamentais para delimitar objetos, métodos e problemas que seriam mais tarde ampliados pela Documentação e, posteriormente, pela Ciência da Informação.

A profissionalização do bibliotecário, a criação de escolas, associações e padrões técnicos, além do fortalecimento das bibliotecas públicas e especializadas, estruturou um campo organizado e socialmente reconhecido, permitindo que a CI emergisse sobre bases institucionais e epistemológicas já consolidadas. A relação histórica entre Biblioteconomia, Bibliografia, Documentação e CI evidencia um processo contínuo de interdependência, no qual a Biblioteconomia, ao sistematizar o acesso, a mediação e o uso social da informação, forneceu os alicerces conceituais e operacionais que possibilitaram o surgimento e a legitimação acadêmica da Ciência da Informação (Tanus, 2016a, 2016b).

Além de fornecer bases técnicas e institucionais, a Biblioteconomia contribuiu para a emergência da Ciência da Informação ao desenvolver uma compreensão cada vez mais sofisticada sobre os processos sociais, culturais e tecnológicos que envolvem a produção, circulação e uso da informação. Tanus (2016a) explica que, à medida que as bibliotecas se transformaram com o avanço da industrialização, da expansão da leitura pública e da diversificação dos suportes documentais, o campo biblioteconômico passou a lidar com desafios que ultrapassavam o mero tratamento físico de acervos, exigindo reflexões teóricas sobre necessidades informacionais, mediação, acesso democrático e políticas de informação.

Esse amadurecimento intelectual aproximou a Biblioteconomia de debates próprios da Documentação e, posteriormente, da Ciência da Informação, revelando que a institucionalização desta última não foi ruptura, mas continuidade ampliada de uma tradição de estudos sobre a informação registrada. Assim, como reforça Tanus

(2016b), o campo biblioteconômico funcionou como laboratório histórico e epistemológico para a CI, oferecendo não apenas ferramentas e métodos, mas também problemas, agendas de pesquisa e uma comunidade profissional capaz de sustentar a consolidação de um novo domínio científico.

Segundo Kobashi, Bufrem e Arboti (2011), a consolidação da Ciência da Informação no Brasil, por exemplo, dependeu de maneira decisiva da estrutura previamente construída pela Biblioteconomia, que funcionou como o núcleo formador e institucional do novo campo. Destaca-se que os primeiros cursos, pesquisas e iniciativas de pós-graduação em CI surgiram nas escolas de Biblioteconomia, responsáveis por estabelecer práticas, técnicas e estruturas curriculares que posteriormente seriam ampliadas para abarcar problemáticas informacionais mais abrangentes.

Além disso, a criação de associações profissionais, eventos científicos e órgãos de representação, tais como a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições (FEBAB), Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN) e, mais tarde, a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB), fortaleceu o ambiente acadêmico e profissional que permitiu o desenvolvimento da CI. Essa base consolidada possibilitou que a área fosse incorporando influências internacionais e novas demandas tecnológicas sem perder continuidade histórica. Assim, conforme também observado por Tanus (2016a, 2016b), a emergência da Ciência da Informação não representou ruptura, mas desdobramento e expansão das tradições biblioteconômicas que lhe deram sustentação.

A discussão apresentada por Tanus (2016a, 2016b) faz interface com as reflexões de Saldanha (2008) ao demonstrar que a consolidação da Ciência da Informação não se explica por “rupturas paradigmáticas”, mas por um processo histórico contínuo em que tradições distintas, notadamente a entre Biblioteconomia, Bibliografia, Documentação, se entrelaçam e se transformam mutuamente. Tanus (2016a, 2016b) demarca que a Biblioteconomia, ao longo de sua trajetória científica, construiu métodos, instituições e modos de pensar que serviram de base para a emergência da CI. Saldanha (2008), por sua vez, critica leituras que reduzem essa trajetória a sucessões lineares de paradigmas, ressaltando que o campo se estrutura pela convivência dinâmica de correntes teóricas. Assim, a institucionalização da CI deve ser compreendida como expansão e reconfiguração do legado biblioteconômico

e documental, e não como sua superação. A interface entre Tanus (2016a, 2016b) e Saldanha (2008) mostra que a CI nasce da complexidade histórica e epistemológica que caracteriza os estudos da informação.

Diante da necessidade de situar o domínio das bibliotecas públicas no campo da Ciência da Informação, dá-se continuidade com a demarcação das fases e discussões paradigmáticas da área, a qual é vista como uma “ciência jovem”, como ressalta Santos (2018), na qual se visualizam dois modelos teóricos que alicerçam as discussões teóricas de tal ciência.

O primeiro modelo corresponde ao paradigma custodial, historicista, patrimonialista e tecnicista, o qual se filia às práticas estabelecidas na Biblioteconomia e Arquivística. O paradigma custodial, conforme Santos (2018), se divide em duas fases: a) sincrética custodial (da Antiguidade até o século XVIII), vinculada às bases e origens formativas do campo da Informação; b) custodial técnica (1898-1980), a qual enfatiza a profissionalização e práticas de organização da informação.

A fase sincrética custodial reflete de forma muito explícita as ideias iluministas e dos anseios da Revolução Francesa, que buscavam ampliar a visibilidade das bibliotecas e arquivos, instituições onde a informação se encontrava armazenada (Ribeiro, 2005a). Importa mencionar que, na fase sincrética custodial, os acervos eram restritos, o ideal de biblioteca pública só ocorreria com a eclosão da Revolução Francesa e a expansão dos acervos e abertura das instituições de cultura para um número maior de indivíduos.

Ribeiro (2005b) explica que os sistemas públicos e privados de informação tiveram uma evolução linear, sem rupturas e desvios estruturais significativos, desde a origem da Revolução Francesa, tanto que,

> A concentração de informação/documentos em depósitos apropriados, e mais tarde, em serviços/unidades orgânicas dentro das instituições produtoras da informação – que além dos cuidados da conservação física também se encarregavam de gerir o acesso e o uso dessa informação – ocorreu sempre por razões instrumentais e operativas, servindo os interesses dos seus utilizadores mais frequentes, em regra, as respectivas entidades produtoras. (Ribeiro, 2005b, p. 3).

Tanus (2021) acrescenta que nessa fase os acervos compunham uma realidade inseparável e não se tinha delimitações especificadas entre as instituições. Porém, com as ideias iluministas, viu-se a necessidade de as informações serem classificadas e organizadas, tendo em vista “Os interesses administrativos da época implicaram na arrumação ordenada dos acervos desses locais, fazendo com que

estes elaborassem instrumentos de acesso como índices, catálogos e inventários, por exemplo.” (Santos, 2018, p. 5).

A transição do período custodial e técnico para o pós-custodial, segundo Miranda (2010), ocorreu a partir da inclusão do valor secundário para pesquisa nos arquivos, da aplicação do princípio de proveniência para reestabelecer a sistematização orgânica dos arquivos desmembrados e da formação de associações profissionais de arquivos e bibliotecas, que culminou na distinção dos métodos de arranjo e organização dos registros do conhecimento.

A fase técnica do paradigma custodial, que vai de 1898 a 1980, expressa as especificidades das instituições de cultura (arquivos, bibliotecas e museus), que demandavam instrumentos padronizados, como manuais, e precisão nesses processos. Tanus (2021) descreve que essa fase revela a preservação, conservação, restauração, acondicionamento e armazenamento como práticas transversais aos campos da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. Essas disciplinas ganham contornos e inserções "marcadas pelas suas profissionalizações e elaboração de métodos bem definidos, no arcabouço da ciência moderna, uma vez que as práticas empíricas são suas características fundamentais" (Santos, 2018, p. 7).

A era pós-custodial emergente no limiar do século XX tem sua gênese nas visões vanguardistas de Paul Otlet e Henri La Fontaine, a saber, o desenvolvimento do Sistema de Classificação Universal, a fundação do Instituto Internacional de Bibliografia (IIB) e o estabelecimento do campo da Documentação, o Repertório Bibliográfico Universal (RBU), dentre outras ideias que foram capazes de quebrar, segundo Santos (2018, p. 7), “[...] o paradigma tradicionalmente vivido pelas bibliotecas de reunir apenas documentos físicos, trazendo para estas a ideia de centro disseminador de informação.”

A valorização da informação como fenômeno humano e social, com o suporte como secundário, se destaca em contraste com o "imobilismo" documental. A prioridade é o acesso à informação, justificando sua preservação. Nesta fase, prioriza-se os estudos que se dedicam a investigar e entender a informação por meio de modelos teórico-científicos, em vez de soluções práticas de senso comum. Essa mudança reflete uma transformação na atividade profissional, alinhando-se com as ciências sociais e promovendo interdisciplinaridade. A informação se torna o foco dos "profissionais da informação", com ensino e pesquisa baseados em abordagens

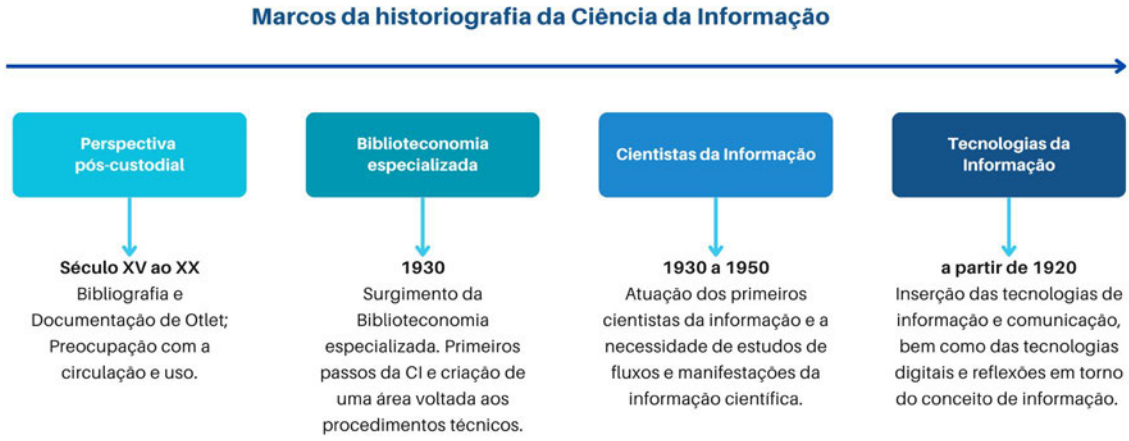
teórico-metodológicas mais complexas (Tanus, 2021; Santos, 2018; Ribeiro, 2005a, 2005b).

Nesses termos, enxerga-se que,

> O novo paradigma emergente, apelidado de científico-informacional, implica uma alteração profunda de perspectiva, muda o objecto de estudo e de trabalho do "documento" para a "informação", convoca metodologias de investigação adequadas ao estudo de um fenómeno humano e social (a informação), que não diferem das usadas pelas Ciências Sociais em geral [...]. (Ribeiro, 2005a, p. 7).

Nesse sentido, com seu surgimento marcado pela convergência de fatores distintos, Araújo (2018) destaca quatro momentos na historiografia da CI, conforme pode ser observado na síntese presente na Figura 5, a seguir.

Figura 5 – Marcos da historiografia da Ciência da Informação



Fonte: Elaborado com base em Araújo (2018).

Conforme Araújo (2018), os primeiros movimentos entre os séculos XV e XX resultaram em uma área que não via o documento como elemento central. Assim, a guarda, custódia e criação de instituições para sua preservação deram lugar a uma preocupação com sua circulação e uso. A emergência da Biblioteconomia especializada em meados da década de 1930 é vista como o "embrião" da CI, cujos procedimentos técnicos voltavam-se para a circulação, acesso e uso dos documentos em diferentes campos do saber. Até que na década de 1930 foi relatada a atuação dos primeiros cientistas da informação na Inglaterra, União Soviética e Estados Unidos.

Um fato relevante apontado por Alvares e Araújo Júnior (2010) foi a criação do *Institute of Information Scientists* (IIS) em 1958, evidenciando como o caráter

estratégico da informação científica, sobretudo no pós-guerra. Por fim, o incremento de tecnologias da informação e dos recursos digitais conduz a uma reflexão do conceito de informação para além dos documentos e estratégias de processo técnico destes.

Os pesquisadores do campo da CI compartilham determinados referenciais teóricos que orientam suas investigações, ao mesmo tempo em que se dedicam a analisar as múltiplas expressões e tradições que compõem a área, contribuindo para o seu contínuo desenvolvimento. Como ressalta Saldanha (2008), contudo, esses referenciais não funcionam como paradigmas rígidos ou excludentes, mas como conjuntos diversificados de pressupostos que dialogam entre si e se transformam historicamente.

Em vez de sucessões lineares ou de substituições totais, o que caracteriza a CI é a coexistência de perspectivas, a circulação de conceitos e a construção cumulativa de saberes oriundos da biblioteconomia, da documentação, da teoria matemática da informação, do cognitivismo e das abordagens sociais. Nesse sentido, a evolução da área não decorre de rupturas paradigmáticas, mas da articulação contínua entre diferentes modos de compreender e organizar os fenômenos informacionais, revelando um campo dinâmico, híbrido e marcado pela pluralidade epistemológica.

Com base no que discute Saldanha (2008), é possível destacar que os estudos sobre bibliotecas públicas exercem papel relevante na consolidação da Biblioteconomia e da Ciência da Informação como campos do conhecimento, por evidenciarem continuidades históricas, diálogos teóricos e práticas compartilhadas entre essas áreas. Tais estudos articulam abordagens teóricas e metodológicas próprias, mobilizando diferentes modelos analíticos e revelando instrumentos, práticas e modos de atuação específicos dessa tipologia de unidade de informação, que também apresenta problemáticas particulares (González, 2005). Capurro (2003), por sua vez, argumenta que paradigmas funcionam como modelos abstratos capazes de iluminar determinados fenômenos por meio de analogias, contribuindo para a compreensão das dinâmicas informacionais.

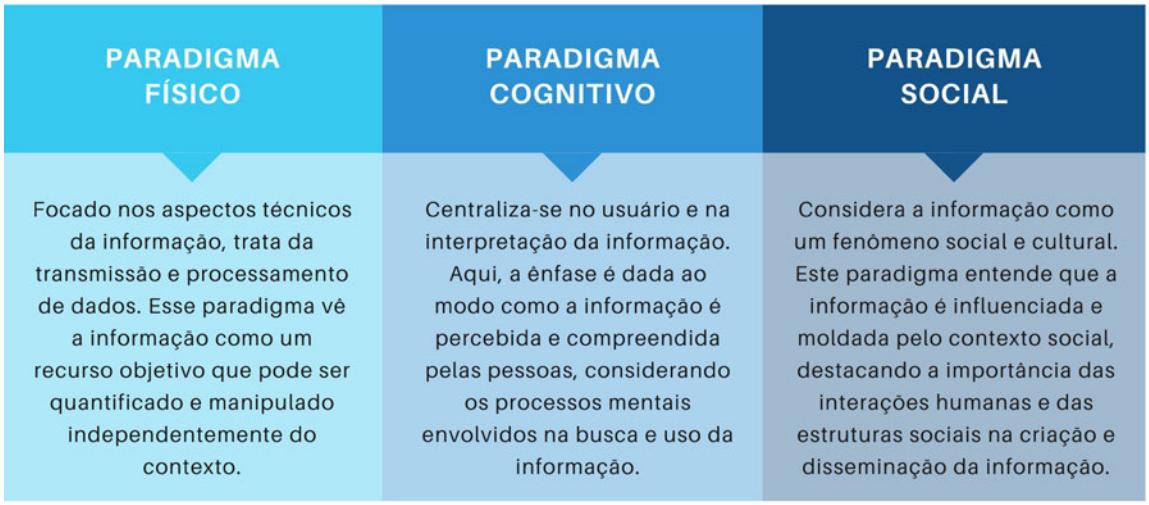
A constituição de modelos, como bem explicam Silva e Farias (2013), possibilita tanto a aquisição de *status* quanto a indicação de soluções para questões, consolidando assim o paradigma em questão. À medida que um campo passa por revoluções científicas (Kuhn, 1998), ocorre um redimensionamento da área, e novos

estudos e caminhos para generalizações teóricas dão base ao paradigma que se constitui (Ostermann, 1996; Silva e Farias, 2013).

A Ciência da Informação também vivenciou diferentes paradigmas, como já mencionado ao caracterizar os paradigmas custodial e pós-custodial. Acrescentam-se a essa contextualização as contribuições de Capurro (2003), que defende que a área tem duas gêneses básicas, uma voltada para a Biblioteconomia clássica, que se atém às problemáticas vinculadas à transmissão de mensagens, conjugando os aspectos sociais e culturais da humanidade; e a outra voltada para a computação digital, que "[...] se refere ao impacto da computação nos processos de produção, coleta, organização, interpretação, armazenagem, recuperação, disseminação, transformação e uso da informação [...]" (Capurro, 2003, p. 5), sobretudo da informação científica registrada em documentos impressos, conforme pontuado pelo autor.

Nesse aspecto reside a grande contribuição de Capurro para a compreensão da CI, pois a organiza em três paradigmas: Paradigma Físico; Paradigma Cognitivo; e Paradigma Social. Em outros termos, Capurro (2003, p. 3) explica que o campo “[...] nasceu com um paradigma físico, questionado por um enfoque cognitivo idealista e individualista, sendo este por sua vez substituído por um paradigma pragmático e social.” Na Figura 6, apresenta-se a síntese dos paradigmas da CI, os quais serão brevemente contextualizados a seguir.

Figura 6 – Paradigmas da Ciência da Informação



Fonte: Capurro (2003).

O primeiro paradigma postulado por Capurro (2003) é o físico, baseado em uma epistemologia fisicista e iniciado com a teoria da *Information retrieval*. Estabelecendo relações com a *information theory* de Claude Shannon e Warren Weaver (1949-1972), bem como na cibernética de Norbert Wiener (1961), “[...] esse paradigma postula que há algo, um objeto físico, que um emissor transmite a um receptor.” (Capurro, 2003, p. 5). Tal perspectiva analisa o fenômeno informacional por meio de uma lente transmissiva, matemática e sistêmica (Araújo, 2018), em outros termos, via a informação baseada no processamento, busca e saída, ou seja, atendo-se aos aspectos técnicos, “[...] físicos, do transporte ou transferência de mensagens entre sujeitos.” (Araújo, 2018, p. 50).

O paradigma físico, por estar estruturado na Teoria Matemática da Comunicação e sustentado por uma lógica sistêmica, não se ocupa dos aspectos semânticos e pragmáticos do processo comunicativo. Nessa perspectiva, a informação é tratada como algo independente do usuário, desconsiderando os contextos sociais e materiais que atravessam a experiência humana (Silva; Farias, 2013). Seu caráter técnico manifesta-se nos estudos voltados para a informação científica e tecnológica, sobretudo na descrição de fontes, serviços e sistemas de informação.

Nesse modelo, destaca-se ainda o desenvolvimento da representação da informação, exemplificada pelas linguagens controladas e pelos diversos sistemas de classificação, subáreas fortemente impulsionadas pelo paradigma físico. Os estudos de usuários destacaram-se como eixo de estudo, os quais “[...] foram realizados no escopo das pesquisas em comunicação científica sobre os fluxos de informação e hábitos informacionais dos cientistas.” (Araújo, 2018, p. 51).

A gestão da informação (GI) abrange desde a identificação das necessidades informacionais, organização, armazenamento, desenvolvimento de produtos, serviços e mecanismos para uso da informação (Nonato; Aganette; Leal, 2023), destacando-se como uma das principais subáreas de estudo na perspectiva física (Araújo, 2018). Paula e Presser (2020) ressaltam a importância da GI para a compreensão dos fluxos informacionais e das atividades correlatas na tomada de decisão em diversas organizações.

Conforme Capurro (2003), é no paradigma físico que as atividades clássicas das pessoas bibliotecárias foram originadas. Orientada aos sistemas (Hjørland, 2007), a abordagem matemática e documentalista, bem como suas demais técnicas

(Fernandes, 2018; Santa Anna, 2017), foi relevante tanto para a geração de estudos que se dedicam a compreender a dinâmica da produção e transmissão da informação quanto para revelar preocupações sobre a posse das informações. Araújo (2018, p. 52) constatou “[...] a existência de grandes desigualdades na posse (e, consequentemente, no acesso) aos recursos informacionais.”

Ainda no âmbito da abordagem física da CI, destacam-se os estudos métricos da informação, notadamente aqueles originados na Bibliometria, mediante a aplicação de técnicas e procedimentos estatísticos para aferir os padrões das publicações e quantificá-los em diferentes canais de comunicação científica (Araújo, 2018).

Em síntese, o paradigma físico se expressa nos estudos que tratam o fenômeno informacional como um processo de distribuição e transferência de dados, cuja dinâmica se apoia na busca e na recuperação da informação por meio de sistemas informatizados. Independentemente do contexto, essa abordagem técnica acaba por desconectar o sujeito e suas circunstâncias das informações, o que, com o tempo, revelou-se problemático. Isso porque emergiu a necessidade de compreender conceitos como “conhecimento” e a própria “informação” como categorias complexas de análise no campo da CI.

Essa transição é explicitada por Araújo (2018) e discutida por Capurro (2003), ao se considerar uma rede de conteúdos formada em espaços cognitivos. Propõe-se, assim, um arranjo distinto do físico para compreender o fenômeno informacional, ainda que a ideia de transmissão, sistêmica e técnica dos estudos persista.

Na década de 1970, os estudos em Ciência da Informação passaram a demonstrar maior cautela ao tratar dos usuários da informação, buscando compreender suas necessidades e contextos. Nesse cenário, a teoria do conhecimento de Popper, reinterpretada por Brookes (1980) por meio de sua “equação fundamental”, introduziu um novo enquadramento conceitual para a área, orientando reflexões sobre como o conhecimento se transforma quando integrado aos sistemas e práticas de informação. Nessa direção, Capurro (2003) explica que o cerne do paradigma cognitivo é justamente analisar como os processos informativos impactam o usuário, que possui “modelos mentais” da realidade e, em contato com a informação, transforma esses modelos.

O desenvolvimento do paradigma cognitivo foi influenciado por várias teorias e pesquisadores, como Karl Popper, B. C. Brookes e Nicholas Belkin. Popper, por exemplo, introduziu a ideia dos "três mundos" (físico, mental e do conhecimento

objetivo), que foram integrados na abordagem cognitiva para entender como os usuários interagem com a informação (Silva; Farias, 2013). Nesses termos, entende-se que a corrente cognitiva da CI vê o usuário “[...] como elemento primordial no processo de acesso, uso e apropriação da informação, e tem como fator institucionalizador.” (Silva; Farias, 2013, p. 47).

O paradigma cognitivo pode ser analisado sob duas perspectivas, nível macro (visão referencial da CI) e nível micro (conjugando diferentes teorias). Silva e Farias (2013) explicam que os microparadigmas cognitivos são aplicados a aspectos específicos no campo da CI, a exemplo da visão behaviorista, processamento da informação, funcionalista e estruturalista, conforme representado na Figura 7.

Figura 7 – Abordagens do Paradigma Cognitivo



Fonte: Silva e Farias (2013).

Cabe destacar que o paradigma cognitivo foi criticado por sua visão idealista e individualista, que muitas vezes desconsidera os contextos sociais e materiais dos usuários. Frohmann, por exemplo, criticou este paradigma por ser "associal", não considerando os fatores sociais que influenciam o comportamento informacional dos usuários (Silva; Farias, 2013). No entanto, apesar das críticas, é pertinente mencionar que o paradigma cognitivo trouxe importantes contribuições para a Ciência da Informação, especialmente no desenvolvimento de sistemas de recuperação de informação mais centrados no usuário e na melhoria da usabilidade desses sistemas.

Nesse sentido, depreende-se que o paradigma cognitivo representa uma evolução significativa na Ciência da Informação, deslocando o foco do simples processamento técnico da informação para uma compreensão mais profunda das

interações cognitivas dos usuários. No entanto, suas limitações em abordar questões sociais e contextuais abriram caminho para a emergência do paradigma social, que busca integrar essas dimensões na análise informacional.

Quando se busca analisar as bibliotecas públicas através dos paradigmas físico e cognitivo, enfrenta-se uma série de limitações, considerando que essas instituições possuem características e modelos de atuação distintos, especialmente em relação aos seus públicos e frentes de ação, marcadas por subjetividades. O paradigma físico, amparado em modelos matemáticos e documentalistas, não viabiliza o tratamento da complexidade dos acervos nem considera as políticas culturais que regem, por exemplo, a atuação de bibliotecas públicas. Da mesma forma, focar somente nas interações dos sujeitos com informações desconectadas de suas realidades e em como isso gera mudanças cognitivas é insuficiente para abranger todo o processo.

Nesse sentido, observa-se nítido distanciamento das bibliotecas públicas dos paradigmas físico e cognitivo nos estudos empreendidos no campo da Ciência da Informação, que por sua vez pode ser compreendido através das limitações inerentes a esses paradigmas em relação às necessidades sociais e comunitárias desse tipo de biblioteca. O paradigma físico, por exemplo, que se baseia principalmente na recuperação de informações e na organização técnica de sistemas de informação, tratando a informação como algo independente dos usuários (Araújo, 2018; Capurro, 2003; Hjørland, 2007; Silva; Farias, 2013).

Isso cria uma abordagem técnica que não considera as necessidades individuais e contextuais dos frequentadores das bibliotecas públicas, os quais buscam informações não somente por razões acadêmicas ou profissionais, mas também por interesses pessoais e comunitários. Como bem ressaltado por Souza (2023), as necessidades dos usuários de bibliotecas públicas são diversas, desse modo, o profissional bibliotecário inserido nessa realidade precisa de bases teórico-metodológicas que o capacitem para lidar com toda essa complexidade de ações, práticas e estratégias que vão além das técnicas consolidadas na Biblioteconomia clássica.

Por outro lado, embora o paradigma cognitivo enfoque os processos mentais e cognitivos dos usuários ao buscar e utilizar informações, reconhecendo seu papel ativo no processo informacional (Araújo, 2018; Capurro, 2003; Silva; Farias, 2013). No entanto, essa abordagem tem um enfoque individualista, desconsiderando os contextos sociais e comunitários mais amplos, os quais são expressos na realidade

das bibliotecas públicas. Embora avance em relação ao paradigma físico ao considerar os usuários, o paradigma cognitivo ainda não aborda adequadamente os aspectos sociais e culturais fundamentais para o funcionamento e relevância das bibliotecas públicas como centros comunitários e culturais. Dado que as bibliotecas públicas operam em um contexto social e comunitário, elas necessitam de uma abordagem que vá além dos paradigmas físico e cognitivo.

Nesse sentido, alude-se à problemática da incapacidade dos paradigmas físico e cognitivo em aprofundar o fenômeno informacional no contexto das bibliotecas públicas, reside na sua inadequação para capturar a complexidade social e cultural dessas instituições. O paradigma físico, com seu foco técnico e operacional, ignora o papel ativo e dinâmico dos usuários, tratando-os como receptores passivos de informação, desconsiderando as diversas motivações e contextos de uso presentes nas bibliotecas públicas.

O paradigma cognitivo, por sua vez, apesar de reconhecer a importância dos processos mentais dos usuários, mantém um enfoque individualista que descontextualiza a interação informacional das realidades sociais e comunitárias mais amplas. Essas limitações resultam em abordagens que não conseguem atender plenamente às necessidades dos frequentadores das bibliotecas públicas, que habitualmente utilizam esses espaços como centros de aprendizagem, socialização e cultura. Portanto, há uma necessidade crítica de um paradigma que integre dimensões sociais, culturais e comunitárias, permitindo uma compreensão e prática mais holística e eficaz do fenômeno informacional nas bibliotecas públicas.

Assim, o distanciamento das bibliotecas públicas dos paradigmas físico e cognitivo reflete a necessidade de um enfoque que contemple as dinâmicas sociais e culturais, oferecendo uma visão integrada da biblioteca como espaço de acesso à informação, interação social, cultural e construção coletiva do conhecimento. Nessa esteira, Silva e Farias (2013, p. 45) são categóricos ao pontuar que:

> O que se percebe é o empenho dos pesquisadores em inserir no discurso científico a questão social, ou seja, a vontade de uma socialização da ciência, a necessidade da visão global, holística, a preocupação com a ética e a moral nas pesquisas, e a responsabilidade em dividir com a sociedade os progressos obtidos por meio das pesquisas.

Diante disso, observa-se que o paradigma social emergente reconhece a importância do contexto social e cultural na interação com a informação, propondo um enfoque mais holístico. Tanto que sua gênese é explicada por Capurro (2003) como

tendo sido na crítica aos limites do paradigma cognitivo, que frequentemente considera a informação como algo isolado do contexto social do usuário. Argumenta-se, com base no autor, que a perspectiva cognitiva relega os processos sociais de informação a um nível secundário, desconsiderando a construção social das necessidades dos usuários, arquivos de conhecimento e esquemas de produção e consumo de informação (Capurro, 2003).

O paradigma social foca nas interações sociais e nos contextos culturais que influenciam a produção, distribuição, troca e consumo de informação. Araújo (2018) explica que na década de 1980 já se enxergava uma possível superação tanto do modelo físico como do modelo cognitivo, tanto que nos anos seguintes, estudos já vinham dando o tom de que essas reivindicações estavam se tornando mais concretas nas pesquisas desenvolvidas no campo da CI.

Capurro (2003) contextualiza que o paradigma social aborda a construção social dos processos informativos, incluindo a constituição das necessidades dos usuários, arquivos de conhecimento, e esquemas de produção, transmissão, distribuição e consumo de informação. Nesse sentido, depreende-se que o paradigma social é uma resposta às limitações do paradigma cognitivo, incorporando influências da epistemologia social de Jesse Shera, das teorias de discurso de Michel Foucault e a epistemologia de Wittgenstein, para enfatizar que a informação não é somente uma questão de estados mentais individuais, mas também de práticas e contextos sociais.

Para estabelecer de maneira mais precisa a formação do paradigma social (ou sócio-cognitivo) na Ciência da Informação, de acordo com Silva e Farias (2013), são definidos dois contextos. O primeiro é a análise de domínio de Birger Hjørland e Hanne Albrechtsen, e o segundo está relacionado à Hermenêutica da informação de Rafael Capurro.

Nesse sentido, destaca-se que Hjørland e Albrechtsen (1995) introduziram a análise de domínio como uma abordagem central ao paradigma social. Esta análise estuda campos cognitivos em relação às comunidades discursivas e destaca que o conhecimento é construído socialmente em contextos específicos. Eles defendem que a relevância e os critérios de seleção de informação são determinados socialmente, enfatizando a importância das comunidades sociais e de trabalho na constituição do conhecimento.

A análise de domínio permite identificar e mapear os interesses de diferentes comunidades dentro de um determinado domínio de conhecimento (Bembem;

Oliveira; Santos, 2015). Assim, sob a influência do paradigma social, a linguagem e a representação da informação passam a responder às necessidades sociais, evidenciando as construções culturais próprias de grupos específicos, aspecto discutido por Bembem, Oliveira e Santos (2015). Nesses termos, avulta-se que a análise de domínio colabora ao apontar os interesses de uma comunidade, mas enfatiza que o acesso ao conhecimento deve ser plural e democrático, refletindo as diversas construções culturais e sociais. Em outras palavras,

> [...] as comunidades discursivas podem ser identificadas em uma tessitura científica, acadêmica ou profissional que se estabelecem em estruturas de comunicação e publicação, tipos de documentos, terminologias específicas e estruturas informacionais particulares (estas estruturas informacionais desenvolvem processos de organização do conhecimento, padrões de cooperação, formas de linguagem e comunicação, sistemas de informação, literatura e sua distribuição e critérios de relevância). (Silva; Farias, 2013, p. 50).

São essas comunidades discursivas que permitem revelar como a Ciência da Informação, independentemente de suas bases, pode fomentar discussões em diferentes domínios. Em outras palavras, há diferentes matizes a serem analisadas, sejam elas baseadas em construções empíricas, coletivas, interacionistas ou plurais em múltiplas dimensões (Silva; Farias, 2013). Nesse sentido, concorda-se com Bembem, Oliveira e Santos (2015, p. 192), quando afirmam que “As preocupações estão voltadas não apenas para a atenção às necessidades isoladas dos indivíduos, porém mais do que isso, para compreendê-las a partir do entendimento da coletividade em que os sujeitos estão inseridos.”

Avança-se, assim, para um terreno mais favorável à discussão das bibliotecas públicas, à medida que se delineiam modelos teóricos capazes de sustentar a realidade multifacetada dessas instituições. Marcadas por incumbências diversas junto a comunidades e contextos distintos, elas se aproximam de uma epistemologia que possibilita compreendê-las como objeto da Ciência da Informação, em sintonia com as intersecções e direções para as quais o campo vem se expandindo.

A Hermenêutica da Informação, conforme discutida por Rafael Capurro, é uma abordagem que enfatiza a interpretação e a contextualização da informação em contextos culturais específicos. Silva e Farias (2013, p. 52) explicam que “A hermenêutica da informação implica em um processo histórico e social de construção da informação, o que implica relacioná-la aos pressupostos do construtivismo e também de pressupostos do sócio-interacionismo (ou teria sóciohistórica)”.

Capurro (2003) argumenta que a informação só adquire sentido quando compreendida no contexto cultural em que está inserida, permitindo a interpretação de seu significado. Ele sugere que a ciência da informação deve focar nas relações entre discursos, áreas do conhecimento e documentos em relação às expectativas e pontos de acesso de diferentes comunidades de usuários.

Essa perspectiva hermenêutica propõe que o valor da informação está na sua capacidade de ser aplicada a demandas concretas, considerando a construção de conhecimento como um processo dinâmico e interpretativo. Em outras palavras, a Hermenêutica da Informação defende que a comunicação e a informação são antinômicas, onde a pura comunicação representa redundância e a pura informação é incompreensível. Portanto, a Ciência da Informação deve equilibrar esses aspectos para oferecer relevância e significado.

A revolução digital intensifica a necessidade de uma abordagem social, pois as novas formas de interação e comunicação criam problemas sociais, econômicos, técnicos, culturais e políticos que demandam uma compreensão integrada da informação e do conhecimento no contexto das redes digitais (Capurro, 2003). Como bem ressaltam Bembem, Oliveira e Santos (2015), vivemos a era do conhecimento interativo, onde as condições de informação e comunicação são transformadas pela predominância das tecnologias da informação e comunicação.

Nesse sentido, Araújo (2018) contextualiza o paradigma social ao discutir sua ascensão em resposta aos desafios da sociedade em rede e das tecnologias digitais. O autor enfatiza que o paradigma social trata da complexidade dos fenômenos informacionais contemporâneos e integra a informação aos contextos socioculturais. Araújo (2018) destaca, ainda, que o paradigma social promove a inclusão e democratização do acesso à informação, atendendo às necessidades de diversas comunidades e considerando suas construções culturais. Desse modo, o paradigma considera as necessidades coletivas e comunitárias, promove a participação ativa dos usuários na criação e disseminação da informação e integra as bibliotecas como agentes sociais e culturais em suas comunidades.

A discussão sobre as bibliotecas públicas, quando articulada com os pontos levantados por Capurro (2003), Bembem, Oliveira e Santos (2015), e Araújo (2018), amplia a compreensão do papel dessas instituições para além do paradigma social. Capurro (2003) argumenta que a informação só adquire sentido no contexto cultural

em que está inserida, o que implica que as bibliotecas públicas devem ser vistas como centros de interpretação cultural dinâmicos.

Nesse cenário, a revolução digital e o conhecimento interativo, como apontado por Bembem, Oliveira e Santos (2015), transformam as bibliotecas em espaços onde as condições de informação e comunicação são constantemente redefinidas pela predominância das tecnologias da informação. Araújo (2018) acrescenta que o paradigma social promove a inclusão e democratização do acesso à informação, sugerindo que as bibliotecas públicas não apenas respondem às necessidades de suas comunidades, mas também atuam como agentes de mudança social e cultural.

Sendo assim, a discussão do conceito de biblioteca pública deve ir além do paradigma social, reconhecendo essas instituições como núcleos de desenvolvimento sustentável, inovação tecnológica, engajamento comunitário e pilares da construção de conhecimento coletivo, adaptando-se continuamente às novas realidades socioculturais e tecnológicas, conforme reforçado nas missões previstas no Manifesto da IFLA para bibliotecas públicas (IFLA, 2022).

Nesse movimento de revisão conceitual, torna-se relevante sistematizar como cada paradigma da Ciência da Informação contribuiu para moldar diferentes interpretações sobre a biblioteca pública. A organização comparativa dessas perspectivas permite visualizar, de forma sintética, as mudanças de foco, valores e finalidades atribuídas a essas instituições ao longo do tempo. Assim, o Quadro 5 reúne os principais elementos que caracterizam a biblioteca pública nos paradigmas físico, cognitivo, social e intercultural, evidenciando tanto suas continuidades quanto as rupturas que orientam a compreensão contemporânea do papel dessas instituições.

Quadro 5 – Concepções de Biblioteca Pública nos Paradigmas da Ciência da Informação

	Natureza da Informação	Foco e Abordagem	Biblioteca Pública
Paradigma Social	A informação é vista como dado técnico, mensurável e independente do usuário, enquanto as bibliotecas públicas a concebem como prática social e cultural, vinculada às experiências, necessidades e contextos das comunidades.	A ênfase recai sobre sistemas, canais e mecanismos de recuperação, representação e circulação da informação, privilegiando eficiência, padronização e processos técnico-documentais.	As bibliotecas públicas, em contraste, trabalham a informação como fenômeno social e cultural, centrado no usuário e em seu contexto, promovendo mediação, inclusão, acesso equitativo e participação comunitária.

Paradigma Cognitivo	A informação é compreendida como algo interpretado e processado internamente pelo sujeito, dependente de estruturas mentais, modelos internos e estados cognitivos individuais. O foco desloca-se para como o usuário percebe, interpreta e transforma dados em conhecimento, privilegiando processos mentais.	A ênfase recai sobre o comportamento informacional, necessidades cognitivas, processos de busca e usabilidade dos sistemas. A análise centra-se no indivíduo e em suas estratégias mentais, o que favoreceu o desenvolvimento de sistemas mais *user-centered*, mas também recebeu críticas por desconsiderar contextos sociais, culturais e materiais.	Nas bibliotecas públicas, esse paradigma contribuiu ao estimular serviços e sistemas mais orientados às necessidades do usuário e ao aprimorar a experiência de acesso. Contudo, sua ênfase individualista mostra limites, pois essas instituições lidam com públicos diversos e marcados por desigualdades sociais, exigindo abordagens que integrem dimensões comunitárias, culturais e coletivas.
Paradigma Social	A informação é entendida como fenômeno social, produzido, compartilhado e interpretado em práticas culturais, discursivas e comunitárias. Ela não existe isolada no indivíduo, mas é moldada por grupos, instituições, linguagens e contextos históricos.	O foco recai sobre comunidades discursivas, dinâmicas sociais, relações de poder, análise de domínio e hermenêutica da informação. Destaca-se que necessidades, relevância e critérios de seleção são socialmente determinados. Essa abordagem supera limites individualistas dos paradigmas físico e cognitivo ao reconhecer a dimensão coletiva do fenômeno informacional.	As bibliotecas públicas se alinham a esse paradigma ao reconhecerem que o acesso, a mediação e a produção de sentidos dependem de práticas sociais, desigualdades e identidades coletivas. Contudo, mesmo essa perspectiva apresenta limites quando confrontada com realidades pluriculturais. A ênfase social ainda pode homogeneizar grupos e ignorar tensões entre culturas.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Araújo (2018), Capurro (2003), Fernandes (2018), Hjørland (2007), Hjørland e Albrechtsen (1995), Nonato, Aganette e Leal (2023), Santa Anna (2017), Silva e Farias (2013).

Diante dessas transformações e da ampliação das funções sociais, culturais e tecnológicas das bibliotecas, torna-se pertinente recuperar como os paradigmas da Ciência da Informação ajudaram a delinear diferentes modos de compreender essas instituições. Assim, antes de avançar para uma perspectiva intercultural, sintetizam-se, a seguir, as interpretações da biblioteca pública sob os paradigmas físico, cognitivo e social, bem como suas implicações para a prática bibliotecária contemporânea.

a) Paradigma Físico: biblioteca como espaço e acervo

No paradigma físico, a biblioteca pública é definida principalmente como um espaço físico dedicado à preservação, organização e disponibilização de coleções de livros e outros materiais informacionais. O foco está na infraestrutura, no acesso ao acervo e na função de armazenamento e empréstimo de recursos. A missão

tradicional é garantir acesso ordenado e eficiente ao acervo, com ênfase na materialidade e na gestão do espaço.

b) Paradigma Cognitivo: mediação, apropriação e usuário

O paradigma cognitivo desloca o foco para os processos de mediação da informação, valorizando a interação entre usuário e acervo. A biblioteca pública é vista como um ambiente de mediação informacional, onde a apropriação da informação e o desenvolvimento de competências informacionais são centrais. O usuário passa a ser protagonista, e a biblioteca atua como facilitadora do aprendizado, da criatividade e da construção de sentido.

c) Paradigma Social: inclusão, inovação e coesão comunitária

No paradigma social, a biblioteca pública é compreendida como agente de transformação social, promotora de inclusão, cidadania, inovação e coesão comunitária. A ênfase recai sobre o papel social da biblioteca como espaço de encontro, diálogo, participação democrática e desenvolvimento de capital social. A biblioteca é vista como infraestrutura social e cultural, capaz de responder a desafios contemporâneos como desigualdade, diversidade e inovação social.

O paradigma intercultural compreende a biblioteca pública como um espaço em que diferentes grupos culturais podem dialogar, compartilhar saberes e construir identidades de maneira dinâmica, superando visões restritas que a limitavam a um ponto de acesso à informação. Nessa perspectiva, a biblioteca torna-se ambiente de convivência, reconhecimento da diferença e promoção ativa da pluralidade cultural, assumindo funções ampliadas ao estimular interações significativas entre grupos diversos.

A mediação intercultural, a inclusão e o desenvolvimento de competências culturais passam a orientar tanto as práticas profissionais quanto a experiência dos usuários, fortalecendo relações horizontais e acolhendo múltiplas formas de expressão e pertencimento. Esses movimentos indicam um avanço necessário frente às limitações dos paradigmas anteriores e posicionam as bibliotecas públicas como espaços estratégicos na construção de comunidades mais participativas, justas e sensíveis à diversidade. É nesse horizonte que se insere a seção seguinte, dedicada às tendências em estudos sobre bibliotecas públicas sob o Paradigma Intercultural na Ciência da Informação.

4.1 AS BIBLIOTECAS PÚBLICAS À LUZ DO PARADIGMA INTERCULTURAL ANTICOLONIAL

A globalização pode ser entendida como um processo civilizatório contraditório, marcado pela expansão de conexões que explicita a diversidade cultural. No entanto, ela consegue aprofundar desigualdades, nacionalismos, xenofobias e exclusões (Canclini, 2009). Concorda-se com Canclini (2009) quando acentua o desafio na articulação entre a luta pelo direito à diferença com o combate às desigualdades sociais, considerando a disparidade crescente entre países, grupos e indivíduos, agravada por migrações e desigual acesso às tecnologias.

Assim, evidencia-se a complexidade de conviver em um mundo interconectado, ao passo em que se reflete sobre os fracassos políticos e a necessidade de mobilizar recursos interculturais para enfrentar a incerteza gerada pela globalização. Mas, por que trazer essas inflexões no introito desta seção? Justamente por se tratar da conjuntura social que se coloca diante das bibliotecas públicas. Esse cenário nos leva a refletir sobre a compreensão dessas instituições, considerando a complexidade social, cultural, política, econômica e outras dimensões, configurando, assim, uma perspectiva intercultural.

Diante disso, observa-se que, em um contexto em que a identidade já não é concebida no singular, mas sim no plural, os indivíduos se constroem como um grande caleidoscópio formado por múltiplas apostas identitárias, que não se unificam. Isso é particularmente evidente na modernidade tardia, um período marcado pela crescente fragmentação e fratura das identidades. Elas nunca são singulares, mas construídas de maneiras diversas, por meio de discursos, práticas e posições distintas, muitas vezes interseccionadas e, em certos casos, antagônicas (Hall, 2014).

Destaca-se, portanto, que a confluência de diferentes culturas, inseridas em contextos diversos – como o de pessoas refugiadas, exílios, crises econômicas, neocolonialismos, entre outros –, suscita reflexões sobre esses encontros, interações e processos de hibridização (Greggesen, 2022; Canclini, 2013).

Essa perspectiva coloca em evidência o fenômeno da desigualdade, socialmente construído e, por quê não dizer, historicamente engendrado na diferença. Cardona (2022, tradução nossa) explica que a diferença em termos de diversidades humanas e culturais, se expressa de forma interseccional (Collins; Bilge, 2021), ou seja, por vias sexuais, ideológicas, religiosas, físicas, étnicas. Nesses termos, a autora

complementa dizendo que a diferença no campo da desigualdade é vista como uma ideia prejudicial para o estar na sociedade, mesmo quando as nações da América Latina e do Caribe são reconhecidas em suas Constituições Nacionais como diversas, multiétnicas e multiculturais (Duque Cardona, 2022).

Greggesen (2022) faz referência à exclusão e aos prejuízos vivenciados na sociedade, como apontado por Duque Cardona (2022, tradução nossa), ao analisar a relação que nações africanas e latino-americanas ainda mantêm com os países europeus dos quais foram colônias. Apesar de formalmente independentes, a dominação persiste nas histórias, memórias e discursos que moldam e condicionam as formas de interpretar e utilizar o mundo, seja por meio das artes, da literatura ou de outras expressões culturais. Partindo disso, entende-se que,

> O diálogo entre a cultura dos dominados e dos dominadores e entre os dominados também é chamado de interculturalidade, que representa **a abertura das diversas culturas ao outro, para além da ideologia dominante**, num processo de conscientização e libertação [...]. (Greggesen, 2022, p. 96, grifo nosso).

Em vista disso, afirma-se que o diálogo entre culturas se apresenta como um processo de negociação, conflito e troca, marcado por batalhas decorrentes das desigualdades, mesmo em um mundo "interconectado" (Canclini, 2009). Baptista (2024) afirma que essas trocas fortalecem a identidade social e valorizam as diferenças culturais, ao reconhecer o "outro" e promover o diálogo entre grupos socioculturais. Com base nisso, compreende-se que a interculturalidade ilumina múltiplas culturas, propondo que as diferenças sejam integradas, e não excluídas, em seus contextos sociais e culturais. No entanto, é importante salientar que os traços cognitivos e socioculturais continuam sendo apropriados por narrativas dominantes, nas quais diversos grupos sociais têm sido historicamente excluídos das formas hegemônicas de produção e acesso ao conhecimento.

Silva, Duque Cardona e Santos (2023) chamam atenção para a urgência em reconhecer que os paradigmas hegemônicos e eurocêntricos se distanciam da realidade em função da colonialidade, expressado pelo "[...] domínio sobre as racionalidades culturais, que essencialmente formam os alicerces do ser e do saber." (Walsh, 2007, p. 106, tradução nossa). Diante disso, questiona-se qual é o papel das bibliotecas públicas nesse contexto, especialmente frente a uma série de problemáticas que essas instituições são essenciais para enfrentar. Assim, destaca-se a importância de reforçar a necessidade de delimitar funções, definições e

entendimentos sob uma perspectiva intercultural no campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação, igualmente apontado por Silva, Duque Cardona e Santos (2023).

O termo intercultural tem sido abordado a partir de diferentes contextos e em diferentes momentos históricos de diversas maneiras (Lara Guzmán, 2015). Desde a década de 1990, a América Latina tem dado maior atenção à diversidade étnico-cultural, impulsionada tanto pelo reconhecimento legal quanto pela necessidade de promover relações positivas entre os diferentes grupos culturais.

Esse movimento busca combater a discriminação, o racismo e a exclusão, além de formar cidadãos conscientes das diferenças, preparados para colaborar no desenvolvimento do país e na construção de uma sociedade mais justa, equitativa e plural. Nesse contexto, a interculturalidade desempenha um papel central, como destacado por Walsh (2010).

Diante disso, destaca-se a explicação de Duque Cardona *et al.* (2023), ao enfatizarem que, embora a interculturalidade para a América Latina evidencie os processos de formação, luta e resistência dos povos indígenas, ela não se limita a uma categoria étnico-racial. Nesses termos, trata-se de um projeto, um processo e uma oportunidade de pensar as formas de ser e se relacionar de “outros” modos que envolvam a vida, a dignidade e a justiça social, ou seja, caminhos necessários para repensar as práticas sociais, culturais e informacionais.

Partindo disso, intenta-se clarificar o entendimento do que é a interculturalidade. Conforme Caterine Walsh (2009), pode-se falar em três significados diferentes para o termo, uma interculturalidade relacional, uma funcional e uma crítica.

A **interculturalidade relacional** refere-se aos contatos e trocas mais fundamentais entre culturas, povos, práticas, conhecimentos, valores e tradições, os quais podem se manifestar de forma igual ou desigual. Apesar de ser um aspecto intrínseco à história da América Latina, considerando os múltiplos encontros entre povos indígenas e afrodescendentes – evidenciados pela mestiçagem, sincretismos e transculturações, elementos que definem a essência latino-americana e caribenha –, essa perspectiva tende a minimizar os conflitos e as relações de poder, dominação e colonialidade que moldam a experiência desses povos. Além disso, a abordagem relacional reduz a interculturalidade a um simples contato entre povos diferentes, ignorando a complexidade social, política, econômica e epistêmica envolvida (Walsh, 2009, tradução nossa).

A segunda perspectiva, **interculturalidade funcional**, reconhece a diversidade e diferenças culturais como peças-chave para sua inclusão na sociedade. Assim como a primeira perspectiva, embora se empenhe no diálogo e coexistência de culturas distintas, não problematiza as assimetrias e desigualdades socioculturais, tampouco questiona as conformações existentes. Nesse sentido, Walsh (2009, p. 78, tradução nossa) assevera que se trata de uma

> [...] 'a nova lógica multicultural do capitalismo global', uma lógica que reconhece a diferença, apoiando a sua produção e administração no âmbito da ordem nacional, neutralizando-a e esvaziando-a do seu significado efetivo, tornando-a funcional para esta ordem e, ao mesmo tempo, aos ditames do sistema-mundo e à expansão do neoliberalismo [...].

Nessa lógica, o respeito e o reconhecimento da diversidade cultural assumem um caráter dominador, destinado a controlar os conflitos étnicos e a preservar a estabilidade social, estruturada na promoção do imperativo econômico neoliberal capitalista. Dessa forma, a inclusão de grupos historicamente minorizados ocorre de maneira superficial, revelando-se distante de qualquer equidade ou igualdade real (Walsh, 2009, tradução nossa). Canclini (2004) aponta que esse processo de expropriação cultural, longe de promover a diversidade como um caminho para o desenvolvimento coletivo, revela-se, na verdade, desigual e segregacionista.

Intitulada **interculturalidade crítica**, a terceira perspectiva está ancorada na problemática estrutural-colonial-racial, como explica Walsh (2009, tradução nossa). A autora questiona a matriz colonial mencionada, dando voz tanto aos historicamente excluídos quanto àqueles que não foram marginalizados. Além disso, busca desconstruir e promover processos de transformação das estruturas que permitiram e legitimaram a dominação de alguns grupos sobre outros. É, portanto, necessário romper com a matriz colonial existente, na qual a escola desempenha um papel central como instituição que historicamente reproduz as formas de poder e, com elas, os processos de subalternização de alguns grupos em relação a outros (Lara Guzmán, 2015; Walsh, 2009).

Quando colocamos essa lente na realidade das bibliotecas públicas, por exemplo, torna-se necessário pensar em uma "outra" biblioteca pública, que não apenas escute as vozes marginalizadas e valide seus conhecimentos, mas que também seja um território de pluralidades, multiétnicas e plurilíngues. Uma "biblioteca verdadeiramente pública" (Flusser, 1980), onde múltiplas vozes, posicionamentos e experiências convergem, e onde diferentes modos de ser e habitar o mundo sejam

promovidos e fortalecidos por meio da informação. Nesse sentido, concorda-se com o postulado de que a interculturalidade é

> [...] entendida como uma ferramenta, como um processo e projeto que se constrói a partir do povo – e como uma exigência da subalternidade –, em contraste com a funcional, que se exerce de cima. Ela sustenta e exige a transformação das estruturas sociais, das instituições e das relações, e a construção de diferentes condições de ser, estar, pensar, conhecer, aprender, sentir e viver. (Walsh, 2009, p. 78, tradução nossa).

Por se tratar de um projeto, Walsh (2009, tradução nossa) destaca a dimensão estratégica, processual e permanente da interculturalidade, entendida como um projeto político, social, ético e epistêmico. Esse projeto vai além de mudanças superficiais, buscando, sobretudo, o rompimento com estruturas, condições e dispositivos hegemônicos de poder que perpetuam desigualdades, inferiorização, racialização e discriminação.

Nesse sentido, Duque Cardona *et al.* (2023) explicam que a perspectiva intercultural alicerça um projeto, um processo e uma oportunidade de refletir sobre formas de ser e se relacionar de “outras” formas que envolvam a vida, a dignidade e a justiça social. Passos e Pinheiro (2021) exemplificam isso aludindo à emergência de marcos teórico-práticos decoloniais na América Latina em diferentes campos do conhecimento.

Nesse sentido, concorda-se com Garcez e Sales (2022, p. 2) quando afirmam que a Interculturalidade é

> [...] um meio para planejar em conjunto as estratégias culturais na busca pelo desprendimento das narrativas eurocêntricas e a superação dos cernes coloniais ainda atuantes através da colonialidade e suas esferas, a saber: colonialidade do saber, colonialidade do ser, colonialidade do poder, colonialidade da natureza e colonialidade da linguagem [...].

Desse modo, é evidente a relação entre interculturalidade e decolonialidade, uma vez que, como ressalta Greggersen (2023), essa discussão não pode ser realizada de forma desvinculada. Nesse sentido, o saber deve possuir validade intercultural, exigindo o reconhecimento e a coabitação cultural de diferentes formas de conhecimento que efetivamente se comuniquem, em vez de apenas informarem, constituindo uma distinção significativa. Os estados nacionais, por sua vez, têm historicamente buscado ordenar e hierarquizar as diferenças em seu interior, deslegitimando muitos saberes tradicionais, estabelecendo línguas hegemônicas e impondo visões de mundo que moldaram a configuração das sociedades.

Afastando-se da premissa de que o mundo é formado por um conjunto de culturas separadas e isoladas – o multiculturalismo –, avança-se para um modelo baseado na igualdade entre grupos diferenciados, que, por meio do diálogo e do consenso, constroem e moldam a sociedade e a cultura. Nesse contexto, a troca se manifesta de forma equitativa, sendo entendida como a contribuição equivalente de todos os grupos envolvidos. Conforme já ressaltado neste estudo, reforça-se que as bibliotecas públicas são territórios inegáveis do alcance desse ideal de diálogo, consenso e caminho para a construção de bases epistêmicas alternativas, ou seja, “provendo visibilidade e reconhecimento das múltiplas vozes imbricadas nas malhas informacionais” (Wanderley; Martins, 2022, p. 5).

No entanto, sabe-se que a existência de grupos dominantes e dominados, majoritários e minoritários, centrais e periféricos, é uma constante histórica que tende a se reproduzir, mesmo entre os oprimidos e subalternos que reivindicam a diferença. Paradoxalmente, esses grupos, ao tentarem delimitar suas próprias fronteiras e se constituírem como algo puro e homogêneo, acabam por estabelecer discriminações internas. Walsh (2009) sustenta que a interculturalidade, tal como apresentada, implica uma reconfiguração das bases de poder, pois questiona e enfraquece a hegemonia monocultural exercida pelos grupos dominantes. Em vista disso, depreende-se que esse conceito aponta para a necessidade de superar estruturas historicamente impostas e abrir espaço para a presença e o reconhecimento de múltiplas epistemologias.

Ao postular uma nova forma de relacionamento entre grupos humanos com identidades e características culturais diferenciadas e distintas, a interculturalidade rompe com o "monotopismo" do pensamento moderno, explicado por Walsh (2002, p. 8, tradução nossa) como sendo a "geopolítica do conhecimento e o lugar da enunciação epistêmica, política e ética." Portanto, a interculturalidade faz parte desse “outro” pensamento que se constrói a partir do lugar político particular de enunciação do movimento de distintos grupos subalternos (Walsh, 2007, tradução nossa).

Interculturalidade seria, portanto, um termo que designa um fenômeno global cujas características dependem das histórias locais e da forma como se articula a colonialidade do poder na Ásia, África e América Latina. Essa perspectiva também é defendida por Mignolo (2003), ao compreender a interculturalidade como expressão da emergência do pensamento fronteiriço em suas dimensões epistemológica, ética e política.

A discussão sobre o conceito de interculturalidade crítica e o pensamento de Walter Mignolo em *Histórias Locais/Projetos Globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar* reforça a importância de reconhecer e valorizar as múltiplas epistemologias que emergem das experiências coloniais e pós-coloniais. Mignolo (2003) desenvolve a noção de "pensamento liminar", posicionada nas interseções entre histórias locais e projetos globais, como forma de desafiar as narrativas hegemônicas do conhecimento ocidental e evidenciar saberes que foram historicamente subalternizados.

O autor argumenta que a colonialidade do poder exerce uma influência profunda na produção do conhecimento, destacando a necessidade de incorporar perspectivas subalternas para reconfigurar a geopolítica do saber (Mignolo, 2003). Nesse ponto de ruptura, a abordagem crítica da interculturalidade vai além do simples reconhecimento das diferenças culturais e busca transformar as estruturas epistemológicas que sustentam a desigualdade global. Nesse sentido, o diálogo com o pensamento de Mignolo (2003) não se limita a uma convergência teórica, mas estabelece uma complementaridade fundamental.

Essa complementaridade é essencial para articular teoria e prática no enfrentamento das dinâmicas de poder perpetuadas pela colonialidade. Enquanto Mignolo (2003) oferece um arcabouço teórico sólido para compreender e desconstruir as hierarquias epistêmicas impostas pelo sistema colonial/moderno, a interculturalidade crítica emerge como uma prática transformadora, destinada a concretizar esses conceitos em contextos reais de interação cultural, como almejado por Duque Cardona *et al*. (2023), Beltrán (2015) e Walsh (2009).

O pensamento fronteiriço de Mignolo (2003) descreve o espaço das margens como um *lócus* de enunciação que desafia as cosmologias hegemônicas. No entanto, esse espaço não é apenas um ponto de resistência, mas também de criação de novos conhecimentos, éticas e políticas. A interculturalidade crítica, nesse contexto, pode ser entendida como a operacionalização do pensamento fronteiriço. Em sua prática, a interculturalidade crítica rompe com a ideia de diálogo intercultural assimétrico, típico das abordagens multiculturais que reafirmam a supremacia das epistemologias ocidentais. Em vez disso, promove interações horizontais onde os diferentes sistemas de conhecimento se encontram para cocriar soluções, respeitando as especificidades culturais e históricas de cada interlocutor.

Pode-se destacar essas dimensões nas bibliotecas públicas, enquanto espaços educativos, de produção e circulação de informação, sociais, políticos e de interações intersubjetivas, a interculturalidade crítica atua como uma prática de descolonização ao desconstruir narrativas únicas e legitimar múltiplos *loci* de enunciação. Isso significa que ela não se limita a integrar culturas diferentes, mas busca transformar radicalmente as condições estruturais que perpetuam a desigualdade (Beltrán, 2015; Duque Cardona *et al*., 2023; Garcez; Sales, 2022; Mignolo, 2003; Walsh, 2009).

Nesses termos, a interculturalidade se insere na reavaliação do relativismo cultural desde um ponto de vista crítico, sem cair no relativismo ético absoluto. Como ponto de partida, é necessário reconhecer a dignidade e a igualdade de todas as culturas sem valorizá-las etnocentricamente. Portanto, o cerne da interculturalidade é a comunicação, a compreensão do outro, sem impor-lhes os nossos valores ou identificar-se necessariamente com os deles. Ou seja, devemos sempre considerar o contexto e não admitir que exista apenas um juízo de valor, como bem ressalta Beltrán (2015, tradução nossa).

Tratar da interculturalidade é um convite à reflexão conjunta sobre como vivemos, sentimos e lidamos com a diferença no âmbito da educação. Parte-se do reconhecimento de que a diversidade é uma característica inerente ao ser humano e a diferença, longe de ser uma barreira, pode transformar o ato educativo em um espaço de liberdade. Nesse contexto, a interculturalidade traz à tona questões sobre o que ocorre nas salas de aula, assim como sobre as formas de relacionamento nos aspectos pedagógicos, didáticos e avaliativos. Ela exige a abertura do pensamento, o rompimento de fronteiras epistemológicas e a valorização das mobilidades como possibilidades de internacionalização, fortalecendo, no cenário global, a missão do ensino superior em seus ideais humanistas (Duque Cardona *et al.*, 2023).

Como resultado de fenômenos locais e globais, bem como das propostas de pensadores ligados a movimentos de suspeita e resistência de uma multiplicidade de grupos historicamente excluídos, "outros" começam a ser reconhecidos. É nesse contexto que ganha força o discurso sobre o que é diferente, o que é diverso e, sobretudo, sobre como gerar ações que possibilitem o reconhecimento dos direitos e sua validação social. Estamos falando de multiculturalismo e interculturalidade (Lara Guzmán, 2015, tradução nossa).

Mignolo (2003) enfatiza que a descolonização epistemológica é um ato de justiça, por reconhecer o valor dos saberes marginalizados. A interculturalidade crítica avança essa ideia ao transformá-la em práticas concretas que promovem esse reconhecimento. Por exemplo, ao articular políticas públicas que valorizam conhecimentos tradicionais indígenas, afrodescendentes ou de outros grupos historicamente oprimidos, a interculturalidade crítica traduz a teoria de Walter Mignolo em ferramentas efetivas para alcançar a justiça epistêmica. Essas práticas incluem a inclusão de saberes locais nos currículos educacionais, a proteção legal de direitos culturais e linguísticos e a promoção de diálogos interepistêmicos em fóruns nacionais e internacionais.

O relativismo, nesse contexto, deve ser entendido como uma atitude crítica frente ao etnocentrismo, favorecendo relações mais equilibradas com o "outro". Reconhecer que existem diferentes formas de interpretar o mundo nos ajuda a relativizar nossos próprios pontos de vista, culturalmente determinados, e, em última instância, permite um maior autoconhecimento.

A emergência do modelo intercultural reside na capacidade de reelaborar e atualizar controvérsias antigas ao incorporar novas variáveis, especialmente aquelas ligadas às relações de poder e dominação. Nesse sentido, a interculturalidade está conectada ao pensamento pós-colonial. Sob essa perspectiva, emerge o confronto entre uma cultura hegemônica, que se tornou dominante ao impor sua universalidade, e a resistência de grupos subjugados e minorias que carregam culturas e identidades próprias. Esses grupos começam a reivindicar espaços de reconhecimento e a fazer ouvir suas vozes, fortalecendo sua presença em um cenário de contestação e transformação.

Cabe destacar que não se trata de negar as diferenças outrora existentes, nem de sugerir que a pluralidade cultural fosse algo estranho ou que esse tema não tivesse sido previamente pensado ou discutido. A contribuição da interculturalidade ao tratamento antropológico tradicional da diversidade cultural está, sobretudo, na reivindicação do reconhecimento, da dignidade e da voz daqueles que, no passado, foram silenciados pelas culturas majoritárias, dominantes ou hegemônicas.

Nessa perspectiva, evidencia-se, com base em Mignolo (2003), a argumentação de que as cosmologias e epistemologias subalternizadas possuem potenciais de libertação que não podem ser encontrados nas estruturas da modernidade ocidental. A interculturalidade crítica, nesse contexto, surge como um

instrumento capaz de traduzir esse potencial em práticas concretas de emancipação. Exemplos disso incluem o incentivo a práticas pedagógicas fundamentadas em epistemologias indígenas ou africanas e a promoção do uso de línguas locais em espaços oficiais. Dessa forma, a interculturalidade crítica viabiliza a construção de mundos plurais, onde a diversidade é reconhecida como uma força transformadora, e não como uma condição que perpetua a desigualdade.

Ao passo que o entendimento de que a interculturalidade se apresenta como um novo paradigma ganha relevância (Beltrán, 2015), esta tese baseia-se nos postulados de Duque Cardona (2018, 2020, 2021, 2022, 2023), com o objetivo de estabelecer uma definição de biblioteca pública alinhada ao cenário paradigmático emergente no campo da Ciência da Informação, notadamente o Paradigma Intercultural defendido pela autora.

Cabe destacar que a interculturalidade em bibliotecas já existia, uma vez que estas são, por natureza, territórios de diálogo, confronto, negociação, conflito e troca entre culturas. Nesse contexto, as bibliotecas interculturais fortalecem essas práticas intersubjetivas ao atuarem na descolonização do conhecimento e da informação (Baptista, 2024). Garcez e Sales (2022) destacam uma série de estudos no campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação baseados nas perspectivas de Catherine Walsh, os quais convergem no entendimento de que “[...] a interculturalidade se relaciona com a ecologia de saberes uma vez que cria relações que possibilitam novas transformações, trocas, inclusão e fortalecimento de povos socialmente excluídos.” (Garcez; Sales, 2022, p. 9).

Duque Cardona (2020, 2021, 2023) chama atenção para as problemáticas contemporâneas que envolvem a informação e as relações que esta estabelece com a sociedade e os indivíduos, as quais, por sua vez, refletem diretamente nos campos da Biblioteconomia e da Ciência da Informação. Apesar dos avanços tecnológicos observados, há um descompasso em relação ao desenvolvimento social em regiões como a América Latina e o Caribe. Silva e Martins (2023) complementam, explicando que a Ciência da Informação tem passado por mudanças significativas, sobretudo para atender aos avanços informacionais, que demandam formas distintas de se relacionar, utilizar e se apropriar da informação. Essa, “enquanto fenômeno dinâmico e mutável, passa a ser recontextualizada no âmbito sociocultural, a fim de contemplar diferentes discursos, saberes e conhecimentos até então marginalizados” (Silva; Martins, 2023, p. 2).

Desse modo, a Biblioteconomia e da Ciência da Informação enfrentam novos desafios epistemológicos, tais como desenvolver suas reflexões à luz do Sul, a partir de Abya-Yala; refletir para que e para quem é dada a informação de acordo com os desafios da infodemia de desinformação que vivemos, cujas causas se instalam discursos de ódio e regimes autoritários; analisar como ocorrem as relações entre cultura-informação-linguagem, bem como reconhecer a urgência da Biblioteconomia e da CI para *Abya-Yala*[7], ciências que abraçam e cuidam da vida e dos bens comuns, explicitando as relações entre linguagem, memória, informação, poder e democracia, como bem demarca Duque Cardona, Restrepo Fernández e Velásquez Yepes (2021a).

Silva, Duque Cardona e Santos (2023) enfatizam a importância de avançar para um paradigma intercultural anticolonial, fundamentado na proposta epistemológica "Bibliotecas desde *Abya-Yala*". Busca-se, assim, à luz das epistemologias de resistência e do Sul Global, revelar as injustiças epistêmicas e reduzir as disparidades das desigualdades políticas, sociais, culturais e educacionais, orientando a Biblioteconomia e a Ciência da Informação latino-americana na construção de saberes baseados em um conhecimento situado, útil e relevante para um determinado território (Duque Cardona; Gómez Velásquez, 2023; Cardona; Restrepo Fernández; Velásquez Yepes, 2021b; Duque Cardona; Silva, 2023).

Concorda-se que a Biblioteconomia e a Ciência da Informação estão diante de um novo paradigma, pautado tanto pela necessidade de atender às demandas sociais e científicas de um determinado período quanto pela capacidade de oferecer respostas e soluções coerentes às problemáticas enfrentadas por suas comunidades. Isso ocorre porque esses campos possuem um arcabouço teórico e metodológico que deve evoluir de forma alinhada à realidade em que estão inseridos, contribuindo para o desenvolvimento social e científico de maneira consistente e contextualizada.

Nesse sentido, concorda-se com Duque Cardona (2020) quando defende o estabelecimento de um Paradigma Intercultural, tendo em vista dimensões como

[7] *Abya Yala*, termo de origem indígena proveniente do idioma kuna, falado por povos originários do Panamá e da Colômbia, refere-se ao continente americano. A palavra é composta por "*Abya*", que significa mãe, jovem madura ou sangue vital, e "*Yala*", que se traduz como terra ou território, formando expressões como "terra de todos", "terra em plena maturidade", "terra viva" ou "terra de sangue". No século XXI, o termo passou a ser amplamente utilizado por comunidades indígenas e organizações como uma alternativa ao nome "América", que carrega uma perspectiva eurocêntrica. Assim, o uso de Abya Yala tornou-se um símbolo de identidade cultural, valorização dos saberes ancestrais e respeito à natureza, integrando esforços mais amplos de descolonização do pensamento e da história do continente (González, 2018; Santos, 2021).

essas – coerência entre teoria e prática, modos de relacionamento da CI com a sociedade, realidades de uso e acesso à informação, sobretudo na América Latina e Caribe - buscam estabelecer a consonância de uma ciência com a realidade, colocando em tensão o acesso ao conhecimento e à informação que os grupos acadêmicos têm, em geral, com o de grupos sociais e coletivos não localizados em contextos como o universitário.

Diante disso, explicita-se a relação entre as bibliotecas públicas e o Paradigma Intercultural, defendido por Duque Cardona (2020), justamente pela sua capacidade de estruturar um quadro analítico dessas instituições, considerando tanto seus elementos fundantes quanto os elementos que elas conjugam em seus territórios, tais como elementos da cultura que foram historicamente excluídos, cujos grupos viveram à margem dos espaços científicos. Adicionalmente, este estudo defende o uso da lente intercultural para analisar a Biblioteca Pública Benedito Leite e os indivíduos que a transformam em um território de construção de seus referenciais identitários. Tal abordagem justifica-se não apenas pelo fato de a biblioteca estar localizada no Nordeste do Brasil, em um estado que enfrenta inúmeros desafios, mas também pela constatação de que esses grupos sociais são atores fundamentais na produção de informação local e nos ciclos de transferência social de informação.

Pontua-se que esses grupos exercem um papel essencial como ponte entre a universidade, com sua informação científica, e a sociedade, especialmente no contexto ludovicense. Esse cenário corrobora o que Duque Cardona (2020, p. 47, tradução nossa) argumenta acerca da necessidade de um paradigma da CI capaz de evidenciar e provocar estudos acerca da “[...] relevância das questões em relação às lacunas informacionais e culturais que o sul apresenta hoje, onde a informação local é fundamental, pois em grande parte constitui o patrimônio cultural imaterial do povo, e como é a sua essência”.

Duque Cardona (2020) destaca a ausência de informações locais e a marginalização das subjetividades dos sujeitos na forma como a transferência de informação foi defendida por Borko (1968), que a restringe a uma dimensão exclusivamente pragmático-funcional. A autora também ressalta a observação "tardia" da Ciência da Informação em relação às dinâmicas entre a sociedade e seu lugar no campo acadêmico. Desse modo, a autora constata que os três paradigmas da Ciência da Informação – Físico, Cognitivo e Social – correspondem a abordagens teóricas que, desenvolvidas em condições históricas específicas, são ensinadas e

reproduzidas no contexto universitário. No entanto, essas abordagens nem sempre consideram os processos informacionais em “contextos glocais[8]”, especialmente na perspectiva do Sul Global em relação ao território latino-americano.

Fica nítido, assim, que as escolas clássicas da Ciência da Informação permanecem predominantemente nos espaços acadêmicos e, consequentemente, nas salas de aula, sendo frequentemente apresentadas sob uma perspectiva tradicional, eurocêntrica e ocidental que reflete um discurso hegemônico em relação à ciência. Logo, o paradigma intercultural busca a “emancipação intelectual e social dos saberes” (Silva; Martins, 2023, p. 4). Nesse sentido, endossa-se esse argumento, acentuando que

> [...] é fundamental analisar as abordagens teóricas à luz da realidade social, reconhecendo a diversidade de informações que são criadas, produzidas e circuladas na base de outras comunidades que não as acadêmicas, em relação aos objetos de estudo que os pesquisadores propõem. para Ciência da Informação (Duque Cardona, 2020, p. 56, tradução nossa).

A autora, nessa abordagem paradigmática, propõe não apenas evidenciar a urgência de uma perspectiva que contemple o Sul Global na Ciência da Informação, mas também valorizar os saberes locais e regionais historicamente deslegitimados. São inúmeros os estudos que analisam realidades do interior do Brasil, por exemplo, utilizando referenciais teóricos formulados por autores que nunca tiveram contato direto com a América Latina.

Esse cenário leva a refletir até que ponto um determinado paradigma consegue abarcar a complexidade e a subjetividade de localidades cujos arranjos sociais, políticos e econômicos diferem dos grandes centros urbanos. Esse tensionamento é reforçado por Garcez e Sales (2022), que destacam a necessidade de romper com a ideia de uma identidade cultural baseada na reprodução de identidades hegemônicas, adotando uma postura crítica coerente com a realidade em que muitos profissionais da informação atuam. Assim, como aponta Duque Cardona (2018), é imprescindível que as práticas bibliotecárias contribuam efetivamente para a redução das desigualdades sociais, notadamente nas bibliotecas públicas.

---

[8] O termo "glocal" tem origem na antropologia cultural e foi utilizado por Roland Robertson em 1995. Ele refere-se à interação entre culturas globais modernas e culturas locais tradicionais, valorizando as particularidades de cada local. O conceito foi inicialmente introduzido com o objetivo de reconhecer e preservar os processos das culturas locais, protegendo-as das exclusões causadas pelos movimentos de globalização. Trata-se, portanto, de respeitar as diferenças culturais de um determinado lugar, ao mesmo tempo em que se expande a influência de sua origem cultural, evitando sua homogeneização e promovendo a proteção da diversidade cultural (Lima; Leite, 2019; Santos, 2023).

Porto (2019) aponta que a interculturalidade aplicada às bibliotecas promove o incentivo e a preservação das linguagens, memórias e heranças culturais de diferentes comunidades, com foco, sobretudo, na valorização e inclusão de grupos minorizados. Com isso, essas instituições conseguem, por meio de suas ações, oportunizar a interculturalidade entre os sujeitos e as comunidades que ali frequentam.

Nesse sentido, como defende Meneses Tello (2019), as bibliotecas públicas operam no marco democrático e do sistema republicano, servindo e dialogando com esses princípios. É nesse ambiente que o bibliotecário com atuação política pode se formar e atuar, assumindo o papel de profissional da informação comprometido com o atendimento à comunidade e com a responsabilidade de oferecer um serviço crítico, engajado e ativo. Essa missão histórica está ancorada na dimensão política do fazer bibliotecário, que inclui a participação na transformação da realidade e a busca por colaborar na construção de uma sociedade mais justa e melhor.

Considerando as bibliotecas públicas, cujas práticas devem alcançar diferentes grupos sociais, a ótica intercultural favorece uma moldura analítica coerente com a função social dessas instituições em específico. Duque Cardona (2020, 2023) evidencia que as Bibliotecas de Abya Yala estão vinculadas às bibliotecas públicas, tomando por base o caso das bibliotecas de Medellín, ao propor um enfoque intercultural e decoloniais para o desenvolvimento de projetos bibliotecários. Dessa forma, os profissionais bibliotecários e as ações desenvolvidas em bibliotecas públicas desempenham um papel fundamental no reconhecimento e na valorização das tradições e cosmovisões do Sul.

Como bem pontuado por Felipe Meneses-Tello em entrevista à Gabrielle Tanus (Meneses-Tello; Tanus, 2023), o propósito das instituições bibliotecárias é deixar para trás uma estrutura rígida e homogênea, avançando em direção a bibliotecas de caráter multicultural. Trata-se de construir espaços que valorizem a justiça social e promovam o respeito aos direitos humanos.

Por meio de estratégias e projetos que busquem reduzir as desigualdades sociais na América Latina, as bibliotecas públicas se consolidam como territórios de práticas formativas, incentivo à leitura, acesso ao conhecimento, interação com múltiplas culturas, inclusão tecnológica, entre outras iniciativas.

Trata-se, portanto, de uma forma de pensar as bibliotecas como espaços de geração de conhecimento e informação a partir das bases territoriais e comunitárias, significa promover a mobilização social e reconhecer que a informação não circula

exclusivamente por meios e canais convencionais. Trata-se, sobretudo, de valorizar a apropriação do conhecimento social, uma intenção prioritária para a América Latina e um desafio central para as universidades, os profissionais da informação e a sociedade como um todo (Duque Cardona, 2020).

A abordagem intercultural anticolonial enquanto paradigma da CI pressupõe tensionar dispositivos, tecnologias de poder e narrativas hegemônicas, em prol de igualdade, reconhecimento e redistribuição. Segundo Duque Cardona (2020), isso reposiciona os sujeitos informacionais, que saem de uma condição de passividade perante a informação e assumem protagonismo nesse fluxo, ou seja, peças centrais nos processos informacionais. A autora enfatiza que essa ruptura incide na articulação com os múltiplos contextos, sujeitos e territórios, distintos modos de produção de conhecimento e suas interfaces com a ciência.

Isso mostra que os quadros analíticos propostos pelos paradigmas consolidados no campo da CI postulados por Capurro (2007), cunhados nos ambientes universitários, atendem à realidade anglo-saxã e não à latino-americana ou caribenha. Portanto, concorda-se com Duque Cardona (2020, p. 63) ao enfatizar que, da mesma forma como transformações sociais e problemáticas informacionais foram suscitadas para o abandono dos paradigmas Físico e Cognitivo e a emergência do Social, é nítida a necessidade de avançarmos para lentes progressistas, dotadas de molduras analíticas e

> [...] discursos e propostas acadêmicas subalternas, desenvolvidas em latitudes não ocidentais, que buscam o diálogo entre epistemes, o que possibilita uma tessitura em relação aos territórios e ao núcleo das categorias fundamentais da CI, o que exige compreender e situar-se histórica e contextualmente.

Nesses termos, é possível desvelar a função social das bibliotecas, para além de espaços de catalogação e guarda de materiais informacionais, mas como um território de práticas de mediação a serviço da cidadania, dignidade e justiça social. Desse modo, concorda-se que o paradigma intercultural, proposto por Duque Cardona (2020), favorece o estabelecimento de um entendimento de biblioteca pública, justamente por estas instituições conjugarem conhecimentos locais e tradicionais, mediarem a informação sem qualquer tipo de distinção e serem capazes de atuar em prol da emancipação e transformação social de forma contextualizada e alinhada com a história e a memória das comunidades onde estão inseridas, notadamente a

Biblioteca Pública Benedito Leite, situada na região nordeste do Brasil (América Latina), marcada pela confluência de culturas.

O modelo analítico intercultural anticolonial, enquanto lente de análise na CI, permite enfatizar a necessidade de reivindicar o uso da memória que faz parte das bibliotecas, sua conotação simbólica e usos culturais. Provoca os profissionais da Biblioteconomia e da CI a disputarem a compreensão social da biblioteca e de suas tecnologias de poder (leitura, escrita e oralidade), levando-nos a investigar, escrever e compreender a ciência do sul e recuperar, incluir, trabalhar e questionar o que naturalizamos na ciência ocidental, como avulta Duque Cardona (2020).

Nesse sentido, reforça-se que acerca do modelo analítico intercultural tem

> [...] sua aplicabilidade é possível a fenômenos sociais, instituições e práticas da vida cotidiana como a biblioteca, a prática da leitura, da escrita, da oralidade, a construção da cidadania e a compreensão do lugar da informação no espaço social em relação a com o contexto cultural, educacional e político. (Duque Cardona, 2020, p. 66, tradução nossa).

Em face das relações de cooperação e diálogo do conhecimento que podem ser estabelecidas com as teorias sociais, para além das engendradas no campo da CI, é possível promover a inter e a transdisciplinaridade nas reflexões críticas acerca do lugar da informação em relação aos sujeitos, conhecimentos e experiências conjugadas nas bibliotecas públicas.

Diante disso, advoga-se nesta tese que as bibliotecas públicas, à luz do paradigma intercultural anticolonial postulado por Duque Cardona (2020, 2023), podem ser entendidas como territórios de práticas e interconexões sociais, políticas, econômicas, educacionais e culturais, responsáveis por abrigar, organizar e disseminar evidências registradas, materiais ou imateriais, do conhecimento, da cultura e de sua herança, bem como por mediar as relações que esses elementos estabelecem com a sociedade. Atuando como territórios de práticas formativas, incentivo à leitura, interação com múltiplas culturas, inclusão tecnológica e descolonização do saber, essas instituições conjugam conhecimentos locais e tradicionais, promovem a mediação da informação sem distinções e se comprometem com a emancipação e transformação social, de forma contextualizada e alinhada à história e à memória das comunidades em que estão inseridas.

Ao fortalecer práticas intersubjetivas e atuar na descolonização do conhecimento e da informação, elas se tornam ferramentas efetivas para alcançar a justiça epistêmica e promover uma ecologia de saberes, ao criar relações que

possibilitam novas transformações, trocas, inclusão e fortalecimento de povos historicamente excluídos. Como núcleos de desenvolvimento sustentável, inovação tecnológica, engajamento comunitário e construção de conhecimento coletivo, as bibliotecas públicas adaptam-se continuamente às novas realidades socioculturais e tecnológicas, servindo como espaços onde múltiplas vozes, posicionamentos e experiências convergem, e onde diferentes modos de ser e habitar o mundo são promovidos e fortalecidos por meio da informação.

5 BIBLIOTECA PÚBLICA BENEDITO LEITE: DOS DESLOCAMENTOS DO MARANHÃO PROVINCIAL AO PANTHEON DA CULTURA, IDENTIDADE E PATRIMÔNIO DE SÃO LUÍS

A Biblioteca Pública Benedito Leite consolidou-se historicamente como um significativo centro de leitura e cultura, desempenhando também um papel fundamental na preservação do patrimônio cultural, da identidade e da memória do Estado do Maranhão. Nesse sentido, esta seção busca situar a BPBL e sua trajetória na cidade de São Luís, evidenciando os fatos que alicerçam sua atuação e representatividade, cujo acervo é um dos mais antigos e relevantes do Brasil.

A BPBL aparece no Maranhão Provincial, em meados do século XIX, momento em que o Estado passava por significativas transformações sociais. O cenário político, econômico e cultural também se expressava de maneira distinta. Esse arranjo era responsável por romper com o que se entendia, até então, como elementos demarcadores dos costumes brasileiros (Braga, 2013; Costa; Cutrim; Carvalho, 2019).

A expansão das tipografias no Maranhão viu, nos primeiros anos do Império, o aparecimento de incontáveis jornais de conteúdo mais liberal e a ampliação da educação com o Liceu Maranhense, instituição escolar que inaugurou o ensino público secundário na província do Maranhão em 1838, por meio de lei em 24 de julho de 1838, promulgada pelo presidente de província Vicente Thomas Pires de Figueiredo Camargo, também reflexo das modificações administrativas que vinham sendo promovidas pelo governo imperial (Souza, 2022; Castellanos; Castro; Souza, 2023).

Observava-se, então, uma transformação cultural e o estímulo às práticas educativas, incentivando os livreiros e tipografias da época a ampliarem a produção de jornais, livros, entre outros impressos. Esse fato resultou em um número expressivo de comerciantes de livros e, consequentemente, em um aumento das práticas leitoras, como descreve Braga (2013).

Embora o crescimento da produção editorial fosse notável no Maranhão provincial, o acesso aos livros e demais impressos não era universal, sendo restrito a uma parcela da população, especificamente aqueles com maior poder aquisitivo. Tanto é assim que Castro, Silva e Castellanos (2011) destacam que o surgimento da Biblioteca Pública, na então província, estava diretamente ligado aos interesses de

indivíduos da elite do Estado, funcionando principalmente como um mecanismo de dominação, controle e poder.

A fundação da Biblioteca Pública do Maranhão teve como primeiro marco a criação da Biblioteca Provincial, cuja proposta de criação partiu de Antônio Pedro Costa Ferreira em 08 de julho de 1826. Costa Ferreira era natural de Alcântara (MA), ficou conhecido como Barão de Pindaré (1854), atuou como conselheiro geral e presidente da província do Maranhão (1835-1836), além de deputado geral e senador do Império, o qual propôs a criação de cadeiras para o ensino primário, uma biblioteca pública e um hospital para pessoas com hanseníase (Braga, 2011).

No *Diccionario Historico-Geographico da Provincia do Maranhão*, escrito por Cezar Augusto Marques em 1870, foi relatado o interesse e as justificativas apresentadas por Costa Ferreira em sua luta pela abertura de uma biblioteca pública, visto que este,

> [...] admirou-se de não se ter empregado um ceitil em livros, e nem se quer nos elementares para instrucção dos escolares maranhenses, pelo que indicava a creação n'esta cidade de uma bibliotheca publica, destinando-se uma prestação annual da oitava parte das rendas das sobras da província para a compra de livros. (Marques, 1870, p. 47).

Embora os argumentos de Costa Ferreira fossem válidos, foram necessários três anos para que o projeto se concretizasse, precisamente em 29 de setembro de 1829. Naquele ano, a província do Maranhão já estava sob a gestão de Cândido José Araújo Viana, que solicitou recursos a Dom Pedro I, imperador do Brasil na época, para a construção da biblioteca pública. No entanto, os recursos foram negados devido a restrições orçamentárias, pois, no cenário econômico brasileiro, não era possível a aquisição de novas despesas. A saída encontrada pelo Presidente da Província foi a abertura de subscrições populares e voluntárias visando a estruturação da Biblioteca (Braga, 2011; Galves, 2019; Maranhão, 2016).

De acordo com Braga (2011), Cândido Viana, por ocasião da instauração do Conselho Geral da Província, proferiu, em 1º de dezembro de 1829, um discurso contundente com o objetivo de mobilizar a sociedade e anunciar a necessidade de criar uma biblioteca pública. Galves (2019) detalha que a campanha de abertura de uma biblioteca pública na província encontrou como principal veículo o jornal *O Farol Maranhense*, que, ao publicar o discurso de Cândido Viana, vinha comunicando tal luta.

No discurso ficou nítido o descontentamento de Cândido Viana com a situação das instituições escolares que vinham enfrentando problemáticas relacionadas ao preenchimento de vagas e carência de professores qualificados para lecionar, dentre outras disciplinas, Latim, Geometria, “Lingua Patria, Franceza, Ingleza, e de Geografia” (Farol Maranhense, 1829, p. 620). Em sua fala, Viana apontava como caminhos para suprir essas lacunas a criação de uma ou duas escolas de educação infantil (*Collegio de Estudos Menores*), tal qual em suas palavras:

> Seriam eficazes providências a prol da Instrução os estabelecimentos de um ou dois Colégios de Estudos Menores e de uma Biblioteca Pública. Para esta, posto que as circunstâncias dos cofres nacionais não permitam a aplicação de alguns fundos, pode muito contribuir a generosidade dos habitantes da Província. A este fim adotou-se o meio de uma subscrição voluntária, de cuja direção se encarregou a Câmara Municipal desta Cidade, composta de cidadãos de reconhecido patriotismo. (Galves, 2019, p. 9)[9].

Marques (1870) confirma o encaminhamento do projeto para a Câmara Municipal, que tanto agradeceu “[...] ao presidente a escolha, que d’ella fez ‘para dirigir o quanto fosse concernente á livraria publica.’” (Marques, 1870, p. 47). Além disso, a Câmara nomeou Manoel Raimundo Correia de Faria e João Gualberto da Costa, cidadãos maranhenses, como responsáveis pela subscrição voluntária e popular, capitaneada pelos intelectuais da época, para arrecadar recursos em prol do projeto da biblioteca pública.

Destaca-se que, mesmo com a sua criação aprovada, a Biblioteca Pública Provincial ainda não dispunha dos recursos suficientes para sua abertura (Maranhão, 2016). Nesse contexto, observa-se que as bibliotecas públicas se constituem como espaços de demanda popular e iniciativa comunitária. Tal como visto no cenário da província do Maranhão, a luta pela estruturação de uma "Livraria Pública" foi resultado do esforço e empenho de grupos isolados da sociedade do século XIX, cuja proposta foi acatada pelo governo imperial e implementada pela câmara. A iniciativa abrangeu tanto a capital, São Luís, quanto os juízes de paz das comarcas locais e externas (Braga, 2011; Marques, 1870).

---

[9] Texto original publicado em O Farol Maranhense, n. 146, 1 de dezembro de 1829: “Seriaõ eficazes providencias a prol da Instrucçaõ os estabelecimentos de um ou dous Collegios de Estudos Menores, de uma Biblioteca publica. Para esta, posto que das circiunstancias dos Cofres Nacionaes não permittão a applicaçaõ de alguns fundos, pode muito contribuir a generosidade dos Habitantes da Provincia. A este fim adoptou-se o meio de uma subscripçaõ voluntária de cuja direcçaõ se encarregou a Camara Municipal desta Cidade composta de Cidadãos de reconhecido patriotismo.” (O Farol Maranhense, 1829, p. 620).

Não é por acaso que o Farol Maranhense é considerado um aliado importante na concretização da biblioteca pública na província. Ao tomar conhecimento das dificuldades para implantar a Biblioteca Pública Provincial, José Cândido de Moraes, redator do jornal, decidiu usar o Farol Maranhense para apoiar a administração do presidente da província. Ele disponibilizou o jornal para promover a subscrição popular e aumentar o número de adesões (Braga, 2011). Cabe destacar que "As chamadas para subscrição de certa forma foram correspondidas, pois José Cândido publicou nas edições de número 265 a 293, relação nominal dos subscritores, informando o valor ofertado e a quantidade de livros doados." (Braga, 2011, p. 211).

Como já destacado, os esforços em prol da abertura da biblioteca provincial eram divulgados no *Farol Maranhense*. Entre as doações mais significativas estava a de Antônio Pedro da Costa Ferreira, que, ao deixar o Maranhão para assumir o cargo de deputado na Assembleia Geral, doou 316 livros, conforme relatado na edição número 284 do jornal, publicada em 29 de março de 1831 (Galves, 2019). Consideradas pelo redator como obras selecionadas e de relevante utilidade, faziam parte da doação, que poderia ter sido feita por outras pessoas em circunstâncias semelhantes. Em tom crítico, ele também acentuou que "[...] o não fizeram, talvez pelo pouco em que tem a instrução pública, e o derramamento das luzes em nosso país."[10] (O Farol Maranhense, 1831, p. 1186).

As subscrições foram determinantes para a concretização da abertura da biblioteca pública provincial. Tanto que entre janeiro e fevereiro de 1831, o jornal *O Farol Maranhense* publicou, em quatro edições seguidas, uma lista das pessoas que voluntariamente contribuíram para a Biblioteca Pública. Essas publicações incluíram o registro da doação de Costa Ferreira, já mencionado, e continuaram a relatar as contribuições em uma edição de abril de 1831 (Galves, 2019).

Os registros indicaram um total de 153 subscritores para a Biblioteca Pública, com 22 doadores de livros e 131 de dinheiro. Em 21 de janeiro de 1831, o jornal destacou 21 doadores de livros, entre os quais estavam autoridades provinciais, proprietários e comerciantes. Juntos, nove desses doadores ofereceram 468 livros,

[10] Texto original publicado em O Farol Maranhense, n. 284, 29 de março de 1831: "Antes de partir, o nosso digno Deputador fez uma oferta a Camara Municipal de 316 Volumes, para a Bibliotheca Publica: obras escolhidas e de reconhecida utilidade formão esta collecção. Podesse este exemplo ser seguido por pessoas, que estão nas mesmas circunstancias de faserem ofertas similhantes, mas que o não fiserão, talvez pelo pouco em que tem a instrução publica, e o derramamento das luzes no nosso Paiz." (O Farol Maranhense, 1831, p. 1186).

enquanto outros 12 doaram "obras". As doações em dinheiro somaram 242$000 réis, arrecadados por nove doadores, com edições subsequentes registrando contribuições que variavam entre 80 e 64$000 réis. Essas contribuições totalizaram 1:049$900 réis, valor ligeiramente superior a um conto de réis, que era a soma proposta pelos conselheiros como alocação anual para a Biblioteca. Embora a maioria dos doadores fosse de São Luís, também houve contribuições de outras partes da província, incentivadas por um apelo ao "patriotismo provincial". As doações provenientes do interior, embora em menor número, foram notáveis, ainda que os valores individuais fossem geralmente mais baixos (Galves, 2019; O Farol Maranhense, 1831b).

Embora o intento não seja detalhar as subscrições, é importante contextualizar quais membros da sociedade maranhense contribuíram para a formação da biblioteca. Galves (2019), em seu estudo *A criação da Biblioteca Pública em 1831: política e cultura escrita na Província do Maranhão,* faz uma análise dessas contribuições. O autor destaca que, entre os principais doadores de livros para a Biblioteca Pública, estava Cândido José de Araújo Viana, futuro marquês de Sapucaí e presidente da província, que doou 200 livros. Antônio Eliziário de Miranda e Brito, governador de Armas, fez a segunda maior doação em dinheiro, com 50$000 réis. Sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro desde 1839, Miranda e Brito escolheu doar dinheiro, apesar de possuir uma vasta biblioteca pessoal em São Luís. Além disso, Manoel Monteiro de Barros doou 22 livros, e quatro desembargadores contribuíram com 45$600 réis e 50 livros.

Galves (2019) destaca, ainda, que um grupo relevante de doadores, associado à condição de "autoridade provincial" foi a família Belfort-Burgos-Lamagner-Vieira da Silva-Gomes de Sousa. Desde o final do século XVIII, essa família construiu uma grande fortuna e influência política por meio de sesmarias e contratos régios. Com a queda dos preços do algodão e o avanço do movimento de Independência em 1823, membros dessa família se destacaram, ocupando cargos como presidências de províncias e mandatos de conselheiros e deputados. Na lista de doadores, pelo menos oito membros da família contribuíram, incluindo Pedro Miguel Lamagner, Antônio de Salles Nunes Belfort e José Joaquim Vieira Belfort.

As subscrições para a Biblioteca Pública Provincial do Maranhão em 1831 contaram com 153 doadores, divididos entre 22 de livros e 131 de dinheiro. Os principais contribuidores incluíam autoridades provinciais, proprietários e comerciantes, destacando-se figuras como Cândido José de Araújo Viana, Antônio

Eliziário de Miranda e Brito, e membros da influente família Belfort-Burgos-Lamagner-Vieira da Silva-Gomes de Sousa. As doações variaram de livros a contribuições financeiras, somando mais de um conto de réis, um valor significativo para a época. Esses esforços refletiam o apoio da elite local à iniciativa cultural e eram motivados por um senso de dever cívico e patriotismo provincial, como relatado por Braga (2011) e Galves (2019).

Nesse sentido, ressalta-se que, em grande parte, as doações foram feitas por cidadãos radicados na capital ludovicense, fruto do "patriotismo provincial" (Galves, 2019, p. 15). Galves (2019) chama atenção para a ausência de membros do próprio Conselho Presidial na lista de subscrições e doações, visto se tratar dos principais interessados na abertura da Biblioteca Pública. Diferente de Costa Ferreira, enquanto autor e entusiasta da criação da instituição, fez uma expressiva doação de obras, "aparentemente, o empenho institucional dos conselheiros para a criação da Biblioteca não se traduziu em doações pessoais." (Galves, 2019, p. 16-17).

Como já destacado neste estudo, a Biblioteca Pública da Bahia (BPB), a primeira biblioteca pública do Brasil, foi fundada como Livraria Pública da Bahia em 13 de maio de 1811, por Dom Marcos de Noronha e Britto, 8º Conde dos Arcos e então governador da Capitania da Bahia (Azevedo, 2012; Soares *et al*., 2011). A BPB teve uma formação semelhante à da biblioteca pública da Província do Maranhão, com doações das pessoas mais ilustres e letradas daquele estado. Vale destacar que a região Nordeste do Brasil possuía uma grande circulação de livros no século XIX, o que Azevedo (2012) usa para contextualizar a criação da Biblioteca Pública de Salvador. Segundo o autor,

> Foram os soteropolitanos que estabeleceram movimentos literários, como a Academias dos Esquecidos (1729) e dos Renascidos (1759), muito decorrente de um grande número de egressos das universidades portuguesas, principalmente Coimbra, que tinha uma forte característica iluminista. (Azevedo, 2012, p. 8).

Diante disso, ressalta-se que a Biblioteca Pública do Maranhão foi a segunda criada no Brasil, sendo a da Bahia a primeira. Nesse contexto, destaca-se o empenho de Cândido Viana em promover a inauguração da Biblioteca Pública em 25 de março de 1831, tanto que solicitou a aquisição de tudo o que fosse necessário, com o custeio proveniente de doações (O Farol Maranhense, 1831c). Segundo Galves (2019), a data também era emblemática para o Brasil, visto ser a comemoração da promulgação da Constituição de 1824. Ainda na edição nº 264 do Farol do Maranhão,

Cândido Viana explicitou a aceitação do ofício para a instalação da "Biblioteca Pública" no Convento do Carmo, localizado na Rua do Egito, em São Luís (Figura 8), utilizando os livros que já estavam disponíveis para pleno uso, e orientou a aquisição de outros até que se esgotassem os recursos obtidos por meio de subscrição.

Figura 8 – Largo do Carmo, onde fica situado o Convento e Igreja do Carmo, São Luís, 1908[11]

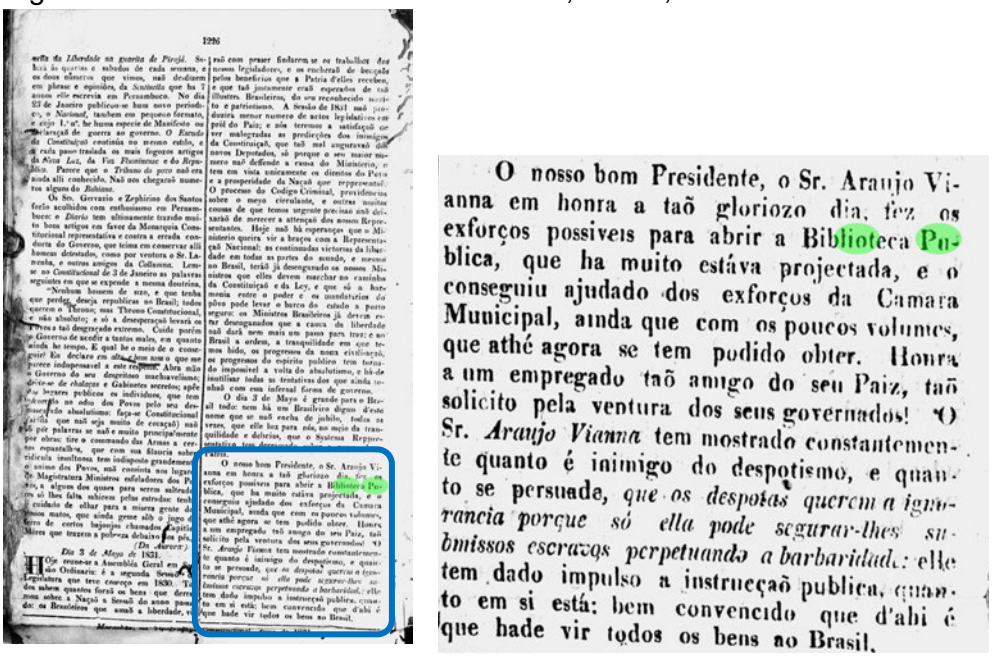


Fonte: Cunha (1908).

No entanto, como as reformas e adequações dos espaços onde seria instalada a biblioteca no Convento do Carmo, a inauguração só ocorreu em 03 de maio de 1831. Relata-se que a abertura foi feita às pressas e de forma improvisada para coincidir com a Sessão Imperial de Abertura da Assembleia Geral, como alude Galves (2019). A abertura da instituição também foi saudada no número 294 de *O Farol Maranhense*, como pode ser visto na Figura 9, a seguir:

[11] Não foram recuperadas imagens do Convento do Carmo datadas do século XIX. O registro mais antigo encontrado é de 1908, uma fotografia produzida pelo fotógrafo paraense Gaudêncio Rodrigues da Cunha, que viveu no Maranhão entre as décadas de 1890 e 1920 e fez importantes registros fotográficos do estado. Gaudêncio ganhou notoriedade pela publicação do "Álbum do Maranhão" em 1908, que contém mais de 150 fotografias de São Luís e do interior maranhense. Este álbum foi encomendado pelo então governador Benedito Leite para promover o estado na Exposição Nacional de 1908, no Rio de Janeiro (Martins, 2008).

Figura 9 – Extrato de O Farol do Maranhão, n. 294, de 03 de maio de 1831



O nosso bom Presidente, o Sr. Araujo Vianna em honra a taõ gloriozo dia, fez os exforços possiveis para abrir a Biblioteca Publica, que ha muito estáva projectada, e o conseguiu ajudado dos exforços da Camara Municipal, ainda que com os poucos volumes, que athé agora se tem podido obter. Honra a um empregado taõ amigo do seu Paiz, taõ solicito pela ventura dos seus governados! O Sr. *Araujo Vianna* tem mostrado constantemente quanto é inimigo do despotismo, e quanto se persuade, *que os despotas querem a ignorancia porque só ella pode segurar-lhes submissos escravos perpetuando a barbaridade*: elle tem dado impulso a instrucçaõ publica, quanto em si está: bem convencido que d'ahi é que hade vir todos os bens ao Brasil.

Fonte: O Farol do Maranhão (1831d).

Segundo Galves (2019), a Biblioteca Pública Provincial foi inaugurada com aproximadamente dois mil volumes, possivelmente resultado de doações e aquisições, além de arrecadações em dinheiro. Destaca-se que, em grande parte, as doações foram feitas por cidadãos residentes na capital ludovicense, motivados pelo "patriotismo provincial" (Galves, 2019, p. 15). Reconhecidamente, o jornal *Farol Maranhense* foi o veículo que comunicou a abertura da Biblioteca Pública para a sociedade maranhense, cujos elogios e incentivos para que o projeto tivesse sua continuidade em prol da formação na Província do Maranhão, e assim o fez José Cândido de Moraes (Braga, 2011):

> Abriu-se finalmente a Biblioteca Pública e ela é sem dúvida a produção do patriotismo dos maranhenses! Quem mais suscetível de obrar grandes ações? [...]
> Eis, pois, maranhenses, o passado é passado: está a Biblioteca aberta, e com os livros que se comparam contamos dois mil volumes até hoje. Abriu-se com ela um vasto campo para a vossa ilustração, dela pode dimanar um número infinito de delícias. [...]
> É ali que aprendereis a elevar-vos sobre aquele que estúpido quase sempre, e sempre aumentado por um "S. M. MANDA" do Ministro, é conduzido da Corte para comandar-vos: é ainda ali, maranhenses, que aprendereis a conhecer-vos, já até onde se estende o vosso secreto no mundo social, já até onde podeis descer e subir no país dos conhecimentos humanos: rasgando ali o véu, que a impostura interpôs à divindade e a vós, conhecereis o autor da Natureza [...]
> Aquele pois dentre vós que não puder concorrer para o aumento daquele estabelecimento, concorra para a sua glória, instruindo-se, enriquecendo a

> sua alma, para por meio dos conhecimentos colocar-se, ou antes exceder no nível daqueles a quem o acaso fez subir, a fruição de grandes comodidades. (O Farol Maranhense, 1831e, p. 1229-1230)[12].

Depreende-se desse comunicado que o destaque dado por Moraes e Silva à fundação da Biblioteca Pública expressa o patriotismo dos maranhenses, sublinhando sua importância na formação cultural e educacional da sociedade. Ao ressaltar esse "patriotismo dos maranhenses", ele utiliza uma estratégia retórica para fomentar um senso de responsabilidade cívica e orgulho regional. No artigo publicado no Farol Maranhense, ele enfatiza que não houve intenção de lançar ódio ao centro do governo, Rio de Janeiro, que deveria ser mais o centro do país. Adicionalmente, a ênfase na biblioteca como meio de "elevar-se" faz alusão à visão iluminista do conhecimento como veículo para o progresso individual e coletivo.

Entretanto, esse posicionamento reflete uma visão elitista ao sugerir que o conhecimento adquirido na biblioteca supera os méritos de líderes políticos escolhidos ao acaso. Além disso, concorda-se com Galves (2019) ao apontar que os comunicados feitos no *Farol Maranhense* e outros textos redigidos por Moraes e Silva expressavam um tom patriótico alinhado à campanha de captação de recursos para a abertura da biblioteca, como uma forma de vingança contra a falta de investimento do governo imperial e as tensões entre brasileiros e portugueses na época, pois, como explica Pandolfi (2020), disseminava-se a ideia de que os portugueses subjugavam os brasileiros, além de diferentes movimentos endossados pela imprensa da época que buscavam convencer os leitores de que a dominação portuguesa era perigosa, dentre outras narrativas.

O ano de 1831 foi marcado por relevantes acontecimentos no Brasil, devido à perda de legitimidade do Imperador e ao levante de manifestações populares em distintos segmentos da sociedade. Não por acaso, Galves (2019) acentua o tom crítico

---

[12] Texto original publicado em O Farol Maranhense, n. 295, 06 de mayo de 1831: Abriu-se finalmente a Biblioteca Pública e ella é sem duvida a producção do patriotismo dos Maranhenses! Quem mais susceptível de obrar grandes acções? [...] Eis pois Maranhenses, o passado passado: está a Biblioteca aberta, e com os livros que se comparam contamos dois mil volumes até hoje. Abriu-se com ela um vasto campo para a vossa ilustração, dela pode dimanar um n. infinito de dilícias. [...] Hé ali que apprendereis a elevar-vos sobre a quelle que estupido quasi sempre, e sempre augmentado por um S. M. MANDA do Ministro, é condusido da Corte para commandar-vos: é ainda ali, Maranhenses, que apprendereis a conhecer-vos, já athe onde se extende o vosso secrepto no mundo social, já athe onde podeis descer e subir no Paiz dos conhecimentos humanos: rasgando ali o véo, que a impostura entrepoz á divindade e a vós, conhecereis o author da Natureza [...] Aquelle pois d'entre vós que naõ poder concocrer para o agumento d'aquelle estabelecimento, concorra para a sua glória, instruindo-se, enriquecendo a sua alma, para por meyo dos conhecimentos collocar-se, ou antes exceder no nivel d'aquelles a quem o accaso fez subir, a fruição de grandes comodidades. (O Farol Maranhense, 1831e, p. 1229-1230).

do Farol Maranhense em relação aos portugueses, refletindo um movimento nacional da imprensa, cujas tensões culminaram na abdicação do Imperador D. Pedro I. Pandolfi (2012) corrobora essa afirmação, destacando que a imprensa foi um "lócus" privilegiado das disputas políticas, sendo que "[...] o desfecho das disputas políticas que levaram D. Pedro I a abdicar aconteceu no Campo da Aclamação nos dias 6 e 7 de abril de 1831 [...]" (Pandolfi, 2012, p. 289).

Diante disso, a Biblioteca Pública da província do Maranhão iniciou suas atividades sem a presença de um imperador em terras brasileiras, fato que chegou ao conhecimento dos maranhenses somente em 14 de maio de 1831, quando o Conselho Presidial comunicou a abdicação de D. Pedro I e o estabelecimento de uma regência na província (Galves, 2019).

O Convento do Carmo passou então a receber os usuários da Biblioteca Pública Provincial, cuja direção ficou a cargo do padre Antônio Bernardo da Encarnação e Silva, que à época foi nomeado bibliotecário público. O corpo técnico da biblioteca era composto, ainda, por dois colaboradores, Alexandre de Moraes Rego para o cargo de segurança e um servente cujo nome não foi relatado na bibliografia (Braga, 2011). A Biblioteca estaria aberta diariamente, das 8 às 14 horas, exceto aos domingos e feriados. Conversas em voz alta e passeios no interior eram proibidos, e quem infringisse essa regra poderia ser expulso. Além disso, somente pessoas adequadamente vestidas poderiam frequentá-la (Castro; Pinheiro, 2006).

Braga (2013, p. 6) alude que,

> Nos primeiros anos de sua existência, o entusiasmo pela “Livraria Pública”, como era designada por muitos, favoreceu uma relativa prosperidade, principalmente depois que Costa Ferreira, grande entusiasta de sua criação e funcionamento, assumiu o governo da província, em 1835.

Entre 1832 e 1834, as despesas da biblioteca pública ficaram sob a responsabilidade municipal. No entanto, a partir de 1832, a biblioteca passou a receber uma verba de 1:000$000 mil-réis (um conto de réis) do orçamento do Império (Braga, 2013). Em meados de 1835, o acervo da biblioteca já havia aumentado para cerca de 3.376 itens, a maioria dos quais eram livros, conforme explica Braga (2011). Nesse ano, o orçamento destinado à instituição passou a ser oriundo do governo provincial, totalizando cerca de 2:000$000 (dois contos de réis), para custear os salários do corpo de colaboradores (guarda, servente e demais funcionários), do diretor da biblioteca e para a aquisição de materiais bibliográficos. Além dos valores

destinados pelo governo, a biblioteca também recebia montantes advindos de outros meios de arrecadação, como a subscrição regulada pelo Decreto de 5 de setembro de 1832, cuja arrecadação deveria ser aplicada na compra de livros, "[...] devendo as Camaras Municipaes enviar trimestralmente à Thesouraria de Fazenda Provincial o que arrecadarem" (Echo do Norte, 1835, p. 309).

Essa dinâmica de funcionamento estava prevista no Regulamento da Biblioteca, com uma série de determinações respaldadas na Lei nº 9, de 30 de abril de 1835. Uma série de restrições estava expressa no regimento da biblioteca, tais como:

> Art. 7º. **Serão admitidas todas as pessoas que se apresentarem decentemente vestidas**, franqueando-se-lhes os livros que pedirem, penas e tinta; nenhuma das pessoas admitidas poderá tirar os livros das estantes ou restituí-los a elas, devendo para isso dirigir-se ao contínuo, a quem pelo art. 3º. incumbe esse trabalho. **Também não se poderá emprestar livro algum para fora da biblioteca**.
> Art. 8º. A nenhuma pessoa, tanto das admitidas como das empregadas, será permitido passear ou conversar em alta voz na sala da biblioteca, quando outras estiverem lendo ou escrevendo na mesma sala e se não obedecer a esta disposição, **sendo para isso advertida, será expulsa da biblioteca**. (Maranhão, 1835, p. 20, grifo nosso).

Castro e Pinheiro (2006) explicam que a biblioteca, assim como outras instituições do Maranhão, tinha uma série de restrições e era acessível apenas a homens brancos com recursos financeiros e habilidades de leitura e escrita. Esses privilégios eram raros em todas as províncias, incluindo as mais desenvolvidas, como a do Maranhão. Portanto, apenas uma pequena parcela da elite maranhense tinha acesso ao acervo, que era rigorosamente controlado pelo presidente da província, Vicente Tomaz Pires de Figueiredo Camargo, na época (Braga, 2011; Castro; Pinheiro, 2006).

Por ocasião da abertura da Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão, em 03 de maio de 1838, cujo discurso foi publicado no *Chronica Maranhense*, números 37-40, de 28 de maio de 1838, Figueiredo Camargo expressa na seção "Instrução Pública" sua visão acerca do acervo da biblioteca pública:

> A Biblioteca Pública possui já um avultado número de volumes; mas deles poucos são os bons e o cidadão possuído de justa indignação, ali encontra as obras mais ofensivas à moral e à religião, que de absoluta necessidade hão de propinar o veneno da corrupção principalmente aos alunos, que no mesmo edifício frequentam algumas aulas. Será por ventura este o único fruto que se tirará de um estabelecimento criado para o aperfeiçoamento da educação da mocidade? Eu vos peço, senhores, que nomeiem, com a maior prontidão que for possível, uma comissão para expurgar a biblioteca dos

> numerosos livros ímpios e imorais que nela se acham. (Chronica Maranhense, 1838, p. 153).[13]

Como observado, o presidente da província desprendia ações para controlar o acervo da biblioteca pública, chegando a afirmar que uma parcela significativa das obras não era adequada ou "[...] de boa qualidade e recomendadas para educação dos jovens, especialmente voltada aos princípios religiosos e assim contribuir na formação de homens bons e probos." (Braga, 2013, p. 6).

Segundo Castro e Pinheiro (2006), essa postura se dava porque a biblioteca pública funcionava junto ao Liceu Maranhense, cedendo inclusive suas instalações para a realização de aulas. Diante disso, Braga (2011) destaca que Figueiredo Camargo instaurou uma espécie de inquisição no acervo da biblioteca pública, tanto que pleiteou junto à Assembleia Provincial a nomeação de uma comissão para examinar e retirar do acervo obras consideradas "ímpias e imorais".

A repercussão sobre o item da Instrução Pública, que evidenciou um completo desconhecimento ou preconceito em relação aos clássicos da época, considerados verdadeiras relíquias na contemporaneidade, despertou a indignação dos intelectuais. No editorial publicado na *Chronica Maranhense*, o autor, que se acredita ser João Lisboa – redator, proprietário do jornal e um dos mais destacados publicistas maranhenses em erudição – expressou sua revolta com a postura monárquica e ignorante do presidente ao sugerir a queima da maior parte dos livros da biblioteca, por considerá-los imorais, ímpios e venenosos (Braga, 2013).

No número 45 do *Chronica Maranhense*, de 1838, foi publicada uma crítica sobre o relatório do presidente da província, Figueiredo Camargo, acerca do acervo da biblioteca pública, enfatizando sua postura retrógrada e de expressivo retrocesso ao utilizar do poder enquanto presidente da província para ações monárquicas e ignorantes, propondo a admissão de frades e insinuando que a assembleia da época "[...] mandasse queimar a maior parte dos livros da biblioteca, que S. Exe. qualifica como immoraes e ímpios, venenosos, sem nunca os ter lido, e sendo até incapaz de os compreender!" (Chronica Maranhense, 1838, p. 181). A intenção de Figueiredo

[13] Texto original: A Bibliotheca Publica possue já um avultado numero de volume; mas d'elles poucos são os bons e o Cidadão possuido de justa indignação, ali encontra as obras os mais offensivas da Moral, e da Religião, que de absoluta necessidade hão de propinar o veneno da corrupção principalmente aos alumnos, que no mesmo edificio frequentão algumas Aulas. Será por ventura este o unico fructo, que se tirará de um Estabelecimento creado para o aperfeiçoamento da educação da mocidade? Eu vos peço, senhores que nomee-is, com a maior promptidão, que for possível uma comissão para expurgai a Bibliotheca dos numerosos livros ímpios, e immoraes que n'ella se achão. (Chronica Maranhense, 1838, p. 153).

Camargo era silenciar o pensamento crítico dos cidadãos da época, obscurecer a atuação da biblioteca pública e levá-la a disseminar somente obras que compactuassem com os seus dogmas e convicções, tal como ressaltado no *Chronica Maranhense*,

> O Sr. Camargo, profundamente ignorante e, além disso, desejoso de adular o espírito da época, propõe a destruição das obras de Voltaire, Rousseau, d'Alembert, Diderot, Tracy e, talvez, positivamente da Enciclopédia, como ímpias. Na classe dos imorais, quererá por acaso compreender alguns livros da Bíblia, os de Ovídio, os contos de La Fontaine e Boccaccio, o conto nono dos Lusíadas e outros cheios de imagens lúbricas e profanas? Não sabe S. Exo. que estas obras e muitas outras de igual natureza se encontram atualmente nas principais bibliotecas do mundo, até nas do Papa? Deverão as obras do gênio, resultado de intensos estudos, ser condenadas ao fogo porque aprouve ao Sr. Camargo, em sua sabedoria e erudição, qualificá-las de ímpias e imorais? [14]

Diante disso, afirma-se que o controle dos acervos no século XIX reforçava o elitismo das instituições culturais no Maranhão, pois em momento algum o presidente da província considerou utilizar outras estratégias de circulação do acervo, como por exemplo, classificação etária, fadando a biblioteca a ter um acervo antiquado e sem utilidade. As restrições de acesso ao conhecimento eram necessárias para a manutenção do poder e impediam, inclusive, a ampliação desses acervos.

Na década de 1840, a biblioteca permanecia um lugar sombrio, com paredes escuras e estantes abarrotadas de livros, que dividiam espaço com lousas e carteiras. A situação se agravou com a instalação do museu de história natural, que também funcionava na Igreja do Carmo. Embora fosse socialmente importante para a província do Maranhão ter uma biblioteca pública e um museu, ambos estavam em condições precárias e caminhavam para a decadência, devido aos impactos econômicos, sociais e políticos da Balaiada, assim como pelo declínio da elite comerciante de algodão, que enfrentava a desvalorização no mercado internacional (Castro; Pinheiro, 2006).

Em 1850, a biblioteca pública passou por algumas reformas e recebeu melhorias sutis no seu prédio. Para Herculano Ferreira Pena, Presidente da Província,

---

[14] Texto original: O snr. Camargo, profundamente ignorante, e alem disso desejoso de adular o epirito da epocha, propõe a destruição das obras de Voltaire, Rousseau, d'Alembert, Diderot, Tracy, talvez positivamente da encyclopedia, como impios; na classe dos immoraes quererá por acaso compreender alguns livros da Biblia, os de Ovidio, os contos de La Fontayne e Bocace, o conto nono dos Lusiades, e outros cheios de imagem lubricas e profanas? Não sabe S. Exe. que estas obras, e outras muitas de igual natureza se acham presentemente nas principaes bibliotecas do mundo, e até nas do papa? Deverão as obras do genio, e resultado de improbos estudos, ser condenados ao fogo, por que aprouve ao Snr. Camargo em sua sabedoria e erudição qualifica-los de ímpios e immoraes? (Chronica Maranhense, 1838b, p. 153).

as medidas para melhorar a biblioteca eram simples e fáceis. Uma dessas medidas foi colocá-la sob a responsabilidade da Inspetoria Pública, o que possibilitou sua anexação ao Liceu Maranhense. No entanto, a vinculação a uma importante instituição escolar não refletiu igual relevância. A biblioteca permaneceu sem investimento em sua infraestrutura e o acervo vinha sendo dizimado, retirando-lhe vida (Castro; Pinheiro, 2006). Marques (1870) descreve esse abandono, evidenciando a acomodação da biblioteca por cima do Liceu, pouco procurada e abandonada às traças, cujos estragos foram enormes. Trabalho semelhante fez o presidente da província ao incendiar parte do acervo da instituição.

Gonçalves Dias relatou em 1851 que um presidente havia ordenado o descarte de muitas obras importantes. Ao tomar conhecimento dessa decisão precipitada e perceber que muitas outras obras igualmente importantes estavam deterioradas, ele sugeriu medidas para compensar os vários danos causados ao acervo cultural. De acordo com o bibliotecário público Trajano Cândido dos Reis, a instituição contava com 3.341 livros, dos quais 2.691 estavam em bom estado de conservação, 575 em estado razoável e 75 completamente mutilados. Além disso, o acervo incluía dois globos (terrestre e celeste), uma esfera armilar, vários objetos de história natural arrumados em três estantes, uma carta geográfica das províncias de Alagoas, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará, e outra da província do Maranhão (Braga, 2013; Dias, 1973).

O cenário encontrado por Gonçalves Dias e relatado em 1851 era de total abandono e ruína da biblioteca pública. Por exemplo, a última aquisição de livros havia sido feita com apenas 200 réis, aprovada pelo então presidente da província, Antônio Joaquim Gomes do Amaral. Gonçalves Dias alude, então, a necessidade de uma verba constante para que “[...] se possa ir fazendo novas aquisições e cobrindo os estragos da traça, a biblioteca do Maranhão é menos que estacionária: os seus volumes irão desaparecendo das estantes, e em pouco tempo restará apenas a lembrança da idéia abortada do Sr. Araújo Viana.” (Dias, 1973, p. 246).

A biblioteca estava em uma situação crítica, muito aquém das necessidades da província, e provavelmente fadada a sucumbir diante das livrarias particulares. Em seu relatório, Dias recomendou a reunião de obras relativas ao Maranhão. Ele constatou a existência de uma coleção de jornais, que poderia ser perdida pela falta de recursos para garantir a correta encadernação, além de obras referentes à invasão holandesa de 1642, quando muitas obras foram perdidas. Outras obras poderiam ser

encontradas em grandes mercados europeus ou nas mãos de notáveis bibliófilos, tais como "Claude de Abbeville, as do padre Ivres d'Evreux, a Relação Sumária das coisas do Maranhão, de que existe um exemplar na biblioteca do Rio, e um manuscrito sobre a história deste Estado, de que fala Berredo nos seus Anais." (Dias, 1973, p. 247).

Ao mencionar o acervo de jornais maranhenses, cuja formação havia começado recentemente, Gonçalves Dias expressa seu receio quanto à preservação da memória do Maranhão. Ele sugere reunir as coleções de "O Censor Maranhense" (1825-1830) e "Chronica Maranhense" (1839-1840). De acordo com ele, essa tarefa não seria fácil em relação ao primeiro, pois sabia que apenas alguns colecionadores possuíam exemplares desse jornal (Braga, 2013; Dias, 1973).

De acordo com Braga (2011), o descaso com a instituição foi tamanho que Joaquim Serra enviou um projeto de revitalização da biblioteca pública em 1865, com o objetivo de evitar maiores prejuízos à memória da província, sugerindo sua filiação ao Instituto Literário Maranhense (ILM). Criado em 25 de março de 1865, o ILM era dirigido por Antonio Henrique Lea e Antonio Rego, tendo como incumbência desenvolver estudos históricos, geográficos e etnográficos do Maranhão, bem como contribuir para a expansão da educação na província.

Dessa forma, a partir da denúncia de Gonçalves Dias sobre o estado deplorável da Biblioteca Provincial, a instituição teve que ser transferida, visto que o Estado não conseguia mantê-la em funcionamento. A biblioteca pública passou a ficar sob a custódia do Instituto Literário Maranhense, após a aprovação da Lei nº 752 de 1º de junho de 1866 pela Assembleia Legislativa Provincial, durante o governo de Lafayette Rodrigues Pereira (Castro, 2006; Castro; Pinheiro, 2006; Maranhão, 2016).

No entanto, segundo Castro, Silva e Castellanos (2011), devido à crise, os recursos destinados à Biblioteca Provincial foram concentrados na compra e restauração de materiais bibliográficos. Isso impediu a expansão física da biblioteca, resultando na deterioração de materiais, no desaparecimento de obras e em outras problemáticas. Tanto que, após a transferência, a biblioteca dispunha de apenas 1.931 itens, dos quais somente 984 foram restaurados e recuperados pelo ILM.

Sob a responsabilidade do ILM, a biblioteca passou por algumas melhorias, incluindo o aumento do acervo por meio de compras e doações. Entre as doações, destaca-se um conjunto de retratos de bispos e missionários que estiveram no Brasil e na província do Maranhão, enviado em março de 1865 pelo senhor Antonio Henriques Leal. Essa doação foi feita pela viúva de Gonçalves Dias, atendendo a um

de seus últimos desejos (Marques, 1870). Destacam-se, também, as doações realizadas pela viúva de Antonio Rego, passando a instituição a contar com um acervo estimado em 2.234 livros, encadernados e em condições adequadas de uso (Braga, 2011; Castro; Pinheiro, 2006).

Avulta-se que, “Por conta destas doações, a Biblioteca passou a dispor de um acervo composto de obras literárias e científicas colocadas à disposição no salão de leitura. Este salão funcionava na antiga sala onde esteve a Biblioteca quando da sua criação.” (Castro; Pinheiro, 2006, p. 42-43). No entanto, a biblioteca não permaneceu por muitos anos no ILM, pois Antonio Henriques Leal adoeceu e abandonou suas obras, perdendo-se então um dos principais protetores da instituição. Em decorrência disso, o instituto é extinto em 1872 (Braga, 2013, 2011; Castro; Pinheiro, 2006).

Ao retornar para as mãos do governo, a biblioteca se viu agora destinada a ser gerenciada pela Sociedade Onze de Agosto[15], conforme Lei nº 991, de 10 de junho de 1872, com instalações no pavimento superior do prédio da Rua do Egito, onde funcionou por muitos anos a Assembleia Legislativa do Estado (Castro; Silva; Castellanos, 2011). Destaca-se a Lei Nº 991/1872 previa a destinação de 600$000 réis anuais, para que a instituição gerisse a biblioteca e, também, ofertasse aulas em sua escola popular (Castro, 2023).

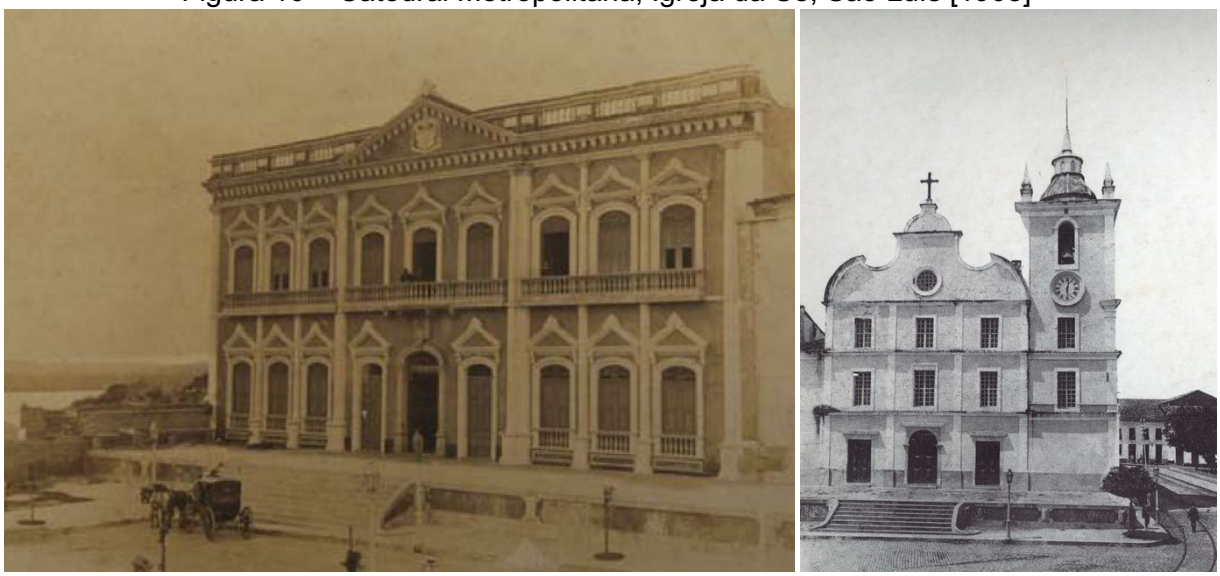
Adicionalmente, destaca-se a reformulação do regulamento da biblioteca nessa época, que previa a devolução das obras aos doadores e seus respectivos herdeiros caso a instituição fosse destituída. Além disso, a biblioteca poderia abrigar livros oriundos de outras sociedades que assim o desejassem, devendo essas sociedades contribuir anualmente com 10.000$000 (dez mil réis). Em caso de descumprimento, seus representantes perderiam o direito de voto. Conforme explicam Castro e Pinheiro (2006), o regulamento também já previa a sistemática de empréstimos domiciliares.

> [...] posto que, o leitor ao tomar um livro deveria assinar um recibo e fazia um depósito junto ao bibliotecário no valor equivalente ao preço do livro, esse valor seria resgatado no ato de devolução. Para isso, todas as obras continham os seus respectivos valores. Por cada livro emprestado o leitor pagaria uma quantia a ser revestida para compra de outros livros. (Castro; Pinheiro, 2006, p. 43-44).

[15] Criada em 1870, tratava-se de uma sociedade dedicada à promoção da educação pública gratuita, especialmente para os operários maranhenses. Seu objetivo principal era oferecer cursos noturnos que ensinavam leitura, aritmética, geometria, mecânica, desenho industrial, física, química, economia, política econômica e agricultura (Castro; Pinheiro, 2006).

Apesar de um momento aparentemente favorável para a instituição, sua permanência na Sociedade Onze de Agosto não durou mais que 10 anos. A instituição escolar enfrentou graves problemas financeiros e a única solução foi vender o prédio para o governo, que já vinha sendo cobiçado pela Assembleia Provincial como uma possível nova sede, já que as reuniões estavam ocorrendo na Cúria Metropolitana, Catedral da Sé, conforme Figura 10.

Figura 10 – Catedral Metropolitana, Igreja da Sé, São Luís [1908]



Fonte: Cunha (1908, 2008).

Diante desse cenário, a Biblioteca foi novamente transferida, desta vez para a Igreja da Sé (Figura 6) em 1º de julho de 1882, com o que restava de seu acervo. Segundo Castro, Silva e Castellanos (2011), nessa época, a instituição contava com um profissional para auxiliar na organização do acervo nas novas instalações. No entanto, a transferência gerou tensão, pois os dirigentes da Igreja da Sé não viam com bons olhos a presença da biblioteca, alegando que isso comprometeria a tranquilidade do local. Além disso, a biblioteca enfrentava enormes prejuízos, pois seu principal patrimônio cultural, o acervo, estava sendo destruído novamente.

No entanto, os administradores da Igreja da Sé requisitaram o espaço onde a Biblioteca estava alocada e, sem alternativa, em 1884, esses dirigentes solicitaram sua remoção e ela teve que retornar ao Convento do Carmo em 1886, o mesmo local onde ocorriam as aulas do Liceu e onde sua história havia iniciado. Os livros foram então transferidos do pavimento superior da Escola Onze de Agosto para o térreo do Convento do Carmo, sob os cuidados do engenheiro Francisco Antônio Brandão e do

inspetor da Instrução Pública, em 1886, pelo então presidente da província, João Capistrano Bandeira de Mello (Castro; Pinheiro, 2006; Fernandes, 2003; Maranhão, 2016).

Fernandes (2003) explica que a biblioteca pública foi deslocada do edifício da Catedral, outrora abandonado pelo Legislativo. Na ocasião, o comendador Themístocles da Silva Maciel Aranha foi encarregado de indicar as providências necessárias para salvar os livros remanescentes da Biblioteca Provincial. Aranha ficou impressionado com o local e o acervo da biblioteca que estava sendo maltratado e dilacerado, pois ao longo de quatro dias via-se a população avariar o acervo, qual seja pelo trabalho dos padeiros e carpinteiros removendo estantes, deslocando mesas, cestos, cofos, desordenando todos os itens, como pelo fato de

> Os carregadores dos livros muitas vezes deixavam os caixões nas portas das quitandas, e, enquanto faziam suas libações, o moleque que passava subtraía um volume para divertir-se ou vender mais adiante. As ruas compreendidas entre os dois edifícios, o que era despojado dos livros e o que os recebia, ficavam alastradas de estampas, mapas, jornais e folhas de livros. (Fernandes, 2003, p. 324).

Considerada imprudente, a mudança levou os livros a ficarem em uma situação deplorável, em um ambiente inadequado, pois o Convento do Carmo ainda trazia vestígios da antiga biblioteca. De fato, “[...] por mais que fossem feitas reformas, a sala onde funcionaria não passaria de um quarto escuro, sem ventilação e sem a menor condição de conservar um acervo.” (Castro; Pinheiro, 2006, p. 45). Por mais incisivo que Themístocles Aranha fosse em seu relatório, dificilmente a biblioteca pública provincial alcançaria melhores condições. Ele chegou a sugerir à Assembleia Provincial a aquisição de um prédio próprio, isto em 1891.

Segundo Fernandes (2003), a biblioteca permaneceu no Convento do Carmo, inicialmente com 3.842 volumes e, após dez anos, foi entregue à Inspetoria da Instrução Pública. O autor relata que, em 1892, seu acervo sofreu uma nova baixa de itens, ao ser transferido para a Rua Afonso Pena, não ultrapassando 500 volumes.

A partir de então, a Biblioteca foi completamente esquecida. A Província deixou de inclui-la nas leis orçamentárias, e os presidentes nem sequer a mencionavam em seus relatórios. A história da Biblioteca Pública Provincial do Maranhão estava chegando ao fim. Com seu acervo abandonado na parte inferior do Convento do Carmo, os livros se deterioravam gradualmente. A falta de verbas para restauração, aquisição de novas obras e manutenção levou a biblioteca a um estado de quase

extinção, até o ponto em que estava prestes a desaparecer por completo. E, ao que tudo indicava, ninguém sentiria sua falta (Castro; Pinheiro, 2006).

Com a aproximação da Proclamação da República, uma mudança significativa ocorreu na Biblioteca, visto que sua denominação passou de Biblioteca Pública Provincial para Biblioteca Pública Estadual (Castro, Pinheiro, 2006). A Biblioteca Provincial passou por um período de declínio, abandono e extinção, embora não fique muito claro na bibliografia consultada. Será utilizada neste estudo a demarcação feita por Fernandes (2003), o qual indica que em 1891 já se utilizava a denominação de Biblioteca Pública do Estado. Nesse sentido, foi identificada na Lei nº 58, de 17 de maio de 1893, em seu artigo 3º, a criação, ou recriação, da biblioteca pública. Nos termos da Lei: “Art. 3º. Sendo criada a Biblioteca Pública, ficarão para os efeitos da presente lei, os respectivos funcionários equiparados aos da Instrução Pública.” (Castro, 2023b, p. 77).

Prossegue-se, destacando que na Lei nº 121, de 04 de maio de 1895, que trata das despesas do Estado para o ano de 1896, já se via a destinação de 12:100$000 (réis) para custear a Biblioteca Pública e o Serviço de Estatística, o salário do ajudante do diretor da biblioteca, um oficial de estatística, expediente, utensílios e compra de livros. No ano seguinte, no governo de Manoel Ignacio Belfort Vieira, o Serviço de Estatística se separou da Biblioteca Pública do Estado, conforme a Lei nº 130 de 8 de abril de 1896, tendo orçamentos individualizados. Dessa forma, a Biblioteca passou a ter um orçamento de 14:400$000, relativamente maior do que o previsto na Lei nº 121/1895 (Castro, 2023b). Outrossim, merecem destaque artigos específicos dessa Lei,

> Art. 3º. O Diretor da Biblioteca apresentará ao Governo no fim de cada ano relatório minucioso de todo o serviço a seu cargo.
> Art. 4º. Quando as verbas para compra de livros não designarem as obras, serão estas escolhidas pelo Governo.
> [...]
> Art. 6º. Fica criado junto a Biblioteca Pública e sob a inspeção do respectivo diretor o Museu maranhense. (Castro, 2023b, p. 117).

Conforme o dispositivo legal, o diretor da biblioteca precisava enviar um relatório detalhado de suas atividades. No caso da compra de livros, não deveria especificar as obras, pois estas seriam selecionadas pelo governo. Além disso, foi criada a responsabilidade do diretor da biblioteca de administrar o Museu Maranhense (Castro, 2023b).

Em 1895, Benedito Leite e João Tolentino decidiram dar uma nova vida à biblioteca, desejando estabelecer um espaço público, educativo e cultural. Para tanto, apresentaram um projeto ao Congresso Legislativo do Estado (Braga, 2013; Castro; Silva; Castellanos, 2011; Maranhão, 2016). Esse esforço refletia a vontade de valorizar os bens e o patrimônio do Maranhão, em consonância com a origem das bibliotecas públicas no século XVIII, que visava universalizar o acesso à cultura, informação e educação.

Dessa forma, houve um maior reconhecimento político e cultural das bibliotecas no Estado, em contraste com o abandono enfrentado pela Biblioteca Provincial. A instituição recebeu um novo impulso, graças ao interesse em criar um espaço cultural e educativo que contribuiria para o fortalecimento das práticas intelectuais e discursivas em São Luís. Esse reconhecimento se materializou na reabertura da Biblioteca e na designação do professor José Ribeiro do Amaral como encarregado, a partir de 5 de junho de 1895 (Maranhão, 2016). No entanto, é importante destacar que, embora a iniciativa de Benedito Leite e João Tolentino seja digna de elogios, não se tratava da criação de uma nova biblioteca, mas da reabertura de uma instituição cuja história começou em 1826.

A Biblioteca Pública passou por um momento de reestruturação quando foi transferida para um prédio na Rua da Paz, onde atualmente funciona a Academia Maranhense de Letras. Entre 1896 e 1897, Ribeiro do Amaral dedicou-se à recuperação do acervo, empenhando esforços para ampliá-lo por meio de doações provenientes da sociedade maranhense. Entre os colaboradores, o próprio Benedito Leite contribuiu com o envio de 341 volumes. Nesse período, Ribeiro do Amaral trabalhou na restauração e recomposição da coleção, então deteriorada. Relata-se que foi durante os préstimos de Amaral que a Biblioteca foi novamente transferida para o prédio na Rua da Paz, onde encontra-se instalada a Academia Maranhense de Letras, conforme registros presentes na Figura 11.

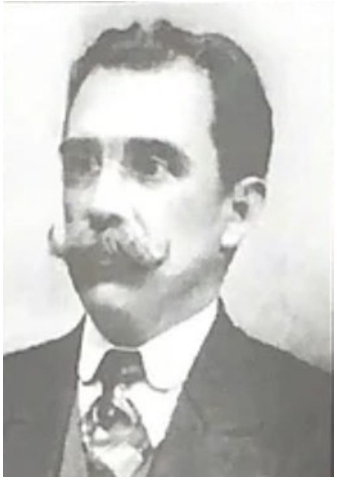
Figura 11 – Prédio da Academia Maranhense de Letras (AML) enquanto abrigava a Biblioteca Pública (esquerda - registro de 1908 e direita - cartão postal de 1918)



Fonte: Álbum do Maranhão em 1908 (Cunha, 1908, 2008) e Agenda Maranhão (2024).

Embora tenha feito grandes contribuições para a Biblioteca Pública, segundo Castro, Silva e Castellanos (2011), Amaral deixou o cargo de diretor da Biblioteca Pública devido à sobrecarga de trabalho e à impossibilidade de contratar assistentes. A vaga foi então ocupada por Antônio Francisco Leal Lôbo[16] (Figura 12), um dos mais importantes intelectuais maranhenses da época, que assumiu a direção da Biblioteca Pública do Estado do Maranhão em 10 de janeiro de 1898 (Castro; Silva; Castellanos, 2011).

Figura 12 – Antônio Francisco Leal Lôbo (1870-1916)



Fonte: Academia Maranhense de Letras (2024a).

[16] Nasceu em São Luís, a 4 de julho de 1870, e faleceu na mesma cidade, a 24 de junho de 1916. Jornalista, poeta, romancista, professor, tradutor, publicista e polemista compulsivo. Dirigiu a Biblioteca Pública, o Liceu Maranhense e a Instrução Pública. Diretor d´ARevista do Norte (1901/1906) do jornal A Tarde (1915/1916); colaborou em diversos outros órgãos da imprensa maranhense (Academia Maranhense de Letras, 2024a).

Considerado amigo da juventude, Lobo possuía uma mentalidade vigorosa, uma sólida cultura e uma notável iniciativa para o trabalho. Ele foi responsável por elaborar um catálogo sistemático do acervo, que também cresceu sob sua gestão, tornando-se uma figura cativante para os jovens da época devido à sua dedicação às letras (Fernandes, 2003).

Com sede própria, a biblioteca retomou suas atividades públicas em 25 de janeiro de 1898, tornando-se uma referência em cultura e conhecimento, vivendo assim uma das suas mais relevantes e brilhantes fases (Braga, 2011; Maranhão, 2016). Recebeu personalidades da literatura maranhense, Coelho Neto (escritor de ficção maranhense), Maranhão Sobrinho (poeta maranhense), sediou conferências da Universidade Popular do Maranhão (movimento de cunho literário criado em 1909), bem como foi território do surgimento de relevantes movimentos intelectuais do estado, dentre eles Oficina dos Novos, a Sociedade Cívica das Datas Nacionais e a Academia Maranhense de Letras (Braga, 2013).

A gestão gloriosa de Lôbo se encerrou em 1910, quando foi nomeado inspetor geral da Instrução Pública e substituído pelo professor José Ribeiro do Amaral. Foi então que o governador do estado na época, Luís Domingues, resolveu transferir a biblioteca pública para o chão do prédio do Congresso Legislativo do Estado, sendo instalada nas partes baixas do sobrado à Rua Tarquínio Lopes, em que funciona o Congresso Legislativo do Estado e antiga escola Onze de Agosto, desta vez com a alegação de que o local estava preparado para receber livros (Fernandes, 2003).

> Mas, além de não ser o local apropriado para a freqüência do público, e de não ter sido a Biblioteca feliz nas vezes em que esteve anteriormente domiciliada com o Poder Legislativo na mesma casa, a mudança, por si só, foi um desastre, e a continuação dos livros na nova residência deu em resultado a destruição de boa parte deles, e até de algumas coleções preciosas como a de estampas da Coleção Artur Azevedo, adquirida pelo referido Governo, e salva de completa ruína pelo atual presidente do Estado, Comandante Magalhães de Almeida. (Fernandes, 2003, p. 329).

Novamente, a biblioteca pública se via em total descaso e processo de destruição de seu acervo, portanto, vivendo outro período de declínio, sendo abandonada entre 1914 e 1927, estando sob a gestão de Domingos Thomaz Velles Perdigão, escritor que atuou na fundação da Faculdade de Direito do Maranhão em 1918, posteriormente substituído por Furtado da Silva.

Um novo fôlego para a instituição ocorreu em agosto de 1927, quando da visita do governador do Maranhão, Magalhães de Almeida, que, impressionado com o cenário que havia encontrado, solicitou o seu retorno para a Rua da Paz, onde funcionava a Escola Bequimão (Fernandes, 2003). Diante desse retorno, a direção da biblioteca ficou sob responsabilidade de Alfredo de Assis Castro (Figura 13)[17],

Figura 13 – Alfredo de Assis Castro (1881-1977)



Fonte: Fernandes (2003).

Dentre as contribuições de Alfredo de Assis está a criação de uma nova catalogação para os livros, considerada por ele como necessidade primeira, visto o contraste das obras presentes no catálogo de Antônio Lôbo e os que de fato estavam disponíveis no acervo. Assis adotou um sistema de classificação distinto daquele utilizado por Lôbo, cuja catalogação se baseava no método de James Brown, por considerá-lo limitado. Assim, passou a empregar o sistema de classificação decimal de Melvil Dewey, amplamente difundido na década de 1920. Acrescenta-se que o acervo da Estante Maranhense foi classificado com esquema especial. O acervo geral inventariado por Assis era composto por 7.849 volumes, enquanto o de obras de escritores maranhenses era estimado em 438 obras e 487 volumes (Fernandes, 2003).

[17] Alfredo de Assis nasceu em Riachão, a 14 de janeiro de 1881. Bacharel em Direito, desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão. Filólogo, crítico, poeta, jornalista e professor; catedrático de Português e Literatura na antiga Escola Normal do Maranhão; diretor do Liceu Maranhense e da Biblioteca Pública do Estado e secretário geral do Estado (Academia Maranhense de Letras, 2024b).

Diante da ameaça de desabamento, foi transferida temporariamente em 1931 para o sobrado nº 107 na mesma rua, o que causou uma série de prejuízos ao acervo. Esse cenário foi agravado pela falta de orçamento para a aquisição de novos materiais. A solução encontrada por Antônio Lobo e Domingos Perdigão foi a construção de um prédio próprio (Maranhão, 2016). Após grandes esforços, no governo de José Joaquim Marques, foi promulgada a Lei nº 816, de 24 de abril de 1918 (Castro, 2023b), que garantiu a construção da nova sede, tendo sua obra concluída em 1951, no governo de Sebastião Archer (Pereira; Castro; Ramos, 2016).

Em 1958, no governo de José Maria Carvalho, a biblioteca passou a se chamar Biblioteca Pública Benedito Leite, por meio do Decreto nº 1316, de 8 de abril de 1958, em homenagem ao político homônimo, responsável por sua reabertura, Benedito Pereira Leite[18] (Figura 14).

Figura 14 – Benedito Pereira Leite (1857-1909)



Fonte: Fernandes (2003).

A Biblioteca permanece instalada no centro de São Luís, na Praça do Pantheon, a área mais elevada geograficamente da capital ludovicense. Esse espaço, anteriormente conhecido como Campo do Ourique, Largo do Quartel e Praça da

[18] Benedito Pereira Leite, nascido em Rosário (MA) em 4 de outubro de 1857, foi magistrado, jornalista e político influente. Formado em Direito pelo Recife em 1882, ingressou no Partido Conservador. Após a Proclamação da República, liderou o Partido Nacional e assinou a primeira Constituição republicana do Maranhão em 1891. Deputado federal de 1892 a 1896, uniu diversos partidos no Maranhão criando o Partido Federalista. Senador de 1896 a 1906, governou o Maranhão de 1906 a 1908. Enfrentou crises políticas e fundou o jornal *O Nacional*. Faleceu em 6 de março de 1909 na França. Era casado com Angélica Gonçalves Pires Ferreira (Leite, 2024).

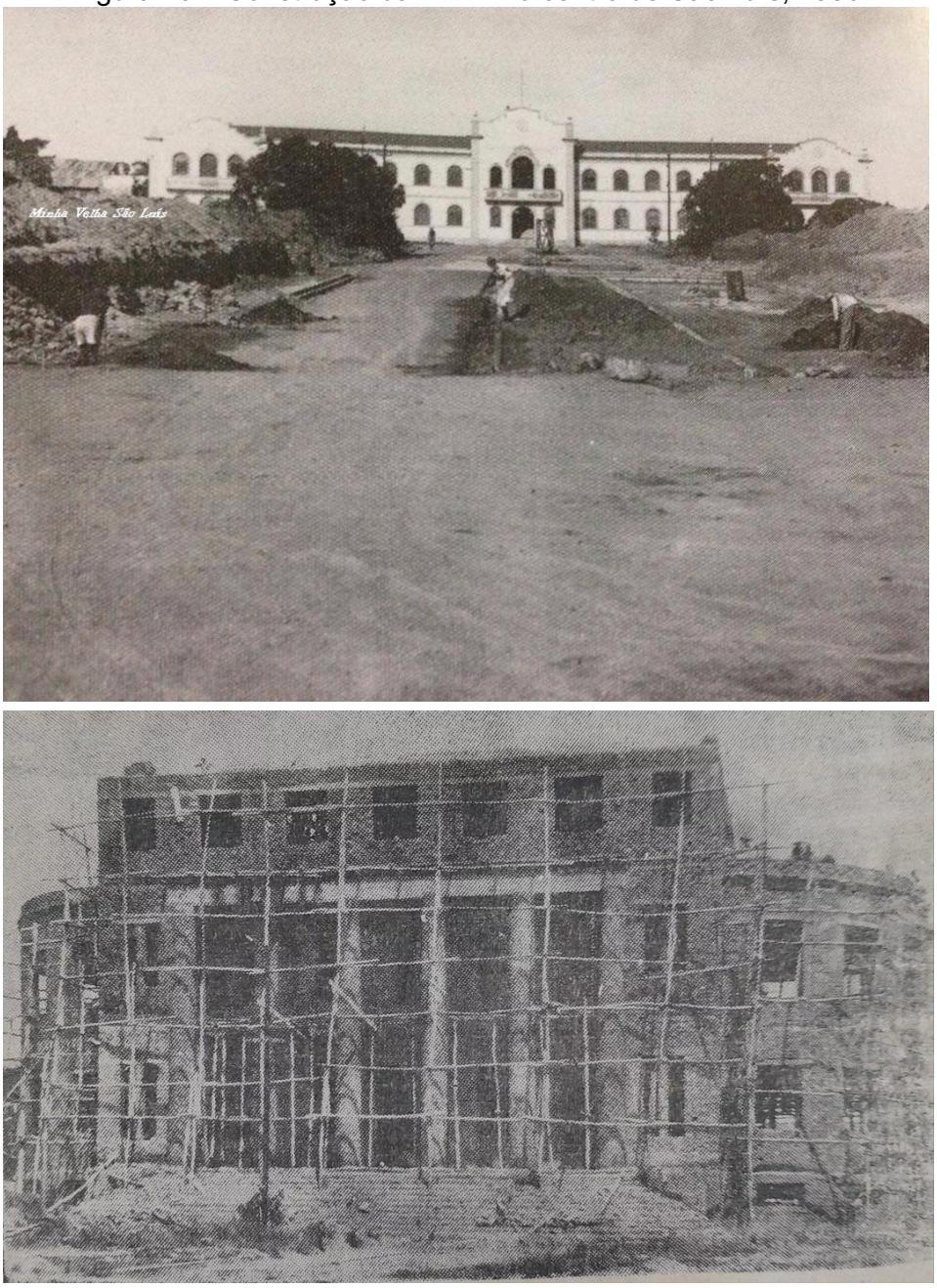
Independência, chegou a abrigar o Quartel do 5º Batalhão de Infantaria, erguido em 1797 e, provavelmente, o primeiro do Brasil, conforme pode ser visto na Figura 15, enquanto na Figura 16 observam-se registros do período da construção da BPBL (Galves, 2011).

Figura 15 – 5º Batalhão de Infantaria Federal (1908) e Construção da BPBL no Campo do Ourique, São Luís, 1951



Fonte: Cunha (1908) e Acervo raro da Biblioteca Pública Benedito Leite (2019).

Figura 16 – Construção da BPBL no centro de São Luís, 1950



Fonte: Diário de São Luiz, 28/02/1950.

Território de inúmeros movimentos, a Biblioteca Benedito Leite tornou-se uma referência política e social. Com sua imponência arquitetônica, ela consagra o patrimônio material e imaterial de São Luís. Viveiros (1960) destaca a localização privilegiada da instituição, situada no ponto mais elevado da cidade, semelhante ao Partenon, e cercada por bustos de personalidades emblemáticas do Estado, lembrando a acrópole helênica de Atenas. Ele afirma que São Luís é "[...] a legítima representante em terras brasileiras da vetusta e gloriosa Atenas [...]" (Viveiros, 1960, p. 314).

A atual sede da Biblioteca Benedito Leite, projetada pelo engenheiro civil Antônio Bayma, foi inaugurada em 12 de setembro de 1951, durante a gestão de Sebastião Archer da Silva. Apesar das inúmeras reformas ao longo dos anos, a biblioteca continua sendo uma referência no Maranhão (Braga, 2013; Marinho, 2008). Construída no ponto mais alto da cidade, na Praça do Pantheon, a biblioteca se assemelha ao Partenon de Atenas, incorporando elementos dos templos gregos, como colunas dóricas, jônicas e coríntias, conforme mostrado na Figura 17.

Figura 17 – BPBL no centro de São Luís e Partenon de Atenas – Grécia.



Fonte: Costa (2019) e Cartwright (2012).

Além disso, outras comparações podem ser estabelecidas entre a BPBL e elementos da cultura grega, não se limitando apenas aos traços arquitetônicos. Por estar em uma posição privilegiada, o prédio da instituição também se assemelha às Ágoras (Pereira; Castro; Ramos, 2016), que serviam como espaços para reuniões populares dos gregos, além de várias manifestações, discussões e protestos públicos.

Portanto, em diálogo com Pereira, Castro e Ramos (2016) e Viveiros (1960), pode-se afirmar que todo o arranjo arquitetônico da Biblioteca Benedito Leite a consagrou como o berço da erudição literária de São Luís. Criada a partir das demandas de intelectuais ludovicenses que se destacaram no cenário nacional entre os séculos XIX e XX, a biblioteca abriga manuscritos raros de Machado de Assis, contribuindo para a perpetuação do codinome "Atenas Brasileira".

A Biblioteca Pública Benedito Leite se constitui, assim, como um importante espaço de memória local e nacional. Seus patrimônios materiais e imateriais possibilitam o diálogo entre o passado e o presente, servindo como inspiração e garantindo a conservação e preservação da identidade local. Sua criação representa

uma preocupação vital com a preservação da memória do Maranhão. Sem instituições como essa, juntamente com arquivos e museus, informações, registros e lembranças tenderiam a se perder ao longo do tempo.

5.1 A INFORMAÇÃO MEDIADA PELA BIBLIOTECA PÚBLICA BENEDITO LEITE EM SÃO LUÍS

As bibliotecas são espaços essenciais para a produção e preservação do conhecimento, cuja interconexão possibilita o desenvolvimento de saberes em diversas áreas (Latour, 2006). Mediante coleções, catálogos e sistemas de busca e recuperação, a informação é intermediada. Com o rápido avanço das tecnologias, esses processos foram ampliados, tornando-se mais eficientes e acessíveis. Esse progresso fomentou tanto as filosofias quanto as ferramentas que promovem o acesso aberto (Gäal; Martins, 2022; Silveira *et al*., 2022). Nesse contexto, destaca-se a importância das bibliotecas públicas, que, como espaços de interação intersubjetiva, exercem um papel relevante no desenvolvimento multissetorial da sociedade. Seus serviços e produtos são fundamentais para a divulgação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a implementação da Agenda 2030 (Costa; Luce; Bernardino, 2024).

Nesse contexto, destaca-se a BPBL, reconhecida como um importante centro de cultura e mediação da informação em São Luís do Maranhão. Além disso, a BPBL é responsável pela gestão do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas, assumindo o papel de implementar as políticas públicas relacionadas ao livro, à leitura e às bibliotecas no estado (Costa; Luce; Bernardino, 2024). As ações e áreas de atuação da BPBL estão alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), uma vez que "A biblioteca pública pode, e deve, atuar em todos os eixos e objetivos [...]" (Bernardino, 2022, p. 62).

Em consonância com as missões das bibliotecas públicas da IFLA (2022), a Benedito Leite é livre e aberta para todos os indivíduos, sem qualquer tipo de distinção, discriminação, raça, cor, nacionalidade, sexo, religião, ideologia política, situação ou nível socioeducativo. Nesses termos, tem suas atividades e ações ancoradas na seguinte missão:

> Manter, conservar e desenvolver a memória cultural do Estado, promovendo a divulgação da cultura e estimulando a prática da leitura. Fornecer condições

> básicas para uma aprendizagem contínua, para o exercício da cidadania e para o desenvolvimento cultural do indivíduo e da sociedade. Proporcionar igualdade de acesso para todos, independente de idade, raça, sexo e posição social, minimizando as diferenças de informação. (Maranhão, 2021, p. 1).

Com o objetivo de preservar e promover a memória social e cultural do Maranhão, a Biblioteca Pública Benedito Leite tem atuado na divulgação da cultura e no incentivo à leitura. Suas atividades integram esses elementos de forma coesa, resultando em experiências que podem ser tanto observadas quanto vivenciadas pelos frequentadores, como avulta Costa (2020). Nesse contexto, a BPBL oferece produtos e serviços que buscam cumprir e alinhar-se à sua missão de servir à sociedade ludovicense e maranhense. Localizada no centro de São Luís, sua entrada principal encontra-se na Praça do Pantheon, em uma região denominada de Complexo Deodoro, conforme ilustrado na Figura 18.

Figura 18 – Fachada da BPBL no centro de São Luís



Fonte: Costa (2023).

Assim, desde sua instalação na Praça do Pantheon em 1851, a Biblioteca Pública Benedito Leite vem, ao longo de seus 193 anos de existência, oferecendo produtos, serviços, atividades culturais, além de promover o acesso e a mediação da leitura, bem como a valorização do patrimônio e da cultura maranhense. A revitalização do espaço contribui para esse processo, ao aproximar novamente os ludovicenses do centro da cidade e, por consequência, de seu acervo.

De acordo com Costa, Santos e Cutrim (2020), essa reaproximação tem sido reforçada por políticas públicas culturais no Maranhão, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Cidades Históricas e o Programa Nosso Centro, que incentivam o turismo cultural. Essas iniciativas contribuem para revitalizar o

Centro Histórico de São Luís, reafirmando-o nas rotas turísticas. O Complexo Deodoro, parte do plano diretor que delimita o Centro Histórico, composto por 11 bairros, foi reinaugurado em 22 de dezembro de 2018.

Cabe destacar que o Complexo abriga instituições de valor histórico para o Maranhão, como o prédio do antigo Colégio Rosa Castro (hoje Biblioteca do SESC/MA), o Liceu Maranhense, notável instituição escolar do Maranhão Império, a Praça do Pantheon, o Teatro Arthur Azevedo e a BPBL, cuja arquitetura imponente pode ser vista na Figura 19.

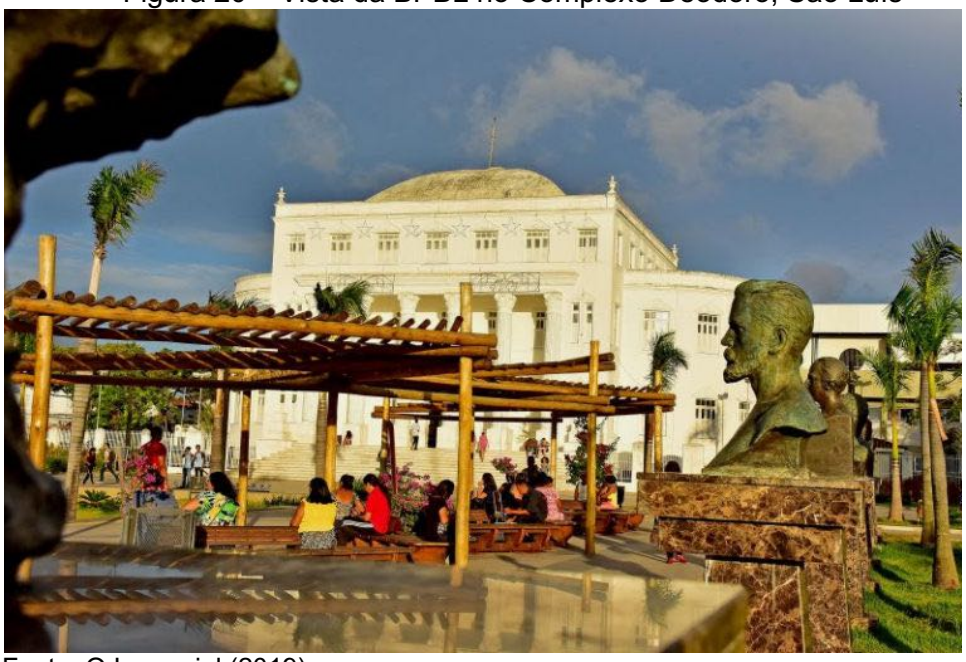
Figura 19 – Vista da BPBL no Complexo Deodoro, São Luís



Fonte: Raillen; O Imparcial (2018).

Como ilustrado na Figura 19, o Complexo Deodoro destaca-se como um espaço propício para diversas atividades e intervenções de caráter turístico-literário. Entre os atrativos estão os bustos de personalidades importantes da história do Maranhão, proporcionando uma variedade de experiências aos visitantes e turistas. Planejar roteiros em torno do Complexo é uma ação estratégica, uma vez que, pelas ruas adjacentes, é possível acessar facilmente pontos de interesse, como o Teatro Arthur Azevedo (Costa; Santos; Cutrim, 2020). As alamedas do Complexo também são valiosos atrativos turísticos, como mostrado na Figura 20, onde se encontram bustos de bronze acompanhados de placas informativas.

Figura 20 – Vista da BPBL no Complexo Deodoro, São Luís



Fonte: O Imparcial (2019).

Essas placas são fontes ricas de conhecimento para estudantes, pesquisadores, historiadores e visitantes ocasionais, permitindo o acesso a biografias de figuras de destaque na cultura local, como Bandeira Tribuzzi, Maria Firmina, Josué Montello, Gonçalves Dias, entre outros, cuja contribuição foi significativa para as artes literárias do Estado (Costa; Santos; Cutrim, 2020).

A Diretoria da BPBL é a instância máxima da instituição, à qual todos os demais setores estão subordinados. A Biblioteca Pública Benedito Leite faz parte do conjunto de Casas de Cultura da Secretaria de Estado da Cultura (SECMA), que inclui diversos espaços dedicados à cultura e à preservação da memória do Maranhão. Entre esses espaços estão arquivos, bibliotecas, museus, teatros, centros de arte e produção artesanal, que oferecem uma ampla variedade de atividades. Essas iniciativas buscam não apenas envolver a população maranhense, mas também promover o acesso à arte, cultura e história do Estado para todos (Costa, 2020).

Conforme a Política de Desenvolvimento e Formação de Coleções da Biblioteca Pública Benedito Leite (Maranhão, 2023), o acervo da instituição é constituído por meio de compras, doações e permutas, desde que os materiais atendam aos critérios estabelecidos, principalmente em relação ao seu estado de conservação. Gerida pela bibliotecária Aline Nascimento, responsável por coordenar todo o organograma detalhado no ANEXO A. Como guardiã da memória bibliográfica

e documental do Maranhão, a Biblioteca Pública mantém um acervo que ultrapassa os 120.000 itens, distribuídos conforme o Quadro 6:

Quadro 6 – Detalhamento do acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite.

Qtd.	Item
90.000	Exemplares de obras técnicas, literárias e didáticas.
9.670	Obras raras.
2.000	Manuscritos dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX.
558	Títulos de periódicos maranhenses entre os anos 1821-2015.
1.046	Livros em Braile e ampliados, totalizando 2.820 exemplares.
844	Audiolivro.
42	Filmes acessíveis.
29	Livros em Braile.
600	CDs, DVDs, fotografias.

Fonte: Maranhão (2021), Nascimento e Azevedo (2014).

No tocante ao acervo raro, este é composto por cerca de 1.000 mil manuscritos do século XVI, XVII, XVIII e XIX, além de aproximadamente 558 títulos de jornais maranhenses publicados entre os anos de 1821 e 2015 (Maranhão, 2016). O acervo de periódicos raros maranhenses da Biblioteca Pública Benedito Leite é composto por jornais históricos, tais como: *O Conciliador do Maranhão* (primeiro jornal maranhense), *O Censor*, *O Progresso*, *O Telegrapho* (Caxias), *O Farol*, *A Actualidade*, *Alavanca*, *Pacotilha*, *A Cruzada*, *O Norte* (Barra do Corda), *O Rosariense*, *O Ser* (Rosário), *O Alcantarense* (Alcântara), *Anapuru* (Brejo), *Revista Maranhense*, *Revista Elegante*, *Alteraçoens [sic] de Évora* (1637), *Mentor Inglês* (1829), *Coleção de Leis do Maranhão* (século XIX), *Almanaques Administrativos* (um dos documentos raros mais pesquisados), *Crônica Maranhense*, entre outros. Esses periódicos não só narram, mas também constituem a história do Maranhão, por serem provenientes de diferentes municípios, publicados em diversos formatos, com variadas linguagens e abordando uma ampla gama de temas (Costa; Luce; Bernardino, 2024; Maranhão, 2021).

O Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Maranhão (SEBP-MA) está subordinado à Diretoria da BPBL. Institucionalizado em 5 de julho de 2017, por meio da Lei Estadual nº 10.613, o SEBP-MA configura-se não apenas como um serviço da BPBL, mas como uma política pública estadual voltada ao segmento do livro, da leitura e das bibliotecas.

O sistema é composto pela Rede Estadual de Bibliotecas Faróis dos Saberes, criada pelo Decreto nº 31.506, de 19 de fevereiro de 2016, além de bibliotecas municipais e comunitárias distribuídas pelo Maranhão, que se vinculam ao sistema

por meio de Termos de Compromisso. Com a criação da Rede de Bibliotecas Faróis dos Saberes, no âmbito da Secretaria de Estado da Cultura e Turismo, a BPBL, por intermédio do SEBP-MA, passou a coordenar diretamente as atividades técnicas das 94 unidades dos Faróis do Saber, presentes em 94 municípios maranhenses, bem como a supervisionar as 158 bibliotecas públicas cadastradas no sistema (Costa, 2020; Maranhão, 2016, 2017, 2021; Brasil, 2024).

A Biblioteca Pública Benedito Leite, além de fazer parte do sistema, desempenha o papel de coordenadora do SEBP-MA, sendo responsável por liderar sua organização. Vale ressaltar que o SEBP-MA tem como objetivo não apenas elaborar e coordenar políticas para as bibliotecas públicas do estado, mas também implantar, modernizar e atualizar seus acervos, supervisionar suas atividades e formar gestores e mediadores. Tudo isso é feito com o propósito de promover a leitura e dinamizar as ações das bibliotecas em diferentes municipais do Maranhão e, assim, favorecer a transformação social por meio da leitura e acesso ao conhecimento (Maranhão, 2017; Brasil, 2024). Notadamente, uma das metas prioritárias do SEBP-MA é fortalecer o Subsistema de Bibliotecas Públicas Municipais, especialmente em virtude da ausência de legislação e políticas públicas locais voltadas para o setor de livro, leitura, literatura e bibliotecas (LLLB) em São Luís, evidenciando a necessidade urgente de elaborar um Plano Municipal do Livro e Leitura (PMLL) (Costa, 2020; Costa; Santos; Cutrim, 2019).

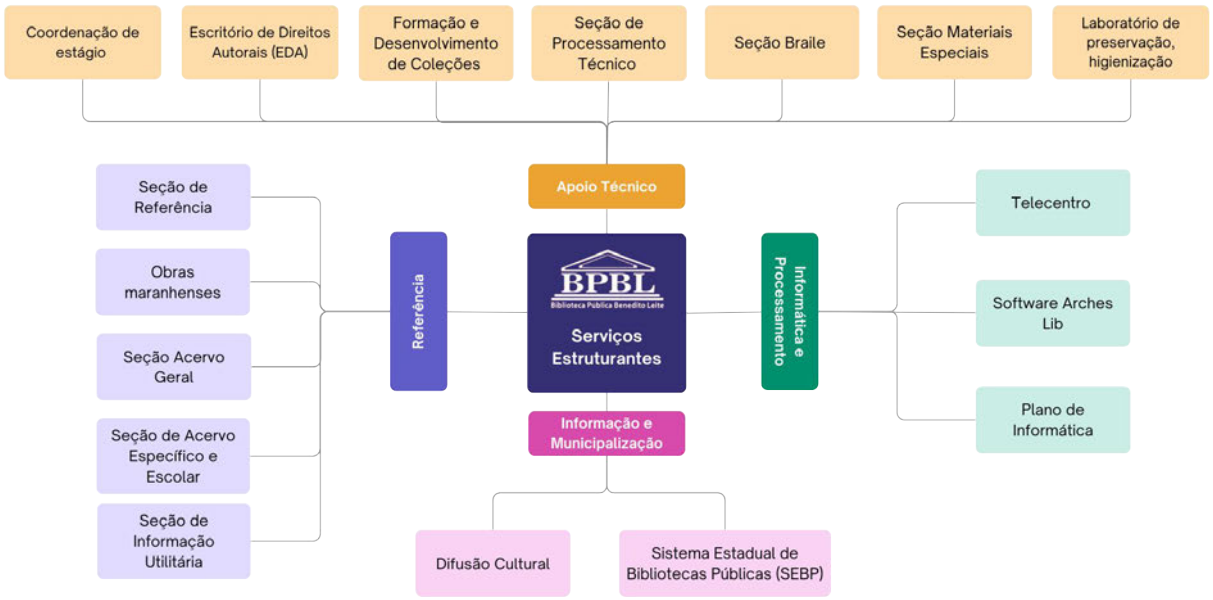
O SEBP-MA estabelece a reativação, revitalização e reestruturação das bibliotecas públicas no estado, em resposta ao longo período de estagnação das políticas culturais voltadas a essas instituições. Conforme os incisos I, II e III do art. 5º da Lei Estadual Nº 10.613/2017, cabe ao SEBP-MA desenvolver ações e programas de assistência técnica, qualificar recursos humanos e materiais, além de manter o cadastro atualizado das bibliotecas vinculadas ao sistema (Maranhão, 2017; Costa, 2020; Costa; Santos; Cutrim, 2019).

Como coordenadora do SEBP-MA, a BPBL é responsável por selecionar acervos, capacitar os profissionais que atuam nas bibliotecas do sistema, realizar o processamento técnico, organizar os acervos e elaborar regimentos e políticas para as bibliotecas que ainda não os possuem. Além disso, a BPBL implementa *softwares* de automação de serviços. Essas atividades são realizadas presencialmente, com a BPBL enviando profissionais ao município para orientar e coordenar cada etapa do processo.

O SEBP-MA também realiza supervisões periódicas para verificar as condições de funcionamento das bibliotecas vinculadas. Esse acompanhamento permite à BPBL esclarecer dúvidas das equipes locais, garantindo, assim, a prestação de serviços de qualidade aos usuários.

A BPBL apresenta quatro serviços estruturantes de seus setores, conforme Figura 21, sendo eles: Serviço de Apoio Técnico; Serviço de Informática e Processamento; Serviço de Informação e Municipalização; e, Serviço de Referência.

Figura 21 – Serviços estruturantes da BPBL



Fonte: Elaborado pela pessoa autora (2024).

I Serviço de Apoio Técnico – É responsável pelas atividades de organização e coordenação das seguintes seções:

a) Formação e Desenvolvimento de Coleções – incumbida das atividades referentes ao processo de aquisição, manutenção e descarte de materiais bibliográficos e não bibliográficos que integram o acervo da BPBL. Tal seção atua de forma integrada aos demais setores da Biblioteca, de maneira especial o setor de Referência, Materiais Especiais e a Biblioteca Infantil e Juvenil (Maranhão, 2021).

b) Seção de Processamento Técnico – responsável pelas atividades de catalogação e processamento de materiais com vista à sua disponibilização no acervo. O setor de processamento técnico realiza o cadastramento dos materiais no *Arches Lib* – *software* de gerenciamento dos serviços bibliotecários da Benedito Leite –, etiquetagem e direcionamento para o acervo.

c) Seção Braile - setor encarregado por realizar o acolhimento direto ao deficiente visual, bem como aos usuários que porventura se interessem pelo acervo adaptado na leitura e escrita do código Braille. O acervo da Biblioteca Braille conta com obras de diferentes áreas do conhecimento que, subsequentemente, estão registradas nos mais distintos suportes, tais como papel, vídeo, fita cassete, CD e DVD.

d) Seção Materiais Especiais – tal setor é constituído por periódicos impressos (jornais e revistas), Setor de Obras Raras, Microfilmes e Manuscritos. Localizado no segundo piso do prédio principal, realiza atendimento ao público, em sua maioria composto por pesquisadores, historiadores e escritores.

e) Escritório de Direitos Autorais (EDA) – espaço destinado a orientar quanto aos procedimentos de preservação de direitos de propriedade intelectual de autores maranhenses, a partir da mediação junto aos serviços de registro de desenhos, músicas e obras bibliográficas literárias, como também na emissão do ISBN. O EDA é desenvolvido em parceria com a Fundação Biblioteca Nacional (FBN).

f) Laboratório de preservação, higienização de acervo – composto por equipamentos de higienização e conservação, na perspectiva de realizar ações de tratamento preventivo de todo o acervo raro da Biblioteca.

g) Coordenação de estágio – que realiza a mediação junto a instituições de ensino superior no Estado do Maranhão, para a integração de discentes para atuarem na BPBL.

II Serviço de Informática e Processamento – serviço encarregado de desenvolver e implementar o Plano de Informática, alinhado às rotinas e funções sistemáticas da BPBL. Ele realiza o acompanhamento e execução dos processos que dependem de tecnologia da informação, oferecendo suporte técnico aos demais setores. Além disso, é responsável por gerenciar a automação do acervo por meio do software de gerenciamento *Arches Lib,* atualizar o portal da BPBL com informações sobre suas atividades, digitalizar e inserir obras raras no acervo digital, e coordenar as atividades do Telecentro.

a) Telecentro – espaço localizado no prédio anexo à Biblioteca Benedito Leite, destinado ao oferecimento de acesso gratuito à internet aos usuários, na perspectiva de apoiar a pesquisa escolar, tal qual a prestação de serviços que facilitem a vida do cidadão no que diz respeito à aproximação da informação, como por exemplo, a

emissão de boletos bancários, consulta ao CPF, dentre outros. Tal repartição tem suas atividades realizadas em parceria com a rede VIVA/Procon[19].

III Serviço de Informação e Municipalização – O serviço é responsável por desenvolver ações voltadas para a implantação, modernização, supervisão técnica, dinamização e capacitação de gestores, auxiliares de bibliotecas municipais e mediadores de leitura, todos integrados ao Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas (SEBP). Suas atividades são realizadas em parceria com o Ministério da Cultura, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e as Prefeituras Municipais.

a) Difusão Cultural – departamento responsável pelas ações de interiorização da Biblioteca Pública Benedito Leite, ou seja, incumbido de dar suporte para as demais bibliotecas no Estado do Maranhão. Enfatiza-se que tal setor está em fase de redirecionamento, dado que suas atividades passaram a ser realizadas pelo Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Maranhão.

IV Serviço de Referência – reúne todas as atividades voltadas aos serviços fins da BPBL, máxime aqueles voltados para o atendimento dos usuários, circulação do acervo, serviços educativos, dentre outros.

a) Seção de Referência – essa subdivisão está localizada no primeiro piso da Biblioteca Pública Benedito Leite e é composta por obras de referência, como dicionários, enciclopédias, atlas, anais, entre outros. Nesse espaço, são realizados serviços de recepção aos usuários, consultas no local, cadastramento de leitores e empréstimos domiciliares de livros.

b) Obras maranhenses – contempla as obras que tratam sobre o Maranhão e produtos de autores maranhenses.

c) Seção Acervo Geral – seção que disponibiliza materiais bibliográficos de literaturas nacionais e estrangeiras.

d) Seção de Acervo Específico e Escolar – reúne livros informativos, técnicos e didáticos para consulta local, pesquisa e empréstimo.

---

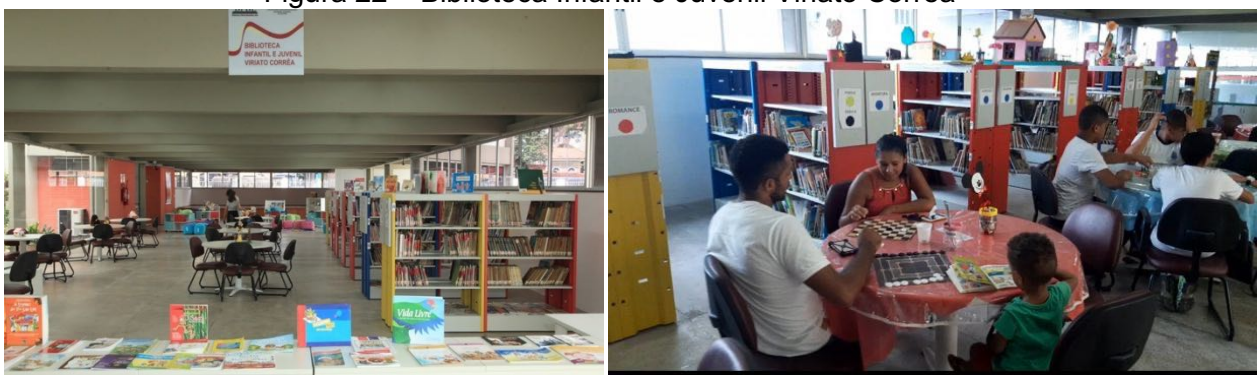
[19] A Central Integrada de Atendimento Viva Cidadão, vinculada à Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP), foi criada pelo Decreto nº 15.611/97, sob um regime especial de autonomia relativa. Sua primeira unidade, localizada na Praia Grande, em São Luís, foi inaugurada em fevereiro de 1998. O Viva Cidadão tem como missão "fortalecer o exercício da cidadania" e seu principal objetivo é estabelecer e manter um novo modelo de prestação de serviços públicos, oferecendo ao cidadão um atendimento de qualidade, com rapidez e conforto. Todas essas atividades são concentradas em um único espaço físico, onde diversos órgãos e entidades estão representados, facilitando o acesso da comunidade aos serviços públicos demandados (Costa, 2020, p. 6).

e) Seção de Informação Utilitária – divisão destinada à oferta de leitura de jornais, revistas, agenda cultural da capital ludovicense e do Estado, da mesma forma que prestar informações que facilitem a vida do cidadão.

V Seção de Apoio Administrativo – localizada no prédio anexo da Biblioteca Pública, tem por finalidade prestar suporte às atividades de cunho administrativo, juntamente com a diretoria da instituição.

VI Biblioteca Infantil e Juvenil Viriato Corrêa – é o espaço da Biblioteca Pública Benedito Leite dedicado aos públicos infantil e juvenil. Com um acervo estimado em 8.000 itens, entre livros literários e informativos, está localizada no prédio anexo à Benedito Leite. O acesso é livre para a comunidade, tanto para leitura no local quanto para empréstimos domiciliares. Na Figura 22, é possível visualizar o espaço da Biblioteca Infantil e Juvenil Viriato Corrêa[20]:

Figura 22 – Biblioteca Infantil e Juvenil Viriato Corrêa



Fonte: BPBL (2024).

Conforme pode ser observado na Figura 5, a Biblioteca Viriato Corrêa oferece um acervo diversificado, que vai desde clássicos da literatura infantil até obras de autores maranhenses, como Josué Montello, Wilson Marques, Lenita Estrela de Sá, Natinho Costa Fênix, Sharlene Serra, entre outros (Maranhão, 2021).

A biblioteca realiza uma série de projetos semanais, incluindo o programa "Terça na Biblioteca", cujas atividades podem ser agendadas previamente. Essas ações, conduzidas por bibliotecários e arte-educadores, incluem atividades lúdicas

[20] Manuel Viriato Corrêa Baima do Lago Filho foi um renomado jornalista, contista, romancista, dramaturgo e autor de crônicas históricas e livros infantojuvenis. Nascido em 23 de janeiro de 1884, em Pirapemas, Maranhão, e falecido em 10 de abril de 1967, no Rio de Janeiro, Viriato Corrêa dedicou parte de sua obra a aproximar a História das crianças. Para isso, utilizava a figura de um afável ancião que reunia as crianças em sua chácara, transmitindo ensinamentos escolares de maneira acessível. Exemplos desse trabalho estão em livros como *História do Brasil para crianças* (1934) e *As belas histórias da História do Brasil* (1948). Além dessas obras, Viriato deixou um legado importante na literatura infantil, incluindo o romance *Cazuza* (1938), considerado um clássico da literatura infantojuvenil brasileira, em que retrata episódios de sua própria infância (Costa, 2020, p. 37).

como a hora do conto, oficinas de criatividade, exibição de filmes, entre outras. Além disso, a seção infantil da BPBL promove diversos projetos ao longo do ano, como: "Lendo o Carnaval", "Quinzena do Livro Infantil", "Lendo o São João na Biblioteca", "Lendo as Férias na Biblioteca", "Criança Lendo, Maranhão Vivendo", "Lendo o Natal na Biblioteca", "Terça na Biblioteca", "Quinta do Brincar", "Cinema nas Férias" e "Lendo a Literatura Infantil", entre outros.

A Biblioteca Viriato Corrêa também oferece um espaço inovador para bebês, chamado "Biblioteca do Bebê", destinado a crianças de 0 a 4 anos. Em um ambiente confortável, o espaço busca incentivar a leitura desde a primeira infância, com materiais literários especialmente selecionados para esse público, como ilustrado na Figura 23.

Figura 23 – Biblioteca do Bebê na Biblioteca Benedito Leite.



Fonte: Biblioteca Pública Benedito Leite (2024).

Conforme discutido ao longo desta seção, a Biblioteca Pública Benedito Leite dispõe de diversos espaços que oferecem produtos e serviços voltados a diferentes perfis de usuários, atendendo às variadas demandas informacionais e culturais da sociedade maranhense. Dada sua estrutura, é essencial que suas ações, especialmente aquelas relacionadas ao acesso, à difusão e à dinamização de seus acervos diversificados, sejam planejadas e executadas de maneira eficiente e adequada.

6 AS RELAÇÕES ENTRE MEMÓRIA E IDENTIDADE: SENTIDOS, REMEMORAÇÕES E REFERENCIAIS IDENTITÁRIOS EM BIBLIOTECAS PÚBLICAS

As bibliotecas públicas atuam na preservação da memória coletiva e na construção de referenciais identitários. Além de conservar acervos, esses espaços são territórios dinâmicos onde discursos e práticas rememorativas moldam significados sobre o passado. Nesse sentido, discutir as relações entre memória e identidade torna-se essencial para analisar como diferentes grupos constroem e reivindicam seus lugares na história. Para tanto, esta seção abordará, inicialmente, os fundamentos da memória e suas manifestações nas práticas rememorativas, para, em seguida, discutir as definições de identidade e seus referenciais, considerando os desafios e as transformações que alcançam o campo da Ciência da Informação, enquanto Ciência Social.

6.1 MEMÓRIA(S): DOS FUNDAMENTOS ÀS PRÁTICAS REMEMORATIVAS

A humanidade sempre reconheceu a importância de registrar e preservar suas "memórias", utilizando narrativas, desenhos e outros métodos de documentação, com o objetivo de aprimorar as linguagens e as formas de representação escrita. Quanto a isso, Sousa e Oliveira (2024, p. 4) corroboram, evidenciando que, desde “os primórdios das relações sociais, o homem produz vestígios nos mais diversos suportes informacionais, que refletem os traços de sua memória e identidade.” Vivemos na era dos colecionadores, onde tudo é registrado e preservado, tais como fotos de infância, memórias da avó no âmbito privado e familiar, coleções de jornais e revistas (ou recortes) relacionadas a temas ou períodos de interesse, além de arquivos oficiais e particulares de todos os tipos.

Para além do interesse em itens do “passado”, exemplificados pelo consumo e comercialização de modas "retrô", abertura de brechós, dentre outros. Jelin (2022, tradução nossa) destaca que no espaço público, os arquivos se expandem, as datas comemorativas se multiplicam, e as demandas por placas e monumentos memoriais permanecem constantes. Além disso, os meios de comunicação de massa estruturam e organizam essa presença do passado em todas as esferas da vida contemporânea. Essa perspectiva vai ao encontro do que aludem Yepes e Estrada (2023, p. 230),

quando exemplificam que a memória faz interface com distintas “mentalidades, identidades, símbolos, textos, mídia, contexto, sociedade, história, manifestações artísticas e culturais”.

Nesse sentido, afirma-se que a memória é um tema que tem suscitado discussões relevantes em diferentes campos do conhecimento, especialmente na CI, considerando a complexidade e a abrangência dos debates epistemológicos que têm emergido na área (Oliveira; Rodrigues, 2010; Laurindo; Pizarro, 2021). Concorda-se com Erll (2012, tradução nossa), que os mais díspares conhecimentos sociais, os sistemas simbólicos culturais e algumas disciplinas científicas estudam conjuntamente o problema da memória. A práxis da memória e da reflexão em torno dela tornou-se, na transição de um milênio para outro, um fenômeno inteiramente cultural, interdisciplinar e internacional.

Essa "explosão" da memória no mundo ocidental contemporâneo deu origem a uma verdadeira "cultura da memória", que se desenvolve e se fortalece mesmo em meio à valorização do efêmero, ao ritmo acelerado e à transitoriedade da vida, conforme explica Jelin (2002). Pessoas, famílias, comunidades e nações narram seus passados para si e para os outros, que parecem cada vez mais interessados em revisitar essas histórias, ouvir, observar seus ícones e vestígios, questionar e investigar. A autora ressalta que essa "cultura da memória" emerge, em parte, como resposta às rápidas transformações e à experiência de uma vida marcada pela ausência de raízes ou de referências sólidas.

A necessidade de garantir o acesso aos registros produzidos ao longo do tempo impulsionou a criação das chamadas instituições de memória, responsáveis por preservar o conhecimento humano em suas mais diversas formas de materialização, como arquivos, bibliotecas e museus (Oliveira; Rodrigues, 2010). A preocupação em registrar e preservar saberes, conhecimentos e experiências vividas sempre teve como principal objetivo evitar seu desaparecimento.

Nesse sentido, Sousa e Oliveira (2024) destacam que a humanidade desempenha uma função dupla nesse cenário, notadamente produzir e preservar referenciais memorialísticos que se vinculam ao sentimento de pertença, isto é, à construção de identidades, seja de um indivíduo, seja de uma coletividade. Preservar os registros do conhecimento, um dos pilares fundamentais das bibliotecas, tem sido uma de suas principais responsabilidades (Costa, 2020).

O processo de reconstrução do passado apoia-se nos discursos culturais preservados nos acervos das bibliotecas, instituições que, ao longo da história, se consolidaram como responsáveis por salvaguardar o patrimônio em suas diversas manifestações. Ao cumprir essa função, elas tornam possível o acesso ao legado acumulado pela humanidade e se afirmam como espaços fundamentais para o reconhecimento da memória. Nesse contexto, a preservação da memória e da história estimula tanto o surgimento quanto a evolução dessas instituições ao longo do tempo. E como reforçam Sousa e Oliveira (2024, p. 4), “é válido destacar a importância dos espaços de memória que objetivam tratar, organizar, preservar e disseminar a informação, para assegurar sua integridade para as atuais e futuras sociedades”.

Azevedo Netto (2007) esclarece a relação entre os registros do conhecimento e a memória, que, segundo o autor, se materializa em diferentes suportes informacionais. Esses suportes, considerados fontes de informação, possibilitam a produção de vestígios que fundamentam a constituição da memória da humanidade, conforme destacam Sousa e Oliveira (2024). Assim, por meio de manuscritos, documentos e outros materiais, “[...] permitiram que mitos, crenças, valores morais, percepções de mundo, os conhecimentos e a cultura pudessem ser registrados, colecionados e preservados” (Gomes, 2014, p. 154).

O processo de reconstrução do passado tem origem nos discursos culturais materializados nos acervos das bibliotecas, historicamente encarregadas de preservar o patrimônio em suas diversas manifestações. Essas instituições viabilizam o acesso ao conhecimento acumulado pela humanidade, consolidando-se como espaços de reconhecimento da memória. Jelin (2002, tradução nossa) destaca, ainda, as tensões geradas pelas relações de desigualdade que dialogam com a memória, considerando que grupos oprimidos, silenciados e discriminados, ao se confrontarem com referências a um passado comum, podem desenvolver sentimentos de autoestima e maior confiança em si mesmos e em seus grupos. Isso evidencia a importância do acesso e da presença desses sujeitos nas instituições de memória. Depreende-se, assim, que a memória reafirma a máxima de que o passado não está completamente inacessível, enquanto as instituições de memória atuam na preservação do conhecimento (Sousa; Oliveira, 2024).

Diante disso, entende-se que as bibliotecas possuem um forte apelo memorial, tanto pela relação histórica construída desde a Antiguidade quanto por suas práticas, que se baseiam na preservação de materiais onde a história está registrada –

elementos essenciais para a reconstituição da memória. Nesses termos, é relevante entender os fundamentos teóricos das noções de memória e sua relação com as bibliotecas públicas, bem como com a identidade, cuja discussão será realizada na seção 6.2 deste estudo.

Não por acaso, Erll (2012, tradução nossa) afirma que o conceito de memória não está relacionado apenas com uma dinâmica unificadora ou centrípeta, mas também com uma dinâmica dissociativa ou centrífuga. Assim, pode-se apontar como resultado do “boom da memória” ocorrido nas últimas duas décadas que nos coloca diante de uma multiplicidade de noções e conceitos, cujas semelhanças e diferenças não são nada claras. De forma similar, Assmann (2011) utiliza a metáfora “ir a Roma” ao afirmar que “assim como muitos caminhos levam a Roma, também muitos levam à memória”.

Le Goff (2013) destaca que a memória possui características que dão origem a um conjunto de funcionalidades psíquicas, permitindo a atualização de impressões e informações do passado, que o ser humano reproduz como vivências ou experiências pretéritas. Nesse contexto, a categoria "memória" revela-se extremamente complexa, podendo ser abordada sob diferentes perspectivas. O próprio Le Goff (2013) reforça essa ideia ao afirmar que a memória é objeto de estudo de diversos campos do conhecimento, como a antropologia, a psicologia e a neurofisiologia, entre outros. Rosa (2018) enfatiza que, devido à sua abrangência, a "memória social" apresenta uma delimitação difícil e uma complexidade conceitual significativa.

A heterogeneidade de conceitos e as diferentes abordagens adotadas por cada disciplina ao tratar de objetos de estudo potencialmente idênticos representam um dos principais desafios para a pesquisa contemporânea em memória. Silveira (2012) destaca que a memória, e consequentemente a história humana, é formada por associações não lineares entre experiências vividas e o presente. Nesse sentido, as memórias são reconstruções subjetivas, altamente seletivas e condicionadas pela situação em que são evocadas. Como aponta Erll (2012, tradução nossa), lembrar é uma operação realizada no presente, que consiste em reagrupar os dados disponíveis para dar-lhes significado.

Souza (2014, p. 98) afirma que "a memória é vista como a faculdade humana responsável pela conservação do passado, das experiências vividas." Nesse sentido, Silveira (2010, p. 73) complementa ao explicar que "o trabalho da memória é essencialmente de elaboração, ou mais precisamente, de reelaboração da

experiência de vida humana a partir do reconhecimento e da reatualização de uma lembrança."

Apesar da diversidade de definições do conceito, é possível identificar duas características centrais da recordação que encontram amplo consenso, sua relação com o presente e sua natureza construtiva. As memórias, portanto, não são cópias objetivas de percepções passadas, tampouco de uma realidade pretérita (Erll, 2012, tradução nossa).

Nessa assertiva, Jelin (2002, tradução nossa) complementa explicando que há duas possibilidades de se trabalhar com essa categoria. A primeira, como uma ferramenta teórico-metodológica, fundamentada em conceituações de diferentes disciplinas e áreas de estudo; e a segunda, como uma categoria social à qual os atores sociais fazem referência (ou da qual se omitem), envolvendo suas relações sociais, usos políticos (como abuso ou ausência), além de conceituações e crenças do senso comum.

Os estudos sobre a memória começaram a se desenvolver em meados do século XIX, mas ganharam maior relevância apenas no século XX, quando a memória se tornou um tema central nas ciências sociais e humanas, ocupando posição de destaque nos debates de diversos estudiosos da época. Seguindo uma cronologia aproximada, que vai da década de 1920 até os dias atuais, os conceitos mais influentes nesse campo incluem memória coletiva, *Mnemosyne*, história e memória, *lieux de mémoire* (lugares de memória), memória cultural, memória comunicativa, memória social, culturas de memória e esquecimento social (Barros, 2009; Erll, 2012, tradução nossa; Rosa, 2018).

A partir da década de 1980, a "memória" tornou-se um tema de grande interesse para as ciências sociais e humanas, a ponto de críticos apontarem o surgimento de uma "indústria da memória". Esse fenômeno acadêmico coincidiu com uma crescente preocupação social com a lembrança, manifestada no que se chamou de "febre comemorativa". Essa onda de comemorações foi alimentada pela frequência de aniversários cívicos (como os da Segunda Guerra Mundial) e pela mudança de milênio (Smith, 2006).

Além disso, o período foi marcado pelo surgimento de novas vozes, dentre elas minorias étnicas e culturais que começaram a questionar a história oficial com as suas próprias memórias, gerando debates importantes em contextos diversos, como as celebrações de bicentenários em nações pós-coloniais, a reavaliação do Holocausto

e as transformações após o fim da Guerra Fria (Smith, 2006). Jelin (2002, tradução nossa) corrobora, afirmando que no mundo ocidental, o movimento memorial e os discursos sobre a memória ganharam impulso com os debates em torno da Segunda Guerra Mundial e do extermínio nazista, especialmente a partir do início da década de 1980.

A memória está inserida em um contexto social, sendo articulada por indivíduos ou grupos distintos. Nesse sentido, ela está vinculada a uma reflexão crítica sobre o que pode ser "revitalizado ou rememorado". Assim, a memória assume a forma de uma análise retrospectiva, conectando o horizonte das representações aos aspectos que definem os atos de memória no cenário social (Silva; Oliveira, 2014).

Nessa perspectiva, é comum questionar o que deve ou pode ser rememorado, bem como as dimensões temporais e sociais envolvidas. Nesse contexto, Silva e Oliveira (2014) destacam que a memória, no âmbito da CI, está vinculada aos "traços informacionais", isto é, tudo aquilo que pode ser organizado, representado e recuperado, atendendo a funções e necessidades informacionais. Os autores também ressaltam que a memória se relaciona tanto com a dimensão individual quanto com a coletiva (indivíduos, famílias, comunidades, grupos, entre outros). Assim, "[...] está indissoluvelmente interligada à sociedade de forma individual ou coletiva (grupo), conjugando e nutrindo uma relação existencial sobre si, sobre o outro e sobre nós, [...] no cotidiano." (Silva; Oliveira, 2014, p. 136).

A perspectiva apresentada por Silva e Oliveira (2014) converge com a visão de memória de Maurice Halbwachs (1877-1945), que, de acordo com Galindo (2015), é aplicável aos estudos de memória na CI, especialmente por sua abordagem documentalista. Isso ocorre porque o documento, nesse contexto, é gerenciável, podendo ser representado, tratado, preservado e recuperado, o que, em última análise, possibilita a "fixação da narrativa".

Influenciado por Émile Durkheim, Maurice Halbwachs é reconhecido como um dos principais nomes nos estudos sobre memória, com base em obras como *Da divisão do trabalho social*, *As regras do método sociológico* e *As formas elementares*. Durkheim (2007) explorou o conceito de fato social, considerando o indivíduo e suas relações com a sociedade, onde tais fenômenos ocorrem e se manifestam. Nesse contexto, o indivíduo desempenha um papel essencial devido às suas funções na sociedade e dos grupos aos quais pertence. Assim, constituem-se sistemas que orientam tanto o próprio indivíduo (como parte) quanto os grupos ou a sociedade

(como todo), promovendo uma espécie de “coesão social” (Durkheim, 2007; Rosa, 2018).

No entendimento de Durkheim (2007, p. 2),

> [...] maneiras de agir, de pensar e de sentir [...] apresentam [...] notável propriedade de existirem fora das consciências individuais. Esses tipos de conduta ou de pensamento não apenas são exteriores ao indivíduo, como também são dotados de uma força imperativa e coercitiva em virtude da qual se impõe a ele, quer ele queira, quer não.

Compreende-se, portanto, que a ocorrência de fenômenos na sociedade, por mais simples que sejam, está associada a uma causalidade, reforçando o papel dos indivíduos nos grupos sociais e na própria estrutura social. Nesse contexto, Rosa (2018) explica que, para Durkheim (2007), as práticas sociais, culturais e informacionais seguem uma lógica baseada na organização estruturada e objetiva. Assim, os fatos sociais possuem formas cristalizadas que influenciam os indivíduos, conduzindo-os à adaptação e conformidade com as normas estabelecidas pela sociedade.

Maurice Halbwachs nasceu em 1877, na França, e faleceu em 1945 no campo de concentração nazista de Buchenwald, na Alemanha. Sociólogo alinhado à escola durkheimiana, também estudou filosofia na *École Normale Supérieure*, em Paris, ao lado de Henri Bergson. Baseando-se na obra *Representações Individuais e Representações Coletivas*, de Émile Durkheim, Halbwachs introduziu os estudos sobre memória no campo das ciências sociais, área que, até então, era explorada principalmente pela psicologia e pela filosofia (Costa, 2020).

Seus estudos tiveram início com a publicação de *Os quadros sociais da memória* em 1925 e foram complementados, após sua morte, com a obra *A memória coletiva*, publicada originalmente em 1950. Halbwachs (2006) se dedicou a analisar a memória como uma reconstrução do passado, introduzindo a categoria de “memória coletiva”. Para o autor, a memória não se limita à esfera individual, pois as recordações e suas localizações estão ligadas aos contextos sociais em que se inserem, os quais são fundamentais para a reconstrução das lembranças. Erll (2012, tradução nossa) pontua que Halbwachs foi um dos pioneiros a abordar o fenômeno da memória em sua dimensão cultural, no contexto de uma teoria moderna da cultura, além de estar entre os primeiros a estudá-lo de forma sistemática.

Na perspectiva de Halbwachs (2006), a memória é compreendida como um fenômeno coletivo, já que as vivências em grupo são essenciais para garantir a

coesão social. O autor argumenta que as memórias não podem ser exclusivamente individuais, pois nenhuma lembrança existe de forma isolada dos grupos sociais aos quais pertencemos. Nesse sentido, Halbwachs (2006, p. 30) explica: “Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós.”

A memória, enquanto fenômeno coletivo, se constrói a partir de condições socialmente estabelecidas, sendo instaurada por meio de indivíduos que não precisam estar fisicamente presentes para que sua evocação ocorra plenamente, mas que operam em um campo de significado transcendental (Melo Filho, 2016). Para tanto, Halbwachs (2006) evidencia o hábito de recorrer a testemunhos para reforçar ou enfraquecer uma ideia, bem como para complementar informações sobre eventos ou fatos cujas circunstâncias permaneçam incertas. Esses testemunhos representam memórias de outros, que dialogam com as lembranças do próprio indivíduo, atribuindo-lhes sentido (Sá, 2022).

Diante disso, afirma-se que a memória é entendida como uma construção realizada no presente, com base em elementos culturais que refletem as experiências elaboradas por indivíduos e grupos sociais. Essas experiências se manifestam nas interações com outros indivíduos (expressões), com os espaços que ocupam (lugares) e com os objetos que utilizam (artefatos), abrangendo as práticas de subsistência, sociabilidade, celebração e representação (Bruno, 2015).

Nesse sentido, afirma-se que a memória é constituída de pequenos recortes de lembranças, que por sua vez resultam no reconhecimento, pois,

> Recorremos a testemunhos para reforçar ou enfraquecer e também para completar o que sabemos de um evento sobre o qual já temos alguma informação, embora muitas circunstâncias a ele relativas permaneçam obscuras para nós. Se o que vemos hoje toma lugar no quadro de referências de nossas lembranças antigas, inversamente essas lembranças se adaptam ao conjunto de nossas percepções do presente. (Halbwachs, 2006, p. 29).

Nesses termos, a memória pode ser entendida como, ao mesmo tempo, referência e construção. Se os testemunhos são os elementos fundamentais para a formação da memória, esta é fruto de um diálogo entre referências e construções. A referência, por sua vez, envolve o ato de narrar ou relatar, mas também estabelece um vínculo entre objetos ou ideias, em que um elemento se conecta a outro. É

justamente essa conexão que possibilita a criação de algo novo e mais completo, formado a partir da interação entre diferentes experiências e perspectivas (Sá, 2022).

Erll (2012, tradução nossa) explica que esses quadros de referência carregam as representações gerais da sociedade, refletindo suas necessidades, valores e visão de mundo, moldadas pelos princípios e perspectivas de um grupo ou de toda a coletividade. De acordo com Halbwachs (2006), a lembrança só é possível quando os acontecimentos passados podem ser situados nos quadros da memória coletiva. O esquecimento, por sua vez, ocorre quando esses quadros, ou parte deles, deixam de existir.

Nesse sentido, esse conceito evidencia a presença constante do social, mesmo nos momentos mais aparentemente “individuais”. Afinal, “nunca estamos sozinhos” – não se recorda isoladamente, mas com o auxílio das memórias dos outros e com base em códigos culturais compartilhados. Mesmo as lembranças pessoais, embora únicas e singulares, estão inseridas nesse contexto coletivo (Erll, 2012, tradução nossa).

Essas memórias individuais estão, assim, imersas em narrativas coletivas, frequentemente reforçadas por rituais e celebrações grupais (Ricoeur, 1999, tradução nossa). Ricoeur (1999, tradução nossa) destaca que as narrativas coletivas são fundamentais para a constituição da memória compartilhada, pois organizam as experiências individuais em um contexto maior. Essas narrativas são reforçadas por práticas como rituais, celebrações e comemorações públicas, que consolidam símbolos históricos e culturais de um grupo. Por meio dessas práticas, a memória coletiva não apenas recorda eventos passados, mas também legitima a identidade de comunidades e nações. A ritualização de "recordações compartilhadas" cria um sentido de pertencimento, permitindo que as histórias de grupos sejam preservadas e transmitidas, ainda que constantemente reinterpretadas segundo as necessidades do presente.

Baseando-se em Maurice Halbwachs, Ricoeur (1999, tradução nossa) afirma, ainda, que a memória individual só se torna inteligível quando situada em quadros sociais mais amplos. As narrativas coletivas funcionam como pontos de ancoragem, organizando experiências pessoais dentro de uma moldura social e histórica que dá coesão e continuidade à identidade dos grupos.

O trabalho de Halbwachs demonstra que as ações das pessoas são guiadas pelo significado que atribuem tanto ao próprio comportamento quanto ao dos outros. Esses significados, por sua vez, têm origem nas convenções da comunidade à qual o

indivíduo pertence. Assim, memória, inteligência e identidade são construídas por meio de um processo de aprendizagem no grupo (Marcel; Mucchielli, 2008, tradução nossa).

Halbwachs (2006), aborda justamente essa relação dialética – a contraposição entre os conceitos –, consegue diferenciar a "memória individual" da "memória coletiva". A memória individual diz respeito à visão do passado sob a perspectiva interna de um indivíduo específico, enquanto a memória coletiva é formada pela distribuição das lembranças entre os membros de um grupo social, composta por imagens fragmentadas compartilhadas no coletivo (Halbwachs, 2006).

Como bem reforça Ricoeur (1999, tradução nossa), há uma relação dialética entre memória individual e coletiva. Enquanto as narrativas coletivas estruturam memórias pessoais, estas últimas também moldam e enriquecem as histórias compartilhadas. Ricoeur (1999, tradução nossa) alerta que, embora fundamentais, essas narrativas podem ser instrumentalizadas, destacando a importância de uma abordagem crítica para evitar excessos de exclusão ou manipulação política.

Como esses quadros de referência são históricos e estão em constante transformação, toda memória é, na verdade, uma reconstrução, e não uma lembrança fixa. O que não encontra espaço ou significado dentro dessa estrutura coletiva torna-se, inevitavelmente, material para o esquecimento. Ou seja, Sá (2022) pontua haver uma disputa constante entre lembrar e esquecer, pois, “[...] os quadros dentro dos quais a memória é construída são transmitidos de geração em geração, mas estes não permanecem imutáveis, pelo contrário, transformam-se no processo.” (Yepes; Estrada, 2023, p. 228).

A memória coletiva e a memória individual mantêm uma relação de dependência recíproca, característica que Halbwachs (2006) destaca ao evidenciar não apenas a interdependência entre elas, mas também como uma está entrelaçada com a outra. A memória individual é constantemente enriquecida e complementada pelos elementos externos da memória coletiva, preenchendo lacunas e tornando as lembranças pessoais mais precisas. Nesse sentido, “[...] para evocar seu próprio passado [...] a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transporta a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade.” (Halbwachs, 2006, p. 72).

Esse entendimento é reforçado por Silveira (2012), que afirma que a memória surge da convergência entre diferentes referências histórico-sociais e uma perspectiva

individualizada, alinhando-se ao pensamento de Halbwachs. Além disso, em diálogo com o autor, Silveira (2012, p. 7) observa que “[...] nenhum indivíduo lembra ‘sozinho’, ele sempre o faz a partir das lembranças pertencentes ao grupo. Lembranças que, por sua vez, se modulam através dos códigos, normas, regras e valores que atravessam, informam e sustentam a vida coletiva.”

O ponto de vista a partir do qual a memória coletiva pode ser compreendida está relacionado ao lugar que os indivíduos ocupam em função de sua socialização e de seus traços culturais. Cada pessoa pertence a diversos grupos sociais, como a família, o grupo religioso, o círculo de colegas de trabalho, entre outros. Dessa forma, cada indivíduo carrega uma variedade de experiências e sistemas de pensamento específicos de cada grupo. Assim, não é apenas a memória em si que importa, mas também a combinação de todos os pertencimentos sociais, as formas e os conteúdos da memória que resultam dessas interações. É essa combinação que torna a memória de um indivíduo verdadeiramente única e a diferencia da memória de outra pessoa.

Dessa forma, a memória individual não apenas se constrói no coletivo, mas também é moldada pelas estruturas culturais e sociais que norteiam a convivência em grupo, demonstrando que o ato de lembrar é, essencialmente, um fenômeno social. O fato de que ninguém lembra sozinho ressalta a importância das práticas desenvolvidas pelas bibliotecas, que atuam como espaços de acolhimento da memória coletiva registrada. Essas memórias estão materializadas em livros, periódicos, imagens e outros documentos que retratam um passado recente e fornecem as bases para a construção de um futuro em desenvolvimento. As práticas comunicacionais e os ideais preservacionistas que orientam as atividades das unidades de informação são essenciais para garantir a estabilidade social e cultural, desempenhando um papel fundamental na composição e perpetuação das memórias coletivas.

Nesse contexto, as bibliotecas públicas cumprem um papel central como territórios de encontro e diálogo, onde essa construção de memórias se torna possível. Elas oferecem um espaço no qual os indivíduos se conectam uns aos outros, às histórias contidas nos acervos, às paisagens culturais e aos artefatos que simbolizam as experiências humanas. Assim, o encontro de testemunhos e referências nesses espaços fomenta a tentativa de formar uma memória compartilhada, que, embora intangível, se torna acessível por meio das interações, trocas e reflexões promovidas pelas bibliotecas.

Além disso, como a memória individual é parte integrante e significativa da memória coletiva, essa relação pode ser exemplificada pelas bibliotecas públicas. Essas instituições são responsáveis por reunir registros – aqui compreendidos como fragmentos individuais de conhecimento – que refletem e representam os saberes de uma determinada sociedade, preservando-os para serem "lembrados" e transmitidos às futuras gerações. Portanto, nossa percepção é moldada pelas particularidades de um grupo específico, e nossas memórias individuais são socialmente influenciadas.

Tanto a forma como nos relacionamos com o mundo quanto o processo de atribuição de significados só pode ser compreendido a partir da existência de uma memória coletiva. Nessa linha, Yepes e Estrada (2023) acrescentam que a memória é moldada por aspectos contextuais, portanto, molda-se em distintos espaços, tempos e indivíduos envolvidos. Segundo os autores, “[...] é nas relações interpessoais que se constroem a identidade e a experiência, a memória precisa de um contexto social concreto até para ser "ativada". (Yepes; Estrada, 2023, p. 228).

Essa perspectiva nos permite compreender as memórias coletivas não apenas como "dados", mas também como resultado de processos de construção. Isso envolve a participação de diferentes atores sociais (incluindo grupos marginalizados e excluídos), além de disputas e negociações sobre os significados do passado em variados contextos (Jelin, 2002, tradução nossa). Nesse sentido, é importante destacar que a memória dos outros pode contribuir para o despertar ou a reorganização das próprias lembranças.

De igual modo, com base na visão de Halbwachs (2006), é basilar reconhecer que as memórias são construídas e fazem sentido em quadros sociais carregados de valores e necessidades sociais. Enquadrar em visões de mundo pode implicar, num primeiro passo, assumir como certa uma concepção clara e única de passado, presente e futuro. Nesses termos, seu ponto é que o passado não é realmente preservado na memória individual. Apenas “fragmentos” permanecem, e não lembranças completas. O que transforma essas recordações em memórias verdadeiras são as representações coletivas. A memória coletiva é composta por esses “instrumentos”, utilizados pelo indivíduo consciente para recompor uma imagem coerente do passado (Marcel; Mucchielli, 2008, tradução nossa).

A memória coletiva não se limita ao passado, mas também incorpora as aspirações e identidades que um grupo deseja construir. Nesse sentido, a Biblioteca Pública Benedito Leite, enquanto instituição de preservação da memória, não apenas

registra documentos e narrativas históricas, mas também reflete os anseios das comunidades que a frequentam. Assim, os acervos e atividades culturais promovidos pela biblioteca podem ser compreendidos como um reflexo das demandas sociais e das tentativas de reafirmação identitária dos grupos que buscam reconhecimento e participação no cenário cultural. A seleção do que é preservado ou esquecido, portanto, está diretamente ligada às relações de poder que moldam essas memórias e às disputas simbólicas que determinam quais histórias são legitimadas.

Além disso, a relação entre a biblioteca e o espaço urbano em que está inserida influencia diretamente a construção da memória coletiva. Marcel e Mucchielli (2008, tradução nossa) explicam que Halbwachs aponta em *Morphologie sociale* (1938), as formas espaciais possuem uma dinâmica própria, fornecendo estabilidade e continuidade às comunidades ao longo das gerações. No caso da BPBL, sua presença no centro histórico de São Luís a vincula a uma memória urbana que vai além do próprio acervo, pois a biblioteca se torna parte da paisagem simbólica da cidade, conectando-se com os hábitos e trajetórias dos indivíduos que a frequentam. As interações no interior da instituição, assim como os acontecimentos em seu entorno, configuram-se como elementos que estruturam e reconfiguram as representações coletivas, influenciando as percepções sobre a história e a cultura local.

Por fim, os espaços públicos como a BPBL não apenas armazenam memórias, mas também regulam a forma como elas são vivenciadas e compartilhadas. O bairro, as ruas ao redor e a circulação de pessoas na biblioteca determinam os encontros e trocas de experiências que alimentam a memória coletiva. Esse fenômeno revela como as representações construídas nesses espaços não são estáticas, mas continuamente ressignificadas pelas práticas sociais e pelos grupos que os utilizam. A biblioteca, assim, não é apenas um repositório de documentos, mas um espaço de produção ativa de memórias, onde se articulam diferentes temporalidades, experiências e identidades.

Diante disso, concorda-se que a memória coletiva de uma determinada sociedade, trará elementos dos territórios e comunidades onde estão inseridas, ao passo que “[...] é composta de lembranças vinculadas a representações espaciais que refletem a maneira como ela se concebe e se preserva.” (Marcel; Mucchielli, 2008, p. 148, tradução nossa). Por exemplo, uma nação define e protege suas fronteiras, e suas memórias estão fortemente ligadas a essa configuração territorial. Isso se reflete

em celebrações de grandes conquistas militares, que reforçam a identidade nacional e a continuidade histórica desse espaço.

Dessa forma, os discursos considerados imparciais acabam por ocultar determinadas perspectivas, interesses e posicionamentos de quem os produz. Cada escolha carrega implicações para a sociedade, e a Biblioteca Pública Benedito Leite está entre as instituições responsáveis por esse processo. Portanto, os indivíduos estão continuamente submetidos a influências sutis que moldam suas percepções, atitudes, formas de convivência e até mesmo suas lembranças (Sá, 2022).

Refletir sobre a memória como a reunião de "quadros sociais" definidos e delimitados – à semelhança dos acervos de bibliotecas – implica assumir um posicionamento político. Nesse sentido, a memória é tecida por afetos e expectativas, podendo ser compreendida como um produto das relações de poder (Gondar, 2016).

Ao aplicar essa perspectiva à Biblioteca Pública Benedito Leite, observa-se que, embora ela desempenhe o papel de guardiã das memórias individual e coletiva do Estado do Maranhão, suas práticas de seleção e preservação de registros do conhecimento envolvem decisões políticas. O ato de colecionar e difundir saberes registrados em diferentes suportes implica escolher o que deve ou não ser salvaguardado. Diante disso, surge a questão: até que ponto os discursos de memória promovidos pela Benedito Leite representam, de fato, a história dos diversos grupos sociais que compõem o povo maranhense?

Apesar de ser reconhecida como um espaço de interação e pluralidade, a BPBL enfrenta o desafio de construir um acervo que contemple a diversidade de seus públicos e usuários. Para isso, é essencial promover um diálogo entre diferentes saberes e formas de conhecimento, cumprindo sua função como biblioteca pública e centro cultural. Nesse contexto, torna-se evidente que nenhuma obra, documento ou lembrança é neutra, pois todos são resultado tanto da sociedade que os produziu quanto daquela em que continuam a existir (Gondar, 2016).

Assim, é fundamental questionar não apenas o acervo da Biblioteca Benedito Leite, mas também o de outros espaços culturais, uma vez que recordar, rememorar e preservar determinadas narrativas influencia diretamente o futuro. Essas escolhas funcionam como um "penhor" da memória, determinando o que será perpetuado e o que será silenciado, evidenciando a relação entre memória e esquecimento (Pollak, 1989; Gondar, 2016).

Pollak (1989) analisa a relação dos indivíduos com seu passado a partir dos conflitos entre as perspectivas individual e coletiva, argumentando que a memória individual se forma por meio da interação com o grupo social. Para ele, a memória não é apenas um acervo pessoal de lembranças, mas um processo coletivo de seleção e interpretação do passado, no qual determinados eventos são preservados intencionalmente para reforçar identidades e delimitar fronteiras sociais entre diferentes coletividades, como partidos, sindicatos, igrejas, comunidades e nações.

Nesse contexto, as instituições e os grupos sociais efetuam um papel central na construção da memória coletiva, atuando como agentes que organizam e transmitem narrativas sobre o passado. As bibliotecas públicas, por exemplo, inserem-se nesse processo ao funcionarem como espaços de sociabilidade e troca de conhecimento, onde memórias são compartilhadas, reinterpretadas e preservadas. O valor social dessas instituições, como destaca Silveira (2014), reside justamente nessa capacidade de fomentar interações e intersubjetividades, consolidando-se como elementos fundamentais na formação da identidade coletiva.

Pollak (1992) identifica três elementos fundamentais na constituição da memória, tanto individual quanto coletiva. O primeiro deles são os "acontecimentos", que podem ser diretamente vivenciados ou assimilados por meio do grupo social, tornando-se parte da memória coletiva. Ele ressalta que alguns eventos ganham tanta relevância que se torna difícil distinguir se foram experienciados pessoalmente ou apenas herdados da coletividade. Um exemplo disso é a Greve da Meia Passagem, que, apesar de ter ocorrido em 1979, ainda integra a memória coletiva de grande parte da população maranhense. No final da década de 1970, São Luís vivenciou um período de intensa insatisfação social, refletida em mobilizações contra a carestia, pela anistia e em greves de diversas categorias (Machado, 2023).

Movimentos e lideranças políticas uniam forças em frentes estratégicas para aumentar seu poder de barganha com o governo. O movimento estudantil universitário teve papel central nesse contexto, destacando-se na Greve da Meia Passagem, que simbolizou a luta por participação popular, liberdade de expressão e a transição para a democracia. Mesmo aqueles que não participaram diretamente do movimento o reconhecem como parte da história local, sobretudo devido à sua importância na conquista do direito à meia passagem para estudantes. A forte repressão policial enfrentada pelos manifestantes e a resistência estudantil marcaram esse evento como um símbolo de luta e conquista dos direitos civis no Maranhão (Machado, 2023).

Documentos, livros e periódicos raros funcionam como pontes entre o passado e o presente, permitindo que as interações sociais continuem propagando os acontecimentos da Balaiada e consolidando suas memórias para além dos registros armazenados na Biblioteca Pública Benedito Leite (Costa, 2020).

O segundo elemento identificado por Pollak (1992) são as "pessoas" ou "personagens", ou seja, indivíduos que, mesmo não pertencendo ao mesmo espaço-tempo do observador, tornam-se figuras conhecidas e representativas na memória coletiva. No contexto maranhense, um exemplo significativo é Maria Firmina dos Reis, pioneira na literatura abolicionista brasileira e uma das primeiras romancistas negras da América Latina. Nascida em 1825, Firmina destacou-se não apenas como escritora, mas também como professora, folclorista e compositora, tendo participação ativa nos debates sobre a escravidão e a condição da mulher no século XIX. Sua obra mais notável, *Úrsula* (1859), trouxe uma abordagem inovadora ao apresentar a perspectiva dos escravizados e denunciar os horrores do tráfico negreiro, antecipando discussões que ganhariam mais tarde maior projeção na literatura brasileira. Na Biblioteca Pública Benedito Leite, seus escritos continuam sendo estudados e consultados, contribuindo para a preservação de sua memória e para o reconhecimento de sua importância na construção da identidade cultural do Maranhão (Alves, 2019).

A influência de Maria Firmina dos Reis vai além de sua produção literária, pois suas ideias e seu ativismo ainda ecoam nos debates contemporâneos sobre raça, gênero e justiça social. Sua trajetória exemplifica como personagens históricos podem se tornar símbolos fundamentais para a memória coletiva, mesmo décadas após sua morte. A ausência de registros fotográficos da autora, por exemplo, reflete as dificuldades enfrentadas por mulheres negras no acesso à visibilidade e ao reconhecimento público. No entanto, sua figura persiste na cultura maranhense e nacional, reafirmando o papel da literatura e das instituições de memória, como a Biblioteca Pública Benedito Leite, na manutenção e valorização de narrativas que, por muito tempo, foram silenciadas.

Por fim, os "lugares" também exercem um papel central na construção da memória, funcionando como marcos que evocam lembranças e experiências, independentemente da vivência direta no tempo cronológico. Pollak (1992) enfatiza a existência dos chamados "lugares de memória", espaços que se tornam referências simbólicas para indivíduos e comunidades. No caso das bibliotecas, embora sua

função primária seja a preservação e conservação de documentos, elas também estabelecem vínculos afetivos com seus usuários, ativando memórias individuais e coletivas. A Biblioteca Pública Benedito Leite, por exemplo, vai além de seu papel institucional ao se tornar um espaço de encontro, manifestação social e construção de lembranças compartilhadas. Apesar das reformas estruturais e das mudanças no entorno, ela continua sendo um ponto de conexão com o passado, evidenciando como os espaços físicos podem carregar e transmitir significados históricos e afetivos ao longo do tempo.

Os elementos que compõem a memória são essenciais para dar forma às lembranças e permitir que elas sejam continuamente resgatadas no presente. Pollak (1992) identifica esses elementos como instrumentos que ajudam a estruturar a memória coletiva, e sua aplicação pode ser observada nas práticas da Biblioteca Pública Benedito Leite. Essa instituição não apenas preserva documentos e registros históricos, mas também possibilita múltiplas formas de rememoração do passado para o povo maranhense. Assim, as bibliotecas públicas assumem um papel fundamental na preservação das narrativas de diferentes comunidades, garantindo que suas histórias não sejam esquecidas. Além disso, seus serviços educativos são essenciais para sensibilizar a sociedade sobre a importância do patrimônio material e imaterial, promovendo sua valorização e continuidade para as futuras gerações.

Na Biblioteca Pública Benedito Leite, os elementos da memória apontados por Pollak (1992) se manifestam tanto em seu acervo quanto em sua trajetória como espaço de vivências e mobilizações sociais. Ao longo de sua existência, a instituição foi palco de eventos políticos, greves e manifestações, consolidando-se como um ambiente de participação cidadã. Além disso, carrega a memória do jornalista Benedito Pereira Leite, cuja homenagem reforça sua identidade histórica. Esses aspectos fazem da biblioteca um lugar significativo nas lembranças dos cidadãos ludovicenses, fortalecendo sua conexão com a história do Maranhão.

A relação entre patrimônio, memória e bibliotecas públicas evidencia a importância dessas instituições como agentes na preservação da identidade cultural. Ao reunir documentos, registros e manifestações imateriais, as bibliotecas não apenas perpetuam testemunhos socioculturais, mas também influenciam as perspectivas futuras da sociedade. A Biblioteca Pública Benedito Leite, ao valorizar a história e os traços identitários do Maranhão, reafirma sua relevância na salvaguarda das crenças, valores e contextos sociais da região. Dessa forma, suas ações educativas e culturais

fortalecem a memória coletiva, garantindo que o conhecimento e as experiências transmitidos ao longo do tempo permaneçam vivos e acessíveis.

Os "lugares de memória" mencionados por Pollak (1992) remetem a um conceito desenvolvido pelo historiador francês Pierre Nora em seu texto *Entre memória e história: a problemática dos lugares* (1993). Segundo Gonçalves (2012), a discussão sobre esses espaços, apresentada por Nora na introdução da obra *Les lieux de mémoire*, gerou amplas polêmicas e controvérsias dentro dos estudos históricos. A noção de "lugares de memória" envolve a ideia de que determinados espaços, símbolos ou práticas são preservados como referências da identidade coletiva, servindo como marcos que registram e evocam o passado.

Nora (1993) define esses lugares como vestígios, formas extremas de uma consciência comemorativa que se mantém em meio a um processo histórico que tende a apagá-la. Ele ressalta que o tempo presente é marcado por uma obsessão com a memória e pelo chamado "dever de memória", preocupação reforçada também por Gonçalves (2012). Esse cenário reflete uma tentativa constante de preservar e resgatar elementos do passado, atribuindo-lhes significado e continuidade no presente.

Dentro dessa perspectiva, Nora (1993) destaca que museus, arquivos, cemitérios, festas, monumentos e diversas outras formas de registro atuam como testemunhos de tempos passados. As bibliotecas também podem ser compreendidas como lugares de memória, por compartilharem essa ambição moderna de arquivar, preservar e restringir memórias a espaços e objetos concretos. Assim, elas funcionam como depósitos da história, onde registros e narrativas podem ser acessados e reativados sempre que necessário, contribuindo para a manutenção e ressignificação da memória coletiva.

Nora (1998) estabelece os critérios necessários para que um fato ou objeto seja considerado um lugar de memória. Segundo ele, esses lugares possuem três dimensões fundamentais, são elas a material, funcional e simbólica (Nora, 1998):

a) Dimensão material: Os lugares de memória são manifestações culturais em seu sentido mais amplo. Não se limitam a objetos físicos, como pinturas ou livros, mas também incluem eventos passados e até mesmo momentos de silêncio. Esses elementos fazem parte da materialidade de uma determinada unidade temporal (Nora, 1998).

b) Dimensão funcional: para serem considerados lugares de memória, esses elementos devem desempenhar uma função na sociedade. Da mesma forma, o minuto de silêncio tem a função de relembrar periodicamente um acontecimento específico (Nora, 1998).

c) Dimensão simbólica: além de possuírem uma função, os lugares de memória devem adquirir um significado simbólico. Isso acontece quando determinadas ações se transformam em rituais ou quando certos locais passam a ser revestidos de um valor simbólico especial. Apenas por meio de uma elevação simbólica intencional – seja no momento de sua criação ou posteriormente – um objeto cultural se consolida como um verdadeiro lugar de memória (Nora, 1998).

Os lugares de memória surgem da necessidade de preservar lembranças em um contexto no qual a memória espontânea se enfraquece, levando à criação de arquivos e registros para sua conservação. Esses espaços atuam como mediadores entre os indivíduos e seu passado, tornando-se referências materiais da história. No entanto, essa materialização pode obscurecer a capacidade inerente da memória de estabelecer conexões naturais com o passado, subordinando-a a uma estrutura formalizada de preservação.

Nesse processo, observa-se um paradoxo, pois enquanto se busca preservar a memória, corre-se o risco de reduzi-la a uma construção artificial. Nora (1993) discute esse fenômeno ao introduzir os conceitos de "vontade de memória" ou "intenção de memória", que evidenciam a dimensão política desse jogo entre memória e história. Muitas vezes, determinados lugares são eleitos como referências memorialísticas sem realmente possuir significado autêntico para a coletividade. Isso ocorre, por exemplo, na criação de memoriais que carecem de validação popular, onde se impõe um valor simbólico sem que haja um vínculo genuíno com a experiência coletiva.

No caso das bibliotecas, embora sejam reconhecidas como lugares de memória por armazenarem materiais de grande valor histórico, é essencial que se transcenda essa função e se consolidem como espaços vivos de identidade e pertencimento. Para isso, não basta apenas reunir documentos e registros históricos; é necessário que esses testemunhos reforcem a autenticidade dos contextos aos quais pertencem, garantindo que as bibliotecas sejam, de fato, referências legítimas da memória coletiva e da construção identitária de uma sociedade.

Nora (1993) argumenta que a necessidade de um suporte material para armazenar lembranças acaba por transformar a memória em história, cristalizando-a e retirando sua espontaneidade. Ele destaca que, sempre que há rastro, distância ou mediação, já não se está no campo da memória genuína, mas sim da história. Os lugares de memória, ao fixarem recordações e rememorações, eliminam sua naturalidade e espontaneidade. Souza (2014) reforça essa ideia ao afirmar que essa materialização distancia o indivíduo de suas verdadeiras lembranças e do seu passado, comprometendo o papel da memória como gestora do tempo.

Nesse sentido, Nora (1993) aponta que a função essencial dos lugares de memória é interromper o fluxo do tempo, bloquear o esquecimento e fixar determinados eventos ou significados. Ele observa que essa tentativa de imortalizar o passado e materializar o imaterial reduz a memória a sinais estáticos, limitando sua dinamicidade. No entanto, paradoxalmente, os lugares de memória sobrevivem justamente por sua capacidade de se transformar constantemente, adquirindo novos significados e ramificações ao longo do tempo.

A memória, portanto, não pode ser rigidamente cristalizada, pois seu caráter essencial é dinâmico e subjetivo. Nora (1993) reforça essa ideia ao caracterizá-la como um fenômeno dialético, resultado de interações, distorções e sensibilidades que a mantêm viva no presente. Ela é sustentada pela afetividade e pela experiência individual, alimentando-se de lembranças fragmentadas, projeções e até mesmo omissões. Dessa forma, a memória se apresenta como um elo entre passado e presente, sempre em movimento e em constante ressignificação.

Diante disso, depreende-se que cada indivíduo escolhe seus próprios locais de lembrança com base no repertório disponível. A diversidade desses locais impede a criação de uma hierarquia ou ordenação que busque formar uma história coerente ou atribuir significado. Além disso, a distância entre o passado e o presente é grande demais para que esses locais ainda despertem reações no observador contemporâneo que não sejam apenas sentimentais. Portanto, os lugares de memória são sinais que não apenas evocam aspectos do passado que precisam ser lembrados, mas também indicam a ausência da memória viva (Erll, 2012, tradução nossa).

Os lugares de memória não devem ser encarados apenas como espaços estáticos que acumulam poeira, mas sim como territórios dinâmicos, onde discursos são resgatados, reinterpretados e multiplicados. Eles carregam as marcas de um tempo passado, refletindo valores, conceitos, relações de poder, rituais e

ressignificações sociais (Foucault, 2014). Nesse contexto, Jacob (2008) aponta que as bibliotecas, especialmente a Biblioteca Pública Benedito Leite, exercem um papel fundamental ao viabilizar o diálogo entre passado e presente, promovendo a criação, inovação e preservação do conhecimento. Para que essa função se efetive em benefício da coletividade, a Educação Patrimonial surge como uma ferramenta essencial, sendo incorporada por meio dos serviços educativos oferecidos pela biblioteca.

As representações presentes nos acervos, sejam obras, artefatos ou patrimônios, não são estáticas, mas se transformam conforme as relações estabelecidas pelos indivíduos que interagem com elas. A mediação cultural, incluindo atividades educativas voltadas para o patrimônio permite que novos sentidos sejam produzidos. Dessa forma, ao entrar em contato com esses registros, os indivíduos não apenas absorvem conhecimento, mas também reconstroem sua própria compreensão sobre si mesmos e sobre o meio em que estão inseridos. Pontua-se, assim, que os lugares de memória não se restringem às áreas clássicas e típicas, às mídias e às formas sociais da história como disciplina. Os lugares de memória são, ao contrário, um objeto de estudo capaz de atrair a atenção de representantes das mais diversas disciplinas, como ratificado por Erll (2012, tradução nossa).

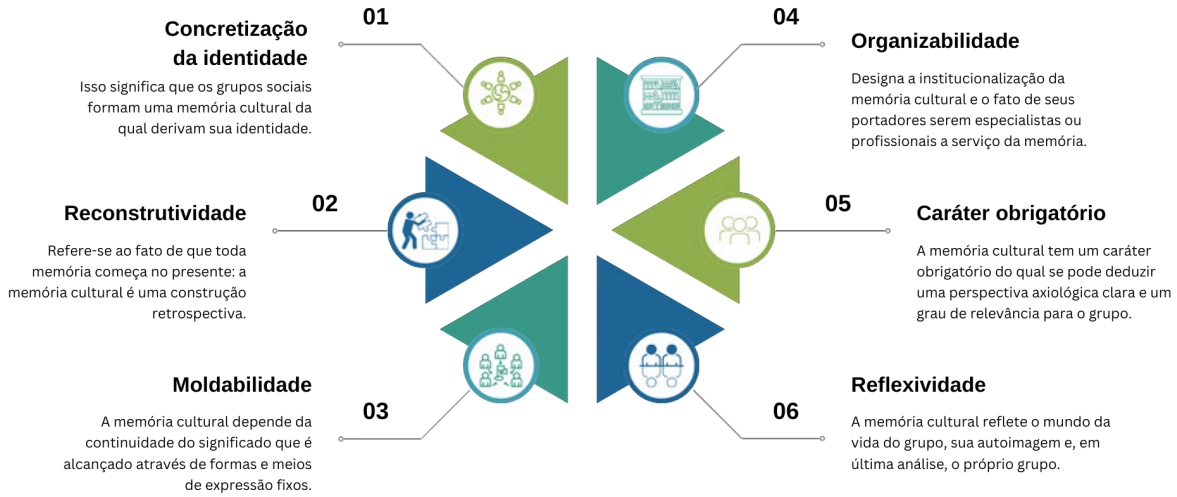
A memória, nesse sentido, pode ser compreendida como a faculdade que traz ao presente experiências passadas, criando a ilusão de que é possível reviver o que já aconteceu e tornando o passado uma presença acessível (Souza, 2014). Sarlo (2007) reforça essa ideia ao destacar que a memória constrói o presente a partir das relações que estabelece com o passado, um movimento essencial para a percepção da temporalidade. Le Goff (2013) complementa essa visão, ressaltando a importância desse jogo entre lembrança e esquecimento na formação da consciência histórica e na construção identitária dos indivíduos e das sociedades.

A memória está ligada à existência de um passado, por ser a partir dele que se estabelecem conexões e relações significativas. Sem um passado, a memória não pode se constituir. Nesse sentido, bibliotecas, arquivos e museus não são apenas espaços de armazenamento de registros históricos, mas também lugares de memória que funcionam como gatilhos para a revisitação do passado. Essas instituições possibilitam que os indivíduos se apropriem de suas histórias e, a partir desse processo, projetem seu futuro e direcionem suas ações em diferentes perspectivas.

Esses espaços possuem um caráter dialético, conduzindo os sujeitos à reflexão e ao rompimento de barreiras temporais (Jacob, 2008). Neles, é possível perceber não apenas as transformações nos suportes que registram o conhecimento, mas também a forma como a memória individual se constrói em diálogo com as percepções coletivas e a memória histórica, ou seja, a memória social (Halbwachs, 2006). Dessa forma, as bibliotecas públicas assumem um papel fundamental na difusão de um passado que está em constante reconstrução, vivificação e ressignificação (Halbwachs, 2006; Souza, 2014), reforçando sua importância como agentes da preservação e transformação da memória coletiva.

A teoria da memória cultural, desenvolvida por Aleida e Jan Assmann no final da década de 1980, destaca-se por sua abordagem sistemática e conceitualmente diferenciada sobre a relação entre cultura e memória. Embora controverso no mundo de língua alemã, o conceito de memória coletiva tem sido amplamente debatido nos estudos culturais, especialmente por sua conexão com identidade e legitimação política. Seu impacto vai além da teoria, por criar um campo de pesquisa interdisciplinar que reúne áreas como história, estudos clássicos, história da arte, sociologia e literatura (Erll, 2012, tradução nossa). Adicionalmente, é possível compreender a teoria da memória cultural, a partir de um conjunto de características apontadas por Assmann (2008), conforme pode ser observado na Figura 24, a seguir:

Figura 24 – Características da memória cultural



Fonte: Assmann (2008).

A Figura 24 ilustra seis características da memória cultural, elementos-chave na formação da identidade de um grupo, que contribuem para a estruturação do

conceito de memória cultural. Desse modo, pontua-se que os meios que sustentam a identidade e a memória, conforme explicitado nas características descritas na Figura 24, são essenciais para consolidar e transmitir a autoimagem de um grupo, seu conhecimento do passado (compartilhado coletivamente, mas não exclusivamente) e sua consciência de unidade e singularidade (Assmann, 2008; Erll, 2012, tradução nossa).

Ao destacar a relação entre memória cultural, construção coletiva de identidade e legitimação política, a teoria de Assmann permite compreender fenômenos que têm sido de grande interesse para os estudos culturais desde a década de 1980. Além disso, o conceito de memória cultural cria um campo de pesquisa compartilhado, no qual diferentes disciplinas – como história, estudos clássicos, estudos religiosos, história da arte, estudos literários e sociologia – podem convergir (Assmann, 2008). Dessa forma, Erll (2012, tradução nossa) explica que a teoria estabelece uma base comum que possibilita o diálogo entre áreas tradicionalmente separadas, unindo-as em torno de um interesse epistemológico compartilhado.

A teoria de Assmann (2008) explora a relação entre memória cultural, identidade coletiva e legitimação política, temas centrais nos estudos culturais desde a década de 1980. Além disso, ao criar um campo de pesquisa comum, permite a convergência de diversas disciplinas, como história, sociologia e literatura, promovendo o diálogo entre áreas tradicionalmente separadas.

O conceito de memória cultural, formulado por Assmann, destaca seu caráter artificial e estruturado, ancorado em objetivações fixas, como textos, ritos e imagens. Essa memória não apenas estabiliza a identidade de um grupo, mas também molda sua visão do passado e sua consciência coletiva. No entanto, sua fixidez pode ser questionada, pois, embora pretenda garantir continuidade, está sujeita a interpretações e reconfigurações ao longo do tempo. Assim, a memória cultural não é um mero depósito de significados estáticos, mas um campo dinâmico onde disputas sobre identidade e pertencimento se manifestam (Assmann, 2008; Erll, 2012, tradução nossa).

O avanço das mídias memorativas torna cada vez mais complexos os processos de construção, preservação e proteção da memória coletiva. Segundo Assmann (2011), a memória é um fenômeno dinâmico, constantemente reformulado, que não se limita à simples reprodução do passado, mas também atua como meio de produção e transmissão de conhecimento. Não existe uma essência fixa da memória.

Ela não é exclusiva dos indivíduos, mas também se manifesta em grupos e diversas coletividades. Os modos de recordar são culturalmente construídos, variando ao longo do tempo e de acordo com o contexto sociocultural em que são elaborados.

Esse processo de construção da memória remonta à antiguidade. Cícero foi um dos primeiros a demonstrar a transição dos lugares da memória para os locais da recordação, ao perceber, a partir de sua própria experiência, que as impressões captadas em um cenário histórico eram "mais vivas e atenciosas" do que aquelas assimiladas apenas pela leitura ou pelo relato de terceiros. Nessa teia, há dois conceitos essenciais para a memorização: as *imagines* (figuras), que auxiliam na fixação afetiva de determinados conteúdos do saber, e os *loci* (locais), que permitem organizar essas informações de forma estruturada, facilitando sua recuperação posterior.

> Mesmo quando os locais não têm em si uma memória imanente, ainda assim fazem parte da construção de espaços culturais da recordação muito significativos. E não apenas porque solidificam e validam a recordação, na medida em que a ancoram no chão, mas também por corporificarem uma continuidade da duração que supera a recordação relativamente breve de indivíduos, épocas e também culturas, que está concretizada em artefatos. (Assmann, 2011, p. 318).

Os espaços culturais, como as bibliotecas públicas, exemplificam a ideia de Assmann (2011) de que certos locais, mesmo sem uma memória imanente, tornam-se fundamentais na construção da recordação coletiva. A biblioteca, por si só, não "lembra", mas serve como um ponto de ancoragem para as memórias de seus frequentadores. Livros, documentos e registros preservam saberes que avançam gerações, garantindo a continuidade do conhecimento para além das lembranças individuais. Além disso, as experiências compartilhadas nesses espaços – o estudo em silêncio, a descoberta de uma obra marcante ou o simples ato de folhear páginas envelhecidas – criam uma memória coletiva entre aqueles que os frequentam. Assim, a biblioteca não apenas valida e solidifica a recordação, mas também se torna um elo entre diferentes tempos e culturas, perpetuando histórias e saberes por meio de seus artefatos e práticas.

A biblioteca pública, assim como outros espaços de memória, pode sofrer transformações, abandono ou até destruição, mas sua história não se encerra com isso. Como afirma Assmann (2011, p. 328), "locais da recordação são fragmentos irrompidos da explosão de circunstâncias de vida perdidas ou destruídas", pois,

mesmo quando deixados para trás, eles preservam vestígios materiais que alimentam novas narrativas e se tornam referências para a construção da memória cultural.

Essa perspectiva reforça a ideia de que a memória não reside apenas no espaço físico, mas nos significados que ele carrega e nas conexões que as pessoas estabelecem com ele. Assim, uma biblioteca fechada ou em ruínas ainda pode ser lembrada por aqueles que ali passaram horas de estudo, descobriram livros transformadores ou compartilharam experiências. Os objetos remanescentes – prateleiras vazias, livros esquecidos, registros históricos – tornam-se gatilhos para novas interpretações e reconstruções da memória coletiva, demonstrando que os espaços culturais continuam a exercer influência mesmo após sua aparente dissolução.

A teoria da memória cultural de Assmann (2011) nos ajuda a compreender como os espaços, objetos e narrativas moldam a identidade coletiva e garantem a continuidade das lembranças ao longo do tempo. No entanto, em um mundo cada vez mais globalizado e interconectado, a memória passa a ser tensionada por novos desafios, como a interculturalidade, a reorganização do Sul Global e a polarização política em diferentes nações. Diante da hegemonia de narrativas dominantes, muitas memórias locais e periféricas podem ser apagadas ou ressignificadas.

Nesse contexto, a memória emerge como um ato de resistência, não apenas para preservar identidades e histórias marginalizadas, mas também para questionar estruturas de poder que determinam o que deve ser lembrado e o que pode ser esquecido. Assim, pensar a memória na contemporaneidade exige uma abordagem crítica que dialogue com múltiplas vozes e enfrente os dilemas impostos por um mundo em transformação.

Yepes e Estrada (2023) destacam as implicações da organização social no desenvolvimento e na construção da memória, indo além de suas dimensões subjetiva, intersubjetiva e dos quadros sociais que a influenciam. Segundo os autores, quanto mais polarizada for a sociedade, mais divergentes e contrastantes serão as memórias dos diferentes grupos. Nesse sentido, observa-se que “[...] as tensões entre grupos populacionais fazem com que as memórias se bifurquem, produzindo assim uma multiplicidade de memórias que se contradizem.” (Yepes; Estrada, 2023, p. 232).

A hierarquia entre grupos define quais memórias são legitimadas e quais são marginalizadas ou apagadas. Narrativas alinhadas ao poder dominante são incorporadas à história oficial, enquanto memórias dissidentes são silenciadas. Na

América Latina, isso se reflete na valorização das versões eurocêntricas da colonização, em detrimento das perspectivas indígenas, e na negação de crimes de ditaduras, como no Brasil e na Argentina. No entanto, essas memórias resistem por meio de movimentos sociais, como a luta dos povos indígenas por reconhecimento histórico e dos familiares de desaparecidos políticos pela justiça e preservação da verdade.

No Brasil, um exemplo marcante é a memória da ditadura militar (1964-1985). Enquanto o regime e seus apoiadores construíram uma narrativa que minimiza a repressão e exalta o "milagre econômico", as vítimas da violência estatal enfrentaram décadas de silenciamento. Apenas com a mobilização de familiares de mortos e desaparecidos, movimentos sociais e a Comissão Nacional da Verdade (2011-2014), algumas dessas memórias ganharam espaço oficial. No entanto, a disputa persiste, com tentativas de negar ou relativizar os crimes da ditadura, evidenciando como a memória histórica segue sendo um campo de luta política e social. Thiesen (2023) discute essa realidade ao destacar os esforços para inscrever na memória coletiva os acontecimentos do período militar no Brasil, cujas lacunas, distorções e silenciamentos ainda são comuns.

Essa conjectura implica em se analisar os usos políticos da memória no contexto da “reorganização da hegemonia mundial”, na qual, segundo Yepes e Estrada (2023), a ordem bipolar do pós-Segunda Guerra está sendo substituída por um modelo global, hegemônico, como a combinação de coerção e consenso para manter o poder. Em uma dimensão totalitarista, segundo os autores, operava em uma lógica binária, distinguindo um Estado dominante e um “outro” dispensável. Por exemplo, no nazismo, essa exclusão se baseava na raça; no comunismo stalinista, na figura do dissidente. Ambos desenvolveram estratégias de extermínio para eliminar grupos considerados indesejáveis.

O modelo global surge quando a ilusão de uma ordem unipolar se desfaz, e a hegemonia do capitalismo passa a ser dominada por corporações transnacionais, em vez de Estados nacionais. Isso implica em uma concentração de poder e riqueza, ampliando também a exclusão social. A democracia, portanto, é usada para justificar a penetração dessas corporações, enquanto modelos protecionistas são enfraquecidos. O Estado, embora não eliminado, é instrumentalizado por elites que recorrem à violência, usando a "guerra ao terrorismo" e o sistema prisional para

reprimir resistências. Nesse arranjo, a comunicação tem papel central, funcionando como mecanismo de dominação e controle ideológico (Yepes; Estrada, 2023).

Yepes e Estrada (2023) afirmam que a comunicação tem a função de legitimar o sistema hegemônico, alinhando-se às corporações e ao Estado. Como o poder não se concentra mais em um único ponto, mas em redes transnacionais, a hegemonia global intensifica a concentração de riqueza e a exclusão, ao passo em que o público e o Estado se subordinam aos interesses privados. O potencial político da memória desvela-se nesse novo modelo, o qual tenta se desvincular do anterior, mas inevitavelmente mantém continuidades. Ou seja, Yepes e Estrada (2023) explicam que a memória, nesse contexto, conecta passado e presente, podendo tanto resgatar o que foi apagado quanto aprisionar o presente no passado.

A memória de um acontecimento muda conforme o momento em que é reconstruída, funcionando como um mecanismo dinâmico que reorganiza constantemente a história. Isso levanta a questão da fidelidade da memória, já que seu papel não é simplesmente reproduzir o passado, mas permitir aprendizado e reflexão. Tal entendimento conduz à afirmação de que a memória pode servir tanto à resistência quanto à manutenção da ordem hegemônica. Logo, tal categoria não é positiva ou negativa, pois seu uso pode até justificar atrocidades. Para evitar isso, a memória deve sempre ter a justiça e o aprendizado como horizonte, tornando-se a exemplar (Yepes; Estrada, 2023).

Os processos de memória estão ligados às experiências de pessoas que sofreram violações extremas de direitos, sendo, portanto, essenciais na luta pelos direitos humanos. Diante disso, evidencia-se uma dupla função da memória, pois ela permite identificar a continuidade de formas de violência e revela-se, inclusive, fundamental para combatê-las. Traz-se, novamente, a realidade da América Latina como exemplo, a busca por justiça para vítimas das ditaduras militares, como no Chile, no Brasil e na Argentina, onde a memória das perseguições e desaparecimentos forçados impulsiona políticas de reparação. Nesses termos, observa-se que no Sul Global, a memória também é usada para denunciar a violência colonial, como nas lutas indígenas contra a expropriação de terras.

A memória, enquanto construção social narrativa, está diretamente ligada ao poder e à legitimidade de quem a enuncia. Como aponta Bourdieu (2018), a força de um discurso depende da autoridade de seu emissor e das instituições que o reconhecem ou silenciam. A memória atua como resistência contra determinados

regimes totalitários que buscam distorcer a verdade e silenciar as vítimas. Mais do que um direito, torna-se um dever reverter esses apagamentos. Assim, diferentes grupos lutam para oficializar suas versões do passado, buscando ampliar sua influência e reconhecimento.

Muitas vezes, memórias silenciadas emergem em momentos de transformação política, revelando histórias reprimidas ou traumáticas. No entanto, essas disputas não se limitam a um embate entre a memória oficial e a da sociedade civil. Em períodos de transição, o próprio Estado abriga múltiplas leituras conflitantes sobre o passado, que se articulam com os diferentes projetos políticos para o futuro. Dessa forma, a memória não é estática, mas um campo de disputa onde narrativas são constantemente negociadas, reinterpretadas e instrumentalizadas conforme os interesses dos atores envolvidos (Jelin, 2002, tradução nossa).

Diante disso, concorda-se com Yepes e Estrada (2023), ao ressaltarem que, para os testemunhos serem compreendidos, é necessário um quadro narrativo que os torne inteligíveis e uma comunidade disposta a ouvi-los. Memórias silenciadas só emergem quando há linguagem e contexto que permitam sua evocação e reconhecimento coletivo. A esse respeito, Duque Cardona, Muñoz Mazo e Lopera Mazo (2023, p. 293) pontuam que,

> É preciso entender que a memória contida em cada informação inscrita tem uma linguagem particular e que essa linguagem determina a natureza da informação, determina a forma como devemos interpretá-la e abre um horizonte de problemas quanto ao conhecimento de nossas comunidades e a forma de comunicá-las.

Compreender a memória como registro de informação exige considerar o contexto cultural, comunitário e histórico em que foi produzida. Isso implica reconhecê-la nos processos de circulação do conhecimento e apropriação social. Assim, a Biblioteconomia e a Ciência da Informação devem atualizar seu olhar, valorizando a memória como um elemento essencial para a preservação e interpretação da informação. Nesse sentido, a Biblioteconomia e a Ciência da Informação devem assumir um papel ativo na recuperação das memórias historicamente marginalizadas na América Latina e no Caribe. Isso significa resgatar narrativas silenciadas e dar visibilidade às vozes que foram apagadas pelos processos coloniais. A linguagem, antes usada como instrumento de dominação, pode agora ser um meio de reafirmação cultural e de reconstrução identitária, promovendo a valorização da diversidade e do conhecimento local (Duque Cardona; Muñoz Mazo; Lopera Mazo, 2023).

As bibliotecas públicas, nesse contexto, ocupam um papel fundamental na recuperação e valorização dessas memórias silenciadas. Mais do que simples repositórios de informação, elas podem atuar como espaços de resistência, preservação cultural e democratização do conhecimento. Ao incorporar acervos que reflitam a diversidade de saberes e tradições locais, promovendo narrativas que foram historicamente marginalizadas, as bibliotecas públicas contribuem para a reconstrução identitária das comunidades. Além disso, por meio de ações educativas e culturais, podem estimular o acesso crítico à informação, fortalecendo a autonomia dos indivíduos e fomentando o diálogo intercultural. Assim, tornam-se agentes ativos na ressignificação da memória coletiva, desafiando estruturas coloniais e ampliando o reconhecimento de diferentes formas de conhecimento.

Dessa forma, ao considerar a memória em sua relação com as bibliotecas públicas, é essencial refletir sobre como esses espaços participam da composição de referenciais identitários. A partir dos discursos e das práticas rememorativas das pessoas que os frequentam, as bibliotecas não apenas preservam e disponibilizam acervos, mas também atuam como territórios vivos de construção e disputa de sentidos sobre o passado. Nesse contexto, a identidade se apresenta como uma categoria teórica relevante para compreender essas dinâmicas e suas implicações na valorização da memória coletiva.

6.2 IDENTIDADE(S): DEFINIÇÕES E REFERENCIAIS IDENTITÁRIOS

Compreender as representações que a Biblioteca Pública Benedito Leite tem em São Luís e suas repercussões na construção de referenciais identitários requer uma discussão sobre a categoria identidade. Observa-se que os debates em torno dessa temática têm se tornado cada vez mais frequentes no campo das Ciências Sociais, especialmente nos estudos culturais. A década de 1990, marcada por intensas transformações, enfrentou o desafio de explicar mudanças impulsionadas por sociedades em constante movimento, caracterizadas por diversidade, culturas híbridas e grupos heterogêneos. Paralelamente, emergiu a necessidade de valorização de grupos minorizados, cujas identidades foram historicamente construídas sob o peso do colonialismo, silenciadas e forjadas em contextos de opressão.

Parte-se da assertiva de que a concepção de identidade está diretamente relacionada à concepção de cultura. Na visão pós-moderna, a fragmentação e fluidez da cultura refletem a instabilidade e plasticidade da identidade. Embora não seja o intento desta seção, mas para fins de contextualização, acentua-se que o conceito de cultura se transformou no decorrer do tempo. Inicialmente entendido como padrões de comportamento aprendidos, passou a ser visto, a partir de Geertz (2008), como um conjunto de significados que as pessoas criam e compartilham, comparando-o a uma "teia de significados" tecida pelos próprios seres humanos. Para o autor, o estudo da cultura não se limita à busca por leis ou regramentos fixos, como fazem as ciências experimentais, mas é um processo interpretativo e compreensivo desses significados, cujas expressões sociais adquirem sentido dentro de um contexto específico.

Concorda-se com Giménez (1997, tradução nossa) ao afirmar que a concepção simbólica da cultura continua predominante, embora sujeita a variações e reformulações. Um exemplo disso é a definição de cultura proposta por John B. Thompson, baseada na perspectiva de Geertz. Nas palavras daquele autor, “[...] a cultura de um grupo ou sociedade é o conjunto de crenças, costumes, ideias e valores, bem como os artefatos, objetos e instrumentos materiais, que são adquiridos pelos indivíduos enquanto membros de um grupo ou sociedade. [...]” (Thompson, 2009, p. 173).

Nesse sentido, a cultura pode ser entendida como o conjunto de formas simbólicas e de práticas por meio das quais os indivíduos se comunicam entre si e compartilham suas experiências, crenças e valores. Esses sistemas simbólicos não existem de maneira isolada, mas são continuamente produzidos, transmitidos e interpretados em contextos sociais e históricos específicos, estando sempre permeados por relações de poder, disputas e conflitos (Thompson, 2009).

Thompson (2009) enfatiza que os sistemas simbólicos, os sentidos e os significados são constantemente produzidos, transmitidos e interpretados em múltiplos contextos sócio-históricos, estando sempre atravessados por relações de poder, disputas, contrastes e conflitos. Faz-se essa afirmação no cerne do entendimento de que os modelos simbólicos são mobilizados em contextos específicos, justamente para estabelecer relações de dominação, ou seja, ideologia na perspectiva de Thompson (2009).

Segundo Strauss e Quinn (2001, tradução nossa), o significado cultural consiste em interpretações recorrentes e amplamente compartilhadas, internalizadas

pelos indivíduos por meio de esquemas cognitivos – estruturas mentais que organizam e armazenam conceitos na memória. A partir dessa perspectiva, distingue-se entre a "cultura pública", acessível externamente, e os "esquemas cognitivos", interiorizados pelos sujeitos. Em consonância com Bourdieu, Chartier e Darnton (1985, tradução nossa), essa relação reflete a dinâmica entre as formas objetivadas e incorporadas da cultura, onde os esquemas internalizados orientam a percepção e a ação, mas também são continuamente moldados pela experiência social e histórica. Essas dimensões são interdependentes, visto que a cultura pública influencia a formação dos esquemas individuais, enquanto esses, por sua vez, se objetivam na cultura pública ao longo do tempo, reproduzindo e transformando as práticas sociais. Em síntese, a cultura pode ser compreendida como uma organização social do sentido, interiorizada pelos indivíduos como esquemas mentais relativamente estáveis e expressa em formas simbólicas em contextos históricos e sociais específicos.

Os sentidos e os valores são fundamentais para a estruturação das ações e da comunicação humana, influenciando a maneira como os indivíduos percebem a si mesmos e aos outros. A cultura, nesse contexto, é composta por elementos explícitos e implícitos, ambos essenciais para a forma como os sujeitos se situam no mundo. Os elementos explícitos incluem a linguagem, os símbolos, os rituais, os objetos, os gestos e as práticas cotidianas, como o trabalho e o lazer – aspectos visíveis que orientam a vida social. Já os elementos implícitos englobam os sentidos, as crenças, os valores, os medos e a visão de mundo, dimensões mais subjetivas que moldam as formas de interpretar a realidade e de estabelecer vínculos sociais.

Em síntese, a cultura pode ser compreendida como a organização social do sentido, interiorizada em forma relativamente estável pelos sujeitos em forma de esquemas ou de representações compartilhadas, e objetivada em formas simbólicas, tudo em contextos historicamente específicos e socialmente estruturados. Sendo assim, esses pressupostos influenciam diretamente a maneira como os indivíduos constroem suas referências simbólicas e interagem em diferentes contextos culturais. A forma como esses elementos são interiorizados e ressignificados ao longo do tempo impacta a maneira como cada pessoa se percebe e se posiciona em relação ao coletivo, demonstrando que os significados culturais são dinâmicos e em constante transformação.

Giménez (1997, tradução nossa) explica que o conceito de identidade é relativamente recente nas ciências sociais, tornando-se mais frequente a partir de

1968, embora seus elementos já estivessem presentes na tradição socioantropológica clássica. Sua explicitação crescente, especialmente nas últimas décadas, está relacionada ao surgimento de movimentos sociais que reivindicam identidade como forma de contestação ou busca por autonomia. Segundo o autor, a crise do Estado-nação e os impactos da globalização, como a transnacionalização de fronteiras e os fluxos migratórios, intensificaram as discussões sobre identidade cultural e social, tornando-a um conceito ainda mais relevante para a análise teórica e empírica.

Hall (2014, 2006) explica que as identidades tradicionais, que por muito tempo deram estabilidade ao mundo social, estão enfraquecendo. Com isso, novas identidades surgem, fazendo com que o indivíduo, antes visto como uma unidade coesa, se torne mais fragmentado, visto que a identidade não é um núcleo imutável do sujeito, mas algo que se constrói e reconstrói constantemente. Para o autor, essa dita "crise de identidade" é parte de uma transformação maior, que está alterando as estruturas e os processos fundamentais das sociedades modernas, abalando os pontos de referência que antes ofereciam às pessoas uma base segura na vida social.

Diante disso, inicia-se o debate desta seção ciente de que o conceito de identidade é demasiadamente complexo e requer pensar e fazer interface com diferentes campos do conhecimento, por conformar um sistema heterogêneo de perspectivas filosóficas, políticas, sociológicas, culturais, ou seja, transversalizado por um paradigma cultural de não rigidez, flutua no ar (Hall, 2014, 2006; Bauman, 2005). Nesses termos, afirma-se que a identidade é como entendemos quem somos, quem os outros são e como os outros nos veem, além de como eles se enxergam. Essa compreensão não é fixa, mas algo que se constrói por meio de acordos, diferenças e mudanças constantes (Jenkins, 2008, tradução nossa).

A identidade é compreendida de diferentes maneiras por diversos teóricos. Para Giddens (2002), a identidade do *Self* é um projeto tipicamente moderno. Trata-se de um esforço reflexivo do indivíduo para construir uma narrativa pessoal que lhe permita entender a si mesmo e exercer controle sobre sua vida e seu futuro, mesmo em condições de incerteza.

Giménez (1997, 2004, tradução nossa) reforça a importância do contexto cultural na formação das identidades. Segundo ele, o conceito de identidade está filiado à cultura, uma vez que as identidades só podem se desenvolver a partir das culturas ou subculturas às quais o indivíduo pertence ou nas quais participa. Castells (2002), em *A Sociedade em Rede*, discute a identidade como "a fonte básica de

significado social" em um contexto caracterizado pela globalização e pela fragmentação social. Segundo ele, a identidade pode ser coletiva ou individual, atribuída ou construída, e se torna ainda mais relevante em tempos de desestruturação das instituições e enfraquecimento dos movimentos sociais. O autor aponta que, cada vez mais, as pessoas organizam seu significado não em torno do que fazem, mas com base no que são ou acreditam ser.

Adiante, complementa essa perspectiva em *O Poder da Identidade*, afirmando que, no caso dos atores sociais, a identidade é a construção de significado com base em um ou mais atributos culturais, priorizados em relação a outros, portanto, “Entende-se por identidade a fonte de significado e experiência de um povo.” (Castells, 2018, p. 60). Nesses termos, essa construção, realizada pelo próprio indivíduo, representa uma forma de autodefinição.

Ao pensar sobre quem somos, essa reflexão nos leva a considerar vários aspectos que nos moldam, nossa biologia, família, educação e o ambiente social. Esses elementos formam o que sentimos ser o nosso "Eu" – algo que vivenciamos como uma parte essencial de nós mesmos e que nos acompanha ao longo do tempo e das experiências, influenciando quem somos em profundidade (De la Torre; Fernández, 2007, tradução nossa). Segundo os autores, a identidade se expressa de forma mais plena na diversidade. O desenvolvimento da identidade ocorre, sobretudo, por meio da alteridade, ou seja, pela interação com o outro e com a natureza. É dessa relação que emerge a diversidade, manifestada em diferentes maneiras de ser, agir e nos diversos estilos de vida.

A construção da identidade toma contornos mais complexos e diversificados ao passo em que os indivíduos se valem das manifestações e expressões culturais nos grupos em que estão inseridos, bem como na sociedade como um todo. Woodward (2014, p. 25) denuncia que “As mudanças e transformações globais nas estruturas políticas e econômicas no mundo contemporâneo colocam em relevo as questões de identidade e as lutas pela afirmação e manutenção das identidades nacionais e étnicas.” Dessa forma, adentra-se em uma teia marcada por disputas, contradições e de impactos profundos no processo de construção da identidade (Giménez, 2001, tradução nossa).

Na busca por estabelecer uma compreensão de identidade para este estudo, traz-se o entendimento de Hall (2006), ao distinguir três concepções de identidade, conforme sistematizadas no Quadro 7:

Quadro 7 - Concepções de Identidade segundo Stuart Hall

Concepção de Identidade	Características principais	Autores
Sujeito do Iluminismo	- Indivíduo centrado, unificado e racional. - Possui um núcleo interior essencial e contínuo ao longo da vida. - Identidade vista como fixa e estável. - Concepção individualista, geralmente associada ao masculino.	Filosofia Iluminista
Sujeito Sociológico	- Identidade formada na interação com a sociedade e a cultura. - O sujeito tem um núcleo interno, mas este é moldado pelos valores e significados culturais. - Identidade como um elo entre o "interior" (indivíduo) e o "exterior" (sociedade). - Torna os sujeitos e os mundos culturais mais previsíveis e unificados.	G.H. Mead, C.H. Cooley, interacionismo simbólico
Sujeito Pós-Moderno	- Identidade fragmentada, múltipla e em constante transformação. - Não há um "eu" fixo, mas diferentes identidades em diferentes contextos. - Processo de identificação tornou-se instável e provisório. - Identidade é uma construção histórica e narrativa, não biológica.	Stuart Hall (1987, 1990)

Fonte: Hall (2006).

A perspectiva do sujeito iluminista centra-se em um sujeito completo, dotado de todas as capacidades de razão, consciência e ação, portanto, imutável em termos de identidade, a qual nascia consigo e era levada pelo resto da vida. A visão sociológica evidencia um sujeito interacionista e simbólico, ao passo que possui um núcleo interno e externo que se conecta por meio de valores e significados culturais.

Nas palavras de Hall (2006, p. 12), “[...] nessas identidades culturais, ao mesmo tempo que internalizamos seus significados e valores, tornando-os "parte de nós", contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural.” No entanto, esses elementos estabilizadores e conformadores dos mundos culturais estão se modificando, se fragmentando, dando espaço para múltiplas identidades – subjetivas e contraditórias -, cujos processos e referenciais identitários estão moldando-se, tornaram-se provisórios, variáveis e questionáveis, como bem ressalta o autor.

Os elementos estabilizadores apontados por Hall (2006) deram lugar ao que Silveira (2014) chama de referenciais identitários – contextualização que se faz necessária por ser uma categoria que será reportada com frequência nesta tese. Entende-se que essa ressemantização se deve à conjuntura de fragmentação posta

pelo mundo contemporâneo, que por sua vez introduz enquadramentos, interações e socialidades distintas (Silveira, 2014).

Segundo Silveira (2014, p. 118), “[...] o indivíduo globalizado passa a designar a identidade como um discurso em permanente processo de elaboração. [...] ou seja, como uma produção que nunca se completa, formada e transformada no interior das representações.” Sendo assim, os símbolos, os lugares, as fontes e os modelos aos quais os indivíduos se valem para se reconhecerem lançam-se a processos de disputas, negociações, incoerências, deslocamentos e dissoluções, muitas vezes mal coordenados, visto que “[...] o "pertencimento" e a "identidade" não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis [...]” (Bauman, 2005, p. 17).

Se “as ‘identidades’ flutuam no ar” (Bauman, 2005, p. 19), os referenciais identitários assumem diferentes posicionamentos, transitam em territórios múltiplos, circulam em espaços onde a vida é refletida, ganha sentido e significação, como bem explica Silveira (2014).

Hall (2014, p. 120) afirma que o “[...] sujeito é produzido ‘como um efeito’ do discurso e no discurso, no interior de formações discursivas específicas [...]”, logo Silveira (2014) explica que os referenciais identitários não são entidades fixas ou permanentes, mas sim construções discursivas em constante transformação. Elas emergem das representações simbólicas que utilizamos para nos posicionar socialmente, refletindo a complexidade das interações humanas. Dessa forma, a identidade não pode ser reduzida a um único significado ou interpretação, pois sua natureza é fluida e multifacetada. É justamente essa maleabilidade que evidencia o caráter dinâmico das identidades, sempre moldadas por contextos e relações sociais. Assim, compreender a identidade exige reconhecer sua construção simbólica e sua contínua renegociação no tecido social.

A identidade nacional exemplifica claramente a natureza fluida e construída das identidades. O significado de "ser brasileiro" não é fixo ou permanente, mas sim um conceito que se transforma conforme o contexto histórico, social e cultural. Em diferentes momentos, essa identidade pode enfatizar a diversidade e a miscigenação, enquanto em outros pode ser reduzida a estereótipos, como a paixão pelo carnaval e pelo futebol. No entanto, essas representações não são neutras nem imutáveis; elas estão em constante negociação, sendo disputadas e ressignificadas ao longo do tempo. Ademais, a identidade nacional não possui um único significado universal, pois

para alguns, pode simbolizar resistência e luta por direitos, enquanto para outros pode estar associada ao patriotismo ou a identidades regionais.

Dessa forma, entender a identidade nacional exige reconhecê-la como uma construção discursiva dinâmica, sempre influenciada por relações de poder e pelos discursos que a moldam. Nesse sentido, o autor afirma que

> [...] o movimento de constituição de referenciais identitários acaba por refletir menos o que nós somos (estado), e mais o que nos tornamos (processo). Servem, também, como um indicativo de que essa constituição se dá sempre de maneira coletiva e relacional, o que equivale a dizer que a identidade emerge não tanto de um centro interior, de um eu verdadeiro e único, mas do diálogo entre os conceitos, definições e práticas apresentadas para nós pelos discursos de uma cultura e pelo nosso desejo (consciente ou inconsciente) de responder aos apelos feitos por estes significados, de sermos interpelados por eles, de assumirmos ou contestarmos as posições de sujeito formuladas por nós e para nós. (Silveira, 2014, p. 120).

Silveira (2014) reforça como os referenciais identitários estão imbricados em um processo dinâmico e relacional, influenciado pelos discursos culturais. Nas bibliotecas públicas, por exemplo, esse processo se manifesta na curadoria de acervos, na oferta de programas culturais e no acesso à informação por meio das ações de mediação da informação. Ao selecionar e organizar livros, periódicos e mídias digitais, as bibliotecas interferem na construção e legitimação de determinadas narrativas identitárias, influenciando a percepção que a sociedade tem de si mesma. Além disso, assumem-se territórios de encontro, interações e debates, nos quais diferentes grupos podem afirmar, contestar ou ressignificar suas identidades.

Dessa forma, as bibliotecas públicas não são apenas repositórios de conhecimento, mas agentes ativos na construção e transformação dos referenciais identitários de uma comunidade. Pois esta se apresenta como “[...] espaço por meio do qual são produzidas, organizadas e disseminadas certas representações que povoam/alimentam a constituição de uma memória comum e coletivamente compartilhada entre seus usuários e leitores.” (Silveira, 2014, p. 122). Portanto, concorda-se quando o autor denuncia a indissociabilidade entre as práticas leitoras, memoriais e identitárias com os processos que conformam a vida social e cultural.

Depreende-se, assim, que a sociedade moderna explicita uma forma distinta como as identidades podem ser construídas e reconstruídas, bem como moduladas, visto que estas não são fixas ou permanentes. Conforme Hall (2006), o Sujeito Pós-Moderno tem sua identidade móvel, ou seja, formada e transformada continuamente, à medida que os sistemas culturais se movimentam. Segundo o autor,

> O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um "eu" coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas (Hall, 2006, p. 13).

Rodrigues (2012) complementa esse entendimento, destacando haver uma diversidade de identidades, tanto que não se fala identidade – no singular – e sim, identidades, identidades partilhadas, culturais, sociais, étnicas, dentre outras, reflexo da globalização, novas territorialidades, transitoriedades, modos de consumo, acesso à informação e demais complexos mosaicos étnico-culturais-religiosos. A pós-modernidade (Giddens, 2002) revela esse caráter plural dos referenciais e construções identitárias. Portanto, a visão de Hall (2006) converge com a asserção de Rodrigues (2012, p. 3), ao afirmar que “A construção da identidade, seja individual ou social, não é estável e unificada – é mutável, (re)inventada, transitória e, às vezes, provisória, subjetiva; a identidade é (re)negociada e vai-se transformando, (re)construindo-se ao longo do tempo.”

Giménez (2004, tradução nossa) apresenta o entendimento de identidade individual e identidades coletivas. A primeira – individual – resulta de um processo dinâmico e subjetivo que se constrói a partir da autoidentificação e do reconhecimento pelos outros, destacando-se como uma construção social e relacional. Para o autor, ela envolve a definição de si mesmo em contraste com os demais, por meio de atributos culturais valorizados e relativamente estáveis. No entanto, essa autoidentificação só adquire existência social e pública quando validada pelos outros com quem o sujeito interage. Isso significa que a identidade não é apenas uma autopercepção, mas também uma construção intersubjetiva, moldada pela interação e comunicação social.

A identidade individual é composta por dois eixos principais: “atributos de pertença social” e “atributos particularizantes”. Os primeiros referem-se à identificação do indivíduo com grupos, categorias e coletivos sociais, como classe social, etnia, gênero, nacionalidade ou religião. Essas pertenças sociais são fundamentais para a formação da identidade, por conectarem o indivíduo a contextos mais amplos, destacando semelhanças com outros membros do grupo. Já os atributos particularizantes são aqueles que conferem singularidade ao sujeito, como características pessoais, estilo de vida, redes de relações íntimas, objetos de apego

afetivo e a biografia individual. Esses elementos enfatizam a diferença e a unicidade do indivíduo em relação aos outros (Giménez, 2004, tradução nossa).

Para Giménez (2004, tradução nossa), a teoria da identidade está inserida no marco das teorias da ação social, destacando-se como um dos parâmetros centrais que definem o ator social. Nesse sentido, a identidade não é estática, mas está em constante transformação, influenciada por contextos sociais, culturais e históricos. A multiplicidade de pertenças sociais, longe de diluir a identidade, tende a fortalecê-la, ao criar uma combinação única de círculos sociais que dificilmente se repetem em outra pessoa (Giménez, 1997, 2004, tradução nossa).

Além disso, a identidade é marcada por uma tensão entre “autoafirmação” e “reconhecimento externo”. Enquanto o indivíduo busca definir-se a si mesmo, os outros também atribuem significados e expectativas sobre quem ele é. Esse processo de reconhecimento é fundamental para a existência social da identidade, mas nem sempre coincide com a autoimagem do sujeito. Discrepâncias entre a identidade privada (como o indivíduo se vê) e a identidade pública (como os outros o veem) são comuns e podem gerar conflitos ou negociações. Diante disso, pontua-se que a luta pelo reconhecimento é um aspecto central na formação da identidade, pois os indivíduos buscam ser vistos conforme sua própria autodefinição, resistindo a imposições externas.

Neste ponto, reforça-se a relação entre cultura e identidade como elo para o reconhecimento e a partilha entre membros de um mesmo grupo, tal como pontuado por Giménez (2004, tradução nossa). A cultura funciona como referência simbólica que orienta processos de diferenciação e reconhecimento, permitindo que os indivíduos construam suas identidades em diálogo com os valores, práticas e significados compartilhados. Cardoso e Nóbrega (2010, p. 5) corroboram essa perspectiva ao afirmarem que “nenhuma identidade é construída no isolamento, ao contrário, é negociada durante a vida toda através do diálogo aberto com o mundo interior de cada um e a forma como este estabelece relação com o mundo exterior”.

Assim, a identidade expressa tanto a forma como um povo se percebe quanto a imagem que projeta aos outros, constituindo pontos de identificação que estabelecem fronteiras simbólicas entre aqueles que pertencem a um grupo e aqueles que se encontram fora dele (Kajimoto; Gerbasi; Cavalcante, 2014; Hall, 2006; Bauman, 2005).

Serejo e Juvêncio (2020, p. 204) utilizam o livro e as coleções como referencial identitário em seu estudo, posicionando-o como “elemento-chave para a (re)construção da identidade do sujeito”, visto se tratar de um símbolo material histórico, constantemente vinculado ao conhecimento e erudição. Tal exemplo vincula-se ao que Bourdieu (2015) concebe como “capital social”, o qual se trata de um conjunto de recursos atuais ou potenciais acessíveis a um indivíduo por meio de sua participação em redes sociais. Esses recursos decorrem de relações duráveis baseadas no reconhecimento e na troca simbólica entre os membros do grupo.

O capital social depende de dois elementos. A estrutura da rede de relações e a quantidade e qualidade dos recursos disponíveis dentro dela. Além de possibilitar benefícios materiais e simbólicos aos indivíduos, o capital social é passível de conversão em outras formas de capital, como o econômico e o cultural. Sua reprodução exige trabalho contínuo para manter e fortalecer essas redes de relações. Bourdieu (2015) também vincula o capital social à dinâmica dos campos sociais, nos quais os agentes disputam posições de poder. A quantidade de capital social de um indivíduo define sua posição no campo e influencia suas possibilidades de mobilidade. Esse processo está relacionado ao *habitus*, que orienta as práticas dos agentes conforme suas disposições internalizadas, garantindo a reprodução das estruturas sociais.

O *habitus*, por ser um sistema de disposições incorporadas, orienta as práticas e percepções dos indivíduos, moldando sua identidade social (Bourdieu, 2015). Assim, a identidade de um sujeito não é apenas uma construção individual, mas um reflexo das redes de relações e dos capitais acumulados. O pertencimento a determinados grupos e a participação em redes sociais específicas influenciam as formas de reconhecimento social, determinando quais referenciais identitários são valorizados ou marginalizados em diferentes contextos.

Assim sendo, o capital social, ao definir a posição do indivíduo em um campo, também influencia sua identidade e sua inserção nas hierarquias sociais, reforçando ou transformando referenciais identitários conforme as dinâmicas de poder e disputa simbólica nos diferentes espaços sociais (Bourdieu, 2015).

Giménez (1997, 2004, tradução nossa) defende que a identidade individual é uma construção complexa e multifacetada, que combina elementos coletivos (compartilhados com grupos sociais) e individuais (únicos e particulares). Sua existência depende tanto da autopercepção quanto do reconhecimento social, sendo

constantemente negociada e redefinida nas interações cotidianas. Essa dinâmica revela a natureza relacional, contextual e mutável da identidade, influenciada por processos sociais, culturais e históricos.

Ainda segundo Giménez (1997, 2004, tradução nossa), existem as identidades coletivas, as quais, embora frequentemente comparadas às identidades individuais, possuem características distintas e específicas. Diferentemente dos indivíduos, os grupos e categorias coletivas não possuem autoconsciência, vontade ou psicologia própria, tornando problemática a atribuição de traços psicológicos a esses coletivos. Além disso, as identidades coletivas não são entidades homogêneas ou claramente delimitadas, mas sim construções sociais contingentes e precárias, que surgem e se desfazem por meio de processos políticos e sociais complexos.

Um exemplo disso pode ser observado em bibliotecas públicas, que, como espaços culturais e educativos, muitas vezes se tornam referências identitárias para comunidades locais, representando não apenas um acervo de livros, mas um território simbólico de pertencimento e memória coletiva. Essa natureza fluida e dinâmica exige que se evite a reificação ou naturalização dessas identidades, entendendo-as como fenômenos que precisam ser analisados em seu contexto específico de formação e transformação.

Apesar das diferenças, há analogias entre identidades individuais e coletivas. Ambas envolvem a capacidade de se diferenciar de um entorno, definir limites e manter um sentido de continuidade ao longo do tempo. No entanto, as identidades coletivas não existem por si mesmas, mas são representadas e administradas por indivíduos ou líderes que atuam em nome do grupo. Por exemplo, em movimentos sociais que lutam pela preservação de bibliotecas públicas, os ativistas assumem o papel de representantes de uma identidade coletiva que valoriza o acesso ao conhecimento e a defesa de espaços públicos como territórios de resistência cultural.

Segundo Melucci (2009, tradução nossa), a identidade coletiva deve ser entendida como um sistema de relações e representações, e não como uma entidade monolítica. Ela emerge a partir de processos interativos e compartilhados, nos quais os atores negociam significados, objetivos e campos de ação. Essa perspectiva enfatiza a natureza processual e relacional das identidades coletivas, as quais são construídas e mantidas por meio de práticas sociais, linguagens compartilhadas e envolvimento emocional. Essa asserção converge com o entendimento de Hall (2006,

p. 38), ao enfatizar a incompletude da identidade e como ela está em constante transformação, visto que

> [...] a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo., através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo "imaginário" ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre " em processo", sempre "sendo formada".

A identidade coletiva, portanto, conforme pontua Giménez (2004), não é estática, mas um processo contínuo que envolve a capacidade dos atores de refletir sobre suas ações, atribuir significado a elas e reconhecer sua própria agência. Como já pontuado, essa autoidentificação, no entanto, só se concretiza quando reconhecida socialmente, gerando uma tensão constante entre como o grupo se define e como é percebido pelos outros.

No caso das bibliotecas públicas, por exemplo, a identidade coletiva de uma comunidade que as defende pode ser vista de maneira diferente por governos ou setores da sociedade que priorizam outros interesses, como o desenvolvimento urbano ou a privatização de espaços públicos.

Essa dinâmica torna-se especialmente visível em contextos de conflito, onde a luta por reconhecimento e a competição por recursos escassos frequentemente resultam em polarização e disputa. Nesses cenários, as identidades coletivas emergem como construções sociais complexas, permeadas por negociações, contradições e uma tensão constante entre a autoafirmação do grupo e o reconhecimento externo. Essa tensão pode ser observada, por exemplo, nos embates em torno de territórios simbólicos e materiais, como as bibliotecas públicas, que não apenas abrigam livros, mas também funcionam como espaços de memória coletiva.

Recupera-se, nessa ponte de contextualização, a perspectiva de Halbwachs (2006), na qual a memória coletiva é um elemento central na formação e manutenção das identidades grupais, por ser através dela que os indivíduos compartilham narrativas, valores e experiências que os unem. As bibliotecas, nesse sentido, tornam-se territórios de resistência e preservação dessa memória, reforçando a identidade comunitária e servindo como palco para a luta por reconhecimento e legitimidade. Assim, a identidade coletiva e a memória coletiva estão ligadas, pois ambas dependem de processos sociais que envolvem a construção, a disputa e a reafirmação de significados compartilhados.

A memória é um elemento constitutivo da própria identidade. Uma pessoa que vivesse apenas no presente, ou na ânsia por um futuro sonhado, sem parar para lembrar do seu passado, não saberia quem é. Nessa esteira, é pertinente ressaltar que a memória é a faculdade que nos permite construir uma consciência da identidade, tanto no plano individual quanto no coletivo. A identidade, por sua vez, está ligada ao tempo, pois é por meio da memória que se realiza a síntese entre tempo e identidade (Assmann, 2008; Candau, 2021). Em outras palavras, a memória não apenas preserva o passado, mas também o conecta ao presente, permitindo que indivíduos e grupos se reconheçam como parte de uma continuidade temporal e, assim, consolidem suas identidades.

De Zan (2008, tradução nossa) explica a relação entre memória e identidade, ao afirmar que a primeira é fundamental para a construção da segunda, incluindo as identidades sociais coletivas, que são temporárias e instáveis. No século XIX, os Estados nacionais utilizaram a educação e a historiografia oficial para consolidar a unidade nacional e legitimar sua dominação, promovendo a aculturação da diversidade cultural. No entanto, o autor denuncia que, com a perda de centralidade do Estado na vida social e cultural, seu poder de moldar identidades diminuiu. Fato este que desvela que os rituais de memória perderam impacto, e monumentos históricos tornaram-se quase invisíveis. Ao passo que a comemoração do passado ocorre mais como representação do que como lembrança genuína. Isso não significa a ausência de identidade, mas sim uma transição para novas formas identitárias.

Exemplifica-se isso com as memórias traumáticas da ditadura militar na Argentina, Brasil e em outros países latino-americanos, exigem uma abordagem diferente da memória heroica do passado remoto. Em vez de exaltar feitos militares, essas lembranças impulsionam uma luta coletiva pelo reconhecimento dos direitos humanos e da dignidade das vítimas da violência política. A nova identidade coletiva não é construída pelos Estados ou pelas elites, mas pelas próprias vítimas, envolvendo toda a sociedade na responsabilidade pelo passado e pelos problemas atuais, como pobreza e exclusão social (De Zan, 2008, tradução nossa; Thiesen, 2023).

Nesse sentido, essa memória viva se manifesta em espaços públicos autônomos, e não nas instituições estatais, exigindo novos símbolos e formas de evocação que não glorifiquem o passado, mas reflitam a dor e o compromisso com a justiça. Diferente da historiografia tradicional, centrada na fundação dos Estados-

nação, essa memória recente ainda enfrenta resistência na educação e na narrativa oficial. Afirma-se que se está diante de uma conjectura na qual as sociedades buscam uma identidade baseada em princípios universais de justiça e direitos humanos, impulsionando movimentos transnacionais comprometidos com sua defesa.

A discussão trazida por De Zan (2008, tradução nossa) converge com a relação entre identidade e memória levantada por Pollak (1992), ao destacar a estreita ligação entre ambos os conceitos. Isso se evidencia na forma como as identidades se reconstroem na sociedade pós-Estado-nação, “na medida em que ela também é um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (Pollak, 1992, p. 122).

A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo.

Diante disso, depreende-se que identidades e memórias estão interligadas em nossos relacionamentos sociais e em nossas histórias. Aprender sobre o passado e relembrá-lo no presente revela a persistência, ao longo do tempo, de uma diversidade de expressões simbólicas, ligadas às lutas para construir, impor e comunicar significados, assim como para formar e reformular identidades (Jelin, 2017, 2002, tradução nossa; Lencina; Lemiez, 2024, tradução nossa). Nesse sentido, reforça-se como “[...] isso mostra que a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos.” (Pollak, 1992, p. 5).

Nesses termos, cabe dialogar com Candau (2011), o qual explica que as noções de identidade e memória são ambíguas porque fazem parte do conceito mais amplo de representações, central nas Ciências Humanas e Sociais. Woodward (2014) explica que a representação, aludida por Candau (2011), envolve práticas de significação e sistemas simbólicos que produzem significados e posicionam os sujeitos. É por meio dela que se dá sentido às experiências e à identidade, pois os sistemas simbólicos não apenas refletem a identidade, mas também influenciam quem se pode tornar.

Como processo cultural, a representação estabelece identidades individuais e coletivas, oferecendo respostas às questões sobre identidade e

aspirações. Ademais, os discursos e sistemas de representação criam os espaços a partir dos quais os sujeitos se reconhecem e se expressam. Nesse contexto, a identidade pode ser entendida como um estado, ou seja, algo que se constrói e se manifesta socialmente em determinado momento. Já a memória é uma faculdade, por envolver a capacidade de lembrar, interpretar e ressignificar o passado.

Valendo-se do pensamento de Candau (2011), exemplifica-se essa relação conceitual com as bibliotecas públicas, notadamente espaços onde identidade e memória se cruzam. Trata-se de instituições que preservam e medeiam acervos que representam a cultura e a história de uma comunidade, auxiliando na construção da identidade coletiva. Além disso, promovem eventos e projetos capazes de resgatar memórias locais, como exposições sobre a história da cidade ou registros orais de moradores antigos.

Dessa forma, a biblioteca não apenas representa um estado da identidade local, mas também ativa a memória coletiva (Erll, 2012, tradução nossa; Halbwachs, 2006), permitindo que a comunidade se reconheça e se conecte com seu passado.

Diante disso, reconhece-se que a relação entre memória e identidade é intrínseca e dinâmica. Como construção social, a memória serve de alicerce para a formação e manutenção da identidade coletiva, permitindo que os grupos selecionem, organizem e reinterpretam experiências passadas para criar um senso de continuidade, coerência e unidade. Esse "trabalho de enquadramento da memória" envolve investimentos simbólicos e políticos para solidificar narrativas que sustentam a identidade do grupo (Pollak, 1992).

Conforme explica Pollak (1992), quando a memória está bem consolidada, ela opera de forma autônoma, reforçando a identidade e reduzindo a necessidade de revisões. No entanto, em momentos de crise ou mudança, torna-se necessário reorganizá-la, o que pode gerar conflitos e divisões, especialmente quando há divergências sobre a fidelidade à memória anterior. A memória não apenas reflete a identidade, mas também a molda, sendo um elemento central na estabilidade ou transformação das identidades coletivas.

Em períodos de calmaria, memória e identidade operam de maneira mais orgânica, enquanto em contextos de instabilidade, como a formação de Estados nacionais recentes ou crises políticas, a preocupação com esses elementos se intensifica, evidenciando seu papel na coesão social (Pollak, 1992).

A construção de um passado comum, por meio da seleção e reinterpretação de eventos históricos, é essencial para gerar sentimentos de pertencimento e fortalecer laços comunitários, consolidando identidades coletivas. Esse processo envolve tanto a exaltação de certos acontecimentos quanto o silenciamento de outros, moldando narrativas que legitimam determinadas identidades (Lencina; Lemiez, 2024, tradução nossa).

Nesse contexto, a memória funciona como uma “estratégia política e performativa”, ou seja, a identidade é performativa, ou seja, não é algo fixo que já existe, mas é construída através de ações e discursos repetidos. Ao agir e falar de certa forma, criamos e reforçamos quem somos. Logo, a identidade é um processo contínuo, moldado pelo que fazemos e dizemos, influenciada por fatores como a posição social dos indivíduos, o cenário sociopolítico e econômico, os esquemas culturais herdados e as experiências vividas (Hall, 2014).

Dessa forma, a memória não apenas reflete o passado, mas atua ativamente na construção e legitimação das identidades, evidenciando seu caráter dinâmico e socialmente situado (Ramos; Crespo; Tozzini, 2016, tradução nossa). Premissa corroborada por Candau (2011, p. 50), ao afirmar que “A memória coletiva, como a identidade da qual ela é o combustível, não existe se não diferencialmente, em uma relação sempre mutável mantida com o outro.”

Em um contexto no qual as identidades são cada vez mais híbridas e transnacionais, desafiando noções tradicionais de pertencimento cultural (Hall, 2014), é fundamental destacar a importância dos processos de transmissão da memória na sociedade. A memória pode ter um caráter objetivo, quando se refere a fatos concretos, ou pode ser percebida de forma subjetiva, quando os membros de um grupo sentem que compartilham uma mesma lembrança coletiva (Candau, 2011, p. 45). Assim, garantir que os processos de construção da identidade estejam ancorados na memória é essencial, considerando seus diferentes níveis, mas, sobretudo, valorizando a memória de evocação, que permite a reconstrução e ressignificação do passado na vivência do presente (De Zan, 2008, tradução nossa; Melo Filho, 2016).

Sendo assim, ao passo em que identidade é uma construção social e histórica, moldada por processos de globalização e deslocamento cultural, esta deve ser pensada em termos de processos de identificação e transformação, e não como uma essência fixa. Assim, a construção da identidade depende da articulação entre memórias individuais e coletivas, processo no qual as bibliotecas públicas se inserem

e exercem um papel fundamental ao viabilizar o acesso a acervos que preservam e ressignificam a memória. Tendo em vista que a relação entre memória e identidade é dinâmica, permitindo que grupos revisitem e reinterpretam o passado para fortalecer sua continuidade e senso de pertencimento. Dessa forma, a identidade não é estática, mas constantemente reconstruída a partir das interações entre experiências individuais, contextos sociais e o acesso às informações que sustentam essa trajetória.

7 AS MÚLTIPLAS FACES DO PATRIMÔNIO: PERCURSO, DISCURSO AUTORIZADO, PROCESSOS E DISSONÂNCIAS SOCIAIS

Discutir as interseções e conexões entre patrimônio e suas interfaces com as bibliotecas públicas representa um desafio significativo, uma vez que a categoria “patrimônio”, desde sua origem, carrega consigo uma pluralidade de sentidos, definições e contornos semânticos que variam conforme os contextos analisados (Choay, 2006). Mesmo após décadas de discussões, sua construção conceitual continua em constante transformação, sendo marcada por novas categorizações e apropriações. Esse dinamismo também se reflete nas múltiplas concepções de bibliotecas públicas, que possuem um caráter singular em relação a outras tipologias de instituições.

Como já discutido, as bibliotecas públicas superam a ideia de meras unidades de informação, consolidando-se como centros culturais capazes de fortalecer identidades. Ao desempenharem um papel fundamental na democratização do acesso a produções culturais, elas se inserem diretamente no campo da memória e do patrimônio. Para aprofundar como essa atuação ocorre, esta seção discutirá os fundamentos do conceito de patrimônio, abordando, inicialmente, o caminhar de sua constituição no Brasil. Em seguida, analisará a transição do Discurso Autorizado de Patrimônio ao Patrimônio como processo, com foco na performance e intangibilidade. Por fim, examinará as especificidades e os conflitos inerentes ao patrimônio bibliográfico e aos patrimônios dissonantes.

7.1 O PERCURSO DA CONSTITUIÇÃO DO PATRIMÔNIO NO BRASIL

O patrimônio cultural adquiriu uma centralidade inédita no cenário contemporâneo, configurando-se como um campo em acelerada expansão. Tal proeminência é evidenciada pelo volume de discussões sobre o tema, pela participação social cada vez mais ampla e pela sofisticação dos instrumentos criados para a proteção e valorização das heranças culturais (Castriota, 2009). Rocha (2018) destaca que o sentido de patrimônio foi se transformando ao longo da construção histórica da sociedade, com suas significações se modificando e se ampliando ao longo do tempo. Grimaldi (2016), por sua vez, chama a atenção para as relações diretas e assimilativas entre os conceitos patrimoniais e a cultura, que, após serem

preconizadas por muito tempo, hoje se encontram no ápice de um processo de mercantilização.

No entanto, Santos e Reis (2018) destacam que o Brasil ainda não consolidou uma definição clara de patrimônio bibliográfico em suas legislações, diferentemente de países como Espanha, França e Portugal, onde já existem instrumentos legais específicos que regulamentam e protegem esse tipo de acervo. No contexto brasileiro, o conceito de patrimônio bibliográfico ainda está em construção e, até o momento, está associado principalmente à prática do depósito legal de obras correntes e ao controle da circulação de obras raras e antigas. Essa lacuna normativa reflete a necessidade de avanços na valorização e proteção do patrimônio bibliográfico nacional, de modo a alinhar o país às práticas internacionais de preservação cultural.

Funari e Pelegrini (2009) apontam que a palavra "patrimônio" tem suas raízes no latim *patrimonium*, originalmente relacionada aos bens pertencentes ao chefe de uma família. Choay (2006) amplia essa explicação ao destacar que o termo deriva das palavras greco-latinas *pater* e *nomos*. O primeiro termo está ligado à figura paterna e à herança familiar, enquanto o segundo se refere às normas, tradições e práticas culturais de uma determinada sociedade.

Nesse contexto, patrimônio pode ser compreendido como um conjunto de bens pertencentes ao chefe de família, funcionando como herança ou legado deixado para os descendentes. Assim, o conceito também se estende a instituições, empresas, associações ou indivíduos, abrangendo seus bens materiais e imateriais (Schneider, 2018). Oliveira (2018) acrescenta que as primeiras reflexões sobre patrimônio surgiram entre os séculos XVIII e XIX, embora Poulot (2013) observe que já havia iniciativas de preservação desde o século XV.

Schneider (2018) destaca que o conceito de patrimônio sempre esteve ligado às ideias de herança e memória. Nora (1997) já havia abordado essa relação, descrevendo-a como uma "constelação passional", na qual patrimônio cultural, memória e identidade são categorias inseparáveis. Nesse contexto, Cavalcante (2016) enfatiza que um dos fatores que reforçam a noção de patrimônio é sua capacidade de tornar o passado mais concreto e acessível. Detoni (2016) complementa essa ideia ao apontar que o conceito de patrimônio se consolidou com a formação dos Estados-Nação no século XIX.

Além disso, Fiorin (2009) ressalta que, nesse período, não se tratava apenas da estruturação dos Estados Modernos, mas também do esforço em fortalecer a ideia

de uma "unidade nacional", que transcendia diferenças de classe, região e raça. Para isso, elementos simbólicos como bandeiras, hinos, figuras heroicas e idiomas desempenharam um papel fundamental na construção de um sentimento de pertencimento e identidade coletiva (Pesavento, 2008; Oliveira, 2018).

Hall (2011) destaca que, no mundo moderno, as diferenças culturais convergem para uma identidade nacional compartilhada, fortalecida por uma língua comum, padrões educacionais unificados e instituições culturais consolidadas. Esse nacionalismo reforçou a ideia de patrimônio como um bem pertencente a uma nação ou povo. No entanto, Silva (2016a) observa que, por muito tempo, a preservação patrimonial esteve centrada em construções e monumentos, frequentemente ligados à elite ou à hegemonia religiosa, como casarões históricos e igrejas antigas.

Funari e Pelegrini (2009) destacam que a consolidação dos Estados Nacionais impulsionou o desenvolvimento da noção de patrimônio cultural. Nesse contexto, a Revolução Francesa, ao derrubar o antigo regime e promover a igualdade entre os cidadãos, também redefiniu a relação da sociedade com seu passado. Rodrigues (2015) ressalta que esse período foi essencial para a criação de um senso coletivo de pertencimento, pois a construção de memórias compartilhadas fortalece a identidade dos grupos sociais, assim como ocorre nos vínculos familiares.

Embora a Revolução Francesa tenha promovido ideias que favoreciam a democratização do conhecimento, o surgimento das bibliotecas públicas não ocorreu imediatamente, nem seus acervos foram, a princípio, orientados para atender às necessidades populares. Nesse período, foram criadas bibliotecas nacionais na Europa, cuja função principal era preservar a memória bibliográfica do país, diferenciando-se de outras instituições pelo seu caráter de conservação e não necessariamente de acesso amplo ao público (Costa, 2020).

Arruda (2000) aponta que os acervos formados durante a Revolução Francesa eram compostos, em grande parte, por obras provenientes de bibliotecas particulares, refletindo, assim, os valores e interesses da burguesia. Além disso, nem todo o material confiscado foi efetivamente disponibilizado para a população. Inicialmente, muitos desses itens foram armazenados em depósitos, enquanto outros foram doados ou vendidos para estrangeiros, especialmente alemães e ingleses. Somente o que restava era direcionado às chamadas bibliotecas públicas, evidenciando que o acesso ao conhecimento ainda era limitado e seletivo.

O autor critica a ideia de que essas bibliotecas da época revolucionária poderiam ser consideradas verdadeiramente públicas. Segundo ele, apenas na segunda metade do século XIX, nos países anglo-saxônicos, surgiram bibliotecas que realmente atendiam às necessidades da população. Diferentemente das instituições anteriores, essas novas bibliotecas foram criadas a partir de demandas populares e tinham como objetivo principal servir à comunidade, garantindo o acesso amplo ao conhecimento (Arruda, 2000).

Studart (2017) revisita o debate sobre o conceito de patrimônio cultural, destacando que, no século XVII, a identificação de monumentos desempenhava um papel essencial na construção da identidade nacional. Esse processo, denominado por Hobsbawm (1984) como "invenção das tradições", consistia na seleção de elementos simbólicos que reforçassem uma narrativa histórica oficial, com a qual a população deveria se identificar e preservar. Poulot (2009) acrescenta que esse movimento, que ele chama de "empenhos pedagógicos", refletia um intenso esforço para fabricar identidades coletivas e consolidar um processo de patrimonialização acrítico, impulsionado pela necessidade de dar forma material ao passado.

Oliveira (2018) reforça que tais práticas buscavam fortalecer o sentimento de pertencimento e identidade por meio de rituais e monumentos, que serviam como instrumentos de concretização da memória coletiva. Já Gonçalves (2003) aponta que, na virada do século XIX para o XX, os etnógrafos passaram a valorizar o estudo dos objetos como marcadores das transformações sociais, evidenciando o contraste entre o antigo e o novo e o percurso histórico das sociedades. Essa valorização dos objetos também se refletiu nas bibliotecas, onde a constituição dos acervos e a seleção do que é disseminado representam registros da cultura material.

Na década de 1920, intensificaram-se os debates sobre a preservação do patrimônio cultural no Brasil, impulsionados tanto pela realização da Semana de Arte Moderna quanto pelas reflexões de intelectuais como Mário de Andrade e Lúcio Costa (Nascimento, 2015). Foi nesse contexto que ganhou força uma perspectiva mais organizada de proteção ao patrimônio, materializada em propostas concretas, como o projeto de lei que visava à criação de uma inspetoria específica para a proteção de monumentos históricos (Dultra; Vieira, 2014). Esse momento marcou o início de uma maior conscientização sobre a necessidade de salvaguardar os bens culturais nacionais, refletindo um esforço para alinhar o país às discussões internacionais sobre patrimônio e identidade cultural. Para fins de compreensão, nas passagens a seguir

são apresentadas linhas do tempo com a síntese dos acontecimentos, a começar pela Figura 25, a qual traz um recorte temporal de 1920 a 1934.

Figura 25 – Evolução das políticas do patrimônio no Brasil (1920-1934)



Fonte: Nascimento (2015), Dultra e Vieira (2014), Arruda (2014), Telles (2010).

Conforme consta na linha do tempo da Figura 25, o início da década de 1920 traz iniciativas relevantes para a constituição da política patrimonial no Brasil, a primeira proposta legal para proteção dos bens culturais surgiu com um projeto de lei elaborado por Bruno Lobo e Alberto Childe (Studart, 2017). Em 1923, o deputado Luiz Cedro formalizou um projeto que previa a criação de uma inspetoria para monumentos históricos, seguindo um modelo inspirado na legislação francesa. Sua proposta incluía a classificação dos bens, impedindo qualquer modificação sem autorização oficial, além de permitir a desapropriação de imóveis caso seus proprietários não tivessem condições de preservá-los (Dultra; Vieira, 2014; Oliveira, 2011; Telles, 2010).

A preocupação com a preservação do patrimônio foi fortemente influenciada pelo "interesse nacional", adotando diretrizes inspiradas na legislação francesa. Uma vez classificados, os bens não poderiam sofrer qualquer modificação, deterioração ou restauração sem a autorização da inspetoria. Essas medidas evidenciam como o patrimônio era concebido a partir de uma perspectiva monumentalista e intocável, reforçando ideais nacionalistas na definição do que deveria ser preservado.

Em 1925, o jurista Jair Lins, atendendo a um pedido do governador de Minas Gerais, Mello Vianna, propôs um anteprojeto que reforçava a necessidade de proteção do passado nacional. Sua principal contribuição foi a definição de critérios de

catalogação dos bens culturais, estabelecendo classificações provisórias e definitivas (Oliveira, 2011). Já em 1930, o deputado José Wanderley de Araújo Pinho apresentou ao Congresso Nacional uma proposta mais abrangente, que consolidava os avanços anteriores e introduzia a definição de bens de valor histórico e artístico, incluindo tanto edificações quanto objetos móveis e obras de arte. Seu anteprojeto também sugeria a criação de um Conselho Deliberativo e Consultivo para auxiliar na proteção do patrimônio (Arruda, 2014).

As iniciativas de Cedro, Lins e Pinho, aliadas a influências internacionais, foram fundamentais para o fortalecimento da política nacional de proteção ao patrimônio, que se estruturaria formalmente ao final da década de 1930. Nesse período inicial, percebe-se um esforço crescente para mapear, classificar e preservar bens culturais, consolidando um inventário patrimonial que visava garantir sua integridade e reconhecimento como parte da história e identidade do país.

Segundo Dultra e Vieira (2014), os ideais preservacionistas no Brasil são relativamente recentes, com as primeiras iniciativas datando do Segundo Reinado. Na época, ações isoladas partiam de colecionadores ou intelectuais, como Augusto de Lima, em Minas Gerais, e Gustavo Barroso, no Rio de Janeiro, que buscavam proteger bens específicos. Para compreender melhor esses primeiros passos, é importante revisitar o contexto histórico do Segundo Reinado. Schwarcz (2010) destaca que a nacionalidade naquele período era construída sob duas perspectivas, uma centrada na realeza como símbolo de civilização e outra na natureza territorial, com suas riquezas naturais, como base do Estado.

Barbosa (2014) ressalta que, entre o final do século XIX e o início do XX, o ideal nacionalista teve um papel fundamental na valorização e preservação do patrimônio. A construção de uma identidade nacional exigia que a população se reconhecesse em um sentimento coletivo de patriotismo, baseado em projetos políticos que resgatavam e cristalizavam referências do passado. Essa identidade era reforçada por meio de monumentos históricos, que se tornavam símbolos visíveis desse ideal.

Carvalho (1999) complementa Schwarcz (2010) ao destacar que a elite brasileira construiu diferentes imagens da nação entre 1822 e 1945. Uma marcada pela ausência do povo, outra por uma visão negativa e, por fim, uma perspectiva paternalista. Isso explica a exclusão do povo na formação da identidade nacional, ausente nos discursos e narrativas da época. A chegada da família real em 1808 marcou o início das instituições educacionais no Brasil, com foco na centralização e

reprodução do domínio colonial, enxergando o país como extensão de Portugal. Em 1838, Dom Pedro II criou o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), responsável por inventar uma memória nacional que distanciasse o Brasil de sua antiga metrópole (Schwarcz, 2010). O IHGB coletava documentos, promovia expedições científicas e publicava a principal revista de história, geografia e etnografia do Império (Carvalho, 1999).

Paralelamente, a Academia Imperial de Belas Artes, fundada em 1816, foi central no projeto cultural do Império, produzindo obras com temáticas históricas e indianistas, reforçando o "mito das origens" que associou a identidade nacional aos indígenas, em detrimento da herança colonial e das contradições sociais, como a exclusão dos negros (Pereira, 2012; Ricupero, 2004). Essas iniciativas, junto à criação do Arquivo Público Imperial (1838) e outras instituições científicas e culturais, visavam consolidar uma narrativa nacional que legitimasse o Estado e sua elite (Costa, 2000). Assim, a identidade brasileira foi construída simbolicamente através da literatura e das artes, valorizando o indígena, as belezas naturais e os mitos nacionais, enquanto omitia as desigualdades sociais (Dias *et al*., 2009).

O romantismo nacionalista, que se estendeu da Independência até meados da década de 1930, colocou em pauta a necessidade de criar ícones que representassem a identidade nacional, consolidando simbolicamente a "personalidade do Estado brasileiro" entre a Independência e a Proclamação da República. Nesse processo, os intelectuais do século XIX construíram uma nacionalidade inspirada na concepção europeia de história, imitando suas experiências e moldando um imaginário que exaltava o indígena, a natureza exuberante e os heróis nacionais. Essa narrativa, tecida pela classe dominante, visava unificar interesses comuns e legitimar o projeto de nação.

A Proclamação da República impulsionou debates sobre patrimônio cultural no Brasil, buscando modernidade e distanciamento do passado colonial. Carvalho (1999) destaca que, sem participação popular, a República criou novos símbolos, como Tiradentes, o "Cristo cívico". Além disso, missões civilizatórias lideradas por médicos sanitaristas e campanhas patrióticas durante a Primeira Guerra Mundial buscaram despertar o nacionalismo na população adulta, incentivando o serviço militar e outros ideais cívicos. Paralelamente, promoveu-se o ideal de branqueamento da população, impulsionado pelo fim do tráfico de escravizados e pela imigração europeia (Carvalho, 1999; Schwarcz, 2010). A educação e a literatura infantil foram usadas para

disseminar ideais patrióticos, enquanto campanhas cívicas e missões sanitárias buscavam consolidar o nacionalismo entre adultos. Para Carvalho (1999), o Estado assumiu o papel de forjar a nação, já que o Brasil ainda não a constituía de fato.

Assim, a nacionalidade brasileira foi construída ainda antes da Independência, transformando o Brasil em nação antes mesmo de se consolidar como Estado. Isso foi possível graças à definição do território, às influências luso-brasileiras e europeias, e ao sentimento de independência em relação à dominação europeia. Dessa forma, a elite intelectual e política forjou uma identidade nacional que, embora inspirada em modelos externos, buscava afirmar a singularidade do país.

Os monumentos históricos e artísticos passaram a ser vistos como representações de memórias coletivas, reforçando identidades locais e servindo como elementos de embelezamento e patriotismo (Martins; Silva Neto, 2017). No Brasil, essa valorização ganhou força com a criação do título de “Monumento Nacional” em 1932, inicialmente concedido à cidade de Ouro Preto, e com a fundação da Inspetoria de Monumentos Nacionais (IMN), vinculada ao Museu Histórico Nacional (Telles, 2010). Nesse contexto, as bibliotecas também contribuíram com o movimento preservacionista, atuando como guardiãs da herança cultural e facilitando o acesso a esses acervos (Rodrigues, 2015).

Um exemplo é a Biblioteca Pública Benedito Leite, em São Luís do Maranhão, que se destaca não apenas por sua arquitetura imponente, mas também por sua função de preservar e difundir a memória do estado (Costa; Luce; Bernardino, 2024). Além disso, as bibliotecas contribuíram para práticas como o colecionismo, que foram fundamentais na construção do conceito de patrimônio. Dessa forma, as bibliotecas públicas emergem como instituições centrais no âmbito patrimonial, responsáveis tanto pela salvaguarda quanto pela disseminação e apropriação do patrimônio cultural, reforçando sua relevância na formação e manutenção das identidades coletivas (Costa, 2020).

O século XX marcou uma ampliação significativa no conceito de patrimônio, com a necessidade de que seus objetos e significados encontrassem ressonância na sociedade, refletindo ações de conceituação e aplicação cada vez mais delineadas (Choay, 2006). Após a Segunda Guerra Mundial, os valores e propósitos do patrimônio foram redefinidos, especialmente nas sociedades ocidentais contemporâneas. No Brasil, essa mudança de perspectiva começou a se refletir na legislação, como na Constituição Federal de 1934, que introduziu mecanismos de

proteção para belezas naturais e monumentos de valor histórico e artístico, evidenciando a inclusão do patrimônio ambiental (Costa, 2020).

Choay (2006) ressalta que o conceito de patrimônio se tornou ainda mais amplo e "nômade", abrangendo uma variedade de adjetivos, como genético, natural, histórico, artístico, cultural, material, intangível, virtual e digital. Essa expansão, como observa Grimaldi (2016), seguiu um caminho diversificado, mas sem perder seu sentido fundamental. Essa evolução nos leva a refletir sobre seus desdobramentos, especialmente no que diz respeito às bibliotecas e suas práticas. Essas instituições, cuja atuação está relacionada aos bens patrimoniais, lidam com manifestações e expressões múltiplas, antecipando discussões que ganhariam força décadas depois. Assim, as bibliotecas emergem como espaços centrais na preservação e disseminação desses novos entendimentos sobre o patrimônio.

Mário de Andrade trouxe uma visão antropológica ao conceito de cultura, refletida em sua abordagem diversificada para o registro e tombamento de bens e manifestações culturais (Gonçalves, 2003). Sua contribuição antecipou em quase três décadas discussões que seriam centrais na Carta de Veneza de 1964. Como destaca Telles (2010), Andrade foi pioneiro ao se preocupar com o que hoje chamamos de patrimônio cultural imaterial, especialmente ao propor a proteção de expressões como as artes indígenas e populares, ampliando assim o entendimento sobre o que poderia ser considerado patrimônio.

Consoante o que explica Gonçalves (2003, p. 68), o patrimônio histórico e artístico nacional era então definido como “[...] o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.” A política do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) (1937-1979) priorizou monumentos arquitetônicos, religiosos e históricos, especialmente os de influência barroca, como em Ouro Preto, valorizados como símbolos da "originalidade cultural" brasileira.

Apesar dos avanços da Constituição de 1934, que incluiu bens ambientais, a ênfase em patrimônios materiais deixou de lado a diversidade cultural, mesmo com as contribuições de Mário de Andrade, que propôs categorias como artes populares e ameríndias. O foco no barroco, embora tenha impulsionado o turismo cultural, refletiu uma visão restrita do patrimônio, ignorando outros estilos e expressões que melhor representariam a pluralidade brasileira (Gonçalves, 2003).

A evolução do conceito de "patrimônio cultural" foi marcada pela visão de Mário de Andrade, que influenciou Aloísio Magalhães a adotar uma perspectiva mais democrática e pluralista (Gonçalves, 2003, p. 73). Essa abordagem foi refletida no anteprojeto que orientou a política de Rodrigo Melo Franco de Andrade à frente do SPHAN, buscando uma proteção mais flexível e inclusiva da diversidade cultural brasileira. Assim, o entendimento de patrimônio começou a se expandir, indo além de conjuntos arquitetônicos e igrejas, para abranger uma gama mais ampla de expressões culturais.

O Decreto-Lei Nº 25, de 30 de novembro de 1937, formalizou o SPHAN e seu Conselho Consultivo, ampliando as tipologias patrimoniais e democratizando o acesso a esses bens (Brasil, 1937; Detoni, 2016). Essa mudança permitiu equilibrar o popular e o erudito, com destaque para os aspectos imateriais da cultura, como destacam Dultra e Vieira (2014). A visão de Mário de Andrade, influenciada pelo movimento folclorista, foi visionária ao ir além do patrimônio material, antecipando discussões que só ganhariam força décadas depois, conforme ilustrado na sucessão dos fatos da Figura 26.

Figura 26 – Evolução das políticas do patrimônio no Brasil (1937-1946)



Fonte: Detoni (2016).

A imaterialidade do patrimônio ganhou maior atenção, embora as relíquias arquitetônicas coloniais ainda dominassem o cenário. No entanto, elementos intangíveis, que refletem as verdadeiras raízes culturais brasileiras, passaram a ser reconhecidos como parte essencial da identidade nacional. Esses bens, por sua complexidade, representam desafios tanto para políticas de preservação quanto para

instituições como bibliotecas públicas, que buscam desenvolver métodos de catalogação e acesso adequados a essas expressões culturais.

A ampliação das tipologias patrimoniais, antes restritas a formas tradicionais e elitistas, abriu caminho para a democratização do acesso a esses bens. Essa mudança se refletiu na criação de espaços como o Museu Nacional de Belas Artes (1937), o Museu da Inconfidência (1938), o Museu de São Miguel das Missões (1940), o Museu do Ouro (1945) e o Museu do Diamante (1954), que passaram a abrigar e difundir o patrimônio nacional (Detoni, 2016).

Observa-se que, enquanto diversos museus foram criados para preservar e difundir o patrimônio cultural, as bibliotecas não receberam a mesma atenção. A Biblioteca Pública Benedito Leite, por exemplo, já existia no período, mas suas atividades limitavam-se ao acervo bibliográfico, refletindo sua função inicial de preservar registros escritos. Por décadas, as bibliotecas foram vistas principalmente como depósitos de livros, com práticas restritas à organização e guarda de materiais impressos. Essa visão limitada só começou a mudar nas últimas décadas do século XX, com o surgimento de novos suportes e uma compreensão mais ampla de seu papel cultural (Costa, 2020).

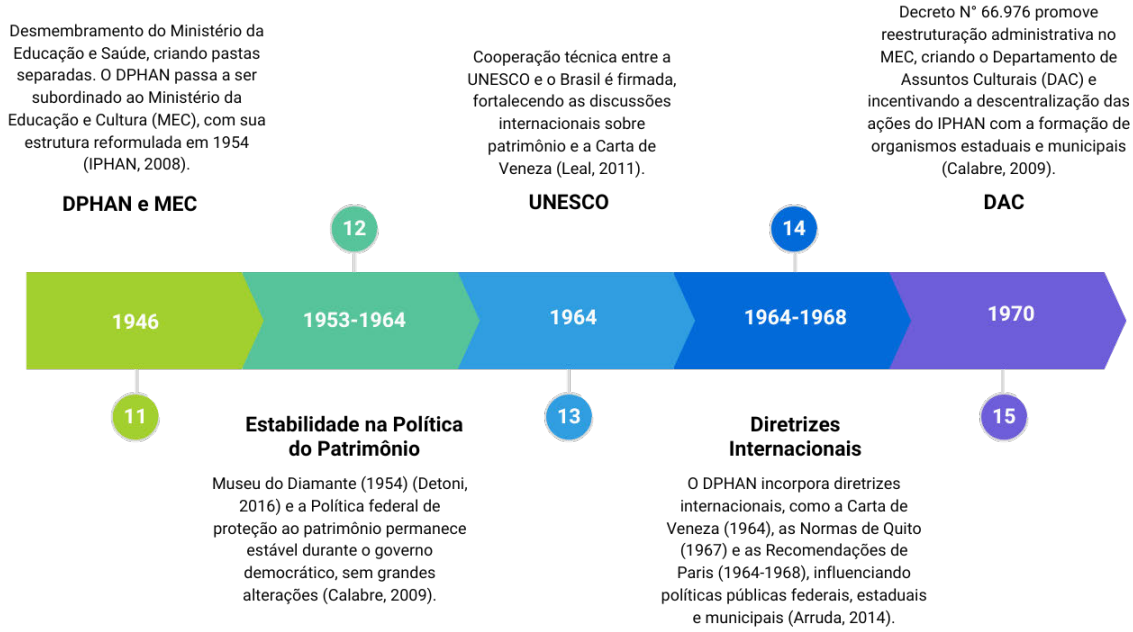
As instituições museológicas foram as primeiras a abrigar e valorizar o patrimônio, o que explica por que as iniciativas educativas iniciais, por exemplo, surgiram nesses espaços. A educação patrimonial, embora debatida por pedagogos desde a década de 1920, ganhou impulso por meio das ações desenvolvidas em museus. No Brasil, esse movimento se consolidou com práticas educativas no Museu Imperial, em Petrópolis, no Rio de Janeiro, marcando um passo importante na difusão e conscientização sobre a importância do patrimônio (Wichers, 2011).

As ações de preservação do patrimônio no Brasil buscavam reforçar um discurso nacional de uniformidade, destacando o passado histórico, glorificando heróis e fatos memoráveis, com o intuito de educar a população (Dultra; Vieira, 2014). Esse movimento representou um avanço, com grupos e instituições engajados na criação de estratégias sistemáticas para proteger e valorizar os elementos do patrimônio brasileiro. Paralelamente, a Educação Patrimonial começou a ganhar força, consolidando-se como uma abordagem essencial para a conscientização sobre a importância da preservação, tema que será detalhado adiante.

O Estado Novo e o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) – criado em 1937 – estabeleceram as bases para um sistema de proteção

do patrimônio, envolvendo governos municipais, intelectuais e elites locais em uma ação sistêmica (Arruda, 2014; Chuva, 2009). Após o Estado Novo, o SPHAN passou por mudanças e, em 1946, transformou-se no Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), dividido em quatro distritos (IPHAN, 2008). A década de 1940 trouxe novas perspectivas, especialmente no âmbito jurídico, fortalecendo as práticas de preservação e consolidando uma rotina de ações voltadas à proteção do patrimônio, cujas movimentações subsequentes podem ser observadas na Figura 27 (Arruda, 2014).

Figura 27 – Evolução das políticas do patrimônio no Brasil (1946-1970)

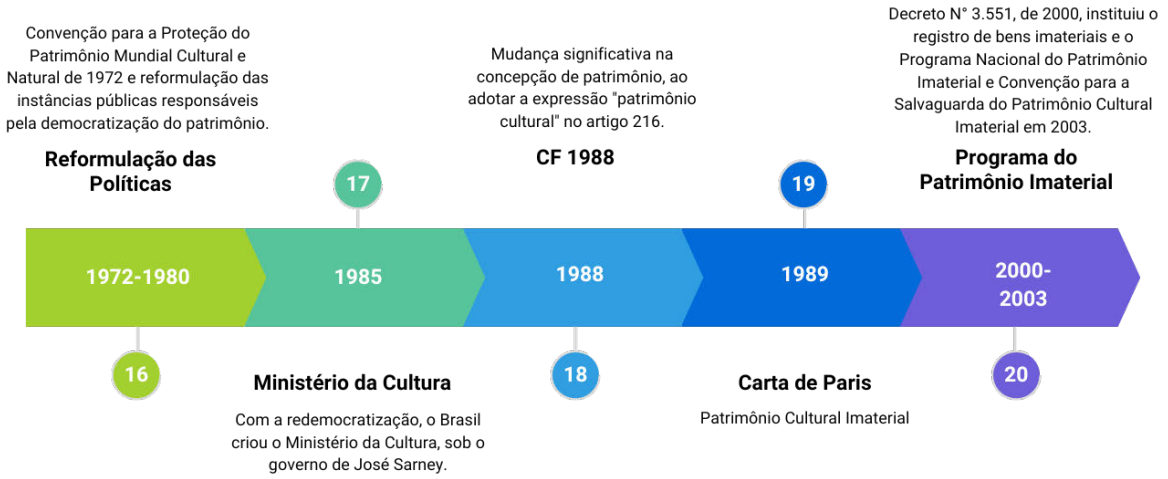


Fonte: IPHAN (2008), Calabre (2009), Leal (2011), Arruda (2014).

No final do século XX, a visão reducionista do patrimônio, focada apenas em monumentos e bens materiais, foi superada, dando lugar a uma concepção mais ampla que inclui utensílios, hábitos, costumes, crenças e a vida cotidiana de diversos segmentos sociais (Dantas, 2015). Essa desmaterialização do patrimônio cultural trouxe à tona a importância de sua dimensão imaterial, gerando desafios tanto para sua identificação quanto para sua apropriação. O patrimônio deve ser entendido como uma convergência entre materialidade e imaterialidade, indo além das produções artísticas e práticas cotidianas. Essa perspectiva dialoga com as estratégias das bibliotecas públicas e com a noção de memória coletiva, tema central desta investigação.

Nesse período, avanços significativos foram observados, como a descentralização da gestão do patrimônio cultural com a criação de nove distritos regionais. A colaboração com a UNESCO também se intensificou, especialmente após a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural de 1972, que ampliou as discussões sobre patrimônio natural e consolidou uma visão mais abrangente do tema, incluindo bens ambientais nas políticas de preservação (Grimaldi, 2016). Essa expansão reforçou a importância de uma abordagem integrada e diversificada, conforme pode ser observado na sequência de acontecimentos presentes na Figura 28.

Figura 28 – Evolução das políticas do patrimônio no Brasil (1972-2003)



Fonte: Calabre (2009), Grimaldi (2016), Cutrim (2011), Ferraz (2015).

As décadas de 1980 e 1990 marcaram a reformulação das instâncias públicas responsáveis pela democratização do patrimônio, com esforços para sistematizar procedimentos e consolidar políticas públicas (Calabre, 2009). A complexidade do patrimônio cultural aumentou, impulsionada por questionamentos sobre os critérios de seleção e preservação, reconhecendo-se a necessidade de políticas que contemplassem a diversidade dos bens patrimoniais. Em 1985, com a redemocratização, o Brasil criou o Ministério da Cultura, sob o governo de José Sarney, visando aliar crescimento econômico ao desenvolvimento cultural, preservação e valorização do patrimônio (Arruda, 2014).

A Constituição Federal de 1988 marcou uma mudança significativa na concepção de patrimônio, ao adotar a expressão "patrimônio cultural" no artigo 216, englobando os termos "patrimônio artístico" e "patrimônio histórico" (Cutrim, 2011).

Essa ampliação foi resultado de intensas discussões entre governo e sociedade civil, refletindo a complexidade social, política e econômica da época. O texto constitucional também definiu o papel do Estado como garantidor dos direitos culturais (artigo 215) e antecipou-se à UNESCO ao incluir os patrimônios imateriais (artigo 216), exigindo a atualização das diretrizes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) para contemplar essa nova dimensão (Ferraz, 2015). Conforme expresso no art. 216:

> Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro **os bens de natureza material e imaterial**, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:
> **I - as formas de expressão;**
> **II - os modos de criar, fazer e viver;**
> III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
> IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
> V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (Brasil, 1988, grifo nosso).

Supera-se, assim, a visão restrita do patrimônio como algo meramente histórico, passando a abranger todas as expressões e simbologias da cultura coletiva, elementos fundamentais para a identidade do povo brasileiro. Essa mudança exigiu o desenvolvimento de novas metodologias de registro, catalogação e inventário dos bens patrimoniais, além de estratégias inovadoras para sua difusão. Esse cenário representou um desafio para bibliotecas, arquivos e museus, que precisaram lidar não apenas com um universo documental mais amplo, mas também com a necessidade de profissionais capacitados para implementar práticas que facilitassem a apropriação cultural dessa diversidade (Costa, 2020).

As bibliotecas públicas, por sua vez, já eram vistas e demandadas como centros culturais, diante de um novo modelo que exigia práticas atualizadas para atender às demandas socioculturais emergentes. Esse contexto reforçou a importância de repensar o papel dessas instituições, transformando-as em espaços dinâmicos e acessíveis, capazes de promover a valorização e a difusão do patrimônio em suas múltiplas dimensões (Costa, 2020).

Ferraz (2015) destaca que o período fortaleceu as conexões entre ações nacionais e internacionais, posicionando o Brasil de forma estratégica nas discussões da UNESCO e facilitando a adoção de normativas globais. Um marco foi a Recomendação de Paris (1989), que introduziu os termos "patrimônio cultural

imaterial" ou "intangível" (IPHAN, 1989). Tanto a Constituição de 1988 quanto essa recomendação consolidaram a valorização dos bens culturais como pilares da identidade de um povo, essenciais para o desenvolvimento econômico, tecnológico e a preservação de valores históricos e artísticos (Conceição, 2011).

Embora o Brasil tenha se antecipado à UNESCO ao reconhecer o patrimônio imaterial, a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial só foi formalizada em 2003. Como destaca Souza (2019), o patrimônio imaterial é visto como uma fonte de diversidade cultural e um fator de conexão entre as pessoas, além de reforçar a necessidade de conscientizar as gerações sobre a importância da preservação. Essa visão amplia o entendimento do patrimônio como um elemento vivo e dinâmico.

No Brasil, o Decreto N° 3.551, de 2000, instituiu o registro de bens imateriais e o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, consolidando a legislação sobre o tema (Brasil, 2000). O país também foi signatário da Convenção de 2003 e da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade Cultural (2005). Além do IPHAN, órgãos como o IBRAM contribuem para a preservação, seguindo diretrizes da UNESCO, como a Recomendação de 2015 sobre o papel dos museus na sociedade (UNESCO, 2015).

A existência desse robusto arcabouço legal e institucional levanta uma questão fundamental: quem define o que é digno de ser patrimônio? E quais são os critérios e os valores que guiam essa escolha? Apesar da inegável importância desse aparato para a proteção cultural, uma análise crítica não pode se limitar a descrevê-lo. É preciso investigar as relações de poder que o sustentam e as narrativas que ele privilegia, cuja discussão será feita na seção seguinte.

7.2 DO DISCURSO AUTORIZADO DE PATRIMÔNIO AO PATRIMÔNIO COMO PERFORMANCE E INTANGIBILIDADE

A contextualização apresentada na seção anterior, ao mesmo tempo que estrutura a proteção ao patrimônio em diversas frentes, também evidencia a predominância de um discurso oficial sobre as múltiplas vozes e pluralidade de narrativas que o formam. Afirma-se isso com base nos estudos de Smith (2006, 2015, 2021), a qual é contundente ao afirmar que a forma como o patrimônio tem sido conceituado, as práticas e políticas que dela decorreram foram, e continuam sendo

moldadas pelo *Authorized Heritage Discourse* (AHD) - Discurso Autorizado de Patrimônio (DAP).

O DAP emergiu na Europa Ocidental do século XIX, ancorado nos debates e estudos históricos, arquitetônicos e arqueológicos sobre a necessidade de proteger a cultura material que os estudiosos consideravam de valor inato e herdável (Smith, 2006). Esses movimentos ganharam força com a ascensão do nacionalismo em toda a Europa, visto o interesse em se demarcar e fortalecer suas identidades. Nessa arena, o DAP estabelece uma definição de patrimônio como material, não renovável e frágil (Smith, 2015).

Em vista disso, privilegiam-se objetos materiais, sítios, lugares e/ou paisagens esteticamente agradáveis. Sua fragilidade exige, então, que as gerações atuais cuidem, protejam, reverenciem e venerem essas coisas para poderem ser herdadas e transmitidas para nebulosas gerações futuras com vistas a "educá-las" e a forjar um sentido de identidade comum baseado no passado (Smith, 2006, 2015, 2021).

Nesta visão, o patrimônio não é construído, mas "descoberto" como algo de valor próprio. A sua autenticidade supostamente evocaria uma identidade humana universal, concepção esta que acabou por se fundir aos discursos de nacionalidade e cidadania. No Discurso Autorizado, o patrimônio é um bem de alto valor e ligado à identidade nacional. Sua proteção é defendida como essencial não só para orientar as gerações futuras sobre seu lugar no mundo, mas, principalmente, para constituí-las como cidadãs de uma nação, definindo assim o seu sentimento de pertencimento coletivo (Smith, 2015).

Este discurso se baseia na premissa de que o valor do patrimônio é intrínseco, e não atribuído socialmente, legitimando narrativas historicamente consensuadas, na medida em que "[...] privilegia especialistas como as pessoas mais apropriadas para se vincular e salvaguardar o patrimônio. Ele constrói o patrimônio nacional de formas que privilegiam leituras consensuais da história e da memória nacional." (Smith, 2021, p. 146). Nessa visão, o patrimônio é um recurso frágil e finito, cuja gestão cabe exclusivamente a especialistas, notadamente arqueólogos, historiadores, entre outros.

Tamaso (2005, p. 15) explica essa perspectiva, alertando que "De alguma maneira, o bem material corre sempre o risco de ser apropriado pelas elites, que caminham com desenvoltura pelos corredores dos museus, das instituições preservacionistas, dos ministérios e de organizações não-governamentais." Assim

sendo, estes se posicionam como guardiões autorizados a interpretar o passado para a nação. Consequentemente, as gerações atuais são afastadas do uso ativo do patrimônio, que deve ser preservado de forma intacta, desencorajando novas interpretações sobre o passado e o presente.

A ética de conservação desse discurso defende que o patrimônio material não apenas tem valor inerente, mas também representa os valores de sua época. No entanto, o DAP enfatiza tanto a materialidade que o objeto físico (como um monumento) passa a ser confundido com os próprios valores e significados que ele deveria apenas representar. Como resultado, o patrimônio torna-se o objeto em si, e não os valores culturais que lhe dão sentido, como denuncia Smith (2006, 2021).

A lógica dessa inversão pode ser perfeitamente ilustrada pelo exemplo de uma biblioteca histórica. Enquanto seu verdadeiro valor reside no conhecimento acessível e na prática viva da leitura, um discurso focado na materialidade prioriza a preservação do edifício e dos livros como objetos raros e intocáveis. Essa supervalorização leva a um paradoxo: para proteger o prédio – o espaço arquitetônico e seus artefatos –, sacrifica-se o conteúdo – o acesso ao saber e a função social da biblioteca. Ao final, o patrimônio deixa de ser a experiência do conhecimento para se reduzir ao seu invólucro físico, um monumento que, ao ser confundido com o valor que deveria apenas abrigar, acaba esvaziado de seu propósito original.

Esse exemplo ressalta o conceito de Autenticidade, categoria central no DAP e que, ao mesmo tempo, age na desvinculação dos indivíduos do uso ativo do patrimônio, ao passo em que “A autenticidade material do lugar torna-se tão importante que nada pode ser modificado ou alterado sem que o significado ou valor do lugar, dados como inatos, seja alterado.” (Smith, 2021, p. 144).

A crítica de Laurajane Smith destaca três maneiras pelas quais o DAP opera. A primeira prioriza o objeto e não as pessoas; a segunda volta-se para a mobilização acrítica da identidade; e a terceira consiste na rejeição da emoção. O DAP prioriza a preservação material dos sítios em detrimento dos seus usos e vínculos com as pessoas, especialmente as não especialistas. Apoiado na ideia de que o patrimônio representa uma identidade nacional de valor inato, ele transforma essa identidade em uma característica fixa do próprio monumento. O problema é que essa relação nunca é analisada, apenas presumida, servindo para reforçar os valores sociais já estabelecidos como se fossem uma verdade histórica.

A disputa em torno dos valores de um bem cultural revela, fundamentalmente, uma dinâmica de poder. O grupo que detém o controle da gestão do bem estabelece seu próprio sistema de valores como o único legítimo, efetivamente silenciando leituras alternativas. Nesse processo, um valor é elevado a uma posição de superioridade, enquanto outros são rebaixados a um status secundário ou simplesmente ignorados. A consequência direta dessa imposição é a alienação das comunidades cujos valores são deslegitimados, configurando uma forma de expropriação de seu próprio patrimônio (Tamaso, 2005).

Nessa lógica, até mesmo a emoção é filtrada, vista a suposta neutralidade do especialista rejeita vínculos afetivos, admitindo apenas um nacionalismo genérico e desvalorizando a nostalgia como inapropriada (Smith, 2006, 2021). Um exemplo emblemático disso foi o Museu Nacional, no Rio de Janeiro, cujo discurso oficial sempre focou no valor histórico do prédio e na importância científica do acervo, mas a trágica reação ao seu incêndio em 2018 revelou uma camada de memória afetiva, dor e nostalgia coletiva que a gestão puramente técnica raramente contemplava, expondo o profundo vínculo popular que existia para além do objeto.

O DAP não se limita a definir o que é patrimônio; ele cria uma "mentalidade autorizada" (Smith, 2006), que se torna o padrão para lidar com questões sociais, especialmente reivindicações de identidade. Embora não seja um discurso único e enfrente contestações, sua influência é dominante em escala internacional, gerando consequências reais. A principal delas é a exclusão de outras formas de entender o patrimônio, ao mesmo tempo em que valida continuamente os conhecimentos e valores que o sustentam, como o saber técnico e científico.

Pode-se observar como essa mentalidade ocorre quando uma comunidade quilombola considera as ruínas de um engenho como um espaço vivo de sua história de resistência. A mentalidade autorizada, por sua vez, tende a enxergar as mesmas ruínas primariamente como um monumento arquitetônico colonial a ser preservado por especialistas. Nessa abordagem, a análise técnica do arquiteto sobrepõe-se à memória oral da comunidade, validando uma visão de patrimônio e excluindo a outra.

Enquanto uma mentalidade de origem europeia, focada em monumentos, que se tornou global ao ser adotada por instituições como a UNESCO e o ICOMOS em suas convenções, o DAP acabou por influenciar legislações no mundo todo. No entanto, a Convenção do Patrimônio Imaterial de 2003 se mostrou como um direto desafio a essa visão, ao valorizar saberes e práticas comunitárias. Em resposta, o

discurso dominante desenvolveu uma sutil, porém poderosa, defesa linguística, notadamente a distinção entre “valor tangível” e “valor intangível”.

Smith (2021) argumenta que essa separação é uma falácia, pois todos os valores são, por definição, intangíveis. Na prática, a expressão “valor tangível” é reservada aos valores definidos por especialistas (históricos, arquitetônicos), fazendo com que pareçam mais reais, objetivos e inerentes ao próprio objeto físico. Em contrapartida, o “valor intangível” é usado para descrever os significados atribuídos pelas comunidades (memórias, afetos), que, ao serem classificados como “intangíveis”, são implicitamente tratados como mais fracos, subjetivos e de menor importância. Portanto, essa manobra linguística funciona como uma estratégia de poder para desvalorizar as vozes da comunidade e reafirmar a autoridade do especialista, protegendo a estrutura hierárquica do discurso tradicional.

No contexto brasileiro, um contraponto a essa mentalidade autorizada é apontado por Meneses (2012) em sua leitura da Constituição de 1988. O autor destaca que o artigo 216 ampliou radicalmente quem pode definir e proteger o patrimônio. Primeiramente, quebrou-se a exclusividade do Estado, cujo poder se concentrava no tombamento, para incluir a participação ativa da “comunidade” e dos “grupos formadores da sociedade” na atribuição de valor. Em segundo lugar, o texto abriu o processo para além do círculo de arquitetos e intelectuais do IPHAN, legitimando que esses novos agentes, em colaboração com o governo, identificassem e protegessem os bens materiais e imateriais vinculados à sua própria identidade, ação e memória.

Chuva (2017) complementa, explicando que a Constituição de 1988 pode ser compreendida como o ápice de transformações sociais e intelectuais que já ocorriam no Brasil. A "virada cultural" das décadas anteriores, influenciada por novas correntes da historiografia, preparou o terreno ao ampliar a noção de cultura para o cotidiano e as práticas populares, desafiando a visão elitista do patrimônio. Essa mudança já se manifestava em tombamentos emblemáticos nos anos 1980, como o do Terreiro da Casa Branca, impulsionados por movimentos sociais que buscavam representatividade.

Segundo a autora, a Constituição consolidou essa nova lógica através do conceito de “referência cultural”, que inverteu o paradigma autorizado ao focar não no valor intrínseco do objeto, mas nos sujeitos e comunidades que lhe atribuem significado. Contudo, a autora adverte que a implementação dessa visão democrática foi um processo “lento, controvertido e nada linear” (Chuva, 2017), pois a mentalidade

modernista e colonial persistiu nas práticas institucionais, mostrando que a disputa entre o discurso autorizado e as novas abordagens foi complexa e contínua.

A inclusão de novos sujeitos na definição e proteção do patrimônio cultural brasileiro desencadeou uma profunda transformação no campo. Essa mudança resultou na associação direta do patrimônio a pautas de direitos e reparação, além de impulsionar a revisão de conceitos fundamentais da área. Consequentemente, surgiram novas abordagens para identificar os bens em sua relação com o espaço, as pessoas e o tempo presente, o que legitimou a inclusão de uma ampla variedade de novos objetos e manifestações culturais no rol do patrimônio nacional (Leal; Sanchez, 2021). Nesse sentido, concorda-se com a premissa de que

> [...] o "patrimônio", seja imaterial ou material, não pode ser "protegido" ou salvaguardado a menos que seja usado e tornado significativo no contexto das necessidades e aspirações contemporâneas das comunidades para as quais é significativo. (Smith, 2015, p. 139).

Em vista disso, concorda-se com Smith (2015), quando defende a necessidade de romper com a divisão binária entre patrimônio tangível e imaterial (e, nesse caso, patrimônio cultural/natural) para considerar maneiras mais úteis de compreender o patrimônio.

Nesse sentido, compreender o patrimônio como um processo ativo, e não como um objeto estático, é fundamental para uma análise crítica que transcenda a mera gestão técnica, permitindo examinar suas profundas consequências culturais e políticas. A visão tradicional do patrimônio como uma “coisa”, um monumento ou sítio com valor inato, facilita o controle de seus significados, permitindo que sejam definidos, catalogados e confinados por uma única narrativa autorizada. Essa coisificação visa salvaguardar memórias específicas sobre o passado. Em contrapartida, a abordagem processual revela que todo patrimônio é, em essência, intangível, pois seu verdadeiro valor não reside no objeto físico, mas nos significados que construímos socialmente em torno dele.

Nessa perspectiva, o patrimônio torna-se uma contínua negociação de identidades, memórias e valores; uma performance na qual utilizamos o passado para dar sentido ao nosso presente e ao nosso lugar no mundo. Essa negociação ocorre em todas as etapas, seja nas decisões sobre o que preservar, na forma como os bens são gerenciados e exibidos, e até na maneira como o público se engaja ou se distancia deles. Portanto, o patrimônio não é neutro. Ele funciona como um poderoso discurso

político, uma ferramenta usada para legitimar certas narrativas históricas em detrimento de outras e, ao fazer isso, atua diretamente na manutenção ou na contestação de valores e das hierarquias sociais que eles sustentam no presente.

Essa crítica ao discurso autorizado revela que o patrimônio não é um conjunto estático de bens, mas um processo social ativo e contínuo. Se as narrativas dominantes precisam ser constantemente reforçadas e as iniciativas de inclusão são, na verdade, mecanismos de assimilação, isso demonstra que o status do patrimônio nunca está garantido; ele precisa ser permanentemente produzido e legitimado. É precisamente nessa dinâmica de manutenção, negociação e contestação que sua natureza processual se torna evidente.

Este processo não ocorre de forma abstrata. Ele se materializa em performances concretas que vão desde os rituais conduzidos por especialistas em laboratórios de restauro até as cerimônias cívicas realizadas em monumentos, passando pelas visitas guiadas em museus e pelos protestos que contestam a legitimidade desses bens, como explica Taylor (2013). Cada um desses atos constitui uma performance que não apenas reitera, mas também recria os significados atribuídos ao patrimônio. É por meio dessas ações performáticas que o patrimônio se torna uma ferramenta poderosa na construção e disputa das memórias coletivas e, consequentemente, na afirmação ou contestação das identidades no presente.

Cabe demarcar que a performance é um conceito complexo e multifacetado, cuja riqueza de significados sobressai definições simplistas, em concordância com Taylor (2013). Sua origem etimológica, do francês antigo *parfournir* ("completar" ou "executar"), já aponta para essa natureza ativa, que no século XVI passou a designar exibições públicas.

No campo acadêmico, sua principal característica é a dualidade. De um lado, é um objeto de análise que engloba práticas como dança, teatro e rituais; de outro, funciona como uma lente metodológica para investigar o cotidiano, qual seja a cidadania, gênero e etnia, como atos performáticos. Essa dupla função a estabelece não apenas como objeto de estudo, mas como uma epistemologia, um modo de conhecer o mundo através da ação incorporada. Surgido nos anos 1970 da confluência entre a Antropologia e o Teatro, o campo dos estudos da performance tem como um de seus debates centrais a tensão entre o efêmero e o duradouro. A natureza da performance é paradoxal. Por um lado, afirma-se seu caráter efêmero, argumentando que ela se perde sem o registro; por outro, destaca-se sua função

essencial como veículo para a transmissão de conhecimento e memória (Taylor, 2013).

É justamente ao atuar como um meio de transmissão que a performance se conecta com a cultura, a memória e a identidade. Ela se torna um pilar do patrimônio imaterial ao funcionar como um "ato de transferência vital", que perpetua saberes e valores sociais por meio do "comportamento reiterado" (Smith, 2006; Taylor, 2013). Esse princípio é reconhecido por instituições como a UNESCO, que busca salvaguardar formas de expressão como a arte da contação de histórias. Diferentemente do patrimônio material, cuja preservação foca no objeto, o imaterial depende do apoio à "transmissão incorporada", práticas como a dança, os rituais e a oralidade, muitas vezes marginalizadas por epistemologias ocidentais que privilegiam a escrita.

Ao valorizar esse repertório, o campo da performance desafia o logocentrismo e revela como as identidades são construídas, dando visibilidade a "repertórios de resistência" como a rumba, a capoeira e o samba. Assim, a performance não apenas preserva, mas ativamente revela, constrói e renegocia a memória e a identidade, tornando visíveis as histórias que os registros formais muitas vezes silenciam (Taylor, 2013).

Nesses termos, dialoga-se com Smith (2006) quando defende que o patrimônio não é uma “coisa”, tampouco um “local” ou objeto material. Pelo contrário, patrimônio são as manifestações e expressões que ocorrem nesses locais. Trata-se de um processo cultural que se baseia em atos de memória para nos ajudar a interpretar o presente e a interagir com ele. Nessa dinâmica, os locais físicos funcionam como ferramentas culturais que auxiliam o processo, mas não são indispensáveis para que ele aconteça.

Este entendimento de patrimônio como um processo vivo e performático pode ser ilustrado pela cultura das quebradeiras de coco babaçu do Maranhão. Para elas, o patrimônio não é simplesmente o coco ou os babaçuais enquanto recurso natural. O verdadeiro patrimônio reside no complexo de saberes, cânticos e práticas sociais ativados durante o ato coletivo da quebra do coco. A transmissão desse conhecimento de uma mãe para uma filha não ocorre de forma eficaz em casa, longe de seu contexto. É no "território" das quebradeiras – os babaçuais livres – que a herança cultural se manifesta. Ao ensinar as mais jovens a manejar o machado e a maceta, ao

entoar os cânticos que marcam o ritmo do trabalho e narram histórias de luta e resistência, elas transformam o babaçual em um "teatro de memória".

O local deixa de ser um mero fornecedor de matéria-prima e se torna o palco que confere gravidade e sentido à ocasião, onde a identidade coletiva é forjada e reafirmada. Portanto, é o uso do babaçual como espaço de transmissão de um saber-fazer ancestral que o constitui como patrimônio, não a mera existência das palmeiras.

A interface com a experiência das quebradeiras de coco revela que o patrimônio só se concretiza ao ser vivenciado, manifestando-se como performance (Smith, 2006; Taylor, 2013). Esses atos performáticos de recordação possuem uma dupla função. Por um lado, garantem a transmissão de saberes e valores às gerações mais jovens; por outro, afirmam e fortalecem a identidade coletiva do grupo. A memória, nesse contexto, supera a narração oral para se tornar incorporada, ela é revivida e reencarnada no corpo por meio de práticas realizadas na paisagem cultural. Além de preservar o passado, o processo é gerador de futuro, ele cria memórias coletivas e permite que todas as mulheres, especialmente as mais jovens, negociem ativamente os significados de sua identidade e de sua presença naquele território no tempo presente.

A experiência das quebradeiras de coco é um exemplo vívido de como o patrimônio se manifesta como uma prática viva e incorporada. Essa forma de perpetuação da memória cultural, baseada na performance, ilustra perfeitamente o conceito de "repertório". Para compreender a fundo sua importância, é essencial contrastá-lo com sua contraparte, o "arquivo", estabelecendo assim a dicotomia fundamental que estrutura esse campo de estudo (Taylor, 2013). Afinal, como diferenciar a memória performática, transmitida pelo corpo, daquela registrada em documentos? Para tanto, os estudos da memória cultural oferecem um arcabouço conceitual fundamental, que se baseia na distinção entre duas formas de armazenamento e transmissão do conhecimento. A primeira e mais dominante no Ocidente, que será explorada a seguir, é a do "arquivo".

No âmbito dos estudos da memória cultural, faz-se uma distinção fundamental entre o "arquivo" e o "repertório" recorrendo-se a Taylor (2013). Porém, embora não seja o intento desta seção, cabe ressaltar que em diferentes estudos no campo da Ciência da Informação, o conceito de "Arquivo" é definido de múltiplas formas, refletindo diferentes pressupostos teóricos. As abordagens variam desde visões

tradicionais, focadas na custódia e preservação, até concepções contemporâneas que o entendem como um processo social e dinâmico.

Sob uma perspectiva custodial, sistêmica e inclusiva, Araújo (2011) conceitua o arquivo como um repositório para a preservação da produção humana simbólica, com um enfoque no âmbito público e nacional. Essa abordagem enfatiza a integração entre a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia, visando a um "arquivo total" que abrange diversas formas de registro, incluindo a história oral e arquivos pessoais. O princípio fundamental desta visão é a preservação e a gestão de acervos como uma forma de manter o registro institucional.

Em contraste, as abordagens pós-modernas e pós-estruturalistas, representadas por autores como Cavalheiro e Santos (2021) e Araújo (2015), enxergam o arquivo como uma construção social. Cavalheiro e Santos (2021), sob a influência de Michel Foucault, definem o arquivo a partir da materialidade (*conscriptio*), como um conjunto de documentos com conteúdo informacional. Araújo (2015), por sua vez, descreve a evolução do conceito de um foco no documento para uma ênfase no contexto social, nas narrativas e nas relações de poder que o moldam. Nessa visão, os arquivos não são neutros, mas processos dinâmicos.

Diante disso, retorna-se ao entendimento de Taylor (2013), a qual destaca que o arquivo compreende o acervo de materiais tangíveis, como documentos escritos, mapas, textos literários, cartas, restos arqueológicos, ossos, vídeos e filmes, que são considerados duradouros e resistentes à mudança. Ele opera à distância, separando a fonte de conhecimento do conhecedor, e percebido como expansivo e imune à alteridade. Essa dimensão arquivística, fortemente ligada à escrita, tornou-se central na epistemologia ocidental, que por vezes postulou o desaparecimento de conhecimentos não registrados textualmente.

Em contraste, o repertório designa a memória incorporada, manifestada em performances, gestos, oralidade, movimento, dança, canto e rituais. Considerado frequentemente efêmero por sistemas de valorização arquivais, o repertório, na verdade, exige a presença de participantes para a produção e reprodução do conhecimento. Embora suas ações se modifiquem com o tempo, ele simultaneamente guarda e transforma os sentidos, transmitindo conhecimento e identidade social por meio do "comportamento reiterado". Essa capacidade de transmissão "ao vivo" e incorporada é essencial para culturas onde o conhecimento é passado de geração em

geração através da ação, como em "trilhas da memória" performatizadas (Taylor, 2013).

Essa distinção ganha relevo ao se fazer interface com o Discurso Autorizado do Patrimônio, o qual historicamente privilegia obsessivamente o "arquivo", concentrando-se em monumentos, grandes obras de arte e bens materiais que se enquadram em narrativas de nação e classe. Esse discurso, institucionalizado por organizações como a UNESCO (em sua Convenção do Patrimônio Mundial de 1972), define o patrimônio como algo com valor inato, que deve ser passivamente cuidado e transmitido "inalterado" para as gerações futuras, sob a tutela de especialistas. Contudo, uma compreensão ampliada do patrimônio reconhece que ele é, em última análise, uma prática cultural e um processo de construção de significado.

Nessa perspectiva, reforça-se que o patrimônio não é meramente um objeto estático, mas a própria encenação viva da memória e da identidade. As performances funcionam como "atos de transferência vitais", essenciais para a memória cultural e para a compreensão do patrimônio imaterial, as quais são constantemente recriadas e oferecem um senso de continuidade. A crítica aponta que o patrimônio, mesmo o tangível, só é "reconhecível quando expressa os valores de uma sociedade" (Smith, 2006, p. 112), e que esses valores são, por natureza, intangíveis. Assim, a performance resolve a dicotomia material/imaterial, pois ela é a força que confere vida e significado a todo patrimônio, transformando-o em um modo ativo de conhecer, armazenar e transmitir conhecimento e identidade cultural.

Ainda que a performance ofereça uma solução teórica para a dicotomia material/imaterial, é necessário confrontar essa visão com a realidade do patrimônio como um campo de poder discursivo. O valor simbólico do patrimônio é amplamente utilizado na construção de identidades, especialmente a nacional, funcionando como um capital cultural que legitima a pertença a um grupo. No entanto, o acesso a esse capital muitas vezes exige uma "alfabetização" específica, definida por um discurso patrimonial autorizado. Esse discurso é moldado pelo conhecimento de especialistas, tais como arqueólogos e historiadores, que, ao definirem o que é legítimo, podem inadvertidamente tornar debates políticos sobre identidade em questões aparentemente "apolíticas", conforme já discutido nesta seção. Nesses termos, o DPA funciona, assim, como uma mentalidade ou um "olhar" que governa, mas que também abre espaço para a contestação, pois o patrimônio pode ser usado de forma subversiva para desafiar as identidades impostas, como ressalta Smith (2006).

Além do poder discursivo, uma dimensão ainda mais fundamental reside na naturalização e valorização do patrimônio como objeto material. Nessa perspectiva, os bens tangíveis não apenas simbolizam identidades, mas se tornam objetos de desejo e prestígio. A capacidade de possuir e controlar esses artefatos fetichizados funciona como uma manifestação física de poder, reforçando o status da nação ou grupo detentor. A própria materialidade do patrimônio serve como uma declaração de autoridade e realização cultural, ao mesmo tempo que sua aparente objetividade mascara as relações de poder que constroem e regulam os valores associados a ele. Sob esse olhar materialista, que privilegia o tangível, uma única realidade é validada, e as subjetividades e memórias que existem fora dela, como as do repertório performático, são marginalizadas ou simplesmente consideradas menos reais.

Concorda-se com a máxima de que é preciso abandonar a noção do patrimônio como um objeto estático, dotado de um significado único e fixo. Em seu lugar, ele deve ser compreendido como um discurso, como um processo vivo e contínuo de construção de significados. O verdadeiro patrimônio não reside no bem material em si, mas na teia de valores, memórias, debates e emoções que o envolvem. Nessa perspectiva, todo patrimônio se torna, em essência, imaterial, pois seu valor é definido por uma mentalidade, uma forma de ver e sentir.

O patrimônio imaterial, definido como o conjunto de práticas, expressões e significados por meio dos quais os grupos sociais constroem e negociam sua identidade, desvela esse prisma social e desvinculado da materialidade preconizada pelas elites (Tamaso, 2005). Segundo Arantes (2001), ele é constituído pelas "referências das identidades sociais" e pelos "sentidos atribuídos a suportes tangíveis", como lugares e objetos. Essa dimensão do patrimônio, que abrange desde a culinária a rituais e músicas, caracteriza-se por uma maior autonomia das comunidades locais. Nela, a agência dos sujeitos na produção e manutenção de suas próprias referências culturais ainda não sofreu o mesmo impacto de apropriação externa visto em outros domínios. Nesse sentido, ressalta-se que,

> A preocupação com a herança cultural passou a recair sobre as idéias e imagens e não apenas sobre as coisas. Essa transformação reflete, em parte, a influência das culturas que não compartilhavam com a mania ocidental de bens materiais como patrimônio (Tamaso, 2005, p. 16).

Arantes (2001) destaca que o patrimônio imaterial é, por natureza, um processo dinâmico e não um acervo fixo de bens. Ele se manifesta por meio de um conjunto de

referências culturais, sejam elas práticas como danças e narrativas ou suportes materiais como objetos e lugares, que as comunidades utilizam para construir e reafirmar sua identidade. O valor desses bens não é intrínseco, mas atribuído, resultado de um processo contínuo de reinvenção e negociação de significados que responde às necessidades sociais e históricas e está enraizado na memória simbólica do grupo.

Essa redefinição é o cerne do argumento de Smith (2006), que propõe unificar os conceitos de patrimônio material e imaterial. Para a autora, a distinção é artificial, pois o que de fato se gerencia e se vivencia em qualquer prática patrimonial são os valores e significados, que são, por natureza, intangíveis. O exemplo das repinturas aborígenes australianas, apresentado na obra de Smith (2006), ilustra isso perfeitamente, visto que o foco da preservação não deveria ser a tinta sobre a rocha, mas a prática ritualística, o conhecimento e os sentidos transmitidos pelo ato de pintar. Essa abordagem desloca o olhar do objeto para o afeto, as emoções, as memórias e o senso de pertencimento que os bens e as práticas culturais invocam.

O conceito de afeto, portanto, torna-se a chave para dissolver a falsa dicotomia entre o físico e o performático. Ele reconhece o "poder do lugar" de despertar sentimentos, ao mesmo tempo que compreende a performance como a própria personificação do pensamento e da emoção. Dessa forma, o afeto vincula a experiência sensorial de um sítio físico com os atos incorporados de uma dança ou de uma história oral. Ao focar no afeto, o patrimônio deixa de ser um catálogo de coisas e se torna um campo dinâmico de experiências. Abre-se, assim, um espaço conceitual muito mais amplo para a memória e para o ato de lembrar como os verdadeiros protagonistas do processo patrimonial.

Ainda que a conexão entre patrimônio, memória e identidade seja frequentemente reconhecida, essa relação é raramente analisada de forma crítica. Isso se deve, em parte, à tensão fundamental entre a natureza da memória, que pressupõe a possibilidade do esquecimento, e a lógica do DAP. Este discurso tende a selecionar e promover apenas os aspectos "positivos" do passado, aqueles que constroem o orgulho e reforçam uma identidade coesa, enquanto marginaliza ou silencia o que é "dissonante", as memórias de conflito, dor ou vergonha.

Contudo, a memória não é um depósito passivo de fatos. É um processo cultural dinâmico de lembrar e esquecer, fundamental para a forma como compreendemos o mundo. Ao passo em que lembrar é uma atividade na qual o

passado é continuamente negociado e reinterpretado não apenas pelas experiências, mas, sobretudo, pelas necessidades do presente. O passado, portanto, nunca é acessado em seus próprios termos; ele é constantemente recriado no presente, através de nossas interações sociais e com o ambiente. Nesse processo, as tendências nacionalizadoras do patrimônio frequentemente impõem uma memória coletiva hegemônica, que ignora as formas subalternas de lembrança para definir um "caráter interior" único para a nação.

A razão pela qual determinadas tradições são privilegiadas enquanto outras são esquecidas e silenciadas pode ser compreendida ao analisar como a memória é materializada, como por exemplo, no contexto de funcionamento de uma biblioteca pública. Quando o conhecimento oral, as práticas comunitárias ou as tradições são transformadas em um objeto tangível, como um livro ou um documento catalogado, elas se tornam "administráveis", reguláveis e, acima de tudo, dotadas de uma autoridade que parece natural. O acervo de uma biblioteca, portanto, funciona como um arquivo que confere legitimidade a certas narrativas, dominantes e hegemônicas.

Nesse processo, formas de conhecimento que não se encaixam no formato material "tradicional", tais como as histórias orais de um bairro ou os saberes de uma comunidade que não foram publicados, podem ser citadas, como os comerciantes informais do centro de São Luís, constantemente à margem e esquecidos, são inevitavelmente vistos como carentes de "substância", mesmo que ocorram no próprio espaço da biblioteca. Assim, a materialidade do livro torna-se um poderoso mecanismo de controle que pode, inadvertidamente, marginalizar as memórias que não deixaram um vestígio físico catalogado.

Contudo, reduzir a biblioteca apenas ao seu acervo seria ignorar seu potencial como um espaço de negociação e contestação das memórias, patrimônios e identidades. Em vez de sucumbir ao constante interesse no arquivamento e proteção exacerbada do acervo e sua salvaguarda, pode-se observar como as pessoas se envolvem ativamente com este espaço. Desse modo, pontua-se que uma biblioteca não é apenas um depósito de livros; é um palco para palestras, clubes de leitura, oficinas de zines e encontros de contação de histórias, performances de cordel, manifestações culturais tradicionais e debates que desafiam a narrativa hegemônica contida nas prateleiras.

Tais práticas demonstram que a memória é dinâmica e não estática. Grupos subalternos ou de oposição podem utilizar o espaço legitimado da biblioteca pública

para realizar performances de memória, criando e validando suas próprias narrativas. Dessa forma, a biblioteca pública se revela um campo de dissonância, onde o patrimônio autorizado é constantemente negociado, provando que mesmo os grupos marginalizados pelo acervo oficial podem encontrar formas de registrar, subverter e reivindicar seu lugar na memória coletiva (Smith, 2006, 2015).

Seja definido como um conjunto de bens ou como um processo de construção de significado, o patrimônio desempenha um papel central na memória. Ele opera em uma tensão fundamental, por um lado, é "algo para se ter"; por outro, é "algo que se faz" (Smith, 2006). Essa dualidade pode ser colocada como lente no contexto das bibliotecas públicas. Como "algo para se ter", seu acervo físico representa um arquivo de narrativas autorizadas, uma ferramenta cultural que confere legitimidade a conhecimentos hegemônicos. Contudo, como "algo que se faz", a biblioteca é um palco para a negociação e reconstrução de significados através de suas atividades, como debates e oficinas, que fomentam a memória social de maneira ativa.

A ênfase recai sobre a performance como o motor desse processo, conforme diálogo com Taylor (2013). Para compreender como isso ocorre, é útil distinguir entre práticas de "inscrição" e de "incorporação" aludidas por Smith (2006). Na biblioteca, a inscrição evidencia-se por meio do que está registrado nos livros, mapas e documentos. A incorporação acontece quando o conhecimento sai da página e ganha vida no corpo. A memória de uma história não reside apenas no texto, mas no ato de contá-la em uma roda de leitura, com suas pausas, gestos e entonações. É o passado reencenado no presente por meio de uma conduta habilidosa, um conhecimento que o corpo aprende e executa.

Assim, frequentar uma biblioteca pública e interagir com seu universo torna-se tanto uma performance cultural e política quanto um ato de recordação. Em vista disso, afirma-se que todo o processo conjugado no patrimônio cultural “[...] são performances culturais sustentadas, nas quais certos valores e identidades culturais são continuamente ensaiados e, portanto, preservados.” (Smith, 2006, p. 68). Essa performance pode ser um simples ensaio de narrativas estabelecidas, como consultar um clássico, por exemplo, ou uma reconstrução ativa de significados, como em um debate que questiona o acervo existente. O importante é que o ato coletivo de recordar, seja em um clube do livro ou em uma oficina, une o grupo. Ele reforça a ideia de que o patrimônio não é um objeto passivo a ser consumido, mas um processo engajado na negociação de valores. Em última análise, reconhecer essa dimensão

performática nos obriga a ver o patrimônio como um ato, pessoal e social, de contínua construção de sentido (Smith, 2006; Taylor, 2013).

Compreender o patrimônio como um processo vivo e negociado, conforme consolidado, abre espaço para analisar suas tensões inerentes. Se o patrimônio é um palco para a construção de sentidos, ele é também, inevitavelmente, um campo de disputas, onde diferentes valores e memórias coexistem e, por vezes, entram em conflito. Essa complexidade se manifesta de forma particular no contexto das bibliotecas, livros e documentos, que guardam em si múltiplas narrativas. A seção a seguir dedicar-se-á, portanto, a abordar as especificidades e os desafios do patrimônio bibliográfico e dos patrimônios dissonantes, explorando como essas disputas de significado se materializam.

7.3 DO PATRIMÔNIO BIBLIOGRÁFICO AOS PATRIMÔNIOS DISSONANTES

A biblioteca pública, tradicionalmente vista como guardiã do "arquivo", um repositório de materiais tangíveis e duradouros, pode e deve ser redefinida como um palco vibrante para o "repertório". Longe de ser apenas um espaço de armazenamento estático, frequentemente privilegiado pelo discurso ocidental do patrimônio, ela se revela um local performático onde a memória incorporada e os saberes em ação ganham vida. Nesse ambiente, a performance se torna uma epistemologia, um modo de conhecer e transmitir cultura por meio da oralidade, dos gestos e do comportamento reiterado.

A biblioteca atua, assim, como uma intermediária que permite a fusão entre o conhecimento fixado no arquivo e aquele vivido no repertório. Nela, a identidade e a memória cultural são constantemente lidas, questionadas e reescritas, permitindo que múltiplas narrativas se encontrem para construir novos significados. Essa abordagem transforma o patrimônio de um conceito passivo e distante em uma encenação viva de histórias e identidades em contínua evolução, desafiando os pensamentos hegemônicos e ampliando o que entendemos por conhecimento.

Conforme pontuado por Rodríguez Temiño (2010), a concepção de patrimônio evoluiu para uma esfera ampla e complexa, que salta os marcos históricos tradicionais. Essa perspectiva é corroborada por Tamaso (2005), ao defender que a maioria das pessoas passou a ter e ser elemento constituinte desse patrimônio, portanto, expandindo-o. Essa abordagem passa a incorporar manifestações da cultura

popular, tradições e até mesmo aspectos linguísticos. O avanço dessa definição reside no reconhecimento explícito de que o valor patrimonial não está apenas no objeto, mas também nos elementos intangíveis que lhe conferem vida, como as crenças, os saberes e as práticas culturais.

É preciso, então, reavaliar criticamente a noção de que o patrimônio é simplesmente um conjunto de traços transmitidos socialmente. Essa visão, mesmo quando reconhece um valor econômico ou a obrigação de um legado, ainda corre o risco de tratar o patrimônio como um pacote a ser entregue. Nessa esteira do que se discutiu nesta seção, a transmissão não é um mero repasse, mas uma performance contínua. O dever de preservação, portanto, vai além da guarda de objetos; ele se concentra em assegurar as condições para que as práticas vivas, o repertório que confere significado e afeto a esses bens, continuem a ser encenadas e reinventadas.

O flamenco andaluz, analisado por Cruces Roldán (2014, tradução nossa), emerge como um exemplo paradigmático dessa dinâmica. A patrimonialização oficial, ao tentar enquadrar o flamenco como um bem cultural institucionalizado, representa o DAP em ação. Contudo, as comunidades ciganas e artistas periféricos mobilizam a performance do flamenco como um repertório de resistência, um ato político que desafia tanto a marginalização histórica quanto a apropriação institucional. Essa disputa, como observa Velho (2006), espelha conflitos sociais mais amplos sobre quem pode definir a identidade e a cultura. O paradoxo resultante é revelador, pois quanto mais se tenta fixar o flamenco como um "arquivo" estático, mais intensamente a comunidade o reinventa através da performance, provando que o patrimônio é, em sua essência, um processo interminável de negociação.

Nesse sentido, o patrimônio deve ser compreendido como uma construção discursiva que mapeia a identidade de uma coletividade (Costa, 2020; Costa; Cutrim, 2021). O patrimônio bibliográfico, em particular, emerge como um campo para analisar essa dinâmica, pois, como aponta Cutrim (2011), ele serve como um relevante estímulo à memória. Como reforçado, a biblioteca materializa a tensão fundamental entre o "arquivo" e o "repertório" (Taylor, 2013). Seu acervo representa a memória autorizada e inscrita, enquanto o seu espaço é simultaneamente um palco para o repertório vivo, onde o conhecimento é ativado, negociado e contestado por meio da performance.

A relação com as bibliotecas é, portanto, intrínseca. Instituições como a Biblioteca Pública Benedito Leite exemplificam essa dupla função. Por um lado,

operam como guardiãs do arquivo, reforçando o DAP por meio de suas práticas de catalogação e organização. Por outro, ao promoverem a mediação do conhecimento e a apropriação da história pelos indivíduos (Costa; Cutrim, 2022), elas se tornam arenas para a performance, onde a memória é vivida e ressignificada.

Dessa forma, mais do que repositórios, as bibliotecas públicas são espaços dinâmicos onde a memória coletiva é continuamente negociada. Para cumprirem sua missão de forma efetiva, é preciso ir além da adoção de estratégias robustas de difusão e mediação (Costa; Cutrim, 2021). É fundamental reconhecer que essas instituições são campos de força, onde o patrimônio não é apenas guardado, mas ativamente construído, contestado e transformado, revelando-se um processo cultural em constante movimento.

A discussão sobre patrimônio bibliográfico, no âmbito da Ciência da Informação, busca superar a visão restritiva que o limita a obras raras ou antigas. Silva, Achilles e Azevedo (2020) alertam contra a redução do conceito a impressos dos séculos XV a XVIII, edições especiais ou exemplares com anotações manuscritas. Essa reavaliação é fundamental, ainda que o debate no Brasil seja considerado incipiente e a noção de patrimônio, historicamente vaga (Rodrigues, 2016).

O fato de ser um conceito considerado pouco explorado nacionalmente, onde o livro se popularizou tardiamente como ferramenta educativa e científica (Santos; Reis, 2018), já revela sua origem como um instrumento de um discurso específico, muitas vezes ligado a uma elite letrada. Essa contextualização é fundamental, pois nos permite analisar o patrimônio bibliográfico não como uma categoria neutra, mas como um campo de força onde a tensão entre o "arquivo" e o "repertório" se manifesta de forma clara.

O conceito de patrimônio bibliográfico é caracterizado por sua complexidade e falta de uma definição singular e amplamente aceita, sendo frequentemente sobreposto ou associado ao patrimônio documental. As fontes o descrevem como um amplo conjunto de materiais, incluindo manuscritos, impressos e digitais, que veiculam a herança cultural de um povo. Essa amplitude significa que o patrimônio bibliográfico compreende todas as expressões artísticas, históricas, culturais, folclóricas, educativas, intelectuais e científicas que servem como testemunho do desenvolvimento social, independentemente do suporte (Albuquerque; Silveira, 2023; Napoleone; Beffa, 2022; Provenzano, 2020).

Em vista disso, afirma-se que o patrimônio bibliográfico inclui, assim, todas as obras e coleções de livros, jornais e periódicos de caráter literário, histórico, científico ou artístico. Essa definição é ampla e independe do suporte (impresso, manuscrito, fotográfico, cinematográfico, sonoro ou magnético), da forma de publicação (seja como item único ou em série) ou da tecnologia usada para sua criação ou reprodução. Vale ressaltar que documentos guardados em arquivos de distintas regiões podem enriquecer a história ou a língua de uma determinada comunidade e, inversamente, obras de origem externa podem ter sido essenciais para a formação dessa mesma comunidade.

As definições formais, como as de Faria e Pericão (2008) ou Andrade (2009), que o conceituam como um "conjunto de bens" ou "documentos" de relevância histórica, representam a visão clássica do arquivo. Elas focam no objeto tangível, na coleção a ser preservada. Contudo, à luz de nossa discussão, essa perspectiva é insuficiente. O valor patrimonial de um livro não reside apenas em sua materialidade, mas é ativado pela performance da leitura, da interpretação e do debate. Ele se torna patrimônio através do processo pelo qual uma comunidade lhe atribui significado e afeto no presente, transformando-o de um simples objeto em um artefato cultural vivo.

Beffa e Napoleone (2018) argumentam que seu valor inestimável reside também em acervos temáticos, como a Arquivologia, e na produção editorial institucional. A distinção entre patrimônio bibliográfico e arquivístico/documental é apontada como necessária, baseando-se no contexto de produção dos documentos. Essa complexidade conceitual demanda estudos e reflexões aprofundadas para se estabelecer uma base teórica mais abrangente (Silva; Achilles; Azevedo, 2020).

Diante disso, concorda-se que o patrimônio bibliográfico enquadra-se como uma modalidade do patrimônio cultural, reconhecido por seus valores históricos, culturais e sociais. No Brasil, a legislação já o incluía desde o Decreto-Lei nº 25 de 1937, ao definir o patrimônio histórico e artístico nacional com base em seu excepcional valor bibliográfico (Silva; Achilles; Azevedo, 2020). A Constituição de 1988 expandiu o conceito de patrimônio cultural para abarcar bens materiais e imateriais que referenciam a identidade e memória dos grupos sociais brasileiros, englobando obras e documentos (Gauz, 2015). Internacionalmente, a UNESCO, por meio de sua Recomendação de 2015, enfatiza que o patrimônio documental, que inclui o bibliográfico, possui valor significativo e duradouro para a humanidade,

necessitando ser preservado e amplamente acessível para a compreensão da história e a formação da identidade de cada nação (Santos; Reis, 2018).

Concorda-se com Gómez Gómez (2012, tradução nossa), quando este afirma que, ao se falar de documentos e livros como parte do Patrimônio Histórico, não se está referindo, em princípio, apenas a folhas, cadernos em branco, pergaminhos ou encadernações,

> Livros e documentos autênticos carregam uma mensagem que lhes confere uma verdadeira razão de ser. Esse duplo aspecto material e imaterial de documentos e livros os diferencia e distingue plenamente de outros bens culturais e os envolve em uma complexidade conceitual e metodológica que afeta todas as áreas de seu estudo e processamento (Gómez Gómez, 2012, p. 1038, tradução nossa).

Em vista disso, afirma-se que livros e documentos são vistos como bens culturais complexos, que veiculam tanto aspectos materiais quanto uma mensagem essencial. A patrimonialização de um acervo, como a Biblioteca de Rui Barbosa, ilustra essa perspectiva, onde o valor advém da relação identitária entre a coleção e seu antigo possuidor ou a instituição, caracterizando um "patrimônio exógeno" (Provenzano, 2020). Isso significa que o valor de uma coleção pode romper a raridade dos itens individuais. Instituições de memória, como arquivos, bibliotecas e museus, atuam como guardiãs e promotoras desse patrimônio, sendo essenciais para sua salvaguarda e difusão (Provenzano; Dodebei, 2021).

A contínua evolução do conceito é impulsionada, em grande parte, pela ascensão do meio digital, que introduz novos desafios e paradigmas. A dimensão digital do patrimônio bibliográfico levanta questões cruciais sobre a preservação de longo prazo e as estratégias para garantir o acesso universal à informação. Ao mesmo tempo que promove a democratização do conhecimento, o ambiente digital também evidencia o problema da exclusão digital, impondo barreiras para uma parcela da população (Cavalcante, 2007). Esta complexidade reforça a ambiguidade conceitual identificada na literatura, onde diversos autores apontam para a necessidade de adotar definições mais amplas e inclusivas, capazes de abarcar as transformações tecnológicas e sociais que moldam continuamente o que entendemos por patrimônio bibliográfico (Albuquerque; Silveira, 2023).

Nas bibliotecas públicas, o patrimônio bibliográfico se manifesta como um dinâmico conjunto de materiais documentais que registram a evolução das sociedades e a constituição de identidades. Tal patrimônio vai além da mera antiguidade ou

raridade de obras, abrangendo manuscritos, impressos e conteúdos digitais, como por exemplo, o acervo digital de Obras Raras da BPBL (Costa; Luce; Bernardino, 2024), todos dotados de valor cultural, histórico e social. Essas instituições funcionam como guardiãs das diversas memórias culturais, possibilitando o acesso e a compreensão da história e da identidade de uma comunidade ou nação.

O valor do patrimônio bibliográfico não reside apenas em suas características intrínsecas, mas também na sua capacidade de gerar ressonância e na sua relação com a comunidade, que se reconhece nos objetos e documentos que formam sua herança cultural. Ao preservar e disponibilizar esses acervos, as bibliotecas públicas contribuem para a formação da memória histórica e coletiva, ajudando a moldar a identidade de grupos sociais e a transformar coletividades em povos e territórios em nações. O papel do bibliotecário é fundamental nesse processo, ao promover a mediação da informação e a conscientização sobre esses bens, assegurando que o patrimônio seja acessível e compreendido em seu contexto social e cultural. Essa atuação garante que a herança bibliográfica sirva como testemunho essencial para as futuras gerações.

Em vista disso, o papel dos profissionais da Ciência da Informação exorta a gestão técnica de acervos. Ao definirem políticas de preservação, eles não estão apenas salvaguardando bens, mas atuando como gestores do DAP, decidindo quais narrativas e materialidades serão legitimadas. A urgência de um debate mais profundo sobre o tema no Brasil não se deve apenas à falta de normas, mas à necessidade de superar uma visão arquivística. O desafio é conceber práticas que não apenas protejam o objeto, mas que fomentem o repertório, reconhecendo que a omissão nesse debate significa solidificar uma visão restrita e excludente da memória cultural do país.

O patrimônio cultural, definido como aquilo que carrega um significado representativo para um grupo social e legado de uma cultura, não é um conceito neutro, mas uma construção dinâmica que se transforma ao longo do tempo (Casarin; Castriota, 2020; Van Huis *et al*., 2019). Crippa (2021) pontua que, historicamente, a noção de preservação focava em elementos materiais grandiosos e iconográficos, desconsiderando frequentemente a multiplicidade de narrativas e experiências. As políticas de preservação, ao priorizarem certos aspectos e momentos da história em detrimento de outros, atuam na dialética de lembrar e esquecer para moldar uma "memória oficial", como destacam Ferreira, Cavotti e Juvêncio (2025).

Essa seleção implica inerentemente a "deserdação" de outros, ou seja, se todo patrimônio pertence a alguém, ele logicamente não pertence a outrem, tornando-se, na melhor das hipóteses, problemático ou, na pior, desconfortável para aqueles cujas experiências são excluídas (Smith, 2006). Essa dinâmica, segundo Crippa (2021), é um reflexo das relações de poder, onde grupos dominantes frequentemente impõem sua visão do passado. Em sociedades marcadas por conflitos, intolerância e discriminação, como a escravidão e regimes autoritários, essas construções se tornam ainda mais evidentes. É nesse cenário complexo que surge o conceito de "patrimônio dissonante", que reconhece e vai analisar as tensões e incompatibilidades inerentes a tais legados, servindo como uma ferramenta para abordar as complexas disputas de memória no presente (Crippa, 2021; Crippa; Damian, 2021).

O conceito de patrimônio dissonante descreve bens culturais que representam conflitos históricos e ideológicos, sendo definidos pela falta de acordo ou consistência em seu significado (Smith, 2006; Kisić, 2016, tradução nossa; Trakilović, 2019, tradução nossa). Diferente da visão tradicional que focava em criações grandiosas, Crippa (2021) explica que o patrimônio dissonante volta o olhar para o lado destrutivo e cruel da história. A dissonância não é um acidente, mas uma qualidade intrínseca do patrimônio, pois toda sua criação envolve seleção, e essa escolha, por sua vez, pode levar à exclusão ou marginalização de outras narrativas (Tunbridge; Ashworth, 1996).

As principais fontes de dissonância incluem a mercantilização do patrimônio, sua associação a lugares específicos e o conteúdo de suas mensagens. Monumentos e coleções de museus, por exemplo, não são meras obras de arte, mas dispositivos de comunicação que perpetuam certas memórias e valores (Crippa; Damian, 2021).

Ferreira, Cavotti e Juvêncio (2025) exemplificam em seu estudo sobre patrimônios dissonantes no contexto brasileiro a estátua do Marechal Castello Branco, a qual exalta um período conturbado da ditadura militar brasileira, e o busto do Marquês de Lavradio, que celebra feitos ligados à escravidão, gerando controvérsias e disputas sobre sua permanência em espaços públicos. Similarmente, Crippa (2021) alude as coleções como as máscaras faciais de Lidio Cipriani, produzidas para justificar o racismo fascista, revelam uma dissonância ao serem apresentadas sem a devida contextualização crítica. Nas palavras da autora, o patrimônio dissonante, portanto, reflete a natureza contestável das narrativas históricas e memórias coletivas, evidenciando as relações de poder que as moldam.

Conforme Ferreira, Cavotti e Juvêncio (2025) e Crippa (2021), o conceito de patrimônio dissonante descreve elementos culturais que, por sua natureza, representam conflitos históricos e ideológicos, manifestando uma falta de consenso ou consistência em seu significado. Longe de uma visão tradicional que celebrava apenas as "grandes criações" ou o "gênio criativo" da humanidade, o patrimônio dissonante direciona o olhar para as facetas mais problemáticas, destrutivas e cruéis da história.

O caráter multifacetado, e por vezes conflitante, do patrimônio deriva da premissa de que ele não é um dado, mas sim uma construção interpretativa. Consequentemente, o valor e o significado atribuídos a um bem patrimonial e ao passado que ele representa são moldados pelas variáveis desse processo, a saber: o sujeito (quem interpreta), o objeto (o que é interpretado) e o método (a forma como se interpreta) (Smith, 2006).

A falta de consenso sobre as mensagens do patrimônio gera dissonância, o que acarreta consequências emocionais, culturais e políticas significativas. A razão para isso, conforme explicam Tunbridge e Ashworth (1996), está na própria natureza da palavra "herança". Se algo é herdado por alguém, por definição, não é herdado por outros. Assim, todo ato de transformar o passado em patrimônio acaba por "deserdar" ou excluir outros grupos, seja de forma parcial ou total. Essa exclusão pode ser sutil, não intencional e com efeitos limitados, ou, ao contrário, pode ser um processo deliberado, de longo alcance e com um impacto óbvio e importante.

Essa dissonância não é um acaso, mas uma qualidade intrínseca de todo patrimônio, uma vez que a própria decisão de selecionar e preservar certas memórias implica a exclusão ou "deserdação" de outras narrativas e experiências (Tunbridge; Ashworth, 1996, tradução nossa). Nessa arena, Smith (2006, p. 81) é contundente ao afirmar que

> [...] todo patrimônio é desconfortável para alguém, não apenas porque qualquer significado ou mensagem sobre um lugar patrimonial pode "deserdar" outra pessoa, mas porque o patrimônio tem um poder particular de legitimar – ou não – o senso de lugar de alguém e, portanto, suas experiências e memórias sociais e culturais.

Tal contestabilidade está ligada às relações de poder, onde o "discurso autorizado de patrimônio", geralmente imposto por grupos dominantes, busca construir uma "memória oficial" que pode silenciar ou marginalizar vozes divergentes (Battilani *et al*., 2024, tradução nossa; Crippa; Damian, 2021). As principais fontes

pelas quais essa dissonância se manifesta incluem a mercantilização do patrimônio, sua associação a lugares específicos e o conteúdo das mensagens que veicula, como ressaltam Tunbridge e Ashworth (1996, tradução nossa).

A forma como o patrimônio é oficialmente narrado pode marginalizar grupos e comunidades cujas histórias e identidades divergem desse discurso dominante. Por outro lado, para aqueles que se veem representados nessas visões autorizadas, o patrimônio funciona como um elemento de fortalecimento e validação. Nessa esteira, afirma-se, portanto, que “[...] o passado é valorizado e compreendido de forma diferente por diferentes povos, grupos ou comunidades, e a forma como esse passado é compreendido valida ou não um senso de lugar” (Smith, 2006, p. 80).

Essa tensão, segundo Tunbridge e Ashworth (1996, tradução nossa), é potencializada pela exploração econômica do passado. A transformação da herança cultural em "produtos" de mercado, um fenômeno conhecido como "indústria do patrimônio", inevitavelmente embute neles os conflitos e dilemas da mercantilização.

A dissonância se manifesta em uma biblioteca pública, por exemplo, quando a seleção do seu acervo, suas práticas de mediação e demais projetos privilegia uma única narrativa histórica, como a dos colonizadores europeus (Costa; Mendes; Cutrim, 2025). Tal abordagem valida a identidade dos descendentes desse grupo, mas pode silenciar e alienar frequentadores de outras origens, como as afro-brasileiras, cuja contribuição para a história local é ignorada pelo "discurso autorizado" da biblioteca. A decisão de adquirir (ou não) obras de autores negros ou de promover eventos sobre a cultura afrobrasileira torna-se, assim, um ato com profundas consequências políticas e identitárias, como reforçado por Costa, Mendes e Cutrim (2025).

Para Smith (2006), o ato de interpretar o passado para o público é um processo de seleção distinto da historiografia acadêmica e, por essa razão, está sempre vulnerável a críticas como "higienização", "banalização" ou falta de autenticidade. Tunbridge e Ashworth (1996, tradução nossa) aplicam essa tensão a um caso extremo o chamado "patrimônio negativo", que inclui locais de trauma como campos de concentração, memoriais de guerra e prisões. A patrimonialização de espaços de sofrimento humano gera um desconforto social que, para eles, é revelador. Ele demonstra a tendência em associar o patrimônio apenas a narrativas positivas, consensuais e harmoniosas, expondo a dificuldade em lidar com os aspectos sombrios e dissonantes da história como parte da herança cultural.

Abordar as dissonâncias do patrimônio é fundamental para as sociedades refletirem sobre seus valores em um mundo globalizado. Para os profissionais da área, isso implica a escuta ativa das comunidades afetadas e, se necessário, a intervenção em espaços que perpetuam a memória de agressores em detrimento daquela das vítimas. O DAP, por ser frequentemente imposto por grupos e instituições dominantes, tende a promover uma visão consensual e harmoniosa do passado, suprimindo conflitos e silenciando vozes diversas.

A existência do patrimônio dissonante expõe de forma incontestável a falácia da ideia de um "valor inato" ou universal no que é considerado patrimônio, bem como a pretensa neutralidade dos especialistas em sua preservação. Longe de ser uma anomalia, a dissonância é uma qualidade intrínseca de todo patrimônio, emergindo como uma tensão inerente ao que é selecionado para ser lembrado. Essa seleção, por sua vez, implica na "deserdação" ou exclusão de outras narrativas e experiências, demonstrando que o patrimônio, ao pertencer a um grupo, logicamente não pertence a outro, tornando-se, para estes, problemático ou desconfortável.

Pode-se relacionar essa análise à atuação da pessoa bibliotecária inserida nas bibliotecas públicas, permitindo desmistificar sua suposta neutralidade. O "valor" que guia o desenvolvimento de coleções, por exemplo, está enraizado em escolhas subjetivas e mensagens ideológicas, mesmo que não intencionais. Nesse sentido, o acervo pode funcionar como um DAP, refletindo não uma verdade universal, mas uma visão hegemônica do passado, moldada por relações de poder. Assim, a atuação da pessoa bibliotecária, ao selecionar, catalogar e promover determinados materiais, torna-se parte de um processo que, conscientemente ou não, legitima certas memórias em detrimento de outras. A aparente harmonia da coleção pode ser, na verdade, uma construção artificial que silencia conflitos e exclui vozes da própria comunidade que a biblioteca serve.

Nesse campo de dissonância, a performance do patrimônio se revela abertamente como um ato político, onde diferentes grupos lutam pelo direito de encenar e validar suas próprias memórias. Monumentos, exposições e locais históricos deixam de ser meros objetos contemplativos para se tornarem dispositivos de comunicação e campos de batalha simbólicos. Governos e elites dominantes utilizam historicamente o patrimônio para construir e fortalecer identidades nacionais, perpetuar narrativas oficiais e manter o poder, muitas vezes por meio de uma "distorção deliberada" da memória coletiva.

Contudo, a ascensão de movimentos sociais, como os que questionam monumentos ligados à escravidão ou regimes autoritários, demonstra que a mensagem comemorativa original pode perder o sentido para parte da sociedade, incitando disputas sobre o destino desses bens. Essas contestações, que podem ir desde a busca por recontextualização até a remoção física de estátuas, são formas de resistência contra a opressão e o silenciamento, revelando as relações de poder subjacentes e desafiando discursos homogêneos em favor de uma polifonia de vozes e experiências. Assim, o patrimônio se torna um catalisador para o debate público sobre justiça, representação e o futuro da memória coletiva.

Esse modelo *top-down*, que privilegia uma identidade homogênea, marginaliza as experiências de migrantes, minorias étnicas e aqueles afetados por passados coloniais ou totalitários. Para transformar esse cenário, é essencial uma gestão do patrimônio inclusiva e democrática. Isso envolve a criação de comitês de gestão com ampla participação da sociedade civil, permitindo múltiplos discursos sobre os bens culturais e a superação de um viés estritamente preservacionista. Pensar as dissonâncias, portanto, não significa apagar a história, mas sim fomentar o pensamento crítico e o diálogo, reconhecendo a contestabilidade do passado para construir uma memória mais representativa e uma sociedade mais justa (Crippa, 2021; Crippa; Damian, 2021).

Fica evidente, assim, que o patrimônio é um processo social dinâmico, focado mais na contínua recriação de laços sociais do que na mera manutenção do passado. É por meio de uma atividade incessante de debate, negociação e transformação de valores que as comunidades tecem seus laços de pertencimento. Nesse cenário, a identidade não é um produto oferecido pelo patrimônio, mas sim um resultado sempre em construção, ativamente negociado para responder às necessidades sociais, culturais e políticas do presente.

Conforme discutido ao longo desta seção, o patrimônio é, fundamentalmente, um processo social ativo, e não um acervo de objetos congelados no tempo. Ele se manifesta por meio de performances como a comemoração, a transmissão de conhecimento e a afirmação de identidades, nas quais os indivíduos se engajam de modo consciente. Esses atos ocorrem em lugares específicos, criando uma relação dialética. A ação confere significado ao lugar, enquanto o lugar ancora a ação. A tensão inerente a essa relação entre performance e espaço material é o elemento central do patrimônio. Consequentemente, ele nunca é um processo neutro, podendo

tanto ser um instrumento para a criação de consenso social quanto uma arena para contestação e dissenso.

Portanto, o patrimônio se revela não como algo estático, mas como um processo vivo que equilibra mudança e continuidade, no qual noções de identidade são permanentemente debatidas e reconstruídas. Nas palavras de Marques e Karpinski (2024, p. 2), a preservação do patrimônio “[...] é o que possibilita a construção de novas narrativas memoriais, aproveitadas como capital simbólico nas discussões políticas e, portanto, com efeitos sobre toda a sociedade”. Em vista disso, é que os valores do presente, para se validarem, precisam dialogar com os registros e as memórias do passado. Nesse sentido, as práticas genuinamente patrimoniais são aquelas que transformam a reflexão sobre as origens em um projeto de futuro. Mais do que preservar, trata-se de um processo social que gerencia a mudança, garantindo que o acesso ao passado continue a inspirar e a nortear as decisões presentes e futuras.

Fica evidente, assim, que o patrimônio é uma construção discursiva contínua, cujo valor é forjado no debate e no dissenso. Supera-se, dessa forma, a visão de um legado estático para abraçar a de um processo que só se torna significativo ao incluir as múltiplas narrativas que o constituem. A consolidação desse processo depende da colaboração entre especialistas e a sociedade, sendo as bibliotecas públicas as arenas privilegiadas para essa negociação. A Biblioteca Pública Benedito Leite, neste contexto, não é apenas uma guardiã da memória, mas uma mediadora decisiva do patrimônio, com o poder de transformá-lo de um monólogo sobre o passado em uma plataforma polifônica que reflete e debate as identidades do presente.

8 A BIBLIOTECA PÚBLICA BENEDITO LEITE E SUAS REPRESENTAÇÕES EM SÃO LUÍS DO MARANHÃO: TECITURAS INTERCULTURAIS EM TORNO DA IDENTIDADE, DA MEMÓRIA E DO PATRIMÔNIO NA FALA DA COLETIVIDADE

A representação social de uma instituição como a Biblioteca Pública Benedito Leite ultrapassa seus elementos materiais, como estrutura física, acervo e serviços, e se consolida, sobretudo, no imaginário coletivo de seus usuários e da comunidade. Com o propósito de apreender esse construto simbólico, a presente pesquisa investigou os discursos de sujeitos entrevistados em São Luís. Esta seção apresenta, sistematiza e analisa essas narrativas, utilizando a metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), que permitiu organizar percepções, memórias e avaliações a fim de identificar as ideias centrais que caracterizam a relação da comunidade com a biblioteca.

Situada no coração da capital ludovicense, no Complexo Deodoro e em frente à Praça do Pantheon, a Biblioteca Pública Benedito Leite integra uma área de intensa circulação urbana, mantendo contato diário com públicos diversos, como trabalhadores, estudantes, comerciantes informais, pessoas em situação de rua e moradores do entorno, o que amplia a pluralidade de experiências e representações sobre o espaço, conforme pode ser observado na Figura 29.

Figura 29 – Praça do Pantheon e fachada da BPBL



Fonte: Maranhão (2018).

Esse trânsito de pessoas se articula ao fascínio provocado pela BPBL, cuja imponência arquitetônica e escadaria marcante evocam o encantamento típico das grandes bibliotecas; tal grandiosidade é reforçada pelos traços neoclássicos de sua fachada (Pereira; Castro; Ramos, 2016), tendo sido construída no ponto mais alto da cidade, na Praça do Pantheon, em semelhança ao Partenon de Atenas, além da

presença de elementos característicos dos templos gregos, como colunas dóricas, jônicas e coríntias.

Considerando que a missão das bibliotecas públicas envolve acolher grupos heterogêneos, esta pesquisa deu atenção especial à definição dos participantes. Para isso, realizou-se uma imersão no cotidiano da BPBL, buscando identificar sujeitos capazes de narrar suas relações com a leitura, seus primeiros contatos com a instituição e as vivências, significados e representações atribuídas à biblioteca, articulados aos domínios da memória, da identidade e do patrimônio cultural.

Compreender as trajetórias de vida desses frequentadores e suas conexões com tais domínios é fundamental para captar o conjunto de sentidos que configura o imaginário coletivo acerca da BPBL. Dessa forma, os discursos aqui analisados, embora individuais, compõem uma representação social mais ampla e consistente da instituição, permitindo compreender seu papel simbólico, social e cultural na vida da comunidade.

8.1 QUADROS DE VIDA, LEITURA E RELAÇÕES COM OS ESPAÇOS DAS BIBLIOTECAS

Múltiplos são os contextos de vida que a coletividade revela acerca de como a leitura e a relação com as bibliotecas foram formadas. A formação leitora não segue um caminho único, mas emerge de um mosaico de práticas e experiências singulares, ora envolvendo a família, a escola e motivações pessoais atuando como forças determinantes, por vezes complementares, por vezes contrastantes. A porta de entrada para a leitura no grupo entrevistado se revela multifacetada, originando-se ora no berço familiar, ora na rotina escolar, ora em uma busca pessoal por conhecimento, pertencimento, dentre outras. Essas trajetórias distintas convergem para a formação de uma relação complexa e duradoura com o universo dos livros e, consequentemente, com os espaços que os abrigam, como as bibliotecas.

Em vista disso, buscou-se tecer os quadros de vida e as relações com a leitura e as bibliotecas, a partir das lembranças que a coletividade tinha de como a leitura começou a fazer parte da sua vida, bem como as influências familiares ou se havia algum tipo de hábito compartilhado. No tocante a esse questionamento, foram identificadas quatro ideias centrais e uma ancoragem, cuja distribuição pode ser observada no Quadro 8.

Quadro 8 – Distribuição dos participantes segundo as IC da Q1(IAD1)

Questão	Ideia Central / Ancoragem	Entrevistados	Resp. (n=15)	%	Ampl.	Inten.
Você se lembra de como a leitura começou a fazer parte da sua vida? Seus familiares tinham o hábito de ler?	**A -** A leitura iniciada no ambiente escolar/acadêmico	E02, E04, E05, E06, E09, E14, E15	7	46%	Alta	Baixa
	B - O papel da família (pela influência ou ausência) na formação leitora	E01, E02, E03, E04, E08, E10, E11, E12, E13, E14, E15	11	73%	Alta	Alta
	C - A descoberta pessoal da leitura por motivações diversas	E01, E03, E07, E09, E10, E13	6	40%	Média	Baixa
	D - O hábito de leitura impulsionado pela obrigação profissional	E05	1	6%	Baixa	Baixa
	Ancoragem E - A leitura como ferramenta indispensável à vida	E05	1	6%	Baixa	Baixa

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Conforme observado no Quadro 8, com alta intensidade e amplitude, os discursos dos participantes convergem para a influência da família no processo de formação leitora (73%), marcada por uma relação paradoxal, qual seja, pelo incentivo sob diferentes formas, como pela ausência. Com intensidade mais baixa, surgem as trajetórias marcadas pelas práticas leitoras desencadeadas na escola e em ambientes acadêmicos (46%) e resultantes das descobertas e inquietações pessoais (40%). De forma mais pontual, a leitura impulsionada por obrigações profissionais foi relatada por um participante (6%). A diversidade discursiva acerca das práticas leitoras revela, por fim, a ancoragem dessa prática como uma ferramenta indispensável para a vida, em suas mais distintas esferas. No Quadro 9 são apresentados os DSC construídos para cada IC construída.

Quadro 9 – Discursos do Sujeito Coletivo segundo as IC da Q1 (IAD 2)

DSC	Discurso do Sujeito Coletivo (DSC)	Entrevistado
A - A leitura iniciada no ambiente escolar/acadêmico	A escola foi a minha primeira fonte de inspiração para a leitura. Eu sempre fui de humanas, mais de literatura, e ia na biblioteca. Eu era muito leitora quando criança, ganhava os prêmios de leitora do mês e isso estimulava bastante. Mas, para outros, o começo foi mais por obrigação, porque na escola tinham os paradidáticos. Durante o Ensino Médio, eu lia mais por questão de educação, sem ter uma percepção real do quão importante era. Com o tempo, a gente foi se empolgando. Depois, com 16 anos, tive acesso à biblioteca do Liceu, que era bem interessante, com muitos livros. Foi na escola também que, ao subir no palco e apresentar um verso para a bandeira, todo mundo bateu palma, eu achei que tinham gostado e continuo seguindo o palco até hoje. Meu	E02, E04, E05, E06, E09, E14, E15

DSC	Discurso do Sujeito Coletivo (DSC)	Entrevistado
	gosto pela leitura, porém, ficou mais ativo e por viés acadêmico quando entrei na graduação.	
B - O papel da família (pela influência ou ausência) na formação leitora	Desde muito nova que comecei a ler, e acho que minha família sempre me influenciou mais. O pessoal do lado paterno gostava de ler. Meu pai conseguiu a façanha de me alfabetizar com três anos de idade; quando entrei na escola, aos sete, eu já sabia ler. Ele tinha uma biblioteca em casa, sempre trazia um livro, oportunizava as obras, só faltou um pouco o ler junto. Minha mãe comprava vários gibis, da Mônica principalmente, e foi com isso que aprendi a ler. Ela também gostava de ler, eu sempre ouvia ela lendo, foi uma referência. Já no meu caso, não era uma coisa que eu possa dizer que veio de família. Meus pais liam, mas a leitura da minha mãe era voltada para a bíblia, o que não me trouxe muita inspiração. Na minha família não tinha muitos leitores, e eu sou a única formada. E essa falta de acesso me serviu como um incentivo para poder buscar a leitura.	E01, E02, E03, E04, E08, E10, E11, E12, E13, E14, E15
C - A descoberta pessoal da leitura por motivações diversas	Eu sempre fico dizendo, eu não sei quem botou o livro na minha mão. O primeiro contato foi com revistas de quadrinhos, mas o que me instigou mesmo foram os livros que meus pais tinham na estante. Sem querer, eu olhei um livro que meu pai tinha guardado e me interessei. Com menos de 12 anos eu já estava lendo livro adulto, porque não tinha acesso à literatura juvenil. Eu me vi comprando livros sem entender nada, mas fascinado. Em outro momento, me entrosei com um grupo que gostava de ler e, para participar das conversas, passei a ler. Já na vida adulta, retomei a leitura como uma terapia, para o desenvolvimento pessoal, e um livro que uma amiga me deu foi um divisor de águas na minha vida. Meu gosto mais aprofundado, na verdade, começou depois da escola; sem ter o que fazer, na biblioteca, eu podia ler de tudo sem obrigação com nada. Aquela época foi mais determinante.	E01, E03, E07, E09, E10, E13
D - O hábito de leitura impulsionado pela obrigação profissional	Sendo bem sincera, ser leitora nunca foi mesmo o meu tipo de pessoa, nunca foi o meu forte. Sempre gostei de ler, mas por vieses acadêmicos. Mas a partir do momento que eu vim trabalhar aqui na biblioteca, indispensavelmente eu tive e tenho esse contato com a leitura, não somente acadêmico, mas com outras áreas, com a literatura, com assuntos de religião, de tudo um pouco. Eu tive realmente esse contato maior de me tornar quase uma leitora a partir do momento que eu vim trabalhar aqui. Eu não tive pra onde correr.	E05
E - A leitura como ferramenta indispensável à vida	Na verdade, a leitura é algo extremamente indispensável na vida de todo mundo, né?	E05

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A relação complexa entre leitura, memória e contextos sociais demonstra que as práticas leitoras são essenciais para a formação do passado individual e coletivo

(Assmann, 2011). Concorda-se com Halbwachs (2006) quando ressalta que a memória pessoal não é isolada, mas ligada e moldada por testemunhos, narrativas alheias e a linguagem do grupo, especialmente as lembranças da infância, as quais são frequentemente reconstruídas ou influenciadas por relatos externos, constituindo uma “história vivida”.

A literatura e outros textos, mesmo que criados artificialmente, podem enriquecer esses cenários passados, integrando-se à memória e oferecendo quadros de referência para a compreensão do tempo. Essa interdependência sublinha o papel dos ambientes e "espaços de recordação" na consolidação da memória, logo, evidencia-se o interesse em identificar em qual momento da trajetória dos participantes a leitura teve ser ponto de partida.

> *Desde muito nova que comecei a ler, e acho que minha família sempre me influenciou mais. [...]. Ele tinha uma biblioteca em casa, sempre trazia um livro, oportunizava as obras, [...]. Minha mãe comprava vários gibis, [...]. Meus pais liam, [...]. Na minha família não tinha muitos leitores, e eu sou a única formada. E essa falta de acesso me serviu como um incentivo para poder buscar a leitura (DSC B).*

Um dos eixos centrais na construção das práticas leitoras é o papel da família, que se manifesta de duas formas opostas, mas igualmente relevantes. Por um lado, há o grupo cuja iniciação foi diretamente influenciada por um ambiente familiar leitor, com “mãe e os meus tios que liam muito” e que contavam histórias, ou com irmãos e pais que serviam como referência. Por outro lado, de forma convergente, emerge um grupo significativo que vem de um contexto familiar com “pouco livro” e sem tradição de leitura. Nesses casos, a ausência de estímulo em casa paradoxalmente “serviu como uma ferramenta de incentivo para poder buscar a leitura” em outros espaços.

Quando o impulso não vinha do lar, a escola assumia frequentemente o papel de primeira fonte de inspiração e contato formal com a literatura. A experiência com os livros “paradidáticos”, inicialmente percebida como uma leitura “meio que imposta”, converge como um ponto de partida fundamental. Para muitos, essa obrigação escolar evoluiu para um interesse genuíno, fazendo com que começassem a “se empolgar, a querer conhecer mais”, como pode ser observado nos discursos A e C:

> *A escola foi a minha primeira fonte de inspiração para a leitura. [...]. Foi na escola também que, ao subir no palco e apresentar um verso para a bandeira, todo mundo bateu palma, eu achei que tinham gostado e continuo seguindo o palco até hoje. Meu gosto pela leitura, porém, ficou mais ativo e por viés acadêmico quando entrei na graduação (DSC A).*

> *Eu sempre fico dizendo, eu não sei quem botou o livro na minha mão. O primeiro contato foi com revistas de quadrinhos, mas o que me instigou mesmo foram os livros que meus pais tinham na estante. Sem querer, eu olhei um livro que meu pai tinha guardado e me interessei. [...]. Eu me vi comprando livros sem entender nada, mas fascinado. Em outro momento, me entrosei com um grupo que gostava de ler e, para participar das conversas, passei a ler. Já na vida adulta, retomei a leitura como uma terapia, para o desenvolvimento pessoal, e um livro que uma amiga me deu foi um divisor de águas na minha vida (DSC C).*

Os discursos evidenciam, além dos ambientes familiar e escolar, a análise a importância da descoberta autônoma, impulsionada por motivações sociais e intrínsecas. A necessidade de pertencimento a um grupo de amigos que gostava de ler levou à adoção da leitura como forma de socialização e "entrosamento". Em outro caso, a porta de entrada foi um "fascínio" inexplicável, uma curiosidade que levou o entrevistado, ainda muito jovem, a comprar e ler obras complexas "sem entender propriamente coisa nenhuma, mas também fascinado".

A porta de entrada para a leitura no grupo entrevistado é multifacetada, apontando para origens no ambiente familiar, na rotina escolar e na busca pessoal por conhecimento e pertencimento. Halbwachs (2006) assinala que a família atua como um dos primeiros ambientes sociais que moldam a memória individual, onde lembranças e narrativas externas se entrelaçam com as experiências de leitura, mesmo que em contextos de apoio comunitário, como bibliotecas populares estabelecidas em casas e oferecendo leitura em voz alta, dentre outras práticas.

A educação formal inicia os jovens na leitura ao apresentar a escola como o lugar onde o conhecimento histórico é organizado através dos livros, com as bibliotecas a servirem de apoio às atividades letivas. No entanto, para além dessa função, as bibliotecas transformam-se em espaços de refúgio e crescimento pessoal, onde os jovens encontram não só uma alternativa de vida e a oportunidade de expandir os seus horizontes, mas também mentores e figuras de referência que os inspiram (Grisales, 2020).

Essas trajetórias diversas convergem para a formação de uma relação complexa e duradoura com o universo dos livros e os espaços que os abrigam. Os livros e as bibliotecas são concebidos como "bibliotecas móveis" e "arcas de memória", capazes de armazenar e transmitir conhecimento através das gerações, fixando o que a memória individual não pode reter e oferecendo a "magia das letras", como explica Assmann (2011). Nesse sentido, o DSC E corrobora essa perspectiva, ao explicitar que “[...] a leitura é algo extremamente indispensável na vida de todo

mundo, né?” (DSC E). Sendo assim, essa interação multifacetada com os livros e as bibliotecas, enraizada em diversos pontos de contato, consolida uma relação profunda e contínua com o saber e o passado.

As bibliotecas vão além de meros repositórios para se tornarem espaços dinâmicos de recordação e encontro social. Ao organizarem "configurações plurais do mundo", elas desempenham um papel determinante na democratização da cultura e na transmissão de diversas experiências de vida. É no ambiente escolar que este processo formador ganha especial relevância. A escola, por meio de seus livros e bibliotecas, atua diretamente na formação da memória coletiva, funcionando como o espaço institucional onde os acontecimentos do passado são organizados, interpretados e hierarquizados, permitindo que sejam selecionados, comparados e classificados à luz das referências sociais compartilhadas (Halbwachs, 2006). Mesmo as bibliotecas mais modestas, por vezes em cenários humildes (Taylor, 2013), são fundamentais, pois funcionam como “espaços de apoio à educação” e “lugares de refúgio e proteção” (Grisales, 2020, p. 287), auxiliando nos deveres e promovendo a socialização.

Compreender como o contato inicial com as bibliotecas molda a identidade e o saber é essencial. A análise da trajetória individual torna-se, portanto, o foco central. Nesse sentido, os participantes foram questionados acerca das escolas em que estudaram, em quais etapas da vida e como foi essa relação com as bibliotecas, se as frequentavam. Acerca desses discursos, foram identificadas quatro ideias centrais e uma ancoragem, cuja distribuição pode ser observada no Quadro 10.

Quadro 10 – Distribuição dos participantes segundo as IC da Q2 (IAD1)

Questão	Ideia Central/Ancoragem	Entrevistados	Resp. (n=13)	%	Ampl.	Inten.
Você estudou em quais escolas e até que etapa? Havia bibliotecas nas escolas? Você as frequentava?	**A -** A ausência ou não utilização da biblioteca na vida escolar	E02, E03, E05, E08, E11, E13	6	46%	Média	Baixa
	B - A trajetória escolar	E03, E05, E07, E08, E09, E11, E12, E15	8	61%	Alta	Média
	C - O primeiro contato significativo com a biblioteca na universidade	E03, E08, E13	3	23%	Baixa	Baixa
	D - A vivência na biblioteca escolar: estímulos e frequência	E05, E06, E07, E09, E10, E14, E15	7	54%	Alta	Média

Questão	Ideia Central/Ancoragem	Entrevistados	Resp. (n=13)	%	Ampl.	Inten.
	E - A biblioteca escolar como reflexo de uma falha sistêmica	E08, E10	2	15%	Média	Baixa

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A análise dos discursos revela que a memória da trajetória escolar (61%) e a vivência na biblioteca da escola (54%) são as ideias centrais de maior intensidade e amplitude, consolidando-se como experiências transversais e partilhadas por todos os perfis de entrevistados. Isso ressoa com a natureza social da memória, a qual é construída e mantida em contextos grupais e sociais específicos, com experiências da maioria dos membros de um grupo assumindo protagonismo (Assmann, 2011).

Em contrapartida, a percepção da ausência ou não utilização da biblioteca escolar (46%) emerge com expressiva frequência, embora com uma amplitude média, indicando que essa lacuna não é sentida uniformemente por todos os grupos. Isso reflete que a memória coletiva não é homogênea, existindo diversas "comunidades de lembrança" que podem competir. O que é lembrado ou esquecido é influenciado por mecanismos de seleção e priorização, muitas vezes determinados por estruturas de poder que definem narrativas dominantes (Erll, 2012).

Com menor intensidade e baixa amplitude, o primeiro contato significativo na universidade (23%) revela-se uma experiência mais concentrada em um perfil específico de participante, enquanto a ancoragem que enxerga a biblioteca como reflexo de uma falha sistêmica (15%), apesar da baixa intensidade, demonstra uma visão crítica presente em mais de um grupo, enriquecendo o panorama das percepções. No Quadro 11 são apresentados os DSC construídos para cada IC construída.

Quadro 11 – Discursos do Sujeito Coletivo segundo as IC da Q2 (IAD 2)

DSC	Discurso do Sujeito Coletivo (DSC)	Entrevistado
A - A ausência ou não utilização da biblioteca na vida escolar	Na minha escola, que era particular no interior, a gente não tinha esse espaço de biblioteca. Em outra, não tinha mesmo, a gente buscava fora. Onde tinha, às vezes era totalmente fechada para os alunos. Mesmo quando era aberta, eu nunca me interessei pelos livros de lá, lia por conta própria. O incentivo à leitura era muito superficial. Eu mesmo nunca me lembro o tempo de colégio, de eu entrar na biblioteca. No ensino médio, com o foco no ENEM e na internet, a gente acaba não procurando muito isso.	E02, E03, E05, E08, E11, E13

DSC	Discurso do Sujeito Coletivo (DSC)	Entrevistado
B - A trajetória escolar	Eu estudei no Batista Daniel de La Touche, Liceu Maranhense e UFMA. Estudei no COLUN. Estudei no Liceu Maranhense. Estudei em São Vicente de Paula e no Máster. Também no Lobinho, depois no Instituto Farina e no Máster. E na Escola Técnica. E no Sá Vale. Eu fiz Dom Bosco, Batista, ITA e acabei no CIP.	E03, E05, E07, E08, E09, E11, E12, E15
C - O primeiro contato significativo com a biblioteca na universidade	Minha relação com a biblioteca é muito depois, já na universidade. Eu vim do interior diretamente para a UFMA, e lá nós tínhamos esse ambiente, uma biblioteca com um acervo gigantesco. Na universidade eu tive de pesquisar mais, mas eu ficava mais no setor técnico. A primeira vez que entrei foi com um professor fantástico, que queria que a gente encontrasse nosso próprio caminho ali dentro.	E03, E08, E13
D - A Vivência na Biblioteca Escolar: Estímulos e Frequência	Eu me lembro muito da Escola Modelo, que tinha uma biblioteca muito grande, linda. No Liceu também, tive acesso a uma biblioteca bem interessante, com muitos livros. A Escola Técnica também tem biblioteca interna lá dentro. Eu não ia sempre, mas estava sempre lendo alguma coisa na biblioteca. Frequentava porque meus colegas liam muito, então eu os acompanhava. Em outro colégio, tinha um dia da semana que o professor levava a gente pra fazer alguma atividade. Tinha também um prêmio, de leitora do mês, e isso era um estímulo. A gente recebia livrinhos num kit, o que foi preponderante.	E05, E06, E07, E09, E10, E14, E15
E- A Biblioteca Escolar como Reflexo de uma Falha Sistêmica	Pra falar a verdade, biblioteca em escola, pela minha experiência, é algo meio que recente. É bem pouco o incentivo que tem para os alunos lerem e visitarem a biblioteca da escola, tanto que normalmente elas ficam fechadas.	E08, E10

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A relação das pessoas com as bibliotecas escolares é frequentemente complexa e paradoxal. Idealmente, elas são vistas como espaços culturais e fundamentais para o processo educativo, estimulando a leitura por prazer, a criatividade e o desenvolvimento pessoal e social dos alunos, além de promover o acesso equitativo à cultura (Falconnat, 2024). Embora dependa de políticas para a efetivação de suas ações, composição de seus acervos e o trabalho articulado nas distintas esferas da escola, uma série de lembranças é associada a esses espaços:

> *Eu me lembro muito da Escola Modelo, que tinha uma biblioteca muito grande, linda. No Liceu também, tive acesso a uma biblioteca bem interessante, com muitos livros. [...]. Em outro colégio, tinha um dia da semana que o professor levava a gente pra fazer alguma atividade. Tinha também um prêmio, de leitora do mês, e isso era um estímulo (DSC D).*

Contudo, na prática, muitas bibliotecas escolares são negligenciadas, inexistentes ou reduzidas a depósitos de livros, percebidas como lugares de silêncio e limitação (Souza; Santos; Mafra, 2021). A precariedade manifesta-se em múltiplos níveis, começando pela carência de bibliotecários qualificados. Com frequência, esses espaços são geridos por servidores realocados, sem a formação necessária para dinamizar o acervo e promover a leitura crítica. A este desafio somam-se a infraestrutura deficiente em recursos materiais e tecnológicos e o desalinhamento com o projeto político-pedagógico da escola (Castro Filho, 2020). Essas mesmas questões marcaram a trajetória dos participantes da pesquisa. Suas experiências convergem para uma narrativa comum, que evidencia tanto o distanciamento das bibliotecas escolares quanto os desafios enfrentados na formação de leitores, nas suas palavras:

> *Na minha escola, que era particular no interior, a gente não tinha esse espaço de biblioteca. Em outra, não tinha mesmo, a gente buscava fora. Onde tinha, às vezes era totalmente fechada para os alunos. Mesmo quando era aberta, eu nunca me interessei pelos livros de lá, lia por conta própria. O incentivo à leitura era muito superficial. Eu mesmo nunca me lembro o tempo de colégio, de eu entrar na biblioteca. No ensino médio, com o foco no ENEM e na internet, a gente acaba não procurando muito isso (DSC A).*

Como resultado direto, o uso das bibliotecas fica restrito a funções básicas, como empréstimos e pesquisas pontuais, distanciando-se de uma formação leitora ampla (Campos; Silva; Souza, 2025). Essa realidade compromete o desenvolvimento integral dos estudantes e reforça desigualdades, mas também persiste devido a uma legislação que, embora obrigatória, carece de mecanismos eficazes de implementação e fiscalização para garantir a universalização desses ambientes. A realidade das bibliotecas escolares brasileiras desvela o que o DSC E representa, de um espaço reflexo de falhas sistêmicas, visto que "*É bem pouco o incentivo que tem para os alunos lerem e visitarem a biblioteca da escola, tanto que normalmente elas ficam fechadas*" (DSC E).

Advoga-se, portanto, que a presença de bibliotecários qualificados, atuando como educadores e mediadores em colaboração com professores e a comunidade, é um dos principais caminhos para transformar esses espaços em centros dinâmicos de aprendizagem e competência informacional (Pacheco; Mata; Almeida Junior, 2023). A falta de investimento e reconhecimento impede que a biblioteca escolar cumpra plenamente seu papel transformador na formação de cidadãos críticos (Ferrarezi; Romão, 2013).

Embora a literatura destaque que a biblioteca escolar, mediada por bibliotecários qualificados e em colaboração com professores, constitui um espaço essencial para o desenvolvimento de competências informacionais e para a formação crítica dos sujeitos (Pacheco; Mata; Almeida Junior, 2023; Ferrarezi; Romão, 2013), os discursos revelam uma realidade distinta. Nos relatos, observa-se que o primeiro contato significativo com a biblioteca ocorre somente no ensino superior, evidenciando a ausência desse espaço formativo nas etapas anteriores da vida escolar.

Esse distanciamento indica que a função transformadora atribuída à biblioteca não se concretiza no percurso inicial dos estudantes, deslocando sua relevância para um momento tardio e restrito à exigência acadêmica, conforme percepção coletiva:

> *Minha relação com a biblioteca é muito depois, já na universidade. Eu vim do interior diretamente para a UFMA, e lá nós tínhamos esse ambiente, uma biblioteca com um acervo gigantesco. Na universidade eu tive de pesquisar mais, mas eu ficava mais no setor técnico. A primeira vez que entrei foi com um professor fantástico, que queria que a gente encontrasse nosso próprio caminho ali dentro (DSC C).*

Percebe-se no discurso da coletividade que a relação com a biblioteca surge somente na universidade, impulsionada pela mediação de um professor, reforçando tanto a lacuna existente na educação básica quanto a importância do papel docente como instância mobilizadora da experiência com a informação.

Depreende-se, portanto, que o primeiro contato efetivo com a biblioteca não se deu no ambiente escolar da educação básica, mas somente no contexto universitário. Revela uma trajetória marcada pela ausência de experiências prévias de mediação informacional, confirmando a distância entre a função idealizada da biblioteca e a realidade vivenciada pelos sujeitos. O ingresso no ensino superior, em especial em instituições com acervos robustos e exigência de pesquisa, aparece como um divisor de águas, atribuindo à biblioteca um papel de descoberta tardia.

Nesse processo, a figura do professor ganha centralidade, por ser ele quem mobiliza e estimula a aproximação com o espaço da biblioteca, funcionando como mediador da experiência de autonomia e pesquisa. Isso reforça a ideia de que, em contextos de ausência da biblioteca escolar, a apropriação desse espaço só acontece quando há intervenção pedagógica significativa. Assim, o relato traduz a carência de políticas e investimentos em bibliotecas na educação básica, mas também a dependência de iniciativas individuais de docentes para despertar nos estudantes a consciência sobre a importância da informação e da pesquisa.

Em síntese, o discurso coletivo retrata uma “trajetória individual e tardia de contato com bibliotecas”, a qual aponta para a descontinuidade na formação leitora e informacional dos sujeitos, situando a biblioteca como espaço de iniciação tardia, acessível somente em etapas avançadas da escolarização. Essa constatação reforça a necessidade de se repensar a presença e a função das bibliotecas nas escolas, de modo que possam cumprir, desde cedo, o papel formador e emancipador que a literatura especializada defende.

Ao analisar as memórias dos participantes, percebeu-se que suas identidades não foram moldadas somente pela família e pela escola. Experiências marcantes, como as universitárias, já apontavam para outros territórios formativos e, por isso, a pesquisa buscou mapear também os espaços da cidade que fizeram parte de suas infâncias e juventudes. O que emergiu dos relatos foi a relevância de diversos ambientes urbanos como locais de aprendizado, lazer e pertencimento. Esses locais funcionaram como cenários para socialização, lazer e descobertas, promovendo um senso de pertencimento e trocas sociais que se mostraram essenciais à sua constituição como sujeitos. Para ilustrar a importância desses lugares, apresentam-se no Quadro 12 as ideias centrais identificadas nos discursos dos participantes:

Quadro 12 – Distribuição dos participantes segundo as IC da Q3 (IAD1)

Questão	Ideia Central / Ancoragem	Entrevistados	Resp. (n=13)	%	Ampl.	Inten.
Quais outros lugares da cidade você frequentava durante sua infância e juventude? Como esses lugares marcaram sua formação/trajetória pessoal?	**A - Bibliotecas e arquivos como espaços formativos fundamentais**	E01, E03, E06, E09, E10, E11, E12, E13	8	57%	Alta	Média
	B - A universidade como espaço central (de liberdade e vivência)	E03, E12	2	14%	Média	Baixa
	D - Espaços urbanos de lazer e cultura	E04, E05, E08, E09, E10, E11, E13, E14	8	57%	Alta	Média
	F - Espaços de ativismo e formação política	E07	1	7%	Baixa	Baixa
	G - Marcos pessoais e a descoberta de novos espaços	E13	1	7%	Baixa	Baixa
	H - O espaço de trabalho familiar como ambiente formativo	E15	1	7%	Baixa	Baixa
	Ancoragem C - A crítica à tecnologia moderna e à perda do tempo	E03	1	7%	Baixa	Baixa

Questão	Ideia Central / Ancoragem	Entrevistados	Resp. (n=13)	%	Ampl.	Inten.
	Ancoragem E - O impacto retrospectivo e inconsciente das vivências	E05, E08	2	14%	Média	Baixa

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Observa-se uma convergência discursiva em torno de duas experiências centrais quanto aos espaços frequentados e como estes marcaram os quadros de vida dos sujeitos, ambas com expressiva frequência de 57% e alta amplitude: a vivência em "Bibliotecas e arquivos como espaços formativos" (A) e em "Espaços urbanos de lazer e cultura" (D). Depreende-se, assim, que a memória coletiva do grupo é majoritariamente construída sobre este duplo pilar, com percepções que atravessam todos os perfis de entrevistados (professores, estudantes e usuários). Em contraste, as demais experiências, como a vivência na "Universidade como espaço central" (B) ou as ancoragens sobre o "impacto retrospectivo das vivências" (E), emergem com uma intensidade significativamente menor (14% cada), enquanto as memórias ligadas ao ativismo social e formação política, a marcos pessoais ou ao trabalho familiar aparecem de forma mais singular, com somente 7% cada, demonstrando serem vivências mais específicas e de baixa amplitude no conjunto da amostra. No Quadro 13 são apresentados os DSC construídos para cada IC identificada.

Quadro 13 – Discursos do Sujeito Coletivo segundo as IC da Q3 (IAD 2)

Categoria	Discurso do Sujeito Coletivo (DSC)	Entrevistado
A - Bibliotecas e arquivos como espaços formativos fundamentais	Onde eu tinha livros, eu já estava presente. A convivência com a biblioteca da universidade sempre foi muito boa, com muita frequência, era um compromisso diário. Aproveitei muito a biblioteca pública e os arquivos, que foram fontes importantíssimas. Eu gostei da biblioteca central aqui, gostei daquele espaço, está bem organizada, melhorou muito. Passei várias vezes na frente da biblioteca Benedito Leite e eu achava o prédio lindo, até que um dia resolvi entrar. O Farol do Saber também, na minha época, era o lugar que a gente podia pegar livro, pesquisar, sentar com os amigos. A biblioteca do Sesc também era uma referência. Mas, por outro lado, biblioteca eu nunca frequentei.	E01, E03, E06, E09, E10, E11, E12, E13

Categoria	Discurso do Sujeito Coletivo (DSC)	Entrevistado
B - A universidade como espaço central (de liberdade e vivência)	Eu passei uma boa parte da minha vida na Universidade Federal, onde sou funcionário e fui aluno. Eu vivi a universidade de uma forma muito intensa. Nós estávamos no final da ditadura e a universidade era um local que a gente entendia como uma espécie de local livre, um território de liberdade.	E03, E12
D - Espaços urbanos de lazer e cultura	As minhas visitas culturais estão muito direcionadas ao centro histórico: os museus, as casas de cultura. A parte arquitetônica é o que mais me instiga. Eu sempre fiz balé, então sempre fui ao teatro, ia na feira de livros, museus. Mas também gostava muito de praia, shopping, cinema. Na minha época, eu ia em jogos de futebol, saia com os colegas, shoppings. Às vezes, o único lugar era o Shopping. Em São Bento, no interior, a vida era muito restrita, a questão cultural e educacional ficava muito restrita à escola. Eram poucos os espaços na cidade.	E04, E05, E08, E09, E10, E11, E13, E14
F - Espaços de ativismo e formação política	Eu era do Grêmio Estudantil e a gente participava dos movimentos sociais. Fui ligado à ala progressista da Igreja Católica, à Pastoral da Juventude, e a gente lia os subsídios. Isso casava com uma atmosfera social, participava de passeatas, e foi um estímulo muito grande à leitura, consolidando uma visão de mundo mais progressista antes mesmo da universidade.	E07
G - Marcos pessoais e a descoberta de novos espaços	Após a maternidade, a leitura me pegou como um novo hábito, porque eu não tinha esse hábito, era uma leitura esporádica. E, nisso, eu passei a frequentar a biblioteca.	E13
O espaço de trabalho familiar como ambiente formativo	Eu não saía muito fora dos horários da escola devido a esse trabalho que eu fazia como voluntária no comércio do meu pai. Ele tinha uma oficina de marcenaria e dava aula para um bocado de jovens. E eu ficava na frente; logo cedo comecei a atender o pessoal e todo mundo gostava de ser atendido por mim.	E15
Ancoragem C - A crítica à tecnologia moderna e à perda do tempo	Cuidado com isso [a tecnologia], porque isso está tomando, sugando, o tempo totalmente das pessoas. Ninguém tem mais tempo para nada. É um negócio que está dominando a mente das pessoas sem elas perceberem.	E03
Ancoragem E - O impacto retrospectivo e inconsciente das vivências	Olha, eu acho que impacto toda vivência tem, mesmo que a gente não consiga identificar. Inconscientemente isso acaba impactando um pouquinho numa escolha de uma profissão. Na época, quando eu estava vivendo aqueles momentos, eu não correlacionava que no futuro eu ia fazer essa análise. É retrospectivo.	E05, E08

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

As bibliotecas e arquivos são instituições sociais dinâmicas, superando a função de mera custódia documental para atuarem como espaços multifuncionais. Como centros democráticos de informação e cultura, são essenciais para o incentivo à leitura, à aprendizagem ao longo da vida e ao desenvolvimento do senso crítico. Essa perspectiva é compartilhada pela coletividade, ao reconhecerem que esses espaços sempre se fizeram presentes nos seus quadros de vida, tanto que:

> *[...] Aproveitei muito a biblioteca pública e os arquivos, que foram fontes importantíssimas. Eu gostei da biblioteca aqui, gostei daquele espaço, está bem organizada, melhorou muito. Passei várias vezes na frente da biblioteca Benedito Leite e eu achava o prédio lindo, até que um dia resolvi entrar. O Farol do Saber também, na minha época, era o lugar que a gente podia pegar livro, pesquisar, sentar com os amigos. A biblioteca do Sesc também era uma referência. (DSC A).*

Logo, é consenso que as bibliotecas promovem o lazer, a criatividade e o diálogo intercultural por meio da ação cultural, desempenhando também um papel fundamental na salvaguarda da memória e do patrimônio coletivo. Longe de serem repositórios passivos, são ambientes ativos que apoiam a autoformação e fomentam a cidadania, contribuindo para o desenvolvimento integral dos indivíduos (Almeida, 2021; Luísa Onde; Garcia Simão, 2020; Silva; Achilles; Sabbag, 2022; Tanus; Souza, 2022).

A vivacidade e as sociabilidades fomentadas em instituições culturais, conforme ressaltado pelos sujeitos do estudo, ocorrem também em função do local onde tais aparelhos estão situados. Pontua-se, assim, a contribuição de diferentes espaços onde se estabelecem contatos e práticas intersubjetivas, para além das bibliotecas, como museus, centros de cultura e praças. Essa percepção é claramente expressa no discurso coletivo a seguir, que mapeia a geografia afetiva e cultural dos participantes: “As minhas visitas culturais estão muito direcionadas ao centro histórico: os museus, as casas de cultura. A parte arquitetônica é o que mais me instiga. Eu sempre fiz balé, então sempre fui ao teatro, ia na feira de livros, museus [...]” (DSC D).

O discurso coletivo, ao elencar essa diversidade de espaços, materializa a concepção de que as instituições culturais, incluindo a biblioteca, atuam como equipamentos culturais essenciais, comparáveis a jardins públicos que promovem a sociabilidade, ou a outros serviços públicos como escolas e centros de saúde (Calheiros; Prado, 2023; Lessa, 2020; Lins, 2021). Dessa forma, a Biblioteca Pública, por estar inserida no centro histórico, cumpre o papel de ser um ponto de referência

na paisagem urbana e um lugar de encontro, diálogo e convívio para a comunidade, funcionando como um verdadeiro centro sociocultural.

Para uma parcela dos entrevistados, a construção da identidade esteve vinculada a espaços de intensa efervescência política e ideológica, que funcionaram como territórios de resistência e formação crítica. A universidade, por exemplo, emerge no discurso coletivo não somente como um centro acadêmico, mas como um "espaço central de liberdade e vivência" (DSC B), especialmente no contexto do final da ditadura militar. Essa percepção se conecta diretamente com a vivência em "espaços de ativismo e formação política" (DSC F), como grêmios estudantis e pastorais da juventude, que também atuaram como catalisadores para o engajamento social e o estímulo a uma leitura engajada. Juntos, esses discursos revelam que, para este grupo, a formação da identidade se deu no calor dos debates sociais, onde a apropriação dos espaços urbanos estava diretamente ligada à construção de uma consciência política e cidadã.

A formação da identidade está ligada à convivência em espaços sociais, onde as relações coletivas criam laços de pertencimento. Conforme Calheiros e Prado (2023), o "lugar" é o cenário histórico e cultural no qual a identidade se configura por meio das interações e da apropriação do conhecimento, conectando o indivíduo à vida urbana e aos movimentos sociais.

De forma análoga, a consciência cidadã desenvolve-se pela participação cívica, um processo que depende do acesso ao conhecimento disponível (Brito, 2023; Umpierre, 2023). Nesse contexto, espaços públicos como as bibliotecas tornam-se essenciais. Ao abrigarem diálogos e debates, elas atuam como fóruns políticos que estimulam o exercício ativo da cidadania e o engajamento dos indivíduos nas transformações da sociedade (Oliveira-da-Silva e Achilles, 2025; Spudeit, 2021). Dessa forma, a construção da identidade ocorre em referência aos outros, bem como

> [...] aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas [...]. Se é possível o confronto entre a memória individual e a memória dos outros, isso mostra que a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos (Pollak, 1992, p. 5).

Em um registro mais íntimo, outros discursos apontam para a importância de territórios formativos que se tecem no cotidiano e em âmbitos privados. A análise revela que "marcos pessoais" (DSC G), como a maternidade, podem redefinir

completamente a relação de um indivíduo com a cidade e seus equipamentos culturais, impulsionando a descoberta de novos espaços e hábitos. De igual modo, "o espaço de trabalho familiar" (DSC H) é evocado não apenas como um local de subsistência, mas como um ambiente formativo primordial, onde se aprende sobre responsabilidade, ofício e interação com a comunidade desde cedo. Essas vivências demonstram que, para além dos circuitos culturais e políticos, a identidade também é moldada por experiências vernaculares e por ciclos de vida que ressignificam a relação da pessoa com o mundo ao seu redor.

A construção da identidade é um processo psicossocial contínuo, fundamentado na consciência de si. Essa autoconsciência é formada tanto pelas interações com outras pessoas quanto pelas experiências de vida, as quais são constantemente reinterpretadas para dar significado à existência (Giménez, 2004; Kajimoto; Gerbasi; Cavalcante, 2014; Vera Noriega; Valenzuela Medina, 2012). O indivíduo organiza sua biografia e assegura um senso de continuidade ao articular momentos-chave de sua jornada, como o nascimento ou o casamento. Desse modo, a identidade resulta de contextos delimitados de crenças e práticas, demonstrando o impacto decisivo das experiências cotidianas na formação do eu (Candau, 2021).

Para além das vivências em si, os discursos coletivos revelam também uma camada de metarreflexão sobre como a identidade é construída e percebida ao longo do tempo (Erll, 2012). Quanto a isso, Assmann (2011) pontua que a recordação (ou rememoração) é vista como parte essencial da criação identitária individual e coletiva, sendo a identidade definida como uma construção ativa e uma interpretação da história de si mesmo mediada discursivamente de modo político.

A ancoragem sobre "o impacto retrospectivo e inconsciente das vivências" (DSC E) aponta para uma consciência de que o significado e a importância dos lugares e acontecimentos muitas vezes não são percebidos no momento em que ocorrem. Erll (2012) explica que o passado atua sobre o presente de maneiras sutis e, frequentemente, inconscientes. Conhecida como memória implícita, essa influência irrompe na vida cotidiana não como recordações voluntárias, mas como repetições, silêncios e outros vestígios de experiências, que podem ter raízes neurobiológicas e até culturais, como complementa Jelin (2002).

Isso ocorre porque a atribuição de significado é um ato fundamentalmente retrospectivo. Raramente compreendemos a importância de um acontecimento enquanto ele se desenrola, pois a consciência sobre ele só se desenvolve "no signo

do acabado" (Erll, 2012; Assmann, 2011). Assim, a lembrança só é acionada para interpretar uma vivência quando ela já se assentou no passado.

Dessa forma, depreende-se que a identidade não se limita ao que simplesmente se vive, mas que se reconstrói ativamente por meio de um trabalho contínuo com a memória e a reflexão. A própria memória é um processo reconstrutivo, que parte do presente para reinterpretar e dar novo valor ao passado, tornando a compreensão das vivências um ato sempre retrospectivo. Nessa elaboração, que usa as recordações como matéria e a imaginação como energia, a identidade individual é constantemente reformulada. É por meio desse processo que a experiência pessoal, até mesmo a dor, pode ser convertida em um motor para a mudança cultural (Assmann, 2011; Erll, 2012; Jelin, 2002; Taylor, 2013).

Em um contraponto direto a essa necessidade de reflexão, emerge uma "*crítica à tecnologia moderna e à perda do tempo*" (DSC C). Este discurso-ancoragem posiciona a aceleração da vida contemporânea, impulsionada por tecnologias como o celular e o *WhatsApp*, como uma força que "*suga o tempo totalmente das pessoas*", impedindo a concentração e o pensamento aprofundado. Ao lamentar que "*nós não temos tempo*", o sujeito coletivo sugere que as condições para o "ócio criativo" e para a própria reflexão retrospectiva, mencionada no discurso anterior, estão sob ameaça, levantando uma questão fundamental sobre como as identidades poderão ser formadas e compreendidas em um mundo sem tempo para a introspecção.

A crítica à tecnologia moderna nasce da aceleração da vida, onde o potencial dispersivo das mídias eletrônicas ameaça a memória (Loureiro, 2015). As novas tecnologias de comunicação fragmentam a continuidade e aceleram a obsolescência do material impresso, como acentua Assmann (2011). Simultaneamente, Halbwachs (2006), pondera que a pressão social por uma medição constante do tempo impede que as pessoas o dominem, resultando em pensamentos mais superficiais e numerosos. Essa submissão à mudança afeta a construção da identidade, por fragilizar a memória, que conecta o presente ao passado. A ruptura desse elo, por sua vez, pode levar a consequências danosas, como reforça Assmann (2011).

A análise dos quadros de vida e das relações com a leitura revela que a formação da identidade leitora dos participantes é um processo multifacetado, cujas origens não se restringem a uma única fonte, mas emergem da complexa interação entre o ambiente familiar, a instituição escolar e as motivações pessoais. Os discursos coletivos demonstram que a memória afetiva, seja pela presença de uma família

leitora ou, paradoxalmente, pela ausência dela, atua como um gatilho fundamental para a busca pelo livro. Essa trajetória é frequentemente complementada pela escola, que, mesmo de forma impositiva, insere a leitura na rotina e possibilita os primeiros contatos sistemáticos com a literatura.

Fica evidente, portanto, que a construção da identidade é um processo contínuo de reinterpretação da memória, hoje ameaçado pela aceleração e fragmentação da vida moderna. Nesse contexto, espaços que permitem a conexão com o passado e a reflexão tornam-se fundamentais para a constituição do sujeito. É na intersecção dessas vivências que os constructos de “identidade” começam a ser forjados: a identidade de "leitor" é construída intersubjetivamente na relação com pais, professores e amigos.

Nesse cenário, espaços como bibliotecas e arquivos públicos já emergem como peças centrais do “patrimônio cultural”, funcionando como os territórios onde essas interações se materializam e onde os primeiros referenciais identitários dos sujeitos com o universo da leitura são estabelecidos, apontando para o papel que a Biblioteca Pública Benedito Leite desempenhará na consolidação dessas trajetórias, como será discutido nas seções seguintes.

8.2 PRIMEIROS CONTATOS E EXPERIÊNCIAS NO ESPAÇO DA BIBLIOTECA PÚBLICA

As bibliotecas públicas são instituições sociais e culturais dinâmicas, vistas como territórios de práticas intersubjetivas que promovem o diálogo, o convívio e o compartilhamento de ideias entre diferentes indivíduos. Longe do estereótipo de mero depósito de livros, elas atuam diretamente na construção da identidade e da memória, materializando as relações sociais e transformando a realidade de seus frequentadores. A BPBL exemplifica essa capacidade de afetar as trajetórias pessoais e comunitárias (Silveira, 2021).

A BPBL consolidou-se ao longo do tempo como um importante aparelho cultural e *lócus* de memória no Maranhão. Para os cidadãos ludovicenses e maranhenses, o envolvimento com a instituição vai além do uso frequente de seu acervo, abrangendo múltiplas vivências e interações sociais (Costa, 2020). Com o objetivo de compreender os primeiros contatos dos participantes com a instituição, o Quadro 14 sintetiza as

Ideias Centrais que emergiram das respostas à pergunta: “Como você conheceu a Biblioteca Pública Benedito Leite?”.

Quadro 14 – Distribuição dos participantes segundo as IC da Q4 (IAD1)

Questão	Ideia Central / Ancoragem	Entrevistados	Resp. (n=15)	%	Ampl.	Inten.
Como você conheceu a Biblioteca Pública Benedito Leite?	**A - Trajetórias de aproximação com a biblioteca**	E01, E03, E04, E05, E06, E07, E08, E10, E11, E13, E15	11	73%	Alta	Alta
	C - Os múltiplos usos e funções do espaço	E01, E03, E04, E05, E06, E07, E09, E11, E13, E14	10	66%	Alta	Média
	B - A percepção do ambiente físico e social	E02, E03, E04, E06, E08, E10, E12, E13	8	53%	Alta	Média

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A análise quantitativa dos discursos sobre como os participantes conheceram a BPBL revela um forte consenso em torno de três eixos centrais, todos com alta amplitude, indicando ser percepções transversais aos diferentes grupos participantes. A categoria de maior destaque, com 73% de frequência e alta intensidade, refere-se às "Trajetórias de aproximação com a biblioteca" (A), consolidando o processo de descoberta do espaço, seja pelo acaso, pela família ou pela necessidade, como a experiência mais compartilhada pelo conjunto dos entrevistados. Com média intensidade, emergem duas outras categorias fundamentais: "Os múltiplos usos e funções do espaço" (C), com 66%, que detalha a apropriação da biblioteca para fins de estudo, lazer e cultura; e "A Percepção do ambiente físico e social" (B), com 53%, que abrange os sentimentos de acolhimento, admiração e estranhamento despertados pelo local.

Observa-se, inicialmente, que o primeiro contato com a biblioteca é uma experiência marcante e definidora, cuja continuidade é garantida pela sua utilidade prática e pelo ambiente acolhedor que ela proporciona. Tais elementos podem ser vistos nos DSC construídos para cada IC identificada e apresentados no Quadro 15, a seguir.

Quadro 15 – Discursos do Sujeito Coletivo segundo as IC da Q4 (IAD 2)

Categoria	Discurso do Sujeito Coletivo (DSC)	Entrevistado
A - **Trajetórias de aproximação com a biblioteca**	Eu sempre conheci, porque sempre vinha para o centro com a minha família e sempre olhava o prédio. Mas a primeira vez que entrei foi em 1999, com 15 anos, para um trabalho de escola. Outros conheceram na infância, porque a mãe trabalhava com cultura e trazia nas férias. Já para mim, não me lembro a primeira vez, mas deve ter sido em 54. Eu vinha pra praça e da praça vinha pra cá; os colégios eram todos aqui atrás, era o chamariz. Conheci também por acaso, ao passar pela praça, pois estava em busca de um local pra estudar. O trabalhar próximo também me fez passar aqui várias vezes e chamar a atenção para entrar. Vim conhecer logo na primeira semana que cheguei em São Luís para estudar, antes mesmo de começarem as aulas. Mas houve quem só passou a vir depois da graduação, e quem, por incrível que pareça, pisou aqui pela primeira vez semana passada, já adulto.	E01, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 10, 11, 13, 15
C - **Os múltiplos usos e funções do espaço**	A frequência se consolidou pelas amizades e pela procura dos livros que me interessavam. Na graduação começou a ser mais frequente, porque tive um dos primeiros trabalhos da faculdade e fui trabalhar com jornais aqui. Vim também para fazer pesquisa de material que não encontrávamos na biblioteca do Liceu, como jornais e revistas. A atração era o setor de jornais antigos e do livro raro. Outra motivação é estudar para concurso, aqui é um ambiente ótimo. Eu venho procurar livros para a faculdade, porque o acervo de livro infantil aqui é melhor que o da UFMA. Frequentava para pegar livros de ficção, basicamente. Na infância, passava as férias aqui, lia e participava das brincadeiras. Fiz aulas de Libras e diversos cursos aqui. E depois, estendi isso para minha filha.	E01, E03, E04, E05, E06, E07, 09, 11, 13, 14
B - **A percepção do ambiente físico e social**	Quando cheguei aqui, fiquei encantada com os prédios. Fui muito bem acolhida, eles fazem um tour com você. E a partir daí, virou um recanto de paz, de descobertas e de amizades. O ambiente é totalmente acolhedor, e vejo que a diretora tem um cuidado muito grande em acolher todo mundo. Essa gestão agora que eu tô conhecendo é diferente. Tive um impacto quando entrei agora, porque olhei ela muito mais arejada, mais leve, mais aberta, pois antigamente era muito mais carrancudo. Eu nunca tinha entrado porque achava que precisava marcar para entrar, que não era um livre acesso.	E02, E03, E04, E06, E08, E10, 12, 13

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

As bibliotecas públicas afirmam-se como espaços democráticos que refletem a vida social, atuando como guardiãs do patrimônio cultural e da memória coletiva, do local ao universal. Por essa razão, mostram-se fundamentais para a representação identitária e para o fortalecimento dos laços comunitários. Inseridas no cotidiano, em

distintos quadros de vida, essas instituições impactam as trajetórias de seus frequentadores.

Nesse sentido, o discurso acerca das trajetórias de aproximação com a biblioteca revela que a construção de um referencial identitário com a BPBL se inicia muito antes da frequência assídua, sendo forjada nas próprias trajetórias de aproximação da coletividade com o espaço. A interação que funda essa relação identitária pode ser mediada pela memória familiar, impulsionada por uma necessidade individual de estudo ou nascida de um encontro casual no cenário urbano do patrimônio.

Esses primeiros contatos revelam que a identidade não é inata, mas uma construção social que se nutre da memória em um processo contínuo e mútuo (Candau, 2021). Segundo Hall (2006), essa jornada começa na família, que transmite as primeiras lembranças e a memória "herdada" do grupo, fundamentando o sentimento de coerência, como complementa Pollak (1992). Posteriormente, essa busca por pertencimento e significado se expande para outros contextos, como instituições de saber, a exemplo das bibliotecas, ou o próprio cenário urbano, onde a arquitetura corporifica a memória coletiva. A diversidade desses percursos evidencia que a biblioteca passa a integrar a vida dos sujeitos de maneiras distintas, sendo o vínculo simbólico inicial com esse espaço um elemento decisivo para sua posterior ressignificação pessoal (Almeida, 2021; Oliveira-da-Silva; Achilles, 2025).

Tanto é que a análise dos múltiplos usos e funções do espaço demonstra como os visitantes, por meio de suas práticas cotidianas, transformam o patrimônio cultural em um componente ativo de suas identidades. Ao se apropriarem da biblioteca como um refúgio para estudos, um palco para a agenda cultural ou um local para pesquisa, os sujeitos estabelecem uma relação interativa que vai além da contemplação. Este engajamento transforma-a em um lugar de encontro e convívio, estimulando o diálogo social e o compartilhamento de ideias. Seja buscando um ambiente seguro ou aproveitando a agenda cultural, os frequentadores são seres ativos que constroem conhecimento e formam vínculos afetivos com a instituição, reforçando o seu papel social e a formação cidadã (Costa; Cutrim, 2021a; Mello; Martínez-Ávila; Araujo; Valentim, 2020; Silveira, 2021; Souza, 2023).

É nessa apropriação funcional que a memória do espaço deixa de ser apenas histórica e se torna uma memória viva, entrelaçada aos projetos de vida e às trajetórias profissionais e acadêmicas de cada indivíduo. Os visitantes enxergam a BPBL como

um espaço de cultura, onde podem exercer o pensamento crítico, consumir bens culturais e se apropriar de sua história, identidade e herança cultural, fortalecendo, assim, os vínculos com a comunidade maranhense (Costa, 2020; Costa; Cutrim; 2021a; 2022). É nessa apropriação que o passado deixa de ser um acervo sem dono e se torna um ato produtivo e contínuo de aquisição de experiências passadas e possibilidades futuras (Erll, 2012). A memória funcional é essencial para a autodeterminação do indivíduo e para a configuração de sentido da sua vida, refletida em seus projetos e trajetórias (Assmann, 2011).

Este discurso aprofunda a interface entre patrimônio e identidade ao focar na percepção do ambiente físico e social. A arquitetura imponente da BPBL desperta sensações ambíguas: por um lado, a admiração pela beleza do patrimônio e o sentimento de acolhimento geram pertencimento; por outro, a mesma grandiosidade pode gerar intimidação e estranhamento. Essa dimensão afetiva da interação com o espaço é fundamental, por ser nela que se define se a biblioteca será representada na memória do indivíduo como um lugar de inclusão e identidade compartilhada ou como um símbolo de uma cultura distante, pontos explicitados no discurso a seguir:

> *Quando cheguei aqui, fiquei encantada com os prédios. Fui muito bem acolhida, eles fazem um tour com você. E a partir daí, virou um recanto de paz, de descobertas e de amizades. O ambiente é totalmente acolhedor, e vejo que a diretora tem um cuidado muito grande em acolher todo mundo [...] Tive um impacto quando entrei agora, porque olhei ela muito mais arejada, mais leve, mais aberta, pois antigamente era muito mais carrancudo. Eu nunca tinha entrado porque achava que precisava marcar para entrar, que não era um livre acesso (DSC B).*

Quando o vínculo entre o sujeito e a instituição é estabelecido, o espaço é percebido como um lugar antropológico de convivência e desenvolvimento, integrando a dimensão imaginária, afetiva e simbólica dos frequentadores. Esse processo resulta na identificação e no sentimento de pertencimento à comunidade, como aludem Achilles e Silva (2022).

As bibliotecas públicas vivem um profundo paradoxo. De um lado, são idealizadas como pilares da democracia, com a missão de garantir acesso irrestrito à informação, cultura e lazer. De outro lado, enfrentam uma realidade de invisibilidade governamental e precariedade de recursos que as impede de cumprir plenamente seu papel. Essa tensão é agravada pela percepção, ainda corrente, que as limita à imagem tradicional de um simples depósito de livros ou espaços elitistas e inacessíveis, em detrimento de sua verdadeira identidade como organismos culturais ativos e

dinâmicos. Nesses termos, os sujeitos foram indagados acerca das impressões e sentimentos que marcaram esse primeiro contato com a BPBL, cujas ideias centrais identificadas nos discursos podem ser observadas no Quadro 16, a seguir.

Quadro 16 – Distribuição dos participantes segundo as IC da Q5 (IAD1)

Questão	Ideia Central / Ancoragem	Entrevistados	Resp. (n=15)	%	Ampl.	Inten.
Que impressões ou sentimentos você teve ao visitar a BPBL pela primeira vez?	**A - Sentimentos de acolhimento, respeito e felicidade**	E01, E02, E03, E04, E05, E10, E13, E15	8	53%	Alta	Média
	B - A biblioteca como espaço imponente, referência e guardiã da memória	E03, E04, E06, E07, E08, E10, E11, E13, E14, E15	10	66%	Alta	Média
	Ancoragem (C): A crítica à cultura da propaganda e ao descaso com a memória	E03	1	6%	Baixa	Baixa
	D - Sentimentos de distanciamento e não pertencimento	E06, E09, E10, E11, E12	5	33%	Alta	Baixa

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Ao se analisar a Amplitude, revela-se um paradoxo interessante: tanto os sentimentos positivos de "Acolhimento" (A) e "Admiração pelo Espaço" (B) quanto os sentimentos negativos de "Distanciamento" (D) são de Alta Amplitude. Isso significa que as diferentes percepções afetivas sobre a biblioteca (sejam elas de pertencimento ou de exclusão) não são exclusivas de um grupo, mas são experiências transversais, relatadas por membros de todos os grupos participantes. Em termos de intensidade, as percepções positivas (A e B) são mais fortes, aparecendo com média intensidade, enquanto a percepção de distanciamento (D) e a Ancoragem crítica (C) são de baixa intensidade. Essas dimensões podem ser vistas nos DSC construídos para cada IC identificada e apresentados no Quadro 17.

Quadro 17 – Discursos do Sujeito Coletivo segundo as IC da Q5 (IAD 2)

Categoria	Discurso do Sujeito Coletivo (DSC)	Entrevistado
A - Sentimentos de acolhimento, respeito e felicidade	Eu fui bastante impactada de forma positiva. O sentimento é de respeito e admiração. Eu fiquei muito feliz, porque sempre gostei de olhar a fachada de prédios, e meu pai era carpinteiro. Fiquei contente pelo acervo que tem. Fiquei feliz e adorava vir na infância, porque tinha programação de férias, com brincadeiras e tudo que criança gosta. Tive uma grata surpresa ao entrar e sentir um ar mais arejado, mais vivo. O ambiente é totalmente acolhedor, é um lugar acolhedor. Fui bem recepcionada e gostei do atendimento. Saber que a diretora te conhece é muito gratificante. Eu tenho a biblioteca como uma mãe.	E01, E02, E03, E04, E05, E10, E13, E15
B - A biblioteca como espaço imponente, referência e guardiã da memória	A primeira impressão é de um lugar grande, de pesquisa, imponente. É uma biblioteca muito grandiosa em relação aos outros prédios históricos. Eu achei muito importante, muito linda a fachada da biblioteca. Como cresci aqui, a biblioteca sempre foi um ponto de referência da cidade. Para mim, sempre foi um depositário de algo antigo, fundamental para a identidade e a memória da sociedade, uma joia. Me chamou a atenção o contraste de ser centenária e ao mesmo tempo tão atual, mesclando o acervo antigo com o contemporâneo. O que mais impactou foi conhecer a parte de obras raras e documentação mais antiga. No começo, achava tudo parecido com o arquivo, mas depois virou um misto: meio arquivo, meio Farol do Saber.	E03, E04, E06, E07, E08, E10, E11, E13, E14, E15
C - A crítica à cultura da propaganda e ao descaso com a memória	O problema é que os espaços de cultura estão se degradando. Vira tudo uma certa propaganda do negócio. A gente acha que cultura é fazer um festival, uma coisa rápida... Não é isso, a coisa é muito mais lenta, você tem que ter cuidado com esses órgãos, porque não pode ficar só uma coisa de propaganda... O que a gente vê é um descaso.	E03
D - Sentimentos de distanciamento e não pertencimento	O sentimento de pertencimento, eu não tinha. Eu achava que era um local de pessoas cultas, algo de um nível maior do que o meu. Na minha visão de fora, de leiga, era algo que era muito inacessível. Além disso, me causou um estranhamento não poder tocar nos livros, como eu estava acostumada. Trinta anos atrás, era um negócio que não se conseguia sentir para que estava servindo. Era muito difícil, tudo muito complicado pra se encontrar um livro.	E06, E09, E10, E11, E12

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A representação da biblioteca como um espaço imponente, referência e guardiã da memória ilustra como o patrimônio material atua na construção da identidade coletiva. Trata-se, então, de um equipamento cultural, cujas representações são diversas. Como espaço físico e simbólico, elas costumam apresentar uma arquitetura monumental, historicamente concebida como um templo em honra da memória. A

instituição é a guardiã da memória e do patrimônio cultural, material e imaterial, de um povo (Cardoso; Miguel, 2022; Costa; Santos; Cutrim; Carvalho, 2020)

Os acervos, enquanto patrimônio material, materializam as relações sociais estabelecidas e mantêm a história viva. Ao salvaguardar esses registros, a biblioteca consolida-se como um lugar de memória e referência cultural, promovendo o enraizamento e o reconhecimento dos traços que compõem a identidade coletiva dos indivíduos e grupos sociais (Costa; Cutrim, 2021b; Silveira, 2014).

A interação com a grandiosidade arquitetônica ("um cartão postal de São Luís") e com a percepção do acervo como um tesouro ("muitas relíquias, muitas preciosidades") solidifica a imagem da BPBL como um pilar da identidade ludovicense. A biblioteca é vista como o "depositário" da memória e da identidade da cidade, um lugar que não se reduz à guarda o passado, mas o presentifica.

Nessa perspectiva, depreende-se que a biblioteca é uma metáfora arquitetônica da memória cultural e uma Instituição de Memória, nas palavras de Assmann (2011). A representação da biblioteca como espaço imponente e guardiã se alinha ao conceito de patrimônio material (como monumentos e edifícios) que, ao codificar o saber, torna-se um suporte material da memória. A preservação desses portadores materiais é essencial para a construção de uma identidade coletiva, como complementam Silva e Martins (2022). As bibliotecas abrigam o saber da humanidade, atuando como armazenadores de conhecimento coletivo e recursos de memória que fortalecem as identidades culturais, servindo como referência à identidade, à ação e à memória dos grupos sociais (Assmann, 2011; Assmann, 2008; Silva; Martins, 2022).

A interação entre um espaço físico e seu conteúdo simbólico é um mecanismo poderoso na formação da identidade coletiva. No caso da Biblioteca Pública Benedito Leite, essa conjugação permite que seus visitantes se reconheçam como legítimos herdeiros de uma vasta tradição, reforçando o sentimento de pertencimento à história e à inegável importância intelectual de São Luís (Costa, 2020).

Essa função identitária foi deliberadamente projetada em sua arquitetura. A estrutura monumental e de estilo clássico da BPBL foi concebida para evocar o ideal da "Atenas Brasileira", epíteto que celebra a notoriedade literária da capital maranhense nos séculos XVIII e XIX (Castro; Furtado; Castellanos, 2022; Costa; Cutrim, 2021a). A edificação de sua sede definitiva, portanto, correspondeu à necessidade de se criar um santuário à altura das tradições intelectuais da cidade, um

espaço digno que materializasse esse legado, como relatam Castro, Furtado e Castellanos (2022).

A grandiosidade do patrimônio cultural reside em sua dimensão humana e social, não na mera acumulação de acervos (Triques; Albuquerque, 2022). Para ser significativo, ele precisa ser vivido afetivamente, especialmente em espaços como as bibliotecas. A própria memória social se constitui a partir de uma seleção de representações que estabelecem vínculos emocionais com o passado (Pinheiro; Sousa, 2024). O papel da biblioteca é, então, catalisar e fortalecer essa conexão, unindo a população ao seu legado. É nesse compartilhamento de uma memória afetiva que o verdadeiro discurso sobre o patrimônio se fundamenta (Costa; Luce; Bernardino, 2024; Ferreira, 2011).

Essa percepção da biblioteca como um espaço imponente e guardião da memória, um verdadeiro marco na paisagem urbana, não se limita a uma observação externa. Na vivência dos frequentadores, essa grandiosidade do patrimônio cultural é traduzida em uma forte conexão pessoal e afetiva. A imponência do prédio e a riqueza de seu acervo se convertem, na experiência intersubjetiva, em sentimentos de pertencimento, admiração e contentamento, transformando o monumento em um lugar de acolhimento e significado individual, conforme discurso:

> *Eu fui bastante impactada de forma positiva. O sentimento é de respeito e admiração. [...]. Tive uma grata surpresa ao entrar e sentir um ar mais arejado, mais vivo. O ambiente é totalmente acolhedor, é um lugar acolhedor. [...]. Eu tenho a biblioteca como uma mãe (DSC A).*

Observa-se que o discurso revela que a primeira interface na construção de um referencial identitário com a BPBL é predominantemente afetiva. Os sentimentos de acolhimento, respeito e felicidade demonstram como a interação humanizada com o espaço e seus funcionários transforma o patrimônio cultural de um objeto distante em um lugar de pertencimento. É nessa relação de cuidado e gratificação que a memória pessoal se entrelaça à memória institucional; a biblioteca deixa de ser somente um prédio histórico para se tornar um refúgio acolhedor, quase maternal ("Eu a tenho como uma mãe").

Essa dimensão afetiva é fundamental, por ser a partir dela que se estabelece a base para que o visitante se sinta parte integrante da história e da cultura que a instituição representa, consolidando uma identidade positiva e de mútua pertença. A memória, por se tratar de um fenômeno social construído a partir de afetos e relações

humanas, é a base da identidade e do pertencimento. Em espaços de custódia como as bibliotecas, a interação humanizada atua como um catalisador que transforma o patrimônio: o acervo deixa de ser um objeto distante para se tornar um refúgio acolhedor, onde a memória pessoal se integra à memória institucional (Costa; Luce; Bernardino, 2024; Sousa; Oliveira; Azevedo Netto, 2015).

Nesse processo, os funcionários podem assumir papéis que ultrapassam o atendimento técnico, tornando-se conselheiros, apoiadores e referências significativas na trajetória dos usuários (Grisales, 2020). Os vínculos afetivos estabelecidos no cotidiano atribuem uma intensidade particular às lembranças e experiências vividas na instituição. Dessa forma, o saber preservado pela biblioteca é continuamente ressignificado nas relações presentes, transformando-se em fonte de dignidade, de realização pessoal e de novas possibilidades de vida, o que, por sua vez, fortalece o legado coletivo e reafirma o papel social da instituição.

Entretanto, essa construção de laços afetivos e a percepção da biblioteca como um espaço de acolhimento não representam uma experiência universal para todos os frequentadores. Em uma dinâmica complexa, os mesmos elementos que para alguns simbolizam grandiosidade e pertencimento, tais como a imponência arquitetônica do patrimônio e a erudição associada ao seu acervo, para outros, funcionam como barreiras simbólicas.

Essa outra faceta da interação com o espaço revela que a instituição também pode despertar sentimentos de inadequação e exclusão. O discurso a seguir aprofunda essa tensão, dando voz aos sentimentos de distanciamento e não pertencimento que emergem na relação de parte do grupo com a biblioteca.

> *O sentimento de pertencimento, eu não tinha. Eu achava que era um local de pessoas cultas, **algo de um nível maior do que o meu**. Na minha visão de fora, de leiga, era algo que **era muito inacessível**. Além disso, me causou um estranhamento não poder tocar nos livros, como eu estava acostumada. Trinta anos atrás, era um negócio que não se conseguia sentir para que estava servindo. Era muito difícil, tudo muito complicado pra se encontrar um livro (DSC D).*

A sensação de não pertencimento e distanciamento reflete uma fratura na formação identitária, uma vez que o conceito de pertencimento envolve o desejo de um vínculo afetivo a pessoas, lugares ou modos de ser. Essa noção de pertencimento se diferencia da identidade como um estado estável, focando no anseio por algum tipo de apego (Lähdesmäki, 2019).

A falta do sentimento pessoal e íntimo de estar "em casa" (o modo psicológico de pertencimento) evidencia a influência da espacialidade e da exclusão na construção da identidade. Indivíduos que não se veem espelhados na narrativa nacional dominante experimentam essa inadequação de pertencimento (Smith, 2021). Essa fissura é central ao conceito de patrimônio dissonante, que lida com as histórias discordantes e as consequências sociais de passados opressivos, influenciando diretamente o senso de identidade coletiva, como acentuam Ferreira, Cavotti e Juvêncio (2025).

A interação com a mesma imponência do patrimônio que gera admiração em uns, em outros, desperta a sensação de que o espaço é "muito inacessível" ou destinado a "pessoas cultas [...] de um nível maior". Essa representação evidencia que o patrimônio cultural pode atuar como um mecanismo de exclusão simbólica, onde a memória e a cultura parecem pertencer a uma elite, e não a todos.

A análise histórica revela que as bibliotecas se originaram como instituições restritas, frequentemente vistas como templos do saber ou símbolos de poder, com acesso limitado à elite letrada (Tanus; Souza, 2023). No Brasil, essa trajetória foi acentuada por uma cultura do privilégio, com acervos em línguas estrangeiras que reforçavam seu caráter segregador, como enfatizado por Silva, Achilles e Sabbag (2022). Essa herança conservadora, focada no conhecimento das classes dominantes, entra em profundo conflito com a missão contemporânea de democratizar o acesso e combater a exclusão informacional (Almeida Junior, 2021; Luísa Onde; Garcia Simão, 2020). Essa dissonância histórica, como explicam Silva, Achilles e Sabbag (2022), fomenta a percepção do espaço como um "não-lugar", desconectado do cotidiano e sem ressonância na vida do cidadão comum.

A dificuldade de acesso no passado, percebida como um lugar "muito complexo", reforça essa memória de distanciamento, demonstrando que a construção de uma identidade coletiva em torno da biblioteca não é um processo homogêneo, mas sim atravessado por barreiras sociais e subjetivas. A sensação de estranhamento surge quando referências culturais perdem o sentido ou são historicamente apagadas, expondo a fragilidade das construções identitárias, como adverte Crippa (2021).

O patrimônio, por muito tempo, foi usado para cimentar uma identidade nacional unificadora, perpetuando a exclusão e a hierarquização de grupos subalternos. Em um cenário de mobilidade e transformações globais, o sentimento de pertencimento se torna instável. Abordar essa dissonância e lutar contra a opressão

social exige a ampliação das memórias para além das narrativas dominantes (Crippa, 2021; Pinheiro; Sousa, 2024).

Diante disso, afirma-se que o patrimônio cultural não é um campo neutro, mas um processo performativo e político com uma dupla função: ao mesmo tempo que legitima a identidade de grupos dominantes, atua na regulação da memória de grupos subalternos. Essa tensão se manifesta quando indivíduos excluídos da narrativa oficial expressam seu distanciamento, como na percepção de que o patrimônio é "algo maior do que a história". Dessa forma, a interação com espaços monumentais pode, em vez de unir, reforçar barreiras, pois o legado cultural é constantemente usado para legitimar ou desafiar o senso de lugar e as experiências sociais (Smith, 2021; 2015; Taylor, 2013).

A configuração hegemônica das bibliotecas, herdada de um passado em que eram espaços misteriosos e restritos, perpetua uma barreira simbólica que reforça o elitismo do saber. Essa imagem excludente faz com que muitos cidadãos não se sintam parte do local, percebendo-o como um território reservado a uma minoria (Silva; Achilles; Sabbag, 2022). O desafio contemporâneo é desconstruir essa visão, o que exige uma mudança de foco do acervo para as pessoas, transformando a instituição em um ambiente genuinamente acolhedor, como defendido por Flusser (1980). Somente superando esse legado de exclusão, a biblioteca pode cumprir sua missão democrática de fortalecer o pertencimento e capacitar a comunidade a se tornar protagonista cultural.

Essa tensão, onde o patrimônio cultural simultaneamente atrai e afasta, levanta o seguinte questionamento: seriam esses sentimentos de distanciamento apenas uma percepção individual ou o sintoma de um problema mais amplo? O discurso coletivo, em seu nível mais reflexivo, avança para além da experiência pessoal e oferece uma premissa sobre o contexto que permite o surgimento de tais barreiras. A ancoragem a seguir, portanto, desloca o foco do indivíduo para o sistema, apresentando uma crítica à cultura da propaganda e ao descaso com a memória como a raiz da degradação dos espaços culturais e de sua desconexão com a sociedade.

> *O problema é que os espaços de cultura estão se degradando. Vira tudo uma certa propaganda do negócio. A gente acha que cultura é fazer um festival, uma coisa rápida... Não é isso, a coisa é muito mais lenta, você tem que ter cuidado com esses órgãos, porque não pode ficar só uma coisa de propaganda... O que a gente vê é um descaso (DSC C).*

A crítica à cultura da propaganda e ao descaso com a memória funciona como uma ancoragem que revela uma identidade de resistência. Aqui, a interação com a BPBL é mediada por uma visão crítica sobre a gestão do patrimônio cultural em geral. A biblioteca, ao ser percebida como um dos poucos espaços que resistem ao "descaso" e à superficialidade da "cultura de festival", torna-se um símbolo de resiliência.

Essa resiliência institucional é retratada em uma longa história de adversidades, na qual a BPBL resistiu a "incontáveis fechamentos, sucessivas perdas, períodos de descaso e abandono" (Costa, 2020, p. 143). A instituição lutou contra a "ausência de verbas" para a aquisição de livros e para a manutenção de serviços essenciais, tendo sido frequentemente alojada em instalações precárias, como "quartos baixos, escuros e sem ventilação" ou sobrados com estrutura externa que "ameaçava desabar" (Pereira; Castro; Ramos, 2016).

A perseverança, demonstrada no longo movimento que culminou na construção de sua sede definitiva somente na década de 1950, permitiu que a BPBL se estabelecesse não apenas como um repositório de documentos, mas como um "valioso e significante espaço de memória local e nacional" (Costa, 2020, p. 143). Ao ir além dos serviços tradicionais, a BPBL atua como um "espaço cultural emancipatório", oferecendo um "terreno para vivências" que permite aos indivíduos delinearem a imagem que têm de si mesmos e o modo como se inserem na sociedade, consolidando-se, ainda, como um ponto de encontro para "manifestações sociais de naturezas distintas", como evidenciado por Costa e Cutrim (2021b).

Para o sujeito que enuncia este discurso, a relação com a instituição não é de mera fruição, mas de vigilância. A memória que a BPBL guarda é, portanto, vista como algo frágil e ameaçado, e a identidade construída a partir dessa interação é a de um cidadão consciente e crítico do tratamento dado à cultura em São Luís.

Defender a biblioteca pública no Brasil é um ato de resistência contra um histórico de descaso e sucateamento. Luta-se contra a falta de políticas de Estado e de investimento, que geram infraestruturas inadequadas, equipes desqualificadas e acervos obsoletos. Resiste-se, também, à descontinuidade política que desfaz projetos e rouba a relevância social dessas instituições. Por isso, cientes de seu papel essencial na democratização do saber, a saída está na conscientização e na articulação para exigir políticas perenes que garantam o financiamento e a estrutura para que, enfim, possam exercer seu poder de transformação social.

Quando se trata da fase da vida, a instituição tem uma presença constante (Q6), os discursos revelam que o lugar da Biblioteca Pública Benedito Leite na trajetória de seus frequentadores se consolida majoritariamente na vida adulta. O período de maior aproximação e uso intensivo não está na infância ou na adolescência, mas sim em fases posteriores, vinculadas a projetos acadêmicos e profissionais. O discurso coletivo aponta a universidade, especialmente a pós-graduação ("quando estava fazendo a dissertação"), e as necessidades da vida profissional, como a busca por ascensão na carreira ou a prática da escrita e da pesquisa, como os principais catalisadores dessa relação.

Essa constatação demonstra que, para este grupo, a BPBL assume um papel fundamental como um recurso estratégico para o desenvolvimento intelectual e a concretização de objetivos de vida na maturidade. A biblioteca pública atua como um potente agente de transformação social, com a missão de acolher a diversidade e combater ativamente as desigualdades. Seu papel se cumpre ao oferecer serviços e acervos que espelham a pluralidade da comunidade, garantindo acesso irrestrito à informação e à educação como ferramentas para a emancipação.

Seja pelo apoio à educação formal e à autoformação, pela oferta de informações utilitárias ou pela promoção de atividades que estimulam novas habilidades, a BPBL atua diretamente na concretização dos objetivos de vida de seus usuários. É por meio dessa contribuição prática e universal que a biblioteca se consolida como um pilar para o desenvolvimento de indivíduos mais autônomos e para a construção de uma sociedade verdadeiramente crítica e representativa. Essa perspectiva está sustentada na seguinte ancoragem:

> *A biblioteca pública hoje é muito rica para te dar várias opções. Ela virou um **centro de produção científica**. A gestão conseguiu fazer um espaço que está fácil de você fazer uma produção científica. Tu consegues acessar a internet, não paga nada, é uma coisa de qualidade. Eu posso pegar um livro, ir pra internet para colar [informações] e posso publicar lá embaixo, que é o setor de registro de direito autoral. **É um espaço acolhedor para pesquisa. Eu posso passar o dia todinho aqui e produzir ciência, produzir um livro**. De pesquisa, ficou bom (DSC C, grifo nosso).*

Nota-se que a relação atual dos participantes com a biblioteca, por sua vez, é marcada por uma diversidade de ritmos, que vão desde a frequência diária até visitas mais esporádicas. No entanto, o que justifica a permanência da instituição na rotina desses sujeitos é a sua ressignificação como um espaço multifuncional. A ancoragem que define a biblioteca como um moderno "centro de produção científica" (DSC C)

evidencia essa transformação: ela não é mais vista como um "ponto morto", mas como um "ponto vivo de cultura".

Ao oferecer um ecossistema de apoio que inclui não somente o acervo, mas também acesso à internet, espaços para escrita e serviços como o registro de direitos autorais, a BPBL se firma como um local que ativamente "acolhe e produz", impulsionando os projetos de seus usuários e garantindo sua contínua relevância. Em vista disso, defende-se que o papel da biblioteca pública moderna é capacitar os usuários a se tornarem protagonistas, tanto em seus projetos pessoais quanto no fortalecimento de suas comunidades.

A BPBL cumpre essa missão ao oferecer um espaço que acolhe e promove a criação, estimulando o desenvolvimento de ideias e o intercâmbio de conhecimentos. Iniciativas como o fomento ao movimento *maker* são exemplos de como a instituição se torna um agente de transformação social. Ao adotar uma postura dinâmica e inclusiva, que reconhece as necessidades de cada indivíduo, a biblioteca se consolida como um pilar para o exercício da cidadania (Costa, 2020; Costa; Cutrim, 2021a; 2021b; 2022; Spudeit; Vitorino, 2023).

A constatação de que a relação mais intensa com a BPBL ocorre na vida adulta, quando ela se ressignifica como um centro de produção, estabelece o ponto de partida para a próxima questão. Superada a análise sobre a frequência, a investigação se aprofunda agora no “o quê”: quais atividades, serviços e setores são mais procurados pelos participantes. O objetivo é detalhar como essas práticas contribuem para a construção de suas trajetórias, identidades e representações. As ideias centrais, referentes a essa questão, identificadas nos discursos dos sujeitos, estão descritas no Quadro 18.

Quadro 18 – Distribuição dos participantes segundo as IC da Q7 (IAD1)

Pergunta	Ideia Central / Ancoragem	Entrevistados	Resp. (n=15)	%	Ampl.	Intens.
Que tipo de atividades ou serviços você procurava na	**A - A biblioteca como espaço de pesquisa, estudo e resgate da memória**	E03, E04, E08, E09, E10, E12, E14, E15	8	53%	Alta	Média
	C - A biblioteca como espaço cultural e infantil	E02, E05, E06, E09, E10, E11, E13	7	46%	Alta	Baixa

	B - O acesso ao acervo para leitura	E02, E05, E07, E11, E13, E14	6	40%	Alta	Baixa
	D - A biblioteca como espaço de socialização e afeto	E01, E09, E15	3	20%	Média	Baixa
	E - A biblioteca como espaço terapêutico	E08	1	6%	Baixa	Baixa
	F - A biblioteca como centro de serviços e produção	E12	1	6%	Baixa	Baixa
	G - Amizades e Relações	E01, E02, E03, E07, E08, E09, E11, E13, E14	9	60%	Alta	Alta

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A análise da intensidade dos discursos revela elementos complexos na forma como os participantes justificam o status da Biblioteca Pública Benedito Leite como patrimônio cultural e as relações estabelecidas a partir disso. Percebe-se, inicialmente, como a instituição é vista como espaço de socialização e estabelecimento de vínculos, a exemplo do DSC G – Amizade e Relações (60%), notadamente com alta intensidade e amplitude entre os discursos dos sujeitos. Embora haja um consenso sobre sua importância, nenhuma ideia central alcançou individualmente a maioria absoluta, indicando uma fragmentação nas razões para essa percepção. As justificativas mais frequentes, a do "Prédio e sua Historicidade" (46 %), a da "Função Ativa" (40%) e a do "Acervo como Guardião da Memória" (40%), apresentam baixa intensidade.

Contudo, a análise de Amplitude mostra que três dessas quatro ideias são de Alta Amplitude, significando que as diferentes razões, seja valorizando o prédio, as vivências imateriais ou sua função ativa, são transversais e compartilhadas por todos os perfis de entrevistados. Isso sugere que a identidade da biblioteca como patrimônio não se ancora em uma única narrativa hegemônica, mas sim em um mosaico de percepções distintas, porém amplamente distribuídas entre professores, estudantes e usuários frequentes. Essas percepções coletivas podem ser vistas nos DSC construídos para cada IC identificada e apresentados no Quadro 19.

Quadro 19 – Discursos do Sujeito Coletivo segundo as IC da Q7 (IAD 2)

Categoria	Discurso do Sujeito Coletivo (DSC)	Entrevistado
A - A biblioteca como espaço de pesquisa, estudo e resgate da memória	O meu trabalho sempre foi aqui na pesquisa. Por enquanto, só frequento a sala de leitura. O setor que mais frequento é o de Obras Raras, com jornais antigos e livros raros. Eu sempre pesquiso os jornais, porque faço cordéis com base nas coisas antigas ou na realidade. Para mim, frequentar este setor representa um resgate da memória de uma São Luís antiga. Representa essa vida de pesquisar tanto tempo e o fato de estar sempre por aqui, no Centro Histórico.	E03, E04, E08, E09, E10, E12, E14, E15
B - O acesso ao acervo para leitura	As atividades principais são o empréstimo de livros e usar o espaço para fazer leitura. Pego livros, às vezes quando não quero estudar didática, pego uma leitura mais recreativa, como se limpasse a mente. Os setores que mais acesso são o de literatura e o de literatura clássica. Depois de anos frequentando só para pesquisa, peguei um livro emprestado pela primeira vez. A gente está muito vintage de pegar um livro emprestado na biblioteca.	E02, E05, E07, E11, E13, E14
C - A biblioteca como espaço cultural e infantil	O setor que acesso é a biblioteca infantil. Quando estou por lá, me lembra muito meus momentos de criança. Também quis trazer minhas crianças pra cá, para elas terem essa noção do livro, para dar esse estímulo. Além disso, vejo os teatros infantis aqui, através dos quais já conheci histórias belíssimas da cultura maranhense. Também já vim para palestras infanto-juvenis, que são excelentes.	E02, E05, E06, E09, E10, E11, E13
D - A biblioteca como espaço de socialização e afeto	Eu vinha aqui porque criei muitos amigos e os funcionários eram muito íntimos. A gente começa a se aproximar, doa livros, conhece as pessoas e aí sim, cria esse sentimento de pertencimento e aconchego. As pessoas daqui me dão muito valor, até já me deram o título de amiga da biblioteca.	E01, E09, E15
E - A biblioteca como espaço terapêutico	É uma relação de terapêutico, praticamente. Eu não quero falar que é "passar tempo", que é muito feio. Nem é tanto por pesquisa, também é por... é mais, assim, uma terapia. Eu diria que é mais um tipo de terapia que pesquisa.	E08
F - A biblioteca como centro de serviços e produção	Eu não pego quase empréstimo. Faço uma leitura básica aqui, faço meu resumo, uso a internet no telecentro e os direitos autorais.	E12

Categoria	Discurso do Sujeito Coletivo (DSC)	Entrevistado
G - Amizades e Relações	Eu criei muitos amigos por aqui, fiz amizade com colegas que estudavam e com o próprio pessoal da biblioteca. Amizade já, aqui a gente se conhece. Outros pesquisadores, inclusive, me ajudaram muito a encontrar documentos. Há 30 anos, os funcionários eram muito íntimos, e alguns, como o Eduardo que cuida das obras raras, são peças fundamentais. A gestão é muito atenciosa e compreensiva. Mas, por outro lado, eu não fiz uma amizade que tenha saído daqui, e acho muito difícil fazer amizade com outras pessoas no ambiente da leitura.	E01, E02, E03, E07, E08, E09, E11, E13, E14

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A biblioteca pública é uma instituição social de dupla relevância. Primeiramente, atua como um pilar democrático para a educação, oferecendo acesso livre e igualitário ao conhecimento para apoiar o estudo formal, a pesquisa e a aprendizagem contínua. Em segundo lugar, funciona como guardiã da memória histórica, preservando e disseminando o patrimônio que reflete a identidade de uma comunidade e fortalece a cidadania.

A BPBL materializa essa vocação no Maranhão. Como centro de instrução, apoia estudantes e pesquisadores com um acervo rico, que inclui de obras técnicas a manuscritos raros dos séculos XVI a XIX. Como *lócus* de memória, suas atividades de mediação da história possibilitam que os cidadãos maranhenses revisitem o passado, reconstruam a memória coletiva e fortaleçam seus laços identitários e culturais. Essa atuação está refletida no DSC A, quando o sujeito coletivo exemplifica que:

> *O setor que mais frequento é o de Obras Raras, com jornais antigos e livros raros. Eu sempre pesquiso os jornais, porque faço cordéis* ***com base nas coisas antigas ou na realidade.*** *Para mim, frequentar este setor* ***representa um resgate da memória de uma São Luís antiga****.* ***Representa essa vida de pesquisar tanto tempo*** *e o fato de estar sempre por aqui, no Centro Histórico (DSC A).*

Os registros do patrimônio documental, como jornais antigos e livros raros, funcionam como vestígios que possibilitam a reconstrução do passado e a recuperação de experiências vividas. Atuando como mediadores da memória, o acesso e a apropriação desses acervos pela coletividade facilitam o diálogo e a reflexão. Esse processo se torna, então, uma ferramenta ativa para a construção ou reconfiguração de referenciais identitários, tanto individuais quanto coletivos (Marques; Karpinski, 2024). As práticas e os discursos que emergem dessa interação

revelam, portanto, o reconhecimento da biblioteca como um espaço informativo fundamental, conforme ratificado no DSC B:

> *As atividades principais são o empréstimo de livros e usar o espaço para fazer leitura. Pego livros, às vezes quando não quero estudar didática, pego uma leitura mais recreativa, como se limpasse a mente. Os setores que mais acesso são o de literatura e o de literatura clássica (DSC B).*

Em vista disso, o acervo que abrange livros raros, periódicos e manuscritos, é considerado um pilar essencial na sustentação da memória e da identidade social, como ressaltado por Albuquerque e Silveira (2023). Nesse sentido, Palma Peña (2013) complementa, acentuando que a natureza desses documentos, notadamente bens culturais, reside na mensagem que contêm, servindo como testemunhos fiéis do desenvolvimento das sociedades ao longo do tempo.

O ato de "resgatar a memória" de uma São Luís antiga, como aludido no discurso, através da pesquisa, se conecta com a noção de que a memória cultural está ligada a uma região ou nação específica. A frequência a este "setor" de pesquisa (assumindo ser uma instituição de memória, como um arquivo ou biblioteca) reflete o papel dessas instituições em sustentar a memória cumulativa, combatendo o esquecimento (Assmann, 2011).

A produção de cordéis como manifestação literária baseada na pesquisa de jornais ilustra como a memória registrada (o arquivo) serve de base para a memória performatizada (o repertório ou ato cultural) (Taylor, 2013). Essa transição do registro para a expressão cultural é essencial para o conhecimento ser transmitido e para que a memória, enquanto construção social, seja legitimada e atualizada no presente (Silva; Martins, 2022). O indivíduo, ao dedicar "tanto tempo" à pesquisa, atua como um agente ativo na constante redefinição da identidade cultural e histórica do local (Nieto López, 2019).

O patrimônio bibliográfico, portanto, possui a capacidade de evocar as forças culturais complexas das quais se originou, adquirindo o *status* de patrimônio mediante a interação com o ambiente social e a promoção da identidade (Slva; Achilles; Azevedo, 2020; Palma Peña, 2013).

A biblioteca ultrapassa a concepção de mero repositório passivo de documentos, configurando-se como uma instituição em permanente devir, responsável por dinamizar o patrimônio. A instituição desempenha uma função pedagógica e proativa, sendo elemento fundamental na formação de leitores-cidadãos

emancipados e na ampliação dos horizontes culturais. Ao atuar como instância mediadora e influenciadora, a biblioteca fomenta processos de socialização, encontros e intersubjetividades. Seus serviços educativos revelam-se essenciais para a salvaguarda da memória social e para a transmissão do conhecimento coletivo às gerações futuras (Costa; Luce; Bernardino, 2024). Desse modo, a preservação do patrimônio bibliográfico é efetivada no presente, garantindo sua fruição pelas gerações vindouras.

Essa interação, contudo, vai além da relação individual do leitor com o livro. A biblioteca se afirma como um patrimônio vivo ao se tornar, ela mesma, um agente ativo na promoção de encontros e na formação de novas gerações. Os discursos a seguir aprofundam essa dimensão, revelando o papel fundamental da instituição como um espaço cultural e infantil (DSC C) e como um território de socialização e afeto (DSC D).

A representação da biblioteca como espaço cultural e infantil evidencia seu papel como agente de interculturalidade intergeracional. As atividades como o "teatro infantil" e as visitas escolares são interações que promovem a transmissão da memória e do patrimônio cultural para as novas gerações, como aludido no discurso coletivo: “Também quis trazer minhas crianças pra cá, para elas terem **essa noção do livro**, para dar esse estímulo. Além disso, vejo os teatros infantis aqui, através dos quais já conheci **histórias belíssimas da cultura maranhense**” (DSC C).

Em uma abordagem intercultural, a instituição busca a recuperação da memória social e histórica, que vai além das narrativas hegemônicas, ou seja, coloca em destaque nas atividades a cultura local e os saberes tradicionais, por meio de ações mediativas, como evidenciado no discurso coletivo (Duque Cardona; Restrepo-Fernández, 2024). Conforme Restrepo-Fernández e Duque Cardona (2024), o trabalho com práticas de leitura, escrita e oralidade é fundamental, por constituir tecnologias para a liberdade e a formação de cidadãos ativos.

O sujeito coletivo, ao explicitar que “O setor que acesso é a biblioteca infantil. Quando estou por lá, me lembra muito meus momentos de criança.” (DSC C), representa uma reconexão com suas próprias memórias afetivas. Essa busca por lembranças organiza significados e estabelece a continuidade do "eu" ao longo do tempo sob duas perspectivas. Para o indivíduo, representa um reencontro com sua história e afetividade, essencial para a identidade pessoal (Candau, 2021; Kajimoto; Gerbasi; Cavalcante, 2014).

A manifestação de que o "Quando estou por lá, me lembra muito meus momentos de criança" (DSC C) ilustra, também, como a memória individual está ligada aos quadros sociais assinalados por Halbwachs (2006). O espaço físico da biblioteca atua como um indicador de evocação (Erll, 2012), ativando lembranças de experiências de vida, o que é essencial para a reconexão afetiva e a construção de sentido sobre o passado (Jelin, 2002). Para as crianças, a biblioteca representa a primeira porta de entrada para a construção de uma identidade ludovicense, justamente por facilitar o acesso e a apropriação do capital cultural, promovendo tal formação.

Ao passo em que a memória é um projeto social de seleção e interpretação do passado (Velásquez Yepes; Arroyave Estrada, 2023), o contato e a interação com esses espaços de recordação contribuem para a consolidação de laços e do sentimento de pertencimento ao contexto ludovicense e maranhense.

A memória, seja individual ou coletiva, constitui uma base para a formação da identidade de um povo ou grupo, por assegurar que as futuras gerações não permaneçam alheias às suas origens. Os lugares de memória, portanto, ao mediar a cultura, participam ativamente do fortalecimento do sentimento de pertencimento e da edificação de identidades coletivas (Halbwachs, 2006; Melo Filho, 2016).

Nesse intercâmbio, a biblioteca se revela como um organismo vivo, que ativamente produz cultura e forma futuros cidadãos, garantindo a perpetuação da identidade local ao criar laços afetivos com o patrimônio desde a mais tenra idade. Diante disso, depreende-se que a biblioteca é um resguardo para a palavra viva e o patrimônio cultural imaterial, oferecendo um território democrático para o encontro e o diálogo entre culturas e diferentes gerações. Essas interações visam à construção de uma sociedade mais justa e participativa (Duque Cardona, 2018; Walsh, 2018).

Percebe-se, a partir da imersão no que pensa a coletividade, que a memória mostra-se como um processo ativo e subjetivo, que está relacionado à dimensão afetiva e social dos indivíduos, como afirma Jelin (2002). Esse traço é inclusive explicado por Assmann (2008), ao afirmar que as pessoas estão imbricadas nisso, pois a memória é a faculdade que constrói a consciência da identidade ao longo do tempo, tanto no plano pessoal quanto no coletivo. Essa perspectiva encontra sustento no discurso coletivo, o qual enfatiza as vivências dos sujeitos, que por sua vez afirma:

> *Eu vinha aqui porque **criei muitos amigos e os funcionários eram muito íntimos**. A gente começa a se aproximar, doa livros, conhece as pessoas e*

> *aí sim, cria esse sentimento de pertencimento e aconchego. As pessoas daqui me dão muito valor, até já me deram o título de amiga da biblioteca (DSC D).*
>
> ***Eu criei muitos amigos por aqui, fiz amizade com colegas que estudavam e com o próprio pessoal da biblioteca**. Amizade já, aqui a gente se conhece. Outros pesquisadores, inclusive, me ajudaram muito a encontrar documentos. Há 30 anos, os funcionários eram muito íntimos, e alguns, como o Eduardo que cuida das obras raras, são peças fundamentais. A gestão é muito atenciosa e compreensiva (DSC G).*

Os discursos D e G evidenciam a dimensão intersubjetiva da construção identitária, definindo a biblioteca como um espaço de socialização, estabelecimento de vínculos e afeto. Aqui, a interação fundamental não é com os livros, mas com as pessoas, as quais são apontadas como “peças fundamentais”.

O impacto afetivo de um acontecimento funciona como um papel duplo para a memória. A emoção consegue estabilizar uma lembrança, conferindo-lhe uma forte sensação de autenticidade. Paradoxalmente, essa mesma força emocional que a fixa na mente pode também ser a causa de sua distorção, resultando em uma falsificação involuntária do passado, como explica Assmann (2011). Portanto, as emoções e sentimentos, mesmo quando não podem ser preservados em sua forma original, são recriados, concedendo vivacidade suplementar a experiências passadas, transformando momentos em eventos memoráveis que exigem uma busca de sentido no presente (Assmann, 2011; Jelin, 2002).

Além disso, a recordação funciona como uma realização de pertencimento e uma obrigação social, visto que as lembranças individuais são estruturadas pelos quadros sociais que o grupo compartilha, definindo seus valores e perspectivas. Dessa forma, os laços sociais, frequentemente carregados de afeição, sustentam a própria existência das memórias compartilhadas (Assmann, 2008; Jelin, 2002).

Importa destacar que a criação de "muitos amigos" e a relação de "intimidade" com os funcionários transformam o patrimônio físico em um território de pertencimento. É nesse intercâmbio social que a memória do lugar se torna uma memória de relações, e a identidade de "frequentador" evolui para a de "amiga da biblioteca".

Essa representação demonstra que a biblioteca, enquanto patrimônio vivo, cumpre seu papel mais profundo quando se torna um polo de encontros, onde a cultura e a identidade são tecidas coletivamente nos laços de afeto e reconhecimento. Nesse polo de interação, a instituição conecta a comunidade à sua história, por ser a partir do patrimônio que se constroem a identidade e a memória dos diferentes grupos

sociais (Triques; Albuquerque, 2022). Assim, a biblioteca assegura que o saber cultural seja transmitido e recriado continuamente para o usufruto das gerações vindouras.

Para além de sua fundamental função como polo de encontros e afeto, a análise dos discursos revela que a BPBL se consolida na vida dos frequentadores por apropriações ainda mais singulares e contemporâneas. A instituição extrapola seu papel de guardiã do patrimônio para se tornar uma plataforma de empoderamento individual, oferecendo ferramentas para a produção cultural e espaços para a introspecção. Os discursos a seguir aprofundam essa faceta, mostrando como a BPBL funciona como um centro de serviços e produção (DSC F) e, em sua dimensão mais íntima, como um espaço terapêutico (DSC E), nas palavras dos sujeitos coletivos:

> *É uma **relação de terapêutico,** praticamente. Eu não quero falar que é "passar tempo", que é muito feio. Nem é tanto por pesquisa, também é por... é mais, assim, **uma terapia. Eu diria que é mais um tipo de terapia** que pesquisa (DSC E).*
> *Eu não pego quase empréstimo. Faço uma leitura básica aqui, faço meu resumo, uso a internet no telecentro e os direitos autorais (DSC F).*

Lessa (2020) enfatiza que a biblioteca pública moderna deve ser compreendida como um organismo dinâmico, cuja função extrapola a mera preservação do patrimônio e o registro do conhecimento. Constitui-se, assim, em um espaço voltado à emancipação e ao empoderamento dos sujeitos, configurando-se como instância democrática responsável por assegurar o livre acesso à informação e à educação continuada (Silva; Achilles; Sabbag, 2022).

Por meio de práticas culturais e da disponibilização de múltiplos recursos, a instituição promove condições para que seus usuários se posicionem como agentes ativos na produção de cultura e conhecimento. Paralelamente, oferece um ambiente de acolhimento e sociabilidade, consolidando-se como lócus privilegiado tanto para a introspecção pessoal quanto para a construção das identidades individuais e coletivas (Gil Calderón; Chaves Salgado; Bonilla Carrión, 2020).

Em suma, a análise das primeiras experiências com a Biblioteca Pública Benedito Leite revela que a construção de referenciais identitários é um processo complexo e multifacetado, que se inicia no primeiro contato afetivo com o espaço e se aprofunda na vida adulta. Os discursos coletivos demonstram que a “memória” do lugar é tecida tanto por sentimentos de acolhimento e felicidade quanto por sensações

de distanciamento, evidenciando que o “patrimônio cultural” atua de forma ambígua, como um polo de inclusão para uns e de exclusão simbólica para outros.

É na interação contínua, através dos múltiplos usos, seja para pesquisa, socialização, participação em eventos ou produção intelectual, que a BPBL coloca em segundo plano sua função de guardiã do passado. Ela se consolida como um agente ativo na vida presente dos visitantes, onde suas identidades de pesquisador, cidadão e maranhense são constantemente negociadas, reforçadas e ressignificadas. Tendo explorado essas dinâmicas, a análise avança agora para aprofundar as representações, vivências e significados atribuídos à BPBL.

8.3 MEMÓRIA, IDENTIDADE E PATRIMÔNIO CULTURAL NO CONTEXTO DA INSTITUIÇÃO

Estabelecida no século XIX, a BPBL é historicamente um dos aparelhos culturais mais importantes do Maranhão. Consolidou-se como um lócus central de cultura e informação, um espaço físico e simbólico fundamental para a preservação da memória e da história maranhense. A instituição abriga um acervo de valor inestimável, com obras raras e manuscritos, que representa o patrimônio material e imaterial do estado.

Mais do que um repositório, a BPBL atua como um "lugar de memória" dinâmico. Por meio de serviços educativos e práticas interculturais, a biblioteca medeia e difunde sua herança com o objetivo de sensibilizar a população para valorizar os bens que lhes pertencem. Essa atuação promove a reconstrução da memória coletiva e fortalece as identidades locais, enraizando a cultura na comunidade. No Quadro 20, sistematiza-se a distribuição dos participantes por IC:

Quadro 20 – Distribuição dos participantes segundo as IC da Q8 (IAD1)

Questão	Ideia Central / Ancoragem	Entrevistados	Resp. (n=15)	%	Amp.	Int.
Que tipo de experiências você vivenciou na BPBL? Fez amizades? Participou de eventos? Algo te marcou especialmente?	**A - Experiências marcantes: memórias, conquistas e reconhecimento**	E02, E03, E05, E09, E10, E11, E13, E14	8	53%	Alta	Média
	B - Vivências de pesquisa, cultura e produção	E02, E03, E04, E06, E08, E09, E10, E12, E15	9	60%	Alta	Média

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Com base nos dados consolidados no Quadro 20, a análise quantitativa da Questão 8 evidencia dois eixos principais de vivências relatadas pelos entrevistados, ambos com alta amplitude e média intensidade, demonstrando sua transversalidade entre diferentes perfis. As categorias mais recorrentes foram as Vivências de pesquisa, cultura e produção (B), mencionadas por 60% dos participantes, e as Experiências marcantes: memórias, conquistas e reconhecimento (A), destacadas por 53% dos respondentes. Esses resultados apontam para a relevância tanto das experiências acadêmicas e culturais, ligadas à produção e à pesquisa, quanto das vivências pessoais de conquistas e reconhecimento, revelando um equilíbrio entre dimensões formativas e afetivas no contexto da BPBL. Essas percepções coletivas podem ser vistas nos DSC construídos para cada IC identificada e apresentados no Quadro 21.

Quadro 21 – Discursos do Sujeito Coletivo segundo as IC da Q8 (IAD 2)

Categoria	Discurso do Sujeito Coletivo (DSC)	Entrevistado
A - **Experiências marcantes: memórias, conquistas e reconhecimento**	A maior marca que a biblioteca deixou em mim foi a minha infância, a felicidade da experiência que tinha com minha mãe. Outra coisa que me marca muito é ver o acesso que as crianças têm hoje e pensar "eu não tive isso". O momento que me marcou foi o primeiro contato com as obras raras. A experiência marcante também foi doar minha própria obra para a maior biblioteca do Estado; me senti honrado, foi um momento simbólico de reconhecimento. E um momento muito bacana foi quando minha filha de quatro anos foi convidada como leitora do ano. Fiquei muito feliz pelo reconhecimento.	E02, E03, E05, E09, E10, E11, E13, E14
B - **Vivências de pesquisa, cultura e produção**	Minha vivência principal é a pesquisa no setor de jornais antigos e obras raras para resgatar uma São Luís antiga. Eu sou escritor e pesquisador, então a biblioteca é um espaço acolhedor para pesquisa e para produzir ciência, produzir um livro. Uso também o serviço de registro de direitos autorais. Além disso, já participei de tantos eventos que nem sei dizer. Tem a Terça do Cordel, que sempre venho, e as palestras infanto-juvenis que são excelentes. Também vejo os teatros infantis e as exposições.	E02, E03, E04, E06, E08, E09, E10, E12, E15

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

O DSC A, intitulado "Experiências marcantes: memórias, conquistas e reconhecimento", reúne as memórias dos participantes sobre as trajetórias dos sujeitos. A partir dele, observa-se que o patrimônio cultural extrapola sua dimensão material para se inscrever na subjetividade dos indivíduos, tornando-se parte de suas histórias de vida, em suas palavras:

> *A maior marca que a biblioteca deixou em mim foi a minha infância, a felicidade da experiência que tinha com minha mãe. [...] O momento que me marcou foi o primeiro contato com as obras raras. A experiência marcante também foi doar minha própria obra para a maior biblioteca do Estado; [...]. E um momento muito bacana foi quando minha filha de quatro anos foi convidada como leitora do ano [...] (DSC A).*

A interação com a BPBL, conforme narrada, revela as faces complementares do processo de construção da identidade. Como bem pontuado no decorrer deste estudo, as bibliotecas são instituições de memória que atuam de forma multifacetada na construção de referenciais identitários, um papel determinante para a coesão social e cultural. Inicialmente, elas fornecem as bases para essa construção ao organizar o conhecimento do passado (Melo Filho, 2016; Tanus *et al*., 2020). Por meio do acervo impresso, oferecem balizas temporais e referenciais coletivos que combatem a fragmentação da modernidade e permitem a contínua articulação das identidades (Candau, 2021; Hall, 2014).

Contudo, sua função ultrapassa a de um mero repositório. Para que a memória não se torne um acervo morto, a biblioteca deve atuar como um centro cultural vivo, um espaço de encontro que transforma a informação em um recurso identitário ativo, como aludido por Candau (2021). Nesse processo, é fundamental que seus acervos e serviços reflitam a pluralidade da comunidade, incluindo as vozes de grupos minoritários, para que a representação seja justa.

A atuação da biblioteca como centro cultural vivo deve, portanto, superar a mera tolerância e adotar uma perspectiva de interculturalidade crítica e anticolonial, visto que historicamente as principais instituições de cultura e conhecimento foram erguidas sob um viés eurocentrado que marginalizou outros saberes (Duque Cardona, 2024; Walsh, 2012).

É basilar distinguir esta abordagem da interculturalidade funcional ou do multiculturalismo, que somente visa à inclusão de grupos excluídos para manter a coesão social nas estruturas estabelecidas, chegando a reforçar estereótipos coloniais de racialização (Walsh, 2010; 2007). A interculturalidade crítica, em

contraste, é concebida como um projeto político, social, ético e epistêmico que exige a transformação radical das estruturas de poder que fomentam a desigualdade e a inferiorização.

No contexto bibliotecário, este esforço se materializa na descolonização epistemológica, reivindicando o valor dos conhecimentos ancestrais e das epistemologias do Sul (Mignolo, 2007). Como recomendado por Duque Cardona (2024, 2018), a instituição deve incorporar plenamente a oralidade como um elemento inseparável da leitura e da escrita, tornando-se um espaço dissidente que recupera ativamente a memória social e histórica latino-americana, garantindo a justiça epistêmica para as comunidades.

As bibliotecas públicas, nesse contexto de crítica à colonialidade, situam-se no Paradigma Intercultural Anticolonial proposto por Duque Cardona (2018, 2019, 2020, 2022) e reforçado por Meneses Tello (2020), dentre outros autores, que estabelece o desafio de refundar suas estruturas a partir do Sul Global/Abya-Yala. A instituição deve ser encarada como um dispositivo cultural e social cuja prática deve ser guiada por um imperativo de justiça social e justiça epistêmica. O foco é confrontar a matriz colonial do poder, rejeitando a interculturalidade funcional que busca somente a inclusão.

A prática bibliotecária, dentro desse paradigma, exige o rompimento com o modelo eurocêntrico que priorizou o relato ocidental e códigos alfanuméricos. A biblioteca deve atuar como um espaço contra-hegemônico, reivindicando o valor de epistemologias insurgentes e da oralidade como parte ineludível das práticas de leitura e escrita, buscando gerar conhecimento contextualizado e voltado à transformação social. O paradigma, que se concretiza em propostas como a Biblioteconomia desde Abya-Yala, orienta a disciplina a questionar os métodos tradicionais e a promover o pluralismo metodológico em prol da dignidade e da igualdade social (Duque Cardona, 2018, 2019, 2020, 2022).

Em vista disso, a Biblioteca Benedito Leite, ao promover o diálogo e a apropriação do conhecimento em um ambiente democrático, a "sala de visitas da comunidade", fortalece o sentimento de pertencimento e capacita os indivíduos a definirem seu lugar no mundo, fomentando o desenvolvimento de cidadãos críticos e autônomos. A mediação da informação e a ação cultural são essenciais para este processo de transformação social, garantindo o acesso livre e libertário à cultura e à informação para o exercício pleno da cidadania (Silveira, 2021).

A memória afetiva da infância, o reconhecimento por uma conquista pessoal (como a filha ser nomeada "leitora do ano") ou o momento simbólico de doar a própria obra à instituição, transformam a biblioteca em um palco para a história de vida. É nessa interface que a identidade pessoal e a memória coletiva se fundem, e o visitante se reconhece como parte da narrativa que a biblioteca guarda. Essa vivência afetiva é o alicerce para uma relação de pertencimento duradouro.

Essa relação se aprofunda ao reconhecer que a memória humana, embora tenha sua base biológica, é fundamentalmente condicionada pelos quadros sociais, necessitando de um contexto concreto para ser ativada e moldada, como pontuam Velásquez Yepes e Arroyave Estrada (2023). Portanto, a identidade individual é construída nesse diálogo com as lembranças partilhadas entre os indivíduos, em diferentes espaços, neste caso, na biblioteca pública (Assmann, 2008).

Assmann (2011) destaca que as bibliotecas, juntamente com outros espaços culturais, atuam como instituições de memória essenciais, fornecendo o registro do passado na forma de uma massa de informações potencialmente organizadas. Duque Cardona, Muñoz Mazo e Lopera Mazo (2023) complementam, explicando que, enquanto objeto que pode ser articulado com a Ciência da Informação, a "memória inscrita" é o registro da ação humana em dispositivos, permitindo à sociedade capturar, preservar e recuperar as informações necessárias à sua memória social.

Essa "memória de armazenamento" resiste à supressão involuntária do passado e provê o horizonte a partir do qual as perspectivas estreitas do presente podem ser relativizadas e criticadas (Assmann, 2011). O acervo, ao preservar o conhecimento cultural, tal como a fusão de tradições envolvidas na construção da identidade de um grupo, permite que o indivíduo se integre a uma consciência social mais ampla. Assim, a informação registrada deixa de ser um mero cúmulo de dados e se torna a essência da memória coletiva, constantemente reconstruída no presente, reforçando o pertencimento e legitimando os valores do grupo social.

Por outro lado, as "Vivências de pesquisa, cultura e produção" (DSC C) ilustram a construção de uma identidade ativa, a de um cidadão-agente. A interação aqui não é somente de contemplação, mas de apropriação do patrimônio como ferramenta, conforme expresso no discurso coletivo:

> *Minha vivência principal é a pesquisa no setor de jornais antigos e obras raras para resgatar uma São Luís antiga. Eu sou escritor e pesquisador, então a biblioteca é um espaço acolhedor para pesquisa e para produzir ciência, produzir um livro. Uso também o serviço de registro de direitos autorais. [...].*

> *Tem a Terça do Cordel, que sempre venho, e as palestras infanto-juvenis que são excelentes [...] (DSC B).*

Neste contexto de vivências, o patrimônio cultural rompe a mera contemplação de modelos estéticos estabelecidos ou a visão de uma entidade estática. Ou seja, ele se configura como uma prática dinâmica e um processo performativo no qual o significado é incessantemente gerado e reconfigurado constantemente (Pinheiro; Sousa, 2024).

Em vista disso, para além da custódia, o trabalho com o patrimônio requer que o interesse humano e social seja o foco das ações, com o objetivo de gerar impactos sociais que superem as barreiras físicas dos edifícios. A socialização do patrimônio bibliográfico e documental é fundamental, por permitir que as sociedades usufruam e reflitam sobre os bens históricos e culturais, garantindo o pleno acesso à informação para o cidadão na defesa de seus direitos e no incentivo à produção de conhecimento (Albuquerque; Silveira, 2023; Silveira; Troglio, 2019; Werneck; Achilles; Azevedo, 2020).

Ao utilizar a biblioteca para pesquisa, participar de eventos como a "Terça do Cordel" ou para a produção intelectual, o visitante estabelece uma relação intercultural de troca, onde consome e produz cultura simultaneamente. A memória construída é a de uma instituição viva, um "espaço acolhedor para pesquisa e para produzir ciência". Essa representação é fundamental, por definir a BPBL não como um museu do passado, mas como uma plataforma que impulsiona a construção contínua da identidade cultural ludovicense.

Essa apropriação ativa se alinha diretamente com a missão patrimonial das instituições de memória, a qual engloba ações de promoção, gestão, preservação e salvaguarda de coleções que manifestam a identidade e a cultura dos indivíduos e grupos sociais (Albuquerque; Silveira, 2023). É um movimento essencial, visto que o patrimônio, tanto material quanto imaterial, constitui um recurso vital para o desenvolvimento, fomentando a coesão, a integração e a identidade das comunidades (Palma Peña, 2013).

Essa abordagem, que se afasta das concepções coloniais e eurocêntricas, reconhece o patrimônio como uma construção social e um campo onde ocorrem negociações e disputas. Ao ser apropriado ativamente, o patrimônio torna-se um agente fundamental na formação de identidades e na consolidação da memória individual e coletiva. Dessa forma, ele evolui de um instrumento pedagógico focado

na identidade nacional para uma pedagogia da diversidade, capacitando o cidadão a se reconhecer nos bens culturais (Castriota, 2009; Ferreira, 2021; Florêncio et al., 2014; Pinheiro; Sousa, 2024).

Neste sentido, a conexão com a sociedade é indispensável para legitimar um objeto como patrimônio, transformando populações em povos e territórios em nações. Assim, a participação crítica e construtiva da comunidade é um pré-requisito para o patrimônio ser assumido por um coletivo que nele se reconhece (Gauz, 2015). É essencial que as comunidades sejam vistas como as legítimas detentoras desses saberes e práticas, promovendo um processo democrático e coletivo de autoconhecimento e valorização cultural.

A adoção dessa perspectiva comunitária e democrática está vinculada ao reconhecimento de que a dissonância é uma qualidade inerente a todo patrimônio, por refletir a diversidade e os conflitos de memória presentes em sociedades marcadas por passados complexos. Longe de representar um embate, essa dissonância constitui uma tensão produtiva, capaz de abrir espaço para múltiplas ações e de favorecer uma intensa mediação intercultural. A contestação de narrativas históricas hegemônicas, frequentemente estruturadas pelo Discurso Autorizado do Patrimônio (DAP), é vital para os processos de decolonização da memória (Crippa, 2021a; Ferreira; Cavotti; Juvêncio, 2025; Huis, 2019).

Ao expor as relações de poder e as hierarquias étnicas e de classe, a análise da dissonância fomenta um pensamento crítico e facilita um diálogo verdadeiro (*alterity*), que respeita as distinções culturais e transculturais, evitando a dissolução das diferenças em prol da homogeneização. A gestão inclusiva e democrática do patrimônio, que integra a participação da sociedade civil e dos movimentos sociais, transforma monumentos em pivôs de discursos múltiplos, contribuindo assim para a construção de uma memória pública mais representativa e justa (Crippa, 2021b; Ferreira; Cavotti; Juvêncio, 2025; Huis, 2019).

A partir dessa perspectiva crítica, a análise aprofunda-se na forma como os “discursos múltiplos” se manifestam na interação dos cidadãos com a Biblioteca Pública Benedito Leite e seu entorno. Os resultados, consolidados a partir das questões sobre memória e espaço, revelam que o patrimônio é vivenciado em duas dimensões complementares: o espaço físico e seu entorno, compreendidos como palco da memória coletiva, e as vivências internas, associadas à memória afetiva e social.

A análise dessa relação parte dos DSCs das questões 9 e 11, que foram articulados no eixo coeso “Memória e Espaço”. Os achados reforçam a asserção da complementaridade, ao evidenciarem que as percepções sobre o espaço físico e as experiências afetivas na biblioteca apresentaram altíssima intensidade e amplitude. Isso confirma que ambas as dimensões são indissociáveis na construção dos referenciais identitários dos participantes, conforme descrição das categorias no Quadro 22.

Quadro 22 – Síntese das categorias Macro sobre memória, espaço e vivências na BPBL (IAD1)

Categoria macro	Ideia Central / Ancoragem	Q.	Entrev.	Resp. (n=15)	%	Ampl.	Intensi.
1. O espaço físico e o entorno como palco da memória coletiva	A - O Entorno da Biblioteca como Palco da Memória Pessoal e Coletiva	11	E01, E02, E03, E04, E05, E06, E07, E08, E09, E10, E11, E12, E13, E14, E15	15	100%	Alta	Alta
	Ancoragem (B): A Preservação do Patrimônio pela Falta de Recursos	11	E03	1	6%	Baixa	Baixa
2. As vivências internas como memória afetiva e social	A - Memórias da Sociabilidade: Comunidade, Eventos e Reconhecimento	9	E01, E02, E03, E06, E07, E15	6	40%	Alta	Baixa
	B - Sensações e Relações Pessoais: Afeto, Memória e Percepções do Espaço	9	E01, E02, E04, E05, E07, E08, E09, E10, E11, E12, E13, E14	12	80%	Alta	Alta
3. Ancoragens: A biblioteca como símbolo e ferramenta para a identidade crítica	Ancoragem (C): A Biblioteca como Lugar da Memória por Excelência	9	E09	1	6%	Baixa	Baixa
	Ancoragem (D): A Leitura como Hábito Angular Transformador	9	E013	1	6%	Baixa	Baixa

Fonte: Elaborado pelo autor (2025), consolidando os DSCs referentes às questões 9 e 11 do roteiro de entrevista.

A análise consolidada dos discursos revela que a percepção do espaço físico como palco da memória coletiva é a base da relação dos sujeitos com a Biblioteca Pública Benedito Leite. Com 100% de frequência e alta amplitude e intensidade, esta categoria se firma como a representação mais consensual do grupo. Nessa visão, a biblioteca e a Praça Deodoro se tornam agentes ativos na construção da identidade ludovicense. É na interação com a arquitetura, a história e a função social do entorno que a memória da cidade se materializa e a identidade pessoal encontra sua ancoragem na história coletiva. De forma igualmente unânime, os discursos demonstram que a dimensão física do patrimônio é indissociável das experiências internas, compreendidas como memória afetiva e social. Se o entorno é o palco, as vivências no interior da biblioteca constituem o enredo que lhe confere significado. Os relatos evidenciam que a construção de referenciais identitários se aprofunda nos laços de afeto com o lugar, nas relações de amizade e reconhecimento, e nas sensações de acolhimento ou, para uma minoria, de distanciamento. É nessa interação intercultural que a memória histórica se transforma em experiência subjetiva e definidora da identidade.

Por fim, com menor intensidade, as ancoragens emergem como um nível de reflexão que complexifica a relação com o patrimônio. Aqui, a identidade não é somente herdada, mas questionada. Ao definirem a biblioteca como o “lugar da memória por excelência” e a leitura como um “hábito angular transformador”, enquanto criticam a “preservação pela falta de recursos”, os sujeitos demonstram uma apropriação mais profunda do espaço. Nessa perspectiva, a biblioteca se afirma como um instrumento para a construção de uma identidade crítica e consciente sobre a própria cultura e história, cujos discursos coletivos podem ser observados no Quadro 23.

Quadro 23 – Discursos do Sujeito Coletivo segundo as IC das Q9 e Q11 (IAD 2)

DSC	Discurso do Sujeito Coletivo (DSC)	Entrevistado
A - **O espaço físico e o entorno como palco da memória coletiva**	Todos os elementos do entorno têm relação com a história de São Luís. Toda essa região tem uma riqueza histórica e cultural imensa, é um dos ambientes culturais mais significativos do Brasil. Minha história pessoal está ligada a essas ruas; andei a vida inteira na Rua Grande, Rua da Paz, o meu mundo ia até o Largo do Carmo. E a Praça Deodoro é uma referência muito grande, o lugar onde a cidade nasceu. Tenho lembranças muito fortes daqui, de uma praça que tinha árvores que formavam um verdadeiro túnel. O prédio da biblioteca em si é muito bonito, um palácio, um patrimônio histórico. Sempre gostei dessa fachada, e vejo as pessoas tirarem fotos dela, o que acaba aguçando a curiosidade. A gente associa o espaço a figuras históricas, como o governador Sebastião Archer, que deu atenção à educação, e à história simbólica de Humberto de Campos, que trabalhava em frente, olhando e querendo adentrar na biblioteca. A praça sempre foi palco para a cidade: lembro das festas e dos movimentos estudantis, com a biblioteca como plano de fundo. Muitos movimentos sociais, desde o século XIX até a ditadura, aconteceram aqui. E um fato legal recente foi o retorno dos bustos ao panteão na praça, principalmente o de Maria Firmina. Hoje, vejo que a praça tem se modernizado, e isso tem valorizado também o espaço da biblioteca, chamando mais a atenção das pessoas.	E01, E02, E03, E04, E05, E06, E07, E08, E09, E10, E11, E12, E13, E14, E15
B - **As vivências internas como memória afetiva e social**	As memórias são dos meus amigos, dos velhos pesquisadores, como Jomar Moraes e Buzar. Havia um intercâmbio. Lembro também das festinhas e movimentos estudantis na Praça Deodoro, com a biblioteca como plano de fundo. O espaço também é local de mobilizações de grupos sociais. Além disso, já participei de tantos eventos que nem sei dizer; ultimamente tem a Terça do Cordel, que sempre venho. E o que fica é a sensação de ser valorizado, as pessoas daqui me dão muito valor, até já me deram o título de amiga da biblioteca. A maior marca que a biblioteca deixou em mim foi a minha infância, a felicidade da experiência que tinha com a minha mãe. Uma memória marcante foi ter feito meu primeiro curso de Libras aqui, e outra foi a experiência maravilhosa de trazer meus alunos para conhecerem o espaço. Fico muito feliz em poder oportunizar isso a eles. Quando não venho, parece que o dia fica incompleto. É uma sensação gostosa, nada tira o prazer de ler um livro, de folhear. A principal sensação é a de entrar num ambiente de calmaria, em contraste com a poluição sonora lá de fora. Hoje, a sensação é de que a biblioteca ficou mais popular, mais acessível. Tu consegues chegar no computador, não se sente um alienígena.	E01, E02, E03, E04, E05, E06, E07, E08, E09, E10, E11, E12, E13, E14, E15

C - **Ancoragens: A Biblioteca como Símbolo e Ferramenta para a Identidade Crítica**	Eu acho que não existe melhor lugar para falar sobre memória, resgate, histórico do que a biblioteca. O próprio espaço, quando eles expõem as datas comemorativas através dos livros, as exposições fotográficas, mostra que eles têm essa preocupação de trazer a identidade do espaço, da região. Eu entendi que a leitura é um hábito angular. A partir desse hábito, muitas coisas vão melhorar em todas as áreas da nossa vida: a criticidade, a reflexão, o poder de escolha. Eu costumo dizer o seguinte: o que salvou muito desse patrimônio foi a "lisura" nossa, a falta de dinheiro. Se eles tivessem dinheiro, eles tinham derrubado tudinho. Se você anda ali pela Praia Grande, você vê que não era um estímulo preservar; se tu quisesse derrubar a frente da casa, fazer um caixote novo, tu tinha um estímulo pra isso. E se tivessem dinheiro, eles tinham derrubado muito mais.	E03, E09, E13

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

O primeiro discurso presente no Quadro 23 revela a força simbólica do espaço físico na construção da memória coletiva. O entorno da Biblioteca Pública Benedito Leite e do Complexo Deodoro é percebido como um “palco” de experiências históricas e culturais que estruturam o sentimento de pertencimento dos sujeitos. O patrimônio arquitetônico da biblioteca e a memória dos movimentos sociais no espaço público são constantemente associados a uma identidade ludovicense, enraizada na vivência concreta das ruas e praças, conforme o discurso coletivo

> *Todos os elementos do entorno têm relação com a história de São Luís. Toda essa região tem uma riqueza histórica e cultural imensa, é um dos ambientes culturais mais significativos do Brasil**. Minha história pessoal está ligada a essas ruas; andei a vida inteira na Rua Grande, Rua da Paz, o meu mundo ia até o Largo do Carmo**. E a Praça Deodoro é uma referência muito grande, o lugar onde a cidade nasceu [...] (DSC A).*

Contudo, a forte associação entre patrimônio edificado e identidade precisa ser analisada sob uma lente crítica. No Brasil, o campo patrimonial foi historicamente moldado por concepções europeias e conservadoras que privilegiaram estruturas de “pedra e cal” e as narrativas das elites, silenciando e marginalizando memórias de grupos subalternos, como negros e indígenas (Filgueiras; Queiroz; Alexandre; Mota, 2023). Nesse sentido, a relevância do entorno da Praça Deodoro e da Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL) pode ser melhor compreendida à luz do conceito de Patrimônio Dissonante (Crippa, 2021), que problematiza a violência da modernidade e enfrenta a hierarquização étnica e de classe.

O pertencimento e a identidade ludovicense enraizados nesses espaços não anulam a dissonância que caracteriza todo patrimônio, sempre atravessado por disputas quanto a seus significados e valores. A ênfase exclusiva na preservação arquitetônica, celebrada como reflexo de um “gênio criativo”, pode traduzir o DAP ao focar no tangível e relegar conflitos culturais a questões de gestão. O patrimônio, como prática política, frequentemente envolve disputas pela memória, com a história oficial silenciando frequentemente as vozes de grupos marginalizados (Ferreira; Cavotti; Juvêncio, 2025; Smith, 2021). Reconhecer essa natureza contestada, conforme advoga Smith (2021), abre espaço para uma memória plural e exige que os profissionais considerem não somente o monumento, mas também as consequências sociais de suas práticas.

Nesse cenário, a BPBL atua como instituição de memória ao mediar a apropriação cultural por meio de seus acervos e de manifestações imateriais locais, como a Terça do Cordel e o Bumba Meu Boi. Ao fazê-lo, potencializa uma consciência crítica sobre os bens e saberes ludovicenses, ampliando o valor patrimonial para além da excepcionalidade estética ou do tombamento e incorporando a diversidade cultural e o dinamismo do espaço urbano (Castriota, 2009). Essa reflexão se aprofunda com a noção de matriz patrimonial de poder, que desvela como modelos convencionais de preservação perpetuam dinâmicas coloniais, como advertido por Smith (2006, 2021), Pinheiro e Sousa (2024).

Durante muito tempo, o campo patrimonial legitimou narrativas eurocêntricas e relegou expressões imateriais a um papel folclorizado (Mignolo, 2007). A expansão recente do conceito exige superar a visão estritamente preservacionista, explicitando os critérios de atribuição de valor e reconhecendo sua complexidade. Desmantelar essa hierarquia implica compreender o patrimônio como suporte para a produção contínua da vida e não como objeto estático (Pinheiro; Sousa, 2024). Isso requer a adoção de uma cidadania crítica e de uma participação social ativa, de modo que a narrativa cultural seja inclusiva, reflita perspectivas locais e marginalizadas e assuma a decolonialidade como uma prática contínua de luta e transgressão contra os padrões coloniais (Castriota, 2009).

O discurso coletivo voltado ao espaço físico e o entorno como palco da memória, também, demonstra como a memória individual (lembranças de infância, caminhadas, festas) se ancora em símbolos coletivos, como as figuras históricas e a própria materialidade do edifício. A Praça do Pantheon, como lugar de manifestações,

e a biblioteca, como ícone cultural, convergem em uma representação social de resistência e continuidade da história, como aludido no discurso:

> *O prédio da biblioteca em si é muito bonito, um palácio, um patrimônio histórico. [...].* ***A gente associa o espaço a figuras históricas, como o governador Sebastião Archer****, que deu atenção à educação, e à história simbólica de* ***Humberto de Campos****, que trabalhava em frente, olhando e querendo adentrar na biblioteca.* ***A praça sempre foi palco para a cidade****: lembro das festas e dos movimentos estudantis, com a biblioteca como plano de fundo.* ***Muitos movimentos sociais, desde o século XIX até a ditadura, aconteceram aqui****. E um fato legal recente foi o retorno dos bustos ao panteão na praça, principalmente o de Maria Firmina [...] (DSC A).*

O trecho do discurso evidencia que a Praça do Pantheon, tendo a Biblioteca Pública Benedito Leite como cenário recorrente, funciona como um marco de densidade histórica e afetiva na memória social dos sujeitos. As referências a festas, mobilizações estudantis, movimentos sociais e episódios da ditadura revelam que o espaço é percebido como território de participação política e vida comunitária, onde experiências pessoais se imbricam com acontecimentos coletivos (Figura 30).

Figura 30 – Movimento grevista de professores em frente à BPBL



Fonte: Sindeducação (2022).

O retorno dos bustos ao panteão, especialmente o de Maria Firmina dos Reis (Figura 31), acrescenta uma camada simbólica contemporânea, reafirmando a importância da representatividade e da reparação histórica na construção da memória pública. Assim, a praça emerge como palco vivo de identidades, lutas e continuidades históricas.

Figura 31 – Busto de Maria Firmina dos Reis, Praça do Pantheon, São Luís



Fonte: Jones (2023)

A vinculação da memória pessoal a bens materiais e figuras históricas, como edifícios icônicos ou praças, confirma que a rememoração é um fenômeno socialmente construído, constituindo-se em recriação do vivido e não em evocação literal do passado (Pollak, 1992). Para dar continuidade e coerência à identidade, os indivíduos recorrem às linguagens e significados da cultura, bem como aos lugares de memória, que atuam como portadores de referência à ação e à identidade dos grupos (Candau, 2021; Silveira, 2010). No entanto, Candau (2021) adverte que a convergência desses espaços e símbolos em uma representação unificada de continuidade e resistência pode assumir o caráter de uma retórica holista, que idealiza o compartilhamento de lembranças.

Embora o patrimônio cultural sirva como testemunho e convocação do passado, garantindo a perpetuação da memória social, as identidades nacionais e coletivas são construídas como híbridos culturais, atravessadas por divisões e pelo esquecimento dos inícios violentos que sustentam a aparência de coesão (Hall, 2006; Silva Junior; Oliveira, 2018). Assim, a afirmação de uma memória comum é, frequentemente, uma reconstrução orientada por preocupações do presente, sujeita a disputas políticas sobre quais datas e acontecimentos devem ser inscritos na memória coletiva (Gondar, 2005; Pollak, 1992).

A articulação entre lembranças de infância, vivências cotidianas e espaços físicos monumentais, como praças de manifestação e edifícios de biblioteca, evidencia como a rememoração individual se ancora em quadros sociais estabelecidos

(Candau, 2021; Halbwachs, 2006; Melo Filho, 2016). Nessa perspectiva, locais são convertidos em símbolos de identidade e permanência. Contudo, a atribuição de resistência e continuidade à Praça do Pantheon e à BPBL requer análise crítica, pois tais espaços também funcionam como repositórios de narrativas oficiais (Assmann, 2011; Carmo, 2011; Nora, 1993; Taylor, 2013).

A história promovida pelo Estado e abrigada em instituições tende a ser unificada, incompleta e seletiva, silenciando conflitos e experiências de grupos subalternizados (Carmo, 2011). Enquanto monumentos e ícones culturais operam como memória funcional, destinada a fundar identidades coletivas, as memórias individuais e coletivas são múltiplas, fluidas e abertas à dialética da lembrança e do esquecimento. Nesse sentido, embora a materialidade do edifício ofereça suporte contra o esquecimento, corre-se o risco de cristalizar uma memória petrificada caso não dialogue com repertórios vivos e demandas do presente, que ressignificam o passado (Assmann, 2011; Erll, 2012; Taylor, 2013).

Neste contexto, símbolos coletivos e edificações atuam como lugares de memória. O patrimônio cultural, entendido como testemunho e convocação do passado, é fundamental para a perpetuação da memória social e a afirmação da identidade coletiva. Sua força reside na ancoragem entre materialidade e representações sociais, garantindo continuidade histórica e coesão grupal (Nora, 1993; Pollak, 1989).

O patrimônio é uma construção social dinâmica que expressa como um agente ativo de identidade cultural (Rosa; Oliveira, 2025). A memória urbana não se limita ao plano imaterial, por ser territorializada em edifícios e ruas, refletindo a experiência concreta dos sujeitos no espaço vivido. Essa percepção reforça a ideia de que o patrimônio se legitima na apropriação cotidiana e na atribuição de valor pela comunidade (Azevedo Netto, 2020). Os bens culturais servem como suporte para o processo contínuo de produção da vida e como cenário de conflitos, lutas e manifestações sociais que marcam a dinâmica de modernização da urbe. Essa visão demonstra a indissociabilidade entre as dimensões material e simbólica do patrimônio (Martín, 2021; Pinheiro; Sousa, 2024).

O segundo discurso, “As vivências internas como memória afetiva e social”, ressalta a dimensão subjetiva e emocional da relação com a biblioteca, evidenciando como as experiências vividas em seu interior transformam o espaço em território de memórias pessoais e coletivas. As narrativas evocam amizades, práticas culturais,

atividades estudantis e momentos familiares, revelando o vínculo afetivo e profundo estabelecido com o lugar.

> *As memórias são dos meus amigos, dos velhos pesquisadores, como Jomar Moraes e Buzar. Havia um intercâmbio. Lembro também das festinhas e movimentos estudantis na Praça Deodoro, com a biblioteca como plano de fundo. O espaço também é local de mobilizações de grupos sociais. Além disso, já participei de tantos eventos que nem sei dizer; ultimamente tem a Terça do Cordel, que sempre venho. E o que fica é a sensação de ser valorizado, as pessoas daqui me dão muito valor, até já me deram o título de amiga da biblioteca (DSC B).*

Essa perspectiva intimista mostra que a memória não se configura como uma simples evocação literal do passado, mas como um processo ativo de reconstrução e ressignificação da experiência, sempre atravessado pelas questões do presente. Por sua natureza, a memória é afetiva: o afeto seleciona as vivências que mais nos marcam e as conserva no tempo. Assim, as lembranças são simultaneamente individuais e sociais, já que a memória pessoal está ancorada nos quadros sociais em que se tecem relações e experiências (Candau, 2021; Gondar, 2005).

As relações de amizade, afeto e laços familiares constituem “comunidades afetivas”, intensificando o ato de recordar e sustentando tanto o sentimento de pertencimento quanto a construção identitária. Ao transformar a biblioteca em repositório de histórias e emoções, os sujeitos passam a utilizá-la como mediadora na atualização da memória, desempenhando papel decisivo na reinterpretação da própria trajetória e na elaboração de um imaginário partilhado.

Halbwachs (2006) ressalta não haver memória coletiva sem sua ancoragem em um contexto espacial, sendo os lugares de memória fundamentais para a cristalização das lembranças. Nesse sentido, o espaço da biblioteca, impregnado de vivências, converte-se em arcabouço de memórias capaz de sustentar o sentimento de pertencimento coletivo, contribuindo para a totalidade existencial e a segurança interior do sujeito (Candau, 2021).

A BPBL, em sua essência, constitui-se como um “lugar de memória”, onde recordações pessoais, tais como lembranças da infância, da escola ou de obras lidas, se entrelaçam à memória coletiva. Os relatos de seus frequentadores confirmam essa função ao rememorar episódios históricos e sociais de grande relevância, como atos políticos e a Greve de 1979 na Praça Deodoro, reforçando o caráter mnêmico da instituição. Assim, a BPBL possibilita a constante revisitação do passado maranhense, consolidando-se como polo de enraizamento cultural (Silveira, 2014) que mobiliza

referenciais identitários e auxilia os cidadãos a reconhecerem sua história e situarem-se na sociedade.

A biblioteca pública, portanto, rompe a noção de mero depósito de acervos e afirma-se como território permeado por vivências e experiências intersubjetivas (Achilles, 2018; Achilles; Silva, 2022). Configura-se como espaço de acolhimento, convívio e sociabilidade, promovendo a interação humana e o fortalecimento de laços duradouros entre indivíduos e instituição (Gil Calderón; Chaves Salgado; Bonilla; Carrión, 2020). Por meio de práticas culturais, atividades de lazer e encontros, fomenta um senso de pertencimento essencial ao empoderamento e à reconstrução das identidades (Candau, 2021; Halbwachs, 2006; Pollak, 1992).

Nesse contexto, a biblioteca emerge como um “ambiente de acolhimento”, no qual a leitura, o silêncio e a tranquilidade contrastam com a agitação do espaço externo, consolidando-a como lugar de pertencimento e identidade. Ao mesmo tempo, constitui-se em cenário de mobilização social e de práticas coletivas, como saraus, movimentos estudantis e eventos culturais, conforme expressa o discurso coletivo:

> *A maior marca que a biblioteca deixou em mim foi a minha infância, a felicidade da experiência que tinha com a minha mãe. Uma memória marcante foi ter feito meu primeiro curso de Libras aqui, e outra foi a experiência maravilhosa de trazer meus alunos para conhecerem o espaço. [...]. Quando não venho, parece que o dia fica incompleto. É uma sensação gostosa, nada tira o prazer de ler um livro, de folhear. A principal sensação é a de entrar num ambiente de calmaria, em contraste com a poluição sonora lá de fora. Hoje, a sensação é de que a biblioteca ficou mais popular, mais acessível [...] (DSC. B).*

Essa dualidade entre intimidade e coletividade reforça sua função como lugar de memória viva, capaz de articular recordações afetivas a representações sociais mais amplas. As sensações relatadas, de valorização, felicidade e incompletude na ausência, revelam como o patrimônio se converte em extensão da própria subjetividade dos usuários.

As bibliotecas públicas funcionam como importantes espaços de socialização que impulsionam sua função informacional para exercer um significativo impacto afetivo sobre seus usuários. Através de um ambiente de acolhimento, a instituição promove um forte sentimento de pertencimento, fazendo com que o espaço seja percebido como um ponto de referência comunitário. Esse envolvimento permite que o patrimônio cultural seja utilizado como um recurso ativo para a construção da identidade (Silveira, 2014; 2010). A relevância desse papel é confirmada pela sensação de perda que os usuários relatam quando os serviços são interrompidos,

evidenciando a contribuição da biblioteca para a estabilidade e o desenvolvimento da comunidade.

Assim, a memória não é somente histórica, mas vivida no cotidiano e traduzida em experiências afetivas que fortalecem laços identitários. A biblioteca assume, portanto, o papel de “comunidade simbólica”, um espaço em que passado e presente se entrelaçam para produzir enraizamento cultural e social (Silveira, 2014).

O terceiro discurso introduz uma dimensão crítica e reflexiva à relação com a biblioteca e seu entorno. Ao defini-la como “lugar por excelência” da memória e da leitura, o discurso expande a visão afetiva e arquitetônica e insere a instituição no campo da cidadania e da consciência cultural, como aludido no discurso coletivo:

> *Eu acho que não existe melhor lugar para falar sobre memória, resgate, histórico do que a biblioteca. O próprio espaço, quando eles expõem as datas comemorativas através dos livros, as exposições fotográficas, mostra que eles têm essa preocupação de trazer a identidade do espaço, da região. Eu entendi que a leitura é um hábito angular. A partir desse hábito, muitas coisas vão melhorar em todas as áreas da nossa vida: a criticidade, a reflexão, o poder de escolha (DSC C).*

A definição da biblioteca como lugar central da memória e cidadania reflete a necessidade de superar concepções passivas e meramente arquitetônicas, consolidando-a como um equipamento sociocultural dinâmico e elo essencial para a informação e a educação permanente (Greenhalgh; Alvares, 2021; Lins, 2021). A superação dessa visão funcional posiciona a biblioteca pública como um território de cidadania, superando a noção de depósito de acervos para operar como polo difusor de cultura e conhecimento, garantindo o direito à informação e à leitura.

Tal entendimento está voltado à formação de um leitor crítico, cabendo ao bibliotecário atuar como agente mediador que fomenta a reflexão e a autonomia (Suaiden; Leite, 2021). A literatura aponta que essa perspectiva não é nova, encontrando ecos em visões históricas, como a de Dewey (1876), que a equiparava a uma escola e o bibliotecário a um maestro, reforçando seu poder de afetação social e contributo na criação de uma esfera pública de cidadãos, como pontua Silveira (2021).

> *Eu costumo dizer o seguinte: o que salvou muito desse patrimônio foi a "lisura" nossa, a falta de dinheiro. Se eles tivessem dinheiro, eles tinham derrubado tudinho. Se você anda ali pela Praia Grande, você vê que não era um estímulo preservar; se tu quisesse derrubar a frente da casa, fazer um caixote novo, tu tinha um estímulo pra isso. E se tivessem dinheiro, eles tinham derrubado muito mais.*

A leitura, assim, é concebida como hábito transformador, associado ao desenvolvimento da criticidade e da reflexão social. Nesse sentido, a biblioteca não é limita-se à custódia de um acervo, mas uma ferramenta para questionar desigualdades e sustentar identidades conscientes.

A biblioteca pública moderna se estabelece, assim, como um equipamento sociocultural dinâmico. Seu papel essencial é promover a cidadania e a democracia, constituindo-se como pilar no combate às desigualdades sociais e à infoexclusão (Lessa, 2020; Vaz, 2020). Atuando como espaço de resistência e oferecendo acesso equitativo a todos, ela apoia grupos minoritários e vulneráveis (Souza, 2023; Spudeit; Vitorino, 2023). De forma determinante, a biblioteca pública contribui para a formação de indivíduos autônomos e críticos ao estimular a reflexão e facilitar a (re)elaboração da identidade, preservando a memória e a diversidade cultural da comunidade. Dessa forma, firma-se como um local indispensável de diálogo e transformação social (Mello; Martínez-Ávilla; Araujo; Valentim, 2020).

O discurso também explicita uma perspectiva contrastante ao denunciar a precariedade da preservação do patrimônio pela “falta de recursos”. Essa crítica revela uma representação social na qual a memória e o patrimônio são constantemente fragilizados pela ausência de políticas públicas efetivas, mas, ao mesmo tempo, reforça a importância de manter e lutar por esse espaço. Em vista disso, pode-se tensionar esse entendimento coletivo sob perspectivas que convergem na ideia de uma precarização intencional.

Do ponto de vista memorial, evidencia-se a manipulação ideológica, na qual elites frequentemente decidem o que é relevante preservar, marginalizando as memórias dos segmentos sociais subordinados. Denunciar a perda e o risco de destruição, a chamada “retórica da perda”, torna-se, paradoxalmente, um mecanismo para reforçar o valor desses bens. Assim, a luta pela manutenção desse espaço é compreendida como prática política de resistência contra o silenciamento e contra a lógica monumentalista e colonial, visando à construção de uma memória mais ética e justa. A memória, nesse contexto, exige ser continuamente negociada e reavaliada (Cardoso, 2011; Chagas, 2005; Moraes, 2005; Seligmann-Silva, 2022).

Essa questão alcança também a preservação do patrimônio, cujos processos são complexos e marcadamente políticos (Moraes, 2005). A escolha do que deve ser mantido e para quem é frequentemente determinada por interesses políticos e grupos de elite, e não pela vontade coletiva, revelando a manipulação ideológica do

patrimônio, bem como os desafios de sua manutenção e administração, especialmente diante da negligência do Estado. Isso pode levar ao risco real de apagamento histórico ou ao relegamento de bens a depósitos (Ferreira; Cavotti; Juvêncio, 2025).

Essa representação social, que evidencia a fragilidade da memória cultural, decorre, em parte, do predomínio do DAP, que historicamente privilegiou o valor estético e a materialidade, concentrando-se na conservação e na gestão por especialistas. O DAP tende a mascarar o trabalho político e cultural da gestão e a neutralizar a dissonância inerente ao patrimônio, promovendo narrativas de consenso e valores de elite (Smith, 2021, 2006).

A denúncia da falta de políticas efetivas, ao mesmo tempo que critica essa gestão deficiente, reforça a importância de lutar pela manutenção do patrimônio, que é por definição contestado e politicamente ativo (Smith, 2015; Tamaso, 2007). Reconhecer a dissonância e a necessidade de recursos é essencial para que os profissionais assumam um papel político, buscando práticas de memória mais inclusivas e democráticas, como pontuam Crippa (2021) e Smith (2021, 2015, 2006).

A fragilização da memória, portanto, não resulta somente da falta de recursos, mas também da incorporação de conceitos em paradigmas hegemônicos que esvaziam seu potencial de oposição política e epistêmica. Contudo, a insistência em “manter e lutar por esse espaço” se alinha ao projeto da interculturalidade crítica. Trata-se de um movimento de resistência que, partindo de grupos historicamente subjugados, busca transformar estruturas sociais e recuperar a memória e a voz histórica como prática política fundamental (Duque Cardona, 2018; Walsh, 2010). Embora a ausência de políticas efetivas fragilize a memória, a demanda e a luta por sua manutenção reforçam seu papel essencial. A memória é vital para a constituição da identidade de um povo e para o reconhecimento de suas tradições, tornando-se instrumento de validação social mesmo em contextos de incerteza e fragmentação.

A referência à possibilidade de destruição dos bens patrimoniais, caso não houvesse resistência, mostra como a identidade urbana é constantemente tensionada entre esquecimento e preservação. A tensão entre preservação e esquecimento é central, visto que o patrimônio é uma construção social moldada por conflitos e relações de poder. A ameaça de destruição, seja por vandalismo ideológico, negligência ou pelo ímpeto modernizador que prioriza o progresso, coloca a identidade urbana em constante risco.

A resistência surge, assim, como um combate essencial para evitar o apagamento das memórias e referências históricas, já que a destruição programática da herança de um grupo busca eliminar sua memória social (Napoleone; Beffa, 2022; Choay, 2011). As políticas de preservação trabalham na dialética lembrar-esquecer, e essa disputa pode levar, inclusive, à legitimação da remoção de monumentos dissonantes como uma estratégia de luta contra narrativas opressoras e colonialistas (Crippa, 2021). O envolvimento comunitário evita que esses bens se tornem obsoletos e cheguem à ruína, como advertido por Rosa e Oliveira (2025).

Portanto, o DSC C contribui para a discussão e o entendimento de que a coletividade enxerga o patrimônio não apenas como herança cultural, mas como arena de disputas e reinterpretações, onde a identidade é construída de forma ativa, crítica e engajada na defesa da história coletiva. Ao evidenciar que o patrimônio é permanentemente negociado e atravessado por relações de poder, o discurso revela que sua preservação não pode ser compreendida como um ato neutro. Pelo contrário, trata-se de uma prática situada, que exige o reconhecimento das desigualdades históricas, da dissonância e das assimetrias de voz que moldam o que é lembrado ou esquecido.

Assim, o DSC C reforça que a consolidação de uma memória plural depende não apenas da proteção formal de espaços e bens, mas da participação efetiva dos sujeitos e grupos subalternizados, cuja atuação crítica e reivindicatória tensiona paradigmas hegemônicos e amplia o horizonte de justiça memorial. Com isso, o discurso reafirma o patrimônio como campo político vital para a construção de uma sociedade mais democrática, consciente e comprometida com a diversidade de suas narrativas.

8.4 REPRESENTAÇÕES, RELAÇÕES E SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS À BIBLIOTECA PÚBLICA BENEDITO LEITE E SUAS INTERFACES COM A MEMÓRIA, A IDENTIDADE E O PATRIMÔNIO

A Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL), no Maranhão, percorre uma trajetória marcada por múltiplas representações e significados, alternando entre momentos de abandono e períodos de afirmação como referência cultural, patrimonial e memorial. Como a segunda biblioteca pública mais antiga do país, sua história inclui sucessivas mudanças de sede e fases de negligência que comprometeram parte de

seu acervo; ainda assim, a instituição consolidou-se como um espaço central de cultura, informação e sociabilidade, ultrapassando a função de mero repositório documental para assumir um papel ativo enquanto centro cultural.

Sua sede atual, inaugurada em 1951 e caracterizada pelo estilo neoclássico que lhe rendeu o apelido popular de “Bolo de Noiva”, materializa o ideal da “Atenas Brasileira” (Castro; Furtado; Castellanos, 2022) e simboliza a aspiração de eternizar a memória intelectual maranhense. Paralelamente, a BPBL constitui um território onde memórias são continuamente produzidas e ressignificadas, funcionando como palco de debates e manifestações sociais e políticas, reforçando sua importância na construção e atualização da identidade local.

Nesse contexto, compreende-se que as bibliotecas públicas são instituições sociais plurais e dinâmicas, cujo sentido ultrapassa há muito a concepção de simples depósitos de livros. Fundamentadas no compromisso democrático de garantir acesso irrestrito à informação, à leitura e à cultura, elas acumulam funções educativas, informativas, culturais e recreativas, caracterizando-se como espaços de convivência, mediação e formação cidadã. Na contemporaneidade, a biblioteca pública redefine-se como um verdadeiro laboratório de cidadania, atuando não apenas na preservação da memória, mas também na promoção ativa da inclusão social, da participação comunitária e do pensamento crítico.

Assim, a BPBL se destaca como equipamento cultural essencial, articulando a produção e o compartilhamento de bens simbólicos, acolhendo as tensões e sociabilidades da vida coletiva e ofertando condições para a aprendizagem contínua. Ao desempenhar esse papel, torna-se um ponto de referência do território e um dispositivo de reconhecimento e perpetuação dos traços identitários dos ludovicenses.

Dessa forma, com o objetivo de identificar as representações, relações e significados atribuídos à BPBL pela coletividade, bem como depreender como esses elementos se articulam à memória, à identidade e ao patrimônio em São Luís, foram construídos discursos coletivos a partir das respostas fornecidas às seguintes questões de entrevista: 10 (sobre a contribuição da BPBL para a valorização da memória e do patrimônio cultural), 12 (acerca do papel da biblioteca na construção da identidade cultural dos ludovicenses e maranhenses), 14 (sobre seu reconhecimento como patrimônio cultural) e 13 (referente ao lugar da instituição na vida pessoal, na formação e na visão dos participantes sobre a cidade). Adicionalmente, foi incluída a

Ancoragem (D): A leitura como hábito angular transformador, proveniente da questão 9 (que trata da memória e dos sentidos produzidos pela instituição).

A escolha dessas questões se justifica porque elas possibilitam apreender, de modo mais claro e aprofundado, os sentidos, significados e representações que a BPBL assume para o sujeito coletivo. A sistematização desses dados pode ser observada nos Quadro 26, 27 e 28 e, posteriormente, nos discursos coletivos construídos, apresentados separadamente conforme as categorias resultantes do agrupamento das Ideias Centrais e das ancoragens.

No Quadro 24 apresenta-se a síntese da categoria “A BPBL como instituição de caráter formativo e de produção cultural” e “A BPBL como espaço afetivo, de pertencimento e relações” (IAD1).

Quadro 24 – Síntese da categoria “A BPBL como instituição de caráter formativo e de produção cultural” e “A BPBL como espaço afetivo, de pertencimento e relações” (IAD1)

Categoria	Ideia Central / Ancoragem	Q.	Entrev.	Resp. (n=15)	%	Ampl.	Intens.
A BPBL como instituição de caráter formativo e de produção cultural	B - O Papel Prático da Biblioteca na Formação da Identidade	12	E01, E02, E05, E06, E07, E10, E12, E13	8	53,33	Alta	Alta
	A - A BPBL como um Recurso Central, Essencial e Formativo	13	E01, E02, E04, E05, E06, E07, E09, E10, E12, E14	10	66,67	Alta	Alta
	E - A Função Ativa: Acesso, Educação e Produção Cultural	14	E02, E03, E06, E09, E12, E15	6	40,00	Alta	Média
	Ancoragem (D): A Leitura como Hábito Angular Transformador	9	E13	1	6,67	Baixa	Baixa

Categoria	Ideia Central / Ancoragem	Q.	Entrev.	Resp. (n=15)	%	Ampl.	Intens.
A BPBL como espaço afetivo, de pertencimento e relações	C - As Vivências e Relações: O Patrimônio Imaterial	14	E01, E02, E05, E06, E11	5	33,33	Alta	Média
	B - A BPBL como Espaço de Afeto, Identidade e Reconhecimento	13	E01, E07, E11, E15	4	26,67	Alta	Baixa

Fonte: Elaborado pelo autor (2025), consolidando os DSCs referentes às questões 9 e 11 do roteiro de entrevista.

No Quadro 25 apresenta-se a síntese da categoria A BPBL como guardiã da memória, do patrimônio e da identidade" (IAD1).

Quadro 25 – Síntese da categoria "A BPBL como guardiã da memória, do patrimônio e da identidade" (IAD1)

Categoria	Ideia Central / Ancoragem	Q.	Entrevistados	Resp. (n=15)	%	Ampl.	Intensi.
A BPBL como guardiã da memória, do patrimônio e da identidade	A - A Biblioteca como Templo da "Atenas Brasileira" e Símbolo de Orgulho	12	E02, E03, E04, E05, E06, E07, E08, E158	8	53,33	Alta	Alta
	A - Sim, a Biblioteca é Essencial para a Memória, a Identidade e a Educação	10	E02, E03, E04, E05, E07, E10, E11, E12, E13, E14, E15	11	73,33	Alta	Alta
	D - O Acervo como Guardião da Memória	14	E03, E06, E07, E10, E13, E14	6	40,00	Alta	Média
	E - A BPBL como Símbolo de Orgulho e Elo com a História Mundial	13	E08	1	6,67	Baixa	Baixa
	D - A BPBL como Símbolo Contraditório da Identidade Cultural	13	E03	1	6,67	Baixa	Baixa
	B - O Prédio e sua Historicidade: O Patrimônio Material	14	E01, E04, E07, E08, E10, E12, E14	7	46,67	Alta	Média

Categoria	Ideia Central / Ancoragem	Q.	Entrevistados	Resp. (n=15)	%	Ampl.	Intensi.
	A - Patrimônio por sua História, seu Papel Social e sua Resiliência	14	E01, E02, E03, E04, E05, E06, E07, E08, E09, E10, E11, E12, E13, E14, E15	15	100,0	Alta	Alta

Fonte: Elaborado pelo autor (2025), consolidando os DSCs referentes às questões 9 e 11 do roteiro de entrevista.

No Quadro 26 apresenta-se a síntese da categoria ““Os desafios, limitações, idealizações e subutilizações da BPBL” (IAD1).

Quadro 26 – Síntese da categoria “Os desafios, limitações, idealizações e subutilizações da BPBL” (IAD1)

Categoria	Ideia Central / Ancoragem	Q.	Entrevistados	Resp. (n=15)	%	Ampl.	Intensi.
Os desafios, limitações, idealizações e subutilizações da BPBL	C - O Papel Limitado ou Decrescente da Biblioteca na Identidade Coletiva	12	E09, E10, E11, E14	4	26,67	Média	Baixa
	B - A Contribuição da Biblioteca é Limitada pela Falta de Apoio e Divulgação	10	E01, E04, E09	3	20	Média	Baixa
	Ancoragem (G): A Subutilização da Cultura pela "Automaticidade do Tempo"	13	E13	1	6,67	Baixa	Baixa

Fonte: Elaborado pelo autor (2025), consolidando os DSCs referentes às questões 9 e 11 do roteiro de entrevista.

A análise das ideias centrais da primeira categoria, “A BPBL como instituição de caráter formativo e de produção cultural”, revela que a instituição é reconhecida como um espaço formativo de relevância social, cultural e educacional. Com alta amplitude e intensidade variando entre média e alta, as representações convergem para a compreensão da biblioteca como um centro de aprendizagem contínua, produção cultural e desenvolvimento intelectual. A IC “A BPBL como um Recurso Central, Essencial e Formativo”, com 66,67% de frequência, destaca-se como eixo hegemônico, indicando que a instituição é percebida como fundamental para o processo de formação cultural e educativa dos sujeitos, atravessando diferentes gerações e grupos sociais.

O “Papel Prático da Biblioteca na Formação da Identidade”, por sua vez, também com alta amplitude e intensidade elevada, reforça a visão da BPBL não apenas como promotora de acesso à informação, mas como agente ativo na construção identitária dos indivíduos, principalmente por meio das práticas de estudo, consulta e interação social realizadas em seu interior.

Outras representações, como aquelas relacionadas à “Função Ativa da Biblioteca: Acesso, Educação e Produção Cultural”, evidenciam o papel dinâmico da instituição na vida sociocultural de São Luís, sugerindo que a BPBL funciona como espaço de criação, circulação e mediação de saberes. Ainda que a intensidade dessa ideia seja média, sua amplitude alta demonstra que essa percepção está distribuída entre os três grupos analisados. Por outro lado, a ancoragem “A Leitura como Hábito Angular Transformador”, com baixa amplitude e intensidade, emerge como uma visão individualizada e mais introspectiva, que atribui à biblioteca um papel transformador na vida pessoal, mas que não encontra forte ressonância coletiva.

Em síntese, esta categoria evidencia que o caráter formativo e produtivo da BPBL define parte essencial de sua legitimidade social, afirmando-a como um equipamento cultural indispensável na formação crítica e cidadã dos ludovicenses, cujos discursos coletivos são apresentados no Quadro 27, a seguir:

Quadro 27 – A BPBL como instituição de caráter formativo e de produção cultural

DSC	Discurso do Sujeito Coletivo (DSC)	Entrevistado
B - O Papel Prático da Biblioteca na Formação da Identidade	A biblioteca não é um ponto morto, é um ponto vivo de cultura. Ela aprimorou minha vocação de escritor, foi a ponte para eu pertencer a associações literárias. Ela tem elementos e riquezas capazes de te dar uma permissão, um impulso para produzir. O impacto também começa na infância, com as escolas, permitindo que a criança já cresça nesse mundo cultural. As pessoas vão criando memórias afetivas, e para os adultos é um ambiente acolhedor para momentos importantes. É um polo que soma conhecimentos, com exposições de pessoas que marcaram a história.	E01, E02, E05, E06, E07, E10, E12, E13
A - A BPBL como um Recurso Central, Essencial e Formativo	A biblioteca é um instrumento para alcançar um objetivo na vida; na minha vida profissional ela sempre foi fundamental. É um ponto de referência obrigatório para a pesquisa. Ela não é um ponto morto, é um ponto vivo, um centro de produção cultural e científica que te acolhe, te impulsiona e te dá permissão para criar. A partir do contato com ela, minha visão sobre São Luís se expandiu. Seu lugar na minha formação é o de um laboratório para desenvolver um "olhar mais clínico" sobre as pessoas.	E01, E02, E04, E05, E06, E07, E09, E10, E12, E14
D - A Função Ativa: Acesso, Educação e Produção Cultural	A biblioteca tem um papel primordial para a nossa educação. Ela é um patrimônio por democratizar o acesso a recursos de forma gratuita e confortável: livro para estudar, internet de graça, ar-condicionado. Ela não é um ponto morto, é um ponto vivo que soma com a cultura, dando espaço a escritores e	E02, E03, E06, E09, E12, E15

DSC	Discurso do Sujeito Coletivo (DSC)	Entrevistado
	oferecendo serviços essenciais como o registro de direitos autorais. E tem uma atuação cultural ativa, com lançamento de obras e palestras. Sua relevância é confirmada pela grande utilidade que tem para toda a população, pois muita gente ainda a frequenta.	
Ancoragem (D): A Leitura como Hábito Angular Transformador	Eu entendi que a leitura é um hábito angular. A partir desse hábito, muitas coisas vão melhorar em todas as áreas da nossa vida: a criticidade, a reflexão, o poder de escolha.	E13

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A coletividade percebe a BPBL como um espaço de cultura que estimula vocações, impulsiona a criatividade e contribui para a formação da memória afetiva ao longo de toda a vida, desde a infância até a idade adulta, sobretudo quando o sujeito coletivo afirma que “Ela aprimorou minha vocação de escritor, foi a ponte para eu pertencer a associações literárias. Ela tem elementos e riquezas capazes de te dar uma permissão, um impulso para produzir” (DSC B).

Os discursos destacam que a instituição favorece o crescimento cultural das crianças e oferece experiências que contribuem de forma significativa para a construção de vínculos afetivos com a biblioteca e para o fortalecimento do sentimento de pertencimento cultural. Quando orientadas por uma perspectiva intercultural, essas ações ampliam ainda mais o alcance formativo da BPBL, pois promovem vínculos e experiências significativas, favorecem o reconhecimento do usuário como sujeito digno e apoiam a recuperação da memória social, elemento essencial para o fortalecimento do senso de comunidade.

Nesse sentido, observa-se que sua missão inclui fortalecer os hábitos de leitura desde a primeira infância e estimular a imaginação e a criatividade (Lessa, 2021). Atividades como contação de histórias e momentos de recreação contribuem para a criação de laços simbólicos e afetivos entre os frequentadores e a biblioteca. Essa experiência de inclusão e acolhimento no espaço torna-se determinante para que o indivíduo reconheça sua identidade e reforce seu sentimento de pertencimento cultural.

Embora a BPBL represente essa conexão com a identidade e a pertença, o sujeito coletivo explicita uma imagem que a enxerga não como um repositório de memórias, mas como um caminho para a mobilidade social e profissional, dimensões já explicitadas em seções anteriores. A ideia central é a da agência, pois a biblioteca não aparece como objeto de contemplação, mas como parceira ativa na trajetória

formativa do indivíduo, sobretudo quando afirma que “A biblioteca é um instrumento para alcançar um objetivo na vida; na minha vida profissional ela sempre foi fundamental.” (DSC B). Essa perspectiva é defendida por Almeida Júnior (2009), Bernardino (2018) e Lessa (2021), os quais evidenciam a atuação da biblioteca pública enquanto espaço capaz de dar protagonismo para a comunidade, cujos sujeitos são produtores de sentidos, autores, construtores e atuantes nas atividades desenvolvidas por estas instituições.

A oposição entre “ponto morto” e “ponto vivo” organiza essa chave interpretativa, ao passo em que o sujeito coletivo rejeita a visão do patrimônio como algo estático e o ressignifica como um centro dinâmico de produção cultural e científica, tanto que “Ela não é um ponto morto, é um ponto vivo, um centro de produção cultural e científica que te acolhe, te impulsiona e te dá permissão para criar” (DSC B).

Nesse movimento, a interface intercultural torna-se evidente, uma vez que a biblioteca funciona como o espaço onde o sujeito dialoga com o acervo, entendido como expressão da cultura e da memória do passado, para produzir novos conhecimentos. Em diálogo com Duque Cardona (2018), Duque Cardona, Restrepo-Fernández e Velásquez-Yepes (2021), pontua-se que este ambiente estimula o encontro entre diferentes culturas e possibilita a integração de múltiplas formas de racionalidade na produção de conhecimento. A participação dos sujeitos no acervo e nas práticas de leitura, escrita e oralidade favorece a retomada da memória social e histórica. Esse movimento gera um novo campo epistemológico, apto a questionar lógicas coloniais e a produzir saberes contextualizados.

Além disso, a instituição é personificada por verbos que expressam ação e acolhimento, pois ela “acolhe”, “impulsiona” e, sobretudo, “dá permissão para criar”. Esta última expressão é particularmente significativa, porque revela a BPBL como força legitimadora que valida o indivíduo enquanto produtor de cultura. O impacto dessa interação é profundo e se manifesta na ampliação da identidade local, evidenciada pela afirmação de que “minha visão sobre São Luís se expandiu”, e no desenvolvimento de uma postura crítica e analítica, sintetizada na metáfora do “laboratório para desenvolver um olhar mais clínico”. Em suma, o sujeito coletivo mostra que o patrimônio, materializado e imaterializado na BPBL, cumpre sua função ao se tornar um recurso vivo capaz de formar, transformar e ampliar identidades.

A vivacidade da BPBL é reforçada no DSC D - A função ativa: acesso, educação e produção cultural, no qual o sujeito coletivo afirma essa visão da instituição como patrimônio vivo, cuja função principal é a democratização do acesso à informação. O sujeito coletivo é muito específico ao elencar os recursos que tornam esse acesso real, tais como: "livro para estudar, internet de graça, ar-condicionado". Revela-se, portanto, a interface direta entre a biblioteca pública e a superação de barreiras sociais e econômicas, sendo um instrumento essencial para a educação formal.

A biblioteca pública constitui uma instituição social fundamental, atuando como ferramenta para a redução de desigualdades sociais e econômicas. O acesso a seus serviços e à informação é entendido como um direito humano que busca enfrentar limitações educacionais e materiais. Ao funcionarem como agentes de transformação social e como promotoras da democratização do conhecimento, as bibliotecas tornam-se pilares da educação formal e não formal. Seus serviços, que devem garantir igualdade de acesso a todas as pessoas, independentemente de condição social ou deficiência, são essenciais para o desenvolvimento humano e para a formação de cidadãos informados, contribuindo diretamente para a promoção da justiça social e para o cumprimento de sua missão pública (Meneses Tello, 2008, 2017; Meneses Tello; Tanus, 2023).

A repetição da metáfora "Não é um ponto morto, é um ponto vivo" é significativa, por consolidar a representação da biblioteca como uma instituição dinâmica. No entanto, aqui, o "ponto vivo" se manifesta de forma diferente, não somente como um laboratório (como visto no DSC A), mas como uma plataforma de serviços que impulsiona a produção cultural local. Ao "dar espaço a escritores" e oferecer "registro de direitos autorais", a BPBL atua ativamente para validar e proteger a identidade cultural dos cidadãos.

Ao reportar a ideia de “pedra angular”, o discurso atribui à leitura não somente a condição de prática relevante, mas de fundamento sobre o qual se edificam as demais dimensões da vida e da identidade. O sujeito coletivo manifesta a convicção de que o contato com o patrimônio escrito desencadeia um processo de transformação humana profunda.

Essa transformação está diretamente associada à formação de uma identidade autônoma, evidenciada no desenvolvimento da criticidade, da capacidade reflexiva e do poder de decisão. Esses elementos constituem a essência da atuação das

bibliotecas públicas, e, nesse entendimento, a BPBL aparece como o principal instrumento que permite ao indivíduo construir uma consciência crítica, se estabelecendo como laboratórios de cidadania (Crippa, 2015) e centros emancipatórios (Mello; Martínez-Ávila; Araujo; Valentim, 2020).

As bibliotecas públicas efetuam um papel emancipatório ao garantir o acesso democrático à informação, à leitura e à cultura. Ao oferecer práticas educativas, atividades culturais e espaços de interação, estimulam a autonomia, o pensamento crítico e o engajamento cidadão, favorecendo a formação de sujeitos mais livres e conscientes. Ao mesmo tempo, promovem convivência, participação ativa e construção coletiva, aproximando-se da vida cotidiana, possibilitando a apropriação do espaço público e incentivando ações compartilhadas. Dessa forma, a biblioteca funciona como uma oficina permanente de fortalecimento dos vínculos sociais e das práticas democráticas (Crippa, 2015; Mello; Martínez-Ávila; Araujo; Valentim, 2020).

Essa perspectiva converge com a perspectiva apresenta por Silva, Achilles e Sabbag (2022), os quais concebem a biblioteca pública como um lugar antropológico significa reconhecê-la como uma instituição sensível às necessidades dos usuários e da comunidade que a circunda, inserindo-se de forma orgânica em seu cotidiano. Essa perspectiva pressupõe compreender que seus espaços, serviços e produtos podem ser apropriados de múltiplas maneiras, transformando a biblioteca em um ambiente que ultrapassa a dimensão física e se torna identitário, relacional e histórico. Nessa lógica, a biblioteca pública configura-se como um espaço onde os indivíduos estabelecem vínculos afetivos, desenvolvem senso de pertencimento e constroem memórias individuais e coletivas a partir das experiências vividas no local.

Vê-la como lugar antropológico, no entendimento de Silva, Achilles e Sabbag (2022), significa concebê-la como um verdadeiro laboratório de cidadania e uma oficina permanente de uso social do espaço público, no qual a comunidade participa, compartilha práticas e produz uma memória comum. Assim, a biblioteca torna-se um ponto de encontro, convivência e fortalecimento da cidadania. Esse ideal de lugar antropológico representa a biblioteca pública brasileira como instituição que integra e reconhece sua comunidade, constituindo-se em espaço de experiências, vivências e construção de identidade coletiva, capaz de ir além das funções tradicionais para afirmar-se como ambiente de participação e pertencimento.

Dessa forma, essa ancoragem expressa a compreensão de que a memória e o patrimônio presentes nos livros não possuem valor apenas como registros, mas

funcionam como meios pelos quais o sujeito adquire as ferramentas intelectuais necessárias para moldar sua identidade e exercer seu poder de escolha na sociedade.

Convergindo esses pontos, a BPBL aparece como um equipamento cultural dinâmico, capaz de produzir identidades, gerar conhecimento e fortalecer vínculos comunitários, consolidando-se como espaço de formação contínua e de intensa vitalidade cultural. Assim, percebe-se que o impacto da BPBL é simultaneamente afetivo e identitário, reforçando seu papel como uma instituição de formação integral, abrangendo dimensões afetivas, educacionais, sociais e culturais.

Essa análise, contudo, não esgota o conjunto de significados atribuídos à instituição, sendo necessário avançar para a categoria que reúne as representações mais consensuais e estruturantes da coletividade, onde a BPBL é compreendida como guardiã da memória, do patrimônio e da identidade.

A consolidação dos dados da categoria “A BPBL como guardiã da memória, do patrimônio e da identidade” evidencia um núcleo de consenso muito sólido, apoiado simultaneamente em alta amplitude (presença dos três grupos) e alta intensidade. A Ideia Central “Patrimônio por sua História, seu Papel Social e sua Resiliência”, com 100% de frequência, é o eixo estruturante da categoria: todos os participantes, de todos os estratos, reconhecem a BPBL como patrimônio coletivo resistente ao tempo e às adversidades, o que a torna a representação mais estável e abrangente do grupo.

Em torno desse núcleo giram as ICs “A Biblioteca como Templo da ‘Atenas Brasileira’ e Símbolo de Orgulho” e “A Biblioteca é Essencial para a Memória, a Identidade e a Educação”, ambas também com alta amplitude e alta intensidade (entre 8 e 11 respondentes), que reforçam a imagem da BPBL como símbolo identitário e espaço fundamental de ancoragem da memória urbana e da formação cultural. Num segundo nível, as ICs “O Prédio e sua Historicidade: o Patrimônio Material” e “O Acervo como Guardião da Memória” mantêm alta amplitude, mas com intensidade média, indicando que a dimensão arquitetônica e o acervo são amplamente reconhecidos como suportes da memória, ainda que mobilizem um número um pouco menor de experiências diretas.

Por fim, as ancoragens “A BPBL como Símbolo Contraditório da Identidade Cultural” e “Símbolo de Orgulho e Elo com a História Mundial”, ambas de baixa amplitude e baixa intensidade, configuram discursos periféricos, que ora tensionam o lugar idealizado da biblioteca, ora o expandem para uma escala histórica mais ampla. Em convergência, o conjunto mostra que, para a maioria expressiva dos sujeitos e

dos grupos, a BPBL ocupa um lugar central e compartilhado na tessitura da memória e da identidade ludovicense, enquanto as vozes minoritárias funcionam como pontos de complexificação crítica dessa mesma identidade, conforme discursos coletivos no Quadro 28.

Quadro 28 – O Lugar da BPBL como guardiã da memória, do patrimônio e da identidade

DSC	Discurso do Sujeito Coletivo (DSC)	Entrevistado
A - A Biblioteca como Templo da "Atenas Brasileira" e Símbolo de Orgulho	Com certeza. Para a gente, que tem essa ideia de uma Atenas Brasileira, a Benedito Leite termina sendo um templo que expressa isso. Ela tem um papel muito importante porque coleciona jornais de longas datas e um acervo vasto e diversificado, do antigo ao atual. A gente tem aqui preciosidades inerentes à nossa cidade. Ela está no Centro Histórico, que é onde a gente se reencontra com a cultura maranhense. E, para mim, como Ilhéu, é motivo de orgulho saber que minha cidade está conectada com o que de melhor o ocidente produziu.	E02, E03, E04, E05, E06, E07, E08, E15
A - Sim, a Biblioteca é Essencial para a Memória, a Identidade e a Educação	Com certeza, contribui muito. É o depositário de algo antigo, fundamental para a sociedade, parte da identidade e da memória dela. Contribui bastante para a preservação da memória e o reforço da identidade da cultura maranhense. Ela contribui ao guardar as histórias de grandes escritores que passaram por aqui e por ser o local onde figuras como Maria Firmina dos Reis são redescobertas. Contribui através de sua arquitetura, que é um ponto turístico, e por sua estabilidade histórica no mesmo local. Também pelo trabalho de conservação, que é muito importante, ainda mais no cenário triste de conservação de acervos na cidade. Ela contribui porque tem pessoas encarregadas de organizar, limpar, digitalizar e divulgar, e ao expor sua própria história na entrada, de forma acessível a todos. Além disso, faz muitos eventos importantes para a cidade, e serve de porta de entrada para quem não é daqui conhecer a nossa história.	E02, E03, E04, E05, E07, E10, E11, E12, E13, E14, E15
B - O Acervo como Guardião da Memória	A biblioteca é um patrimônio pela importância do seu acervo, que consegue manter essa memória protegida. É para cá que vem todo o acervo em livros e documentos sobre o estado e a cidade, o que já falaram e o que já escreveram. É o lugar onde se pode pesquisar e verificar a história de São Luís, por exemplo, no setor de jornais. É aqui que figuras como a Maria Firmina dos Reis são redescobertas. O acervo é muito bom, com preciosidades que são inerentes à nossa cidade.	E03, E06, E07, E10, E13, E14
E - A BPBL como Símbolo de Orgulho e Elo com a História Mundial	A biblioteca está dentro da história da humanidade, porque todo esse arcabouço de construções tem a ver com a colonização. Então, para mim, é como se fosse, é literalmente, minha casa. E como Ilhéu, isso é motivo de orgulho, saber que a minha cidade está conectada com aquilo que de melhor o ocidente produziu.	E08
D - A BPBL como Símbolo Contraditório da Identidade Cultural	A biblioteca é um relicário, um depositário de memórias de uma São Luís que já foi. Mas ela representa um pouco dessa idealização da "Atenas Brasileira", com a qual sempre tive uma relação muito tensa e contraditória.	E03
B - O Prédio e sua Historicidade:	É um patrimônio de verdade, de 1860 e pouco, uma das bibliotecas mais antigas do Brasil. O próprio prédio é um patrimônio histórico, um palácio. A construção dela, o prédio em si, já é um ponto turístico, um local que te chama a atenção para visitar. Por estar	E01, E04, E07, E08, E10, E12, E14

DSC	Discurso do Sujeito Coletivo (DSC)	Entrevistado
O Patrimônio Material	inserida no Centro Histórico, que já faz você se reencontrar com a identidade, ela se torna um patrimônio. Eu considero, sim, que aqui é um patrimônio da civilização e de nós do Maranhão, e é um prédio bem conservado dentro do nosso contexto, onde com tantas dificuldades a gente perde isso.	
A - Patrimônio por sua História, seu Papel Social e sua Resiliência	Sim, com certeza, é um patrimônio cultural de maior importância, eu considero do Brasil. É um patrimônio de verdade, primeiro pela idade, é uma das bibliotecas mais antigas. É também um patrimônio por ser um prédio bem conservado dentro do contexto do Centro Histórico, e por sua resiliência, por se manter de pé e estável graças à dedicação dos funcionários, muitas vezes sem apoio do governo. A biblioteca cumpre esse papel porque faz parte da vida e das histórias de muitos maranhenses, é algo que podemos dizer que é nosso. Ela é primordial para a educação e para entender o passado da cidade, pois seu acervo consegue manter essa memória protegida. Vir aqui é uma experiência sinestésica, totalmente diferente da internet. Além disso, é um patrimônio por sua grande utilidade para a população, oferecendo um acolhimento humanizado, servindo de refúgio, e democratizando o acesso a recursos como internet gratuita. Ela não é um ponto morto, é um ponto vivo que soma com a cultura, dando espaço a escritores e oferecendo serviços como o registro de direitos autorais. E sua contribuição ficou ainda mais clara agora, com a linha do tempo na entrada que explica toda a sua história para qualquer um ver.	E01, E02, E03, E04, E05, E06, E07, E08, E09, E10, E11, E12, E13, E14, E15

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Parte-se do DSC - Patrimônio por sua História, seu Papel Social e sua Resiliência, cujo discurso expressa o núcleo e o prisma consensual da categoria “A BPBL como guardiã da memória, do patrimônio e da identidade”, revelando uma representação consolidada da instituição como patrimônio cultural, social e histórico. A Benedito Leite emerge não apenas como um bem cultural, mas como um componente essencial da memória e da identidade maranhense, sustentado por três eixos principais: antiguidade, utilidade social e resiliência histórica.

A dimensão histórica da BPBL é um dos elementos que sustentam sua legitimidade como patrimônio da cidade e do estado. Ao ser reconhecida como uma das bibliotecas mais antigas do Brasil e como parte integrante do Centro Histórico de São Luís, a instituição adquire um valor simbólico ligado à continuidade temporal e à preservação da memória coletiva.

> *Sim, com certeza, é um patrimônio cultural de maior importância, eu considero do Brasil. É um patrimônio de verdade, primeiro pela idade, é uma das bibliotecas mais antigas. É também um patrimônio por ser um prédio bem conservado dentro do contexto do Centro Histórico* (DSC A).

A referência à sua origem no século XIX, bem como à sua inserção em um edifício histórico, reforça a percepção de autenticidade e permanência, características

valorizadas na construção do patrimônio. Embora a perspectiva centrada na conservação e permanência inalterada do patrimônio evidencie um discurso autorizado, no qual as bibliotecas são frequentemente associadas a uma estrutura tradicional e elitista, a BPBL não é vista exclusivamente como um espaço funcional, mas como testemunho da trajetória urbana, cultural e intelectual maranhense, funcionando como elo entre gerações e como marco da herança histórica local.

Diante disso, pontua-se que as bibliotecas públicas têm sido desafiadas, abrindo espaço para a mediação de um patrimônio mais dinâmico e focado na justiça social e reparação, ao passo em que o patrimônio se torna o próprio fluxo da vida social e cultural, e não apenas o edifício estático que o contém (Leal; Sanchez, 2021; Smith, 2015).

O discurso coletivo também evidencia a função social da BPBL como aspecto fundamental para sua patrimonialidade. A instituição é mencionada como espaço de democratização do acesso à informação, à educação e à cultura, desempenhando papéis diversos que vão desde o acolhimento humanizado até a oferta de recursos gratuitos, como internet, livros e ambientes de estudo. Essa dimensão funcional amplia o entendimento de patrimônio, mostrando que seu valor não se restringe ao passado, mas se atualiza continuamente no presente, atendendo necessidades educacionais, culturais e sociais da população.

A BPBL se configura, assim, como um espaço vivo de produção e circulação de conhecimento, que fortalece vínculos comunitários, promove práticas de cidadania e reafirma sua relevância na vida cotidiana dos sujeitos. As bibliotecas públicas passaram de simples guardiãs de documentos para se afirmarem como ambientes de interação crítica e dinamismo sociocultural. Por meio do Serviço de Referência e Informação (SRI) e dos Serviços Educativos (SE), por exemplo, assumem uma função pedagógica relevante ao favorecer processos de socialização e apropriação do conhecimento. Nesse movimento, consolidam-se como espaços que promovem cidadania crítica e emancipada, que contribuem para a formação de capital social. A difusão ativa de seus acervos, dotados de múltiplas funções, fortalece o desenvolvimento comunitário e estimula a participação na preservação da memória e da identidade cultural (Jaramillo; Marín-Agudelo, 2014).

Reconhecida como um espaço de acolhimento e mediação cultural, a biblioteca pública favorece a criação de capital social ao facilitar interações e ampliar redes sociais, aspectos importantes para o fortalecimento da democracia e do sentimento

de pertencimento. Nessa perspectiva, atua como equipamento cultural fundamental, oferecendo condições para a aprendizagem contínua, para a tomada de decisões de forma autônoma e para o crescimento social dos indivíduos (Alves, 2024; Silva; Achilles, 2025; Spudeit; Vitorino, 2023).

Ao promover diálogo, participação e interação com a comunidade, a biblioteca pública se afirma como um espaço de sociabilidade e fortalecimento mútuo, reforçando seu papel como agente de transformação social e contribuindo para a formação de sujeitos mais críticos e participativos. Essa dimensão relacional evidencia que a biblioteca atua não apenas como depositária de acervos, mas como instituição que articula práticas democráticas, estimula a convivência e favorece processos coletivos de construção de saberes, consolidando-se como um centro de cultura, criação e produção de conhecimento (Bernardino, 2022; Costa; Cutrim, 2022; Costa; Pajeú, 2021; Scheuer; Bedin; Sena, 2020). Nesse processo, a biblioteca também funciona como espaço de empoderamento e de fortalecimento das práticas cidadãs, aproximando a vida cotidiana, promovendo a apropriação do espaço comum e sustentando ações compartilhadas.

Nesse contexto, a resiliência histórica aparece como um dos eixos centrais da representação da BPBL, evidenciando sua capacidade de permanecer ativa e significativa apesar das adversidades enfrentadas ao longo do tempo. O discurso coletivo aponta que a instituição se mantém de pé graças ao cuidado contínuo dos funcionários e à preservação do acervo, mesmo diante da falta de apoio governamental e das limitações estruturais.

Essa sobrevivência material e simbólica transmite à comunidade uma sensação de continuidade e estabilidade, reforçando o caráter identitário da biblioteca. Ao perseverar como espaço de memória, acolhimento e aprendizado, a BPBL se torna metáfora da resistência cultural maranhense, reafirmando seu papel como patrimônio que não apenas preserva o passado, mas sustenta as condições para a construção do futuro.

Como instituição social, a biblioteca pública desempenha um papel vital na preservação da memória de sua comunidade, por meio da recuperação, conservação e disseminação de materiais relacionados à história local. Segundo Jaramillo (2017), ela é guiada pelos princípios de liberdade, igualdade, fraternidade e justiça, contribui para a recuperação do patrimônio cultural, para a circulação de valores, conhecimentos e tradições, e para a criação de conteúdos que fomentam a

conscientização cidadã, a cidadania ativa e o fortalecimento da identidade cultural e do tecido social.

Assim, conforme argumenta Jaramillo (2017), cabe à biblioteca desenvolver estratégias que permitam aos cidadãos apropriar-se da informação e do conhecimento para projetar seu próprio desenvolvimento, reconstruir o tecido social e consolidar a identidade cultural de sua comunidade. Ao manter viva a memória e promover a crítica, a BPBL reafirma-se como espaço de resistência, sociabilidade e formação cidadã.

O DSC “A Biblioteca como templo da "Atenas Brasileira" e símbolo de orgulho” revela uma das representações mais simbólicas e emocionalmente carregadas da BPBL, articulando-a ao imaginário da “Atenas Brasileira”, mito cultural que sustenta parte da identidade intelectual e histórica de São Luís. A biblioteca é evocada como “templo”, metáfora que reforça sacralidade, reverência e centralidade na vida cultural da cidade. Esse vocabulário não é casual, ele opera como dispositivo de legitimação simbólica que coloca a Benedito Leite em um patamar de patrimônio intelectual cujo valor ultrapassa a funcionalidade informacional e adentra o campo do prestígio cultural e da memória coletiva idealizada.

O discurso mobiliza a ideia de que São Luís é uma cidade marcada pelo legado literário e intelectual, sustentando a representação da BPBL como guardiã dessa tradição. Ao situar a biblioteca como expressão material da “Atenas Brasileira”, o sujeito coletivo reafirma um discurso de distinção cultural, no qual a cidade é associada ao refinamento artístico, à produção literária e à erudição. Assim, a BPBL não é apenas parte desse imaginário, mas a instituição que o concretiza, funcionando como símbolo tangível dessa herança intelectual.

O DSC “A – A Biblioteca como Templo da ‘Atenas Brasileira’ e Símbolo de Orgulho” apresenta eixos interpretativos que se desdobram e se articulam com os demais discursos da categoria, revelando uma rede de sentidos interligados sobre a BPBL enquanto patrimônio cultural e identitário. O reconhecimento do acervo como prova material do prestígio intelectual de São Luís conecta-se diretamente ao DSC “B – O Acervo como Guardião da Memória”, que reforça a biblioteca como depositária da produção histórica e literária maranhense. A centralidade do território, evidenciada pela localização da BPBL no Centro Histórico como lugar de reencontro identitário, dialoga com o DSC “A – Sim, a Biblioteca é Essencial para a Memória, a Identidade e

a Educação", que aprofunda essa dimensão ao destacar a biblioteca como mediadora educativa da memória local.

Os sentimentos de orgulho e pertencimento, mobilizados pela imagem da "Atenas Brasileira", encontram continuidade no DSC "E – A BPBL como Símbolo de Orgulho e Elo com a História Mundial", que projeta esse afeto para uma escala cultural mais ampla. Por fim, o caráter patrimonial atribuído à BPBL enquanto "templo" articula-se com o DSC "B – O Prédio e sua Historicidade: O Patrimônio Material", no qual o edifício é reconhecido como marco arquitetônico que ancora, de forma material e simbólica, a identidade da cidade. Assim, os eixos presentes no primeiro DSC estruturam e conectam as representações subsequentes, consolidando a BPBL como núcleo de memória, patrimônio e identidade coletiva.

O acervo é ressaltado pelo sujeito coletivo como demonstração material do prestígio cultural da Benedito Leite, exemplificado por seu acervo de obras raras, composto por de jornais antigos, preciosidades documentais e uma coleção com materiais "diversificado[s], do antigo ao atual". Essa ênfase demonstra que a legitimidade da BPBL enquanto símbolo cultural não depende apenas da tradição discursiva, mas também de sua materialidade arquivística. O acervo é percebido como prova concreta da memória intelectual da cidade e garante a continuidade da identidade literária maranhense, funcionando como lastro histórico do mito da Atenas Brasileira.

Cabe destacar que os bens culturais de natureza bibliográfica e documental são amplamente reconhecidos como componentes essenciais da memória e da identidade social de uma comunidade. O patrimônio bibliográfico constitui a materialização das expressões culturais de uma sociedade e contribui para a formação das identidades nacionais e para a transmissão intergeracional de conhecimentos (Albuquerque; Silveira, 2023). Embora muitas instituições concentrem seus esforços em obras raras ou antigas, o conceito contemporâneo de patrimônio demanda uma compreensão mais ampla, que ultrapasse a raridade e inclua acervos capazes de narrar a história da instituição e do país. Dessa forma, a missão patrimonial envolve preservar registros que estejam vinculados à cultura e à memória dos grupos sociais aos quais pertencem (Werneck; Achilles; Azevedo, 2020).

A memória, enquanto construção social contínua, exige suportes materiais para se tornar culturalmente durável, como documentos, coleções e artefatos que permitam sua atualização no presente (Duque Cardona; Muñoz Mazo; Lopera Mazo, 2023;

Nora, 1993). Esses acervos funcionam como evidências que sustentam eventos históricos, legitimam identidades e garantem a permanência de narrativas coletivas. Ao organizar, preservar e disponibilizar tais registros, as instituições de memória assumem um papel legitimador, autenticando valores, histórias e representações que fortalecem a identidade de um grupo ao longo do tempo (Assmann, 2011).

Logo, a centralidade do acervo como elemento que legitima o valor simbólico e patrimonial da BPBL aparece de forma contínua e complementar nos dois discursos. No primeiro, o acervo é destacado como prova material da tradição intelectual maranhense, sustentando a representação da biblioteca como “templo” da Atenas Brasileira. A referência a “preciosidades”, jornais antigos e diversificação temporal dos documentos reforça a ideia de que a instituição possui lastro histórico capaz de ancorar a identidade letrada atribuída à cidade. Essa materialidade arquivística não apenas confirma o mito cultural, mas oferece evidências concretas da produção literária e intelectual que sustenta a narrativa da Atenas Brasileira.

No segundo DSC - B - O Acervo como Guardião da Memória, essa dimensão material do acervo é aprofundada e adquire um caráter ainda mais funcional, consolidando a BPBL como guardiã da memória coletiva. Aqui, o acervo não simboliza apenas prestígio cultural, mas também desempenha um papel objetivo na preservação e disponibilização das narrativas históricas da cidade e do estado. A biblioteca surge como depositária oficial da produção documental maranhense, local em que se encontra “o que já falaram e o que já escreveram”, e como espaço privilegiado para investigação da história local, especialmente pelo acesso ao setor de jornais.

Além disso, o discurso destaca o acervo como espaço de redescoberta, ao mencionar figuras como Maria Firmina dos Reis, cuja visibilização depende diretamente da continuidade dos processos de preservação. Esse aspecto evidencia a responsabilidade do acervo não apenas em salvaguardar a memória histórica, mas também em valorizar autores locais e ampliar a representatividade dos sujeitos que compõem a história maranhense. Ao dar visibilidade a vozes tradicionalmente marginalizadas, o acervo desafia a hegemonia eurocêntrica do conhecimento e favorece o diálogo de saberes. Assim, ao promover a recuperação da memória social maranhense e ludovicense, a BPBL contribui para processos de descolonização do ser e do saber, cumprindo um papel fundamental na construção de uma sociedade mais justa e equitativa (Duque Cardona, 2018; Cruz-Rios, 2021).

A articulação entre os dois DSCs revela que o acervo da BPBL desempenha, simultaneamente, funções simbólicas e epistemológicas. No plano simbólico, sustenta o imaginário da Atenas Brasileira, oferecendo materialidade à narrativa de São Luís como cidade de tradição literária. No plano epistemológico, constitui instrumento de pesquisa, reconstrução histórica e revalorização de intelectuais e grupos que integram a diversidade da memória maranhense. Dessa forma, o acervo se apresenta como eixo estruturante que conecta passado e presente, orgulho e investigação, mito e ciência, tornando-se o dispositivo a partir do qual tanto a identidade forjada quanto a memória concreta da cidade são preservadas, interpretadas, complexificadas e atualizadas.

Ao evidenciar o acervo como núcleo simbólico e epistemológico que sustenta tanto a tradição literária quanto a pluralidade da memória maranhense, torna-se possível avançar para outra dimensão igualmente significativa da BPBL, seu enraizamento territorial. Se o acervo materializa a história, é no espaço urbano que essa memória se torna vivida. Dessa forma, a localização da biblioteca no Centro Histórico adquire centralidade analítica, pois é nesse cenário que identidades se atualizam, se reconhecem e se reencontram com a cultura maranhense.

Ao afirmar que a BPBL está situada “no Centro Histórico, que é onde a gente se reencontra com a cultura maranhense”, o discurso evidencia a articulação entre território, memória e identidade. A biblioteca torna-se, assim, um marco espacial no qual os sujeitos se reconhecem na história da cidade, assumindo simultaneamente as funções de lugar, memória e símbolo, configurando-se como dispositivo espacial de reatualização da identidade coletiva. Essa compreensão se articula ao que foi discutido sobre o papel social como fundamento da dimensão patrimonial da BPBL e também ao que o DSC A, “A Biblioteca como Templo da ‘Atenas Brasileira’ e Símbolo de Orgulho”, já indicava ao destacar o Centro Histórico como lócus de reencontro identitário. No discurso atual, “DSC A - Sim, a Biblioteca é Essencial para a Memória, a Identidade e a Educação”, essa dimensão territorial é ampliada, pois a BPBL não apenas ocupa o espaço, mas o densifica ao atuar como depositária e difusora dos registros materiais e simbólicos da cidade, fortalecendo a identidade cultural e a preservação da memória social.

Dessa forma, reforça-se que as instituições de memória, como arquivos, bibliotecas e museus, são reconhecidas socialmente como lugares essenciais para a salvaguarda da identidade cultural e do patrimônio. A memória, compreendida como

construção social e política, concentra-se em lugares que funcionam como referências perenes, cuja durabilidade sustenta a identidade coletiva, conforme argumentam Nora (1993) e Pollak (1992). Nesses espaços, a memória individual se expande para a memória coletiva, autenticando valores culturais e fortalecendo o sentimento de pertencimento, como afirmam Silva e Martins (2022). Esses locais atuam como símbolos visíveis da identidade e do passado, mesmo quando este se torna invisível (Assmann, 2011).

Nesse sentido, os chamados “lugares de memória” cumprem função essencial ao ancorar lembranças em um mundo em constante transformação, compensando a perda dos suportes tradicionais de memória. A memória coletiva, em particular, não se concretiza fora de um contexto espacial, conforme defendem Candau (2021) e Halbwachs (2006). Assim, a localização da BPBL no Centro Histórico transforma o edifício em uma baliza identitária, um referencial durável que reforça coerência, permanência e pertencimento ao longo do tempo, reafirmando seu papel como espaço simbólico e estruturante da identidade maranhense.

Destaca-se que a ideia de que a BPBL é o “depositário de algo antigo, fundamental para a sociedade” reforça a noção de que a memória não reside apenas no cenário arquitetônico do Centro Histórico, mas encontra na biblioteca seu ponto de ancoragem documental e interpretativa. Ao guardar jornais, livros, obras raras e vestígios do passado literário maranhense, incluindo a redescoberta de figuras como Maria Firmina dos Reis, Gonçalves Dias, Ferreira Gullar, dentre outras, a instituição transforma-se em centro ativo de reativação da memória coletiva. A referência a esses nomes e documentos reforça que a biblioteca cumpre papel decisivo na atualização da identidade local, revelando narrativas que o tempo, o abandono ou a negligência institucional poderiam silenciar.

A articulação entre espaço e memória é aprofundada quando o DSC menciona que a arquitetura da BPBL é também elemento identitário, consolidando-se como ponto turístico e marco de estabilidade histórica “no mesmo local”. Aqui, a biblioteca não é apenas cenário, mas parte integrante da paisagem cultural, contribuindo simultaneamente com sua forma (o prédio) e com seu conteúdo (o acervo). Esse vínculo entre espaço físico e conteúdo simbólico permite compreender a BPBL como instituição que não apenas preserva a memória, mas encena a memória, tornando-a visível na própria materialidade do edifício e em sua inserção urbana.

A estabilidade e a permanência do espaço físico são fundamentais para a fixação e o reforço da memória coletiva, que, por natureza, é processual e efêmera, como explica Halbwachs (2006). Os locais históricos, como o centro de uma cidade, configuram-se como âmbitos fixos nos quais a memória se cristaliza, oferecendo aos grupos sociais a percepção de continuidade ao longo do tempo (Candau, 2021; Halbwachs, 2006).

O ambiente construído é moldado ativamente à imagem do grupo e, ao mesmo tempo, impõe sua materialidade resistente, permitindo que ações e relações sociais sejam traduzidas em termos espaciais (Halbwachs, 2006). Essa ancoragem da memória em um suporte estável facilita a recuperação das lembranças, pois, como assinalam Assmann (2011) e Candau (2021), as impressões históricas vivenciadas in situ tornam-se mais vívidas e significativas, transformando a arquitetura e o local em referências duradouras que ultrapassam a memória individual.

Pollak (1992) acrescenta que o sentimento de identidade, seja individual ou coletivo, é estruturado a partir do senso de continuidade e coerência que um indivíduo ou grupo constrói em seu próprio processo de autorreconstrução. Em diálogo com Candau (2021), isso evidencia que o espaço onde a BPBL está inserida funciona como um referencial durável e como baliza identitária, fundamental para ancorar a memória em um mundo marcado por constantes transformações.

A memória coletiva demanda um contexto espacial para se materializar, e a permanência de marcos físicos, como edifícios emblemáticos, oferece uma sensação de ordem e estabilidade, alimentando a percepção de que o grupo permanece o mesmo ao longo do tempo. Ao associar lembranças a um local fixo, o patrimônio arquitetônico contribui para a coletividade tomar consciência de sua identidade contínua (Halbwachs, 2006).

O DSC também reforça que a contribuição da biblioteca ultrapassa a preservação documental, pois se materializa no trabalho cotidiano de limpeza, organização, digitalização, divulgação e na exposição de sua própria história logo na entrada. Essas práticas ampliam o caráter pedagógico da instituição, permitindo que visitantes e moradores acessem, compreendam e reconheçam a trajetória histórica de São Luís, fortalecendo a conexão entre memória, identidade e experiência social.

Nesse contexto, é importante considerar que, para que uma instituição se mantenha e se reproduza socialmente, ela depende de sua memória como elemento central de funcionamento. A instituição busca legitimidade ao selecionar, organizar e

formalizar informações e narrativas que representam conhecimentos, valores e identidades do coletivo. Assim, a memória institucional atua como mecanismo de enquadramento, preservando heranças, vestígios e saberes dos indivíduos e do grupo social e tornando as experiências passadas acessíveis e passíveis de contínua reconstrução e reinterpretação no presente. Esse processo é fundamental para assegurar a continuidade e a permanência da própria instituição (Nunes; Souza; Melo, 2024; Thiesen, 2013).

Ao promover eventos, atividades formativas e ações culturais que servem como “porta de entrada” para quem não é da cidade, a BPBL fortalece sua função como instância de mediação cultural e de educação patrimonial, atuando como ponte entre o passado e o presente, entre o local e o visitante, entre o documento e a experiência vivida. Essas ações de sensibilização cultural promovem o reconhecimento, a apropriação e a valorização da herança cultural maranhense, tanto em sua dimensão material, representada pelas obras raras, quanto em sua dimensão imaterial, expressa nas manifestações populares.

Por meio de seus serviços educativos, a BPBL medeia e difunde esse patrimônio de maneira ativa, permitindo que os cidadãos reconstruam suas memórias e reforcem seus vínculos afetivos e sociais com a comunidade. Dessa forma, a BPBL se afirma como um centro cultural que fortalece o sentimento de pertencimento e contribui para o exercício da cidadania.

Assim, ao articular o reencontro identitário proporcionado pelo território do Centro Histórico com a atuação ativa da BPBL como guardiã e promotora da memória, este conjunto discursivo revela uma instituição que não apenas preserva o passado, mas o interpreta, o atualiza e o reinscreve na vida cotidiana da cidade. A instituição emerge, portanto, como elemento-chave para compreender como a identidade maranhense é continuamente construída, recontada e transmitida às novas gerações.

A dinâmica identitária associada à BPBL não se sustenta apenas em registros históricos ou práticas de preservação, mas também em dimensões afetivas que moldam a forma como os sujeitos se reconhecem no espaço e na própria comunidade. É nesse horizonte que se insere o eixo do orgulho e do pertencimento, afetos estruturantes da relação dos usuários com a instituição. Esse sentimento aparece com força na fala de quem se identifica como “Ilhéu”, termo que convoca um vínculo territorial profundo e sugere que a biblioteca atua como mediadora entre São Luís e

“o que de melhor o Ocidente produziu”, projetando a identidade maranhense para além do contexto local.

Como discutido anteriormente, orgulho e pertencimento são dimensões centrais na representação da BPBL, inicialmente expressas no DSC “A – A Biblioteca como templo da ‘Atenas Brasileira’ e símbolo de orgulho”, que posiciona a instituição como marca de distinção cultural. O DSC E, “Símbolo de orgulho e elo com a História Mundial”, amplia esse movimento ao situar a biblioteca em uma escala simbólica global, não mais apenas como referência local, mas como elo entre a cidade e uma narrativa universalizada de cultura.

Entretanto, esse DSC também revela contradições profundas. Embora expresse afetos autênticos, ele reproduz um imaginário fortemente vinculado à lógica colonial. Ao afirmar que a biblioteca está “dentro da história da humanidade” por causa de construções relacionadas à colonização e que isso a conecta ao “melhor do Ocidente”, o discurso reafirma que o valor cultural da cidade deriva de sua associação com a herança europeia. Do ponto de vista da colonialidade do poder, tal percepção reforça hierarquias epistêmicas que naturalizam o Ocidente como medida universal do conhecimento (Walsh, 2010; Quijano, 2005), apagando a diversidade cultural maranhense, especialmente as epistemologias afro-indígenas, populares e comunitárias.

Sob a perspectiva da interculturalidade crítica, esse imaginário se torna ainda mais problemático, pois valida apenas uma racionalidade, a ocidental, como fonte legítima de prestígio, silenciando outras formas de conhecimento produzidas no Sul Global (Walsh, 2019; Duque Cardona, 2024). Do ponto de vista das epistemologias do Sul, o DSC revela uma colonialidade epistêmica internalizada, ao associar “história da humanidade” exclusivamente à tradição europeia (Duque Cardona, 2018; Duque Cardona; Silva, 2023). Em vez de reconhecer a BPBL como espaço de memória pluriepistêmica, o discurso a projeta como instrumento de validação da herança colonial, reforçando desigualdades epistêmicas e culturais.

Essa idealização torna-se mais evidente quando o discurso atribui às estruturas coloniais uma função de validação identitária. A metáfora da biblioteca como “minha casa” expressa um vínculo afetivo legítimo, mas sustentado por um horizonte epistêmico que privilegia a herança colonial como fonte central de prestígio. Tal perspectiva se alinha ao Discurso Autorizado de Patrimônio (DAP), que define o patrimônio a partir de valores estéticos ocidentais e narrativas elitizadas.

Ao operar sob esse paradigma, o DAP obscurece o caráter político da seleção patrimonial e produz um patrimônio dissonante, na medida em que legitima uma visão de mundo enquanto silencia outras, especialmente as de grupos subalternizados como comunidades locais, afro-indígenas e tradicionais (Crippa, 2021; Crippa; Damian, 2021; Ferreira; Cavotti; Juvêncio, 2025; Smith, 2006, 2021). Assim, ao ancorar seu orgulho na herança colonial, o DSC reforça hierarquias e perpetua a colonialidade do saber, exigindo uma reavaliação crítica da memória cultural.

Ao afirmar que é “motivo de orgulho saber que minha cidade está conectada com aquilo que de melhor o Ocidente produziu”, o discurso intensifica esse imaginário eurocêntrico, projetando a identidade maranhense para além do território insular do “Ilhéu”, mas sempre dentro da lógica ocidental. Embora mobilize pertencimento, continua a invisibilizar saberes afro-indígenas e populares que constituem a pluralidade cultural da cidade.

Nessa perspectiva, a articulação entre esse DSC e os anteriores evidencia uma BPBL que opera simultaneamente como marca de reconhecimento interno, ligada à “Atenas Brasileira”, e como dispositivo de projeção externa, alinhada à “história da humanidade” sob um viés eurocêntrico. Os afetos de orgulho e pertencimento, antes enraizados na memória local, deslocam-se para uma narrativa global hierarquizada, revelando tanto o potencial simbólico quanto as limitações desse imaginário, que ainda precisa ser tensionado para incorporar perspectivas mais amplas, plurais e decoloniais.

Nesse contexto ampliado, o DSC “A – A Biblioteca como templo da ‘Atenas Brasileira’ e símbolo de orgulho” ajuda a compreender que o valor patrimonial atribuído à BPBL também envolve dimensões afetivas, nas quais orgulho e identificação cultural reforçam seu reconhecimento como símbolo coletivo. Essa patrimonialização emocional se estende ao campo material. A arquitetura da BPBL, enquanto marco físico e visual da cidade, atua como mediadora identitária, compondo a experiência patrimonial tanto por meio do acervo quanto da materialidade do edifício.

O DSC “B – O prédio e sua historicidade: o patrimônio material” aprofunda essa dimensão ao reafirmar o edifício como patrimônio material de grande relevância histórica, funcionando tanto como documento arquitetônico quanto como referência simbólica. A construção do século XIX, descrita como “um palácio”, adquire legitimidade pela longevidade, pela estética e pelo estado de conservação. Sua monumentalidade resulta tanto do cuidado físico quanto da valorização estética e

simbólica que o transforma em ponto turístico e em espaço vivido, não apenas observado.

Entretanto, essa ênfase na monumentalidade e na estética do edifício reflete uma concepção tradicional de patrimônio assentada na ideia de excepcionalidade arquitetônica. Trata-se de uma visão frequentemente associada a matrizes eurocêntricas e universalistas, que historicamente privilegiaram os interesses das elites e as obras de arquitetos consagrados. Ao concentrar-se nesses bens de elevado valor simbólico, corre-se o risco de produzir leituras seletivas e distorcidas do passado, relegando a segundo plano a diversidade cultural e as narrativas de grupos subalternizados. Assim, torna-se necessário reconhecer o patrimônio como construção social marcada por disputas e hierarquias vinculadas a poderes político, econômico e científico (Castriota, 2009; Choay, 2006; Pinheiro; Sousa, 2024).

Nessa lógica tradicional, a materialidade do bem assume papel dominante, e a autenticidade é vinculada sobretudo à integridade física, que deve ser preservada quase inalterada. A ética de “conservar como encontrado” sustenta a ideia de que a herança arquitetônica deve ser transmitida intacta às gerações futuras, perpetuando visões de mundo das elites sociais e políticas. Esse foco na materialidade, contudo, tende a obscurecer o caráter cultural e político do processo de patrimonialização, por desconsiderar que a seleção do que é preservado envolve escolhas, disputas e silenciamentos (Smith, 2006, 2021). Ao tensionar o DSC à luz dessas críticas, torna-se evidente que a valorização do prédio deve ser acompanhada de uma reflexão sobre os limites e implicações de um modelo patrimonial ainda ancorado em parâmetros elitistas e eurocentrados.

A articulação entre edifício e território é fundamental. A inserção da BPBL no Centro Histórico intensifica sua função identitária ao integrá-la à paisagem cultural que dá sentido ao reencontro com a identidade. Trata-se de patrimônio material que se torna cenário social, onde memórias e práticas coletivas se entrecruzam. O reconhecimento da biblioteca como “patrimônio da civilização e de nós do Maranhão” articula a dimensão local à universal, reforçando seu papel como representação concreta da continuidade histórica e da contribuição cultural maranhense, mesmo diante das perdas patrimoniais que marcam o estado. Assim, o prédio torna-se símbolo de resiliência, mantendo-se íntegro apesar das adversidades.

Dessa forma, a BPBL é compreendida como patrimônio material que sintetiza estética, história, estabilidade e pertencimento territorial. Longe de ser apenas uma

construção antiga, o edifício é componente ativo da identidade maranhense, preservando o passado e sustentando práticas culturais contemporâneas. Ele funciona como ponto de ancoragem visual e simbólica da memória coletiva, demonstrando que o patrimônio arquitetônico, quando preservado e vivido, fortalece vínculos identitários e legitima o papel cultural da instituição na cidade.

O *DSC D - A BPBL como símbolo contraditório da Identidade Cultural* introduz um deslocamento importante na narrativa construída pelos discursos anteriores e funciona como uma inflexão crítica necessária para compreender a complexidade do imaginário cultural que envolve a BPBL. Enquanto os demais discursos convergem para uma representação positiva e relativamente homogênea da BPBL, seja por sua materialidade histórica, por seu acervo, por sua localização no Centro Histórico ou pelo orgulho vinculado à imagem da “Atenas Brasileira”, este discurso tensiona tais idealizações ao revelar que esses símbolos não são consensuais.

A percepção de que esses símbolos identitários estão atravessados por disputas, ambiguidades e ressentimentos, especialmente quando a identidade cultural oficial não corresponde às vivências cotidianas dos sujeitos, dialoga diretamente com os debates sobre o DAP. Instituições de memória como museus, arquivos e bibliotecas têm historicamente operado segundo esse discurso, consolidado no contexto europeu para privilegiar cultura material, experiência técnica e narrativas nacionais supostamente unificadoras (Smith, 2006, 2015, 2021).

Essa lógica de patrimonialização, concebida de modo vertical e orientada para produzir consenso, procura neutralizar tensões e ocultar o caráter político do patrimônio, que reside justamente na negociação incessante entre diferentes grupos, interesses e interpretações. A dissonância patrimonial se torna evidente quando sujeitos e comunidades subalternizadas contestam a memória oficial e expõem divisões profundas de classe, raça e gênero que o imaginário nacional tende a silenciar. Esse processo evidencia que o patrimônio é um recurso político em permanente disputa, no qual visões impostas de cima para baixo excluem experiências de grupos historicamente oprimidos, como vítimas do colonialismo e da escravidão (Crippa, 2021; Smith, 2006, 2015, 2021).

Diante dessas contestações, as instituições são chamadas a deslocar-se em direção a um Discurso de Patrimônio Inclusivo, capaz de reconhecer a pluralidade de significados e utilizar a dissonância como instrumento de diálogo crítico sobre o passado, em vez de tratá-la como anomalia ou ruído. Ao definir a BPBL como um

“relicário” de uma São Luís que “já foi”, o discurso sugere uma percepção de museificação do passado, indicando que a biblioteca conserva uma memória valorizada, mas que também se distancia das demandas contemporâneas.

Cabe contextualizar que a museificação do passado diz respeito ao processo pelo qual determinados bens são selecionados e preservados, sendo convertidos em documentos ou patrimônio (Chagas, 2005; Loureiro, 2015). Esse movimento, filiado à patrimonialização, é alimentado pelo temor da perda e pela sensação de descontinuidade que marca a experiência contemporânea. Ele se expressa como uma espécie de compulsão arquivística, uma busca incessante por fixar e eternizar aquilo que se teme esquecer.

Museus e arquivos passam a atuar como lugares de memória que armazenam vestígios de formas de vida interrompidas. Contudo, ao retirar os objetos de seus contextos originais e transformá-los em elementos abstraídos ou excessivamente intelectualizados, o processo de museificação pode acabar cristalizando identidades, produzindo leituras rígidas e distanciadas do dinamismo das experiências culturais que lhe deram origem (Assmann, 2011; Candau, 2021; Nora, 1993).

Essa problematização se aprofunda quando o participante afirma manter uma relação tensa e contraditória com a imagem da Atenas Brasileira. Esse mito cultural, celebrado em outros discursos como motivo de orgulho e distinção intelectual, assume aqui outro sentido: o de uma narrativa que exalta a cidade, mas simultaneamente exclui e silencia diferentes matrizes culturais que compõem a diversidade maranhense. Para este sujeito, a Atenas Brasileira funciona menos como símbolo de grandeza coletiva e mais como dispositivo de poder ancorado em expectativas elitizadas que nem sempre correspondem à experiência cotidiana da população.

Esse desconforto evidencia a presença de dissonâncias patrimoniais, conceito discutido por Tunbridge e Ashworth (1996), segundo os quais o patrimônio é sempre potencialmente conflituoso, pois envolve seleção, exclusão e hierarquização de narrativas. A BPBL aparece, portanto, como instituição paradoxal: patrimônio reconhecido e, ao mesmo tempo, território problematizado; guardiã de tradições e palco de tensões identitárias; espaço de orgulho e também de estranhamento. A idealização da Atenas Brasileira, longe de produzir consenso, revela-se insuficiente para abarcar a multiplicidade de sujeitos e memórias que constituem a cidade.

Do ponto de vista da colonialidade do poder, essa idealização expõe a permanência de hierarquias epistêmicas que naturalizam referências culturais

ocidentais como universais. É o que apontam Walsh (2010) e Quijano (2005), ao demonstrarem que a modernidade manteve estruturas coloniais que continuam organizando o conhecimento, os valores culturais e a produção de legitimidade. Ao privilegiar uma história letrada e eurocentrada, o imaginário patrimonial invisibiliza grupos cujos saberes, práticas e memórias não se alinham à tradição erudita celebrada. Assim, o orgulho expresso no DSC é atravessado por tensões coloniais, pois se apoia em um modelo identitário que hierarquiza epistemologias e marginaliza saberes afro-indígenas, populares e comunitários.

Sob a perspectiva da interculturalidade crítica, o DSC evidencia como a BPBL, ao reproduzir símbolos e narrativas centradas em uma única matriz cultural, limita sua potência de promover diálogos entre racionalidades diversas. Tanto Walsh (2019) quanto Duque Cardona (2018, 2022, 2024) insistem que a interculturalidade crítica exige o reconhecimento explícito das relações coloniais de poder e a abertura a epistemologias outras, vindas do Sul Global. Ao privilegiar referências ocidentais como garantia de prestígio, o discurso reforça silenciamentos históricos e impede que saberes afro-latino-americanos adquiram visibilidade. Esse aspecto também é abordado por Duque Cardona (2018) e Duque Cardona e Silva (2023), que descrevem como a colonialidade epistêmica confere legitimidade apenas a certas narrativas de humanidade, apagando humanidades plurais.

Converge-se a compreensão de que a BPBL ocupa um lugar simbólico paradoxal. Em vez de enfraquecer a instituição, esse tensionamento a torna mais complexa e realista. Smith (2006, 2021) demonstra que o patrimônio não é só consenso e celebração, mas também campo de negociação simbólica, atravessado por disputas, afetos e conflitos. O DSC D confirma essa perspectiva ao revelar que a BPBL é simultaneamente espaço de memória e território de dissonância, lugar de pertencimento e espaço de distanciamento. A força cultural da instituição reside, portanto, não apenas no que ela preserva, mas nas múltiplas interpretações que suscita, muitas vezes contraditórias. Ao assumir essa ambivalência, a BPBL se afirma como espaço vivo de memória, identidade e crítica social, onde convivem tradições, rupturas, resistências e novas possibilidades de leitura da cultura maranhense.

As representações da categoria “A BPBL como espaço afetivo, de pertencimento e relações” evidenciam que a BPBL vai além de suas funções informativas e educativas e se afirma como um espaço de afeto, memória social e pertencimento. A ideia central “As Vivências e Relações: O Patrimônio Imaterial”, com

33,33% de frequência e alta amplitude, evidencia que a experiência de estar na biblioteca, circular por seus ambientes, estabelecer vínculos e compartilhar sociabilidades é decisiva para a criação de sentidos individuais e coletivos. Nesse contexto, o espaço físico divide importância com as vivências cotidianas, revelando que a biblioteca se torna patrimônio não apenas pelo que conserva, mas também pelas experiências que gera.

A representação “A BPBL como Espaço de Afeto, Identidade e Reconhecimento”, embora de intensidade baixa, mas com alta amplitude, reforça a função simbólica da biblioteca como local de acolhimento, reconhecimento e construção de laços afetivos. Nessa perspectiva, a BPBL aparece como espaço de encontro, de formação emocional e de elaboração identitária.

Conjuntamente, essas ideias confirmam a biblioteca como um território onde o patrimônio imaterial, composto por memórias, relações e práticas sociais, se integra ao patrimônio físico. Dessa forma, a BPBL se consolida como espaço vivo e relacional da paisagem cultural ludovicense, fortalecendo a identidade e o pertencimento da comunidade, cujos discursos coletivos podem ser observados no Quadro 29.

Quadro 29 – A BPBL como espaço afetivo, de pertencimento e relações

DSC	Discurso do Sujeito Coletivo (DSC)	Entrevistado
C - As Vivências e Relações: O Patrimônio Imaterial	É um patrimônio porque faz parte da vida e das histórias de muitos maranhenses. É algo que a gente pode dizer que é nosso, do nosso estado, da nossa cidade. A gente faz aqui um acolhimento humanizado, recebe todo tipo de público, estudantes, pesquisadores e pessoas de rua que usam a biblioteca como um refúgio. A biblioteca, de alguma forma, acabou me moldando. Ela sobrevive e se mantém estável graças ao trabalho e à dedicação das diretoras e dos funcionários, muitas vezes sem o apoio do governo.	E01, E02, E05, E06, E11
B - A BPBL como Espaço de Afeto, Identidade e Reconhecimento	Para mim, a biblioteca é uma amiga, e ela também me considera uma amiga, me dando até um título. É um lugar de reconhecimento e homenagens. Eu já criei uma memória afetiva com ela através das amizades que fiz aqui. Gosto muito do pessoal da biblioteconomia. Toda vez que falo do centro, lembro da biblioteca, porque ela já faz parte de mim, da minha identidade e da minha cultura.	E01, E07, E11, E15

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

O DSC C posiciona a biblioteca como parte da vida e da história dos maranhenses, situando-a como patrimônio imaterial porque acolhe, reúne e molda as trajetórias dos sujeitos. A instituição aparece como espaço humanizado que recebe públicos diversos, tais como estudantes, pesquisadores, pessoas em situação de rua,

e se configura como refúgio, local de sociabilidade e de suporte comunitário. Há um reconhecimento explícito de que a BPBL não apenas abriga memórias, mas também produz práticas sociais e experiências de convivência que fortalecem o tecido social da cidade.

O patrimônio, nesse contexto, deixa de ser compreendido como um elemento fixo para ser reconhecido como um processo vivo, performativo e continuamente atualizado na experiência urbana e na formação das identidades (Pinheiro; Sousa, 2024). Ao oferecer práticas e vivências que se entrelaçam com o cotidiano, a BPBL contribui para o enraizamento simbólico dos sujeitos em seu território, fortalecendo a conexão com a memória do lugar. Dessa forma, a biblioteca atua como catalisadora de sentidos coletivos e motor de transformação social, orientando a população em sua relação com o espaço e com sua própria história (Sousa; Oliveira; Azevedo Netto, 2015; Silveira, 2014).

Em vista disso, afirma-se que a BPBL fortalece a sociabilidade e o enraizamento cultural (Silveira, 2014), funcionando como um espaço onde as relações sociais ganham forma e são constantemente renovadas. Ao atuar como território de encontro e de diálogo entre diferentes grupos, a biblioteca promove a diversidade e sustenta interações interculturais significativas. Por meio de seus serviços educativos e de suas ações de mediação cultural, ela não apenas contribui para a reconstrução da memória coletiva, mas também desempenha papel essencial na construção de vínculos afetivos e simbólicos entre a comunidade e seus profissionais.

Essa presença ativa no cotidiano da cidade transforma a BPBL em um ponto de convergência para manifestações populares, discussões públicas e trocas de experiências, aproximando-a da função de uma ágora contemporânea. Nesse contexto, as práticas promovidas pela biblioteca reforçam o sentimento de pertencimento, estimulam o empoderamento dos usuários e consolidam a instituição como agente de transformação social e de formação cidadã, como pontua Silveira (2021).

O sujeito coletivo também revela em seu discurso o papel ativo da equipe da biblioteca, cuja dedicação garante a continuidade do espaço “muitas vezes sem o apoio do governo”. Essa referência insere uma dimensão política ao patrimônio imaterial, evidenciando que a permanência da biblioteca depende mais das relações humanas e do compromisso cotidiano dos trabalhadores do que de políticas estatais.

Assim, o patrimônio imaterial não é apenas o que se vive no espaço, mas também o trabalho invisível que sustenta a existência da instituição.

A continuidade das bibliotecas públicas é atravessada pela tensão entre a necessidade de suporte estatal e o empenho cotidiano de seus profissionais (Ferreira; Juvêncio, 2025; Magalhães, 2020). A vitalidade dessas instituições depende, sobretudo, da atuação comprometida de seus trabalhadores, que, com sensibilidade e criatividade, promovem sociabilidade, fortalecem o sentimento de pertencimento e assumem funções de liderança e mediação social (Ferraz; Dumont, 2018; Lessa, 2021; Mello; Martínez-Ávila; Araujo; Valentim, 2020). Esse vínculo humano centrado no usuário real constitui o alicerce da biblioteca, superando concepções restritas à preservação de objetos (Souza, 2021).

Entretanto, essa resiliência encontra limites diante da crônica escassez de recursos que compromete os acervos, fragiliza a infraestrutura e revela a ausência de políticas públicas duradouras. Sem financiamento adequado e sem diretrizes estruturantes, a biblioteca permanece vulnerável, impossibilitando que seus profissionais cumpram plenamente seu papel emancipatório. O compromisso dos trabalhadores, embora essencial, não consegue compensar de forma contínua o abandono governamental que ameaça a relevância e a permanência social da instituição (Achilles; Kornalewski, 2021; Bernardino, 2020).

A manutenção da biblioteca pública como lugar de memória, fundamental para preservar e difundir o patrimônio cultural e identitário, também evidencia essa tensão entre o compromisso institucional e a atuação do Estado. Ainda que a proteção dos bens coletivos dependa de políticas consolidadas, a memória permanece suscetível a riscos estruturais, como a gestão imediatista, os recursos limitados e a descontinuidade administrativa (Ferreira; Juvêncio, 2025).

Nesse contexto, a preservação efetiva da memória tem se apoiado menos nas garantias formais do poder público e mais na ação diária dos sujeitos que integram a instituição. São os bibliotecários e demais trabalhadores que, ao organizar, transmitir e mobilizar saberes acumulados, asseguram a continuidade histórica e fortalecem a coesão social e cultural da BPBL, uma vez que a memória se sustenta nas trajetórias e práticas dos indivíduos que a vivenciam cotidianamente.

O DSC B, por sua vez, aprofunda o eixo das relações ao colocar a biblioteca no campo da afetividade pessoal e do reconhecimento simbólico. Ao ser comparada a uma “amiga” que concede títulos e homenagens, a BPBL é personificada como

agente relacional, tornando-se parte da vida emocional do usuário. O discurso destaca a construção de memórias afetivas a partir das amizades feitas no espaço e do convívio com a equipe bibliotecária, indicando que o patrimônio cultural não é apenas objeto ou acervo, mas o conjunto de laços e relações que se produzem no cotidiano institucional.

O sujeito afirma que a biblioteca “faz parte de mim, da minha identidade e da minha cultura”, indicando que o reconhecimento não se limita ao espaço físico, mas está imbricado na formação subjetiva e profissional. A BPBL emerge como lugar antropológico, entendido como espaço vivido, frequentado e emocionalmente apropriado, onde experiências compartilhadas consolidam pertencimentos e constroem identidades (Achilles; Silva, 2022; Silva; Achilles; Sabbag, 2022).

Quando articulados, os dois DSCs revelam que o patrimônio imaterial da BPBL não reside apenas nas práticas culturais formais, mas, sobretudo, nas relações que os sujeitos constroem com o espaço e entre si. Tanto o acolhimento descrito no DSC C quanto a personificação afetiva do DSC B convergem para a compreensão da biblioteca como território relacional, onde práticas, vínculos, amizades, reconhecimentos, enfrentamentos e cuidados mútuos dão forma a uma memória que é social antes de ser documental.

Esse patrimônio relacional não é neutro, por envolver questões de identidade, pertencimento e resistência. O acolhimento a pessoas de rua, por exemplo, rompe narrativas elitistas que costumam associar bibliotecas apenas a públicos escolarizados. Da mesma forma, o reconhecimento mútuo entre usuários e equipe desloca a biblioteca de uma função puramente técnica para uma função ética e comunitária, em consonância com perspectivas contemporâneas sobre memória social, patrimônio vivo e cidadania cultural.

Os discursos também evidenciam tensões importantes. O fato de a BPBL “sobreviver” graças à dedicação dos funcionários aponta fragilidades estruturais, revelando que o patrimônio imaterial depende de condições materiais precárias. A afetividade aparece, nesse caso, como forma de resistência cotidiana, onde trabalhadores e usuários sustentam um espaço público negligenciado pelas políticas culturais. Ao mesmo tempo, a personificação da biblioteca como amiga e parte da identidade do sujeito mostra que o patrimônio imaterial não é apenas memória coletiva, mas também investimento subjetivo. Esse investimento produz lealdades,

fidelidades e sentidos de lugar que consolidam a BPBL como marco simbólico no centro da cidade, capaz de se integrar às narrativas pessoais de pertencimento.

Tomados em conjunto, os DSCs revelam que a BPBL é vivenciada como um patrimônio imaterial em movimento, constituído pelas relações que abriga, pelos afetos que desperta e pelas práticas sociais que sustenta. A instituição aparece como espaço de convivência, acolhimento e reconhecimento mútuo, articulando dimensões afetivas, éticas e culturais que ampliam a compreensão tradicional de patrimônio. Assim, a BPBL se consolida não apenas como guardiã de memória documental, mas como lugar de vínculos, onde identidades são formadas e a vida comunitária ganha densidade, continuidade e sentido.

A última categoria, “Os desafios, limitações, idealizações e subutilizações da BPBL”, desvela as representações que trazem nuances críticas, revelando tensões entre a idealização da BPBL como patrimônio cultural e os limites concretos percebidos por parte dos participantes. As ideias centrais desta categoria possuem, em geral, baixa intensidade e amplitude variando entre baixa e média, indicando percepções minoritárias, porém importantes para compreender o imaginário coletivo em sua complexidade. As representações desta categoria revelam o outro lado do imaginário coletivo, aquele que aponta limites, fragilidades e contradições, enriquecendo o entendimento da BPBL como um espaço simbólico em constante negociação entre idealização e realidade, cujos DSCs estão apresentados no Quadro 30.

Quadro 30 – Os desafios, limitações, idealizações e subutilizações da BPBL

DSC	Discurso do Sujeito Coletivo (DSC)	Entrevistado
C - O Papel Limitado ou Decrescente da Biblioteca na Identidade Coletiva	Olha, eu acho que não [contribui como deveria]. Eu queria que fosse, mas não sei se na prática acontece. Acredito que o papel dela é prejudicado porque as pessoas em geral têm pouco acesso à informação sobre a importância do patrimônio. E também porque o prédio, por ser imponente e bonito, talvez gere medo em algumas pessoas, que pensam que não podem ter acesso. Outros pensam que não são dignos de vir à biblioteca. O papel hoje está restrito a estudantes e pesquisadores, e poderia ter mais divulgação, principalmente digital, como vejo em outras casas de cultura.	E09, E10, E11, E14
B - A Contribuição da Biblioteca é Limitada pela Falta de Apoio e Divulgação	Contribui sim, mas não no total, porque muitas coisas foram desperdiçadas. Falta apoio e zelo do governo. É muito importante que os governantes tenham essa visão para investir mais. Acho também que poderia ter um pouco mais de divulgação do espaço, do acervo. Vejo outras instituições usando o Instagram e aqui vejo pouco nesse sentido. Apesar disso, graças ao trabalho das diretorias, ela consegue se manter.	E01, E04, E09

Ancoragem (G): A Subutilização da Cultura pela "Automaticidade do Tempo"	Eu percebo que a questão não é a biblioteca, que faz um trabalho incrível, mas sim as pessoas que estão nessa automaticidade do tempo, só com as obrigações, e às vezes esquecem que esse ócio criativo também é saudável e importante.	E13

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

O DSC C - “O Papel Limitado ou Decrescente da Biblioteca na Identidade Coletiva”, com intensidade baixa e amplitude média, evidencia uma percepção de enfraquecimento da centralidade simbólica da BPBL, sugerindo que transformações socioculturais, mudanças de hábitos de leitura e novos espaços de consumo informacional podem ter reduzido seu impacto no cotidiano da população.

Este DSC revela de forma clara que a contribuição da BPBL para a comunidade não é negada pelos usuários, mas é vista como incompleta devido a fragilidades estruturais relacionadas ao apoio governamental e à gestão da política cultural. O discurso aponta que a instituição cumpre parte de sua função social, porém enfrenta obstáculos que impedem uma atuação plena e contínua. O sujeito identifica “desperdício” de oportunidades e uma ausência de “zelo do governo”, o que indica que a instituição não dispõe de condições materiais, humanas e tecnológicas suficientes para atender plenamente às demandas sociais e culturais da população.

Essa percepção revela que os desafios postos à BPBL não são exclusivamente de natureza simbólica ou identitária, mas sobretudo institucional e política. A falta de investimento público é denunciada de forma direta e reforça a compreensão, já amplamente discutida na literatura, de que bibliotecas públicas dependem de políticas culturais consistentes e de financiamento robusto para garantir sua permanência e relevância social (Achilles; Kornalewski, 2021; Bernardino, 2020; Magalhães, 2020). Quando o usuário afirma que “é muito importante que os governantes tenham essa visão para investir mais”, ele expõe a ausência de políticas estruturantes que tratem a biblioteca como equipamento cultural estratégico.

O DSC evidencia o distanciamento entre a missão institucional da biblioteca e as condições materiais que lhe são oferecidas pelo Estado. Conforme denunciado por Bernardino (2018, 2022), Lessa (2021) e Tanus e Souza (2022), o descaso com as bibliotecas públicas manifesta-se em estruturas físicas precárias ou improvisadas, com prédios deteriorados e falta de investimento em modernização. A consequente obsolescência dos acervos, a carência de recursos tecnológicos e a ausência de

profissionais qualificados criam um ciclo de serviços deficientes, afastando o público e impedindo que a instituição cumpra seu papel social vital na comunidade (Almeida Júnior, 2013). Esse desencontro perpetua modelos passivos, distantes das demandas dinâmicas e diversas das comunidades que deveriam servir, como reforçado por Bernardino (2022).

Outro ponto crítico é a insuficiência de divulgação das ações, atividades, projetos, produtos e serviços, especialmente no cenário contemporâneo em que as instituições culturais precisam dialogar com o público através de ferramentas digitais.

Embora o sujeito coletivo mencione a necessidade de maior divulgação, esse ponto exige uma leitura mais contextualizada. A BPBL possui presença ativa no Instagram, com um número expressivo de seguidores (cerca de 11.500 seguidores), o que demonstra esforço institucional de visibilidade. Contudo, o desafio não está na mera existência da rede social, mas na ampliação do engajamento e na produção contínua de conteúdos que dialoguem de forma efetiva com diferentes públicos. Esse cenário não depende exclusivamente da biblioteca, pois envolve a atuação da Secretaria de Estado de Comunicação e a disponibilidade de profissionais especializados em gestão de mídias digitais.

A equipe da BPBL, ainda reduzida, carece de ampliação e capacitação específica nessa área, o que limita sua autonomia para desenvolver estratégias comunicacionais mais robustas. Assim, a dificuldade de divulgação e engajamento deve ser entendida como parte de um problema estrutural que afeta diversos sistemas de bibliotecas públicas, refletindo a necessidade de políticas de comunicação cultural mais integradas, investimentos em pessoal e formação continuada para que instituições como a BPBL consigam fortalecer sua presença pública e ampliar seu impacto social.

Bernardino (2022) afirma que a integração plena da biblioteca pública à era digital enfrenta obstáculos estruturais significativos. A falta de financiamento contínuo compromete a atualização dos acervos e a aquisição de tecnologias básicas, como computadores adequados e conexão estável à internet, que figuram entre as principais demandas dos usuários, como evidenciado por Almeida Júnior (2013), Maia (2022). Ainda mais grave é a ausência de profissionais capacitados para gerenciar a informação digital e orientar o uso das tecnologias, o que limita o desenvolvimento da competência informacional e do letramento digital. Esse conjunto de dificuldades aprofunda a exclusão digital e transforma o processo de modernização tecnológica

em mera reprodução das desigualdades já existentes, mantendo muitas bibliotecas presas a modelos ultrapassados, conforme denunciado por Muddiman *et al*. (2001).

Mesmo diante da necessidade urgente de adaptação ao ambiente digital, grande parte das bibliotecas públicas brasileiras não recebe investimentos suficientes para garantir uma infraestrutura tecnológica adequada. A escassez de equipamentos, a precariedade das conexões e a falta de formação continuada comprometem a oferta de serviços alinhados às demandas contemporâneas (Greenhalgh, 2022; Spudeit, 2021; Umpierre, 2023).

Essa fragilidade também se manifesta no uso das mídias digitais. Embora algumas instituições mantenham perfis nas redes sociais, a atuação costuma ser restrita, centrada em postagens informativas e pouco interativas. Em vez de explorar o potencial das plataformas para promover engajamento, debate crítico e mediação cultural, muitas bibliotecas limitam-se a comunicados básicos. A carência de recursos, a obsolescência dos equipamentos e a insuficiência de capacitação profissional ampliam o distanciamento entre a biblioteca e a sociedade conectada, dificultando sua reinserção simbólica e funcional no espaço público atual.

Apesar disso, o discurso introduz uma nota de resistência e resiliência ao destacar que a BPBL “consegue se manter graças ao trabalho das diretorias”. Essa observação reforça um fenômeno recorrente nas bibliotecas públicas brasileiras: a dependência do esforço individual e da dedicação dos trabalhadores, que, com capilaridade, criatividade e compromisso, garantem a sobrevivência da instituição mesmo diante da precarização estrutural.

A dependência da continuidade da memória e da identidade coletiva no esforço individual dos trabalhadores é ambivalente. De um lado, evidencia a força ética, o compromisso social e a capacidade de resistência dos profissionais que sustentam a instituição mesmo diante de condições adversas (Cardoso; Nóbrega, 2010). De outro, expõe um problema estrutural, pois a preservação da memória cultural não pode repousar unicamente na dedicação pessoal, já que a memória é um fenômeno social que se fragiliza quando carece de suporte institucional adequado e dos quadros coletivos que lhe dão estabilidade (Assmann, 2011). Arquivos, bibliotecas e outros dispositivos de memória, ao operarem sob lógicas estatais historicamente hegemônicas, tendem a selecionar e legitimar apenas certas narrativas (Halbwachs, 2006), contribuindo para o silenciamento de histórias populares, afro-indígenas e de resistência.

Nesse sentido, não se trata de defender a mera continuidade da ação estatal, mas de repensar criticamente a forma como o Estado intervém no campo patrimonial, de modo que suas políticas deixem de reproduzir modelos excludentes e passem a favorecer uma representação plural do país, orientada pela justiça epistêmica e pelo reconhecimento das múltiplas experiências que compõem a vida nacional (Cardoso, 2011; Seligmann-Silva, 2022; Duque Cardona; Lopera Mazo; Pérez Uribe, 2023).

Assim, este DSC evidencia uma biblioteca que possui potencial reconhecido pelos usuários, mas que permanece limitada por falta de recursos, políticas públicas e estratégias de comunicação. O discurso desvela a tensão entre engajamento comunitário e abandono governamental, mostrando que a BPBL se mantém não por sua estrutura institucional, mas apesar dela. Em síntese, a contribuição da BPBL é real, mas sua força está aquém do possível e do necessário, pois sua atuação depende mais da resiliência dos trabalhadores do que do compromisso cultural do poder público.

O DSC B, “A Contribuição da Biblioteca é Limitada pela Falta de Apoio e Divulgação”, embora também minoritário, evidencia fragilidades estruturais e institucionais que comprometem a realização plena do papel social da BPBL. O discurso revela que a biblioteca desempenha uma função cultural importante, porém aquém de seu potencial, devido à insuficiência de políticas públicas e à precariedade do suporte governamental.

A biblioteca pública é amplamente reconhecida como um equipamento cultural e social essencial, cujo potencial reside na democratização do acesso ao conhecimento e na formação de sujeitos críticos (Bernardino, 2022). Contudo, sua atuação plena é comprometida pelo descaso do poder público e por políticas insuficientes. As políticas adotadas ao longo do tempo, frequentemente restritas à simples distribuição de livros, ignoram a função social ampliada da instituição. A falta de investimento estatal se expressa em cortes orçamentários, prédios deteriorados ou inadequados, acervos desatualizados e ausência de profissionais qualificados (Gomes; Silveira, 2023; Souza, 2020). Esse conjunto de limitações resulta em serviços fragilizados e impede que a biblioteca desempenhe de forma adequada seu papel comunitário, restringindo seu impacto cultural e reduzindo a potência transformadora que deveria exercer na sociedade (Spudeit, 2021).

Ao afirmar que a BPBL “contribui, mas não no total, porque muitas coisas foram desperdiçadas”, o sujeito aponta para a descontinuidade administrativa e para o uso

inadequado de recursos, aspectos recorrentes nas políticas culturais brasileiras. A noção de “desperdício” sugere tanto o abandono de iniciativas quanto a interrupção de projetos capazes de ampliar o impacto da instituição, reforçando a percepção de que a falta de investimento consistente limita a capacidade da biblioteca de cumprir plenamente sua missão comunitária.

A crítica se intensifica quando o discurso aponta que “falta apoio e zelo do governo”, expondo a dependência da biblioteca em relação ao Estado e a carência de investimentos regulares. Essa percepção confirma discussões presentes na biblioteconomia pública, segundo as quais a vitalidade das bibliotecas depende de políticas culturais duradouras, do financiamento contínuo e da institucionalização de práticas de gestão que garantam estabilidade e expansão dos serviços. A ausência desse apoio cria uma situação estrutural de vulnerabilidade, limitando a capacidade da BPBL de cumprir plenamente sua função educativa, cultural e social.

A biblioteca pública, enquanto equipamento cultural e social, exerce um papel central na difusão da herança cultural e na promoção do desenvolvimento humano e democrático (Medeiros; Olinto, 2016). Contudo, esse potencial é comprometido pela recorrente ausência de políticas públicas robustas e pelo evidente descaso governamental. O histórico de investimentos insuficientes, geralmente centrados apenas no livro e não na instituição em sua integralidade, mantém muitas bibliotecas presas a modelos ultrapassados, marcados por fragilidade estrutural e funcional. Esse descompasso entre a missão que lhes é atribuída e o suporte efetivamente oferecido impede que a biblioteca se consolide como espaço de acesso universal e inclusão social, diminuindo sua relevância e limitando o impacto que poderia exercer na vida das comunidades (Ferraz; Dumont, 2018).

Apesar das críticas, o discurso reconhece a força da BPBL ao afirmar que “graças ao trabalho das diretorias, ela consegue se manter”. Essa observação introduz a resiliência institucional, derivada do compromisso ético dos trabalhadores. Tal resiliência, porém, é ambígua. Se por um lado demonstra dedicação e competência, por outro denuncia que a sobrevivência da biblioteca depende de esforços individuais, não de políticas estruturadas. Essa dependência reforça desigualdades e revela que a permanência da memória e do patrimônio cultural da cidade está sendo sustentada por ações isoladas de profissionais, o que é insuficiente para garantir estabilidade, inovação e expansão dos serviços.

O sujeito coletivo reconhece uma biblioteca com grande potencial simbólico e social, mas limitada pela precarização estrutural e pela ausência de políticas públicas efetivas. A crítica do usuário aponta para uma BPBL que resiste, mas que não floresce; que sobrevive, mas não se fortalece plenamente. A instituição é reconhecida como valiosa, porém operando abaixo do nível que poderia alcançar, caso dispusesse de apoio estatal consistente, recursos adequados e estratégias de comunicação contemporâneas. Esse discurso revela, portanto, que a BPBL permanece entre o reconhecimento comunitário e o abandono governamental, tensionando sua missão de democratizar a cultura e fortalecer a identidade coletiva.

Por fim, a ancoragem “A Subutilização da Cultura pela ‘Automaticidade do Tempo’”, com amplitude e intensidade baixas, traz uma crítica mais abstrata e reflexiva sobre como a vida contemporânea esvazia ou invisibiliza práticas culturais, incluindo o uso da biblioteca. Este DSC desloca o foco da instituição para uma análise mais ampla do cotidiano. Ao afirmar que “a questão não é a biblioteca”, o sujeito retira da BPBL a responsabilidade pelo afastamento dos usuários e a atribui ao ritmo acelerado da vida social, marcado por obrigações constantes e escassez de tempo. A “automaticidade do tempo” aponta para uma lógica produtivista que reduz o espaço para o ócio criativo, dimensão fundamental para a fruição cultural, o desenvolvimento subjetivo e o bem-estar. Assim, o discurso evidencia que, mesmo quando a instituição cumpre seu papel, o modo de vida contemporâneo pode limitar a participação cultural e dificultar a inserção da biblioteca no cotidiano das pessoas.

Essa percepção revela uma leitura sociológica mais ampla dos limites de acesso à cultura. Em vez de apontar falhas estruturais da biblioteca, tal como fazem outros DSCs, o discurso sugere que a baixa frequência e o distanciamento cultural também estão ligados à forma como a sociedade valoriza a produtividade em detrimento da experiência estética, da contemplação e da expansão subjetiva.

A baixa frequência e o distanciamento cultural das bibliotecas públicas no Brasil resultam de um longo predomínio de uma visão utilitária e instrumental da cultura. Em uma sociedade guiada pela lógica da produtividade, práticas não orientadas ao desempenho imediato, como a contemplação, a fruição estética ou o simples estar na biblioteca, perdem valor social (Assis, 2022). Pesquisas indicam que grande parte da população vive em condições que restringem o tempo livre qualificado, o que reduz a disposição para atividades não pragmáticas. Nesse contexto, a ida à biblioteca passa

a ser percebida como pouco prioritária, sobretudo quando comparada às urgências do cotidiano.

A própria história das bibliotecas brasileiras contribui para esse distanciamento. Herdando modelos europeus do século XIX, muitas instituições foram concebidas com propósitos pedagógicos e disciplinadores, voltadas à conformação de hábitos e à regulação social (Rosa, 2018). Essa matriz utilitarista permanece presente, sustentando a percepção da biblioteca como espaço de estudo, pesquisa escolar ou atendimento de necessidades informacionais pontuais. Soma-se a isso a imagem da biblioteca como ambiente formal, altamente simbólico e regulado, que pode gerar sensação de inadequação e produz mecanismos de autoexclusão entre grupos socialmente vulneráveis (Roselli, 2021; Mathysen; Glorieux, 2021).

O distanciamento cultural é aprofundado quando as práticas profissionais permanecem centradas na racionalidade técnica. O excesso de foco em tarefas operacionais, na manutenção de acervos ou em serviços estritamente informacionais reduz o espaço para a mediação cultural, para a criatividade e para a reflexão crítica. Quando a biblioteca negligencia o letramento literário e a expansão subjetiva, perde a capacidade de transformar os livros em experiência sensível, privando o usuário de vivências estéticas que ampliam imaginação, interioridade e bem-estar (Oliveira, 2017; Pyati, 2019; Tanus *et al*., 2020).

Esses elementos dialogam com estudos da CI que apontam a permanência de um paradigma produtivista, segundo o qual somente práticas com resultados mensuráveis são socialmente legitimadas (Neitzel; Ferri; Borba, 2018; Ramalho, 2020). Assim, quando a biblioteca opera sob um modelo estritamente informacional, tende a adotar práticas distributivistas que tratam o público como consumidor passivo de conteúdo (Ferraz; Dumont, 2018). Nesse formato, atividades culturais tornam-se superficiais, esvaziadas de potência estética e pouco capazes de gerar pertencimento ou engajamento comunitário (Ferreira, 2020).

Contudo, bibliotecas que investem na criação de ambientes sensíveis, acolhedores e culturalmente estimulantes conseguem reverter esse quadro e atrair diferentes públicos. Iniciativas baseadas em experiências estéticas, práticas artísticas, intervenções culturais e mediação ativa ampliam a potência da biblioteca como espaço vivo e relacional, fortalecendo seu papel de lugar de encontro, convivência e construção simbólica (Neitzel; Ferri; Borba, 2018; Ramalho, 2020; Souza; Carvalho, 2020).

Superar o distanciamento cultural, portanto, exige uma mudança conceitual profunda. Deve-se abandonar a compreensão da biblioteca apenas como suporte informacional e reposicioná-la como território de experiências, vivências e criação simbólica (Assis, 2022; Oliveira-da-Silva; Achilles, 2025). Isso implica valorizar a dimensão estética, fortalecer a mediação cultural e promover o protagonismo dos usuários, permitindo que deixem de ser receptores passivos e se tornem coautores da vida cultural da instituição. Essa transformação, conforme Silva, Achilles e Sabbag (2022), é condição necessária para que a biblioteca recupere ressonância social e se consolide como laboratório de cidadania, de imaginação e de emancipação cultural.

A “automaticidade do tempo” evidencia um fenômeno mais profundo do que a simples falta de hábito cultural. Trata-se da produção social de subjetividades exaustas, orientadas pela lógica da urgência e do desempenho, que neutraliza a disponibilidade interna necessária para a fruição, a curiosidade e o encontro. Nesse cenário, mesmo bibliotecas públicas eficientes e acolhedoras, como a BPBL, tornam-se espaços de difícil acesso simbólico, não por falha institucional, mas porque competem com ritmos sociais que desvalorizam experiências não produtivas. Esse quadro revela um paradoxo estrutural, ao passo em que a biblioteca é convocada a promover bem-estar, imaginação e cidadania, atua em um ambiente que restringe o tempo qualitativo e enfraquece a cultura do ócio criativo, aprofundando a desconexão entre sujeitos e espaços culturais.

A referência ao “ócio criativo” introduz uma dimensão analítica que ultrapassa a crítica institucional e situa o afastamento cultural em um campo mais amplo das transformações do trabalho e da temporalidade social. Embora não seja o foco deste estudo, contextualiza-se que esse conceito, formulado por Domenico De Masi, problematiza a centralidade do trabalho nas sociedades industrializadas e pós-industriais ao afirmar que, com a redução do tempo destinado ao emprego e o avanço das tecnologias e da informação, atividades criativas, culturais e contemplativas deveriam assumir maior relevância na vida cotidiana (Tractenberg; Streumer; Van Zolingen, 2002). O sujeito coletivo alude essa perspectiva ao lamentar que as pessoas “esquecem que esse ócio criativo também é saudável e importante”, evidenciando uma perda de sensibilidade cultural e uma dificuldade crescente de reservar tempo para a fruição.

Contudo, esse ideal é tensionado pela realidade contemporânea, tendo em vista a precarização do trabalho, a intensificação da produtividade e a dissolução das

fronteiras entre tempo livre e tempo laboral tornam o ócio criativo estruturalmente inacessível para grande parte da população (Costa; Silva Câmara, 2017; Whiting; Hannam, 2015; Batchelor et al., 2020). Nesse contexto, a biblioteca torna-se menos um espaço negligenciado e mais uma vítima das pressões temporais que moldam a vida social, revelando que o afastamento cultural é também produto de desigualdades e da reorganização do tempo nas sociedades contemporâneas.

A ancoragem sobre a “automaticidade do tempo” amplia de forma significativa o escopo interpretativo dos DSCs ao introduzir um fator estrutural que ultrapassa os limites da gestão institucional. Diferentemente dos discursos que atribuem fragilidades da BPBL à falta de apoio, divulgação ou às tensões simbólicas referentes à “Atenas Brasileira”, este DSC desloca o foco para uma transformação mais profunda na temporalidade social contemporânea. A sociedade emergente valoriza intensamente a produtividade, o imediatismo e o desempenho, marginalizando práticas culturais não utilitárias e reduzindo a legitimidade social do tempo dedicado à contemplação, à experiência estética e à expansão subjetiva. Essa lógica produtivista cria barreiras simbólicas que dificultam a apropriação de espaços culturais, tornando-os socialmente “secundários” para sujeitos que vivem sob pressão constante, cansaço e escassez de tempo qualificado.

Neste horizonte, a BPBL deixa de ser vista como responsável pela queda de frequência e passa a ser compreendida como vítima de um regime temporal que esvazia o ócio criativo e restringe a disponibilidade mental necessária para a fruição cultural. Pontua-se, assim, que as normas sociais que desvalorizam o tempo livre e a contemplação produzem afastamento das bibliotecas, especialmente entre grupos vulneráveis, reforçando desigualdades e ampliando o distanciamento cultural. Assim, a “crise de participação” não pode ser lida apenas como falha de políticas culturais, como carência de divulgação ou como efeito de modelos identitários hegemônicos. Trata-se, sobretudo, de um fenômeno social mais amplo, em que as bibliotecas competem com modos de vida marcados pela aceleração, pelo cansaço e pela alienação temporal.

Ao trazer essa camada interpretativa, a ancoragem tensiona e complementa os demais DSCs, evidenciando que melhorar a gestão, o financiamento ou a comunicação é necessário, mas insuficiente diante de uma cultura que reduz a experiência estética a um luxo e que transforma o tempo em recurso sempre escasso. Assim, este discurso oferece uma leitura crítica da realidade contemporânea,

destacando que fortalecer o papel cultural da BPBL exige não apenas políticas públicas robustas, mas também a reconstrução de condições simbólicas e temporais que permitam às pessoas, efetivamente, viver a biblioteca como espaço de pausa, encontro, criação e bem-estar.

A ancoragem também funciona como contraponto analítico aos DSCs que criticaram a falta de divulgação, a fragilidade institucional ou o mito da Atenas Brasileira. Aqui, a biblioteca não é vista como falha, mas como vítima de uma cultura acelerada que reduz o tempo disponível para práticas culturais. Essa leitura amplia o horizonte interpretativo da categoria ao mostrar que a crise da participação cultural não é apenas problema de gestão, investimento ou identidade, mas também resultado de transformações profundas na temporalidade social e nas formas de vida.

Assim, a Ancoragem (G) revela que a BPBL enfrenta não apenas barreiras institucionais ou simbólicas, mas também barreiras civilizacionais, relacionadas à velocidade, à sobrecarga e ao esvaziamento do tempo livre que caracterizam a modernidade tardia. Essa crítica oferece um fechamento valioso para a categoria, pois mostra que a biblioteca permanece relevante e ativa, mas se vê limitada por uma sociedade que desaprendeu a se relacionar com a cultura para além da lógica instrumental do trabalho. A BPBL, nesse contexto, aparece como um oásis possível de pausa, criação e formação, cuja potência depende também da capacidade coletiva de ressignificar o tempo e recuperar o valor do ócio criativo.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta tese, advogou-se que, sob a perspectiva intercultural, as bibliotecas públicas podem ser compreendidas como territórios de práticas e interconexões sociais, políticas, econômicas e culturais, responsáveis por abrigar, organizar e disseminar registros materiais e imateriais do conhecimento e da herança cultural, além de mediar as relações entre esses elementos e a sociedade. Ao promover práticas formativas, interação entre culturas, inclusão tecnológica e processos de descolonização do saber, essas instituições articulam saberes locais e tradicionais e comprometem-se com a emancipação social. Nesse movimento, tornam-se instrumentos de justiça epistêmica e de ecologia de saberes, fortalecendo comunidades historicamente excluídas. Como núcleos de desenvolvimento, inovação e engajamento coletivo, adaptam-se continuamente às transformações socioculturais, assegurando que múltiplas vozes e experiências encontrem espaço de expressão e reconhecimento.

Território de múltiplas movimentações culturais, políticas e sociais, a Biblioteca Pública Benedito Leite consolidou-se como referência emblemática na paisagem maranhense, articulando em sua imponência arquitetônica a celebração do patrimônio material e imaterial de São Luís. Mesmo após sucessivas reformas, manteve-se como marco simbólico do estado, elevada no ponto mais alto da Praça do Pantheon, evocando diferentes dimensões, sobretudo estéticas. Seu arranjo arquitetônico e a presença de acervos raros, como manuscritos de Machado de Assis, contribuíram para legitimar São Luís como a “Atenas Brasileira”, reafirmando a biblioteca como berço da erudição literária local. Assim, a BPBL consolidou-se como espaço fundamental de memória, preservação e identidade, garantindo a continuidade de registros históricos que, sem instituições como essa, tenderiam a se perder ao longo do tempo.

Os processos de memória, especialmente aqueles ligados a experiências de violações extremas de direitos, revelaram-se essenciais na luta pelos direitos humanos, cumprindo uma dupla função: identificar a persistência de formas de violência e oferecer instrumentos para enfrentá-las. Compreendida como construção social e narrativa, a memória depende dos contextos culturais, comunitários e históricos que lhe dão significado, exigindo atenção aos modos como circula e tem sido apropriada socialmente.

Nesse cenário, as bibliotecas públicas emergem como espaços de recuperação e valorização de memórias silenciadas, atuando para além do papel de repositórios ao se tornarem territórios de resistência, preservação cultural e democratização do conhecimento. Ao promover narrativas marginalizadas e estimular o acesso crítico à informação, contribuem para reconstruções identitárias e para o fortalecimento do diálogo intercultural. Assim, ao participar das práticas rememorativas de seus frequentadores, tornam-se agentes ativos na construção e disputa de sentidos sobre o passado.

A identidade, entendida como processo social e histórico, expressa simultaneamente a forma como um grupo se percebe e a imagem que projeta aos outros, criando pontos de identificação que demarcam fronteiras simbólicas. As identidades coletivas, embora frequentemente aproximadas das identidades individuais, revelaram-se construções contingentes, fluidas e permeadas por negociações, tensões e disputas simbólicas. Não constituem entidades homogêneas, mas sistemas relacionais sustentados por práticas sociais, linguagens compartilhadas e envolvimento emocional. Nesse cenário, as bibliotecas públicas emergiram como territórios simbólicos de pertença e memória coletiva, funcionando não somente como repositórios de documentos, mas como espaços vivos onde se produzem e se ressignificam vínculos identitários. Essa natureza dinâmica exige evitar a naturalização dessas identidades, compreendendo-as em sua formação situada e em contínua transformação.

A memória, por sua vez, mostrou-se elemento constitutivo dessas identidades, por estabelecer a ponte entre passado e presente, permitindo que indivíduos e grupos se reconheçam como parte de uma continuidade histórica (Assmann, 2008; Candau, 2021). Em um contexto de identidades cada vez mais híbridas e transnacionais (Hall, 2014), a transmissão e a evocação da memória tornam-se fundamentais para sustentar processos de identificação.

As bibliotecas públicas, ao preservarem acervos, registrarem experiências e promoverem práticas de rememoração, contribuem para que o passado seja reinterpretado e ressignificado nas vivências do presente, articulando memória, patrimônio e experiência social. Assim, ao articular memórias individuais e coletivas, essas instituições contribuem para que as identidades sejam continuamente reconstruídas a partir das interações sociais e do acesso às informações que sustentam a trajetória dos sujeitos e das comunidades.

A ampliação do conceito de patrimônio, que deixou de ser entendido apenas como herança histórica para abarcar as diversas expressões simbólicas da cultura coletiva, exigiu novas metodologias de registro, classificação e difusão desse universo ampliado. Bibliotecas, arquivos e museus passaram a enfrentar não somente o desafio de gerir acervos mais diversos, mas também a necessidade de formar profissionais capazes de lidar com processos de apropriação cultural e mediação de sentidos (Costa, 2020). Nesse contexto, as bibliotecas públicas consolidaram-se como centros culturais dinâmicos, demandadas socialmente como espaços de acesso democrático ao patrimônio em suas múltiplas dimensões. Essa transformação reforçou a urgência de repensar seu papel, não mais restrito à guarda documental, mas voltado à valorização do patrimônio, à construção de memórias coletivas e ao fortalecimento identitário das comunidades.

A redefinição do patrimônio como processo ativo, não como objeto estático, permitiu compreender criticamente suas dimensões culturais, sociais e políticas. Ao abandonar a visão essencialista que o reduzia a monumentos e bens materiais com valor intrínseco, permitiu-se evidenciar que seu significado é sempre construído socialmente, por meio de negociações, disputas e performances que atualizam continuamente o passado no presente. Essa perspectiva desloca o foco da materialidade para o valor simbólico, afetivo e comunitário dos bens, reconhecendo o patrimônio como discurso e como território de disputa de narrativas. Cada ritual de preservação, visita guiada, protesto ou celebração reitera e, ao mesmo tempo, reinventa os sentidos do patrimônio, evidenciando sua natureza política e o seu impacto direto na afirmação ou contestação de identidades no presente.

A distinção entre patrimônio material e imaterial torna-se, assim, insuficiente, como argumenta Smith (2006), pois o que se preserva verdadeiramente são valores, sentimentos e práticas que constituem a memória e a identidade dos grupos sociais. O patrimônio imaterial, danças, rituais, linguagens, culinárias, narrativas, revela o papel ativo das comunidades na construção e manutenção de suas referências culturais, configurando um processo dinâmico, sempre renovado e negociado (Arantes, 2001; Tamaso, 2005).

Compreender o patrimônio como construção viva permite reconhecer suas tensões internas, especialmente diante das forças hegemônicas que tendem a selecionar memórias “positivas” e silenciar lembranças dissonantes. É nesse campo de disputas que as bibliotecas ganham protagonismo, pois seus acervos, documentos

e práticas preservam múltiplas narrativas. Assim, ao mesmo tempo em que resguardam o passado, tornam-se espaços onde identidades, memórias e patrimônios se confrontam, se afirmam e se reinventam continuamente.

Tornou-se evidente que o patrimônio deve ser compreendido como um processo social ativo, permeado por disputas, performances e negociações que moldam continuamente a memória coletiva e as identidades sociais. Nesse cenário, a atuação da pessoa bibliotecária em bibliotecas públicas mostrou-se central, pois suas escolhas de seleção, organização e divulgação de acervos jamais são neutras, refletem valores, visões de mundo e, por vezes, silenciam vozes historicamente marginalizadas.

O acervo, assim, pode funcionar como um discurso autorizado do patrimônio, legitimando determinadas narrativas em detrimento de outras. Somado a isso, as tensões que emergem em torno de monumentos, coleções e práticas comemorativas revelam que o patrimônio não é um conjunto estático de objetos, mas uma arena política de disputa simbólica, na qual grupos reivindicam o direito de representar e reconfigurar suas memórias. É nesse campo de debates que instituições como a Biblioteca Pública Benedito Leite desempenham papel decisivo, ao mediar saberes, valorizar narrativas plurais e fomentar o diálogo crítico, transformando o patrimônio de um repositório hegemônico em uma plataforma polifônica capaz de promover justiça epistêmica, inclusão cultural e novos modos de pertencimento social.

As trajetórias analisadas revelaram que o vínculo dos participantes com os livros e com os espaços de leitura se constrói de forma fragmentada, tardia e profundamente influenciada pelas condições socioculturais de cada sujeito. Os discursos evidenciaram que as bibliotecas, embora reconhecidas como “arcas de memória” e depositárias da “magia das letras” (Assmann, 2011), não estiveram presentes de maneira contínua ou estruturante na formação leitora durante a infância e adolescência. Ao contrário, o primeiro contato efetivo com essas instituições ocorreu majoritariamente na universidade, mediado por professores que atuaram como instâncias mobilizadoras da experiência informacional. Tal achado escancara a lacuna histórica da educação básica em integrar a biblioteca como espaço pedagógico e formativo, reforçando a distância entre a função idealizada dessas instituições e a realidade vivenciada pelos sujeitos.

A identidade leitora emerge, assim, como resultado de um processo multifacetado, ancorado na memória afetiva familiar, nas experiências escolares e nas

motivações pessoais, compondo trajetórias de iniciação tardia e de descobertas que somente se consolidam em etapas avançadas da escolarização. As bibliotecas, nesse sentido, vão além de sua materialidade e tornam-se espaços dinamizadores de sociabilidades, autoformação e pertencimento, lugares em que diferentes mundos simbólicos e experiências coletivas se cruzam, ganham forma e constituem sentidos.

A análise dos quadros de vida permitiu compreender que a construção identitária relacionada à leitura é inseparável dos processos de memória e das interações que os sujeitos estabelecem com os lugares culturais de suas cidades. As narrativas mostraram que essa identidade não se vive de forma estática, mas se reconstrói continuamente por meio da evocação, da imaginação e da capacidade de atribuir novos sentidos ao passado (Assmann, 2011; Erll, 2012; Jelin, 2002).

Nesse movimento, emerge com força o papel dos espaços culturais, bibliotecas, museus, centros de cultura, praças, como territórios intersubjetivos nos quais memórias individuais e coletivas se entrelaçam e orientam a constituição do sujeito. A biblioteca pública, especialmente, apresenta-se como peça central desse patrimônio simbólico, ao fomentar práticas de leitura, criar oportunidades de encontro e possibilitar a ancoragem de diferentes trajetórias identitárias.

Os discursos revelam que, embora o acesso tenha sido tardio, a relação com a biblioteca assume um caráter estruturante, funcionando como espaço de iniciação cultural, democratização da informação e construção de sentidos. Esse conjunto de experiências confirma que a identidade leitora e cultural dos participantes é forjada na articulação entre vida cotidiana, mediações institucionais e pertencimentos afetivos, apontando para o papel fundamental que a Biblioteca Pública Benedito Leite desempenhará nos capítulos seguintes enquanto território de memória, formação e transformação social.

As narrativas revelam que a construção de um vínculo identitário com a Biblioteca Pública Benedito Leite antecede a frequência assídua e nasce das formas diversas pelas quais os sujeitos se aproximaram desse espaço ao longo da vida. Seja pela mediação da família, por necessidades acadêmicas ou por encontros fortuitos no centro histórico, essas primeiras interações mostram que a biblioteca não é apenas um edifício ou um repositório, mas um território simbólico capaz de produzir pertencimento, reconhecimento e sentido. Ao apropriarem-se da biblioteca como lugar de estudo, refúgio, convivência ou fruição cultural, os usuários transformam o

patrimônio em componente ativo de suas identidades, reafirmando a função social e cidadã da instituição.

Contudo, o discurso também evidencia tensões, visto que a mesma imponência que inspira admiração pode gerar estranhamento, e a grandiosidade arquitetônica, quando percebida como distante, produz barreiras simbólicas que limitam o sentimento de pertencimento. Essa ambivalência dá visibilidade ao patrimônio dissonante, no qual o que deveria unir pode separar, tornando a biblioteca, simultaneamente, espaço de acolhimento para alguns e de intimidação para outros. Assim, as primeiras experiências com a BPBL articulam de modo complexo memória, identidade, afeto e desigualdade, delineando o caráter heterogêneo de sua recepção social.

Ao longo das narrativas, tornou-se evidente que a BPBL não atua somente como depositária de livros, mas como instituição de memória cuja presença acompanha os sujeitos, sobretudo na vida adulta, quando a formação acadêmica e a atuação profissional os conduzem a uma relação mais estreita com o espaço. Nesse momento, a biblioteca deixa de ser percebida como “ponto morto” e é ressignificada como centro vivo de produção cultural, científica e afetiva, capaz de impulsionar pesquisas, acolher projetos e fortalecer trajetórias pessoais.

Entretanto, os discursos também revelam a consciência crítica de seus frequentadores diante da vulnerabilidade das instituições culturais no Brasil, marcada por descaso, descontinuidade política e falta de investimentos. Assim, a relação com a BPBL não se limita à fruição, mas incorpora uma dimensão de vigilância e resistência, em que defender a biblioteca é defender a memória, a cultura e o direito coletivo ao patrimônio. Simultaneamente, as lembranças evocadas pela experiência no espaço, tais como recordações da infância, encontros sociais e rituais de pesquisa, demonstram que identidade e memória são continuamente reconstruídas por meio de interações intersubjetivas. A biblioteca torna-se, portanto, território de socialização, afeto e continuidade cultural, fortalecendo o sentimento de pertencimento à cidade e à sua história, ao mesmo tempo em que sustenta a formação das gerações futuras.

A análise das narrativas evidencia que a Biblioteca Pública Benedito Leite atua como um centro cultural vivo, no qual memória, patrimônio e identidade se entrelaçam em um processo contínuo de produção de sentidos. Sua função ultrapassa a guarda documental ao transformar a informação em recurso identitário ativo, possibilitando que os sujeitos se reconheçam nos acervos, nas práticas, nas ações culturais e nos

repertórios simbólicos que o espaço mobiliza. Nessa dinâmica, a biblioteca afirma seu papel como instituição de memória que não apenas preserva, mas atualiza e negocia significados, incorporando diferentes vozes e deslocando a lógica eurocentrada que historicamente moldou os sistemas de conhecimento. A perspectiva intercultural crítica permite compreender esse movimento como prática anticolonial, orientada à inclusão de epistemologias subalternizadas e à promoção de relações horizontais de saber.

A apropriação ativa da BPBL pelos frequentadores, seja em atividades culturais, pesquisa, escrita ou convivência, confirma seu papel como espaço contra-hegemônico, produtor de identidades e fomentador de cidadania crítica. Assim, a instituição revela-se como território simbólico onde passado e presente se articulam, reforçando pertencimentos, fortalecendo memórias sociais e ressignificando histórias individuais dentro de um quadro coletivo em constante construção.

Ao articular materialidade, experiência urbana, narrativas históricas e vivências cotidianas, a BPBL constitui-se como espaço performativo do patrimônio, no qual os sujeitos constroem e reconstroem suas identidades em diálogo com o ambiente físico e os repertórios culturais que ele convoca. A instituição opera como “lugar de memória”, sustentando a evocação de experiências individuais e coletivas, ao mesmo tempo que expõe tensões inerentes ao patrimônio dissonante, já que a monumentalidade pode gerar pertencimento ou exclusão, dependendo das trajetórias socioculturais dos visitantes. Esse caráter ambivalente reforça que a memória institucional não é neutra: é permanentemente disputada, reinterpretada e politicamente situada.

Ao promover práticas culturais como a Terça do Cordel, ao abrigar manifestações de patrimônio imaterial e ao manter vivo o diálogo com o passado maranhense, a BPBL torna-se agente ativo na ressignificação do patrimônio, ampliando seu alcance para além da preservação arquitetônica e permitindo que grupos historicamente marginalizados expressem e legitimem suas próprias narrativas. Nessa convergência entre memória social, patrimônio vivo e experiência subjetiva, a biblioteca reafirma seu papel como arena pública de produção identitária, espaço de democratização cultural e instância fundamental na construção de referenciais que orientam o modo como os sujeitos compreendem a si mesmos e seu lugar no mundo, demonstrando elementos que indicam para a confirmação da tese desta pesquisa.

As representações analisadas evidenciaram que a BPBL é percebida pela coletividade como um espaço de cultura que acompanha o sujeito ao longo de toda a vida, estimulando vocações, impulsionando a criatividade e contribuindo para a formação da memória afetiva desde a infância até a idade adulta. Ao ser evocada como lugar que “aprimorou a vocação de escritor” ou como “instrumento para alcançar um objetivo na vida”, a biblioteca é reconhecida não como um repositório de livros, mas como parceira ativa nas trajetórias formativas, educativas e profissionais.

Nesse sentido, memória e patrimônio não aparecem como lastros estáticos, e sim como recursos identitários que permitem ao indivíduo projetar-se no mundo, redefinir horizontes de possibilidade e experimentar mobilidade social. A BPBL se consolida, assim, como equipamento cultural dinâmico, capaz de articular dimensões afetivas, educativas, sociais e simbólicas, produzindo identidades, fortalecendo vínculos comunitários e reafirmando seu papel na construção contínua de quadros de sentido que orientam o pertencimento e a cidadania.

Ao mesmo tempo, os discursos reforçaram a imagem da BPBL como guardiã da memória, do patrimônio e da identidade ludovicense, ancorada em sua historicidade, na materialidade do prédio e na densidade simbólica do acervo. A associação à “Atenas Brasileira” e a representação da biblioteca como “templo” evidenciam um núcleo de orgulho e distinção cultural, no qual a instituição é compreendida como marco urbano, intelectual e afetivo, elo entre gerações e lugar de reencontro com a cultura maranhense.

Contudo, as vozes que tensionam esse imaginário, ao problematizar o eurocentrismo, a seletividade das narrativas oficiais e a dissonância patrimonial, mostram que a BPBL é, simultaneamente, patrimônio celebrado e território de disputa. Longe de fragilizar a instituição, essa ambivalência a torna mais complexa, por explicitar que memória e identidade são continuamente negociadas, reafirmando a biblioteca como espaço vivo em que diferentes sujeitos, experiências e histórias se cruzam, se confrontam e se reinterpretam.

Portanto, as representações também evidenciaram que a BPBL se inscreve em um cenário marcado por precarização estrutural, descontinuidade de políticas públicas e “automaticidade do tempo”, no qual a pressão produtivista reduz o lugar social da fruição cultural. Ainda assim, a instituição aparece como foco de resistência, sustentada pela resiliência de trabalhadores e usuários que a mantêm viva apesar das limitações materiais. Ao ser vivida como amiga, refúgio, ponto de encontro e espaço

de pausa, a biblioteca afirma-se como patrimônio imaterial em movimento, constituído pelas relações, afetos e práticas que abriga.

Essa dimensão relacional confirma que a BPBL não apenas preserva documentos, mas participa ativamente da construção, manutenção e representação de referenciais identitários, ao articular memória, patrimônio e identidade em meio a tensões, desigualdades e transformações sociais. Desse modo, a instituição se projeta como arena crítica e necessária para a democratização da cultura, a justiça memorial e a reinvenção coletiva de modos de ser e estar em São Luís.

A Biblioteca Pública Benedito Leite pode ser compreendida como uma ambiência sociocultural na qual se produzem representações identitárias, uma vez que suas práticas, acervos, memórias e referências patrimoniais participam da construção de sentidos que orientam as experiências simbólicas e sociais de seus frequentadores. As trajetórias leitoras, atravessadas por descobertas tardias, ausências formativas e vínculos afetivos, revelam que a relação com a biblioteca não se limita ao acesso a serviços, mas envolve processos profundos de reconhecimento de si e do outro. Nos usos cotidianos, nos percursos urbanos que levam ao prédio centenário, na maneira como o espaço físico desperta pertencimento ou estranhamento, a BPBL opera como mediadora de experiências que transformam o patrimônio material em vivência subjetiva, ativando memórias e produzindo identidades.

Essa dimensão se intensifica quando se observa o papel da instituição como centro de memória e patrimônio cultural. O acervo, as ações formativas e as manifestações imateriais abrigadas pela biblioteca constituem práticas interculturais que rompem com narrativas hegemônicas e abrem espaço para epistemologias plurais, ampliando a participação de sujeitos historicamente silenciados na produção de sentidos culturais. Assim, o patrimônio deixa de ser uma abstração e se converte em instrumento ativo de reconhecimento, negociação e reconstrução do passado. Paralelamente, as representações atribuídas à BPBL, tais como templo cultural, guardiã da identidade ludovicense, lugar de afeto, estímulo intelectual e também território de dissonância, revelam que a instituição é vivida simultaneamente como herança e projeto, como memória e desejo, como estabilidade e crítica.

Converge-se, portanto, à compreensão de que a BPBL não apenas preserva registros, mas age como uma ecologia simbólica onde se produzem vínculos, pertencimentos, disputas e reelaborações contínuas. Desse modo, confirma-se a tese

de que a biblioteca constitui um patrimônio vivo que articula, de forma dinâmica, memória e identidade, desempenhando papel decisivo na formação dos sujeitos e na coesão sociocultural da coletividade.

Cabe destacar, quanto às limitações deste estudo, que sua análise concentrou-se exclusivamente no contexto da Biblioteca Pública Benedito Leite, o que impossibilita comparações diretas com outras bibliotecas públicas que poderiam ampliar a compreensão das dinâmicas observadas. Reconhece-se que a BPBL ocupa um lugar relativamente privilegiado nas políticas culturais e no segmento do livro, leitura e bibliotecas no Maranhão, ainda que esse fortalecimento seja recente e marcado por sucessivos desafios, como fechamentos, longos períodos de reforma e insuficiência de recursos, conforme evidenciado ao longo da pesquisa. Tal condição a distingue, em certa medida, da realidade de muitas bibliotecas públicas brasileiras, que enfrentam carências ainda mais profundas em termos de investimento, acervo, infraestrutura, profissionais e políticas contínuas de manutenção e desenvolvimento.

Adicionalmente, a ausência de uma observação prolongada das interações cotidianas na biblioteca constitui outra limitação relevante, pois o estudo não incorporou um acompanhamento etnográfico continuado que permitiria observar, em profundidade, as práticas informacionais, culturais e relacionais que emergem no uso diário dos espaços. Tal abordagem poderia revelar nuances das mediações, dos fluxos de circulação, dos modos de apropriação do ambiente e das dinâmicas intersubjetivas que os participantes somente mencionaram em seus relatos.

Soma-se a isso a existência de lacunas nos registros históricos e administrativos da instituição, que, embora não inviabilizem a análise, restringiram uma compreensão mais ampla e detalhada de certos momentos da trajetória institucional da BPBL. Esses limites documentais impediram reconstruções mais completas sobre processos internos, políticas de gestão e transformações estruturais que poderiam enriquecer a contextualização histórica e a interpretação dos achados.

Como desdobramentos futuros, destaca-se a necessidade de aprofundar investigações sobre o patrimônio dissonante no contexto das bibliotecas públicas, examinando como conflitos de memória, tensões simbólicas e narrativas concorrentes moldam percepções de pertencimento e influenciam a construção identitária dos sujeitos. Da mesma forma, estudos voltados à mediação intercultural e às práticas decoloniais podem contribuir para compreender de que modo epistemologias não hegemônicas, especialmente saberes afro-indígenas e conhecimentos comunitários,

podem ser incorporadas às políticas de acervo, às ações culturais e às metodologias de mediação informacional, promovendo uma atuação bibliotecária mais plural e crítica.

Soma-se a isso a relevância de pesquisas comparativas entre bibliotecas públicas, tanto no Maranhão quanto em outras regiões, a fim de identificar convergências, contrastes e modelos distintos de articulação entre memória, identidade e patrimônio. Tais comparações podem evidenciar práticas inovadoras, apontar fragilidades estruturais e fornecer subsídios para a formulação de estratégias que fortaleçam o papel social, cultural e epistêmico das bibliotecas em diferentes contextos socioterritoriais.

Pesquisas futuras podem dedicar-se ao mapeamento internacional de experiências de bibliotecas públicas interculturais, realizando análises comparativas em países da América Latina. Esse esforço possibilitaria identificar práticas consolidadas, políticas públicas, estratégias de mediação e modelos de gestão que já operam sob perspectivas interculturais críticas, ampliando o repertório teórico e metodológico disponível. Ao comparar diferentes contextos, permite-se compreender soluções inovadoras, desafios recorrentes e caminhos possíveis para a consolidação de bibliotecas que promovam justiça epistêmica, participação comunitária e valorização de saberes diversos. Tal mapeamento também permitiria avaliar como a interculturalidade é institucionalizada e quais dimensões permanecem subexploradas nas políticas informacionais globais.

Outro desdobramento importante consiste no desenvolvimento de estudos que proponham modelos de implementação da interculturalidade em contextos socioculturais distintos, analisando como esse paradigma pode ser adaptado às especificidades culturais, políticas e econômicas de cada país. Essa abordagem deve considerar memórias locais, epistemologias comunitárias, identidades coletivas e desigualdades estruturais que moldam o uso das bibliotecas.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Pedro. Para uma teoria da socialização. **Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, Porto, v. 21, p. 121-139, 2011.

ACADEMIA MARANHENSE DE LETRAS. **Alfredo de Assis Castro**: perfil do fundador. São Luís: AML, 2024b. 1 p. Disponível em: https://academiamaranhense.org.br/fundadores/alfredo-de-assis-castro/. Acesso em: 04 ago. 2024.

ACADEMIA MARANHENSE DE LETRAS. **Antônio Francisco Leal Lôbo**: perfil do patrono. São Luís: AML, 2024a. 1 p. Disponível em: https://academiamaranhense.org.br/patronos/antonio-lobo/. Acesso em: 04 ago. 2024.

ACHILLES, Daniele; KORNALEWSKI, Alex Medeiros. Comunidade de práticas: revisão sistemática em prol das bibliotecas públicas. **Bibliotecas Escolares em Revista**, Ribeirão Preto, v. 7, n. 2, p. 141–162, 2021. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.2238-5894.berev.2021.184383.

ACHILLES, Daniele Dutra da Rosa; SILVA, Renata Oliveira da. Biblioteca pública no Brasil: lugar habitado? **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 18, n. 3 (Melhores Trabalhos do CBBD 2022), p. 1-12, 2022.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. 236 p.

ALBUQUERQUE, Daniela Eugênia Moura de; SILVEIRA, Murilo Artur Araújo da. O Patrimônio Documental na literatura científica nacional da Ciência da Informação: pressupostos teóricos e práticos. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 29, p. 126150, 2023. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/126150. Acesso em: 13 jul. 2025.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **Biblioteca pública**: avaliação de serviços. Londrina: Eduel, 2013. 297 p.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez. 2009. Disponível em: https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/170/170. Acesso em: 20 ago. 2022.

ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo Francisco. Biblioteca pública: ingênua, astuta e crítica. **Revista Eletrônica da ABDF**, [S.l.], v. 5, n. 1, p. 48-67, jan./jun. 2021. Disponível em: https://www.abdf.org.br/revista/index.php/abdf/article/view/151. Acesso em: 20 set. 2025.

ALMEIDA, Daniela Pereira dos Reis de et al. Paradigmas contemporâneos da Ciência da Informação: a recuperação da informação como ponto focal**. Revista Eletrônica Informação e Cognição**, Marília, SP, v. 6, n. 1, p. 16-27, 2007.

ALMEIDA, Luiza Silva. **O trabalho de memória em espaços públicos**: o papel da Biblioteca de São Paulo na ressignificação do Carandiru. 2021. 109 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, Brasília, 2021.

ALVARES, Lilian; ARAÚJO JÚNIOR, Rogério Henrique de. Marcos históricos da ciência da informação: breve cronologia dos pioneiros, das obras clássicas e dos eventos fundamentais. **TransInformação**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 195-205, set./dez. 2010.

ALVES, Marcus Rei de Lima. **Biblioteca pública e pessoas em situação de rua**: elementos para a construção de uma abordagem crítica. 2024. 297 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

ALVES, Renata Carmo. **As faces de Maria**: ecos de Maria Firmina dos Reis em Lélia Gonzalez, Djamila Ribeiro e Marielle Franco. 111 f. 2019. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2019.

AMARAL, Fernanda Vasconcelos; CORRÊA, Elisa Cristina Delfini. Contribuições da Biblioteconomia e Ciência da Informação para a gestão de bibliotecas universitárias. **RDBCI**: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, SP, v. 18, n. 00, p. e020008, 2020. DOI: 10.20396/rdbci.v18i0.8659172.

ANDRADE, Rosane Maria Nunes. Bibliotecas: lugar de memória e de preservação – o caso da Biblioteca Nacional do Brasil. **Patrimônio e Memória**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 17-34, jun. 2009.

ARANTES, Antonio Augusto. Patrimônio imaterial e referências culturais. **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 147, p. 129-139, out./dez. 2001.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila de. Um mapa da Ciência da Informação: história, subáreas e paradigmas. **ConCI:** Convergências em Ciência da Informação, Aracaju, v. 1, n. 1, p. 47–72, 2018.

ARAÚJO, Carlos Alberto Avila. Condições teóricas para a integração epistemológica da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia na Ciência da Informação. **InCID**: Revista de Ciência da Informação e Documentação, Ribeirão Preto, Brasil, v. 2, n. 2, p. 19-41, 2011. Disponível em: https://revistas.usp.br/incid/article/view/42349. Acesso em: 12 jul. 2025.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Epistemologia da Arquivologia: fundamentos e tendências contemporâneas. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 42, n. 1, p. 50-63, jan./abr. 2013. Disponível em: https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1394/1572. Acesso em: 12 jul. 2025.

ARAÚJO, Leda Maria. **Diretrizes para elaboração de uma política pública para bibliotecas públicas no Brasil**. 2022. 252 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Marília, SP, 2022.

ARBOIT, Aline Elis; BUFREM, Leilah Santiago; KOBASHI, Nair Yumiko. A institucionalização da Ciência da Informação no Brasil sob a ótica da evolução quantitativa dos cursos de graduação na área. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 21, n. 1, p. 145–158, jan./abr. 2011.

ARRUDA, Renato Fonseca. **Patrimônio cultural, sistemas e ações articuladas**: a experiência de Cáceres e a formação de um sistema de preservação. 2014. 161 f. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: https://bibliotecadigital.iphan.gov.br/items/d028e90b-4ed5-4ad2-bd8a-1361911787a5. Acesso em: 13 jul. 2025.

ASSIS, Leonardo da Silva de. **Biblioteca pública e suas dinâmicas sociais**: o Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo (1984-1996). 2022. 313 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Tradução Paulo Soethe. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2011. 453 p.

ASSMANN, Jan. Communicative and cultural memory. *In*: ERLL, Astrid; NÜNNING, Ansgar (Ed.). **Cultural memory studies**: an international and interdisciplinary handbook. Berlin; New York: De Gruyter, 2008. p. 109-118.

AUGUSTO, Thaís Gimenez da Silva; CALDEIRA, Ana Maria de Andrade; CALUZI, João José; NARDI, Roberto. Interdisciplinaridade: concepções de professores da área Ciências da Natureza em formação em serviço. **Ciência & Educação**, [*S.l.*], v. 10, n. 2, p. 277–289, 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ciedu/a/k4tGvBc6G83p7qDJ9tcP4LL/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 24 mar. 2024.

AZEVEDO, Fabiano Cataldo de. 200 anos da Primeira Biblioteca Pública do Brasil: considerações histórico-biblioteconômicas acerca dessa efeméride. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 17, n. 2, p. 2-25, 2012. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22782. Acesso em: 3 ago. 2024.

AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de. A mediação do patrimônio no agenciamento informacional na construção da memória: reflexões a partir da perspectiva arqueológica. **RACIn**: Revista Analisando em Ciência da Informação, João Pessoa, v. 8, n. 1, p. 61-70, jan./jun. 2020.

BAPTISTA, Michele Marques. A importância da interculturalidade nas bibliotecas universitárias: reflexões e perspectivas. **Encontros Bibli:** revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 29, p. 1-17, 2024. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/97797. Acesso em: 01 dez. 2024.

BARBIER, Frédéric. **Historia del libro**. Traducido por Patricia Quesada Ramírez. Madrid: Alianza Editorial, SA, 2005. 398 p.

BARBOSA, Luciene Leal da Costa. **Monumentos históricos e a cultura local**: um olhar sobre o Complexo Cultural de São Francisco. 2014. 62 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Fundamentos da Educação) – Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2014.

BARROS, José D'Assunção. História e memória: uma relação na confluência entre tempo e espaço. **Mouseion**, v. 3, n. 5, jan./jul. 2009.

BATCHELOR, Susan; FRASER, Alistair; WHITTAKER, Lisa; LI, Leona. Precarious leisure: (re)imagining youth, transitions and temporality. **Journal of Youth Studies**, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 93–108, 2020. DOI: https://doi.org/10.1080/13676261.2019.1710483.

BATTLES, Matthew. **A conturbada história das bibliotecas**. Tradução João Vergílio Gallerani Cuter. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2003. 243 p.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. 110 p.

BEFFA, Maria Lucia; NAPOLEONE, Luciana Maria. Patrimônio bibliográfico e documental: o papel das bibliotecas universitárias. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS (SNBU), 20., 2018, Salvador. **Anais eletrônicos** [...]. Salvador: SNBU, 2018. p. 541-554. Disponível em: http://repositorio.febab.org.br/items/show/5714. Acesso em: 10 jul. 2025.

BELTRÁN, Joaquín. **La interculturalidad**. Barcelona: Editorial UOC, 2015. 106 p.

BEMBEM, Angela Halen Claro; OLIVEIRA, Henry Poncio Cruz; SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa. O paradigma social e o tempo do conhecimento interativo: perspectivas e desafios para a arquitetura da informação pervasiva. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 20, n. 4, p. 181-196, 2015.

BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues. Biblioteca pública e sua atuação na sociedade: um olhar sobre a Agenda 2030. **Revista Fontes Documentais,** Aracaju, v. 5, n. 1, p. 57-71, 2022. Disponível em: https://periodicos.ifs.edu.br/periodicos/fontesdocumentais/article/view/1354. Acesso em: 05 set. 2024.

BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues. Gestão do Conhecimento e empoderamento: construção de uma política de atuação local da Biblioteca Pública Cearense. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. **Anais eletrônicos** [...] São Paulo: ANCIB, 2018. p. 1-20. Disponível em: http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIX_ENANCIB/xixenancib/paper/view/1176/1573. Acesso em: 15 nov. 2025.

BICALHO, Lucinéia Maria; BORGES, Mônica Erichsen Nassif. Transdisciplinaridade na Ciência da Informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003. **Anais eletrônicos** [...] São Paulo: ANCIB, 2003. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/174456. Acesso em: 20 abr. 2024.

BICALHO, Lucinéia Maria; OLIVEIRA, Marlene. Aspectos conceituais da multidisciplinaridade e da interdisciplinaridade e a pesquisa em Ciência da Informação. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 1–26, 2011.

BICALHO, Lucinéia; OLIVEIRA, Marlene. Transdisciplinaridade nas ciências: o lugar da ciência da informação. *In*: ENCONTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DA COMPLEXIDADE, 1., 2005. **Anais eletrônicos** [...] Curitiba: UFPB, 2005. p. 1-10. Disponível em: https://docplayer.com.br/26535248-Transdisciplinaridade-nas-ciencias-o-lugar-da-ciencia-da-informacao.html. Acesso em: 20 ago. 2022.

BORGES, Luís Cláudio. **Mediação da informação para inclusão social em bibliotecas públicas:** experiências nas cidades de São Paulo e Jacareí. 2021. 226 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

BORKO, H. Information science. What is it? **American Documentation**, v. 19, n. 1, p. 3-5, 1968.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**: o que falar quer dizer. 1. ed. São Paulo: EDUSP, 2018. 192 p.

BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. *In*: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (org.). **Escritos de Educação**. 16. ed., Petrópolis: Vozes, 2015. p. 65-71.

BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger; DARNTON, Robert. Dialogue à propos de l'histoire culturelle. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, v. 59, p. 86-93, set. 1985. Disponível em: https://doi.org/10.3406/arss.1985.2276. Acesso em: 02 mar. 2025.

BRAGA, Maria de Fátima Almeida. Biblioteca pública Benedito Leite, um campo para a ilustração e para enriquecer a alma. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013. **Anais eletrônicos** [...] Florianópolis, SC: FEBAB, 2013. Disponível em: https://portal.febab.org.br/anais/article/view/1276. Acesso em: 28 jul. 2024.

BRAGA, Maria de Fatima Almeida. **Livros, folhetos, jornais, calendários e folhinhas, tudo à venda na botica de Padre Tezinho**: práticas sociais e práticas de leitura nos anúncios dos jornais do século XIX (1820-1831). 2011. 245 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/15092. Acesso em: 28 jul. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.Htm. Acesso em: 10 abr. 2025.

BRASIL. **Decreto N° 3.551, 4 de agosto de 2000**. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm. Acesso em: 10 abr. 2025.

BRASIL. **Decreto-Lei Nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1937. 3 p. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm. Acesso em: 20 fev. 2025.

BRASIL. Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. **Sistema Estadual de Bibliotecas do Maranhão**. Brasília, DF: SNBP, 2024. 1 p. Disponível em: http://snbp.cultura.gov.br/maranhao-ma/#:~:text=A%20partir%20do%20Decreto%20Estadual,a%20coordenar%20diretamente%2C%20todas%20as. Acesso em: 07 set. 2024.

BREDA, Joh Van; SWILLING, Mark. **Transdisciplinary research for transformation in an African context.** Stellenbosch: CST, Stellenbosch University, 2016. 57 p. Disponível em: http://markswilling.co.za/wp-content/uploads/2016/07/Coventry2.pdf. Acesso em: 21 ago. 2022.

BRITO, Tânia Regina de. **Competência em informação no contexto da vulnerabilidade social das pessoas em situação de rua**: um estudo de caso em bibliotecas públicas de Campo Grande (MS). 2023. 425 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2023.

BROOKES, Bertran C. The foundations of Information Science. **Journal of Information Science**, Amsterdam, v. 2, p, 125-133, 1980.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. A perspectiva museológica e a articulação entre informação, memória e patrimônio. *In*: AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de (org.). **Informação, patrimônio e memória**: diálogos interdisciplinares. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015. p. 11-23.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento**: de Gutenberg a Diderot. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. 227 p.

CALABRE, Lia. **Políticas Culturais no Brasil**: dos anos 1930 ao século XXI. Rio de Janeiro: FGV, 2009. 144 p. (Coleção FGV de bolso. Série Sociedade & Cultura).

CALDERÓN GIL, Marcela; SALGADO CHAVES, Lorena; CARRIÓN BONILLA, Roger. Las Bibliotecas públicas como promotoras del envejecimiento activo saludable. **e-Ciencias de la Información**, [Costa Rica], v. 10, n. 1, p. 1-26, ene./jun.

2020. Disponível em: https://doi.org/10.15517/eci.v10i1.38667. Acesso em: 21 set. 2025.

CALHEIROS, Amanda Gomes Bezerra; PRADO, Marcos Aparecido Rodrigues do. Comunidade e biblioteca pública: aproximações sociológicas para se pensar a emergência contemporânea. **LOGEION**: Filosofia da informação, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 199-222, mar./ago. 2023.

CAMPOS, Cleide de Araújo; SILVA, Luciano Campos da; SOUZA, Renata Junqueira de. Biblioteca escolar e formação do leitor literário: desafios, tensões e possibilidades no ensino fundamental. **Revista Brasileira de Alfabetização**, [*S.l.*], n. 23, p. 1-15, 2025.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 2013. 416 p.

CANCLINI, Néstor García. **Diferentes, desiguais e desconectados**: mapas da interculturalidade. 3. ed. São Paulo: Editora da UFRJ, 2009. 284 p.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2021. 219 p.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003. **Anais** [...] Belo Horizonte: Escola de Ciência da informação da UFMG, 2003. 1 CD-ROM. Disponível em: http://www.capurro.de/enancib_p.htm. Acesso em: 20 ago. 2022.
CARDOSO, António Barros. Livrarias e bibliotecas na Europa dos tempos modernos. *In*: UNIVERSIDADE DO PORTO. **The Overarching Issues of the European Space**. Porto: Faculdade de Letras, 2013. p. 361-373. Disponível em: http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/12350.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

CARDOSO, Antonio Luiz Mattos de Souza; MIGUEL, Marcelo Calderari. Biblioteca pública na vitrine científica da BRAPCI: territorialidade e empoderamento social para além da prospecção utópica. **BiblioCanto**, Natal, v. 8, n. 1, p. 91-115, 2022. DOI: 10.21680/2447-7842.2021v7n1ID21867.

CARDOSO, Francilene do Carmo. **A biblioteca pública na (re) construção da identidade negra**. 2011. 89 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense; Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2011.

CARDOSO, Francilene do Carmo; NÓBREGA, Nanci Gonçalves da. A biblioteca pública na (re)construção da identidade negra. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 1-23, 2010. Disponível em: https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/200. Acesso em: 02 mar. 2025.

CARTWRIGHT, Mark. Parthenon. **World History Encyclopedia**, p. 1-3, oct. 2012. Disponível em: https://www.worldhistory.org/parthenon/. Acesso em: 04 ago. 2024.

CARVALHO, Isabel Cristina Louzada; KANISKI, Ana Lúcia. A sociedade do conhecimento e o acesso à informação: para que e para quem? **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 29, n. 3, p. 33-39, set./dez. 2000.

CARVALHO, José Murilo de. Brasil: nações imaginadas. *In*: CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados**: escritos de história e política. 1. reimp. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. p. 233-268.

CASARIN, Thiago da Cunha Martins; CASTRIOTA, Leonardo Barci. Perspectivas na preservação do patrimônio sensível: abordagens iniciais. **Revista Fórum Patrimônio**: Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. 1-18, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/forumpatrimo/article/view/34027. Acesso em: 13 jul. 2025.

CASTELLANOS, Samuel Luis Velázquez; CASTRO, Cesar Augusto; SOUZA, Mateus de Araújo. Os livros escolares no Liceu Maranhense pela imprensa local (1844-1876). **Revista Educação em Questão**, Natal , v. 61, n. 67, e-31816, jan. 2023. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-77352023000100205&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 28 jul. 2024.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 23. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2013. 63 p.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução de Roneide Venancio Majer com a colaboração de Klauss Brandini Gerhardt. 6. ed. rev. ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2002. 700 p. (Coleção A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, v. 1).

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018. 740 p. (Coleção A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, v. 2).

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio cultural**: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo; Belo Horizonte: Anablume; IEDS, 2009. 379 p.

CASTRO FILHO, Cláudio Marcondes de. Biblioteca escolar nos trilhos do século XXI. *In*: CALDAS, Rosângela Formentini; SILVA, Rafaela Carolina da. **Bibliotecas e Hibridez**. Marília, SP: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p. 93-113.

CASTRO, César Augusto (org.). **Leis e Regulamentos da Instrução Pública no Maranhão Império (1835-1889)**. São Luís: EDUFMA, 2023a. 795 p. v. 1.

CASTRO, César Augusto (org.). **Leis e Regulamentos da Instrução Pública no Maranhão República (1892-1930)**. São Luís: EDUFMA, 2023b. 624 p. v. 2.

CASTRO, Cesar Augusto; FURTADO, Luciana Nathalia Morais; VELÁZQUEZ CASTELLANOS, Samuel Luis. E não merecerá a Athenas Brasileira um “Bolo de

Noiva”? Um prédio para a Biblioteca Pública do Maranhão. **Cadernos de História da Educação**, [S.l.], v. 21, p. 1-21, e124, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.14393/che-v21-2022-124. Acesso em: 20 set. 2025.

CASTRO, César Augusto; PINHEIRO, Ana Luiza Ferreira. Trajetória da Biblioteca Pública no Maranhão Provincial. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 4, n. 1, p. 38-50, jul./dez. 2006.

CASTRO, César Augusto; SILVA, Diana Rocha da; CASTELLANOS, Samuel Luís Velázques. A Biblioteca Pública do Maranhão como instituição educacional. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 16, n. 3, p. 255-269, jul./set. 2011.

CASTRO, César Augusto. Biblioteca como lugar de memória e eco de conhecimento: um olhar sobre “O Nome da Rosa”. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 4, n. esp., p. 01-20, 2006.

CAVALCANTE, Lídia Eugenia. Patrimônio digital e informação: política, cultura e diversidade. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis/SC, Brasil, v. 12, n. 23, p. 152–170, 2007. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2007v12n23p152. Acesso em: 13 jul. 2025.

CAVALHEIRO, Marcos Ulisses; SANTOS, Cibele Araujo Camargo Marques dos. Ciência da informação e arquivologia: (re)aproximações conceituais. **Informação & Informação**, Londrina, v. 26, n. 1, p. 136-160, 2021. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/40289. Acesso em: 12 jul. 2025.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994, 2 v.

CHAGAS, Mario. Casas e portas da memória e do patrimônio. *In*: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (org.). **O que é memória social**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2005. p. 115-132.

CHARMAZ, Kathy. Mostragem teórica, saturação e classificação. *In*: CHARMAZ, Kathy. **A construção da teoria fundamentada:** um guia prático para análise qualitativa. Tradução de Joice Elias Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009. p. 134-168.

CHERQUES, Hermano Roberto Thiry. Saturação em pesquisa qualitativa: estimativa empírica de dimensionamento. PMKT: **Revista Brasileira de Pesquisas de Marketing, Opinião e Mídia,** São Paulo, v. 3, p. 20-27, 2009. Disponível em: https://revistapmkt.com.br/wp-content/uploads/2009/03/SATURACAO_EM_PESQUISA_QUALITATIVA_ESTIMATIVA_EMPIRICA_DE_DIMENSIONAMENTO.pdf. Acesso em: 03 set. 2025.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Trad. Luciano Vieira Machado; São Paulo: Ed. UNESP, 2006. 283 p.

CHOAY, Françoise. **O patrimônio em questão**: antologia para um combate. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011. 184 p.

CHRONICA MARANHENSE. **Numeros 37, 38, 39 e 40**. Segunda-feira, 28 de maio, anno de 1838. [São Luís]: Typographia Constitucional de J. I. Portugal, 1838a. p. 149-164.

CHRONICA MARANHENSE. **Numeros 45**. Quinta-feira, 14 de junho, anno de 1838. [São Luís]: Typographia Constitucional de J. I. Portugal, 1838b. p. 181-184.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória:** sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

CHUVA, Marcia. Possíveis narrativas sobre duas décadas de patrimônio: de 1982 a 2002. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, DF, n. 35, p. 79-103, 2017.

CNS. **Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Brasília, DF: CNS, 2012. 12 p.

CNS. **Resolução Nº 510, de 07 de abril de 2016**. Brasília, DF: CNS, 2016. 10 p.

COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução: Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021. 287 p.

CONCEIÇÃO, Valdirene Pereira da. **Modelagem léxico-ontológica do domínio "Patrimônio Cultural de São Luís do Maranhão"**. 2011. 191 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Unesp, Araraquara, 2011.

CORDERO, Kristina; CHIUMINATTO, Pablo; DUNCAN, Sam; VERA, Eglé. Millennials in the stacks: choices, habits and attitudes of frequent library users between the ages of 18–29 in Santiago, Chile. **The International Information & Library Review,** [S.l.], v. 53, n. 1, p. 15–34, 2021. DOI: https://doi.org/10.1080/10572317.2020.1786794.

COSTA, Célia. O Arquivo Público do Império: o Legado Absolutista na Construção da Nacionalidade. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p.217-231, 2000.

COSTA, Jean Henrique; CÂMARA, Hionne Mara da Silva. A impossibilidade estrutural do "ócio criativo" sob a acumulação flexível do capital: estudo crítico da obra de Domenico De Masi. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, [S. l.], v. 4, n. 3, p. 154-171, 2017. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/565. Acesso em: 23 nov. 2025.

COSTA, Joice Dias; PAJEÚ, Hélio Márcio. A importância do ensino da Língua Brasileira de Sinais para a formação do bibliotecário. **BiblioCanto**, Natal, v. 7, n. 1,

p. 1-18, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/bibliocanto/article/view/21867. Acesso em: 15 nov. 2025.

COSTA, Maurício José Morais; CUTRIM, Kláutenys Dellene Guedes; CARVALHO, Conceição de Maria Belfort de. A educação patrimonial como instrumento de reconhecimento e valorização do patrimônio cultural e informacional na Biblioteca Pública Benedito Leite de São Luís, Maranhão. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 180-193, maio/ago. 2019.

COSTA, Maurício José Morais; CUTRIM, Kláutenys Dellene Guedes. A educação patrimonial na Biblioteca Pública Benedito Leite: as contribuições dos serviços educativos para a mediação cultural do patrimônio em São Luís (MA). **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 18, p. 1-20, 2022.

COSTA, Maurício José Morais; CUTRIM, Kláutenys Dellene Guedes. A educação patrimonial na Biblioteca Pública Benedito Leite: as contribuições dos serviços educativos para a mediação cultural do patrimônio em São Luís (MA). **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [São Paulo], v. 18, n. 2, p. 1–20, 2022. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1809. Acesso em: 13 jul. 2025.

COSTA, Maurício José Morais; CUTRIM, Kláutenys Dellene Guedes. Biblioteca pública, memória e educação patrimonial: a atuação interdisciplinar do bibliotecário e do turismólogo nos serviços educativos da Biblioteca Pública Benedito Leite. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 26, n. 4, p. 65-91, dez. 2021a.

COSTA, Maurício José Morais; CUTRIM, Kláutenys Dellene Guedes. Os serviços educativos da biblioteca pública Benedito Leite e a memória de São Luís (MA): análise da percepção dos usuários. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis/SC, Brasil, v. 26, p. 1-21, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/76783. Acesso em: 13 jul. 2025.

COSTA, Maurício José Morais; LUCE, Bruno Fortes; BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues. A Biblioteca Pública Benedito Leite, a divulgação dos serviços de informação e as perspectivas de apropriação do patrimônio cultural em São Luís, Maranhão, Brasil. **Páginas A&B**: arquivos e bibliotecas, [Porto], p. 253-268, 2024. Disponível em: https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasaeb/article/view/13464. Acesso em: 21 set. 2025.

COSTA, Maurício José Morais; LUCE, Bruno Fortes; BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues. O Acervo digital de obras raras da Biblioteca Pública Benedito Leite: contribuições do acesso aberto para o alcance dos objetivos do desenvolvimento sustentável. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 30, p. 136589, 2024. DOI: 10.1590/1808-5245.30.136589. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/136589. Acesso em: 13 jul. 2025.

COSTA, Maurício José Morais; SANTOS, Donny Wallesson dos; CUTRIM, Kláutenys Dellene Guedes; CARVALHO, Conceição de Maria Belfort de. A biblioteca pública Benedito Leite e suas relações com a identidade, sociabilidade e enraizamento da cultura maranhense. **Informação & Informação**, Londrina, v. 25, n. 1, p. 405-426, jan./mar. 2020. DOI: 10.5433/1981-8920.2020v25n1p405.

COSTA, Maurício José Morais; SANTOS, Donny Wallesson dos; CUTRIM, Kláutenys Dellene Guedes. Políticas públicas e o turismo cultural: o potencial turístico cultural da Biblioteca Pública Benedito Leite no Complexo Deodoro em São Luís, Maranhão. **Papers do NAEA**, Belém, v. 1, n. 3, p. 1-16, 2020.

COSTA, Maurício José Morais; SANTOS, Donny Wallesson dos; CUTRIM, Kláutenys Dellene Guedes. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS, 10., 2019. **Anais [...]** Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 2019. 16 p.

COSTA, Maurício José Morais. **A educação patrimonial na Biblioteca Pública do Maranhão:** um estudo acerca dos serviços educativos da Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL). 2020. 178 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2020.

COSTA, Otávio José Lemos. Mapas afetivos: a percepção da paisagem no entorno do campus do Itaperi. *In*: SOUZA, José Arilson Xavier de; OLIVEIRA, Christian Dennys Monteiro de; COSTA, Otávio José Lemos; DOZENA, Alessandro; MARIANO, Neusa de Fátima (org.). **Paisagens patrimoniais e artes na América Latina**. São Luís: EDUEMA, 2022. p. 60–66.

CRIPPA, Giulia. Memória, patrimônio e dissonâncias: ferramentas conceituais e epistemológicas para uma mudança de paradigmas. **Informação & Informação**, Londrina, v. 26, n. 4, p. 2-47, 2021. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/44457. Acesso em: 13 jul. 2025.

CRIPPA, Giulia. Pensando o espaço público do presente: a biblioteca pública em sua função social. **DataGramaZero**, [S.l.], v. 16, n. 2, p. 1-10, 2015. Disponível em: https://cip.brapci.inf.br//download/8404. Acesso em: 15 nov. 2025.

CRUCES ROLDÁN, Cristina. El flamenco como constructo patrimonial: representaciones sociales y aproximaciones metodológicas. **Pasos**: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, La Laguna, v. 12, n. 4, p. 819-835, set./dez. 2014. Disponível em: https://www.pasosonline.org/Publicados/12414/PS0414_12.pdf. Acesso em: 12 jul. 2025.

CRUZ-RÍOS, Paula. Norheya: la autoetnografía y el conocimiento situado, praxis de mi interculturalidad. In: GONZÁLEZ MACHADO, Emilia Cristina; DUQUE CARDONA, Natalia; SANTILLÁN ANGUIANO, Ernesto Israel (coord.). **Los estudios interculturales**: una ventana para el diálogo de saberes desde Abya Yala. Mexicali, Baja California: Universidad Autónoma de Baja California; Medellín: Universidad de Antioquia, Escuela Interamericana de Bibliotecología, 2021. p. 21-46.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

CUNHA, Gaudêncio. **São Luís, 1908*2008**: a cidade no tempo. Fotos de Albani Ramos, texto de Fortunato Zago. São Luís: Instituto da Cidade, 2008. 72 p. Disponível em: https://www.saoluis.ma.gov.br/midias/anexos/1442_saoluis_1908_2008.pdf. Acesso em: 04 ago. 2024.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVANCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008.

CUTRIM, Kláutenys Dellene Guedes. **Patrimônio da Humanidade**: a edificação discursiva da cidade de São Luis nas políticas de preservação do Estado. 2011. 188 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Unesp, Araraquara, 2011.

DAHER JÚNIOR, Francisco José; BORGES, Jussara. Ciência da Informação: uma utopia transdisciplinar? **AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento**, v. 10, n. 2, p. 89-96, mai./ago. 2021.

DAHLBERG, Ingetraut. Teoria do conceito. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 101-107, 1978.

DAMIAN, Ieda Pelógia Martins; CRIPPA, Giulia. Discursos Autorizados e Patrimônios Dissonantes: decolonizando a Memória Cultural. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, São Paulo, v. 14, p. 1-22, 2021. Disponível em: https://revistas.ancib.org/tpbci/article/view/527. Acesso em: 13 jul. 2025.

DANTAS, Fabiana Santos. O patrimônio cultural protegido pelo Estado Brasileiro. *In*: CAMPOS, Juliano Bitencourt; PREVE, Daniel Ribeiro; SOUZA, Ismael Francisco de. (Org.). **Patrimônio cultural, direito e meio ambiente:** um debate sobre a globalização, cidadania e sustentabilidade. Curitiba: Multideia, 2015. p. 31-55. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/texto_especializado.pdf. Acesso em: 10 jun. 2025.

DE LA TORRE, Saturnino; FERNÁNDEZ, José Tejada. Estilos de vida y aprendizaje universitario. **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 44, p. 101-131, 2007.

DE ZAN, Julio. Memoria e identidad. **Tópicos: Revista de Filosofia de Santa Fe (Rep. Argentina)**, Argentina, n. 16, p. 41-67, 2008. Disponível em: https://bibliotecavirtual.unl.edu.ar/publicaciones/index.php/Topicos/article/view/7492/10857. Acesso em: 03 mar. 2025.

DECLARACIÓN DE CARACAS SOBRE LA BIBLIOTECA PÚBLICA. Madri: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1985. 4 p. Disponível em: https://www.inqnable.es/declaracion-de-caracas-sobre-la-biblioteca-publica-1999. Acesso em: 14 set. 2024.

DESCARTES, René. **Discurso sobre o método**. 9. ed. São Paulo: Hemus, 1998. 136 p.

DETONI, Sandro Francisco. **Natureza e patrimônio cultural**: a geomorfologia como referencial metodológico no tombamento de áreas naturais. 2016. 236 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

DIAS, Antônio Gonçalves. Exames nos arquivos dos mosteiros e das repartições públicas para coleção de documentos históricos relativos ao Maranhão. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, [Brasília, DF], v. 1, n. 2, p. 241-250, 1973. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/rbbsb/article/view/28552. Acesso em: 04 ago. 2024.

DIAS, Liliane de Jesus *et al.* Estado-Nação: a emergência da identidade nacional para a consolidação do Estado no Brasil. *In*: FÓRUM IDENTIDADES E ALTERIDADES, 3., 2009. **Anais eletrônicos** [...] Itabaiana, SE: UFS, 2009. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/1028/1/Estado-Nação.pdf. Acesso em: 24 nov. 2019.

DINIZ, Isabel Cristina dos Santos; ALMEIDA, Ana Margarida; FURTADO, Cassia Cordeiro. University libraries: the role of an accessible campus on the inclusion of users with special needs. **Transinformação**, Campinas, v. 31, e180029, 2019. DOI: https://doi.org/10.1590/2318-0889201931e180029.

DODEBEI, Vera. Memória, circunstância e movimento. *In*: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (org.). **O que é memória social**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2005. p. 43-54.

DULTRA, Karyna; VIEIRA, Márcia Polignano. A Institucionalização do Patrimônio Cultural. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p. 1-8, mar. 2014.

DUQUE CARDONA, Natalia *et al*. Pasantías internacionales en Bibliotecología y Ciencias de la Información: una oportunidad para el diálogo de saberes. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, Medelín, v. 46, n. 3, p. e351358, 2023. Disponível em: https://revistas.udea.edu.co/index.php/RIB/article/view/351358. Acesso em: 25 dez. 2024.

DUQUE CARDONA, Natalia; MUÑOZ MAZO, Deiver Alexander; LOPERA MAZO, Juan David. Linguagem, memória e informação: ideias para pensar a Biblioteconomia e a Ciência da Informação. *In*: CARDONA, Natalia Duque (org.). **Lenguaje, memoria e información:** fundamentación para la Bibliotecología y la CI desde Abya-Yala. Florianópolis: Selo Nyota; Rocha, 2023. p. 293-307.

DUQUE CARDONA, Natalia; RESTREPO FERNÁNDEZ, María Camila; VELÁSQUEZ YEPES, Santiago. Lenguaje, memoria e información: un acercamiento a las categorías del núcleo duro de la Ciencia de la Información (ci) y la Bibliotecología Latinoamericanas. *In*: CARDONA, Natalia Duque; SILVA, Franciéle Carneiro Garcés da (org.). **Epistemologias Latino-Americanas na Biblioteconomia e Ciência da Informação:** Bibliotecas desde Abya Yala e as

sociedades e culturas na perspectiva Sul. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2021a. p. 41-66. Selo Nyota. Disponível em: https://www.nyota.com.br/_files/ugd/c3c80a_5d720b4c13d04502a62178fb87ae7678.pdf. Acesso em: 04 jan. 2025.

DUQUE CARDONA, Natalia; RESTREPO FERNÁNDEZ, María Camila; VELÁSQUEZ YEPES, Santiago. Recuperar la memoria de la bibliotecología latinoamericana y del Caribe: los estudios interculturales como ventana de oportunidad. *In*: GONZÁLEZ MACHADO, Emilia Cristina; DUQUE CARDONA, Natalia; SANTILLÁN ANGUIANO, Ernesto Israel (coord.). **Los estudios interculturales**: una ventana para el diálogo de saberes desde Abya Yala. Mexicali, Baja California: Universidad Autónoma de Baja California; Universidad de Antioquia, Escuela Interamericana de Bibliotecología, 2021b. p. 201-222.

DUQUE CARDONA, Natalia; SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da. Perspectivas críticas e justiças epistêmicas nos estudos informacionais: editorial. **Encontros Bibli:** revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 28, Dossiê Especial, p. 1-8, 2023. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/93924. Acesso em: 04 jan. 2025.

DUQUE CARDONA, Natalia; GÓMEZ VELÁSQUEZ, Juan Vicente. La labor bibliotecaria o bibliotecológica: la necesidad de una práctica política en el Sur Global. **Escritos**, Medellín, v. 31, n. 66, p. 106-125, 2023. Disponível em: http://doi.org/10.18566/escr.v31n66.a07. Acesso em: 04 jan. 2025.

DUQUE CARDONA, Natalia. ¿Ciencia de la Información para qué y para quién? Aproximación a los paradigmas de la Ciencia de la Información en el contexto universitário. *In*: DUQUE CARDONA, Natalia; SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da. **Epistemologias Latino-Americanas na Biblioteconomia e Ciência da Informação**: Contribuições da Colômbia e do Brasil. Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora, 2020. p. 45-71.

DUQUE CARDONA, Natalia. Interculturalidad y LIJ: oportunidades para hablar de lo interseccional en la educación lectora. *In*: OCAMPO GONZÁLEZ, Aldo; SÁNCHEZ LARA, Ricardo; LÓPEZ-ANDRADA, Concepción (comp.). **Interseccionalidades críticas Lecturas de lo abyecto, (contra)memorias y educación**. Chile: Centro de Estudios Latinoamericanos de Educación Inclusiva, 2022. p. 44-56.

DUQUE CARDONA, Natalia. La incidencia de la biblioteca en la reducción de las desigualdades sociales: hallazgos y caminos a seguir. **Códices**, Bogotá, v. 14, n. 1, p. 79-113, ene./jun. 2018. Disponível em: https://cnb.gov.co/ojs/index.php/codices/article/view/49. Acesso em: 04 jan. 2025.

DUQUE CARDONA, Natalia; LOPERA MAZO, Juan David; PÉREZ URIBE, Wilson. Capítulo 1 – Abordagens e quadros analíticos para pensar em Biblioteconomia e Ciência da Informação. In: DUQUE CARDONA, Natalia (org.). **Linguagem, memória e informação**: fundamentação para a Bibliotecologia e Ciências da Informação desde Abya Yala. Florianópolis: Selo Nyota; Rocha, 2023. p. 89-141.

DUQUE CARDONA, Natalia; MUÑOZ MAZO, Deiver Alexander; LOPERA MAZO, Juan David. Capítulo 5 – Linguagem, memória e informação: ideias para pensar a biblioteconomia e a ciência da informação. *In*: DUQUE CARDONA, Natalia (org.). **Lenguaje, memoria e información**: fundamentación para la Bibliotecología y la CI desde Abya-Yala. Florianópolis: Selo Nyota; Rocha, 2023. p. 293-307.

DUQUE CARDONA, Natalia; RESTREPO FERNÁNDEZ, María Camila; VELÁSQUEZ YEPES, Santiago. Recuperar la memoria de la bibliotecología latinoamericana y del Caribe: los estudios interculturales como ventana de oportunidad. *In*: GONZÁLEZ MACHADO, Emilia Cristina; DUQUE CARDONA, Natalia; SANTILLÁN ANGUIANO, Ernesto Israel (coord.). **Los estudios interculturales**: una ventana para el diálogo de saberes desde Abya Yala. Mexicali, Baja California: Universidad Autónoma de Baja California; Medellín: Universidad de Antioquia, Escuela Interamericana de Bibliotecología, 2021. p. 201-222.

DUQUE CARDONA, Natalia; RESTREPO-FERNÁNDEZ, María Camila. Paradigma intercultural para las ciencias de la información: una propuesta desde Abya-Yala. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 24., 2024, Vitória. **Anais eletrônicos** [...]. São Paulo: ANCIB, 2024. p. 1-13. Disponível em: https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxivenancib/paper/view/2119. Acesso em: 21 set. 2025.

DUQUE CARDONA, Natalia. Além do método: anarquismo epistemológico em biblioteconomia e ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24., 2023, Vitória. **Anais eletrônicos** [...] São Paulo: ANCIB, 2023. p. 1-15. Disponível em: www.ancib.org.br/enancib/index.php/enancib/xxivenancib/paper/view/2106/1471. Acesso em: 15 nov. 2025.

DUQUE CARDONA, Natalia. **La incidencia de la biblioteca en las desigualdades sociales:** aportes epistemológicos a una Bibliotecología y Ciencia de la Información Latinoamericana. Medellín: Fondo Editorial Biblioteca Pública Piloto; Escuela Interamericana de Bibliotecología, 2019. 169 p.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. Tradução Paulo Neves; revisão de tradução Eduardo Brandão. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 165 p.

ECHO DO NORTE, anno de 1835, sabbado 30 de maio, n. 77. Maranhão, Typographia Constitucional, 1835. p. 309-312. Disponível em: http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/20150904162722.pdf. Acesso em: 03 ago. 2024.

ERLL, Astrid. **Memoria colectiva y culturas del recuerdo**: estudio introductorio. Johanna Córdoba y Tatjana Louis, traductoras. Bogotá: Universidad de los Andes, Facultad de Ciencias Sociales, Departamento de Lenguajes y Estudios Socioculturales, Centro de Estudios Socioculturales e Internacionales; Ediciones Uniandes, 2012. 326 p.

FACHIN, Juliana. Mediação da informação na sociedade do conhecimento. **Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 27, n. 1, p. 25-41, jan./jun. 2013.

FALCONNAT, Ileana Ruth. La biblioteca escolar, un espacio cultural. **Anuario sobre Bibliotecas, Archivos y Museos Escolares,** [S.l.], v. 4, p. 77-83, 2024.

FARIA, Maria Isabel Ribeiro de; PERICÃO, Maria da Graça. **Dicionário do livro**: da escrita ao livro eletrônico. São Paulo: EdUSP, 2008. 768 p.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade**: didática e prática de ensino. 18. ed. São Paulo: Papirus Editora, 2012. 143 p.

FERNANDES, Geni Chaves. Desempacotando o paradigma físico da Ciência da Informação. **LOGEION:** Filosofia da informação, Rio de Janeiro, v. 4 n. 2, p. 100-119. mar./ago. 2018.

FERNANDES, Henrique Costa. **Administradores maranhenses**: 1822-1929. São Luís: Instituto Geia, 2003. 473 p.

FERRAREZI, Ludmila; ROMÃO, Lucília Maria Sousa. Certos sentidos de biblioteca escolar: efeitos de repetição e deslocamento. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, SC, v. 13, n. 1, p. 35-64, jan./abr. 2013. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/lcdi/article/view/2178-7011.2013v13n1p35. Acesso em: 18 set. 2025.

FERRAZ, Marina Nogueira; DUMONT, Ligia Maria Moreira. Dimensões Essenciais das Bibliotecas Públicas. **Ciência da Informação em Revista**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 11–28, 2018. DOI: 10.28998/cirev.%y511-28.

FERRAZ, Thalyta Gomes. **O papel da cooperação Sul-Sul na rearticulação da autoridade do patrimônio cultural no Brasil**: um estudo sobre ações internacionais do IPHAN. 2015. 149 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

FERREIRA, Anderson Albérico. Diversidade cultural e seus reflexos na dimensão patrimonial. *In*: MIRANDA, Dayenny Neves; MERINO, Ximena Antonia Díaz (org.). **Literatura, decolonialidade e patrimônio cultural na América Latina**. Divinópolis, MG: Meus Ritmos Editora, 2021. p. 105-116.

FERREIRA, Livia; CAVOTTI, Giovanna Wanderley; JUVÊNCIO, Carlos Henrique. Patrimônios dissonantes no contexto brasileiro. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 31, p. 1-25, 2025. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/143930. Acesso em: 13 jul. 2025.

FERREIRA, Livia; JUVÊNCIO, Carlos Henrique. O esquecimento e a destruição na construção social da memória. **TransInformação**, Campinas, SP, v. 37, e2510623,

2025. Disponível em: https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo/article/view/10623. Acesso em: 23 nov. 2025.

FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. Busca patrimonial e políticas públicas de patrimônio cultural imaterial: um estudo de caso sobre São Lourenço do Sul (RS). *In*: FERREIRA, Lúcio Menezes; FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi; ROTMAN, Mónica B. (org.). **Patrimônio cultural no Brasil e na Argentina**: estudos de caso. São Paulo: Annablume, 2011. p. 38-54.

FERREIRA, Rubens da Silva. A dimensão contemplativa do acesso à informação em uma coleção bibliográfica do século XIX: a biblioteca do Barão de Guajará. **RDBCI**: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, SP, v. 18, p. e020024, 2020. DOI: 10.20396/rdbci.v18i0.8660790.

FILGUEIRAS, Francisco Wagner Santana; QUEIROZ, Priscilla Régis Cunha de; ALEXANDRE, Juciledo Ferreira; MOTA, Denysson. Memória e história oral quilombola: reconhecendo o patrimônio cultural imaterial. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 23., 2023, Aracaju. **Anais eletrônicos** [...]. São Paulo: ANCIB, 2023. p. 1–15. Disponível em: https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxxiiienancib/paper/view/1848/1300. Acesso em: 28 set. 2025.

FLUSSER, Victor. A biblioteca como um instrumento de ação cultural. **R. Esc. Bibliotecon. UFMG**, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 145-169, set. 1983.

FLUSSER, Victor. Uma biblioteca verdadeiramente pública. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 131-138, set. 1980. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/36361/28454. Acesso em: 03 jan. 2025.

FONSECA, Edson Nery da. **Introdução à Biblioteconomia**. 2. ed. Brasília, DF: B. Lemos, 2007.

FONTANELLA, Bruno José Barcellos et al. Amostragem em pesquisas qualitativas: proposta de procedimentos para constatar saturação teórica. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 389–394, fev. 2011.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 13. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2021. 432 p.

GÄAL, Lígia Parreira Muniz; MARTINS, Márcio Souza. Acesso aberto no contexto da pesquisa em Ciência da Informação. **Transinformação**, Campinas, v. 34, p. 1-12, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2318-0889202234e220016. Acesso em: 04 set. 2024.

GALINDO, Marcos. A redescoberta do trabalho coletivo. *In*: AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de (org.). **Informação, patrimônio e memória**: diálogos interdisciplinares. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015. p. 65-96.

GALVES, Marcelo Cheche. “Aderir”, “jurar” e “aclamar”: o Império no Maranhão (1823-1826). **Almanack**, Guarulhos, n. 1, p. 105-118, jan./jun. 2011. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-46332011000100105&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 04 ago. 2024.

GALVES, Marcelo Cheche. A criação da Biblioteca Pública em 1831: política e cultura escrita na Província do Maranhão. **Revista de História**, São Paulo, n. 178, p. 1-30, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-83092019000100302&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 287 jul. 2024.

GARCEZ, Dirnele Carneiro; SALES, Rodrigo de. Interculturalidade crítica na BCI e na organização do conhecimento: dialética entre Catherine Walsh e Natália Duque Cardona. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., 2022. **Anais eletrônicos** [...] São Paulo: ANCIB, 2022. p. 1-19. Disponível em: https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxiienancib/paper/view/1086. Acesso em: 03 jan. 2025.

GLASER, Barney G.; STRAUSS, Anselm L. **The discovery of grounded theory**: strategies for qualitative research. New Brunswick, NJ; London: AldineTransaction, 2006. 270 p.

GAUZ, Valeria. O Livro Raro e Antigo como Patrimônio Bibliográfico: aportes históricos e interdisciplinares. **Museologia & Interdisciplinaridade**, Brasília, DF, v. 4, n. 8, p. 71-87, 2015. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/16905. Acesso em: 13 jul. 2025.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 1. ed., 13. reimpr. Rio de Janeiro: LTC, 2008. 323 p.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. 233 p.

GIL. Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL. Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIMÉNEZ, Gilberto. Culturas e identidades. **Revista Mexicana de Sociología**, México, año 66, n. esp., p. 77-99, 2004.

GIMÉNEZ, Gilberto. Materiales para una teoría de las identidades sociales. **Frontera Norte**, v. 9, n. 18, p. 9-28, jul./dez. 1997.

GOMES, Henriette Ferreira. A biblioteca pública e os domínios da memória, da mediação e da identidade social. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 19, número especial, p. 151-163, out./dez. 2014.

GOMES, Henriette Ferreira. Interdisciplinaridade e Ciência da Informação: de característica a critério delineador de seu núcleo principal. **DataGramaZero,** [*S. l.*], v. 2, n. 4, 2001. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/5176. Acesso em: 20 ago. 2022.

GÓMEZ GÓMEZ, Margarita. El patrimonio documental y bibliográfico como patrimonio cultural. In: CONGRESO INTERNACIONAL EL PATRIMONIO CULTURAL Y NATURAL COMO MOTOR DE DESARROLLO: INVESTIGACIÓN E INNOVACIÓN, 1., 2012, [Sevilha]. **Anais eletrônicos** [...] Coord. María Ángeles Peinado Herreros. [Sevilha]: Universidad Internacional de Andalucía, 2012. p. 1036-1047. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4152952. Acesso em: 13 jul. 2025.

GONÇALVES, Janice. Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural. **Historiae**, Rio Grande, v. 3, n. 3, p. 27-46, 2012.
GONÇALVES, José Reginaldo Santos**. A Retórica da Perda**: discurso nacionalista e patrimônio cultural no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2003. 156 p.

GONDAR, Jô. Cinco proposições sobre memória social. *In*: DODEBEI, Vera; FARIAS, Francisco R. de; GONDAR, Jô *et al.* (org.). **Por que memória social?** Rio de Janeiro: Híbrida, 2016. p. 19-40.

GONDAR, Jô. Quatro proposições sobre memória social. *In*: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (org.). **O que é memória social**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2005. p. 11-26.

GONZÁLEZ, Fredy. ¿Que es un paradigma? Análisis teórico, conceptual y psicolingüístico del término. **Investigación y Postgrado**, Caracas, v. 20, n. 1, p. 1-25, abr. 2005. Disponível em: http://www.scielo.org.ve/scielo.php?pid=S1316-00872005000100002&script=sci_arttext. Acesso em: 13 jul. 2024.

GOZÁLEZ, Aimé Tapia. **Mujeres indígenas en defensa de la tierra**. Madrid: Edições Catédra, 2018. 312 p.

GREENHALGH, Mariana Giubertti Guedes. **Desenvolvimento de coleções especiais em bibliotecas públicas:** seu papel na salvaguarda da memória regional. 2022. 301 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

GREENHALGH, Mariana Giubertti Guedes; ALVARES, Lillian Maria Araujo de Rezende. As quatro funções da biblioteca pública nas mídias sociais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 28, n. 2, e-114108, abr./jun. 2022. Disponível em: http://dx.doi.org/10.19132/1808-5245282.114108. Acesso em: 01 out. 2025.

GREGGERSEN, Gabriele. Reflexões sobre a interculturalidade e a sobre a interculturalidade tradução num contexto decolonial. **Cajueiro**, Aracaju, v. 4, n. 1, p. 94-123, nov. 2022/mar. 2023.

GRIMALDI, Stphanie Sá Leitão. **Memória da Ciência e da Tecnologia**: preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. 2016. 160 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

GRISALES, Sandra Patricia Arenas. Resistir al miedo. *In*: NIETO, Patricia (ed.). **Memorias**: conceptos, relatos y experiencias compartidas. Medellín: Fondo Editorial Facultad de Comunicaciones de la Universidad de Antioquia, 2020. p. 279-294.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006. 224 p.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 103-133.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 104 p.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. **A mobilidade das fronteiras**: inserções da geografia na crise da modernidade. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

HJØRLAND, Birger. Arguments for 'the bibliographical paradigm'. Some thoughts inspired by the new England edition of UDC. **Information Research**, v. 12, n. 4, p. 1-5, 2007. Disponível em: http://InformationR.net/ir/12-4/colis/colis06.html. Acesso em: 20 jul. 2024.

HJØRLAND, Birger; ALBRECHTSEN, Hanne. Toward a new horizon in information science: domain analysis. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 46, n. 6, p. 400-425, 1995.

HUIS, Iris van. Contesting cultural heritage: decolonizing the Tropenmuseum as an intervention in the Dutch/European memory complex. *In*: LÄHDESMÄKI, Tuuli; PASSERINI, Luisa; KAASIK-KROGERUS, Sigrid; HUIS, Iris van (ed.). **Dissonant heritages and memories in contemporary Europe**. Cham: Palgrave Macmillan, 2019. p. 215-248.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas**. Haia: IFLA, 1994. 2 p. Disponível em: https://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm. Acesso em: 14 set. 2024.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Manifesto da Biblioteca Pública IFLA-UNESCO 2022**. São Paulo: IFLA; FEBAB, 2022. Disponível em: http://repositorio.febab.org.br/items/show/590. Acesso em: 18 fev. 2024.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Programa de Gestão Documental do IPHAN**. Rio de Janeiro: IPHAN/Copedoc, 2008. 156 p. (Cadernos de pesquisa e documentação do IPHAN; 5).

JACOB, Christian. Prefácio. In: JACOB, Christian; BARATIN, Marc (org.). **O poder das bibliotecas**: a memória dos livros no ocidente. Trad. Marcela Mortara. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008. p. 9-17.

JACOB, Christian. Ler para escrever: navegações alexandrinas. In: BARANTIN, Marc; JACOB, Christian (Org.). **O poder das bibliotecas**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2000.

JACOB, Christian. Prefácio. *In*: JACOB, Christian; BARATIN, Marc. (org.). **O poder das bibliotecas**: a memória dos livros no ocidente. Trad. Marcela Mortara. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008. p. 9-17.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

JARAMILLO, Orlanda; MARÍN-AGUDELO, Sebastián-Alejandro. Patrimonio bibliográfico en la biblioteca pública: memorias locales e identidades nacionales. **El Profesional de la Información**, [S. l.], v. 23, n. 4, p. 425-432, jul./ago. 2014.

JARAMILLO, Orlanda; MONCADA PATIÑO, José Daniel. La biblioteca pública y las Tecnologías de la Información y las Comunicaciones (TIC): una relación necesaria. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, Medellín, v. 30, n. 1, p. 19–50, jan. 2007. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-09762007000100002. Acesso em: 30 nov. 2025.

JARAMILLO, Orlanda; MONTOYA RÍOS, Mónica; URIBE TIRADO, Alejandro. **Biblioteca pública**: su gestión en el contexto de la sociedad de la información. Buenos Aires: Alfagrama, 2007. 240 p.

JARAMILLO, Orlanda; MONTOYA RÍOS, Mónica. Revisión conceptual de la biblioteca pública. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, Medellín, v. 23, n. 1–2, p. 13–56, 2011. DOI: https://doi.org/10.17533/udea.rib.7903. Disponível em: https://revistas.udea.edu.co/index.php/RIB/article/view/7903. Acesso em: 30 nov. 2025.

JARAMILLO, Orlanda. Papel de la biblioteca pública en la recuperación de la memoria local y el fortalecimiento del tejido social. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA ÍBERO-AMÉRICA E CARIBE, 10., 2016, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos** [...]. Organização: Maria Aparecida Moura; Fabrício José Nascimento da Silveira. Belo Horizonte: ECI, UFMG, 2017. p. 74-87. Disponível em: https://edicic2016.eci.ufmg.br/anais/index.html. Acesso em: 15 nov. 2025.

JARAMILLO, Orlanda. Políticas públicas para el desarrollo y fortalecimiento de la biblioteca pública. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, Medellín, v. 29, n. 1, p. 31–62, jun. 2006. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-09762006000100003. Acesso em: 30 nov. 2025.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madid: Siglo XXI, 2002. 146 p. (Colección Memorias de la Represión).

JENKINS, Richard. **Social identity**. 3. ed. London: Routledge, 2008. 246 p.

KAJIMOTO, Natacha; GERBASI, Vinícius Aleixo; CAVALCANTE, Lídia Eugênia. Indivíduo e culturas fragmentadas: a importância da memória na construção de identidades. *In*: ENCONTRO DE PESQUISA EM INFORMAÇÃO E MEDIAÇÃO (EPIM), 1., 2014, Londrina. **Anais eletrônicos** [...] Londrina: UEL, 2014. p. 1-18. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/18305. Acesso em: 19 set. 2025.

KUHN, Thomas Samuel. **A estrutura das revoluções científicas**. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1997. 324 p.

LÄHDESMÄKI, Tuuli. Conflicts and reconciliation in the postmillennial heritage-policy discourses of the Council of Europe and the European Union. *In*: LÄHDESMÄKI, Tuuli; PASSERINI, Luisa; KAASIK-KROGERUS, Sigrid; HUIS, Iris van (ed.). **Dissonant heritages and memories in contemporary Europe**. Cham: Palgrave Macmillan, 2019. p. 25-50.

LARA GUZMÁN, Gabriel. Interculturalidad crítica y educación: un encuentro y uma apuesta. **Revista Colombiana de Educación**, Bogotá, n. 69, p. 223-235, jul./dic. 2015.

LATOUR, Bruno. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. *In*: BARATIN, Marc; JACOB, Christian (org.). **O poder das bibliotecas**: a memória dos livros no Ocidente. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. p. 21-44.

LAURINDO, Kariane Regina; PIZARRO, Daniella Camara. A importância da informação e memória no Quilombo Urbano Vidal Martins. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 21., 2021. **Anais eletrônicos** [...] São Paulo: ANCIB, 2021. p. 1-16. Disponível em: https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxienancib/paper/viewFile/240/253. Acesso em: 08 jan. 2025.

LEAL, Claudia Feierabend Baeta; SANCHEZ, Edney. Editorial - Patrimônio e presente: o "discurso autorizado" e os diversos sentidos do patrimônio cultural. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 97–100, 2021. Disponível em: https://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/article/view/1956. Acesso em: 15 nov. 2025.

LE COADIC, Yves François. **A Ciência da Informação**. Tradução de Maria Yêda F. S. de Filgueiras Gomes. Brasília: Briquet de Lemos, 1996. 115 p.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7. ed. rev. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2013. 504 p.

LEAL, Claudia Feierabend Baeta; SANCHEZ, Edney. Editorial - Patrimônio e presente: o "discurso autorizado" e os diversos sentidos do patrimônio cultural. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 97-100, 2021.

Disponível em: https://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/article/view/1956. Acesso em: 6 jul. 2025.

LEAL, Claudia Feierabend Baeta. As missões da Unesco no Brasil: Paul Coremans. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26., 2011. **Anais eletrônicos** [...] São Paulo: ANPUH, 2011. p. 1-10. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312827174_ARQUIVO_AsmissoesdaUNESCOnoBrasil-PaulCoremans.pdf. Acesso em: 09 abr. 2025.

LEFÈVRE, Fernando; LEFÈVRE, Ana Maria Cavalcanti. Discurso do sujeito coletivo: representações sociais e intervenções comunicativas. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 502- 507, abr./ jun. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tce/a/wMKm98rhDgn7zsfvxnCqRvF/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 15 set. 2024.

LEFÈVRE, Fernando; LEFÈVRE, Ana Maria Cavalcanti. **Discurso do sujeito coletivo**: um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos). 2. ed. Caxias do Sul, RS: Educs, 2005. 256 p.

LEFÈVRE, Fernando; LEFÈVRE, Ana Maria Cavalcanti. **Pesquisa de representação social:** um enfoque qualiquantitativo: a metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo. 2. ed. Brasília: Liberlivro Editora, 2012.

LEFÈVRE, Fernando. **Discurso do sujeito coletivo**: nossos modos de pensar, nosso eu coletivo. São Paulo: Andreoli, 2017.

LEITE, Benedito. **Magistrado e jornalista**: junta gov. MA 1891-1892; dep. fed. MA 1892-1896; sen. MA 1896-1906; gov. MA 1906-1908. [Rio de Janeiro: FGV], 2024. 3 p. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LEITE,%20Benedito.pdf. Acesso em: 04 ago. 2024.

LEMOS, Antônio Agenor Briquet de. Bibliotecas. *In*: CAMPELLO, Bernadete Santos; CALDEIRA, Paulo da Terra. (org.). **Introdução às fontes de informação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. (Coleção Ciência da Informação, v.1).

LENCINA, Rocío; LEMIEZ, Griselda. Memorias de búsqueda y reconexión con la identidad indígena. Diálogos entre autobiografías e historia local. **Memorias: Revista Digital de Historia y Arqueología desde el Caribe Colombiano**, Barranquilla, año 20, n. 54, p. 83-117, sep./nov. 2024.

LESSA, Bruna. Biblioteca pública como um espaço híbrido e multiterritorial. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 25, n. 3, p. 555-570, ago./dez. 2020. Disponível em: http://revista.acbsc.org.br/index.php/racb/article/view/1846. Acesso em: 19. Set. 2025.

LESSA, Bruna. Biblioteca pública: do conceito às políticas públicas. *In*: LESSA, Bruna; LINS, Ivana (org.). **Para que serve a biblioteca pública?** novas configurações para o século XXI. Salvador: EDUFBA, 2021. p. 15-44.

LIMA, Cristian Otávio de. **As inter-relações entre a ciência e a sociedade**: estudo sobre algumas representações sociais de graduandos em Física. 2023. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação para a Ciência) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências, Bauru, 2023.

LIMA, Elizeth Gonzaga dos Santos; LEITE, Denise. Conhecimento social emergente e conhecimento glocal. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 35, n. 75, p. 61-79, maio/jun. 2019.

LINS, Ivana Aparecida Borges. A biblioteca pública como equipamento cultural do Estado: relações entre a cultura e as políticas públicas. **Biblos**: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Rio Grande, v. 35, n. 1, p. 296-314, jan./jun. 2021. Disponível em: https://doi.org/10.14295/biblos.v35i1.12423. Acesso em: 19 set. 2025.

LOUREIRO, José Mauro Matheus. Informação, memória e patrimônio: breves considerações. *In*: AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de (org.). **Informação, patrimônio e memória:** diálogos interdisciplinares. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015. p. 97-105.

LUÍSA ONDE, Nsenga; GARCIA SIMÃO, Santos. O incentivo do gosto pela leitura em bibliotecas públicas: um subsídio para a biblioteca nacional de Angola. **e-Ciencias de la Información**, v. 10, n. 1, p. 1-21, jan./jun. 2020. Disponível em: https://doi.org/10.15517/eci.v10i1.39775. Acesso em: 19 set. 2025.

LYOTARD, Jean-François. **O pós-moderno**. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympo, 1988. 123 p.

MACHADO, Elisa Campos; ELIAS JÚNIOR, Alberto Calil; ACHILLES, Daniele. A biblioteca pública no espaço público: estratégias de mobilização cultural e atuação sócio-política do bibliotecário. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 14, número especial, p. 115-127, out./dez. 2014.

MACHADO, Jorge Luzi Feitoza. Imprensa e representações: cobertura dos jornais sobre a greve da meia passagem dos estudantes de São Luís - MA (1979). *In*: MATOS, Marcos Fábio Belo; ARAÚJO, Roni César Andrade de; PINHEIRO, Roseane Arcanjo (orgs.). **200 anos da imprensa no Maranhão**. São Luís: EDUFMA, 2023. p. 286-312.

MAGALHÃES, Soraia Pereira. Minorias linguísticas, documentos biblioteconômicos e a realidade de uma biblioteca pública na Amazônia. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 25, n. 1, p. 78–101, mar. 2020. DOI: https://doi.org/10.1590/1981-5344/3988.

MAIA, Samya Maria Queiroz. **O papel social da Biblioteca Pública do Parque da Cidade de Natal/RN**: um estudo de usuários. 2022. 127 f. Dissertação (Mestrado em Gestão da Informação e do Conhecimento) – Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação e do Conhecimento, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2022.

MANGUEL, Alberto. **A biblioteca à noite**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. 304 p.

MARANHÃO. **Decreto Nº 31.506, de 19 de fevereiro de 2016**. Institui a Rede Estadual de Bibliotecas "Farois do Saber" no Âmbito da Secretaria de Estado da Cultura e Turismo, e dá outras providências. São Luís: Diário Oficial do Estado do Maranhão, 2016. 1 p. Disponível em: https://pge.ma.gov.br/uploads/pge/docs/DECRETO-Nº-31.050-A-31_.578.pdf. Acesso em: 07 set. 2024.

MARANHÃO. **Lei nº 10.613, de 5 de julho de 2017**. Cria o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Estado do Maranhão e dá outras providências. São Luís: Diário Oficial do Estado do Maranhão, 2017. 3 p.

MARANHÃO. **Lei nº 9, de 30 de abril de 1835**. [São Luís]: Typographia Constitucional de I. J. Ferreira, 1847. p. 20-22.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Cultura. Biblioteca Pública Benedito Leite. **Histórico**. São Luís: SECMA, 2016. 2 p. Disponível em: http://casas.cultura.ma.gov.br/bpbl/index.php?page=historico. Acesso em: 28 jul. 2024.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Cultura. Biblioteca Pública Benedito Leite. **Missão**. São Luís: SECMA, 2021. 1 p. Disponível em: http://casas.cultura.ma.gov.br/bpbl/index.php?page=missao. Acesso em: 07 set. 2024.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Cultura. Biblioteca Pública Benedito Leite. **Histórico**. São Luís: SECMA, 2021. 2 p. Disponível em: http://casas.cultura.ma.gov.br/bpbl/index.php?page=biblioteca. Acesso em: 26 ago. 2024.

MARANHÃO. Secretaria do Estado da Cultura. Biblioteca Pública Benedito Leite. Serviço de Apoio Técnico. **Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções**. São Luís: BPBL, 2023. 19 p.

MARCEL, Jean-Christophe; MUCCHIELLI, Laurent. Maurice Halbwachs's mémoire collective. In: ERLL, Astrid; NÜNNING, Ansgar (ed.). **Cultural Memory Studies**: an international and interdisciplinary handbook. Berlin: Walter de Gruyter, 2008. p. 141-149. (Media and cultural memory; 8).

MARIANO, Paula Renata; BRANDÃO, Tatiana Soares; SANTA ANNA, Jorge. Biblioteca Pública de Lagoa Santa e a Agenda 2030: o Projeto Sala Braille como uma iniciativa de inclusão. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 17, p. 1-28, 2021. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1421. Acesso em: 01 out. 2025.

MARINHO, Raimunda Ramos. Luzes, leitura e biblioteca na província do Maranhão. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2008. **Anais eletrônicos** [...] São Paulo: ANCIB, 2008. Disponível em:

http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/ixenancib/paper/viewFile/3040/2166. Acesso em: 05 ago. 2024.

MARQUES, Cezar Augusto Marques. **Diccionario Historico-Geographico da Provincia do Maranhão**. [São Luís]: Typ. do Frias, 1870. 558p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221726. Acesso em: 28 jul. 2024.

MARQUES, Luciana Bergamo; KARPINSKI, Cezar. Os esqueletos indígenas de Santa Catarina: patrimônio bibliográfico, discurso e mediação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 29, p. e51223, 2024. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/51223. Acesso em: 13 jul. 2025.

MARTÍN, Alicia. Gestão e agências da cultura e o patrimônio no Mercosul. *In*: FERREIRA, Lúcio Menezes; FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi; ROTMAN, Mónica B. (orgs.). **Patrimônio cultural no Brasil e na Argentina**: estudos de caso. São Paulo: Annablume, 2021. p. 24-36.

MARTINS, José Reinaldo Castro. **Passado e modernidade no Maranhão pelas lentes de Gaudêncio Cunha**. 2008. 179 f. Dissertação (Mestrado em Teoria e Pesquisa em Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: doi:10.11606/D.27.2008.tde-05072009-235631. Acesso em: 28 jul. 2024.

MARTINS, Tiago Leal Catunda; SILVA NETO, Walber Angeline da. Trajetória do conceito de patrimônio cultural: história e reflexão. **ReonFacema**, São Luís, v. 3, n. 4, p. 760-764, out./dez. 2017.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita**: história do livro, da imprensa e da biblioteca. São Paulo: Ática, 2002.

MATHYSEN, Dennis; GLORIEUX, Ignace. Architecture, aesthetics, class and library attendance: an overlooked threshold for visiting public libraries. **European Journal of Cultural and Political Sociology**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 170–196, 2022. DOI: https://doi.org/10.1080/23254823.2021.1939084.

MATTELART, Armand. Sociedade do conhecimento e controle da informação e da comunicação. In: ENCONTRO LATINO DE ECONOMIA POLÍTICA DA INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E CULTURA – ENLEPICC, 5., 2005, Salvador. **Conferência**. Salvador: ENLEPICC, 2005. p. 1-22.

MEDEIROS, Ana Ligia Silva; OLINTO, Gilda. A biblioteca pública brasileira na visão de atores políticos e pesquisadores. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 1-15, set./dez. 2016.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; SEAWRIGHT, Leandro. **Memórias e narrativas**: história oral aplicada. 1. ed., 1. reimpr. São Paulo: Contexto, 2021. 192 p.

MEIRELES, Rodrigo Fernandes. O desafio da transdisciplinaridade na contemporaneidade. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SABERES PARA UMA CIDADANIA PLANETÁRIA, 1., 2016. **Anais eletrônicos** [...] Fortaleza: UECE, 2016.

p. 1-10. Disponível em: http://uece.br/eventos/spcp/anais/trabalhos_completos/247-38269-29032016-162215.pdf. Acesso em: 21 ago. 2022.

MELLO, Mariana Rodrigues Gomes de; MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel; ARAUJO, Leda Maria; VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Entre técnica e reflexão: um estudo da função social das bibliotecas públicas a partir da teoria crítica. **Informação & Informação**, Londrina, v. 25, n. 4, p. 377-401, out./dez. 2020.

MELO FILHO, Edilson Targino. Relações teórico-conceituais entre identidade e memória na perspectiva da Ciência da Informação. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 1, n. 2, p. 116-130, jul./dez. 2016.

MELUCCI, Alberto. **Challenging Codes**: collective action in the information age. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. 441 p.

MENDES, Anna Caroline Corrêa; COSTA, Maurício José Morais; CUTRIM, Kláutenys Dellene Guedes. Decolonizando saberes em bibliotecas: as bibliotecas públicas como territórios de mediação decolonial. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis/SC, Brasil, v. 30, p. 1–30, 2025. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/102648. Acesso em: 13 jul. 2025.

MENDES, Anna Caroline Corrêa; COSTA, Maurício José Morais; SILVA, Mayane Pereira; CUTRIM, Kláutenys Dellene Guedes. O lugar da Biblioteca Pública Benedito Leite para os comerciantes informais do Complexo Deodoro, São Luís, MA: os vestígios de memória dos não-usuários. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 31, 2025. DOI: 10.1590/1808-5245.31.144384.

MENDES, Gilvanedja F. **As contribuições das políticas culturais na formação da agenda pública para a gestão das bibliotecas públicas municipais**. 2014. 163 f. Monografia (Especialização em Gestão Cultural) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

MENESES-TELLO, Felipe. A biblioteca pública como instituição política: a correlação entre bibliotecário público e bibliotecário político. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 12, n. 3, p. 905-940, 2019. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/24669. Acesso em: 30 nov. 2025.

MENESES TELLO, Felipe. Bibliotecas y justicia social: el paradigma político-social de la Biblioteca Inclusiva y la Biblioteca Incluyent. **Folha de Rosto:** Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Juazeiro do Norte, CE, v. 6, n. 3, p. 54-77, set./dez. 2020. DOI: https://doi.org/10.46902/2020n3p54-77.

MENESES-TELLO, Felipe; TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho. Biblioteconomia social e práticas sociais em bibliotecas e salas de aula: entrevista com o bibliotecário e professor Felipe Meneses-Tello. **Revista Informação na Sociedade Contemporânea**, Natal, v. 7, p. e34238, 2023. [Seção] Entrevista. DOI: https://doi.org/10.21680/24470198.2023v7n1ID34238.

MENSES TELLO, Felipe. Información y bibliotecas en torno a los derechos humanos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 42-84, jul./dez. 2017.

MENSES TELLO, Felipe. Servicios bibliotecarios para grupos vulnerables: la perspectiva en las directrices de la IFLA y otras asociaciones. **Informação & Sociedade**: estudos, João Pessoa, v.18, n.1, p.45-66, jan./abr. 2008.

MENEZES, Priscila Lopes; MORAES, Marcos Antônio de. O Discurso do Sujeito Coletivo em publicações acadêmicas no Brasil: análise bibliométrica. **Encontros Bibli:** revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 29, p. 1-17, 2024. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/97999. Acesso em: 15 set. 2024.

MENNESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. *In*: FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL, 1., 2012, Brasília. Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão. **Anais eletrônicos** [...] Brasília, DF: IPHAN, 2012. Tomo 1, p. 25-39. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/4%20-%20MENESES.pdf. Acesso em: 06 jul. 2025.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais/projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. 505 p.

MIGNOLO, Walter D. El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura: un manifiesto. *In*: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón (ed.). **El giro decolonial:** reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos; Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007. p. 25-46.

MILANESI, Luís. **Biblioteca**. 3. ed. São Paulo: Ateliê, 2013. 120 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014. 407 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Disciplinaridade, interdisciplinaridade e complexidade. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 10, n. 2, p. 435-442, 2010.

MIRANDA, Májory Karoline Fernandes de Oliveira. **O acesso à informação no paradigma pós-custodial:** da aplicação da intencionalidade para a findability. 2010. 353 f. Tese (Doutorado em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2010. Disponível em: https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/50422. Acesso em: 08 jul. 2024.

MORAES, Nilson Alves de. Memória social: solidariedade orgânica e disputas de sentidos. *In*: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (org.). **O que é memória social**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2005. p. 89-104.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

MUDDIMAN, Dave et al. Open to all? The public library and social exclusion: executive summary. **New Library World**, [*S.l.*], v. 102, n. 1163/1164, p. 154–157, 2001.

NAPOLEONE, Luciana Maria; BEFFA, Maria Lucia. Livros e bibliotecas como patrimônio cultural. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 16, n. 3, p. 621-653, 2022. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/52327. Acesso em: 13 jul. 2025.

NASCIMENTO, Aline. **Direção da BPBL**. [Entrevista concedida a] Maurício José Morais Costa. São Luís, 2019. 1 arquivo de áudio, extensão MP3 (60 min).

NASCIMENTO, Aline Carvalho do; AZEVEDO, Ilka Ocirema Fernandes. Biblioteca Pública Benedito Leite: Informação com acessibilidade. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS BRAILE, 8., 2014. **Anais eletrônicos** [...] São Paulo: FEBAB, 2014. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/318. Acesso em: 05 set. 2024.

NEITZEL, Adair de Aguiar; FERRI, Cássia; BORBA, Adeneri Nogueira de. A biblioteca como espaço de mediação cultural e de educação estética. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, [S. l.], v. 26, n. 20, 12 fev. 2018. DOI: https://doi.org/10.14507/epaa.26.2966.

NICOLESCU, Basarab. **O manifesto da transdisciplinaridade**. Traduçao de L. P. Souza. São Paulo: Triom, 1999. 17 p. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4147299/mod_resource/content/1/O%20Manifesto%20da%20Transdisciplinaridade.pdf. Acesso em: 21 ago. 2022.

NIETO LÓPEZ, Judith. Memoria, campo de tensión en un mundo de diferencias. *In*: NIETO, Patricia (ed.). **Memorias**: conceptos, relatos y experiencias compartidas. 1. ed. Medellín: Fondo Editorial Facultad de Comunicaciones de la Universidad de Antioquia, 2019. p. 43-63.

NOH, Younghee. The analytic study of librarian-user and importance-satisfaction on the use factor of complex cultural space in library. **Library Hi Tech**, v. 40, n. 6, p. 1532–1566, 2022. DOI: https://doi.org/10.1108/LHT-06-2020-0135.

NONATO, Rafael dos Santos; AGANETTE, Elisangela Cristina; LEAL, Heloisa Reis. Gestão da Informação: uma Revisão Sistemática da Literatura sobre teorias, modelos e metodologias. **Brazilian Journal of Information Science: Research trends**, v. 17, p. 1-29, e23015, 2023.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**, São Paulo, v. 10, dez. 1993.

NUNES, Bianca da Silva; SOUZA, Raul Marques Leite de; MELLO, Ricardo Coutinho. Memória institucional: o papel dos documentos arquivísticos na memória institucional. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24., 2023, Vitória. **Anais eletrônicos** [...] São Paulo: ANCIB, 2023. p. 1-15. Disponível em: https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxivenancib/paper/viewFile/2722/1704. Acesso em: 15 nov. 2025.

O FAROL MARANHENSE n. 146, terça-feira, 1º de dezembro de 1829. Maranhão: Typographia Constitucional, 1829. p. 620-622. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=749958&Pesq="biblioteca%20publica"&pagfis=495. Acesso em: 28 jul. 2024.

O FAROL MARANHENSE n. 264, terça-feira, 18 de janeiro de 1831. Maranhão: Typographia Constitucional, 1831c. p. 1102-1106. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=749958&Pesq=eu%20desejo%20que%20o%20dia&pagfis=1270. Acesso em: 28 jul. 2024.

O FAROL MARANHENSE n. 265, sexta-feira, 21 de janeiro de 1831. Maranhão: Typographia Constitucional, 1831b. p. 1107-1110. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=749958&Pesq=eu%20desejo%20que%20o%20dia&pagfis=1271. Acesso em: 28 jul. 2024.

O FAROL MARANHENSE n. 284, terça-feira, 28 de março de 1831. Maranhão: Typographia Constitucional, 1831a. p. 1182-1186. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=749958&pagfis=1347. Acesso em: 28 jul. 2024.

O FAROL MARANHENSE n. 294, terça-feira, 03 de mayo de 1831. Maranhão: Typographia Constitucional, 1831d. p. 1224-1226. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=749958&Pesq="biblioteca%20publica"&pagfis=558. Acesso em: 28 jul. 2024.

O FAROL MARANHENSE n. 295, sexta-feira, 06 de mayo de 1831. Maranhão: Typographia Constitucional, 1831e. p. 1224-1226. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=749958&Pesq="biblioteca%20publica"&pagfis=558. Acesso em: 28 jul. 2024.

OLIVEIRA, Eliane Braga; RODRIGUES, Georgete Medleg. O conceito de memória na Ciência da Informação: análise das teses e dissertações dos programas de pós-graduação no Brasil. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 11., 2010. **Anais eletrônicos** [...] São Paulo: ANCIB, 2010. p. 1-23. Disponível em: https://cip.brapci.inf.br/download/183851. Acesso em: 08 jan. 2025.

OLIVEIRA, Lúcia Maciel Barbosa de. On arches and stones, places and experiments: public libraries and democratic society. **TransInformação**, Campinas, v. 29, n. 2, p. 203–210, maio/ago. 2017. DOI: https://doi.org/10.1590/2318-08892017000200007.

OLIVEIRA, Tatiana Mello de. **Memória e Discurso:** múltiplos sentidos do Patrimônio Cultural Imaterial no Brasil. 2011. 83 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/12311. Acesso em: 13 jul. 2025.

OLIVEIRA, Zita Catarina Prates de. **A biblioteca "fora do tempo":** políticas governamentais de bibliotecas públicas no Brasil, 1937-1989. 1994. 221 f. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

OLIVEIRA-DA-SILVA, Renata; ACHILLES, Daniele. Biblioteca pública como terceiro lugar e a construção do capital social. R**evista de Investigación sobre Bibliotecas, Educación y Sociedad**, [Madrid], v. 2, e99941, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.5209/RIBE.99941. Acesso em: 19 set. 2025.

OSTERMANN, Fernanda. A epistemologia de Kuhn. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, [*S. l.*], v. 13, n. 3, p. 184-196, 1996. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/fisica/article/view/7045. Acesso em: 13 jul. 2024.

PACHECO, Cíntia Gomes; MATA, Marta Leandro da; ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo Francisco de. Perspectivas do bibliotecário escolar no contexto da competência em informação: uma análise das publicações em Ciência da Informação no âmbito brasileiro. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 23., 2023, Aracaju. **Anais eletrônicos** […]. São Paulo: ANCIB, 2023. p. 1-15. Disponível em: enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxxiiienancib/paper/view/1889/1438. Acesso em: 18 set. 2025.

PALETTA, Francisco Carlos; PELISSARO, Bárbara. Informação, ciência e tecnologia na sociedade da informação no contexto da web 3.0: uma análise a partir de três questões. **Revista Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 18-28, jan./jun. 2016.

PALMA PEÑA, Juan Miguel. El patrimonio cultural, bibliográfico y documental de la humanidad: revisiones conceptuales, legislativas e informativas para una educación sobre patrimonio. **Cuicuilco**, México, v. 20, n. 58, p. 31-58, sep./dic. 2013. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0185-16592013000300003. Acesso em: 21 set. 2025.

PANDOLFI, Fernanda Cláudia. Narrativas Públicas e Constitucionalismo na Abdicação de D. Pedro I em 1831. **Revista Ágora**, Vitória/ES, v. 31, n. 3, p. e-2020310307, 2020. DOI: 10.47456/e-2020310307. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/agora/article/view/33443. Acesso em: 03 ago. 2024.

PANDOLFI, Fernanda Cláudia. Política, imprensa e a participação dos militares na Abdicação de Dom Pedro I. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 16, n. 3, p. 283–293, set./dez. 2012.

PARLEMITI, Rosalba; POLITY, Yolla. Dynamiques de l´institucionalisation sociale et cognitive dês sciences de l´information. *In*: BOURE, Robert (ed.). **Les origines dês Sciences de l´information et de la communication:** regards croisés. Paris: PUS, 2002. p. 95-123.

PASSOS, Maria Clara Araújo dos; PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. Do epistemicídio à insurgência: o currículo decolonial da Escola Afro-Brasileira Maria Felipa (2018-2020). **Cadernos de Gênero e Diversidade**, Salvador, v. 7, n. 1, p. 118-135, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/43442. Acesso em: 04 jan. 2025.

PAULA, Silvio Luiz de; PRESSER, Nadi Helena. Gestão da informação: elementos constituintes para o contexto organizacional. **Revista Gestão e Organizações**, João Pessoa, v. 5, n. 1, p. 168-195, jun. 2020. Disponível em: https://periodicos.ifpb.edu.br/index.php/rgo/article/view/4540. Acesso em: 20 Jul. 2024.

PEREIRA, Cleyciane Cássia Moreira; CASTRO, César Augusto; RAMOS, Roseli de Oliveira. O imaginário sobre a Biblioteca Pública Benedito Leite: alguns aspectos. **Folha de Rosto,** Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v. 2, n. 1, p. 67-82, jan./jun. 2016.

PEREIRA, Sonia Gomes. Revisão historiográfica da arte brasileira do século XIX. **Revista Ieb**, n. 54, p. 87-106, set./mar. 2012.

PINHEIRO, Adson Rodrigo Silva; SOUSA, Janaildo Soares de. Patrimônio cultural e decolonialidade: sentidos do conhecimento para o campo – reflexões teóricas sobre os sentidos do conhecimento para o campo. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 16, n. 31, p. 316-344, jul./dez. 2024.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTO, Morena Pereira. Biblioteca, interculturalidade e a Agenda 2030. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 28., 2019. **Anais eletrônicos** [...] São Paulo: FEBAB, 2019. p. 1-6. Disponível em: https://portal.febab.org.br/cbbd2019/article/view/2097. Acesso em: 04 jan. 2025.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho científico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. 277 p.

PROVENZANO, Letícia Krauss; DODEBEI, Vera. Biblioteca de Rui Barbosa: lugar de saber a patrimônio bibliográfico. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, São Paulo, v. 14, p. 1-26, 2022. Disponível em: https://revistas.ancib.org/tpbci/article/view/591. Acesso em: 13 jul. 2025.

PROVENZANO, Letícia Krauss. Reflexões sobre o patrimônio bibliográfico: o caso da biblioteca de Rui Barbosa. **Memória e Informação**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 173-192, jul./dez. 2020.

PYATI, Ajit K. Public libraries as contemplative spaces: a framework for action and research. **Journal of the Australian Library and Information Association**, [S. l.], v. 68, n. 4, p. 356–370, 2019. DOI: https://doi.org/10.1080/24750158.2019.1670773.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. 27 p. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 02 jul. 2024.

RABELLO, Rodrigo. A Ciência da Informação como objeto: epistemologias como lugares de encontro. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 17, n. 1, p. 2-36, jan./mar. 2012.

RAHIMI, Sara; KHATOONI, Marzieh. Saturation in qualitative research: an evolutionary concept analysis. **International Journal of Nursing Studies Advances**, [S.l.], v. 6, 100174, 2024. DOI: https://doi.org/10.1016/j.ijnsa.2024.100174.

RAMOS, Ana Margarita; CRESPO, Carolina; TOZZINI, María Alma. En busca de recuerdos ¿perdidos? Mapeando memorias, silencios y poder. *In*: RAMOS, Ana Margarita; CRESPO, Carolina; TOZZINI, María Alma (org.). **Memorias en lucha:** recuerdos y silencios en contextos de subordinación y alteridad. Río Negro: Universidad Nacional de Río Negro, 2016. p. 13-50.

RASTELI, Alessandro; CALDAS, Rosângela Formentini. Mediação cultural na biblioteca pública para a cultural de paz e integração social. **REBECIN**, v. 4, n. 2, p. 44-57, jul./dez. 2017.

RESTREPO-FERNÁNDEZ, María Camila; DUQUE-CARDONA, Natalia. Valor económico, simbólico e histórico de la lectura, la escritura y la oralidad a través de la biblioteca pública. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 34, p. 1-13, 2024.

RIBEIRO, Fernanda. Gestão da Informação / Preservação da Memória na era pós-custodial: um equilíbrio precário? *In*: JORGE, Vítor Oliveira. **Conservar para quê?** Porto: Universidade do Porto, 2005b. p. 77-84. Disponível em: https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/39365/2/fribeirogestao000112993.pdf. Acesso em: 08 jul. 2024.

RIBEIRO, Fernanda. Os arquivos na era pós-custodial: reflexões sobre a mudança que urge operar. **Boletim Cultural - Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão**, Vila Nova de Famalicão, v. 3, n. 1, p. 129-133, 2005. Disponível em: https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/14000. Acesso em: 08 jul. 2024.

RICOEUR, Paul. **La lectura del tiempo pasado**: memoria y olvido. Madrid: Arrecife Producciones, 1999. 119 p.

RICUPERO, Bernardo. **O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RODRIGUES, Donizete. Patrimônio cultural, memória social e identidade: uma abordagem antropológica. **Revista Ubimuseum**, Covilhã, v. 1, p. 45-52, 2012. Disponível em: https://www.ubimuseum.ubi.pt/n01/docs/ubimuseum-n01-pdf/CS3-rodrigues-donizete-patrimonio-cultural-memoria-social-identidade-uma%20abordagem-antropologica.pdf/. Acesso em: 02 mar. 2025.

RODRIGUES, Marcia Carvalho. Bibliotecas como lugares de memória: o caso sul-rio-grandense. **Patrimônio e Memória**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 68-83, jan./jun. 2014.

RODRIGUES, Marcia Carvalho. Memória, patrimônio, bibliotecas nacionais e a construção da identidade coletiva. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 243-262, maio/ago. 2015.

RODRIGUEZ TEMIÑO, Ignácio. Sobre el patrimonio cultural. **Sphera Publica:** Revista de Ciencias Sociales y de la Comunicación, [Murcia], n. 10, p. 75-117, 2010. Disponível em: https://sphera.ucam.edu/index.php/sphera-01/article/view/110. Acesso em: 13 jul. 2025.

ROSA, Conrad Rodrigues; OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de. Patrimônio cultural edificado da Universidade Federal da Paraíba: estudo da documentação com fins de preservação da memória. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 31, 2025. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/145455. Acesso em: 28 set. 2025.

ROSA, Daniele Achilles Dutra da. **Bibliotecas públicas brasileiras**: sob a perspectiva da memória e experiência. 2018. 278 f. Tese (Doutorado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

ROSELLI, Mariangela. Ethnographic inquiry at the library: analyzing relations to understand the barriers to public reading. **American Journal of Information Science and Technology**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 1–11, 2021. DOI: https://doi.org/10.11648/j.ajist.20210501.11.

SÁ, Paloma Israely Barbosa de. **Memória na Ciência da Informação**: o uso das concepções teóricas de memória coletiva e memória social no Brasil. 2022. 171 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Recife, 2022.

SALDANHA, Gustavo Silva. Thomas Kuhn na Epistemologia da Ciência da Informação: uma reflexão crítica. **Informação & Informação**, Londrina, v. 13, n. 2, p. 56-78, jul./dez. 2008.

SANTA ANNA, Jorge. O moderno profissional da informação à luz dos paradigmas da Ciência da Informação. **Biblionline**, João Pessoa, v. 13, n. 2, p. 18-29, abr./jun. 2017.

SANTANA, Glessa Heryka Celestino de. A Ciência da Informação e sua consolidação em face da interdisciplinaridade. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 17, n. 35, p. 1-26, 2012.

SANTOS, Elisângela Vilela dos. A ciência da informação no contexto do paradigma pós-custodial e da pós-modernidade. **Páginas a&b**, Porto, s. 3, n. 10, p. 3-16, 2018. Disponível em: https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasaeb/article/view/4973. Acesso em: 8 jul. 2024.

SANTOS, Jamille Macedo Oliveira. **Entre aldeamentos, mocambos e engenhos:** etnogêneses e reconfigurações sociais indígenas no Recôncavo da Bahia (1580-1697)**.** 2021. 393 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

SANTOS, Josiel Machado. O Processo Evolutivo das Bibliotecas da Antiguidade ao Renascimento. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 175-189, jul./dez. 2012.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2023. 392 p.

SANTOS, Renata Ferreira dos; REIS, Alcenir Soares dos. O patrimônio bibliográfico no Brasil: trajetória de leis, políticas e instrumentos de proteção legal. **Investigación Bibliotecológica**, Ciudad de México, v. 32, n. 75, p. 223-259, abr./jun. 2018.

SARACEVIC, Tefko. A natureza interdisciplinar da Ciência da Informação. Tradução de Durval de Lara Filho. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 36-41, 1995.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 136 p.

SCHEUER, Josiele; BEDIN, Jéssica; SENA, Priscila Machado Borges. Mediação cultural em bibliotecas públicas de Curitiba. **Informação@Profissões**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 38–53, 2020. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/infoprof/article/view/41254. Acesso em: 15 nov. 2025.

SCHUTZ, Alfred. **Fenomenologia e relações sociais**. Organização e introdução de Helmut R. Wagner. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. 319 p.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. 9. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 268 p.

SHERA, Jesse Hauk. Sobre biblioteconomia, documentação e ciência da informação. *In*: FOSKETT, Douglas John (org.). **Ciência da informação ou informática?** Tradução de Hagar Espanha Gomes. Rio de Janeiro: Calunga, 1980. p. 91-105.

SILVA JUNIOR, Josemar Elias da; OLIVEIRA, Ana Lúcia Tavares de. Patrimônio cultural, identidade e memória social: suas interfaces com a sociedade. **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 5, n. 1, p. 3-10, jan./abr. 2018. Disponível em: https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/3775. Acesso em: 21 set. 2025.

SILVA, Alexandra Werneck da; ACHILLES, Daniele; AZEVEDO, Fabiano Cataldo de. Patrimônio bibliográfico brasileiro: um estudo sobre o acervo da biblioteca do Arquivo Nacional. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis/SC, Brasil, v. 25, n. Especial, p. 01-18, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/73903. Acesso em: 13 jul. 2025.

SILVA, Cecília Morena Maria da; MOREIRA, Jonathan Rosa; SILVA, Juliana Rocha de Faria. Comportamiento informacional versus comunicación: aplicación de modelos en contextos multi-disciplinares. **Biblios**: Journal of Librarianship and Information Science, [S. l.], n. 57, p. 43–58, 2015. DOI: 10.5195/biblios.2014.193.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; DUQUE CARDONA, Natalia; SANTOS, Guilherme Fellipin dos. Funções ambientais e/ou ecológicas da biblioteca: ampliando as funções sociais no antropoceno. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 23., 2023. **Anais eletrônicos** [...] São Paulo: ANCIB, 2023. p. 1-15. Disponível em: https://ancib.org/enancib/index.php/enancib/xxxiiienancib/paper/viewFile/1549/1059. Acesso em: 04 jan. 2025.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; CARDONA, Natalia Duque; SANTOS, Guilherme Fellipin dos. Funções ambientais e/ou ecológicas da biblioteca: ampliando as funções sociais no Antropoceno. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 23., 2023. **Anais eletrônicos** [...] São Paulo: ANCIB, 2023. p. 1-15. Disponível em: https://ancib.org/enancib/index.php/enancib/xxxiiienancib/paper/viewFile/1549/1059. Acesso em: 01 dez. 2024.

SILVA, Igor Oliveira da; MARTINS, Gracy Kelli. A dimensão intercultural da informação nos monumentos da América do Sul. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 23., 2023. **Anais eletrônicos** [...] São Paulo: ANCIB, 2023. p. 1-16. Disponível em: https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxxiiienancib/paper/viewFile/1719/1174. Acesso em: 04 jan. 2025.

SILVA, Igor Oliveira da; MARTINS, Gracy Kelli. Apropriação da memória pela Ciência da Informação e o papel legitimador das Instituições de Memória. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 28, n. 2, e-109562, abr./jun. 2022. Disponível em: https://doi.org/10.19132/1808-5245282.109562. Acesso em: 20 set. 2025.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; GOMES, Henriette Ferreira Gomes. Conceitos de informação na Cência da Informação: percepções analíticas, proposições e categorizações. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.25, n.1, p. 145-157, jan./abr. 2015.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; FARIAS, Maria Giovanna Guedes. Reflexões teóricas sobre a construção paradigmática da Ciência da Informação: considerações acerca do(s) paradigma(s) cognitivo(s) e social. **Biblios Journal of Librarianship and Information Science**, Lima, n. 51, p. 42-56, 2013. DOI: 10.5195/biblios.2013.89.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. **Fundamentos da informação I**: perspectivas em Ciência da Informação. São Paulo: ABECIN Editora, 2017. 271 p.

SILVA, Luiz Eduardo Ferreira da; OLIVEIRA, Bernardina Juvenal Freire de. Mnemosyne infor-comunicativa: a possibilidade axiomática de construção de um conceito de memória para a Ciência da Informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 24, n. 1, p. 135-143, jan./abr. 2014.

SILVA, Renata Oliveira da; ACHILLES, Daniele. Biblioteca pública como terceiro lugar e a construção do capital social. **Revista de Investigación sobre Bibliotecas, Educación y Sociedad**, [S. l.], v. 2, e99941, 2025. DOI: https://doi.org/10.5209/RIBE.99941.

SILVA, Renata Oliveira da; ACHILLES, Daniele; SABBAG, Deise Maria Antonio. Biblioteca pública e o lugar de si e do outro: lugar antropológico ou não-lugar**? Palabra Clave (La Plata)**, La Plata, v. 11, n. 2, e158, 2022. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=350570061010. Acesso em: 19 set. 2025.

SILVEIRA, Clarissa Afonso; TROGLIO, Lucas. Patrimônio bibliográfico: a experiência de uma biblioteca de museu narrada por seus profissionais. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 249-265, dez. 2018/mar. 2019.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento. Biblioteca pública e identidade: percepções intersubjetivas enraizadas em torno da Luiz de Bessa. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 19, n. esp., p.129-150, out./dez. 2014.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento. da. **Biblioteca pública, identidade e enraizamento:** elaborações intersubjetivas ancoradas em torno da Luiz de Bessa. 2014. 257 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento. da. Biblioteca, memória e identidade social. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, p. 67-86, set./dez. 2010.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. Sendas entre o visível e o invisível: a biblioteca como “lugar de memória” e de preservação do patrimônio. **DataGramaZero:** Revista de Informação, [*S.l.*], v. 13, n. 5, out. 2012.

SILVEIRA, Fabrício Nascimento da. As bibliotecas públicas podem transformar as vidas das pessoas? *In*: LESSA, Bruna; LINS, Ivana. **Para que serve a biblioteca pública?** novas configurações para o século XXI. Salvador: EDUFBA, 2021. p. 65-90.

SILVEIRA, Lúcia *et al.* Ciência aberta na perspectiva de especialistas brasileiros: proposta de taxonomia. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 27, p. 1-31, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.5007/1518-2924.2021.e79646. Acesso em: 06 set. 2024.

SMITH, Laurajane. Desafiando o Discurso Autorizado de Patrimônio. **Caderno Virtual de Turismo**, [Rio de Janeiro], v. 21, n. 2, p. 140-154, 2021. Disponível em: https://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/article/view/1957. Acesso em: 13 jul. 2025.

SMITH, Laurajane. Intangible Heritage: a challenge to the authorised heritage discourse? **Revista d’Etnologia de Catalunya**, [Barcelona], n. 40, p. 133-142, jun. 2015.

SMITH, Laurajane. **Uses of heritage**. London; New York: Routledge, 2006. 369 p.

SOARES, Francisco Sérgio Mota *et al*. **A Biblioteca Pública da Bahia**: dois séculos de história. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2011. 204 p.

SOUSA, Ana Claudia Medeiros de; OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de. Documentos musicográficos como dispositivos de memória cultural. **LOGEION: Filosofia da informação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 1-17, e-7245, jul./dez. 2024.

SOUSA, Antonio Gouveia de *et al*. Pós-modernidade, complexidade e suas nuances na Ciência da Informação. **LOGEION: Filosofia da informação**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 65-81, mar./ago. 2022.

SOUSA, Margarida M.; FUJINO, Asa. Estudos de usuários de informação por alunos de Biblioteconomia: principais enfoques em trabalhos de pesquisa. *In*: RODRÍGUEZ BRAVO, Blanca; RIBEIRO, Fernanda (coord.). **Globalização, ciência, informação**: atas do VI Encontro Ibérico EDICIC 2013. [Porto: FLUP], 2013. p. 514–527.

SOUSA, Rosilene Paiva Marinho de; OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de; AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de. Informação e patrimônio cultural: uma definição jurídica de informação patrimonial. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 20, n. 3, p. 101-115, jul./set. 2015.

SOUZA, Edvanio Duarte de. **A Epistemologia Interdisciplinar na Ciência da Informação**: dos indícios aos efeitos de sentido na consolidação do campo disciplinar. 2011. 347 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

SOUZA, Edvanio Duarte de. A institucionalização da Ciência da Informação no Brasil: elementos disciplinadores do campo científico. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 22, n. esp., p. 49-64, 2012b.

SOUZA, Edvanio Duarte de. Configurações do campo da Ciência da Informação: pluralismo epistemológico e descentração interdisciplinar. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 5, n. 1, 2012a.

SOUZA, Elisabete Gonçalves de; SANTOS, Vinicius Ribeiro Soares dos; MAFRA, Hugo Figueiredo. Biblioteca escolar, mediação e letramento informacional. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 14, n. 2, p. 600-616, maio/ago. 2021. Disponível em: https://doi.org/10.26512/rici.v14.n2.2021.31670. Acesso em: 18 set. 2025.

SOUZA, Elisabete Gonçalves. Políticas públicas e bibliotecas no Brasil: conhecendo o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas - SNBP. **Informação & Informação**, Londrina, v. 25, n. 4, p. 357–376, 2020. DOI: 10.5433/1981-8920.2020v25n4p357.

SOUZA, Helen Rose Leite Rodrigues de; CARVALHO, Carla. Unschooling: um estudo de caso sobre percursos de mediação cultural. **Práxis Educativa**, [S. l.], v. 15, p. 1-19, 2020. DOI: 10.5212/PraxEduc.v.15.14790.041.

SOUZA, Mariana Jantsch. A memória como matéria para uma identidade: apontamentos teóricos acerca das noções de memória e identidade. **Revista Graphos**, João Pessoa, v. 16, n. 1, p. 91-117, 2014.

SOUZA, Mateus de Araújo. **A cultura material escolar no Lyceu Maranhense (1838-1889).** 2022. 206 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2022. Disponível em: https://tedebc.ufma.br/jspui/bitstream/tede/4313/2/MATEUSDEARA%C3%9AJOSOUZA.pdf. Acesso em: 28 jul. 2024.

SOUZA, Willian Eduardo Righini de. A biblioteca pública como um espaço em disputa. **Informação & Informação**, [S. l.], v. 26, n. 3, p. 550–575, 2021. DOI: 10.5433/1981-8920.2021v26n3p550.

SOUZA, Willian Eduardo Righini de. Atendimento ao usuário da biblioteca pública em situação de vulnerabilidade social: possibilidades, desafios e cooperação entre bibliotecários e assistentes sociais. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 19, p. 1-20, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.58876/rbbd.2023.1911942. Acesso em: 01 out. 2025.

SPUDEIT, Daniela Fernanda Assis de Oliveira; VITORINO, Elizete Vieira. Diretrizes para o desenvolvimento da competência em informação para bibliotecas públicas com foco nas pessoas em situação de rua. **Revista Brasileira de Biblioteconomia**

e Documentação, São Paulo, v. 19, p. 01-28, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.58876/rbbd.2023.1911947. Acesso em: 20 set. 2025.

SPUDEIT, Daniela Fernanda Assis de Oliveira. **Diretrizes para o desenvolvimento da competência em informação em bibliotecas públicas com foco nas pessoas em situação de rua**. 2021. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

SPUDEIT, Daniela Fernanda Assis de Oliveira; VITORINO, Elizete Vieira. Diretrizes para o desenvolvimento da competência em informação para bibliotecas públicas com foco nas pessoas em situação de rua. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 19, p. 1-28, 2023. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1947. Acesso em: 15 nov. 2025.

STRAUSS, Claudia; NAOMÍ Quin. **A Cogriitive Theory of Cultural Meaning**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

STUDART, Vítor Melo. **Integração sistêmica da atividade estatal de proteção do Patrimônio Cultural no Brasil**. 2017. 116 f. Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional) – Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2017.

SUAIDEN, Emir José; LEITE, Cecília. A biblioteca pública no contexto histórico das desigualdades. *In*: LESSA, Bruna; LINS, Ivana. **Para que serve a biblioteca pública?** novas configurações para o século XXI. Salvador: EDUFBA, 2021. p. 153-165.

SUMMERS, Sarah; BUCHANAN, Steven. Public libraries as cultural hubs in disadvantaged communities: developing and fostering cultural competencies and connections. **Library Quarterly**: Information, Community, Policy, [S. l.], v. 88, n. 3, p. 286-302, 2018.

TAMASO, Izabela. A expansão do patrimônio: novos olhares sobre velhos objetos, outros desafios. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 8, n. 2, p. 13-36, jul./dez. 2005.

TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho. **Paradigma custodial e pós-custodial da Biblioteconomia e Ciência da Informação**. [Natal, RN: UFRN], 2021. 22 p. Disponível em: https://figshare.com/articles/presentation/Paradigma_custodial_e_p_s-custodial_da_Biblioteconomia_e_Ci_ncia_da_Informa_o/13667474. Acesso em: 08 jul. 2024.

TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho *et al*. A literatura afro-brasileira no Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas da Bahia. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 16, p. 1-24, 2020.

TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho. Da prática à produção do conhecimento: bibliotecas e biblioteconomia pré-científica. **RDBCI:** Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, SP, v. 16, n. 3, p. 254-273, set./dez. 2018.

TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho. A constituição da biblioteconomia científica: um olhar histórico. **RDBCI**: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, v. 14, n. 2, p. 217–231, maio/ago. 2016.

TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho. **Saberes científicos da Biblioteconomia em diálogo com as Ciências Sociais e Humanas**. 2016. 233 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho; SOUZA, Gustavo Tanus Cesário. Decolonizando os acervos das bibliotecas públicas: formação de coleções de literatura afro-brasileira. **Palabra Clave (La Plata),** v. 12, n. 1, e170, p. 1-22, out. 2022-mar. 2023. Disponível em: https://doi.org/10.24215/18539912e170. Acesso em: 19 set. 2025.

TARGINO, Maria das Graças. A interdisciplinaridade da Ciência da Informação como área de pesquisa. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 5, n. 1, p. 12-17, 1995.

TAYLOR, Diana. **O arquivo e o repertório**: performance e memória cultural nas Américas. Tradução de Eliana Lourenço de Lima Reis. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. 430 p.

TELLES, Mário Ferreira de Pragmácio. **Proteção ao Patrimônio Cultural Brasileiro**: análise da articulação entre tombamento e registro. 2010. 115 f. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

THIESEN, Icléia. Da (im)possibilidade do esquecimento. *In*: THIESEN, Icléia; SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. **Paradoxos do esquecimento**: memória, história e informação. Rio de Janeiro: Editora 7Letras, 2023. p. 27-50.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna:** teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 427 p.

TOGNOLI, Natália Bolfarini. **A contribuição epistemológica canadense para a construção da arquivística contemporânea**. 2010. 120 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

TRACTENBERG, Leonel; STREUMER, Jan; VAN ZOLINGEN, Simone. Career counselling in the emerging post-industrial society. **International Journal for Educational and Vocational Guidance**, [S. l.], v. 2, p. 85–99, 2002. DOI: https://doi.org/10.1023/A:1016001913952.

TRAKILOVIĆ, Milica. Bodies making spaces: understanding the airport as a site of dissonance. *In*: LÄHDESMÄKI, Tuuli; PASSERINI, Luisa; KAASIK-KROGERUS, Sigrid; VAN HUIS, Iris (ed.). **Dissonant heritages and memories in contemporary Europe**. Cham, Switzerland: Palgrave Macmillan, 2019. p. 137-156.

TRIGUEIRO, Rodrigo de Menezes. *et al*. **Metodologia científica**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional, 2014. 184 p.

TRIQUES, Maria Lígia; ALBUQUERQUE, Ana Cristina de. O lugar do "patrimônio cultural" nos estudos contemporâneos da Ciência da Informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., 2022, Porto Alegre. **Anais eletrônicos** […]. São Paulo: ANCIB, 2022. Disponível em: https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxiienancib/paper/view/980. Acesso em: 20 set. 2025.

TUNBRIDGE, John; ASHWORTH, Gregory John. **Dissonant heritage**: the management of the past as a resource in conflict. Chichester: John Wiley & Sons, 1996. 299 p.

UMPIERRE, Larissa Weber. **Infraestrutura de ciência cidadã e o conceito media lab para bibliotecas públicas**: proposições de um modelo. 2023. 147 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Porto Alegre, 2023.

UNESCO. Public library manifesto. **UNESCO Bulletin for Libraries**, v. 26, n. 3, p. 13-14, may/jun. 1972. Disponível em: https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/public-libraries/documents/unesco-public-library-manifesto-1972.pdf. Acesso em: 09 set. 2024.

UNESCO. **Recomendação referente à Proteção e Promoção dos Museus e Coleções, sua Diversidade e seu Papel na Sociedade**. Brasília, DF: UNESCO, 2015. 14 p. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000247152. Acesso em: 20 jun. 2025.

UNESCO. **The public library**: a living force for popular education. Paris: UNESCO, 1949. 3 p. Disponível em: https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/public-libraries/documents/unesco-public-library-manifesto-1949.pdf. Acesso em: 09 set. 2024.

VAN HUIS, Iris *et al*. Introduction: Europe, heritage and memory: dissonant encounters and explorations. *In*: LÄHDESMÄKI, Tuuli; PASSERINI, Luisa; KAASIK-KROGERUS, Sigrid; VAN HUIS, Iris (ed.). **Dissonant heritages and memories in contemporary Europe**. Cham, Switzerland: Palgrave Macmillan, 2019. p. 1-20.

VAZ, Francisco António Lourenço. A função social da biblioteca na era da informação pública. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 16, p. 1-16, 2020. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1525. Acesso em: 01 out. 2025.

VELÁSQUEZ YEPES, Santiago; ARROYAVE ESTRADA, Jerónimo. Memória em Biblioteconomia: uma abordagem. *In*: CARDONA, Natalia Duque (org.). **Lenguaje, memoria e información:** fundamentación para la Bibliotecología y la CI desde Abya-Yala. Florianópolis: Selo Nyota; Rocha, 2023. p. 225-244.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 237-248, 2006.

VENTURA, Tereza. Cultura Viva: Encantamento e Mobilização por direitos culturais. **Políticas Culturais em Revista**, Salvador, v. 2, n. 7, p.63-83, 2014.

VERA NORIEGA, José Ángel; VALENZUELA MEDINA, Jesús Ernesto. El concepto de identidad como recurso para el estudio de transiciones. **Psicologia & Sociedade**, Recife, v. 24, n. 2, p. 272–282, maio 2012.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**; Foucault revoluciona a história. Tradução Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4. ed. reimpr. Brasília: Ed. UNB, 2014.

VIVEIROS, Jerônimo de. **Benedito Leite:** um verdadeiro republicano. São Luís: Academia Maranhense de Letras; Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, 1960. 340 p.

WADA, Madalena Sofia Mitiko. **Democratização da cultura nas bibliotecas infanto-juvenis**. 1985. 138 f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1985. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-93RKLG. Acesso em: 13 fev. 2024.

WALSH, Catherine. ¿Son posibles unas ciencias sociales/culturales otras? Reflexiones en torno a las epistemologías decoloniales. **Nómadas**, Colombia, n. 26, p. 102-113, abr. 2007. Disponível em: https://nomadas.ucentral.edu.co/nomadas/pdf/nomadas_26/26_10W_Sonposiblesunascienciassociales.pdf. Acesso em: 01 dez. 2024.

WALSH, Catherine. Interculturalidad crítica y educación intercultural. *In*: VIAÑA, Jorge; TAPIA, Luis; WALSH, Catherine. **Construyendo Interculturalidad Crítica.** La Paz, Bolivia: Instituto Internacional de Integración del Convenio Andrés Bello, 2010. p. 75-96.

WALSH, Catherine. Interculturalidad y (de)colonialidad: perspectivas críticas y políticas. **Visão Global**, Joaçaba, v. 15, n. 1-2, p. 61-74, jan./dez. 2012.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: insurgir, re-existir e re-viver. In. CANDAU, V. M. (Org.). **Educação intercultural na América Latina**: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. p. 12-43.

WALSH, Catherine. Interculturalidad y colonialidad del poder: un pensamiento y posicionamiento “otro” desde la diferencia colonial. *In*: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón. **El giro decolonial:** reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontifi cia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007. p. 47-62.

WALSH, Catherine. Las geopolíticas de conocimiento y la colonialidad del poder. Entrevista a Walter Mignolo. *In*: WALSH, Catherine; SCHIWY, Freya; CASTRO-GÓMEZ, Santiago (ed.). **Indisciplinar las ciencias sociales**: geopolíticas del conocimiento y colonialidad del poder - Perspectivas desde lo andino. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar, Abya Yala, 2002. p. 17-44.

WANDERLEY, Ana Isabel Ferreira; MARTINS, Gracy Kelli. Da redução à pluralidade: reflexões sobre a descolonização do domínio da indumentária. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., 2022. **Anais eletrônicos** [...] São Paulo: ANCIB, 2022. p. 1-12. Disponível em: https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxiienancib/paper/view/1117. Acesso em: 04 jan. 2025.

WEI, Qiongqiong; WANG, Shiqing. Library user behavior based on a bipartite knowledge interaction network from the perspective of knowledge ecosystems. In: IEEE DATA DRIVEN CONTROL AND LEARNING SYSTEMS (DDCLS), 14., 2025, Wuxi, China. **Proceedings** [...] Piscataway: IEEE, 2025. p. 177-182. DOI: https://doi.org/10.1109/DDCLS66240.2025.11065389.

WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais**. Tradução de Augustin Wernet. Introdução de Maurício Tragtenberg. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2022. 615 p. E-pub.

WERNECK, Alexandra; ACHILLES, Daniele; AZEVEDO, Fabiano Cataldo de. Patrimônio bibliográfico brasileiro: um estudo sobre o acervo da Biblioteca do Arquivo Nacional. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 25, esp., e73903, 2020.

WERTHEIN, Jorge. A sociedade da informação e seus desafios. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 29, n. 2, p. 71-77, maio/ago. 2000.

WHITING, James; HANNAM, Kevin. Creativity, self-expression and leisure. **Leisure Studies**, [S. l.], v. 34, n. 3, p. 372–384, 2014. DOI: https://doi.org/10.1080/02614367.2014.923494.

WICHERS, Camila Azevedo de Moraes. **Patrimônio arqueológico paulista**: proposições e provocações museológicas. 2011. 382 f. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 7-72.

YEPES, Santiago Velásquez; ESTRADA, Jerónimo Arroyave. Memória em Biblioteconomia: uma abordagem. *In*: CARDONA, Natalia Duque (org.). **Lenguaje, memoria e información:** fundamentación para la Bibliotecología y la CI desde Abya-Yala. Florianópolis: Selo Nyota; Rocha, 2023. p. 225-244.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

BLOCO 1 – TRAJETÓRIA PESSOAL E RELAÇÃO COM A LEITURA

1. Você se lembra de como a leitura começou a fazer parte da sua vida? Seus familiares tinham o hábito de ler?
2. Você estudou em quais escolas e até que etapa? Havia bibliotecas nas escolas? Você as frequentava?
3. Quais outros lugares da cidade você frequentava durante sua infância e juventude? Como esses lugares marcaram sua formação/trajetória pessoal?

BLOCO 2 – PRIMEIROS CONTATOS E EXPERIÊNCIAS COM A BPBL

4. Como você conheceu a Biblioteca Pública Benedito Leite?
5. Que impressões ou sentimentos você teve ao visitar a BPBL pela primeira vez?
6. Em qual fase da sua vida você mais frequentou a biblioteca? Com que frequência vinha ou vem atualmente?

BLOCO 3 – USOS, VIVÊNCIAS E SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS À BPBL

7. Que tipo de atividades ou serviços você procurava na biblioteca? Havia algum setor ou tipo de obra que você acessava com mais frequência? O que isso representa/representava para você?
8. Que tipo de experiências você vivenciou na BPBL? Fez amizades? Participou de eventos? Algo te marcou especialmente?
9. Você se recorda de algum fato, memória ou sensação que a BPBL desperta em você quando passa por ela ou visita o espaço?

BLOCO 4 – BPBL, MEMÓRIA, IDENTIDADE E PATRIMÔNIO CULTURAL

10. Você acredita que a BPBL contribui para a valorização da memória e do patrimônio cultural de São Luís? De que forma?
11. Que elementos da biblioteca ou de seu entorno (como a Praça Deodoro, Liceu Maranhense, Rua Grande) você associa à história da cidade e à sua própria história? Se pudesse relatar um pouco disso.
12. Em sua opinião, qual o papel/lugar da Biblioteca Benedito Leite na construção da identidade cultural dos ludovicenses e dos maranhenses?
13. Como você definiria o lugar da BPBL em sua vida pessoal, formação e visão sobre São Luís?
14. Você considera a BPBL um patrimônio cultural da cidade e do Maranhão? Por quê?

APÊNDICE B – ESPELHO DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
DOUTORADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) participante, este é um convite para a participação na pesquisa intitulada: **A BIBLIOTECA PÚBLICA BENEDITO LEITE E SUAS REPRESENTAÇÕES EM SÃO LUÍS, MA:** as tecituras interculturais das bibliotecas públicas na modulação de referenciais identitários e suas interfaces com a memória e o patrimônio cultural.

Por se tratar de um indivíduo frequentador e que faz uso dos serviços prestados no âmbito do setor referência e informação de forma assídua e constante na Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL), você foi escolhido para contribuir com o desenvolvimento desta pesquisa de Doutorado. Todavia, ressalta-se que a qualquer momento você pode desistir de participar da pesquisa e retirar seu consentimento. Pontua-se que a pesquisa tem por objetivo geral investigar de que modo a Biblioteca Pública Benedito Leite se constitui como espaço de construção de representações identitárias nas trajetórias de vida de seus frequentadores, considerando suas articulações com a memória e o patrimônio cultural em São Luís do Maranhão.

Evidencia-se que toda pesquisa incorre em riscos para os participantes, porém os riscos relacionados à sua participação são mínimos, podendo ser de ordem psicológica, uma vez que poderá haver pequeno desconforto com relação à presença do pesquisador durante a realização das entrevistas. Além disso, pode ocorrer da participação na pesquisa comprometer suas atividades diárias, tendo em vista o desprendimento de pelo menos 30 (trinta) minutos de seu tempo. Todavia, tais riscos são minimizados em detrimento da contribuição de sua participação para o fortalecimento da Biblioteca Pública Benedito Leite enquanto instituição informacional, cultural e patrimonial na cidade de São Luís, logo sem quaisquer implicações legais.

Ressalta-se que todos os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos, nos termos da **Resolução Nº 466/2012 e Resolução Nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde**. Desse modo, nenhum dos procedimentos adotados para coleta de dados nesta pesquisa implicará em riscos à sua imagem, integridade física, psicológica ou dignidade humana.

A pesquisa contribuirá no aprimoramento dos serviços educativos, serviço de referência e informação desenvolvidos pela BPBL; Auxiliar os profissionais na realização das atividades de educação patrimonial e mediação da informação e cultura; Servir de guia para outras bibliotecas de São Luís e do Estado do Maranhão como norteador de serviços educativos, estratégias de valorização da cultura local na ótica dos frequentadores, tendo em vista que a BPBL é referência no Estado; Servir de instrumento de planejamento e desenvolvimento de ações futuras pela instituição investigada, bem como a composição de políticas públicas pela Secretaria de Estado da Cultura. Vale ressaltar que sua participação nesta pesquisa não incorrerá em compensação financeira, uma vez que é desenvolvida sem fins lucrativos, não favorecendo benefícios econômicos.

As informações obtidas nesse estudo serão confidenciais, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação em todas as fases da pesquisa, e quando da apresentação dos resultados em publicação científica ou educativa, uma vez que os resultados serão sempre apresentados como retrato de um grupo e não de uma pessoa. Você poderá se recusar a participar ou a responder as questões a qualquer momento, não havendo nenhum prejuízo pessoal se esta for a sua decisão. Todo material coletado durante a pesquisa ficará sob a

guarda e responsabilidade do pesquisador responsável pelo período de 5 (cinco) anos e, após esse período, será destruído.

Caso aceite participar desta pesquisa, informa-se que a coleta de dados contemplará a concessão de **entrevistas**, a serem definidas e agendadas mediante a disponibilidade dos participantes. Os participantes terão além dos benefícios acima descritos, orientações e esclarecimentos a respeito de todo o processo de aplicação dos instrumentos. Todas as informações obtidas por meio desta pesquisa serão estritamente confidenciais, lhe assegurando o total sigilo sobre sua participação, uma vez que não serão solicitados quaisquer dados pessoais. Destaca-se que os dados coletados servirão de insumos para produtos de natureza científica (dissertação, artigos científicos, publicações eletrônicas, dentre outras), assegurando seu anonimato nas publicações desdobradas da pesquisa. Logo, os produtos da pesquisa serão divulgados com o suporte do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), Curso de Doutorado Acadêmico, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), que poderá ser contatado em caso de questões éticas, pelo telefone: (83) 3216-7791 e e-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br. O Comitê de Ética em Pesquisa é uma autoridade local e porta de entrada para os projetos de pesquisa que envolvem seres humanos, e tem como objetivo defender os direitos e interesses dos participantes em sua integridade e dignidade, contribuindo também para o desenvolvimento das pesquisas dentro dos padrões éticos.

Você receberá uma via deste termo, assinada por ambas as partes, constando o telefone e o endereço do pesquisador principal desta pesquisa, para quaisquer dúvidas ou esclarecimentos que venha a ter sobre o projeto de pesquisa, sua participação, agora ou em momentos posteriores. Além disso, também, é informado o endereço e os contatos do Comitê de Ética em Pesquisa da UFPB, para qualquer reclamação, dúvida ou esclarecimento. Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de **FORMA LIVRE** para participar desta pesquisa. Pedimos que preencha, por favor, os itens que seguem:

CASO AINDA TENHA DÚVIDAS À RESPEITO NÃO ASSINE ESTE TERMO
CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa. Declaro que recebi uma via em igual teor deste termo de consentimento, e autorizo a realização da pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

_____
Assinatura do Participante da Pesquisa

_____
Maurício José Morais Costa
Doutorando em Ciência da Informação (PPGCI-UFPB)
Bibliotecário CRB 13/833

_____
Data

PESQUISADOR PRINCIPAL:
MAURÍCIO JOSÉ MORAIS COSTA, brasileiro, solteiro, Bibliotecário CRB 13/833, com CPF Nº 054.081.433-41, residente e domiciliado na Avenida Gapara, 4, Casa A, Cidade Nova (Estrada do Gapara), São Luís, Maranhão, CEP 65083-430.
Contato: (98) 98852-9927/98138-1964 / **E-mail:** mauricio.jmc@outlook.com

ORIENTADORA: Prof.ª Dr.ª Maria Cleide Rodrigues Bernardino

E-mail: cleide.rodrigues@ufca.edu.br

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (PPGCI-UFPB)
Universidade Federal da Paraíba - Campus 1 - Conj. Pres. Castelo Branco III, João Pessoa - PB, CEP: 58051-900
Telefone: (83) 3216-7483 / **E-mail**: ppgci@ccsa.ufpb.br

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UFPB (CEP-UFPB)
Centro de Ciências da Saúde, 1º andar, Campus I,
Cidade Universitária CEP: 58.051-900 - João Pessoa - PB
Telefone: (83) 3216-7791 / **E-mail**: comitedeetica@ccs.ufpb.br.

APÊNDICE C – INSTRUMENTO DE OBSERVAÇÃO SISTEMÁTICA NÃO-PARTICIPANTE

DATA DA OBSERVAÇÃO	SETOR DA BPBL	TIPO DE ATIVIDADE	ÁREA TEMÁTICAS

OBSERVAÇÃO		
COMPORTAMENTOS/ATITUDES	**SIM**	**NÃO**
Educação		
Atenção		
Participativos		
Observadores		
Curiosos		
Interessados		

CATEGORIAS OBSERVADAS
Atividades desenvolvidas observadas:
Quem prestou o serviço:
Formação dos profissionais envolvidos:
Estratégias, técnicas, metodologias:
Acessibilidade:
Espaços utilizados:
Capacidade de resposta:

ANOTAÇÕES E POTENCIAIS PARTICIPANTES DAS ENTREVISTAS

APÊNDICE D – BREVE BIOGRAFIA DOS PARTICIPANTES DO ESTUDO

Entrevistado 01 (E01) - Chegou a São Luís em 1953, vivendo lá dos 13 aos 15 anos (por volta de 1953 a 1956). Posteriormente, retornou ao interior do Maranhão (especificamente São Bento) e só voltou definitivamente para São Luís em 1988, onde reside atualmente no bairro Renascença. Atuou em um banco após a morte de seu pai. É pesquisador e escritor, com diversos livros publicados e artigos em jornais. Sua dedicação à pesquisa e escrita o levou a pertencer a associações literárias e academias.

Entrevistado 02 (E02) - Nasceu em Teresina e mudou-se para São Luís há 10 anos. Atualmente, ela é funcionária pública. Saiu de um trabalho anterior pela manhã para se dedicar aos estudos, buscando retomar sua formação e mudar de área. Recentemente, conseguiu ser aprovada em um concurso nacional unificado, atribuindo parte desse sucesso à biblioteca.

Entrevistado 03 (E03) – É um ludovicense de 63 anos, é um professor aposentado, formado em Sociologia, que se descreve como meio retraído. Sua trajetória com a leitura é singular, pois, vindo de uma família de classe média baixa sem grande tradição de leitura, ele começou a ler por curiosidade por volta dos 12 anos, fascinado por livros de filosofia e literatura clássica, sem a introdução formal da família ou escola.

Entrevistado 04 (E04) – É uma advogada formada em Direito, que iniciou sua relação ativa com a leitura na graduação, sendo a única de sua família a possuir ensino superior. Originária de São Bento (Maranhão), viveu a maior parte da vida no Rio de Janeiro, retornando a São Luís há cerca de um ano. Ela descobriu a Biblioteca Benedito Leite ao procurar um local para estudar e, há três meses, a frequenta diariamente, utilizando principalmente a sala de leitura para se preparar para concursos públicos.

Entrevistado 05 (E05) – É uma estudante, residente da periferia de São Luís, prestes a se formar em psicologia. Embora nunca tenha se considerado uma leitora assídua por prazer, desenvolvendo seu gosto pela leitura principalmente por viés acadêmico, seu contato com os livros se intensificou significativamente ao começar a trabalhar na Biblioteca Benedito Leite.

Entrevistado 06 (E06) - A participante, uma professora e coordenadora de escola em São Luís, descreve sua trajetória com a leitura começando cedo na escola,

onde ganhou prêmios e foi estimulada pelas bibliotecas escolares, especialmente na Escola Modelo. Cresceu em São Luís, frequentando também o Farol do Saber para estudos em grupo antes da era digital. Curiosamente, sua primeira visita à Biblioteca Benedito Leite foi recente, uma semana antes da entrevista, quando a trouxe seus alunos para celebrar o Dia do Livro Infantil, pois antes a via como um local inacessível.

Entrevistado 07 (E07) - O participante, um professor de história de 46 anos no Liceu, nasceu em Brasília, mas mudou-se para São Luís aos 9 anos e se considera mais maranhense. Seu gosto pela leitura, que começou com quadrinhos, aprofundou-se após o ensino médio, quando, desempregado, passava tempo lendo jornais e livros em bibliotecas sem obrigações. Sua relação com a Biblioteca Benedito Leite começou entre 2004 e 2007, enquanto era estudante de história na UEMA e estagiário no Arquivo Público, utilizando-a para empréstimo de livros de ficção e, mais tarde, para pesquisa de monografia.

Entrevistado 08 (E08) - É um professor de Geografia nascido em São José de Ribamar, na região metropolitana da Grande Ilha de São Luís. Sua relação com a leitura começou cedo, aos seis anos, influenciado por sua mãe, que lhe deu uma Bíblia, e por revistas em quadrinhos, além de seu irmão, que lia muito. Embora não tivesse muito interesse pelas bibliotecas escolares durante sua juventude, sua conexão com elas amadureceu na universidade. Desde 2002, ele frequenta a Biblioteca Pública Benedito Leite de uma a duas vezes por semana, principalmente para ler jornais e revistas antigas na seção de obras raras, atividade que descreve como uma terapia.

Entrevistado 09 (E09) - Nascido em São Luís, passou a infância em São Bento, onde teve seus primeiros contatos com a leitura através de gibis e, posteriormente, livros adultos da coleção "Campeões de Bilheteria" antes dos 12 anos. Ao retornar para São Luís aos 16 anos para estudar no Liceu Maranhense, teve acesso à biblioteca da escola, lendo obras diversas, mas considerava a Biblioteca Benedito Leite elitizada na época, frequentando-a apenas para pesquisas pontuais. Seu envolvimento com a leitura e as bibliotecas se aprofundou durante o mestrado (2014-2015), quando passou a frequentar a Benedito Leite assiduamente para pesquisar obras raras e literatura maranhense, desenvolvendo um senso de pertencimento.

Entrevistado 10 (E10) - Sua formação escolar ocorreu em Bacurituba (MA), onde nasceu, posteriormente viveu no Rio de Janeiro, onde cursou o ensino médio, e

retornou para São Luís onde fez faculdade. Em São Luís, ela frequenta o centro histórico, museus, casas de cultura e o SESC. Seu primeiro contato significativo com a Biblioteca Benedito Leite foi após a graduação, atraída pela grandiosidade da arquitetura do prédio, que a transporta para outra época. Ela visita a biblioteca a cada quinze dias para renovar livros para si e sua filha, utilizando principalmente os serviços de referência e a biblioteca infantil, focando em literatura e participando de atividades culturais e exposições.

Entrevistado 11 (E11) – Estudante de Pedagogia que iniciou seu contato com a leitura muito cedo, influenciada pela compra de gibis da Turma da Mônica por sua mãe. A Biblioteca Benedito Leite sempre esteve presente em seu entorno, mas sua relação com ela se aprofundou através da sogra, que trabalha lá, e por ter feito cursos e estágios na região. Hoje, Alessandra utiliza a biblioteca principalmente para conseguir livros infantis para a faculdade, dada a limitação do acervo da UFMA, e para leitura pessoal.

Entrevistado 12 (E12) – Homem de 54 anos com 50 anos de vivência com a leitura, é funcionário e ex-aluno (com mestrado e pós-graduação) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Vindo de uma família de professores, sua relação com a leitura começou aos 4 anos. Embora tenha frequentado outras bibliotecas, incluindo a da UFMA, ele tem usado a Biblioteca Pública Benedito Leite com frequência há cerca de cinco anos.

Entrevistado 13 (E13) - Professora de Química e Projeto de Vida, com quase uma década de experiência. Natural de Bacabal e residente em São Luís desde os 18 anos, ela narra uma relação com a leitura que começou na infância, com uma biblioteca em casa, mas que se intensificou após a maternidade e durante a pandemia, tornando-se uma terapia e um hábito fundamental. Ela descreve a Biblioteca Benedito Leite como um "recanto de paz e descobertas", elogiando sua capacidade de mesclar o acervo antigo com o contemporâneo e o atendimento acolhedor. A biblioteca se tornou um local de grande importância pessoal, exemplificado pelo reconhecimento de sua filha como "Leitora do Ano" aos quatro anos. Profissionalmente, a professora leva seus alunos do IEMA para conhecer a biblioteca, visando despertar o hábito da leitura e valorizar o espaço.

Entrevistado 14 (E14) - Pesquisadora com formação em História, que teve seus primeiros contatos com a leitura na infância, influenciada por sua mãe leitora e sua inclinação para as ciências humanas na escola. Sua relação mais frequente e

aprofundada com a Biblioteca Benedito Leite começou na graduação, onde se destacou seu primeiro contato com a seção de obras raras, que a impactou significativamente. Desde então, a biblioteca tornou-se um ponto de referência fundamental para suas pesquisas sobre o Maranhão, tanto em seus estudos de mestrado e doutorado quanto para trabalhos que realiza para terceiros, sendo o setor de obras raras o mais utilizado.

Entrevistado 15 (E15) - Nascida em 1951, foi alfabetizada aos três anos de idade por seu pai, que a influenciou no gosto pela leitura. Ela estudou na Escola Técnica Federal do Maranhão em 1973 e trabalhou nos Correios, o que lhe permitiu frequentar a Biblioteca Benedito Leite. Com mais de 50 livros publicados, a maioria cordéis, a participante utiliza a biblioteca regularmente para pesquisar jornais antigos para suas obras.

APÊNDICE E - INSTRUMENTO DE ANÁLISE DO DISCURSO – IAD 1

BLOCO 1 – TRAJETÓRIA PESSOAL E RELAÇÃO COM A LEITURA

DSC 1 – Você se lembra de como a leitura começou a fazer parte da sua vida? Seus familiares tinham o hábito de ler?

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragem (AC)
01	Minha mãe e os meus tios liam muito. Eles me contavam muitas histórias, antes de eu dormir, essas de ninar. Eu passei... Eu me entrosei com um grupo que gostava de ler. Então, para que eu participasse das conversas deles, eu passei a ler. Eles falavam sobre Gonçalves Dias, pois é, da próxima vez eu vou dar pitada.	1 Influência da família (mãe, pai, tios, entre outros) no hábito da leitura. 2 Adoção da leitura por necessidade de socialização com amigos.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
02	Eu comecei a ler desde muito cedo, porque na escola tinham os paradidáticos e aí a princípio foi meio que imposto porque tinha os paradidáticos que eram de leitura obrigatória, só que à medida que a gente foi lendo esses paradidáticos, a gente foi começando a se empolgar, a querer conhecer mais e aí cada mês eu lembro que a gente tinha um autor que era escolhido na sala de aula. Então, assim, desde a sexta série, que a gente já lê esses paradidáticos em sala de aula. Aí, quando chegou a oitava série, ensino médio, só foi aumentando, que eram os requisitos para os vestibulares. E eu sou, assim, apaixonada por literatura, por leituras. Na minha família não tinha muitos leitores, não tinha muito acesso, muita oportunidade. E isso me serviu como uma ferramenta de incentivo para poder buscar a leitura.	1 Começou a ler por obrigação escola 2 A obrigação escolar evoluiu para um gosto pela leitura. 3 A ausência de leitores na família serviu como incentivo para a busca pela leitura.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
03	Essa coisa da leitura é até interessante ser pra mim porque, na minha família, eu sou, assim, família de classe média baixa, e meu pai, pra você ter uma ideia, ele só teve uma escolaridade até o segundo ano, o primário. Era um sujeito de uma inteligência, assim, de uma vivacidade e tal, mas não tinha nenhum estudo. Então, eu não me lembro... Por exemplo, em casa, tinha muito pouco livro. Eu me lembro da felicidade que foi quando comprou a Biblioteca Barça. Aí, o investimento, uma coisa que ia... Mas eu, esse tempo todo, assim, não me lembro do que... Eu sempre fico dizendo, eu não sei quem botou o livro na minha mão, eu não sei. As lembranças mais antigas é o seguinte, minha mãe trabalhava no... na Rua Grande, perto do Caiçara, que é onde tinha a loja melhor de revistas e tal. E eu era muito curioso, assim, de placar, estar comprando essas coisas e tal. De repente, eu me vi comprando, ainda muito cedo, 12 anos, vamos dizer, livros da coleção universidade. De repente, eu estava lendo. Era livro de Rotterdam, Diálogo de Platão, não sei o quê, sem entender	1 A origem do hábito de leitura é desconhecida e não teve influência familiar. 2 O interesse pela leitura surgiu de curiosidade e fascínio próprios, mesmo sem compreensão total. 3 O hábito de leitura era percebido pelos outros como um comportamento incomum ("estranho").	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragem (AC)
	propriamente coisa nenhuma, mas também fascinado. Então, eu tenho algumas fotos antigas, que era aquele negócio. Que menino estranho, ele acorda, toma um banho, e aí vai para o terraço ler, entendeu? Todo mundo achava aquilo muito estranho. E eu pensando aqui que realmente eu não sei quem botou o livro na minha mão. Porque não era uma coisa que eu possa dizer veio de família, que tinha esse... Mas aí sempre foi esse fascínio. E a biblioteca, a biblioteca aqui, a Biblioteca Central, eu, na verdade, não tinha, assim, contato com ela. Eu nunca me lembro o tempo de colégio, de eu entrar na biblioteca.		
04	Sim, eu me lembro, assim, começou a fazer parte da minha vida ativamente quando eu ia para a faculdade. Porque, assim, durante o meu período de... Ensino Médio, Fundamental, que na minha época era Ensino Médio e Fundamental, eu lia mais por questão de educação, né? Nessa época a gente não tinha uma percepção real do quão importante é a leitura, o estudo de uma forma geral, né? Então eu realmente comecei a fazer parte da minha vida mesmo quando eu entrei na graduação. Eu sou formada em Direito e foi aí que eu comecei realmente a me dedicar a essa questão do estudo. Infelizmente não, não tem. Da minha família eu sou a única formada, inclusive. Minha mãe trabalhou em casa de família, inclusive ela trabalha. Meus irmãos todos conseguiram concluir o ensino médio, mas não deram sequência. E eu sou a única que realmente consegui formar.	1 A leitura se tornou uma prática ativa somente na graduação. 2 Antes da faculdade, a leitura era uma obrigação escolar, sem percepção de sua importância. 3 Não houve influência familiar para a leitura ou para os estudos superiores.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
05	Na verdade, a leitura é algo extremamente indispensável na vida de todo mundo, né? Honestamente, é algo que entra na vida de uma pessoa desde os primórdios ali da infância mesmo. Só que leitura é diferente da gente ser realmente um leitor frequente, né? De amar esse mundo. E, particularmente, sendo bem sincera, ser leitora nunca foi mesmo o meu tipo de pessoa, nunca foi o meu forte. Gosto de ler, sempre gostei, mas assim, por viés acadêmicos, nunca fui muito apaixonada por outro tipo de leitura, né? Mas a partir do momento que eu vim trabalhar aqui, indispensavelmente eu tive e tenho esse contato com a leitura, não somente acadêmico, apesar de ser um setor a qual aqui eu sou responsável, mas eu tive esse contato maior com outras áreas, com a literatura, com assuntos aqui também que a gente tem de religião, de tudo um pouco. Aqui na biblioteca a gente tem um acervo extremamente variado. Então, eu tive realmente esse contato maior de me tornar quase, digamos que, uma leitora foi a partir do momento que eu vim trabalhar aqui na biblioteca. Eu não tive pra onde correr.	1 Distinção entre o ato de ler e ser um leitor por paixão. 2 A leitura era restrita ao viés acadêmico e não um hobby. 3 O hábito de leitura diversificada surgiu por uma obrigação profissional no ambiente da biblioteca.	"A leitura é algo extremamente indispensável na vida de todo mundo".

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragem (AC)
06	Na escola. A escola foi a minha primeira fonte de inspiração para a leitura. Eu sempre fui muito leitora, principalmente quando eu era criança. Ganhava os prêmios de leitora do mês da escola, era bem legal. Então, eu me lembro mesmo de... segundo ano, que antigamente era a segunda série, tinha sete anos mais ou menos, e aí eu comecei a ter essa vontade de ler. O prêmio da biblioteca também era algo que estimulava bastante os alunos, como até hoje acontece ainda.	1 A escola como principal fonte de inspiração para a leitura na infância. 2 Prêmios e estímulos escolares como motivadores do hábito de leitura.	
07	Eu me lembro de ler na infância, mas eu não tinha um gosto muito apurado pela leitura. Eu acho que a leitura entrou, não tenho certeza, mas eu acho que foi pela via dos quadrinhos. Então eu lia. Meu irmão gostava muito de HQs, da Marvel, da DC Comics. Eu lia também quando eu fui alfabetizado. E li algumas poucas coisas na escola. do ensino que hoje é fundamental 1. Agora, o meu gosto pela leitura mais aprofundado, por incrível que pareça, começou depois da escola. Porque quando eu terminei o ensino médio, eu morava na Vila Quiola, que fica na estrada de Ribamar, e eu não consegui emprego e nem entrei na universidade de imediato. Então, como eu não tinha muita coisa pra fazer, eu ia pro Farol. Tem um farol na Estrada de Ribamar, no Maiobão. Que infelizmente hoje tá fechado, né? Tá lá, coberto de mato. Mas eu ia pra ler os jornais. porque eles sempre tinham os jornais à disposição, principalmente a parte dos esportes. E aí eu tinha um contato na escola com amigos que liam bastante, que escreviam poesia, mas eu só os acompanhava. E eu ia ler, acho que hoje eu sou educador, eu sei que isso é um problema sério, porque a gente quer ter o mesmo ritmo dos outros. E o meu ritmo de leitura é muito lento, muito lento. Então, estando na biblioteca sem ter o que fazer, eu tinha muitas opções de livro, eu podia ler tudo que eu queria do que estava disposto ali e eu não tinha obrigação com rigorosamente nada. Eu comecei muitos livros que eu deixei pelo meio, li muitos contos, muitas crônicas que têm menos volume. E nesse ritmo, eu fui pegando gosto pela leitura. Então, o que eu tenho hoje de mais gosto pela leitura, eu me lembro dessa época. Essa época é o que é mais forte pra mim. Foi mais determinante.	1 O primeiro contato com a leitura foi superficial, através de quadrinhos. 2 O gosto real e aprofundado pela leitura surgiu na vida adulta, em um período pós-escolar. 3 A descoberta do prazer de ler ocorreu em um contexto de liberdade e ausência de obrigações.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
08	Eu lembro, assim, as primeiras lembranças que eu tenho é quando minha mãe meio que me deu uma bíblia sagrada das edições paulinas, né? A qual eu não sou muito fã da tradução dela hoje, mas é outro assunto. E também revistas em quadrinhos, sobretudo da Mônica, Walt Disney, né? Ela entrou nesse viés aí. Assim, pelo nível da minha mãe, de leitura, só tem o ensino médio, ela	1 Influência da mãe através de leituras religiosas e quadrinhos. 2 Influência do irmão como uma	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragem (AC)
	lia até bem para aquele padrão. Não concordo que o padrão seja esse, mas é o padrão imposto. O meu irmão lia muito mais, né? Aprendi muito com ele. Ele já tinha começado a fazer faculdade, já era funcionário público. E o meu pai gostava de ler jornal. Também, desde o colégio e tudo.	referência de leitor mais avançado. 3 Influência do pai pelo hábito de ler jornais.	
09	Eu nasci aqui em São Luís, mas eu fui morar em São Bento, muito nova. Tinha seis anos de idade, minha mãe se mudou para lá, para trabalhar lá. Levou os dois filhos, eu e minha irmã. E ela passava muito tempo trabalhando, que era em matéria de assistência rural. Só chegava à noite. E eu lembro que o primeiro contato que eu tive foi com revistas de quadrinhos, né? Toma da Mônica, X-Men, eu lembro de ler muito isso de infância. Mas depois, um amigo dela, ele tinha uma coleção chamada Campeões de Bilheteria, que eram obras literárias que deram origem a filmes. E eu lembro de ler muitas obras dessa coleção, do Stephen King, Carry a Estranha, Christine, o carro assassino, O Iluminado, Rambo, que é um livro de ação bem interessante, até hoje eu lembro dele, Kramer vs Kramer, vários livros dessa coleção eu li. Então, antes de ler O Pequeno Príncipe, eu já estava lendo um livro adulto, com menos de 12 anos. Isso porque eu não me interessasse tanto para uma literatura enquanto juvenil, não tinha acesso. Eu fui ler O Pequeno Príncipe, eu fui ler Poliana, porque alguém diz assim, leia isso aqui, que é para a tua idade, mas eu não tive acesso. Então eu fui lendo livros mais adultos, vamos dizer assim. E aí com 16 anos eu vim pra cá, pra São Luís, pra estudar, terminar o ensino médio e estudei aqui no liceu, no Liceu Maranhense. E aí eu tive acesso à biblioteca do Liceu. Uma biblioteca bem interessante. E aí eu lembro de livros como... O Perfume, é Patrick, eu não lembro o sobrenome dele. Lembro de Cristiane F., 13 anos de aguarda para a gente ouvir. Lembro de O Estudante, de Adelaide Carraro, que mudou a minha vida, assim, a percepção sobre as coisas. Aí sim, mas enquanto juvenil, porque os professores passavam, eles tinham essa preocupação. E ali, naquele espaço, a gente tinha acesso a muitos livros da literatura brasileira, da literatura mundial. Lembro-me de começar a ler Moby Dick, mas não terminei, achei muito chato. Lembro-me de começar a ler Dom Casmurro, também não terminei, não era o momento certo. E, engraçado que a gente não vinha aqui para a Benedito Leite. Para a gente era meio que elitizado. Não sei por que, né? A gente não tinha o costume de vir para cá. Apesar de aqui que tem mais calma, até mais próximo, eu lembro de vir poucas vezes. A gente está falando aí do final da década de 90, né? Poucas vezes vim pra cá, mas por causa, me lembro de revistas, jornais,	1 O contato inicial com a leitura na infância foi através de quadrinhos. 2 A leitura de livros "adultos" começou cedo por falta de acesso à literatura juvenil. 3 O acesso a uma biblioteca escolar no ensino médio foi um marco importante. 4 Percepção da principal biblioteca pública (Benedito Leite) como um espaço elitizado.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragem (AC)
	quando pediu, a professora de língua portuguesa pediu pra fazer algum trabalho sobre reportagens, nós vimos pra cá bastante nesse sentido. Mas só procurar livro, né, e a gente não tinha interesse por literatura maranhense. Você disse, porque depois que veio aflorar já a capacidade desse interesse, eu lembro de não ler literatura maranhense, e aqui já tinha, né, já esse acervo bem significativo, mas não vindo assim com tanta assiduidade.		
10	Os primeiros contatos que eu tive foram com os livros que ficavam nas estantes da minha casa. Porque meus pais sempre, principalmente a minha mãe, sempre leu, mas a leitura dela era sempre voltada para a bíblia, a leitura da bíblia ou livros religiosos. Só que acho que não me trouxe muita inspiração. Mas os livros que os meus pais tinham na nossa estante, da casa, foram livros que me instigaram a querer ler. E um dos primeiros livros que eu li, mesmo que eu tenha lembrança de leitura, foi o Despertando para o Eu, que é um livro que eu não lembro nem que é um autor, mas foi um livro que me marcou bastante. E é o único que eu ainda lembro o título. E Romeo e Julieta, que meu pai tinha guardado. Esse daí já era um livro que ele tinha escondido no guarda-roupa dele, pra guardar documentos e algumas fotos. E aí, sem querer, eu olhei e me interessei em ler. Então, foi aí os meus primeiros relatos que eu tenho. A minha memória que eu tenho de primeiras leituras, né? Ficaram ali gravadas.	1 O primeiro contato com a leitura foi através dos livros disponíveis em casa. 2 A leitura religiosa dos pais não foi a principal fonte de inspiração. 3 A inspiração para ler surgiu da descoberta autônoma de outros livros da casa.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
11	Desde muito nova que eu comecei nessa parte da leitura. A minha mãe comprava vários gibis, da Mônica principalmente. Toda vez que a gente ia no São Luís Shopping, ela comprava também. A gente sempre foi muito "rueiro", sempre saiu assim pra rua, principalmente pro shopping. Então, foi com isso que eu comecei a... que eu aprendi a ler, na verdade. Quando eu fui pra escola, no primeiro ano, já sabia ler, que naquela época era cinco anos, no primeiro ano. E no segundo ano eu só me aperfeiçoei. Sempre estudei na escola pública também. Então, independente se teve alguma coisa ali, acho que a minha família sempre me influenciou mais por causa dos livros da Mônica, dos gibis.	1 O hábito de leitura começou muito cedo por influência da mãe, que comprava gibis. 2 A leitura de gibis em casa levou à alfabetização antes da escola. 3 A influência da família é percebida como mais determinante que a da escola.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
12	Eu tô nessa caminhada desde os 4 anos de idade. Eu tenho 54 anos, tenho 50 anos lendo. Minha família é de professor, a família gosta de estudar e não teve outro caminho pra mim, não teve outra saída.	1 Influência da família (mãe, pai, tios, entre outros)	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
13	Na verdade, eu... Meu pai, em casa, a gente tinha uma biblioteca, tinha uma estante cheia de livros. E ele era aquela pessoa que alimentava, sempre trazia um livro. Só que eu acho que faltou um pouco esse ler junto. Ele não era esse de ler	1 Influência do pai pelo fornecimento de livros, mas sem a prática da leitura conjunta.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragem (AC)
	junto, mas ele me oportunizava as obras. E aí, na adolescência, eu amava antologia poética, Drummond, amava poesia. E a leitura ficou de stand-by na minha vida. Depois da graduação, ficou mais técnica, né? E depois da gravidez, na gestação ainda, eu retomei a leitura. Na pandemia. Como talvez uma terapia, já que a gente teria que ficar mais isolado, né? E primeiro foi o desenvolvimento pessoal, a temática, que eu foquei. E aí ela foi se expandindo para a literatura clássica. Lembro muito bem de um presente que uma amiga me deu. Um livro. Em 2022 ela me deu esse livro. Já estava participando de um clube. Clube dos Pensadores. E aí ela me deu esse livro e aquele livro foi um divisor de águas na minha vida. A partir daquelas reflexões, do que eu me encontrei com aqueles personagens, eu tomei várias atitudes direcionadas.	2 A leitura foi retomada na vida adulta com uma prática considerada terapêutica e desenvolvimento pessoal. 3 Um livro específico, recebido como presente, foi um marco transformador na vida.	
14	Desde criança. Minha mamãe gostava de ler, eu sempre ouvia ela lendo, acho que foi uma referência. Na escola também, sempre fui de humanas, sempre fui mais de literatura, do que de exatas. Eu ia na biblioteca. Não ia sempre, mas eu estava sempre lendo alguma coisa. Ou na biblioteca, ou os livros que eu ganhava, em casa.	1 A mãe como referência de leitora. 2 A escola e a biblioteca como espaços constantes de contato com a leitura.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
15	O meu pai, o pessoal do lado paterno que gostava de ler. Do lado materno, o meu avô materno era fazendeiro e eles cuidavam mais ali de gado, mas ali Nessa época não tinha evolução dos fazendeiros de estar com lavoura e fazenda. Mas o meu pai gostava muito de ler e ele, nós moramos, eu nasci em 51, nós ficamos até 54, lá onde eu nasci. Aí meu avô materno morreu, que era o dono lá da área. E meu pai mudou com a minha mãe e nessa época eles só tinham dois, três filhos já lá pra Pirapemas, que era a terra natal do meu pai e aí lá o meu pai tinha um comércio e uma marcenaria atrás do comércio e o que que aconteceu? o meu pai conseguiu a façanha de me alfabetizar com três anos de idade quando nós chegamos lá, ele já conseguiu me alfabetizar. E a gente só ia para o colégio por sete anos, eram os colégios públicos do interior nesse tempo, só funcionava para quem já estava com sete anos que podia se matricular. Aí quando eu entrei no primeiro semestre, com sete anos, eu já sabia ler. Agora, escrever eu estou tentando até hoje, mas ler eu já sabia. E como a professora que dava aula e tal, aí eu perguntava muita coisa pra ela, porque a maioria dos colegas de turma chegaram sem saber ler, porque tinham uns caras filhos de pais que não sabiam. E tinha pai que sabia, mas não tinha interesse em alfabetizar o filho em casa e tal. Então, eu perguntava as coisas e ela ficava admirada com o que eu falo,	1 Influência decisiva do pai, que alfabetizou o filho em casa aos três anos. 2 O início da escrita poética foi notado e incentivado pelo pai. 3 Uma experiência de sucesso em um evento escolar foi um marco que definiu a vida de escritor.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragem (AC)
	o jeito que eu... falava com ela, né? E meu pai via que lá nos papéis, papel de embrulho, nesse tempo existia um papel de embrulho, ele deve ter conhecido, agora provavelmente não. Então, lá no começo do meu pai tinha esse papel de embrulho e eu ficava escrevendo com o lápis, escrevendo, e ele via que tava tudo rimado, né? E aí o que que aconteceu? Lá na escola, passou o primeiro semestre, Era Rosa Leite, no nome da professora. Era a Escola Reunida Ribamar Pinheiro, lá em Pirapemas. O primeiro semestre passou, quando foi no mês de agosto do segundo semestre, aí começou as aulas, começava em agosto, né? Aí ela disse assim, olha, a diretora disse que é pra você. Em 19 de novembro, você fazer a saudação, à bandeira com o verso de Olavo Bilac. Aí eu olhei pra ela assim, isso não pode ser meu. Aí ela me olhou e não disse nem sim nem não, né? Tava na hora de ir embora pra casa, que era meio-dia. Eu fui-me embora, aí cheguei em casa, eu peguei o papel de embrulho e escrevi: "Tens verde, amarelo e branco, também tens azul anil. É a bandeira mais linda, a bandeira do meu Brasil." Aí passei a limpo para o caderno do colégio e no outro dia eu levei lá para ela mostrar. Ela disse, ah, está muito bom, mas a diretora tinha escolhido o verso lá, mas eu vou levar para ela para ver o que ela diz. Aí levou para a diretora, a diretora disse, ah, pode ser. Aí aprovou. Quando foi no dia 19 de novembro, Eu subi no palco pela primeira vez. Aí todo mundo na porta da escola, que nesse tempo as festas de escola eram na porta. Lá de fora era uma festa para todo o pessoal, que era tempo da ditadura militar. Então o negócio da bandeira brasileira, todo mundo estava... Exatamente. E aí eu cheguei lá e disse a poesia. Como todo mundo bateu palma, eu achei que tinham gostado e eu continuo seguindo o palco até hoje. Deixa eu ver. Até esse livro aqui, que eu nasci um tempo desse, eu botei esse versinho. Deixa eu ver se é esse. Aí hoje eu já tenho mais de 50 livros publicados, entre cordéis e livrinhos maiores. Mas a maioria é Cordel. mas não sei se você já concluiu aí a resposta da primeira pergunta.		

Discursos do Sujeito Coletivo (IAD 2)

DSC	Categoria	Discurso do Sujeito Coletivo (DSC)	Entrevistado
A	A leitura iniciada no ambiente escolar/acadêmico	A escola foi a minha primeira fonte de inspiração para a leitura. Eu sempre fui de humanas, mais de literatura, e ia na biblioteca. Eu era muito leitora quando criança,	E02, E04, E05, E06,

DSC	Categoria	Discurso do Sujeito Coletivo (DSC)	Entrevistado
		ganhava os prêmios de leitora do mês e isso estimulava bastante. Mas, para outros, o começo foi mais por obrigação, porque na escola tinham os paradidáticos. Durante o Ensino Médio, eu lia mais por questão de educação, sem ter uma percepção real do quão importante era. Com o tempo, a gente foi se empolgando. Depois, com 16 anos, tive acesso à biblioteca do Liceu, que era bem interessante, com muitos livros. Foi na escola também que, ao subir no palco e apresentar um verso para a bandeira, todo mundo bateu palma, eu achei que tinham gostado e continuo seguindo o palco até hoje. Meu gosto pela leitura, porém, ficou mais ativo e por viés acadêmico quando entrei na graduação.	E09, E14, E15
B	O papel da família (pela influência ou ausência) na formação leitora	Desde muito nova que comecei a ler, e acho que minha família sempre me influenciou mais. O pessoal do lado paterno gostava de ler. Meu pai conseguiu a façanha de me alfabetizar com três anos de idade; quando entrei na escola, aos sete, eu já sabia ler. Ele tinha uma biblioteca em casa, sempre trazia um livro, oportunizava as obras, só faltou um pouco o ler junto. Minha mãe comprava vários gibis, da Mônica principalmente, e foi com isso que aprendi a ler. Ela também gostava de ler, eu sempre ouvia ela lendo, foi uma referência. Já no meu caso, não era uma coisa que eu possa dizer que veio de família. Meus pais liam, mas a leitura da minha mãe era voltada para a bíblia, o que não me trouxe muita inspiração. Na minha família não tinha muitos leitores, e eu sou a única formada. E essa falta de acesso me serviu como um incentivo para poder buscar a leitura.	E01, E02, E03, E04, E08, E10, E11, E13, E14, E15
C	A descoberta pessoal da leitura por motivações diversas	Eu sempre fico dizendo, eu não sei quem botou o livro na minha mão. O primeiro contato foi com revistas de quadrinhos, mas o que me instigou mesmo foram os livros que meus pais tinham na estante. Sem querer, eu olhei um livro que meu pai tinha guardado e me interessei. Com menos de 12 anos eu já estava lendo livro adulto, porque não tinha acesso à literatura juvenil. Eu me vi comprando livros sem entender nada, mas fascinado. Em outro momento, me entrosei com um grupo que gostava de ler e, para participar das conversas, passei a ler. Já na vida adulta, retomei a leitura como uma terapia, para o desenvolvimento pessoal, e um livro que uma amiga me deu foi um divisor de águas na minha vida. Meu gosto mais aprofundado, na verdade, começou depois da escola; sem ter o que fazer, na biblioteca, eu podia ler de tudo sem obrigação com nada. Aquela época foi mais determinante.	E01, E03, E07, E09, E10, E13
D	O hábito de leitura impulsionado pela obrigação profissional	Sendo bem sincera, ser leitora nunca foi mesmo o meu tipo de pessoa, nunca foi o meu forte. Sempre gostei de ler, mas por viés acadêmicos. Mas a partir do momento que eu vim trabalhar aqui na biblioteca, indispensavelmente eu tive e tenho esse contato com a leitura, não somente acadêmico, mas com outras áreas, com a literatura, com assuntos de religião, de tudo um pouco. Eu tive realmente esse contato maior de me	E05

DSC	Categoria	Discurso do Sujeito Coletivo (DSC)	Entrevistado
		tornar quase uma leitora a partir do momento que eu vim trabalhar aqui. Eu não tive pra onde correr.	

Discurso do Sujeito Coletivo da Ancoragem

DSC	Categoria	Discurso do Sujeito Coletivo (DSC)	Entrevistado
E	A leitura como ferramenta indispensável à vida	Na verdade, a leitura é algo extremamente indispensável na vida de todo mundo, né?	E05

DSC 2 – Você estudou em quais escolas e até que etapa? Havia bibliotecas nas escolas? Você as frequentava?

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragens (AC)
01	-	-	-
02	Não, não tinha. A gente buscava biblioteca fora. Eu fiquei encantada quando eu cheguei aqui.	1 A escola onde estudou não possuía bibliotecas. 2 A busca por biblioteca ocorria fora do ambiente escolar	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
03	Eu nunca me lembro o tempo de colégio, de eu entrar na biblioteca. Minha relação com a biblioteca é muito depois, já na universidade, com um professor fantástico chamado Caldeira, José Ribamar Chaves Caldeira. Então, Caldeira... Ele pegava, assim, o pessoal que ele achava que era mais interessado, de leitura, não sei o quê, gostava de... Ele era muito conhecido da sociologia, e a gente da sociologia termina dando aula pra muitos cursos, tá vendo? Eu fazia história e entrei em contato com ele. E aí ele estava fazendo uma pesquisa de doutorado. Ele tinha acabado o mestrado, que era uma pesquisa sobre as interventorias aqui na década de 30, e estava fazendo um trabalho sobre as fábricas. e querendo gente também para pesquisar. Ele não era um sujeito desse que "a, vou botar os alunos para pesquisar", não. Ele queria que a gente também encontrasse o nosso próprio caminho ali dentro do negócio. Mas aí a primeira vez que eu entrei na biblioteca, tem uma coisa que... Eu fiz, primeiro fui no Dom Bosco, Dom Bosco nesse tempo da era, na Rua do Passeio. Aí eu fiquei até o final do primeiro grau, que era a chamada oitava série. Quando deu o primeiro, que no meu tempo era científico, eu fui para o Batista. Fui para o Batista, fiquei o primeiro ano. Quando deu o segundo ano, eu fui para o ITA, que era um momento, assim, de muita... juventude, rebeldia e tal. Isso aí é a segunda metade dos anos 70. E o Batista, que era um	1 O contato com a biblioteca só ocorreu na universidade, não no período escolar. 2 Trajetória escolar marcada pela passagem em diversas escolas até a conclusão do ensino médio. 3 A entrada na biblioteca universitária foi mediada por um professor que incentivava a autonomia.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragens (AC)
	colégio, de qualquer maneira, religioso, né? Eu achava aquilo tudo muito... Terminei arrumando umas confusões lá de, só na minha cabeça, jogar um ovo no quadro. Aí, pelo sujeito, não descobri quem era, realmente não descobriram. Mas aí terminou por pressão, não dá pra ficar aqui, eu saí de lá. Saí, fui pro ITA, aqui no... que era o... o ITA, que depois se tornou o Mengue. Daí, do ITA, eu também arrumei mais uma lá e tive que sair do Ita. Acabei no CIP, que era um colégio, assim, de beira de ponta de rua, para completar o terceiro grau. E aí fui fazer vestibular para direito. Não queria saber desse negócio, mas meu pai... Eu sempre fui muito fascinado por História, muito por História, e aí eu com outros amigos, com outro que tinha feito para filosofia, também não... Queria fazer filosofia, e o pai aí foi fazer direito, também não deu. Disse logo, rapaz vamos fazer o que a gente quer, do que esse negócio. Aí eu fui fazer história. Fiz a graduação toda aqui.		
04	-	-	-
05	Eu estudei, primeiramente, no Lobinho, que é próximo à minha casa, no Santa Cruz. Sim, pois é. Primeiramente ali, depois eu passei a vida inteira praticamente estudando no Instituto Farina. E depois do Farina eu fui para o Máster. Não, eu frequentava um pouquinho mais no Farina, a gente tinha esse contato um pouquinho maior [com a biblioteca]. Já no Máster, mas mesmo assim também era só quando necessário, né? Geralmente no Farina, não sei hoje em dia se ainda tem, mas sempre tinha um dia da semana que algum professor levava a gente pra biblioteca pra fazer alguma atividade, alguma coisa assim. Já no Máster eu não tive esse contato de realmente procurar, porque como eu já entrei lá vendo o ensino médio, a gente já tem um contato mesmo com a questão do ENEM, da questão vestibular, então a gente acaba não procurando muito isso nos livros, né? Hoje em dia, com a internet, a gente acaba indo por esse viés.	1 Trajetória escolar passando por diferentes colégios (Lobinho, Farina, Máster) 2 A frequência na biblioteca era maior no ensino fundamental, mediada por atividades com professores. 3 A frequência na biblioteca diminuiu no ensino médio devido ao foco no vestibular (ENEM) e ao uso da internet.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
06	Ah, eu me lembro muito da Escola Modelo, que a gente tinha uma biblioteca muito grande lá, muito linda, muito legal. E como eu tô te falando, a gente tinha esse prêmio, essa premiação. Então isso era um estímulo, né? A gente ganhar a leitura do mês. E dentro desse prêmio, dessa premiação, desse certificado que a gente recebia, A gente também recebia alguns livrinhos dentro de um kitzinho que estimulava ainda mais a nossa leitura. Então, pra mim, isso foi preponderante. Hoje, eu até parei mais de ler. Tô lendo menos do que eu lia antes. Quando eu era mais nova, eu lia mais.	1 A escola (Modelo) possuía uma biblioteca grande e de boa qualidade. 2 Prêmios e competições escolares eram um forte estímulo para frequentar a biblioteca e ler. 3 O prêmio incluía livros, o que retroalimentava e fortalecia o hábito de	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragens (AC)
		leitura de forma relevante.	
07	Eu estudei no COLUN, no Colégio Universitário, que na época era na Vila Palmeira. Hoje é na UFMA. Frequentava, porque, como eu afirmei antes, meus colegas escreviam poesia, liam muito, eles até participaram. Teve um projeto para um livro de poesia no Colun, eles participaram. Então, eu os acompanhava, frequentava a biblioteca, mas não tinha aquele... Na verdade, eu tentava imitar o ritmo deles, não conseguia.	1 A trajetória escolar foi no Colun (Colégio Universitário). 2 A frequência na biblioteca era motivada pelo convívio social com colegas leitores. 3 A experiência na biblioteca era acompanhada por um sentimento de não conseguir acompanhar o ritmo dos colegas.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
08	Eu estudei em São Vicente de Paula. Estudei no Máster. E fiz a Universidade Estadual. Pra falar a verdade, biblioteca em escolar, pela minha experiência, é algo... Eu sou professor, né? É algo meio que recente. Na minha época, tinha biblioteca no Máster. Onde eu fiz basicamente o meu, assim, minha fase mais de maturidade. Entre fundamental e Médio foi no Máster. Tinha biblioteca, mas eu nunca me interessei pelos livros de lá. Na verdade, eu nem via os livros de lá. Eu li meus livros aleatório. Fora os didáticos, os de escola, Esse eu não conto, mas eu nunca... Entendeu, né? Tinha biblioteca, ela talvez fosse bem municiada, mas eu... Eu lia por conta própria a revista, os livros, entendeu? Fora os didáticos, os didáticos eram representados. Eu como estudante, no Máster. Essa situação como estudante no Máster. Como professor, as escolas destacadas que eu trabalhei e trabalho, elas têm biblioteca. Entendeu? Isso é na época que eu era aluno. Voltando à época... E já na universidade, sim. Na universidade eu tive de pesquisar mais na biblioteca. Eu já tinha mais idade, tinha 19, 20, 21, 22. Com a biblioteca. E a... Ah, não. Vou chegar aqui depois. Depois eu chego aqui.	1 Trajetória escolar em colégios particulares e universidade estadual. 2 Havia biblioteca na escola, mas não havia interesse ou frequência por parte do aluno. 3 A frequência na biblioteca iniciou-se na universidade por necessidade de pesquisa.	“Pra falar a verdade, biblioteca em escolar, pela minha experiência, é algo meio que recente.”
09	E aí com 16 anos eu vim pra cá, pra São Luís, pra estudar, terminar o ensino médio e estudei aqui no liceu, no Liceu Maranhense. E aí eu tive acesso à biblioteca do Liceu. Uma biblioteca bem interessante. E aí eu lembro de livros como... O Perfume, é Patrick, eu não lembro o sobrenome dele. Lembro de Cristiane F., 13 anos de aguarda para a gente ouvir. Lembro de O Estudante, de Adelaide Carraro, que mudou a minha vida, assim, a percepção sobre as coisas. Aí sim, mas enquanto juvenil, porque os professores passavam, eles tinham essa	1 Trajetória escolar no Liceu Maranhense. 2 A biblioteca da escola (Liceu) era de boa qualidade e proporcionava acesso a um acervo diversificado. 3 O contato com livros específicos na	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragens (AC)
	preocupação. E ali, naquele espaço, a gente tinha acesso a muitos livros da literatura brasileira, da literatura mundial. Lembro-me de começar a ler Moby Dick, mas não terminei, achei muito chato. Lembro-me de começar a ler Dom Casmurro, também não terminei, não era o momento certo.	biblioteca escolar foi transformador.	
10	No ensino médio, não. Se tinha [biblioteca], não era um lugar que era, como até hoje, não é muito... não incentivou muitos alunos a irem. Eu sei por quê. Eu fiz pesquisa lá na escola onde... as escolas onde eu estudei e outras escolas que tem lá. É muito pouco, assim, é bem pouco o incentivo que tem pra... os alunos lerem e visitarem a biblioteca da escola, tanto que normalmente elas ficam fechadas. Então, agora, no Ensino Médio, sim. Como eu já estudei no Rio, a escola era bem conhecida e tinha uma biblioteca bem mais estruturada, mais ocupada de livros. Sim, e aí também eu tinha acesso a outros lugares, a Biblioteca Pública, que na verdade era mais para visitação, e uma biblioteca que eu visitava muito também era a do CCBB, o Centro Cultural do Banco do Brasil.	1 A biblioteca do ensino médio (em São Luís) não era um espaço de incentivo. 2 A falta de incentivo e o fato de as bibliotecas ficarem fechadas são barreiras ao acesso. 3 Experiência contrastante com uma biblioteca escolar bem estruturada em outra cidade (Rio de Janeiro).	"É bem pouco o incentivo que tem pra os alunos lerem e visitarem a biblioteca da escola, tanto que normalmente elas ficam fechadas."
11	Tinha biblioteca. No primeiro ano, estudei no Sá Vale, que é uma escola ali do... do Anil. Então, tem o Sá Vale, que era o menor, que era somente o jardim de infância, eu não estudei lá, era no primeiro ano. Se tinha biblioteca, eu não lembro, mas eu não pegava livro de lá, tanto porque eu já tinha os meus gibis. E quando eu saí de lá, fui pro Sá Vale, que era o maior, que começou o segundo ano. Tinha biblioteca também, só que era totalmente fechada. Não era aberta assim pra gente não, pros alunos não.	1 Trajetória escolar na escola Sá Vale. 2 Desinteresse pela biblioteca escolar por já possuir material de leitura próprio. 2 A biblioteca da escola existia, mas era inacessível (fechada) aos alunos.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
12	Batista Daniel de La Touche, Liceu Maranhense Aqui também, UFMA!	1 Trajetória escolar passando por colégios tradicionais (Batista, Liceu) e universidade federal (UFMA).	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
13	Como eu disse, eu sou do interior, venho da cidade de Bacabal. Na minha escola era uma escola particular, mas a gente não tinha esse espaço de biblioteca. Tinha o incentivo à leitura, mas muito superficial, digamos assim. E aqui eu já vim com 18 anos, diretamente para a UFMA, para fazer graduação. E lá nós tínhamos esse ambiente, né? Temos uma biblioteca, um acervo gigantesco. Só que eu ficava mais no setor técnico. Mas sempre amei estar ali junto com os livros. Às vezes olhar um livro que não tem nada a ver, se for curiosidade.	1 A escola (particular, no interior) não possuía biblioteca. 2 O incentivo à leitura na escola era superficial. 3 O contato com uma biblioteca grande e estruturada só ocorreu na universidade (UFMA). 4 A frequência na biblioteca universitária era focada em áreas técnicas, mas havia um prazer em estar no ambiente.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragens (AC)
14	Não ia sempre, mas eu estava sempre lendo alguma coisa. Ou na biblioteca, ou os livros que eu ganhava, em casa.	1 A frequência na biblioteca era ocasional, mas constante.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
15	Eu frequentava a escola e eu não saía muito fora dos horários da escola devido a esse trabalho que eu fazia como voluntária no comércio do meu pai, que ele ficava na parte de trás, que ele tinha uma oficina de marcenaria e ele dava aula para um bocado de jovens, porque naquela época os jovens podiam aprender, os garotinhos podiam aprender alguma profissão, né? Os pais botavam pra aprender. Então ele ficava lá ensinando e eu ficava na frente, no começo, quando chegava alguém, papai, tem gente. Mas aí logo cedo eu comecei a atender. Aí meu pai fez um banquinho, que eu já era marceneiro, fez um banco. e botava o banquinho lá e eu subia pra atender o pessoal, aí todo mundo gostava de ser atendido por mim. Esse verso é que eu fiz, quando eu fui publicar esse livro, eu botei o verso em olho mesmo. Eu cheguei em São Luís para estudar na Escola Técnica em 1973. E aí logo a Escola Técnica tem biblioteca interna lá dentro.	1 A Escola Técnica possuía uma biblioteca interna.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.

DSC 3 – Quais outros lugares da cidade você frequentava durante sua infância e juventude? Como esses lugares marcaram sua formação/trajetória pessoal?

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragens (AC)
01	Eu sempre fui para São Luís. Mas depois eu voltei para o interior, né? E retornei para o interior Quando meu pai morreu, eu fiz concurso para o banco. Fiquei lá. Mas sempre que vinha, eu vinha aqui. E depois eu vim para cá em 1988. e agora posso vivo por aqui. Em 1975. Era aqui. Onde eu tinha livros, eu já estava presente. Aqui, e o Arquivo Público me deu uma ajuda há muito tempo, porque o Arquivo Público tinha material para mim mais apropriado do que aqui. Aqui os jornais já eram bem poucas, mas eu aproveitei muito a biblioteca pública, os arquivos foram fontes importantíssimas na pesquisa dos meus livros.	1 A frequência de lugares era guiada pela presença de livros. 2 A Biblioteca Pública e o Arquivo Público como lugares fundamentais para a formação de pesquisador/escritor.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
02	-		
03	Eu vivi a universidade de uma forma muito intensa. Eu entrei lá em 80 e saí em 85. Nós estávamos no final da ditadura. A universidade era um local que a gente entendia como uma espécie de local livre, aquele papo. Aqui a polícia não vai entrar, não sei o quê. Então, você passava realmente o dia numa universidade, uma espécie de território de liberdade. Mas sempre... Aí, muita frequência em biblioteca da universidade. Nesse tempo, tinha, ela era dividida em três. E eu tava nesse negócio, todo dia tava lá na biblioteca, isso aí era um compromisso, assim, diário. E eu lia de tudo, porque eu lia muitos	1 A universidade, durante o final da ditadura, foi um espaço de vivência intensa e um território de liberdade. 2 A biblioteca da universidade era um lugar frequentado diariamente.	"A tecnologia moderna (celulares, WhatsApp) é uma força que suga o tempo, domina a mente e destrói a capacidade de concentração."

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragens (AC)
	romances, lia... Era, assim, o tempo quando a gente tá bem novo, que não tem muita obrigação do que tem que ler, sabe? A gente lê vários livros ao mesmo tempo, às vezes não tá nem entendendo muito, mas aquilo tudo tá formando... uma coisa que depois vai ter um sentido para ti. Eu sempre digo, hoje isso me espanta muito, que eu vejo a dificuldade de leitura, por causa dessa pressa, esse negócio, tudo é ruim para a pressa, mas eu sou um cara que eu saí de duas vezes, eu fui ter celular no tempo da pandemia, para ter uma ideia, eu vi esse negócio todinho surgir, Todo mundo via a coisa doida, sempre me pareceu muito estranho, porque eu dizia, mas como é que é? Pode me encontrar a qualquer hora e qualquer... Não dá. Depois eu fui vendo, a coisa se desenvolveu, as telas, quando ela se conseguiu, quando o computador passou para o celular, e aí eu vi aquilo ali, que eu disse, olha, cuidado com isso. Cuidado com isso, porque isso está tomando, sugando, o tempo totalmente das pessoas. Ninguém tem mais tempo para nada. E eu fico espantado, às vezes, tanto de que as pessoas morriam mais cedo, conseguiam escrever, às vezes, muito mais. Eles tinham tempo, nós não temos tempo. E aí eu saí já duas vezes dessa história do WhatsApp, dizendo, gente, não tem condição. porque aí tá entrando num tempo em que tá moendo... quer dizer, ele... a todo tempo da pessoa, a pessoa não consegue mais nem dormir sem o negócio, nem... impressionante, o sujeito tá dirigindo e o sinal fechou, ele tá olhando o negócio. Eu já tive aluno que não conseguia... eu nunca fiquei brigando com aluno pra... eu por mim, eu fazia brincadeira com ele, ele dizia, olha... Eu sei que tudo vai se acabar aí, a aula vai se acabar aí. Foi antes até porque eu pensava, porque aconteceu a pandemia, né? Eu não ia brigar, mas eu já tive situações de um aluno, ele não conseguia ficar dez minutos. Aí, no começo da aula, o aluno me fez uma pergunta. Como ele estava sentado em frente, eu puxei a minha cadeira para frente dele e comecei a responder, olhando para o olho dele, que era passador e tanto. Enquanto eu estava falando, ele já não estava mais lá, o olho já não estava, e ainda chegou uma hora que ainda deu uma olhada no negócio, quer dizer, eu respondi. É um negócio que vocês têm que tomar cuidado, porque isso aí está dominando a mente das pessoas sem elas perceberem. Rindo, inclusive rindo, achando que tudo é maravilhoso e tal, só dando cuidado.		
04	Em São Bento, na verdade, eu tive uma vida muito restrita porque era criança, adolescente, na verdade, eu saí de São Bento adolescente, eu saí com 17 anos, né? Então, o que eu frequentava mesmo era a escola, eu tinha, assim, lá não tem muito, na minha época, não tinha muito entretenimento, era só mesmo colégios, talvez casa de algum amigo, pracinhas eram poucas nessa época, infelizmente, hoje tem bastante, né? Agora, no Rio de Janeiro,	1 A vida na adolescência no interior (São Bento) era restrita e com poucas opções de lazer. 2 A vida em uma cidade grande (Rio	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragens (AC)
	sim, eu tive uma vida bem diversificada, faculdades, praças, bibliotecas, que lá tem bastante, as bibliotecas de lá são lindíssimas, muito centro cultural, centro cultural do Banco do Brasil, da Justiça Federal, da Caixa Econômica Federal, nossa, lá tem muita coisa, realmente é bem diverso.	de Janeiro) foi marcada pela diversidade de espaços culturais e de lazer.	
05	Ah, eu sempre gostei muito de praia, shopping, cinema, esse tipo de passeio, assim. Nunca, sinceramente nunca, como eu disse, nunca fui muito amante de estar, sei lá, no meu passeio, na biblioteca ou alguma coisa do tipo, assim. Olha, eu acho que impacto toda vivência tem, mesmo que a gente não consiga identificar. Eu não posso dizer que foi aquele impacto, mas eu acho que levando em consideração esse ponto social, a gente acaba aprendendo em cada cantinho alguma coisa. Acho que de algum lugar a gente leva alguma coisa e inconscientemente isso acaba realmente impactando um pouquinho numa escolha de uma profissão, mas no momento eu não consigo pensar nada assim, digamos de uma forma que você já tivesse sido um gatilho, sabe?	1 Os lugares frequentados eram espaços de lazer convencionais (praia, shopping, cinema). 2 Bibliotecas não eram consideradas lugares de lazer ou passeio.	Toda vivência tem um impacto formativo, ainda que inconsciente e difícil de identificar.
06	Farol do Saber. Farol do Saber. Na minha época não tinha a internet, o advento da internet ainda não era o que é hoje, né? Só veio depois. Então, quando a gente tinha trabalho pra fazer em grupo, a gente ia pro Farol. E lá era o lugar que a gente podia pegar livro, pesquisar, pegar emprestado, sentar com os amigos pra poder conversar e debater. Então, Farol do Saber, fora a biblioteca da escola, era o que me fazia ler ainda mais.	1 O Farol do Saber era o principal local de pesquisa e trabalhos escolares na era pré-internet. 2 O Farol do Saber funcionava como um espaço multifuncional: pesquisa, socialização e debate. 3 O Farol do Saber foi um lugar fundamental para o estímulo e aprofundamento do hábito de leitura.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
07	Eu era do Grêmio Estudantil e a gente participava dos movimentos sociais. Eu fui ligado à ala progressista da Igreja Católica, então vinham muitos subsídios. A Pastoral da Juventude, e a gente lia esses subsídios. Que aí também me deu gosto pela... Eu gostava de rock na infância também por influência do meu irmão. Mas aí eu passei a gostar das músicas do Clube da Esquina, das músicas do Chico Buarque. E aí isso casava muito com toda uma atmosfera social, né? Que era dos movimentos do Grêmio, participava de passeatas aqui. Então isso também tem um estímulo muito grande à leitura. Muito. Eu já cheguei na universidade com a mesma visão de mundo que eu tenho hoje. É claro que na universidade eu aprofundei bastante, mas eu já tinha	1 A frequência em espaços de ativismo político (Grêmio Estudantil, movimentos sociais) foi marcante na juventude. 2 A participação em grupos da igreja (Pastoral da Juventude) estimulou a leitura de materiais formativos.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragens (AC)
	essa visão mais progressista, mais à esquerda, quando eu entrei na universidade.	3 A vivência nesses espaços de ativismo foi um grande estímulo à leitura e consolidou uma visão de mundo progressista antes da universidade.	
08	Na verdade, jogador de futebol. Na época eu vinha jogar aqui. Hoje eu não vou mais em jogo de futebol aqui no Maranhão. Na época jogam de futebol, saem com os colegas, shoppings, quase de qualquer pessoa de área urbana tinha na praia. Nem isso. A época não, mas hoje sim. Hoje eu vejo a diferenciação daquele tempo para cá. A época ficou como se eu visitasse aquele tempo. Só que na época, quando eu estava vivendo aqueles momentos, 2000, 2001, 2002, eu não correlacionava que no futuro eu ia fazer essa análise. É retrospectivo.	1 Os lugares frequentados eram ligados ao esporte (jogos de futebol) e ao lazer com amigos (shoppings).	A percepção do impacto formativo dos lugares é uma análise retrospectiva, não consciente no momento da vivência.
09	Olha, a minha memória anda bem embaralhada depois da pandemia. fato, acho que quase todo mundo. Então, eu vou falar de algo que eu lembro. No Centro Histórico, eu lembro muito bem a biblioteca lá do Ferreira Goulart. Eu me lembro de frequentar aquela biblioteca ali. Na época, eu frequentava também o Odilo Costa Filho, o Cinema. Tinha algumas palestras, a gente subia para ver alguma coisa. Eu sempre estava ali tentando fazer essa. Essa conexão. Eram poucos os espaços. Meu tempo era tempo de Cine passeio, para que você tenha uma ideia. Então, eu pulava essa janela enorme para assistir o simpasseio. Então, não tinha tanto lugar. Depois, eu lembro que quando eu fui trabalhar na Lusitana, E aí, o que eu tive como referência era essa biblioteca do Sesc. A Rosa Castro. É, porque a gente vinha jantar aqui, eu trabalhava no Recursos Humanos, ali perto do Parque do Bom Menino, trabalhava no Recursos Humanos, e a gente vinha jantar. E eu lembro de ir pra cá, porque tinha muito livro, tem né? Muito livro. E aí outra questão, eu passei da biblioteca do Liceu pra essa biblioteca, mas mesmo assim eu frequentava pouco assim.	1 Frequência em espaços culturais no Centro Histórico (Biblioteca Ferreira Goulart, Cinema Odilo Costa Filho). 2 A percepção era de que havia poucos espaços de lazer e cultura na cidade na época. 3 A biblioteca do Sesc como um importante espaço de referência.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
10	Eu acho que as minhas visitas culturais, elas estão muito direcionadas ao centro histórico. Então os museus que tem ali, as casas de cultura que tem ali, o Sesc aqui também, que era... Não, a SESC ou a SENAC era uma chiqueira do SESC, a biblioteca do SESC era aqui. E a parte arquitetônica eu acho que é o que mais me instiga, que me chama mais a atenção, então são locais que eu gosto muito de frequentar.	1 O Centro Histórico, com seus museus, casas de cultura e Sesc, é o principal destino das visitas culturais. 2 O principal atrativo e motivação para frequentar o Centro Histórico é a arquitetura.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragens (AC)
11	Não. Biblioteca eu nunca frequentei. Nunca eu tinha ido pra lugar nenhum. Só Shopping. Ah, bom.	1 Nunca frequentou bibliotecas. 2 O shopping era o único lugar frequentado como passeio.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
12	Rapaz, é o seguinte, Na verdade, eu passei uma boa parte da minha vida na Universidade Federal, onde eu sou funcionário, fui aluno de lá, inclusive fiz o mestrado nessa linha, depois pós-graduação lato sensu. Então, fiz muitos trabalhos por lá. A convivência com a biblioteca sempre foi muito boa lá, né? Eu gostei daqui, dessa cidade central aqui, eu gostei daquele espaço. Ela está bem organizada, melhorou muito com essa administração da Aline. A gestão que está fazendo, com o pouco que ela tem, ela consegue fazer um espaço bom. Eu gostei do espaço dela aí.	1 A Universidade Federal foi um espaço central e de longa permanência na vida (aluno e funcionário). 2 A experiência com a biblioteca da universidade foi muito positiva. 3 Avaliação positiva da biblioteca central da cidade (Biblioteca Pública Benedito Leite), elogiando a organização e a gestão atual.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
13	Então, na minha cidade, em Bacabal, essa questão cultural, educacional, fica muito restrito à questão escolar. Então, em São Luís, eu pude vivenciar outras experiências. Na UFMA, com a biblioteca, um ambiente mais natural, lazer mais ao ar livre. E, após a maternidade, a leitura me pegou como um novo hábito, porque eu não tinha o hábito de leitura, era uma leitura esporádica. E, nisso, eu passei a frequentar a biblioteca. Então, eu passei por aqui várias vezes na frente da biblioteca Benedito Leite e eu achava o prédio lindo. Até que um dia eu digo "não, eu vou entrar lá, vou saber como é que a gente, né, se cadastra e tal e coisa." Isso eu já trabalhava bem aqui no centro.	1 A vida cultural no interior (Bacabal) era restrita ao ambiente escolar. 2 A mudança para a capital permitiu vivências mais diversas. 3 A maternidade foi um gatilho para o desenvolvimento do hábito de leitura e a frequência em bibliotecas. 4 A admiração pela arquitetura da biblioteca pública motivou a decisão de frequentá-la.	
14	Eu sempre fiz balé, então, sempre fui ao meu teatro, ia na feira de livros, museus, sempre que viajar, gosto de visitar museus. Sim, com certeza.	1 Os lugares frequentados eram espaços ligados à cultura formal (teatro, feiras de livros, museus).	
15	Eu frequentava a escola e eu não saía muito fora dos horários da escola devido a esse trabalho que eu fazia como voluntária no comércio do meu pai, que ele ficava na parte de trás, que ele tinha uma	1 A rotina era restrita ao eixo casa-escola-trabalho voluntário no comércio do pai.	Eu não saía muito fora dos horários da escola devido

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragens (AC)
	oficina de marcenaria e ele dava aula para um bocado de jovens, porque naquela época os jovens podiam aprender, os garotinhos podiam aprender alguma profissão, né? Os pais botavam pra aprender. Então ele ficava lá ensinando e eu ficava na frente, no começo, quando chegava alguém, papai, tem gente. Mas aí logo cedo eu comecei a atender. Aí meu pai fez um banquinho, que eu já era marceneiro, fez um banco. e botava o banquinho lá e eu subia pra atender o pessoal, aí todo mundo gostava de ser atendido por mim.	2 O local de trabalho da família (marcenaria) foi um espaço formativo, de aprendizado de responsabilidade e de interação com a comunidade.	a esse trabalho que eu fazia como voluntária no comércio do meu pai. Ele tinha uma oficina de marcenaria e dava aula para um bocado de jovens... E eu ficava na frente; logo cedo comecei a atender o pessoal e todo mundo gostava de ser atendido por mim.

BLOCO 2 – PRIMEIROS CONTATOS E EXPERIÊNCIAS COM A BPBL

DSC 4 – Como você conheceu a Biblioteca Pública Benedito Leite?

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragens (AC)
01	Não, não me lembro a primeira vez, mas deve ter sido em 54. 54. Cheguei aqui em 53, fiz concurso... E... Eu fui um aluno, não fui muito, muito assíduo, eu vinha pra praça. Da praça eu vinha pra cá. O chamariz, sim. Os colégios eram todos aqui atrás, perto da Caixa. Não, eu, em 52, eu cheguei aqui em 53. Até 56, né? Eu voltei pro interior. E depois, quando eu... Eu já voltei em 88, mas aí já era... Já era freguês daqui. E aqui sempre fez parte de qualquer... não só pelas amizades que eu criei e como... a procura dos livros que me interessavam.	1 O primeiro contato com a biblioteca foi casual, motivado pela localização central, próxima à praça e aos colégios. 2 A frequência na biblioteca se consolidou por motivos sociais (amizades) e pela busca por livros.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
02	Quando eu cheguei aqui, eu já fiquei encantada, porque os prédios já chamam muita atenção. Eu até me surpreendi um pouco, porque eu fui muito bem acolhida. Eles me acolheram muito bem, eles fazem um tour com você, mostrando toda a biblioteca, dizendo como é que funciona, todo o funcionamento. Então, assim, pra mim que tava chegando foi muito gratificante ser recebida dessa forma. E eu fiquei muito encantada, porque em Teresina não tem uma biblioteca nesse porte. Quando eu vi os ônibus chegando com as crianças, tem uma ala só pra criança, eu disse, meu Deus, porque eu não tinha isso quando eu era criança?	1 O primeiro contato foi marcado pelo encantamento com a arquitetura do prédio. 2 A experiência de conhecer a biblioteca foi muito positiva devido ao acolhimento da equipe. 3 A percepção da biblioteca é a de um ambiente acolhedor, com uma gestão cuidadosa e que promove a cultura.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragens (AC)
	É, porque, tipo assim, aqui é totalmente acolhedor o ambiente. Aqui você vê, tem uma sala que é só de informática. Aí, tipo assim, eu vejo que a diretora tem um cuidado muito grande, assim, em acolher todo mundo, entendeu? De não... de abrir realmente as portas para a cultura ser realmente... de ofertar mesmo essa cultura, entendeu? E assim, eu amo a diretora da biblioteca lhe conhecer, saber que você frequenta, isso é muito gratificante, significa que ela tem esse cuidado com os usuários, tem essa sensibilidade de saber quem são as pessoas.		
03	É como eu estava te falando, eu não tenho lembrança do período. Meus pais não tinham relação com essa coisa do livro. Eu não tenho lembrança do meu tempo de colégio. Eu frequentar aqui, eu devo ter entrado uma vez ou outra, mas muito assim por curiosidade. Apesar de ser um sujeito que muito cedo foi fascinado por livro. Porque a biblioteca, para mim, ela tem uma relação, muito menos os livros... É esse setor aqui, que é o negócio dos jornais antigos e do livro raro. É como se aqui fosse o depositário de alguma coisa que... Não é disponível, assim, para eu comprar uma coisa antiga. Tanto que eu tive um certo impacto quando eu entrei agora, já há muitos anos sem ter entrado aqui. porque eu olhei, assim, ela muito mais arejada, muito mais leve, muito mais aberta, inclusive, para as pessoas, para a visitação, para tudo, porque era muito mais carrancudo, assim, era um espaço menor, mais atulhado de livros e tal, e não tanto com essa tentativa. Porque eu percebo, inclusive, uma diretora que eu vejo pela televisão, ela já vem fazendo um trabalho aqui há um tempo, E eu vejo uma tentativa de abrir mais, tirar aquela... Porque pra mim ela tinha a ideia sempre da coisa velha, da coisa antiga. Lá eu vim pra pegar um negócio e... O livro mesmo, eu inclusive olhava os seus livros muito antigos. Hoje eu estou entrando aí e vejo livros que me chamam a atenção, até livros novos, coisas e tal, que de outras mãos eram assim. A referência que a gente tinha daqui era o negócio, aonde você encontrar livros mais novos, na biblioteca da universidade, mas não aqui, aqui era o negócio.	1 O contato inicial na juventude foi superficial e por curiosidade. 2 A principal atração da biblioteca era o acervo de jornais antigos e livros raros, associando o espaço a "coisas velhas". 3 Percepção de uma transformação positiva recente na biblioteca, de um espaço "carrancudo" para um mais aberto e acolhedor.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
04	Eu conheci, na vinda mesmo pra cá, pro centro da cidade, né? Eu já estava em busca de algum local pra eu estudar, porque em casa a gente acaba não tendo essa... Enfim, por conta de barulho, enfim. E aí, um dia eu me deparei aqui nessa praça, pra biblioteca,	1 O conhecimento da biblioteca ocorreu por acaso, ao passar pela praça, motivado pela busca por um local de estudos.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragens (AC)
	eu tive curiosidade pra conhecer, porque eu gosto de conhecer esses locais. E aí entrei aqui e fui informada pelo porteiro, do agente de portaria, que aqui tinha um local de estudo, tinha uma sala de leitura. Aí eu nesse mesmo dia vim conhecer e no dia seguinte eu já comecei a participar, comecei a frequentar na verdade. porque eu estou estudando para concurso e aqui é um ambiente ótimo para estudar.	2 A informação de um funcionário sobre a sala de estudos foi decisiva para iniciar a frequência. 3 A principal motivação para a frequência é a preparação para concursos públicos.	
05	A Benedito Leite, na verdade, é uma biblioteca bem antiga aqui no Maranhão, né? Praticamente a mais antiga. E os meus primeiros contatos foram realmente na infância, porque a minha mãe, ela trabalha com cultura, trabalha na SECMA, muito antes de eu nascer. Então a minha mãe sempre teve esse contato com a cultura mesmo. E aí, quando eu era criança, sempre tinha aqui a programação de férias. E ainda tem, na realidade. Sempre teve. Então, sempre nas férias a minha mãe me trazia pra cá. Aí eu passava as férias aqui mesmo. Vinha todos os dias, lia os livros, participava das brincadeiras. Então, primeiramente mesmo foi desse contato da infância.	1 O primeiro contato com a biblioteca foi na infância, por influência da mãe que trabalhava na área da cultura. 2 A frequência na infância era intensa durante as férias, envolvendo leitura e atividades lúdicas.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
06	Olha, por incrível que pareça, que eu me lembre, semana passada foi a primeira vez que eu pisei na Benedito Leite. Primeira vez. Eu sempre estudei, geralmente estudava no centro, mas eu nunca tinha entrado na biblioteca. Eu achava que a biblioteca, sei lá, a gente precisava marcar pra poder entrar, não era um livre acesso, né? E aí eu nunca tinha vindo. Aí agora, depois de formada, sendo coordenadora de uma escola, aí eu disse, não, gente, pra comemorar o dia do Livro infantil, a gente vai levar as nossas crianças pra Biblioteca Benedito Leite, porque lá vai ser muito legal pra eles e tá sendo mesmo.	1 O primeiro contato com a biblioteca foi muito tardio, já na vida adulta. 2 Uma percepção equivocada sobre as regras de acesso (achar que não era livre) foi uma barreira que impediu a visita por muitos anos. 3 O primeiro contato foi motivado por uma responsabilidade profissional (levar alunos à biblioteca).	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
07	Eu não lembro exatamente o ano nem quando eu ouvi falar, mas eu sei o contexto, porque. Eu era estudante, isso deve ter sido por volta de 2004, 2005, por aí. Eu era estudante da UEMA, de História, e eu passei num seletivo pra ser... pra ser estagiário no Arquivo Público do Estado. E aí eu tinha aulas de manhã e fazia também algumas disciplinas à noite. Então, muitas vezes eu vinha do arquivo, jantava aqui no Sesc, ou em algum churrasquinho próximo, e passava aqui na biblioteca um pouquinho antes de fechar, quando eu fiz a minha carteira, e comecei aqui pegando livros. para ler, livros de ficção, basicamente.	1 O contexto do primeiro contato foi a vida de estudante universitário e estagiário no centro da cidade. 2 A frequência na biblioteca se deu pela conveniência da localização dentro da rotina diária. 3 A motivação para frequentar era o empréstimo de livros de	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragens (AC)
		ficção para leitura por prazer.	
08	Quando a gente passava por aqui, minha mãe sempre vinha ao centro, né, pra fazer compras e sempre olhava o prédio. A primeira vez que eu entrei aqui foi em 1999, não que eu esqueci, acho que em agosto ou setembro. Agosto ou setembro de 1999. Eu tinha 15 anos. Eu não sei de precisar agora qual era o assunto, qual era a matéria. Não lembro. Não lembro. Mas era um trabalho. Eu acho que era literatura. Eu acho. Não tenho certeza, mas eu acho. E foi a primeira vez que eu fiz uma pesquisa por internet. E aqui já tinha pesquisa por sites. Se não foi aqui... Eu acho que eu fui aqui, mas eu também pesquisei onde um geral, um. João do Vale, Sim. Ali acho que era uma biblioteca também. Acho que foi no João do Vale. Ali acho que tinha uma biblioteca, algo assim. Sim. Uma coisa assim, um pesquiseiro. Só que eu não sei se a pesquisa foi feita aqui ou lá, mas eu fui nos dois lugares.	1 O conhecimento inicial da biblioteca era visual, por passar em frente ao prédio com a família. 2 A primeira entrada na biblioteca foi na adolescência, para fazer um trabalho escolar. 3 A biblioteca foi um dos primeiros lugares a oferecer acesso à pesquisa via internet.	
09	Não tem como, porque eu lembro de... no ensino médio, vim pra cá, e vim pra fazer pesquisa de material que nós não encontráramos na biblioteca do Liceu. Então, assim, especificamente... Então, está ali no final da década de 90, a gente vem aqui, os alunos do segundo ano, do ensino médio, procurar esses jornais, essas revistas, mas não necessariamente obras literárias e teóricas.	1 O conhecimento e a frequência na biblioteca se deram pela necessidade de pesquisar materiais que não existiam na biblioteca da escola. 2 O foco da pesquisa na biblioteca era em periódicos (jornais, revistas), não em livros.	
10	Por incrível que pareça, eu ia aqui do Sesc, mas eu não vim aqui na biblioteca. Eu passei a vir à biblioteca... Eu passei a vir à biblioteca com... Com... Depois da graduação, já, porque eu vim aqui para visita, mas também nunca, ainda não era uma usuária aqui da biblioteca, não tinha um número de inscrição para empréstimo nem lá. E isso foi posterior mesmo, a graduação que eu comecei a frequentar. Esse foi o meu primeiro contato aqui com a Biblioteca Benedito Leite.	1 O primeiro contato como usuário efetivo da biblioteca ocorreu somente após a graduação. 2 Havia uma distinção entre ser um visitante casual e um usuário formal da biblioteca.	
11	Eu sempre conheci, porque eu sempre vinha pra cá, pro centro, nessa região, com minha mãe, com minha avó, com minha tia, a gente sempre veio fazer algum tipo de compra aqui. Só que ficou mais próximo, quando eu comecei a namorar, e a minha sogra trabalha aqui, então, de vez em quando a gente vinha, meu irmão participava da... esqueci o nome... da escola de férias eu estudava bem aqui... estudava não, eu	1 O conhecimento da biblioteca vem desde a infância, por ser um marco na paisagem do centro da cidade. 2 A relação com a biblioteca se tornou mais próxima devido a laços	

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragens (AC)
	trabalhava aqui no Sesc estagiava no Sesc aqui na Educação Infantil então eu sempre vinha pra cá Aí, depois de um tempo, tentei fazer o seletivo pra cá, porém não passei. Fiz aulas de Libras aqui também, fiz diversos cursos aqui. Eu tenho mais essa trajetória. Quando eu tenho os livros que é pra levar pra minha faculdade, que eles pedem também, eu venho aqui e procuro porque na biblioteca lá da UFMA a gente não tem tanto livro infantil. Então, aqui a gente já vai ter um acervo melhor.	familiares (sogra trabalhando no local). 3 A biblioteca foi frequentada como um espaço para a realização de cursos. 4 A biblioteca é utilizada atualmente como um recurso acadêmico para encontrar acervos específicos (livros infantis).	
12	É. Não, daqui há 25 anos, 30, né? Essa gestão agora que eu tô conhecendo é diferente, né?	1 Percepção de que a gestão atual da biblioteca é diferente e melhor que as anteriores.	
13	O trabalhar próximo me fez passar aqui várias vezes e chamar a atenção, vou entrar. E eu entrei, conversei aqui com o pessoal, fiz o cadastro, peguei, nem trouxe o documento nesse dia, no dia seguinte eu trouxe, fiz o cadastro, levei meus livros. E a partir daí, virou um lugar, um recanto de paz e ao mesmo tempo de descobertas. De amizades também, dessa troca. E depois estendi isso para minha filha.	1 A proximidade com o local de trabalho foi o gatilho para conhecer a biblioteca. 2 A biblioteca se tornou um espaço pessoal de paz, descobertas e socialização. 3 A experiência positiva com a biblioteca foi transmitida para a próxima geração (filha).	
14	Não, assim, não sei se foi a primeira vez, eu tinha entrado antes, mas na graduação que começou a ser algo mais frequente. Acho que nos primeiros períodos a gente veio, teve visita aqui, tive um dos primeiros trabalhos da faculdade e fui trabalhar com jornais aqui.	1 A frequência na biblioteca se intensificou durante a graduação. 2 A necessidade de realizar trabalhos acadêmicos (pesquisa em jornais) motivou a frequência.	
15	Eu cheguei em São Luís para estudar na Escola Técnica em 1973. E aí logo a Escola Técnica tem biblioteca interna lá dentro. Mas eu vim logo na primeira semana, eu vim conhecer. Antes de começar as aulas, eu circulei logo para conhecer a biblioteca e aí gostei daqui. E meu pai tinha mania de comprar revista Cruzeiro, revista Manchete, jornal pequeno, jornal do dia, jornal o imparcial, que o trem passava lá em Pirapemas. ir daqui pra lá num dia e voltando no outro. No dia que o trem ia daqui de São Luís pra lá, ele comprava todas essas revistas que eu citei. No dia que o trem vinha voltando, ele comprava os cordelzinhos dos nordestinos. Pois é. Então, foi em 1972.	1 O primeiro contato com a biblioteca foi por iniciativa própria, por curiosidade, logo na primeira semana após se mudar para a cidade.	

DSC 5 – Que impressões ou sentimentos você teve ao visitar a BPBL pela primeira vez?

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragens (AC)
01	De respeito. Tem toda uma admiração. Uma admiração, pela dedicação de todos os funcionários, que é também poucos. Satisfação é receber o abraço de um colega meu. Eu a tenho como uma mãe, mas eu sempre tenho o maior respeito.	1 Sentimento de respeito e admiração pela biblioteca. 2 Admiração pela dedicação dos funcionários. 3 Sentimento de satisfação e afeto, personificando a biblioteca como uma mãe.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
02	É, porque, tipo assim, aqui é totalmente acolhedor o ambiente. Aqui você vê, tem uma sala que é só de informática. Aí, tipo assim, eu vejo que a diretora tem um cuidado muito grande, assim, em acolher todo mundo, entendeu? De não... de abrir realmente as portas para a cultura ser realmente... de ofertar mesmo essa cultura, entendeu? E assim, eu amo a diretora da biblioteca lhe conhecer, saber que você frequenta, isso é muito gratificante, significa que ela tem esse cuidado com os usuários, tem essa sensibilidade de saber quem são as pessoas.	1 Impressão de um ambiente totalmente acolhedor. 2 Percepção de uma gestão cuidadosa e com a missão de promover a cultura. 3 Sentimento de gratificação pelo cuidado e atenção pessoal da gestão.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
03	De qualquer maneira, para mim, sempre continuou como uma coisa, quer dizer, depositário de algo antigo, que é fundamental para a sociedade, que faz parte da identidade dela, da memória dela. Então, é um espaço que realmente merece todo cuidado, todo estímulo. Nós estamos numa situação em que está tendo uma O problema é muito sério com o arquivo. O arquivo já vem se acabando ali há tempo. Então, o que mais gosta de estar se falando aqui é a cultura e a ideia assim. E os espaços de cultura estão se degradando. Você vira tudo uma certa propaganda do negócio. A gente acha que cultura é fazer... arrumar uma... no festival, uma coisa rápida, chamar os grupos e fazer. Não é isso, a coisa leva muito mais... muito mais embaixo, muito mais lenta, muito mais... é que você tem que ter cuidado com esses órgãos, né? Porque não pode ficar só uma coisa de propaganda, tem que ficar uma coisa mais refletiva. E eu vejo a nossa situação hoje aqui, assim, como uma certa... tem muita propaganda. Por isso que eu tive uma grata surpresa quando voltei já há muitos anos, que eu venho aqui assim, quando eu entrei senti um ar, assim, até mais arejado, ainda mais vivo, porque às vezes a gente entra nos	1 Impressão da biblioteca como um guardião da memória e identidade da cidade, uma joia a ser preservada. 2 Sentimento de grata surpresa com as melhorias recentes no ambiente da biblioteca.	A cultura de verdade exige cuidado e tempo, e está sendo substituída por uma cultura superficial de "propaganda", o que revela um descaso com os espaços de memória.

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragens (AC)
	locais e ele está lá se acabando, está morto, o arquivo é assim, você entra e o negócio estava lá, quer dizer, o prédio está acabando, os funcionários tendo que manter a coisa com muita dificuldade, com o número sempre diminuindo de funcionários, Aí você tem que usar os estagiários, mas os estagiários não têm a experiência ou não sei o quê. Então, o que é o que é? É um descaso. Aí vão lá para a propaganda dizer que, "ah, porque tem não sei o quê, está fazendo isso ou não." Quando lá embaixo está tudo sendo... É que nem coisa de cupim. Ele vai, não é? Vai ruindo aos poucos, não é? Mas a biblioteca, para mim, voltando para esse ponto, assim, a minha percepção é sempre de algo... antigo, de uma São Luísa antiga, e que tem que ser preservado, assim, é uma joia. O próprio prédio, eu acho, assim, é um negócio que sempre foi, não tem como não falar, aqui sempre foi um ponto de urina, assim, impressionante como o cheiro. Então, eu estava entrando e disse, olha, até o cheiro parece que está menor. Não saiu tudo, mas é porque é uma coisa antiga, então, São as imagens assim que me vêm de algo de uma São Luís que eu estou aqui exatamente para resgatar um pouco dela.		
04	Bom, eu fui bastante impactada de forma positiva, porque é um espaço bem adequado para o estudo, climatizado, fui bem recepcionada pelos servidores e a gente aqui conta com internet que facilita bastante o estudo, né? Normalmente... o espaço aqui também é frequentado por pessoas com os mesmos objetivos, então se torna um ambiente muito adequado para quem realmente deseja estudar, deseja, enfim.	1 Sentimento de impacto positivo. 2 A impressão positiva deriva da infraestrutura adequada para o estudo (espaço, ar-condicionado, internet) e do bom atendimento. 3 A presença de outros estudantes com os mesmos objetivos contribui para a percepção de um ambiente adequado.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
05	Ah, eu ficava muito feliz de vir pra cá, eu adorava, adorava mesmo, porque como eu expliquei, tinha programação de férias, e aí a gente sabe, quando criança fica, não tem conselho, né? Então eu gostava muito das brincadeiras, tinha um lanche. Geralmente, eu lembro que tinha algum dia, no mínimo, que tinha um filme. Tudo que criança gosta. Então, eu ficava muito feliz, muito, muito, muito.	1 Sentimento de felicidade e adoração pela biblioteca na infância. 2 A felicidade estava ligada às atividades lúdicas e de entretenimento oferecidas (programação de férias).	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragens (AC)
	Isso é uma coisa que realmente eu nunca esqueci.		
06	Olha, eu imaginava que era um prédio com muitos livros, muitas relíquias, muitas preciosidades e algo assim que era mais inacessível, digamos assim. Por conta de toda essa parte histórica, era algo que a gente não conseguia ter acesso com tanta facilidade. Então, é um prédio muito imponente, muito lindo, maravilhoso. É um cartão postal de São Luís, mas que na minha visão de fora, de leiga, era algo que era muito inacessível. As bibliotecas menores, o farol do saber e tudo, farol da educação, era algo que era mais próximo, mais fácil da gente entrar.	1 Impressão da biblioteca como um lugar com um acervo rico e precioso. 2 Sentimento de que o espaço era inacessível para o cidadão comum. 3 Admiração pela beleza e imponência arquitetônica do prédio.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
07	Eu achava tudo muito parecido com o arquivo. Depois, quando eu fui fazer a minha monografia, Eu comecei a pesquisar nos jornais aqui, na... Nas obras raras aqui em cima. É, eram jornais, era... como é que chama? Anais da Assembleia Legislativa, que eu pesquisava, e alguns outros documentos que eu não me lembro. Eu cheguei até a microfilmar alguns. Então eu tinha uma impressão muito parecida com o arquivo onde eu estagiava. Só que aqui tinha essa relação com os livros de ficção, porque quando eu cheguei aqui... já era um bom tempo depois daquela época que eu frequentava o Farol, então eu já tinha uma paixão pelos livros de literatura. Então pra mim era um misto, né? É como se fosse meio arquivo, meio Farol do Saber.	1 A primeira impressão era de que a biblioteca era um espaço similar ao Arquivo Público, focado em pesquisa séria. 2 A impressão evoluiu para um espaço híbrido, que unia a pesquisa séria (como o Arquivo) com a leitura por prazer (como o Farol do Saber).	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
08	Assim, que eu não consigo lembrar, porque eu tenho uma relação com esse espaço bem aqui. Depois acho que pode falar desse espaço aqui. Esse bem aqui. Eu lembro que eu fico, onde hoje é a recepção ali. Eu não entrei, só fiquei na recepção e a impressão que eu tive de lugar grande. Um local grande de pesquisa imponente. Foi isso.	1 Impressão de um lugar grande, imponente e focado em pesquisa.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
09	Aquele sentimento de pertencimento, eu não tinha. Eu não me sentia... aqui não era o meu lugar, não sentia por quê. Só depois, fazer o curso de letra, o curso de filosofia, vim aqui para a parte de obras raras, aí eu disse, aqui é o meu lugar. Mas antes disso, não. E depois da biblioteca aqui do Sesc, o que eu vim mais a frequentar foi a Casa de Cultura Josué Montello. Ali foi uma morada para mim. Porque quando eu	1 Sentimento inicial de não pertencimento ao espaço da biblioteca. 2 O sentimento de pertencimento só foi construído posteriormente, através do aprofundamento acadêmico e do contato	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragens (AC)
	estava fazendo a minha dissertação, que era sobre os casais da missão minha, algumas obras raras, eu encontrei lá e eu tinha mais acesso e senti de ficar mais tempo lá com ela. Então, a Josiane, a Wanda, Eu.	com o acervo de obras raras.	
10	Eu acho que tem muita relação com o meu, acho que o gosto mesmo. Eu penso, eu entro num lugar, como o meu gosto está ali, voltado para o centro histórico, a partir do desenho arquitetônico mesmo. Então esse foi o meu primeiro impacto. E é uma biblioteca muito grandiosa, é um prédio muito grandioso em relação aos outros prédios históricos. Então, esse foi o meu primeiro impacto. Depois que eu entrei, eu fiquei contente pelo acervo que tem. Mas como eu estava muito acostumada a tocar nos livros...Isso, me causou um estranhamento. Mas aí, como eu já estava na graduação, eu já entendia o que que isso...	1 A primeira impressão foi de admiração pela grandiosidade arquitetônica do prédio. 2 Sentimento de contentamento com a qualidade do acervo. 3 Sentimento de estranhamento pela impossibilidade de tocar livremente nos livros.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
11	Quando eu era criança, eu pensava, nem sabia que isso aqui era uma biblioteca. Eu acho que não, não tem, então eu não sabia o que era uma biblioteca na minha mente aqui era qualquer outro tipo de espaço menos biblioteca até porque nunca, nunca fui assim nas bibliotecas e pode ser um castelo menos as bibliotecas mesmo que eu gostasse de ler Eu nunca pensei que fosse, mas a minha primeira impressão quando eu adentrei mesmo aqui era um lugar limpo, um local de verdade, onde tinha diversos livros, diversas pessoas. Eu achava que era um local de pessoas cultas que sabiam ler, que sabiam tudo. Então, na minha mente, era aquilo. Algo de um nível maior do que o meu.	1 Na infância, a impressão era de um prédio misterioso, não identificado como biblioteca. 2 A primeira impressão ao entrar foi de um espaço limpo, real e com grande diversidade. 3 Sentimento de que a biblioteca era um espaço para pessoas de um nível cultural superior, gerando uma sensação de inadequação.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
12	Tá possível. Trinta anos atrás, aquele negócio aqui era um negócio que não se conseguia sentir, viu? Para o que estava servindo isso aqui. Era muito difícil, tudo muito complicado pra se encontrar um livro. Era muito complexo essa coisa aqui. Há uns 30 anos atrás, pra botar na década de 90, que era muito complicado, 88, 90 é complicado, não é muito fácil não.	1 No passado (década de 90), a impressão era de um lugar sem um propósito claro. 2 Sentimento de dificuldade e complexidade para usar a biblioteca e encontrar livros no passado.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
13	Olha... Primeiro que eu ainda não tinha entrado numa biblioteca tão antiga e tão bem cuidada como essa. Então me chamou a atenção esse contraste que ela tem de ser centenária e ao mesmo tempo ser tão atual. Porque tem pessoas que não entram e pensam, ah,	1 Impressão de um espaço antigo e bem cuidado. 2 Admiração pelo contraste entre o antigo e o atual, com um acervo que	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragens (AC)
	é um acervo muito antigo. E não é. Eles conseguem mesclar o antigo, mas também o contemporâneo, para todas as idades. Então, me chamou a atenção muito isso, esse contraste, o cuidado para com as obras. Digo, aquele lugar do antigo ainda é presente Então, acho que foi isso que me chamou mais a atenção. E o bom atendimento também das pessoas aqui. É um lugar acolhedor. Então, acho que isso também atrai as pessoas.	mescla o histórico e o contemporâneo. 3 Percepção de bom atendimento e de um lugar acolhedor.	
14	Pois é, eu não lembro de ter essa sensação de que era a primeira vez, mas é a primeira que eu me lembro, assim, agora. Não sei, acho que como cresci aqui, a biblioteca sempre foi um ponto de referência da cidade. Eu acho que nesse momento, porque antes eu sabia da biblioteca da parte tradicional, ali de baixo, de biblioteca de livros, mas conhecer essa parte aqui de obras raras acho que foi o mais interessante, o que mais impactou, desse contato com essa documentação mais antiga, de ter livros raras, foi bem interessante.	1 A biblioteca sempre foi percebida como um ponto de referência na cidade, sem uma memória de "primeira vez". 2 O maior impacto foi a descoberta da seção de obras raras e documentação antiga.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
15	Eu estava acostumada a ver muitos livros, porque além do meu pai gostar de ler, eu tinha uma tia também que era a melhor costureira da cidade. E tanto minha tia como o padrinho do meu pai, o avô do meu pai de criação, eles tinham... Essa minha tia era casada com um alto funcionário da Estrada de Ferro São Luís - Teresina. O meu avô, Leôncio Mendonça, era também da Estrada de Ferro São Luís - Teresina. Então, eram pessoas que... E ela... Ela era a melhor costureira da cidade. Eu fiquei muito feliz porque eu sempre gostei de olhar a fachada de prédios, essas coisas, e meu pai também era carpinteiro e ele montava prédios. Prédios e construções pequenas no interior. Você sabe que as construções do interior não são... Eu achei muito importante, muito linda a fachada da biblioteca. Sempre eu gostei dessa fachada. E aí eu também... gostei do atendimento aqui, eu não me lembro nem quem era a biblioteca, a bibliotecária chefe nesse tempo. Eu sei que eu venho tendo contato com todos eles, nunca passou um que fosse chefe aqui com o qual eu não tivesse contato desse tempo pra cá.	1 Sentimento de felicidade ligado à apreciação da fachada do prédio, conectado a uma memória afetiva com o pai. 2 Admiração pela beleza da fachada da biblioteca. 3 Sentimento de satisfação com o atendimento.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.

DSC 6 – Em qual fase da sua vida você mais frequentou a biblioteca? Com que frequência vinha ou vem atualmente?

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragens (AC)
01	Na minha juventude, basicamente, eu não passei aqui. Eu voltei quando eu estive aqui na minha infância. Eu vivi até de fazer 13 a 15 anos. Eu voltei, mas tive o máximo aqui foi quando eu voltei, quando vim assim para São Luís. mas nesse intermédio, eu sempre vim aqui. Não, hoje já não frequento mais. Muitas vezes que vim, vim todos, eu tenho a impressão que... Algumas vezes eu vim aqui já pra reconsultar, porque eu fui um pesquisador, anormal. Eu peguei informações dentro do livro, onde eu encontrava, eu até perdi alguns trabalhos, né? Eu sou super desorganizado, e quando eu tenho qualquer coisa...	1 A fase de maior frequência foi na vida adulta, ao retornar a São Luís. 2 Atualmente, não frequenta mais a biblioteca como antes, visita esporadicamente.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
02	E foi assim, uma salvação pra mim essa fase, porque eu não consigo estudar em casa, eu não consigo me concentrar. E aí, assim, eu precisava voltar a estudar, eu já trabalho, eu sou funcionária pública, mas eu cheguei num momento da minha vida que eu precisava retomar, estudar, voltar, eu digo, eu quero mudar de área, eu quero estudar. E a biblioteca foi o caminho, foi o lugar que eu encontrei pra conseguir, depois que eu tô aqui, eu já consegui passar no concurso, nesse concurso nacional unificado. Não fui ainda convocada pra curso de formação, mas foi assim, é a prova de que a biblioteca tá servindo, entendeu? você tem a questão dos livros, que está aqui na pesquisa, que está assistindo a uma videoaula lá, que pode recorrer àquele autor que já está aqui, entendeu? É uma fonte de pesquisa.	1 A fase de maior frequência é a atual, na vida adulta, motivada pela necessidade de retomar os estudos para uma transição de carreira. 2 A frequência atual é percebida como eficaz e fundamental para alcançar objetivos concretos (passar em concurso).	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
03	Minha relação com a biblioteca é muito depois, já na universidade, com um professor fantástico chamado Caldeira, José Ribamar Chaves Caldeira. Então, Caldeira... Ele pegava, assim, o pessoal que ele achava que era mais interessado, de leitura, não sei o quê, gostava de... Ele era muito conhecido da sociologia, e a gente da sociologia termina dando aula pra muitos cursos, tá vendo? Eu fazia história e entrei em contato com ele. E aí ele estava fazendo uma pesquisa de doutorado. Ele tinha acabado o mestrado, que era uma pesquisa sobre as interventorias aqui na década de 30, e estava fazendo um trabalho sobre as fábricas. e querendo gente também para pesquisar. Ele não era um sujeito desse que "a, vou botar os alunos para pesquisar", não. Ele queria que a gente também encontrasse o nosso próprio caminho ali dentro do negócio. Mas aí a primeira vez que eu entrei na biblioteca, tem uma coisa que... Hoje eu vou já dizer assim, eu passei muito tempo sem vir aqui, e ultimamente eu tenho voltado, já me apresentei no final do ano passado, e eu digo, toda vez que eu estou	1 A fase de maior frequência foi na vida adulta, a partir da universidade. 2 A maior intensidade de frequência ocorreu durante a pós-graduação (dissertação), em "temporadas" de uso intenso. 3 A frequência atual é de um retorno recente após um longo período de ausência.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragens (AC)
	subindo essas escadas aí, eu me lembro de Caldeira. É impressionante. Caldeira dizendo pra gente, ó, tá bom. Ele esperou, eu e mais um dos dois, um material que ele dizia de pesquisador. Era caderno, caneta, uma borracha e tal. E aí dizia, bom, era esse negócio de fazer pesquisa em jornais, num tempo em que não tinha essas facilidades, você tinha que copiar a notícia que lhe interessava. E, às vezes, a gente, quando estava procurando por uma coisa, então encontrava um relatório desse grande, era fascinante, esse jeito era, eu vou passar pelo menos três dias copiando isso aqui. Porque era para copiar eles todos. Então, o meu contato com a biblioteca foi tardio. Quer dizer, eu já era aluno de universidade quando eu tive contato aqui. E contato com a sessão que sempre foi a que mais me chamou a atenção, que era o negócio da sessão, de jornais e obras-raras. Eu não conheço bem assim o acervo, tanto que há muito tempo não venho aqui. E acho tão diferente, bem melhor, porque era muito assim carrancudo, meio fechado. A biblioteca, diga-se de passagem, não era uma coisa que eu acho que fosse... Tinha sempre gente, era cheio. Funcionava até nove, dez horas da noite e tinha gente. Mas não era uma coisa assim tão... Pelo menos não fez parte da minha experiência antes da universidade. Mas aqui sempre tinha, de manhã, de tarde, de noite, até dez horas, gente vendo coisa ali. Então ela existia, ela sempre exerceu um certo fascínio, mesmo para quem... Sim, não eram muito os zelos com os livros, mas ela sempre exerceu um certo fascínio, isso aí eu me lembro, mesmo antes de eu passar a frequentar e tal. Nem tanto, porque é aquele negócio que eu estava falando para o funcionário. Eu disse, olha, eu vou passar tempos aqui de novo. Porque eu tive temporadas aqui, quando eu estava fazendo dissertação, essas coisas, eu tive temporadas de quase dois anos aqui.		
04	Estou vindo todos os dias, tem cerca de três meses que estou frequentando aqui, diariamente.	1 A fase de maior frequência é a atual, com frequência diária nos últimos três meses.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
05	Agora, quando eu vim trabalhar aqui.	1 A fase de maior frequência é a atual, motivada pelo trabalho no próprio local.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
06	-	-	-
07	Primeiro nessa fase, que eu era estudante, estagiava no arquivo, isso deve ter sido 2004, 2005, até 2007. Então eu vinha muito aqui pegar os livros e às vezes também para fazer pesquisa. Depois eu fui embora para o estado do Pará, quando terminei a graduação. Passei	1 A primeira fase de alta frequência foi durante a graduação e estágio (2004-2007).	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragens (AC)
	no concurso. E depois, quando eu voltei pra cá, eu trabalhei em Anajatuba. Então, eu quase não vim aqui. Isso aí foi até 2019. Em 2020, 21, eu transferi pra cá e comecei a trabalhar no Liceu. Era uma correria louca, porque eu trabalhava em Anajatuba, mas também trabalhava aqui em Ribamar, onde eu trabalho até hoje. Também. Embora eu esteja de licença, estou fazendo doutorado como você. Eu só não consegui licença aqui do liceu. Mas aí em 2021, quando eu consegui a transferência, eu quase não vim aqui porque ainda era época da pandemia, né? Então nem sei como, nem me lembro como estava funcionando aqui nesse período, não sei nem se estava aberto. Mas logo no ano seguinte, em 2022, eu comecei a frequentar. Tirei novamente a carteira, comecei a pegar livros e venho aqui numa... assim... Quando eu tenho um horário vago no Liceu, eu venho pra cá. É basicamente o tempo que eu fico aqui, né? Lendo ou pesquisando alguma coisa.	2 A frequência foi retomada na vida adulta (a partir de 2022), aproveitando horários vagos do trabalho.	
08	De 2002 até o presente momento. Uma frequência bastante aguda, exceto com doença, pandemia. problemas pessoais, mas eu acho que de 2002 até agora, 2025, eu acho. Dando aqui um chutão, eu acho que eu não passei dois meses fora daqui. sem vir aqui, não durou tempo de dois meses. Talvez na pandemia. Quando eu tive muita doente, mas assim... No máximo, fora isso, eu não passei acho que dois meses fora da vida. Eu diria que se eu colocasse uma média, uma ou duas vezes por semana.	1 A fase de maior frequência é um período contínuo e longo, da vida adulta até o presente. 2 A frequência é descrita como intensa e regular (uma a duas vezes por semana).	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
09	Foi o tempo do mestrado. A partir de 2015, 2014-2015, eu comecei a frequentar direto aqui, porque precisava de algumas obras raras, e a literatura maranhense. A minha pesquisa era sobre a literatura maranhense. Então, eu fiquei aqui muito tempo mesmo. Eu vi a importância da biblioteca, do arquivo, tem muito mais do que as outras.	1 A fase de maior frequência foi durante o mestrado. 2 A alta frequência foi motivada pela necessidade de pesquisa para a dissertação.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
10	Eu venho a cada quinze dias, porque eu faço uma renovação. Assim, os livros que hoje em dia eu já eu já pego aqui, são livros pra mim e pra minha filha. E os livros infantis, eles... porque ela ainda é muito pequenininha, né? Os livros são bem... as historinhas são bem curtinhas. Então, ela já começa a enjoar, não sei... Muito rápido. Muito rápido. Então... enjoar, não, né? Porque ela não... eu acho que eu não vejo na minha filha esse... que ela enjoa de um livro. Ela realmente quer estar ali e acho que a criança quer essa repetividade, né? Ela é que escolhe os livros. Tem dia, por exemplo, hoje a gente tava com uma multa que eu combinei com ela pra gente vir escolher ontem, só que aí começou a chover, aí passou o horário, eu não	2 A frequência atual é regular, a cada quinze dias. 2 A motivação da frequência é a busca de livros para si e para a filha.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragens (AC)
	renovei e não vim buscar outros. Então eu venho a cada 15 dias.		
11	Hoje acho que já está diminuindo mais a frequência por causa da faculdade e eu só venho mesmo quando é para pegar os livros infantis ou então quando eu quero ler algum livro porque acaba que a gente não tem tempo. Por exemplo, Quando eu comecei a vir para cá, fazer a mediação, eu consegui ler aquele livro ali. "Ainda estou aqui." Consegui ler em duas manhãs. Então, assim, acho que se eu trabalhasse. Mas eu consigo ler em um dia, porque uma manhã eu consigo ler um livro. Só que eu acho que se eu vivesse com mais frequência para cá, eu conseguiria ler mais.	1 A frequência atual está diminuindo devido às demandas da faculdade. 2 As visitas atuais são pontuais e com objetivos específicos (livros infantis ou leituras desejadas).	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
12	Diariamente eu não venho, mas eu venho muito, com frequência, com computador, Não só no Telecentro, mas em outras áreas. Eu sou escritor também, sou pesquisador, da área de metafísica, de numerologia, de mapa astral eu faço. Inclusive, eu estava fazendo um livro. Na verdade, ela me deu um espaço para que eu consiga registrar um livro meu aqui, para que eu consiga registrar um livro e estou encabeçando outros projetos de escrever, outras situações. Então é um espaço acolhedor para pesquisa, né? Assim mesmo. Porque é um espaço que você chega aqui, você consegue encontrar bastante livro, pode ver lá, você consegue com o computador, na internet aqui, tá fácil, é só, tá entendendo? Não é que a internet vai te ajudar, mas o que acontece na biblioteca pública hoje, é que ela te dá um leque de opções. Eu posso pegar o livro de numerologia aqui, claro que ele não tem livro de numerologia, mas vão te dar subsídios para te fazer, o meu trabalho, aí eu vou pra internet lá pra colar, e posso publicar lá embaixo que é um setor que é de registro, né, de livro, que é o direito de autorais. Então a biblioteca pública hoje é muito rica, né, pra te dar várias opções, tu pode tanto ler o livro, como tu pode ir pra internet, como tu pode publicar, quer dizer, ela virou um centro de produção científica, já vi professores meu, médicos já estarem aqui, tem uma página que é de uma escritora chamada Dirlecy Aragão Adler, ela está aqui, tem muita gente da alta sociedade aqui para documentar a biblioteca, ela é um espaço de produção científica. A minha conclusão é essa. A Aline conseguiu fazer esse espaço que é um espaço que tá fácil de você fazer uma produção científica, tá fácil. Tu consegue acessar na internet, tu não paga nada, é uma coisa de qualidade, tu traz teu celular, tu bebe uma água, tu tem um maneiro, brinca e fala teu café, tu tiver um dinheiro, tu come aqui e fala a lancha. Eu posso passar o dia todinho aqui e não estou... produzir...	1 A frequência atual é alta e constante, embora não diária.	A biblioteca pública hoje é um rico centro de produção científica, um espaço que facilita a pesquisa e a criação de obras.

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragens (AC)
	produzir ciência, produzir um livro, produzir alguma coisa do tipo. De pesquisa ficou bom.		
13	Eu já frequentei mais. 2023, 2024. 2022 e 2023 foram os anos que eu mais frequentei. Às vezes eu vinha, ficava ali na sala de leitura. Semanalmente. Minha filha sempre me cobra. Mamãe, vamos lá na biblioteca. Eu vejo muitos pais me trazendo as crianças aqui. Pelo menos nesses dias que eu tenho estado, estou desde abril. E eu percebo muito essa presença dos pais com os filhos.	1 A fase de maior frequência foi um período recente (2022-2023), com visitas semanais. 2 A frequência atual é influenciada pelo pedido da filha.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
14	A minha frequência aqui é assim, de tempos em tempos. Na época, na graduação teve isso, teve alguns momentos de... Quando eu estava no mestrado, como eu também estudo maranhão, então a biblioteca é sempre um ponto de referência para fazer as pesquisas. Então, durante o mestrado eu não tenho. Durante o doutorado também, vim um tempo, aí agora que eu faço pesquisa para outras pessoas.	1 A frequência é esporádica e cíclica ("de tempos em tempos"). 2 Os picos de frequência ocorreram em diferentes momentos da vida acadêmica (graduação, mestrado, doutorado). 3 A motivação para a frequência está ligada à necessidade de pesquisa sobre temas locais (Maranhão).	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
15	Foi na época, depois que eu terminei o curso técnico, que eu fiz um concurso no Correio, passei e me empreguei no Correio. Aí, no Correio, eu tinha de 8h às 12h, aí tinha de 12h às 14h no intervalo e, às vezes, porque eu vinha aqui fazer alguma pesquisa e alguma coisa.	1 A fase de maior frequência foi no início da vida profissional, após o curso técnico. 2 A frequência era no horário de almoço do trabalho, para fazer pesquisas.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.

DSC 7 – Que tipo de atividades ou serviços você procurava na biblioteca? Havia algum setor ou tipo de obra que você acessava com mais frequência? O que isso representa/representava para você?

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragens (AC)
01	Não, o meu lugar é lá em cima [setor de Obras Raras]. Quando eu preciso voltar aqui, mas hoje, eu tenho a impressão que a pessoa não tem mais aquele arranjo, aquela disposição, né? É, porque eu tenho umas amigas aqui, quando eu me unir, eu sempre vinha pegar o CDU aqui, porque eu criei muitos amigos por aqui, né? Hoje, não, os funcionários são pouquíssimos, né?	1 Havia um setor preferencial ("lá em cima"). 2 A principal atividade era a socialização com amigos e funcionários, representando um espaço de intimidade.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragens (AC)
	Mas há 30 anos, eles [os funcionários] eram muito íntimos, né?		
02	De arquivos, mas você vai lá na frente, tipo assim, eu tenho a referência, eu vou lá na frente, a pessoa me dá a indicação do livro e eu pego o livro. Você pode usar os livros da biblioteca. Tem dia que tu, tipo assim, tu não quer estudar didática, aí tu pega um livro. Uma literatura tipo, eu chamo de "ler uma besteira". Não é que é ler uma besteira, que tudo é cultura, mas é uma leitura, é como se tu limpasse um pouco a tua mente, saísse, uma leitura mais recreativa. Gente, eu vejo os teatros aqui. Eles fazem um teatro infantil que tu fica assim... Eu já conheci histórias da cultura maranhense através desse teatro que eu não sabia que existia, entendeu? São histórias belíssimas que tu vê através do teatro. Eles usam aqueles monólogos. Gente, é fantástico!	1 A principal atividade é o empréstimo de livros. 2 A leitura de literatura é usada como uma atividade recreativa e de alívio mental. 3 A programação cultural (teatro infantil) é uma atividade frequentada e valorizada como forma de aprendizado.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
03	É esse setor aqui [Setor de Obras Raras], que é o negócio dos jornais antigos e do livro raro. É como se aqui fosse o depositário de alguma coisa que... Não é disponível, assim, para eu comprar uma coisa antiga. Tanto que eu tive um certo impacto quando eu entrei agora, já há muitos anos sem ter entrado aqui. porque eu olhei, assim, ela muito mais arejada, muito mais leve, muito mais aberta, inclusive, para as pessoas, para a visitação, para tudo, porque era muito mais carrancudo, assim, era um espaço menor, mais atulhado de livros e tal, e não tanto com essa tentativa. Porque eu percebo, inclusive, uma diretora que eu vejo pela televisão, ela já vem fazendo um trabalho aqui há um tempo, E eu vejo uma tentativa de abrir mais, tirar aquela... Porque pra mim ela tinha a ideia sempre da coisa velha, da coisa antiga. Lá eu vim pra pegar um negócio e... O livro mesmo, eu inclusive olhava os seus livros muito antigos. Hoje eu estou entrando aí e vejo livros que me chamam a atenção, até livros novos, coisas e tal, que de outras mãos eram assim. A referência que a gente tinha daqui era o negócio, aonde você encontrar livros mais novos, na biblioteca da universidade, mas não aqui, aqui era o negócio...a minha percepção é sempre de algo... antigo, de uma São Luís antiga, e que tem que ser preservado... estou aqui	1 O setor mais frequentado é o de Obras Raras, jornais antigos e livros raros. 2 Este setor representa o acesso a um acervo raro e indisponível comercialmente. 3 Frequentar este setor representa um resgate da memória e da identidade de uma "São Luís antiga".	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragens (AC)
	exatamente para resgatar um pouco dela Nem tanto, porque é aquele negócio que eu estava falando para o funcionário. Eu disse, olha, eu vou passar tempos aqui de novo. Porque eu tive temporadas aqui, quando eu estava fazendo dissertação, essas coisas, eu tive temporadas de quase dois anos aqui.		
04	Ainda não tive a oportunidade porque eu mesmo ainda não busquei, mas por enquanto só frequento a sala de leitura mesmo. Tenho ideia, inclusive, de procurar informar como funciona aqui, mas por enquanto só a sala de leitura.	1 A única atividade realizada é o uso da sala de leitura para estudos.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
05	Isso. Não, aqui é o setor do acervo geral. Qual outro setor? Nossa, agora eu fiquei... Acho que da infância. A biblioteca infantil. Justamente por essa experiência, né? Eu acho que quando eu tô por lá, me lembra muito os meus momentos de quando eu era criança e vivia por aqui em período de férias.	1 A frequência principal é no setor do acervo geral (ligado ao trabalho). 2 A frequência na biblioteca infantil representa uma reconexão com as memórias afetivas da infância.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
06	Por isso também que eu quis trazer as minhas crianças pra cá, pra [biblioteca infantil] elas terem essa noção do livro, de uma biblioteca antiga, desse estímulo mesmo.	(1ª Ideia) A principal atividade é profissional/pedagógica: levar os alunos para conhecer a biblioteca infantil e estimular a leitura.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
07	Por enquanto só empréstimos de livros e às vezes eu uso essa parte aqui para ficar fazendo leitura.	1 As atividades principais são o empréstimo de livros e o uso do espaço para leitura.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
08	Eu gosto de ler revistas de jornal antigo. Eu gosto de ler revistas de jornais antigos. 90% do meu tempo aqui está correlacionado com isso. Ler jornal antigo e revista antiga. Eu já conheço aqui bem. Nem é tanto por pesquisa, também é por... É que eu pesquiso também algumas situações, mas é mais, assim, uma terapia. Eu diria que é mais um tipo de terapia que pesquisa.	1 O principal uso da biblioteca é a leitura de periódicos antigos (jornais e revistas). 2 A atividade representa mais uma terapia do que uma pesquisa formal.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
09	Não é base de pesquisa mesmo, biográfica, mas a parte de interlocutor marronis. obras raras, já vim para palestras também, infanto-juvenis, são excelentes as palestras daqui, já fui convidado, já participei, já doei livros também, a gente começa a se aproximar, aí sim, cria esse sentimento de pertencimento, de aconchego e vai conhecendo as pessoas, como é um lugar muito amplo, diferente ali da Casa Josué Montello, que a gente chega, a gente vai conhecer as pessoas, né?	1 O uso principal é para pesquisa acadêmica (biográfica, literatura maranhense) no setor de obras raras. 2 Frequenta a biblioteca para assistir a palestras. 3 A participação em atividades e a interação com pessoas criam um	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragens (AC)
	Sim. É assim, trazendo mais e tal. Como é mais amplo, a gente... e também tem uma... mas não dando muito, né? Porque quando a gente está ajudado, a gente não dá tanto tempo. A gente vem pra cá pra estudar, então acho que não necessariamente tem esse propósito.	sentimento de pertencimento.	
10	Serviço de referência e o serviço da biblioteca infantil.	1 Os principais serviços utilizados são o de referência e a biblioteca infantil.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
11	O de literatura e o de literatura infantil.	1 Os setores mais acessados são o de literatura e o de literatura infantil.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
12	Não, eu não pego quase empréstimo. Eu pego, faço uma leitura básica aqui, faço meu resumo, uso a internet no telecentro e os direitos autorais, eu não sinto assim, de vez em quando eu vou lá.	1 As atividades realizadas incluem leitura no local, uso da internet (Telecentro) e o serviço de registro de direitos autorais, com pouco uso do serviço de empréstimo.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
13	Olha, os que eu mais utilizo realmente é a parte técnica e a leitura clássica. Mundial e brasileiro. E infantil também.	1 O uso do acervo é diversificado, abrangendo os setores técnico, de literatura clássica e infantil.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
14	Agora que eu... Depois desses anos todos frequentando, eu tava até brincando essa semana, na semana passada que eu tava aqui, eu peguei um livro emprestado. E a gente tá muito vintage de pegar um livro emprestado na biblioteca e levar pra casa. Eu tinha já o cadastro aqui, mas eu nunca tinha pego. O meu trabalho sempre era aqui em cima [setor de Obras Raras], na pesquisa. Ah, eu gosto de olhar para aquilo. Essa vida de pesquisar tanto tempo. No fato de ser no Centro Histórico, né? Estar sempre por aqui.	1 A principal atividade sempre foi a pesquisa em um setor específico ("aqui em cima"). 2 A atividade de empréstimo de livros é uma experiência nova e percebida como "vintage". 3 Frequentar a biblioteca representa a conexão com a identidade de pesquisador e com o Centro Histórico.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
15	Não, não, é porque eu venho muito. Eu gosto de todos eles, agora eu sempre pesquiso lá os jornais, porque eu faço cordéis com base nas coisas antigas ou na realidade, aí eu vejo a realidade e vou lá no atrás para ver como é, para poder encaixar o trabalho. Pois é, é muito importante e as pessoas daqui me dão muito valor, porque até já me deram o título de amiga da biblioteca. Um ano, não me lembro agora que ano foi, porque gente da minha idade vai esquecer nas datas, mas eu tenho lá em casa o título de amiga da biblioteca.	1 A principal atividade é a pesquisa em jornais antigos para subsidiar a escrita de cordéis. 2 A biblioteca é um lugar de reconhecimento e valorização pessoal, simbolizado pelo título de "amiga da biblioteca".	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.

BLOCO 3 – USOS, VIVÊNCIAS E SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS À BPBL

DSC 8 – Que tipo de experiências você vivenciou na BPBL? Fez amizades? Participou de eventos? Algo te marcou especialmente?

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragens (AC)
01	Quando eu preciso voltar aqui, mas hoje, eu tenho a impressão que a pessoa não tem mais aquele arranjo, aquela disposição, né? É, porque eu tenho umas amigas aqui, quando eu me unir, eu sempre vinha pegar o CDU aqui, porque eu criei muitos amigos por aqui, né? Hoje, não, os funcionários são pouquíssimos, né? Mas há 30 anos, eles eram muito íntimos, né?	1 A principal experiência foi a criação de amizades no espaço da biblioteca. 2 Uma experiência marcante do passado era a relação de intimidade com os funcionários, que se perdeu com o tempo.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
02	Gente, eu vejo os teatros aqui. Eles fazem um teatro infantil que tu fica assim... Eu já conheci histórias da cultura maranhense através desse teatro que eu não sabia que existia, entendeu? São histórias belíssimas que tu vê através do teatro. oEles usam aqueles monólogos. Gente, é fantástico! Fiz amizade com colegas que também estavam estudando, alunos que chegam para castigar, com o próprio pessoal da biblioteca. Uma coisa que me marca muito aqui, que eu vejo, é a questão desse acesso com as crianças. Gente, assim, eu fico assim pensando, meu Deus, eu não tive isso quando eu era criança. Isso é muito perfeito, entender? Eu ter esse acesso para a criança, a criança vem, brinca. Tipo assim, quando eu fui na biblioteca pela primeira vez na minha vida, eu já era adolescente e eu não tinha essa oportunidade assim, criança. E na biblioteca eu vejo as crianças olhando livros e elas entram. Sabe aquele brinquedo que tu ganhou e não sabe usar? A sensação assim que você vê que elas têm. E aí elas olham e dizem, meu Deus, tem esse universo de um livro na biblioteca. Eu fico ouvindo isso e elas falam.	1 A participação em eventos culturais (teatro infantil) é uma experiência fantástica e de aprendizado. 2 A experiência inclui fazer amizades com outros usuários e com os funcionários. 3 A experiência mais marcante é a observação do acesso das crianças à biblioteca, gerando uma reflexão sobre a própria infância.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
03	Apesar de ser um sujeito que muito cedo foi fascinado por livro. Porque a biblioteca, para mim, ela tem uma relação, muito menos os livros... É esse setor aqui, que é o negócio dos jornais antigos e do livro raro. É como se aqui fosse o depositário de alguma coisa que... Não é disponível, assim, para eu comprar uma coisa antiga. Tanto que eu tive um certo impacto quando eu entrei agora, já há muitos anos sem ter entrado aqui. porque eu olhei, assim, ela muito mais arejada, muito mais leve, muito mais aberta, inclusive, para as pessoas, para a visitação, para tudo, porque era muito mais carrancudo, assim, era um espaço menor, mais atulhado de livros e tal, e não tanto com essa tentativa. Porque eu percebo, inclusive, uma diretora que eu vejo pela televisão, ela já vem fazendo um trabalho aqui há	1 A principal vivência é a pesquisa no setor de obras raras e jornais antigos. 2 Essa experiência de pesquisa representa um resgate da memória e da identidade da cidade. 3 A experiência social é de reconhecimento mútuo com outros pesquisadores, mas não de amizade próxima. 4 A experiência mais marcante recente foi a	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragens (AC)
	um tempo, E eu vejo uma tentativa de abrir mais, tirar aquela... Porque pra mim ela tinha a ideia sempre da coisa velha, da coisa antiga. Lá eu vim pra pegar um negócio e... O livro mesmo, eu inclusive olhava os seus livros muito antigos. Hoje eu estou entrando aí e vejo livros que me chamam a atenção, até livros novos, coisas e tal, que de outras mãos eram assim. A referência que a gente tinha daqui era o negócio, aonde você encontrar livros mais novos, na biblioteca da universidade, mas não aqui, aqui era o negócio. Nem tanto, porque é aquele negócio que eu estava falando para o funcionário. Eu disse, olha, eu vou passar tempos aqui de novo. Porque eu tive temporadas aqui, quando eu estava fazendo dissertação, essas coisas, eu tive temporadas de quase dois anos aqui. Porque eu não sou de um tempo... O que o mestrado se fazia em quatro anos, o doutorado se fazia em seis anos. Então, eu passei dois anos só fazendo levantamento. Foi dois anos, foi temporada aqui, temporada no arquivo, temporada na Biblioteca da Associação Comercial, quer dizer, era um negócio. Por isso que eu tive uma grata surpresa quando voltei já há muitos anos, que eu venho aqui assim, quando eu entrei senti um ar, assim, até mais arejado, ainda mais vivo, porque às vezes a gente entra nos locais e ele está lá se acabando, está morto, o arquivo é assim, você entra e o negócio estava lá, quer dizer, o prédio está acabando, os funcionários tendo que manter a coisa com muita dificuldade, com o número sempre diminuindo de funcionários, Aí você tem que usar os estagiários, mas os estagiários não têm a experiência ou não sei o quê. Então, o que é o que é? É um descaso. Aí vão lá para a propaganda dizer que, "ah, porque tem não sei o quê, está fazendo isso ou não." Quando lá embaixo está tudo sendo... É que nem coisa de cupim. Ele vai, não é? Vai ruindo aos poucos, não é? Mas a biblioteca, para mim, voltando para esse ponto, assim, a minha percepção é sempre de algo... antigo, de uma São Luísa antiga, e que tem que ser preservado, assim, é uma joia. O próprio prédio, eu acho, assim, é um negócio que sempre foi, não tem como não falar, aqui sempre foi um ponto de urina, assim, impressionante como o cheiro. Então, eu estava entrando e disse, olha, até o cheiro parece que está menor. Não saiu tudo, mas é porque é uma coisa antiga. Então, são as imagens assim que me vêm de algo de uma São Luís que eu estou aqui exatamente para resgatar um pouco dela. Não, eu sou um sujeito realmente meio... assim, meio retraído, eu não tenho a facilidade de... assim de sair conversando e tal. Não fiz, nesse tempo, uma amizade que tenha saído daqui. O que acontece é que eu conheço, cumprimento,	surpresa positiva com a renovação do espaço, em contraste com a degradação de outros órgãos culturais.	

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragens (AC)
	algumas figuras, que são essas figuras que vinham... Entram para fazer pesquisa. Sujeito tipo o Benedito Buzar, por exemplo. Aí, de vez em quando, estava lá entra o Buzar para pesquisar alguma coisa. Tinha um também, mas esse deve ter morrido, porque era seu Sá Valle. Velho também, bom de cabeça. Ou então, gente que trabalha pesquisando para outros e que há muito tempo... Então, eles conhecem...		
04	Só fica aqui na sala de estudos.	1 A única experiência vivenciada é o uso da sala de estudos.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
05	A minha lembrança foi sempre desse meu momento de infância, né? Quando eu passava por aqui, não tinha necessariamente aquele interesse de chegar, entrar, porque, ah, uma biblioteca pra mim aqui ficou marcada, apesar de eu vir trabalhar aqui, mas a maior marca que eu acho que a biblioteca vai deixar em mim, já deixou. Não foi o fato de eu trabalhar aqui, apesar de ser algo muito bom, muito importante na minha vida, mas eu acho que a marca mais feliz mesmo foi realmente a minha infância. Quando eu passava aqui, eu não pensava que aqui era, nossa, uma biblioteca onde tem livros. O que ficou marcado foram esses momentos da infância. Claro, a gente tinha, sim, o contato com os livros, mas a felicidade que esse lugar me trouxe na infância por ser uma experiência até mesmo que eu tinha com a minha mãe. Isso que ficou marcado pra mim e pra mim essa maior representatividade que a biblioteca tem na minha vida, apesar de ser funcionária hoje aqui.	1 A experiência mais marcante e representativa da biblioteca são as memórias da infância. 2 A marca principal é o sentimento de felicidade associado à vivência com a mãe no local.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
06	Aí agora, depois de formada, sendo coordenadora de uma escola, aí eu disse, não, gente, pra comemorar o dia do Livro infantil, a gente vai levar as nossas crianças pra Biblioteca Benedito Leite, porque lá vai ser muito legal pra eles e tá sendo mesmo.	1 A principal experiência é profissional e pedagógica: levar os alunos à biblioteca, resultando em uma vivência positiva para as crianças.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
07	Não, aqui não. Não, nenhum evento.	1 Nenhuma experiência de amizade ou participação em eventos.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
08	É uma relação de terapêutico, praticamente. Eu não quero falar que passar tempo é muito feio. É terapêutico. Tem algumas situações mais raras, mas ainda são ocorrentes. Eu venho aqui para passar tempo muito feio, muito vulgar. Eu venho aqui para fazer um entreposto. Tipo assim, eu vou ao centro ali, na Rua Grande, vou comprar uma coisa no Mercado Central, sei lá, ou vou para algum outro lugar e eu fico aqui 20, 30, 40 minutos, uma hora.	1 A principal experiência vivenciada é a terapêutica. 2 A biblioteca é utilizada como um espaço de passagem e espera ("entreposto"). 3 A experiência social é de camaradagem e conversa com outros	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragens (AC)
	Mas isso é minoritário. A maioria das vezes eu venho aqui ler e tudo, é uma terapia para mim. Amizade no sentido estrito de frequentar casas, não. Mas, assim, a amizade entre os dois, trocar o telefone, conversar, assim, é Eduardo. Se teu nome tá errado, seu nome não. Ele poderia ser o melhor exemplar disso.	frequentadores, não de amizade íntima.	
09	Não é base de pesquisa mesmo, pesquisa bibliográfica, mas a parte de literatura maranhense, obras raras, já vim para palestras também, infanto-juvenis, são excelentes as palestras daqui, já fui convidado, já participei, já doei livros também, a gente começa a se aproximar, aí sim, cria esse sentimento de pertencimento, de aconchego e vai conhecendo as pessoas, como é um lugar muito amplo, diferente ali da Casa Josué Montello, que a gente chega, a gente vai conhecer as pessoas, né? Sim. É assim, trazendo mais e tal. Como é mais amplo, a gente... e também tem uma... mas não dando muito, né? Porque quando a gente está ajudado, a gente não dá tanto tempo. A gente vem pra cá pra estudar, então acho que não necessariamente tem esse propósito. Às vezes, quando eu venho deixar meus livros, eu venho deixar três exemplares do Morada. Ela disse assim, muito obrigado, gostei muito. Eu sei, ela tem que enviar para os outros. Mas, na época, eu não tinha ideia, cara. Mas, já aprendi que está bom que isso aqui, cara. Mas, também, foi um momento que vem trazer tua obra para a maior biblioteca do Estado. A Depositária do Estado. É um momento que você se sente assim, honrado, um dever cumprido, e também eu agradeço, porque é aqui que eu recolhi muitas informações, na parte de obras raras, agradeço todo mundo, eu fiz todo aquele discurso agradecendo, porque realmente era esse momento simbólico de reconhecimento.	1 As experiências incluem pesquisa acadêmica (literatura maranhense, obras raras) e participação em eventos (palestras). 2 A experiência social é a construção de um sentimento de pertencimento, embora a socialização não seja o propósito principal da visita. 3 A experiência mais marcante foi a de doar a própria obra à biblioteca, representando um momento simbólico de honra e reconhecimento.	
10	Sim, marca, porque os primeiros contatos que eu tive aqui, a atividade estruturais dentro da minha biblioteca foi aqui. Então, me marca bastante isso, porque não é só um espaço para Você vem aqui, pega livro emprestado ou usa a sala de estudo. Tem outras partes culturais que funcionam aqui. Tem a parte da exposição. Então, sempre que a gente entra e vê que mudou alguma exposição aqui no local principal, a gente fica e observa as atividades que tem pra criança também. Eu tento sempre trazer ela pra ela participar. As tias sempre convidam ela. Ela quer vir participar.	1 A experiência é marcante por ter sido o local das primeiras "atividades estruturais" com uma biblioteca. 2 A vivência na biblioteca é marcada pela diversidade de atividades culturais, como as exposições. 3 A participação nas atividades infantis com a filha é uma experiência importante.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
11	Por exemplo, Quando eu comecei a vir para cá, fazer a mediação, eu consegui ler aquele livro ali "Ainda estou aqui." Consegui ler em duas manhãs. Então, assim, acho que se eu	1 Uma experiência marcante foi a de conseguir ler um livro	Nenhuma ancoragem explícita foi

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragens (AC)
	trabalhasse. Mas eu consigo ler em um dia, porque uma manhã eu consigo ler um livro. Só que eu acho que se eu vivesse com mais frequência para cá, eu conseguiria ler mais. Fiz amizade porque a minha sogra trabalha aqui há muito tempo. Então, eu sempre vinha aqui já fazia um tempo. Converso com quase todo mundo lá de cima, porque é eles que ficam lá junto com ela. Mas assim, de pessoas, assim, no mesmo ambiente, da leitura, não. Muito difícil.	rapidamente no ambiente da biblioteca. 2 A experiência de amizade está restrita aos funcionários, facilitada por um laço familiar preexistente. 3 Percebe uma dificuldade em fazer amizades com outros usuários no ambiente de leitura.	identificada nesta fala.
12	Diariamente eu não venho, mas eu venho muito, com frequência, com computador, Não só no Telecentro, mas em outras áreas. Eu sou escritor também, sou pesquisador, da área de metafísica, de numerologia, de mapa astral eu faço. Inclusive, eu estava fazendo um livro. Na verdade, ela me deu um espaço para que eu consiga registrar um livro meu aqui, para que eu consiga registrar um livro e estou encabeçando outros projetos de escrever, outras situações. Então é um espaço acolhedor para pesquisa, né? Assim mesmo. Porque é um espaço que você chega aqui, você consegue encontrar bastante livro, pode ver lá, você consegue com o computador, na internet aqui, tá fácil, é só, tá entendendo? Não é que a internet vai te ajudar, mas o que acontece na biblioteca pública hoje, é que ela te dá um leve de opções. Eu posso pegar o livro de numerologia aqui, claro que ele não tem livro de numerologia, mas vão te dar subsídios para te fazer, o meu trabalho, aí eu vou pra internet lá pra colar, e posso publicar lá embaixo que é um setor que é de registro, né, de livro, que é o direito de autorais. Então a biblioteca pública hoje é muito rica, né, pra te dar várias opções, tu pode tanto ler o livro, como tu pode ir pra internet, como tu pode publicar, quer dizer, ela virou um centro de produção científica, já vi professores meu, médicos já estarem aqui, tem uma página que é de uma escritora chamada Dirlecy Aragão Adler, ela está aqui, tem muita gente da alta sociedade aqui para documentar a biblioteca, ela é um espaço de produção científica. A minha conclusão é essa. A Aline conseguiu fazer esse espaço que é um espaço que tá fácil de você fazer uma produção científica, tá fácil. Tu consegue acessar na internet, tu não paga nada, é uma coisa de qualidade, tu traz teu celular, tu bebe uma água, tu tem um maneiro, brinca e fala teu café, tu tiver um dinheiro, tu come aqui e fala a lancha. Eu posso passar o dia todinho aqui e não estou... produzir... produzir ciência, produzir um livro, produzir alguma coisa do tipo. De pesquisa ficou bom.	1 A principal experiência é a de usar a biblioteca como um espaço de produção científica para seu trabalho de escritor e pesquisador. 2 A utilização do serviço de registro de direitos autorais é uma experiência importante. 3 Participação em eventos ("dinâmicas").	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragens (AC)
	Não, eu não pego quase empréstimo. Eu pego, faço uma leitura básica aqui, faço meu resumo, uso a internet no telecentro e os direitos autorais, eu não sinto assim, de vez em quando eu vou lá. Teve algumas dinâmicas, teve...		
13	Olha, os que eu mais utilizo realmente é a parte técnica e a leitura clássica. Mundial e brasileiro. E infantil também. Como eu te falei, em 2022, 2023 foram anos que eu li muito. E como a biblioteca já oferece as obras, eu só comprava a partir da primeira leitura. Então, vou fazer esse teste aqui da obra, até mesmo das infantis. E nisso, a gente pegou tantos livros, que no ano seguinte, a responsável pelo setor infantil, ela nos convidou, que a minha filha tinha sido convidada como leitora do ano. E ela tem quatro anos. Então, pra nós foi uma alegria, né? E a cerimônia seria na Academia Maranhense de Letras. Eu digo, gente, tudo bem que eu plantei assim mesmo, mas, sabe, eu nem esperava. Minha filha não tem cinco anos, já vai pra Academia Maranhense de Letras. até então eu desconhecia-se, nunca tinha ido. Então fiquei muito feliz pelo reconhecimento. Infelizmente ela não pôde participar da cerimônia, teve uma virose no dia anterior à cerimônia, mas eu entrei em contato com a gestora muito atenciosa, compreendeu, mandei a fotinha da gente no atendimento. E ela diz, olha, não se preocupa, depois a gente faz outro momento pra poder marcar. E realmente, elas fizeram. Lá na biblioteca, o primeiro certificado dela, tem o registro. Então, esse foi um momento muito bacana.	1 A experiência mais marcante foi o reconhecimento da filha como "leitora do ano". 2 O sentimento principal foi de felicidade e a percepção de um "momento muito bacana". 3 A experiência foi marcada pelo cuidado e atenção da gestão da biblioteca com a família.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
14	Ah, eu gosto de olhar para aquilo. Essa vida de pesquisar tanto tempo. No fato de ser no Centro Histórico, né? Estar sempre por aqui. Não sei. Eu acho que esse é o momento da graduação. Talvez foi esse o momento que me marcou. Esse primeiro contato com as obras raras. Amizade já. Aqui a gente se conhece. Outros pesquisadores, inclusive, me ajudaram muito em encontrar documento. O próprio Eduardo, que cuida aqui das obras raras, porque ele tá de férias. Também, assim, peça fundamental, acho que, pra essa biblioteca.	1 A experiência mais marcante foi o primeiro contato com o setor de obras raras. 2 A experiência social inclui amizade e ajuda mútua entre os pesquisadores. 3 O relacionamento com funcionários-chave é uma parte fundamental da experiência.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
15	Eu já participei de tantos eventos aqui que eu nem sei te dizer, mas ultimamente a gente tem uma terça do cordel, dia de terça-feira, é a última terça-feira do mês que a gente vem e faz uma terça do cordel aqui. Eu participo sempre que eu tenho a oportunidade, porque às vezes eu estou com coisas marcadas para outra cidade, mas quando eu estou presente na ilha, mesmo eu morando já afastado daqui de	1 A principal experiência é a participação regular e contínua em eventos culturais, como a "Terça do Cordel".	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragens (AC)
	São Luís, moro em São José de Ribamar, mas eu sempre venho.		

DSC 9 – Você se recorda de algum fato, memória ou sensação que a BPBL desperta em você quando passa por ela ou visita o espaço?

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragens (AC)
01	Minha filha trabalhou aqui um pouco. Todos os meus livros eu trazia pra cá. Quase todos os meus livros estão aqui, arquivados. Os dois primeiros desapareceram. Todos esses movimentos terminavam aqui, para não se perturbar. Negócio de greve, essas coisas vinham para cá. Os degraus, e perturbava a gente Mas perturbava, nem tanto, só porque eu já estava aqui dentro, né? Dos meus amigos, Dos momentos que eu tive, 1970, e Muitas amigas, eu já não sei por onde andam, mas eu conheci grandes amizades. A gente comenta muito, porque é um lugar de pesquisa, é um lugar de lazer, também, eu vinha e sempre encontrava aqui. Os velhos pesquisadores, Luiz Mello, Zacarias. Jomar Moraes, Milson Coutinho, Buzar. Pessoas que fizeram, havia um intercâmbio, né? Olha, vamos lá encontrar isto aqui.	1 Memória de ter doado os próprios livros para a biblioteca. 2 Lembrança da biblioteca como um ponto de encontro ou refúgio para movimentos sociais. 3 A principal memória é a do convívio e intercâmbio intelectual com amigos e outros pesquisadores.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
02	Tipo assim, quando eu terminei o ensino médio, eu fui pra universidade, eu frequentava muito a biblioteca. Quando eu passei meu primeiro concurso, eu ia muito pra biblioteca. Tipo assim, aqui em São Luís, eu percebo que ainda o Sr. Jorge, ele sempre me diz que aqui já foi muito lotado. E, assim, eu percebo que ainda precisa ter mais ainda, porque, às vezes, eu não sei se é o interesse de algumas pessoas, que elas não sabem, ou a divulgação, não sei o porquê, mas eu sinto falta, assim, de mais pessoas na biblioteca, porque, por exemplo, hoje, por exemplo, eu tenho algumas pessoas, mas, às vezes, tem uma pessoa aqui estudando, tem uma na sala de leitura, Então, é um ambiente assim que... é bom, que é cultural, entendeu? E aqui em São Luís Eu percebo que as pessoas vêm muito porque estão, tipo assim, visitar Aqui tem muita gente que vem pra visitar a biblioteca. Eu tive que reaprender isso, porque eu não entendia a biblioteca	1 Sensação de falta, um incômodo com a baixa frequência de público na biblioteca. 2 Memória da estranheza e do processo de reaprender a ver a biblioteca, de um local de estudo para um ponto turístico. 3 Sensação de necessidade, de que o dia fica incompleto sem visitar a biblioteca. 4 A sensação de vir à biblioteca é prazerosa e está ligada ao prazer tátil de ler o livro físico.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragens (AC)
	como esse local de visitação. Eu sempre fui na biblioteca pra estudar. Aí, pô, depois, como é que a pessoa vem visitar? É, eu achava estranho isso, aí depois eu fui entender que aqui é um ponto turístico, bem no meio de uma praça, que aí a pessoa vende essa curiosidade, mas tem muita gente que vem pra pegar livro também, que pega livro emprestado. Eu trabalho no hospital universitário. Quando eu não venho, parece assim que eu não entrei. Aquele dia, entendeu? Meu Deus, eu preciso... Eu saí de um trabalho, eu trabalhava pela manhã. Aí eu saí pra retomar e voltar a estudar. Pra poder, tipo assim, é como se tu desse um passo pra trás, pra tu conseguir dar... Dois pra frente. Dois mais na frente. Muito pra... E é gostoso essa sensação de você vir para a biblioteca, de você... Olha, eu sou da época que tu via Machado de Assis, entendeu? E, tipo assim, todos aqueles autores, José Alencar, Se tu me perguntar, eu consigo te dizer todas as histórias, porque a gente lia os paradigmas. E por mais que a informática tenha avançado, nada tira o prazer de você ler um livro, de você folhear. Eu vejo muitas pessoas vindo aqui visitar e conversem. Tem a parte dos jornais aqui em cima que, tipo assim, tu consegue rever tanto uma história de sangue e um riso. Porque tem a questão histórica que é muito forte e a questão cultural que é bem marcante do estado do Maranhão.		
03	Alguns anos atrás, eu precisei de uma coisa no arquivo e tive a maior sorte, porque tinha exatamente um desses lá. Sujeito que é rápido de arquivo e tal. E eu procurando o negócio, ele disse: "não, tu vai encontrar isso que tu tá procurando nos jornais." No Diário Oficial me deu a data, tudo que diz que o negócio... Então, são figuras que conhecem impressionante. Conhecem porque eles já estão lá há muito tempo mexendo com isso, curiosos disso. Sempre como Buzar, chegava e tal, procurava uma coisa lá que ele queria, subia e tal, não pensava que dava. Então, esses são os mais constantes da minha vida aqui. Ou o falecido Jomar [Moraes], né? Também sempre foi um	1 Memória de um fato específico de sorte, em que um funcionário ou pesquisador experiente foi fundamental para a pesquisa. 2 A principal lembrança é a da comunidade de pesquisadores e funcionários experientes que frequentavam o local.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragens (AC)
	que useira e vezeira aqui, né? Conhecia esses negócios aí tudo.		
04	Ontem, engraçado, ontem, eu vi uma visitação de criança, na Biblioteca Infantil, e eu vi uma criança, não sei realmente o que aquela criança foi, não sei se é esse o termo que tenho dificuldade de pronunciar, não sei se é esse o termo, ela tem uma deficiência, não se chama portadora de deficiência, mas ela tinha uma deficiência, era cadeirante e eu vi a forma como os funcionários daqui estavam mostrando aqueles quadradinhos ali para ela, não é? Ah, sim, a sinalização das coisas. Porque era uma turma de um colégio, até procurei aqui na internet, o nome desse colégio, é um colégio do São Cristóvão, é o... engraçado. E aí eu vi que realmente teve o evento voltado para todas as crianças de um modo geral, mas depois as crianças saíram, passou essa criança com uma atividade mais direcionada. Isso, mais direcionada pra ela. Então, imagina o quão válido isso é pra essa criança, né. É um modo de inserção, de inserir essa criança, mas com uma educação, né? Em uma vida social de uma forma diferenciada, né? Que atenda às necessidades dela, mas ela tá inserida nesse contexto.	1 Memória de um fato específico: a observação de um atendimento direcionado e cuidadoso a uma criança com deficiência. 2 A sensação despertada pelo fato é a de que a biblioteca atua como um importante espaço de inclusão social e educacional.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
05	A minha lembrança foi sempre desse meu momento de infância, né? Quando eu passava por aqui, não tinha necessariamente aquele interesse de chegar, entrar, porque, ah, uma biblioteca pra mim aqui ficou marcada, apesar de eu vir trabalhar aqui, mas a maior marca que eu acho que a biblioteca vai deixar em mim, já deixou. Não foi o fato de eu trabalhar aqui, apesar de ser algo muito bom, muito importante na minha vida, mas eu acho que a marca mais feliz mesmo foi realmente a minha infância. Quando eu passava aqui, eu não pensava que aqui era, nossa, uma biblioteca onde tem livros. O que ficou marcado foram esses momentos da infância. Claro, a gente tinha, sim, o contato com os livros, mas a felicidade que esse lugar me trouxe na infância por ser uma experiência até mesmo que eu tinha com a minha mãe. Isso que ficou marcado pra mim e pra mim essa maior representatividade que a biblioteca tem na minha vida, apesar de ser funcionária hoje aqui.	1 A principal memória que a biblioteca desperta é a da infância. 2 A sensação despertada é a de felicidade, ligada à memória afetiva da vivência com a mãe no local.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragens (AC)
	Acho que da infância. A biblioteca infantil. Justamente por essa experiência, né? Eu acho que quando eu tô por lá, me lembra muito os meus momentos de quando eu era criança e vivia por aqui em período de férias.		
06	As festinhas, não tem como eu não citar essas festinhas. Na minha época, essas festinhas, na minha época de adolescência, essas festinhas aqui na Praça Deodoro eram muito presentes, a gente tinha muito esses movimentos estudantis e aí eu me lembro muito disso. Eu lembro das festas, eu me lembro do plano de fundo que era a biblioteca. Não posso nem dizer que era instagramável, porque na época nem tinha, mas assim, hoje seria o instagramável, né?	1 A principal memória é a das festas e movimentos estudantis que aconteciam na praça em frente à biblioteca. 2 A biblioteca desperta a memória de ser o cenário arquitetônico ("plano de fundo") para a vida social da juventude.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
07	Não, não, não. Tem uma coisa assim, um pouco negativa, né? Meu diretor do arquivo público era o Moisés. E depois que eu fui estagiário, eu fui estagiário lá eu acho que em 2006, 2007. Não, um pouquinho antes. Foi em 2004, 2005, por aí. E depois ele foi diretor daqui. E aí eu fiquei sabendo na época da pandemia que ele faleceu de Covid. Então essa é uma... Eu não tenho participado. Muito difícil. Às vezes tem mobilizações aqui, né? de alguns grupos sociais, às vezes até de professores, aí eu encosto, tento compreender o que é, às vezes até já cheguei a participar, estar aqui presente nas de professores. Mas nada mais.	1 Uma memória negativa associada à biblioteca é a da morte de um ex-diretor conhecido. 2 A biblioteca é lembrada como um local para mobilizações e protestos de grupos sociais.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
08	Essa arquitetura é meio esotérica, e eu não quero falar outro nome. E chama minha atenção é isso aqui. Esse espaço aqui, ali tem os grandes templos. E tudo. Me parece algo meio esotérico. Que eu, logicamente, como católico, eu discordo do ambiente. Embora seja agradável do ponto de vista estético.	1 Sensação de estranhamento com a arquitetura, percebida como "esotérica" e em desacordo com as crenças religiosas, apesar de ser esteticamente agradável.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
09	Ah, sim, de professores. Assim, já, já vim, sou professor do município, já vim pra cá, tempo do... ele não, a gente veio pra cá também, no Bolsonaro, há vários, mas é interessante que tu traga essa informação lá na Academia Maranhense, primeiramente foi a Biblioteca Pública, e aí na minha pesquisa eu falo sobre o Humberto de Campos, tem aquela história famosa dele trabalhando em frente à Biblioteca Pública como cacheiro, na loja do tio, e ele olhando a biblioteca, querendo adentrar na biblioteca, mas tem que trabalhar, esperar terminar o horário de	1 A memória mais simbólica é a da história de Humberto de Campos e sua relação com a biblioteca, que o conecta à sua própria pesquisa. 2 A sensação é de que a biblioteca tem uma forte preocupação em expor a identidade e a cultura local através de exposições.	Não existe melhor lugar para falar sobre memória, resgate e história do que a biblioteca.

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragens (AC)
	labor pra ir lá. E aquilo é muito simbólico, eu lembro que eu entrei na casa, fui tirar umas fotos da minha pesquisa, e aí eu fiquei lá, no mesmo local onde tinha o comércio, e aí eu fiquei olhando de lá e olhando da academia, pensando, nossa, que coisa, né? Sim, com certeza. Eu acho que aqui eles têm essa preocupação. Olha, o próprio espaço, quando eles expõem as datas comemorativas através dos livros, as exposições fotográficas. Eu não vejo isso nos outros bibliotecas. Eu estou vindo de uma... Eu vou falar sobre... romance nordestino. Minha tese. Eu fiz minha primeira viagem agora. Fortaleza, João Pessoa, Natal. E eu fui nas principais bibliotecas. A de Fortaleza é a coisa mais linda, aquela perto do Drangão do Mar. Linda, linda. Linda, linda, linda. Tudo... E eles têm também essa preocupação de trazer a identidade do espaço, da região, literatura de Cordel. Essa parte tem uma exposição em literatura de Cordel. E aqui também eles têm essa preocupação. Então, acho que não existe melhor lugar para falar sobre memória, resgate, histórico do que a biblioteca.		
10	Olha, eu só quis seria... Assim, eu tenho a sensação mais a quando eu entro, né? Eu sou muito grata por esse prédio existir, eu acho que ele é marcante aqui na praça, ele tem um destaque aqui na Praça Deodoro, mas eu me sinto muito, muito... Eu não sei de onde vem isso. Talvez seja por eu gostar mesmo da arquitetura do espaço e isso te leva para outro lugar, outra época. Eu acho que é mais esse sentimento de te levar mesmo para outro. No início do século XX. Eu acho que é meio, um pouco reconfortante pra mim, assim, não sei da onde eu penso hoje em dia.	1 Sensação de gratidão pela existência do prédio, percebido como um marco na cidade. 2 A arquitetura desperta a sensação de ser transportado para outra época (início do século XX). 3 A sensação de "viagem no tempo" é percebida como reconfortante.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
11	Eu acho que é mais na parte da entrada. Quando sobe as escadas. Quando sobe as escadas e chega bem aqui na segurança, que já é uma coisa totalmente diferente de lá fora. Tem uma poluição sonora muito grande e quando chega aqui é como se fosse um ambiente de calmaria. Então, sempre penso que aqui é um ambiente de calmaria. Que a biblioteca acaba passando. Isso, sim.	1 A principal sensação é a de entrar em um "ambiente de calmaria", em forte contraste com o barulho da rua. 2 Uma memória marcante é a de ter realizado um curso desejado (Libras) no espaço da biblioteca.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragens (AC)
	Quando eu tento fazer alguma coisa também em Libras, porque eu já fiz um cursinho aqui, um minicurso de dois dias. Então, eu sempre vou lembrar que aqui foi onde eu fiz o meu primeiro curso de Libras, que eu sempre tive muita vontade de fazer e ainda tenho. Então, acho que é uma coisa que me marca até hoje, faz uns 3 anos ou 4 anos que eu fiz. Já me esqueci foi tudo, não me lembro de nada.		
12	Pelo menos ela botou uma placa lá. Aí eu já ia e dou como reforço e ela toca resolver essas coisas. O negócio é esse aí. Está entendendo, é essa comunicação com o usuário, que determinada coisa não vai funcionar, porque ele (o usuário) não fica como se fosse um alienígena. O que é que é um alienígena? Ele chega e tal, mas não consegue ter a informação do que está acontecendo. Agora o usuário está até conseguindo saber se uma coisa vai funcionar ou não, quando vai abrir ou não. Por mais fácil de usar. Ficou mais popular a biblioteca pública, concluir já que você também é coisa, eu resumiria. Ficou mais popular, ela ficou mais sociável. Tipo, sociável não é uma palavra certa. Ficou mais acessível, capaz de você usar o serviço, que estava muito, uma coisa muito complicada, que tu não entendia nada no negócio. Tu ficava aqueles anos atrás pra ser uma alinígena. Eu só encontro só dificuldades para trabalhar, né? Não sei o que aconteceu naquela gestão passada, o que aconteceu. Mas é que eu estou encontrando mais facilidade. Chegou o teu computador, chegou o teu internet, tu chega e vê que tu bebe na água, tu chega e vê que tu pode usar o banheiro, tu chega e vê... Mesmo lá, ela tem uns livros de terceiro grau, mas é um negócio complicadíssimo mesmo pra você trabalhar aqui. Tu não consegue acessar um computador lá e não tem acesso nenhum. Tu é aluno de lá também Pois é, muito difícil. É difícil a situação. Tu não consegue registrar um livro. Tu não consegue pegar um livro com facilidade. É um negócio complexo aquilo ali. É uma gestão, a gestão daqui é melhor. Desculpa a sinceridade. Não, essa é a pergunta que eu vou ter aqui. Tá. O que tá marcando essa chegada aqui nessa biblioteca, a minha	1 A principal sensação é a de que a biblioteca se tornou mais popular e acessível, em contraste com um passado complicado. 2 A memória marcante é a de não se sentir mais um "alienígena", tendo fácil acesso aos recursos. 3 A sensação é de que a biblioteca atual é um lugar de grande riqueza e facilidade de acesso, como um banquete.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragens (AC)
	chegada aqui, e saindo da biblioteca, que eu deveria estar lá, é o ciclo que é essa riqueza de detalhes que a Biblioteca Central vai ter aqui. Eu tô falando daqui, tá apresentando. Tu consegue chegar no computador, tu não é um alienígena. Eu cheguei no computador, nem posso acessar o computador. Eu não tenho nenhuma ideia de alienígena aqui. Eu não me sinto um alienígena. Ou seja, é como se eu estivesse em outro lugar. Se eu chegar lá na Federal e pegar um computador, olha que eu sou funcionário de lei, eu tenho senha lá. Eu não consigo com o computador. Se eu chegar lá no Registro de Direitos Autorais pra ver um livro pra corroborar com o que eu tô pesquisando, Para somar com o que eu estou pesquisando, eu chego lá embaixo, eu consigo ver. Se eu fizer um livro aqui, eu tenho. É uma riqueza muito grande, é uma monstra de árvore aqui. E já lá na central, eu não encontro computador, não encontro internet. para controlar e ficar com dificuldade de alguém me envolver, não me devolver o livro. Tu tá entendendo? Aí tu já perdeu o embalo da coisa. Aqui tá melhor, pra pesquisar, tá mais riqueza. Então como se fosse um banco, tu tá na ceia, resumindo. Aí aqui eu tenho peru, eu tenho champanhe, mas tu não gosta do que? Tu só vai comer o arroz e é complexo aquela comida lá. Aqui tá mais simples, chegou. Ó, já vou pra cá aí, ó. Daqui a pouco eu vou pra um livro. Daqui a pouco eu vou ver um jornal.		
13	Mas tem outro, agora lembrei. Então, como a leitura passou a fazer parte da minha vida e eu vi como ela impactou na minha vida, eu estendi isso para os meus alunos. Como professora de química, eu não tenho tanta abertura para isso, mas em projeto de vida, sim. Então a gente trabalha, fala sobre hábitos, sobre vida, sobre planejamento, e a leitura está totalmente interligada nisso. E eu entendi que é um hábito angular. A partir desse hábito, muitas coisas vão melhorar em todas as áreas da nossa vida. a criticidade, a reflexão, o poder de escolha. Então eu tenho essa missão de todas as turmas da primeira série a gente traz, trago para a minha parceira, para conhecer a biblioteca, todos os espaços. Então a gente	1 Uma memória marcante é a experiência de levar os alunos para conhecer a biblioteca, que foi "maravilhosa". 2 O principal sentimento é a felicidade em poder proporcionar essa vivência cultural aos alunos.	A leitura é um "hábito angular" que, uma vez adquirido, melhora todas as outras áreas da vida (criticidade, reflexão, poder de escolha).

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragens (AC)
	agenda aqui. A gente trouxe a turma em 2023, que já estão encerrando o ciclo. E foi maravilhoso. Eles nos trouxeram, fizeram o cadastro. A pessoa não conhecia. Chamou muita atenção a parte de documentos antigos, jornais. Então foi meio que uma viagem no tempo. E tão pertinho. É, a gente trabalha bem aqui no IEMA. Então, fiquei muito feliz em poder oportunizar isso a eles.		
14	Eu acho que esse é o momento da graduação. Talvez foi esse o momento que me marcou. Esse primeiro contato com as obras raras. Acho que na praça, o retorno dos bustos do panteão, que já era aqui, foi tirado e agora quando eles voltaram, acho que também é algo bem legal de ter acontecido, de eles estarem aqui de volta, principalmente da questão da Maria Firmina, do busto dela estar exposto de novo.	1 A memória mais marcante é o primeiro contato com o setor de obras raras durante a graduação. 2 Uma memória positiva recente é a do retorno dos bustos ao Panteão na praça, especialmente o de Maria Firmina dos Reis.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
15	Pois é, é muito importante e as pessoas daqui me dão muito valor, porque até já me deram o título de amiga da biblioteca. Um ano, não me lembro agora que ano foi, porque gente da minha idade vai esquecer nas datas, mas eu tenho lá em casa o título de amiga da biblioteca. Eu já participei de tantos eventos aqui que eu nem sei te dizer, mas ultimamente a gente tem uma terça do cordel, dia de terça-feira, é a última terça-feira do mês que a gente vem e faz uma terça do cordel aqui. Eu participo sempre que eu tenho a oportunidade, porque às vezes eu estou com coisas marcadas para outra cidade, mas quando eu estou presente na ilha, mesmo eu morando já afastado daqui de São Luís, moro em São José de Ribamar, mas eu sempre venho.	1 A principal sensação é a de ser valorizado pela instituição, simbolizada pelo título de "amiga da biblioteca". 2 A memória é a de participação ativa e constante em eventos culturais, como a "Terça do Cordel".	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.

BLOCO 4 – BPBL, MEMÓRIA, IDENTIDADE E PATRIMÔNIO CULTURAL

DSC 10 – Você acredita que a BPBL contribui para a valorização da memória e do patrimônio cultural de São Luís? De que forma?

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragens (AC)
01	Contribui sim, não. Não no total, porque muitas coisas foram desperdiçadas. Roubaram muitos livros, muitos jornais foram... estragados, agora a gente sente falta de um cuidado melhor, né? E normalmente os diretores são altamente responsabilizados, pessoas	1 A contribuição para a memória existe, mas é parcial devido a perdas históricas no acervo. 2 A preservação da memória é mérito da	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragens (AC)
	responsáveis que cuidam por aqui, né? Mas falta apoio, né? Falta apoio. Depois de ali, aquele edifício, já foi sanitário, com o elevador, mas graças ao trabalho das diretorias, pelos diretores, Consegue manter, né? Muitos livros foram desperdiçados, foram rasgados, mas foi Porque não teve zelo do governo.	gestão da biblioteca, que atua apesar da falta de apoio e zelo do governo.	
02	Com certeza. Não só contribui na valorização da memória, como é importante nesse resgate histórico para ajudar as crianças que não conhecem os personagens, que não conhecem a história. Eu mesma, como não sou daqui, foi uma forma de estar conhecendo esse histórico, entendeu? Através da biblioteca.	1 A biblioteca contribui de forma decisiva para o resgate histórico e a educação das crianças sobre a cultura local. 2 A biblioteca funciona como uma porta de entrada para que pessoas de fora conheçam a história do Maranhão.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
03	De qualquer maneira, para mim, sempre continuou como uma coisa, quer dizer, depositário de algo antigo, que é fundamental para a sociedade, que faz parte da identidade dela, da memória dela. Então, é um espaço que realmente merece todo cuidado, todo estímulo. Mas a biblioteca, para mim, voltando para esse ponto, assim, a minha percepção é sempre de algo... antigo, de uma São Luísa antiga, e que tem que ser preservado, assim, é uma joia. O próprio prédio, eu acho, assim, é um negócio que sempre foi, não tem como não falar, aqui sempre foi um ponto de urina, assim, impressionante como o cheiro. Então, eu estava entrando e disse, olha, até o cheiro parece que está menor. Não saiu tudo, mas é porque é uma coisa antiga, então, São as imagens assim que me vêm de algo de uma São Luís que eu estou aqui exatamente para resgatar um pouco dela.	1 A biblioteca é, por definição, o depositário da identidade e da memória da sociedade. 2 A biblioteca representa uma "São Luís antiga" e é percebida como uma joia que precisa ser preservada.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
04	Nossa, demais! É muito importante que a gente tenha essa visão, que a gente tenha essa percepção e que os governantes também tenham, né? Inclusive para investir, para permitir que as pessoas possam usufruir. Eu confesso que nem tudo são flores, né? Eu penso que tem coisas que precisam ser melhoradas aqui, né? Até conversei com ele um dia sobre essa questão. Precisa ser aprimorado, já é bom, mas precisa ser aprimorado. Só tem uma, por exemplo, só tem hoje, só tem uma, uma, duas tomadas funcionando. Mas a	1 A contribuição da biblioteca para o patrimônio é imensa e deveria ser mais valorizada pelos governantes com investimentos. 2 Apesar da sua importância, a contribuição da biblioteca é limitada por problemas de infraestrutura e manutenção.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragens (AC)
	gente vê que é um espaço amplo, né? Tem uma tonada ali, tem uma tonada aqui do outro lado, mas elas não funcionam. Inclusive, me falaram, já solicitou essa aqui. É muito válido essa... essa... como é que eu posso dizer? A atuação. É, exatamente		
05	Vamos lá, pelo viés da memória, eu acho que aprendi muito por cada setor. Como eu expliquei, a minha memória afetiva que eu tenho aqui, apesar de trabalhar aqui, é meu setor infantil, pelas vivências que eu tinha quando criança, até mesmo por ser uma experiência que eu passava juntamente com minha mãe, que é a pessoa mais importante da minha vida. Então, pelo viés da memória, como eu expliquei, essa é a maior experiência que eu tenho. Agora, pelo viés de patrimônio. Com certeza, indispensavelmente, aqui a biblioteca, por ser até a mais antiga, a mais estruturada, o trabalho que a gente realiza aqui é de extrema importância para o nosso Estado. Honestamente, quando eu vim trabalhar aqui, eu me surpreendi muito por quê. Pelo fato de ainda vir muita gente aqui, levando em consideração que hoje em dia a gente tem internet, as pessoas dificilmente procuram livro, era o que eu pensava. Mas quando eu vim trabalhar, eu vi que é. Mas ainda tem aquele público que prefere, apesar de a internet vai facilitar, mas ainda tem um público que prefere vir, pegar nos livros, que são amantes da literatura, que são amantes de ler de tudo um pouco. Principalmente também com as crianças, que esse contato com os livros é indispensável. Então quando eu vim trabalhar aqui eu tive esse impacto de perceber o quanto as pessoas ainda se dedicam a pegar livros. Que por um lado a gente sabe que a maior parte hoje das pessoas não procuram, mas por outro ainda tem aquela porcentagem que vem e que faz a diferença. Então eu acho que aqui é com certeza um patrimônio por esse viés.	1 A contribuição para a memória se dá no plano pessoal, através da criação de memórias afetivas (ex: na biblioteca infantil). 2 A contribuição como patrimônio é indiscutível, devido à importância do trabalho realizado pela instituição.	A biblioteca se afirma como patrimônio por manter vivo o valor do livro físico e atrair um público dedicado a ele, resistindo à era digital.
06	Olha, eu acredito que sim, mas eu acho que hoje em dia a biblioteca, ela tá um pouco esquecida, digamos assim, né? Os meios de comunicação têm facilitado essa pesquisa imediata, os livros já não são mais os livros que a gente tinha contato antes, que era	1 A biblioteca contribui, mas sua importância está diminuindo e sendo "esquecida" na era digital. 2 A valorização da biblioteca é prejudicada	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragens (AC)
	aquele livro físico que a gente podia pegar. e tudo mais. Hoje em dia tudo é muito digital, então acho que acaba perdendo um pouco. Por isso também que eu quis trazer as minhas crianças pra cá, pra elas terem essa noção do livro, de uma biblioteca antiga, desse estímulo mesmo. Mas eu acho que hoje a gente esqueceu um pouquinho, né? essa questão das bibliotecas, de estar ali, pesquisar na biblioteca, eu acho que é muito difícil. Acho que tu pode até falar pra mim melhor do que é sobre isso, né? Que é bem difícil tu ver algum jovem pesquisando no livro.	pela facilidade da pesquisa digital. 3 A forma de contribuir hoje é ativamente promovendo o contato de novas gerações com o livro físico e o espaço da biblioteca.	
07	Bastante. É uma das bibliotecas mais antigas aqui do Brasil. É uma biblioteca que, como aconteceu hoje, com frequência vem estudantes aqui do Ensino Fundamental I, e que aí aprendem sobre a história da biblioteca, conhecem as dependências da biblioteca. É uma biblioteca que tem um histórico muito positivo. Eu li um escritor, que eu não vou lembrar o nome agora, é um escritor negro, Maranhense, que é pouco conhecido. Eu li a partir de um sociólogo que escreveu sobre ele, que foi o Mateus Gato. Eu não sei por que o nome dele sumiu da minha cabeça agora. Mas ele teve relações com essa biblioteca. A Maria Firmina dos Reis, que escreveu Úrsula, que foi a primeira romancista do Brasil, que agora é muito... É muito porque a gente tem, graças a Deus, um momento da nossa história em que os mais variados grupos que são considerados minoria estão se manifestando, estão se colocando, né? Então, os movimentos negros exaltam muito a figura da Maria Firmino dos Reis. E ela foi redescoberta aqui por um outro negro, por um outro pesquisador negro, que é o Nascimento de Moraes. Então, eu acho que, assim, todo esse conjunto de coisas que aí aqui eu tô falando uma coisa que é uma parcela da parcela da mínima parcela, né? Tem muitas outras coisas. Eu acho que ela contribui bastante, eu creio que contribui bastante pra preservação da memória, pro reforço da identidade, né? Da cultura maranhense.	1 A biblioteca contribui através da sua própria historicidade e do seu papel educativo. 2 A biblioteca contribui de forma crucial ao servir como o local onde importantes figuras da cultura maranhense, como Maria Firmina dos Reis, são redescobertas. 3 A contribuição geral é a de preservação da memória e reforço da identidade cultural maranhense.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
08	Eu vou aproveitar isso para falar uma coisa bem profunda. Eu sou nascido em São Luís, embora hoje eu more no município, num bairro que pertence a Ribamar, mas pra mim é uma mesma	1 A contribuição da biblioteca se dá por sua inserção no Centro Histórico, que é um	A importância da biblioteca deriva de sua inserção em um patrimônio de valor universal (Centro

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragens (AC)
	unidade histórica essa ilha aqui. Eu sou um pouco triunfalista em relação aqui a São Luís, não sei se vai... Eu acho que o centro histórico de São Luís, o senhor sabe, que engloba a Praia Grande. É... dentro... do Brasil dentro das Américas, o acervo arquitetônico, a historicidade, a beleza dos monumentos. É uma coisa, infelizmente, muito pouco tratada e muito pouco vista. Então a biblioteca está dentro da história da humanidade porque isso aqui é uma construção da história da humanidade. Os portugueses, os negros, os escravizados, que ajudaram a construir isso tudo, toda a religiosidade que envolve isso tudo. Seja católica que é a minha, ou seja, outras religiosidades. Então aqui pra mim é como se fosse... é literalmente minha casa. sentido da palavra, trazido pra cá, e eu acho como Ilhéu, porque eu não me chamo que eu sou Ludovicense, eu sou Ilhéu. Eu sou metade Ludovicense e metade Ribamarense. Pra mim isso é motivo de orgulho, saber que a minha cidade, a minha ilha, ela tá conectada com aquilo que de melhor o ocidente produziu. No bom sentido da palavra.	patrimônio da humanidade. 2 A biblioteca representa um sentimento de pertencimento e identidade com a cidade/ilha ("minha casa"). 3 A biblioteca, como parte do patrimônio, é um motivo de orgulho e um elo com a cultura ocidental.	Histórico), o que gera um sentimento de orgulho e pertencimento ("é minha casa").
09	Sim, sim. Acho que poderia ter um pouco mais de divulgação, mas sempre é isso. Sempre precisa ter um pouco mais de divulgação do espaço, do acervo. Hoje eu vejo... A forma que a Casa de Cultura José Montello desenvolve as suas obras é bem interessante, né? Pelo Instagram, pelas outras formas de divulgação digital. E aqui eu vejo o pouco, nesse sentido. Se tem mais, com certeza, vai ser um público maior. Há o Museu Histórico e Artístico também retomando, estão divulgando. Eles têm também uma biblioteca, né? Sim, sim. Eu entrei em novembro.	1 A biblioteca contribui, mas sua valorização poderia ser maior com mais divulgação. 2 A falta de uma divulgação digital mais robusta, em comparação com outras instituições, limita o alcance da biblioteca.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
10	Sim, eu acho que super contribui, né? Ela já é um ponto que eu acho que, além de um ponto turístico, ele é um ponto a ser visitado sempre e acho que as pessoas encontram a princípio isso, mesmo que é que não encontrem uma biblioteca, não é uma biblioteca, poderia ser outra coisa, mas ele é um... A construção dela, o prédio em si já é um ponto turístico, já é um local que tu quer visitar, que te chama a chamar a tua atenção para visitar. Então eu acho	1 A biblioteca contribui significativamente através de sua arquitetura, que funciona como um ponto turístico e atrai visitantes. 2 A contribuição para a memória também se dá pela sua estabilidade histórica e permanência no mesmo local.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragens (AC)
	importantíssimo a biblioteca, ainda mais ela sendo uma biblioteca tão antiga como ela é. Então a gente vê muitas histórias de outras bibliotecas que foram remanejadas, enquanto essa aqui, eu acho que aqui ficou mais tempo ali, só naquele local. A gente não tem muitas histórias de que a biblioteca foi em tal lugar. Sempre começa na igreja, mas eu acho que a Biblioteca Benedito Leite, ela tem essa essa diferença, que ela está aqui há muito mais tempo e num lugar exato, estabilizado. Ela não passeou tanto, foram para muitos lugares.		
11	Acredito que sim, desde quando a gente entra e olha os livros, que os livros não são somente de outros locais, também são daqui de São Luís, né? E também a forma do jeito que eles falam, que tem toda uma conservação, uma preparação dos livros. Então, acho que eles fazem de tudo para conservar e acaba que ajudando desde os jornais daqui, os mais velhos até os mais novos. Então, acho que assim.	1 A biblioteca contribui ao possuir e disponibilizar um acervo com obras locais de São Luís. 2 A contribuição se manifesta no trabalho de conservação e preparação do acervo, que ajuda a preservar a memória local.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
12	Muito, porque olha, veja bem. Lá embaixo tem um... Na entrada da biblioteca, você consegue ver toda a história da biblioteca. Isso eu nunca tinha visto aqui. A primeira vez que eu entro na biblioteca e eu consigo visualizar, parece que essa gestão que colocou isso aí. A história da biblioteca, que é onde a biblioteca foi fundada, um dos principais fatores é a pessoa para entender como é que ela vai contribuir. Claro que ela contribui. Até uma pessoa que vem de fora, um turista, ele vai entrar na biblioteca e quando ele chegar na entrada, ele sabe toda a história da biblioteca. Isso aqui não tinha isso. Era difícil até entender que isso era uma biblioteca. Agora ficou mais fácil, tu sabe o que aconteceu em 1980, 1980, tá lá, tu para, a pessoa tira a foto, tira a foto que tu leva pra fora, como é que tu contribui? É claro que contribui, tá explicado tudo lá embaixo, mas vamos ver outros fatos aqui, a história disso por exemplo. Até o próprio prédio, o prédio da biblioteca, ele é um prédio histórico, tipo um palácio, um palácio histórico.	1 A biblioteca contribui de forma clara ao expor sua própria história em painéis na entrada, tornando-a acessível a todos. 2 A contribuição é inerente ao próprio prédio, que é um patrimônio histórico.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
13	Olha, eu não tenho dúvidas. É um lugar muito especial pra mim. E eu consigo perceber, sem falar as histórias, de grandes escritores, grandes pessoas que passaram, viveram aqui	1 A biblioteca contribui ao conectar o presente com o passado, guardando as histórias de grandes	A gente só cuida do que conhece.

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragens (AC)
	diariamente, leram os livros que estão aqui ainda. Então, para essa nova geração, por que eu quis trazê-los? para conhecer. A gente só cuida do que conhece. Eu penso isso. E se ela está com essa idade toda, a nossa intenção é que ela continue viva por, sei lá, quantas centenas de anos, para que outras gerações também conheçam esse espaço. Então, eu percebo, sim, que ela marca histórias.	escritores que a frequentaram. 2 A contribuição se dá ao se apresentar às novas gerações, garantindo sua preservação para o futuro.	
14	Com certeza. Eu acho, hoje, pensando dentro do viés que eu trabalho com a Biblioteca, que é de pesquisa, e comparando com o que a gente tem de assentos aqui na cidade, Depois, eu acho que do arquivo do Tribunal de Justiça, que é muito organizado, eu acho que vem a biblioteca, de conseguir conservar bem a documentação que tem aqui. Eu lembro disso da primeira vez que eu vim, que a gente pôde visitar ali, de ver como que é essa estrutura, que não tem em todo lugar. Inclusive, o nosso arquivo principal não tem isso, tá até fechado agora por todos esses problemas. Então, a biblioteca cumpre esse papel muito importante, ainda mais dentro do cenário da cidade, que é triste em relação à conservação dos acervos na estrada.	1 A biblioteca contribui significativamente através de sua capacidade de conservar bem sua documentação. 2 A contribuição da biblioteca é ainda mais importante dado o cenário precário de conservação de acervos na cidade.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
15	Com certeza, contribui muito. Embora as pessoas digam assim, não, que agora o menino não liga mais para ler. Mas liga, porque eu sou voluntária em escolas, falando de trabalho, de literatura, de cordel. E tem menino produzindo cordel por aí, pelo Maranhão todo. Ela contribui, sim, porque tem as pessoas que estão encarregadas de organizar os livros, de limpar, de passar para a parte digital, digitalizar os livros, tudo, e fazer a divulgação. E faz também muitos eventos que são importantes para a cidade e para todo mundo, tanto para jovens como para adultos.	1 A biblioteca contribui ao promover a leitura entre os jovens, contrariando a percepção de desinteresse. 2 A contribuição se dá pelo trabalho profissional da equipe na organização, conservação e divulgação do acervo. 3 A biblioteca contribui ao realizar eventos importantes para a cidade.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.

DSC 11 – Que elementos da biblioteca ou de seu entorno (como a Praça Deodoro, Liceu Maranhense, Rua Grande) você associa à história da cidade e à sua própria história? Se pudesse relatar um pouco disso.

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragens (AC)
01	Graças ao governador Sebastião Archer, que deu muita atenção à educação, falando com o senhor, que era um governador que não era letrado, né? Mas que foi muito atuante em	1 Associação com a figura histórica do governador Sebastião Archer,	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragens (AC)
	termos da educação e das letras. Além disso é um prédio muito bonito, não é?	que valorizou a educação. 2 A beleza do prédio é um elemento de associação importante.	
02	Ah, tu fala da história daqui, da cidade. Eu fiz uma vez um passeio com o pessoal do SESC fazendo esse resgate histórico aqui no centro. É, eles fazem um circuito. E aqui, bem próximo, umas ruas, eles mostram a questão dos prédios, mostram... gente, como é o nome do prédio? Eles mostram aqueles museus. Mostram o cinema, que passamos no Arquivo Público. Mas o que chamou muita atenção foi um prédio que parece que teve uma briga de irmãos lá na cidade. É São João, exatamente. Na verdade aqui é cercado de... É, a cidade nasceu. Tipo assim, quando diz Praça Deodoro, é uma referência muito grande, entendeu? Que todo mundo, até quem não é daqui, falam: "Tu já foste na Deodoro, tu foste na Biblioteca" Já. Vários. Tem esses eventos do Sesc, que eles fazem. Eventos culturais aqui na frente, eu não tenho do mundo.	1 A Praça Deodoro é um elemento central do entorno, uma grande referência associada ao nascimento da cidade. 2 A memória pessoal está ligada a experiências de resgate histórico (passeios guiados) pelo centro da cidade.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
03	Na verdade, as ruas, eu andei a vida inteira em São José. Morei perto da Rua Grande, na Rua de Santa Rita. perto da loja americana, a loja ali do lado. Então, as ruas, a rua principalmente, rua grande, Rua da Paz, Rua do Sol. A cidade, para mim, ela ia até ali ao Largo do Carmo, não costumava passar muito, mas passava, às vezes, para o Hotel Central e coisas. Não ia para a Praia Grande. A Praia Grande, nesse tempo, bastante arrebentada, muito, muito, muito arrebentada. E eu nunca tive o hábito de ir, nem no tempo que bebia e tal, engraçado, ficou assim como uma área meio... proibida, vamos assim dizer, eu não era um sujeito que estava andando, Desterro e tal. Isso tudo eu fui conhecer agora, assim, admirar e tal, porque pra mim era esse esquema aqui, praça do... tudo bem, do... Gonçalves Dias e tal, pegava ali até a beira-mar. Aquilo ali também sempre foram, pra mim, lembranças muito fortes, desde criança. Até porque essa praça aqui do lado é inacreditável. Eram árvores que pegavam essa parte aqui do lado e ficavam assim. tu andava, tá... Ora, pra quem é criança, aquilo ali sempre chamava muita atenção, a gente ficava quase um verdadeiro túnel. As árvores que tinham na beira-mar, tiraram todas,	1 A história pessoal está fortemente associada às ruas e largos do centro da cidade, que delimitavam o universo juvenil. 2 Uma memória marcante é a do "túnel" de árvores em uma das praças, cuja derrubada é lamentada.	A preservação do patrimônio histórico de São Luís não se deve a uma mentalidade preservacionista, mas sim à falta de recursos para destruí-lo e modernizá-lo.

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragens (AC)
	porque aqui teve uma coisa muito estranha, esse negócio de derrubar árvore, porque a gente associava o mato, aquele negócio, tem que derrubar isso aí todo, esse mato. O professor Caldeira dizia. "Nós queríamos... Os carros, as fábricas, a poluição." O que foi que terminou vigorando aqui. Eu costumo dizer o seguinte, o que salvou muito desse patrimônio foi a "lisura" nossa, a falta de dinheiro. Se eles tivessem dinheiro, eles tinham derrubado tudinho. Porque se você anda ali pela Praia Grande, você vê casarão antigo e pensar que não, tu olha uma coisa do lado. meio bangalô, meio estilo mulher. Olha, aquilo lá na década de 30, o sujeito isso não era um estímulo. Se tu quisesse fazer uma reforma, derrubar a frente da casa, fazer um caixote desse novo, tu tinha um estímulo pra isso, pra derrubá-lo. Depois é que foi se criando, né? Também órgãos aí e tal. Mas eu costumo dizer que, olha, o que salvou aí muito desse patrimônio foi a lisura da terra. Porque se eles tivessem dinheiro, eles tinham derrubado isso aí. Tanto que fizeram, derrubaram um casarão muito grande pra fazer aquele João Goulart, o edifício João Goulart que fica perto do governo. Aquilo ali foi um edifício que foi inaugurado no final da década de 50. Quando deu, no início dos anos 80, ele já estava... Ele ficou décadas ali esvaziado. E é um monstro, né? Aqui nós temos uns três ou quatro com o centro da cidade. Tem o Caiçara, e esse aí [João Goulart], o Edifício Colonial, que também foi um trabalho ali muito grande ali de trabalho. E se tivessem dinheiro, eles tinham derrubado muito mais. Isso aí, sem dúvida nenhuma.		
04	Foi, foi a partir da praça. Andando aqui, né? Aí caramba, olha a biblioteca daqui. Aí eu vou entrar, eu vim. Entrei aqui com você. E aí, eu conheci dessa forma.	1 A história pessoal com a biblioteca nasce a partir da Praça Deodoro, em uma descoberta casual ao andar pelo local.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
05	Eu acredito que sim. Cada lugar tem sua história. E se, no fim das contas, a biblioteca foi fundada aqui nesse ponto, tem uma história por trás. E, aliás, eu acho até uma localização muito boa, porque está, digamos que, no mapa central de São Luís. Digamos que está no mapa central de São Luís. Então é um lugar que é uma localização onde muitas pessoas vão por perto e às vezes a pessoa nem conhece, mas só de estar passando por aqui, de ter ido, por exemplo, numa loja comprar uma roupa, você olha e vai até desconfiar, você fala, nossa, é um lugar muito bonito. Vem, pode até não entrar, mas vem, eu tô acostumada das pessoas tirarem foto aqui na	1 A localização central da biblioteca é um elemento fundamental, tornando-a um ponto de fácil acesso. 2 A fachada do prédio é um elemento que desperta a curiosidade e atua como um "ponto de	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragens (AC)
	fachada, sabe? Isso é também um ponto de partida, acaba trazendo, aguçando um pouco da curiosidade, aí a pessoa vem, entra, conhece, se encanta. Então, acho que é uma localização muito boa. Até, como você disse, pelo entorno. A gente tem escolas próximas, tem o SESC. Então, acho que é um ponto de acesso bem fácil. Ah, com certeza! Até porque, praticamente faz parte da minha rotina. Não, com certeza, até porque, como você disse, a minha faculdade é bem próxima. Então, eu sempre trabalhei por essas regiões, primeiramente ali pela Praia Grande, que também é super próxima daqui, vim pra cá, e aí tem a minha faculdade que é próxima, então, eu acho que eu frequento mais por aqui do que meu próprio bairro.	partida" para conhecer o espaço. 3 A história pessoal está ligada à proximidade do entorno com locais de trabalho e estudo, tornando a região uma parte central da rotina.	
06	Acompanhei sim, e assim, a praça, no caso, ela tem se modernizado cada dia mais, e isso tem valorizado também o espaço da biblioteca. As pessoas estão vindo mais para o centro porque o centro está se valorizando mais. A gente tem alguns projetos anuais, de acordo com a época, que a prefeitura está fazendo, o governo também, então esse movimento acaba chamando a população de São Luís para o centro e acaba chamando a atenção para a biblioteca. Existe uma biblioteca, ela está ali, E assim, da minha época, cara, isso já mudou muito. Eu tô percebendo que há uns 4, 3, 4 anos isso tem melhorado. Eu acho que a frequência aqui na biblioteca, vocês podem falar melhor do que eu também, eu acho que tem aumentado também por conta disso.	1 A modernização e valorização recente da Praça Deodoro é um elemento que também valoriza a biblioteca. 2 A revitalização do centro da cidade e os eventos promovidos atraem o público para o entorno, aumentando a visibilidade da biblioteca.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
07	Toda essa região aqui tem uma riqueza histórica, uma riqueza cultural imensa. Os escritores do século XIX passaram por aqui. Muitos foram estudantes do liceu e passaram por aqui, pela biblioteca. Muitos movimentos sociais foram aqui, na Praça Deodoro. Desde o século XIX, passando pelo período da ditadura empresarial militar até os dias atuais. Então, esse é um espaço muito importante para a memória de São Luís, para a memória dos movimentos sociais, para a memória cultural. Muitos grupos culturais também estiveram presentes aqui, se alimentaram daqui, o teatro, com a literatura, a poesia. Vários dos poetas marenses do século XIX até os dias atuais estudaram, estiveram aqui nesse ambiente da biblioteca. Muitos universitários que passam por aqui também, principalmente da área das letras, da biblioteconomia, das áreas das ciências humanas, também passam por a biblioteca do Josué Montello, que é aqui próximo. Parte significativa estudaram no liceu, Então, aqui é	1 A região da biblioteca é associada a uma imensa riqueza histórica e cultural, marcada pela passagem de escritores e estudantes do Liceu. 2 A Praça Deodoro é associada a um longo histórico de movimentos sociais, da monarquia à ditadura e ao presente. 3 A percepção é de que o entorno da biblioteca constitui um dos ambientes	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragens (AC)
	um ambiente cultural, acho que assim, dos mais significativos do Brasil.	culturais mais significativos do Brasil.	
08	Agora, fora daqui, a praça que eu adoro, que tem uma relação com todo o maranhense, que é o povo ilheu, com o povo ilheu, né? Ele passaria a minha vida todinha te falando uma série de coisas que a praça Deodoro me traz, né? Desde lembrança com minha mãe, lembrança minha individual, até da questão afetiva, com pessoas que passaram pela minha vida e tudo, manifestações das mais diversas naturezas, né? Geralmente, assim, eu sou o cara mais conservador, né? Geralmente manifestações, é... Embora, eu não lembro, manifestações grandes aqui, né? Manifestações em prol de valores, família, conservadores, vida é por esse sentido. Assim, do ponto de vista individual, eu não lembro de nenhuma manifestação que eu estive fazendo parte ideologicamente falando aqui. Eu lembro de manifestações que eu estava fazendo parte ideologicamente falando já na Rua Grande, ali no Largo do Carmo, na Praça João Lisboa. Aqui, na frente da biblioteca, eu já vi manifestações de cunho de outros grupos, não é mesmo? Mas já vi diversas vezes. E lembro, por alguns, a nível de reportagem, atos ecumênicos, ocultos, não sei se missa, mas eu lembro bem esse sentido. Assim, deixa eu te dizer, aí tem dois quesitos. Do ponto de vista da sociedade, da ilha, aqui eu citaria pra ti anos e anos de movimento que tem aí, de sindicatos. Porque, assim, os grupos mais revolucionários da esquerda, socialistas, comunistas, eles têm esse ponto como quase um local mítico. Não é o meu caso, sou o cara mais conservador. Mesmo quando eu tinha uma tendência mais à esquerda, muito tempo atrás, eu lembro aqui, por exemplo, de 2002, umas pessoas passando, isso eu lembro bem, pedindo voto em Lula. Lembro de uma série de manifestações de sindicatos. O ano passado, por exemplo, fez o pessoal mais ligado aos movimentos afro aqui na frente, independente da minha concordância ou discordância teológica. E sindicatos, assim, aos borbotões. Agora, individualmente falando, eu quero ressaltar duas coisas. As manifestações de corte mais conservadoras às quais estive presente, ela excedera na Rua Grande, no Largo do Carmo, na frente da Igreja do Carmo, na Litorânea, e no Anel Viário, nesses desfiles cívicos de 7 de setembro, independente da minha relação muito profunda com os tais desfiles.	1 A Praça Deodoro desperta uma forte conexão afetiva, ligada a memórias pessoais e familiares. 2 A praça é associada a um espaço político "mítico" para grupos de esquerda, em oposição à própria identidade conservadora. 3 A memória pessoal mais marcante está associada ao interior da biblioteca (setor de arquivos), e não ao seu entorno.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragens (AC)
	Agora, do ponto de vista individual, o que me marca na Biblioteca mesmo é mais a parte interna do que o externo. E sobretudo esse aspecto aqui. esta seção, eu sempre me esqueço, a seção de arquivos, né? Esse ponto me marca mais do que a Biblioteca como um todo. Entendeu?		
09	Ah, sim, de professores. Assim, já, já vim, sou professor do município, já vim pra cá, tempo do... ele não, a gente veio pra cá também, no Bolsonaro, há vários, mas é interessante que tu traga essa informação lá. na Academia Maranhense, primeiramente foi a Biblioteca Pública, e aí na minha pesquisa eu falo sobre o Humberto de Campos, tem aquela história famosa dele trabalhando em frente à Biblioteca Pública como cacheiro, na loja do tio, e ele olhando a biblioteca, querendo adentrar na biblioteca, mas tem que trabalhar, esperar terminar o horário de labor pra ir lá. E aquilo é muito simbólico, eu lembro que eu entrei na casa, fui tirar umas fotos da minha pesquisa, e aí eu fiquei lá, no mesmo local onde tinha o comércio, e aí eu fiquei olhando de lá e olhando da academia, pensando, nossa, que coisa, né?	1 A principal associação é com a história simbólica do escritor Humberto de Campos, que conecta a biblioteca à sua própria pesquisa.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
10	Sim, a gente vê os prédios do Centro Histórico mais no projeto Reviver, mas a parte comercial, né? Eu acredito que essa parte aqui, ainda que hoje seja a parte mais comercial da cidade, ela é, eu vejo mais assim, em relação à educação do estado do Maranhão, né? Então, as principais escolas, elas estão mais aqui próxima a essa biblioteca, as mais antigas. Então, eu a vejo em um ponto estratégico, né? E hoje em dia ainda mais, porque a maioria dos o comércio está aqui perto, os estudantes, a maioria das escolas estão aqui próximas. Então, eu vejo nesse sentido.	1 O entorno da biblioteca é associado ao centro da história educacional do Maranhão, por abrigar as escolas mais antigas e importantes. 2 A localização da biblioteca é percebida como um "ponto estratégico" dentro desse polo educacional.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
11	Eu acho que tem relação principalmente com o liceu maranhense. porque todo mundo sempre falava que o liceu era colégio, como se fosse de rico, né? Das elites, que até a Roseana já estudou. Então, eu sempre vi tanto o liceu quanto a biblioteca como algo assim de outro mundo e não sabia até a hora de entrar. Mas quando eu adentrei eu vi que não, que era uma coisa normal e que não fugia da realidade. Porque muitas vezes a gente olha assim pela arquitetura ser bonita e a gente pensa assim, ai não vou entrar, ai vai ter que pagar alguma coisa. Por isso que várias pessoas daqui do entorno elas não entram porque elas ficam com vergonha.	1 A biblioteca é associada ao Liceu Maranhense, e ambos eram percebidos como espaços da elite. 2 A história pessoal é marcada pela superação da percepção de que a biblioteca era um lugar inacessível ("de outro mundo").	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragens (AC)
12	Muito a história, tem toda uma coisa que não pode se apagar. Aqui tem histórias. Quase 300 anos, eu acho, não sei. O prédio é uma história para contar, bem cuidado. É um prédio que você vê que ele é zelado. Não é como, por exemplo, morar em uma biblioteca na UFMA. Até agora eu não entendia aquela biblioteca. Eu vou agora te dizer, meu irmão, eu não compreendi que... tem uma biblioteca nova que não tem disso ou aquilo ali, essa lei não está contribuindo com nada. Como eu estou te falando, totalmente, um palácio. Só o fato que isso aqui é um palácio, isso aqui é cultura, é um patrimônio histórico, é uma coisa que você tem que visualizar, tem que ver, tem que tirar foto. Vem essas pessoas de fora, vem da Europa, vem a gente tirar foto, mas com certeza aqui tem toda uma história. Eu acredito que esse prédio aqui foi português, com grandes barões daquela época do Portugal que vinha, entendeu? Que tiveram esse prédio aqui, tem toda uma história, uma cultura envolvida nesse prédio, ele não tá aqui de graça, mas foi bem posicionado até, cara, não foi mal posicionado, foi bem bolada a coisa. Agora o que que acontece é o seguinte, tem que continuar ajeitando, pra botar... Tem que vir alguém, alguém da parte de arquitetura, dar uma força, entendeu? Dar uma lapidada. Mas o prédio em si é fantástico, tá ótimo. O que não quer dizer que eu possa ter outro prédio, em outro local, mas eu acho que esse aqui é muito bem posicionado. Você pega uma cidadania, pega ela, você encosta na biblioteca pública. Você tá lá no Velho Natal, você encosta na biblioteca pública. Você tá lá no Coroadinho, você encosta na biblioteca pública. Tu tá debaixo da ponte, tu encosta na biblioteca pública. Ela tá muito centralizada, né? E ela foi um prédio diferente, eu gostei da posição dela.	1 O prédio da biblioteca é o principal elemento, associado à própria história, cultura e patrimônio. 2 A localização central é um elemento-chave, tornando a biblioteca acessível de qualquer ponto da cidade.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
13	Olha, mesmo não nascendo aqui, aos 18 anos eu vim, e eu vejo história em tudo nessa cidade. Às vezes os moradores não percebem. Focam só no que a cidade tem de problema, de dificuldade. Mas eu vejo a riqueza nisso. E como estão tão próximos, um somando ao conhecimento do outro. Essas exposições aqui na frente de pessoas que marcaram essa história.	1 O entorno da biblioteca é associado a um sentimento de história onipresente na cidade, que nem sempre é percebido pelos moradores locais. 2 A proximidade dos espaços culturais, como a biblioteca, permite uma soma de conhecimentos, especialmente	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragens (AC)
		através das exposições.	
14	Eu acho que ela é um ponto, um marco importante. Eu sou formada em História, né? E uma das coisas que eu gosto de fazer é, quando vem gente de fora, alguns amigos de fora, de vir passear no Centro Histórico e ir apresentando. Eu acho um ponto legal de começar essa visita do Centro Histórico por aqui. Pela praça, né? A gente vem aqui um pouco mais alto e descendo, já vai pegando o Museu Histórico, o teatro, Agora, com a praça sendo conteúdo mesmo, é muito interessante a gente construir essa narrativa sobre a história da cidade. Inclusive, minha pesquisa sobre a história da cidade que estou fazendo agora. Então, a biblioteca é parte do seu histórico também, né?	1 A biblioteca e a praça são associadas a um marco importante e um ponto de partida para se conhecer a história da cidade. 2 O entorno é um elemento fundamental para a construção de uma narrativa sobre a história da cidade.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
15	Todos eles têm relação com a história de São Luís, com a história do Maranhão, com certeza. É, por exemplo, ali onde era o Marista, que hoje é a IEMA, eles estão na biblioteca Rosa Castro. E eles lá procuram fazer alguma coisa, como os exemplos levados de outras bibliotecas. Rapaz, são tantos os eventos e que todos eles marcam a minha memória. Eu gosto muito de tudo que acontece aqui na praça que eu tenho a oportunidade de assistir, eu gosto. E dos que eu não tenho a oportunidade de assistir ao vivo, que eu vejo depois as matérias, e eu sempre aprovo. Acontecem, lógico, algumas coisas aí fora que a gente não pode aprovar, mas são poucas, então a gente não pode levar.	1 A percepção é de que todos os elementos do entorno estão intrinsecamente ligados à história da cidade e do estado. 2 A história pessoal está ligada aos eventos que acontecem na praça, que marcam a memória.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.

DSC 12 – Em sua opinião, qual o papel/lugar da Biblioteca Benedito Leite na construção da identidade cultural dos ludovicenses e dos maranhenses?

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragens (AC)
01	Digamos assim, ela aprimorou, né? Porque é vocação, isso é sangue, né? Pessoas não conseguem ler tudo isso. e, influenciado, eu comecei a escrever. Eu tenho livros publicados. Livros, de vez em quando, escrevo em jornais, essas coisas assim. Pertenço, isso me levou a pertencer a algumas associações literárias, né? As academias, histórico. E para participar, aqui é a ponte, né? Aqui e o Arquivo Público, E onde, não sei, onde existia. Onde existia fonte de consulta, lá eu estava.	1 A biblioteca teve o papel de aprimorar a vocação de escritor. 2 A biblioteca funciona como uma "ponte" para a construção da identidade de escritor, facilitando a entrada em associações literárias.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
02	Com certeza. Esse impacto começa desde a vinda das escolas. É no momento que a biblioteca abre para receber as escolas, para fazer	1 O papel da biblioteca é fundamental na formação da identidade cultural desde a	Nenhuma ancoragem explícita foi

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragens (AC)
	esse acolhimento dessas crianças. A criança já crescer nesse mundo cultural, entendeu? Da leitura, da... É assim um diferencial. Isso pra mim foi novo. Porque lá em Teresina não tem. Não é a melhor escola, mas não tem. Então, a biblioteca tem um impacto muito grande nessa formação cultural. Tão tanto que as escolas vêm fazem esse rodízio com os alunos, tem umas semanas aqui que é tipo umas gincanas. Que eles fazem umas gincanas com as crianças, é tudo assim é voltado para essa questão da histórica, da cultura, então tem sim, com certeza. Não, eu digo por que a biblioteca, minha gente, ela faz parte da vida de muitos maranhenses. Eu já encontrei escritores aqui, escritores maranhenses que vêm aqui. É tipo assim, o meu marido, ele é ludovicense, ele estudava aqui, entendeu? Então, tem muitas histórias para ser contadas que passaram pela biblioteca.	infância, através do acolhimento de escolas. 2 A biblioteca tem um lugar central na vida cultural do estado, sendo um ponto de encontro e um repositório de histórias.	identificada nesta fala.
03	É, sem dúvida, pra gente até porque nós temos esse negócio da construção, da ideia de uma Atenas brasileira e tal, que a Benedito Leite, mesmo ela tendo sido feita muito depois, ela termina sendo quase que um templo que expressa para a gente isso aí. Quando o sujeito fala daquela... Olha, a biblioteca e a famosa... estátua de Gonçalves Dias, lá na Praça, os cinco. Tem ele e, na base, tem os outros quatro, que seriam o núcleo da chamada Atenas brasileira. Então não tem como não associar a Biblioteca Benedito Leite à ideia de Atenas brasileiro. Para mim, ela sempre remete a isso.	1 A biblioteca tem o papel de ser o "templo" da identidade cultural ludovicense, expressando a ideia de "Atenas Brasileira". 2 A associação da biblioteca com a "Atenas Brasileira" é direta e inseparável.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
04	Sim, com certeza. Com certeza. Aqui a gente se reencontra com pessoa. O Centro Histórico de São Luís já faz você se reencontrar. Eu quando eu cheguei aqui, apesar de não ter morado aqui durante toda... Porque quando eu saí daqui, de São Bento, que eu só passei por aqui, com 17 anos, então eu voltei agora, minha vida praticamente foi toda lá. Mas a gente não tem como não... ter internalizado assim a cultura maranhense. Eu cheguei aqui no Maranhão e fui ao Centro Histórico, cheguei justamente próximo do período de festas juninas. Eu sou apaixonada por festas juninas. E aquelas rodas de tambor de crioula. Nossa, isso é cultura maranhense literal. Até mesmo no Rio de Janeiro tem um grupo que preserva essa cultura. Tem tambor, tem festas do Divino. Eu ia lá porque justamente o que eu gosto. Então isso é uma retomada de identidade.	1 A biblioteca, por estar no Centro Histórico, participa de um espaço maior que promove o reencontro com a identidade cultural. 2 O entorno da biblioteca é um local onde a cultura maranhense se manifesta e permite uma "retomada da identidade".	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragens (AC)
05	Sim, com certeza, acredito que sim. Porque a biblioteca aqui é praticamente um patrimônio, uma das mais antigas. E querendo ou não, as pessoas vão criando memórias afetivas, como ele deu exemplo do meu caso na infância. Foi o primeiro contato que eu tive com aqui. E a gente continua realizando esse trabalho até hoje de programação de férias. Então eu acredito que hoje em dia as crianças que frequentam já criam uma memória. Mas à frente, quando elas estiverem adultas, vão lembrar, vão passar por aqui. Poxa, quando eu era criança eu vinha muito aí. tinha programação de férias, ou então até mesmo nós adultos que vem aqui, que é um espaço onde a pessoa tira para se concentrar, para estudar, que às vezes um exemplo em casa eu não aconselho, porque tem muita zoada. Então, a gente tem nossos leitores aqui frequentes, que vem realmente diariamente. Então, é um espaço, é um ambiente acolhedor para aquele momento importante na vida da pessoa. Um exemplo, a moça que você entrevistou, já estou aqui todos os dias. Todos os dias, é muito difícil ela faltar. Então eu acredito, poxa, essa pessoa vem pra cá. Estudar todos os dias, lógico, além da dedicação dela, acredito que pra ela seja um ambiente acolhedor. Talvez em casa ela não tenha essa oportunidade, né? Não sei muito bem da localização, mas às vezes, por exemplo, eu mesma na minha rua, é uma rua pela manhã. É desde lá dentro. Carro, vendedor... Então, eu tenho essa dificuldade de conseguir estudar em casa pela manhã. Então, eu já gosto mais de estudar pela tarde, que é um horário que fica mais tranquilo. Então, um exemplo aqui é um ponto que às vezes até eu mesmo paro um pouco para estudar com algum movimento para ficar tranquilo, tem esse silêncio. Então, acho que nas crianças, inicialmente, deixa essa marca de puxa ali, cria uma memória. E para os adultos também, porque é um lugar de acolhimento para eles, não só pelo espaço, mas pelo que a gente pode oferecer de acervo também.	1 O papel da biblioteca é o de construir a identidade através da criação de memórias afetivas, desde a infância. 2 A biblioteca contribui para a identidade dos adultos ao oferecer um ambiente acolhedor para momentos importantes da vida, como o estudo.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
06	Com certeza, até porque a gente tem aqui preciosidades que são inerentes à nossa cidade. Então eu acho que o que falta mesmo é que as pessoas venham, mas sem dúvidas que isso aqui vai agregar muito valor à nossa sociedade, muito mesmo, sem dúvida nenhuma.	1 A biblioteca contribui ao guardar "preciosidades" que são parte da identidade da cidade. 2 A contribuição da biblioteca para a identidade é inquestionável, mas depende	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragens (AC)
		da frequência do público para ser efetivada.	
07	Tem, tem sim. Um dia desses, aqui no Liceu, apareceu um pessoal da Globo, da Globo Nacional. para fazer uma reportagem sobre a Alcione. A Alcione estudou no liceu e a Alcione frequentou muito aqui. Então, aqui é um espaço de referência nacional para a identidade do Ludovicense. Tinha uma coisa, um dia desses eu passei aqui com a minha companheira e ela estava lembrando que aqui era um espaço onde muitas vezes os namorados se encontravam na década de 90 para ir para Gonçalves Dias. Marcavam aqui e iam para Gonçalves Dias. Então, até nesse sentido, né? Nessa... Como é que eu posso chamar isso? Talvez uma cultura menos conhecida do ponto de vista literário, do ponto de vista intelectualizado, mas até nisso esse espaço aqui tem uma influência muito grande.	1 A biblioteca constrói a identidade local ao servir como um espaço de referência nacional, por ter sido frequentada por personalidades como Alcione. 2 A biblioteca também constrói a identidade ao fazer parte de uma cultura popular e cotidiana, como um ponto de encontro para namorados.	Nenhuma ancoragem foi explícita identificada nesta fala.
08	Aqui, todo esse arcabouço aqui de construções, de prédios, eles tem a ver com a colonização. com Portugal, que tem toda uma arquitetura portuguesa, que tem a ver com o domínio português aqui na ilha, evidentemente enriquecido por toda aquela história dos negros. Eu não vou citar índios, porque os índios não tiveram relação com direto, seria maluco isso da minha parte. Os índios têm outro tipo de participação, mas aqui é basicamente portuguesa e negra, e evidentemente os mestiços, os quais eu também façam parte do que? Enfim, né? Então, eu diria que isso aqui é a história da humanidade, né? E, infelizmente, pouco trabalhado. Então, por exemplo, eu tô aqui, eu tô num prédio... Aqui, a biblioteca, né? Mistura clássicos, neoclássicos. Então, tu tem toda a cultura. a cultura ocidental, no melhor sentido da palavra, trazido pra cá, e eu acho como Ilhéu, porque eu não me chamo que eu sou Ludovicense, eu sou Ilhéu. Eu sou metade Ludovicense e metade Ribamarense. Pra mim isso é motivo de orgulho, saber que a minha cidade, a minha ilha, ela tá conectada com aquilo que de melhor o ocidente produziu. No bom sentido da palavra.	1 A biblioteca constrói a identidade por fazer parte de um conjunto arquitetônico que remete à história da colonização portuguesa e da presença negra. 2 A biblioteca, como parte desse patrimônio, é um motivo de orgulho e um símbolo da conexão da ilha com a cultura ocidental.	Nenhuma ancoragem foi explícita identificada nesta fala.
09	Sim, sim. Acho que poderia ter um pouco mais de divulgação, mas sempre é isso. Sempre precisa ter um pouco mais de divulgação do espaço, do acervo. Hoje eu vejo... A forma que a Casa de Cultura José Montello desenvolve as suas obras é bem interessante, né? Pelo Instagram, pelas	1 A biblioteca tem um papel na construção da identidade, mas ele é limitado pela falta de divulgação. 2 A ausência de uma divulgação digital moderna,	Nenhuma ancoragem foi explícita identificada nesta fala.

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragens (AC)
	outras formas de divulgação digital. E aqui eu vejo o pouco, nesse sentido. Se tem mais, com certeza, vai ser um público maior. Há o Museu Histórico e Artístico também retomando, estão divulgando. Eles têm também uma biblioteca, né? Sim, sim. Eu entrei em novembro.	em contraste com outras instituições, enfraquece o papel da biblioteca.	
10	Olha, pra mim sim. Eu me vejo, eu a vejo como algo que faz parte, né, de como vivo aqui em São Luís, eu não sendo ludovicense, mas eu viveria dessa forma. Agora, eu não vejo como a maioria da população, principalmente as que passam por aqui, eu não a vejo como... sendo parte do povo no adolescente. Eu acho que ela já foi muito, mas hoje em dia eu não a vejo muito como... Se você não é estudante, se você não é pesquisador, principalmente estudante de graduação, ou do ensino médio, eu acho que tem pouco... Ela é pouco divulgada na escola. Eu acho que ela deveria ser mais...	1 A biblioteca faz parte da identidade cultural pessoal da entrevistada. 2 Percepção de que a biblioteca perdeu seu papel central na construção da identidade coletiva, especialmente para os jovens. 3 O papel da biblioteca na identidade cultural hoje está restrito a um público específico (estudantes, pesquisadores).	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
11	Acho que interfere, principalmente quem trabalha aqui perto. Eles pensam que não são dignos, que eu já escutei, né? Não são dignos de vir na biblioteca. Por que eu vou na biblioteca? No meu tempo eu posso estar descansando, almoçando, achando. Então, não vou adentrar nesse espaço. Muitas vezes as pessoas nem conhecem.	1 O papel da biblioteca na construção da identidade é prejudicado por um sentimento de exclusão social, onde parte da população não se sente "digna" de frequentar o espaço. 2 Para o trabalhador do entorno, a biblioteca não é vista como um espaço útil ou de lazer para o tempo livre.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
12	Pra entender, né? Talvez tenha outras questões que a biblioteca tá... que ela apresenta de cultura, de cultura, de conhecimento e tal, que eu não tô conseguindo visualizar nesse momento, mas eu tô te dando dando dois parâmetros aí, forte. Esse direito autoral está limpo. Percepção é que se tu souber utilizar os direitos autorais, tu podes ser um poeta, tu podes ser um músico, tu podes ser um bombaboi. O cara quer fazer um registrado no eleitoral, uma música de bombaboi. Como é que isso vem na cultura? Ela está conectada com a cultura. Ela tem espaços, ela tem elementos, essa biblioteca tem elementos, espaço, tem riquezas capazes de gerar, está te dando uma permissão, está te dando, está abrindo espaço para ti. Você que tem que trazer, ele te acolhe e produz, claro que ele produz, ele está te impulsionando, como é	1 A biblioteca tem o papel de ser um "ponto vivo", um agente ativo na cultura. 2 A biblioteca constrói a identidade ao acolher e impulsionar a produção cultural, oferecendo ferramentas e espaços.	

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragens (AC)
	que ele produz isso? A biblioteca não é um ponto morto, essa biblioteca, essa biblioteca que nós estamos nesse momento, ela não é um ponto morto, ela é um ponto vivo de cultura, ela tem elementos de direitos autorais, tem elementos que podem dar uma propulsão à cultura maranhense e nacional.		
13	Olha, mesmo não nascendo aqui, aos 18 anos eu vim, e eu vejo história em tudo nessa cidade. Às vezes os moradores não percebem. Focam só no que a cidade tem de problema, de dificuldade. Mas eu vejo a riqueza nisso. E como estão tão próximos, um somando ao conhecimento do outro. Essas exposições aqui na frente de pessoas que marcaram essa história.	1 A biblioteca, como parte da cidade, contribui para a identidade ao materializar uma história que é, por vezes, mais percebida por quem vem de fora. 2 A biblioteca contribui ao funcionar como um polo que soma conhecimentos, especialmente através de suas exposições.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
14	Olha, eu acho que não. Porque eu acho que as pessoas são um pouco, de modo geral, se relacionam um pouco com ou tem pouco acesso a informação da importância do patrimônio que a gente tem aqui na cidade. Também acho que a biblioteca, talvez por ser esse prédio imponente muito bonito, gere uma... Acho que tem pessoas que têm medo, assim, né? Tipo, ah, não sei se eu posso ter acesso, não sei como que é pra frequentar. E, portanto, nossa cultura de poucos leitores, né, que só vem diminuindo. Eu queria que fosse, mas eu não sei se na prática acontece.	1 O papel da biblioteca na identidade é nulo ou fraco porque a população em geral tem pouco acesso à informação sobre a importância do patrimônio. 2 A arquitetura imponente da biblioteca, em vez de atrair, pode intimidar e afastar as pessoas, limitando seu papel na identidade coletiva. 3 Desejo de que a biblioteca tivesse um papel importante, mas a percepção de que, na prática, isso não ocorre.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
15	Tem uma grande utilidade, um papel muito importante porque a biblioteca coleciona jornais de longas datas, tem uma coleção extensa de jornais, tem muitos livros de romances, tem muita literatura do pessoal antigo e tem a literatura do pessoal da atualidade.	1 A biblioteca tem um papel muito importante na identidade ao manter um acervo vasto e diversificado, que inclui desde jornais antigos até literatura contemporânea.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.

DSC 13 – Como você definiria o lugar da BPBL em sua vida pessoal, formação e visão sobre São Luís?

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragens (AC)
01	Olhando agora esse negócio de internet. Não entendo. A internet, pelo menos, eu tenho dificuldade com a internet, né? Mas eu prefiro vir aqui ler, né? Mas acompanhamos o tempo, viu? Muitos anos atrás não tinha aqui, porque teve um tempo que o cara dava no baixo, né? Com a queda, perdeu não só aqui. E hoje eu vejo	1 O lugar da biblioteca é o de uma alternativa preferível à internet para a leitura. 2 A biblioteca é definida como um espaço de descoberta útil, em	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragens (AC)
	o que tá acontecendo com o arquivo público. É... Muita estresse, né? O descaso, né? porque a Mundinha que trabalha nesse Arquivo, ela foi minha professora. E aqui... Eu entrei aqui no tempo em que a pessoa vinha pra cá sem saber o que fazer, mas aí eu entrava, eu lia os livros, isso aqui me serve, isso aqui me serve. Eu recebi até algumas homenagens.	contraste positivo com o descaso sofrido por outras instituições como o Arquivo Público. 3 A biblioteca é um lugar de reconhecimento e homenagens pessoais.	
02	Deixa eu te dizer, tem, só tem. Teve uns dias que aqui fechou pra uma reforma. Eu me desesperei. Eu disse, meu Deus, e agora? Não, estamos reformando, tinha uma reforma. E eu saí procurando um local pra estudar, outras bibliotecas. E a gente quase não tem. A gente quase não tem, eu cheguei a ir no IFMA e pedi para usar a biblioteca de lá e assim eu ficava, meu Deus, não tem biblioteca nos bairros, não tem outra biblioteca, tinha a biblioteca da UFMA, mas também estava num. É acessível, é perto, facilita para a pessoa, tipo, entrar, qualquer pessoa que vier de qualquer bairro conseguir chegar aqui. E aí, foi difícil para mim esses dias que ficou fechado.	1 O lugar da biblioteca na vida pessoal é tão central que seu fechamento temporário gera desespero. 2 A biblioteca é definida como um recurso raro e quase único na cidade, dada a escassez de alternativas. 3 O lugar da biblioteca na visão sobre a cidade é o de um espaço acessível e central para todos.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
03	Essa é uma coisa que está muito interessante. Eu vou voltar para essa coisa, ali está, de alguma maneira, guardado. Uma São Luís, que já foi. Ela é um relicário, um depositário de memórias, de histórias, de anseios [de uma São Luís que já foi]. Ela significaria muito... Mas é como eu estava te dizendo, tem muito a ver com a ideia que a gente sempre, desde cedo, Fica ouvindo isso, né? Essa ideia de uma Atenas, de uma... Que é um negócio meio fantasioso, né? Porque, de qualquer maneira, o Brasil, o Maranhão, ele é os confins do Império Colonial português. Porque ele tava lá na... Ou seja, foi uma terra de barbárie que terminou construindo de si uma ideia totalmente diferente, que seria uma coisa idealizada, bastante idealizada. E notei como, para mim, a biblioteca sempre supressa um pouco dessa idealização [de Atenas Brasileira], que é tão cara aos intelectuais aqui, gente de academia... Aí, se você falar mal de lá, tem uma brasileira que, não sei o que, se cala, briga. Porque, para eles, é muito caro. Então, termina a biblioteca significando um pouco disso, que é uma imagem porque eu sempre tive uma relação muito tensa com ela. Sempre tive. Na década de 80, quando eu estava ainda na universidade, estudando, era muito claro que a gente tinha que fazer um outro	1 A biblioteca é definida como um relicário, um depositário da memória de uma São Luís do passado. 2 A biblioteca é definida por uma relação tensa e contraditória, por ser o símbolo de uma identidade cultural ("Atenas Brasileira") que o entrevistado considera uma idealização. 3 Apesar da crítica, a biblioteca é definida, paradoxalmente, como o lugar onde se pode descobrir o "verdadeiro" Maranhão.	A identidade cultural de São Luís como "Atenas Brasileira" é uma construção fantasiosa e idealizada, uma sublimação de um passado de barbárie colonial.

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragens (AC)
	tipo de história, que não era aquela história, que não era esse negócio da... elevação de figuras e tal. A gente sabia que tinha que fazer um outro tipo de história. Então, eu tenho sentimentos, assim, meio contraditórios em relação a isso aqui. Porque eu também sempre desenvolvi uma veia crítica muito grande a isso, que pode ser uma sublimação. Estão lá numa terra de barbárie construindo uma ideia de si que é totalmente fantasiosa. De si, no meu caso, que é totalmente fantasiosa. Mas, então, aqui é sempre esse negócio meio contraditório. Ao mesmo tempo, eu estou lá criticando isso, mas eu sei que a gente também passou por isso, que é isso, que não é uma... Então, é algo muito... São sentimentos, assim, muito estranhos, né? Como eu digo, sempre me vem à cabeça Caldeira, porque Caldeira que era o cara que disse pra gente o seguinte, olha, eu nunca me esqueci, lembra? Ele dizia, Hobsbawm discute o mundo, Florestan Fernandes, que nesse tempo eu lia muito, ele dizia, discute o Brasil e nós temos que discutir o Maranhão. Então, a gente falou, cara, aqui estabeleceu um vínculo, uma espécie de compromisso intelectual das pessoas. Naquele tempo que ele estava ajudando, formando, vocês têm um vínculo de ajudar a entender isso aqui. de qualquer maneira, ou seja, são filhos daquilo, e ele dizer, tu sabe... Nesse tempo aí, ia fazer mais tarde disso, tu vai sair daqui para falar o que eles estão falando lá e não vão nem te ouvir, tu tem que levar uma coisa diferente que tenha a ver com o que tu está discutindo, mas um negócio diferente, que é aquilo. A biblioteca é um local onde a gente pode descobrir o Maradão, entendeu?		
04	Assim, eu tô pensando mais no meu objetivo atual, né? É um instrumento, na verdade, que eu estou usando pra conseguir, pra alcançar um objetivo na minha vida. Um instrumento que eu digo que é um local físico, né? Que eu tô usando pra estudar, pra passar em um concurso, pra... sei lá, buscar alcançar meus objetivos para também, enquanto ser humano, ter mais dignidade que o espaço público pode nos oferecer, mas além disso também, internalizar a cultura, né? Enfim.	1 A biblioteca é definida como um instrumento para alcançar objetivos de vida (passar em concurso). 2 A biblioteca é um espaço público que representa a possibilidade de buscar mais dignidade através do estudo. 3 A biblioteca também tem o lugar de ser um espaço para internalizar a cultura.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragens (AC)
05	Sim, nesse ponto, eu acredito que toda experiência válida, primeiramente. E a experiência que eu tive aqui foi muito importante porque quando eu cheguei, eu vim com a ideia um pouco, como eu vim pra cá como estagiária de psicologia, eu vim um pouco com a ideia de aplicar o meu papel antipsicólogo, que eu basicamente vi assim pelo contrário. E aí, conversando com a diretora, ela até falou assim: "minha filha, aqui você vai ter realmente de todo tipo de paciente, porque as pessoas aqui, trabalhar com público é bom, mas às vezes também é meio complicado". Então, assim, a partir do momento que eu trabalho aqui, eu tenho esse atendimento com o público, com as obras, eu acho que isso me ajuda na minha profissão como psicóloga, na questão de ter esse contato mesmo com as pessoas. Para mim, ajudar as pessoas é o que me fez escolher a minha profissão e acredito que aqui eu consiga. Não só porque eu entreguei um livro, Às vezes a pessoa vem e não sabe que livro quer, então eu tenho essa facilidade em querer ajudar. Tipo, não, eu vou pesquisar pra você. Principalmente quando a pessoa vem buscar na área de psicologia, que geralmente pede uma indicação, então eu já vou novo nesse tema aqui, eu acho que vai ser muito bom pra você. Então eu acho que essa é a ligação que tem com a minha profissão. No sentido de eu estar trabalhando com o público. Lógico, aqui eu não vou aplicar o que eu aplico no consultório, mas ter esse contato com o público, lidar com os desafios que o público precisa, que o público passe a ajudar mesmo, acho que é a maior interação que eu tenho entre a biblioteca e a minha profissão, que é psicóloga. Acho que no museu também foi a mesma coisa. Esse contato com o público, como eu era guia, monitora de lá, não só como guia, mas eu também era gerente de uma lojinha que a gente tinha dentro do museu. Então eu tinha esse contato maior com o público e com os meus outros colegas porque eu era super revisora, então eu tinha por um lado um contato que assim, lá no museu, desse lado aqui era uma lojinha e desse lado aqui, opa, desculpa, era onde a gente ficava esperando as pessoas. Então quando eu tava de um lado do museu, perto das peças, eu tava ali como estagiária. Então eu tinha a mesma vivência, a mesma experiência com os meus amigos em trabalhar com o público	1 A biblioteca é definida como um lugar de experiência profissional importante, que auxilia na formação como psicóloga através do contato com o público. 2 A biblioteca é um espaço onde é possível realizar a vocação de "ajudar as pessoas", que é a base da identidade profissional. 3 O lugar da biblioteca na formação é o de um laboratório para desenvolver um "olhar mais clínico" sobre as pessoas, fundamental para a profissão.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragens (AC)
	em lidar com eles e a partir do momento que eu entrava na loja eu já era Ana Luísa supervisora, então não que eu me colocava acima dos meus amigos, não, mas eu já tinha uma responsabilidade maior, já tinha que chamar um pouquinho ali a atenção se havia algo de errado e tudo, né? Então, mas falando, voltando aqui para a questão do público, Esse contato é muito bom. É muito bom. Acho que a gente aprende de tudo o pouco. A gente vê muito da personalidade das pessoas. Que isso já volta muito ao canto do meu curso. Nossa senhora, a gente conhece realmente de tudo o pouco. sempre vai se deparar com alguém agradável, com alguém desagradável, com alguém que procura confusão, com alguém que não entende a situação. Então, acho que tanto lá quanto aqui, eu tive esse olhar mais clínico, sabe? De certo modo. Eu acho que é isso.		
06	Olha, eu gostaria particularmente de melhorar esse sentido, né? Porque, como eu te falei, o dia-a-dia, a correria, tudo isso, acaba que a gente quer um pouco mais de agilidade, rapidez, então a gente acaba procurando outras coisas, outras fontes, mas assim, isso até é um resgate pra mim também. A vinda da biblioteca, a esse especial, é algo que mexe um pouco comigo e me estimula mais. a colocar um espaço maior para a biblioteca, entendeu? Mas assim, sem dúvida nenhuma, é uma... é algo que me importa muito, tanto que a gente propôs para os nossos alunos essa vivência aqui, que era algo que estava, assim, digamos, em desuso. A gente quase não via. Então, eu queria muito trazê-los aqui para poder colocar também essa importância na vida deles.	1 A biblioteca é definida como um espaço de "resgate" pessoal e estímulo para se contrapor à correria do dia a dia. 2 O lugar da biblioteca é tão importante na vida pessoal que se torna uma "missão" a ser compartilhada com os alunos, para que eles também percebam essa importância.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
07	Eu tenho uma memória afetiva muito boa daqui. pelo reforço à literatura. Muitas vezes eu, nessa época que era estudante, não era a época que tinha YouTube, internet, essas coisas, né? Eu assistia muito o programa do Jô, ou programas de literatura da antiga TVE, e aí eu vi um escritor falar de algum livro, como, por exemplo, eu vi o Caetano falar sobre Verdade Tropical. livro dele. E eu pensei assim, é difícil encontrar esse livro aqui, eu também não tinha dinheiro para comprar, eu era estudante, e eu encontrei esse livro aqui só para dar um exemplo, né? Mas foram vários outros. Então aqui eu tenho uma relação afetiva, porque a literatura faz isso, né? Ela traz memórias afetivas para a gente. Tenho uma relação afetiva, tenho	1 A biblioteca é definida pela memória afetiva criada pelo acesso a livros desejados e pelo reforço à literatura. 2 O lugar da biblioteca na vida é o de um espaço de formação integral (pesquisador, professor e ser humano). 3 O lugar da biblioteca na vida pessoal é tão significativo que se torna uma missão a ser	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragens (AC)
	uma lembrança muito positiva, fora a situação do meu amigo Moisés, mas eu não tive vivência com ele aqui. Tenho uma experiência muito positiva de pesquisa, de leitura. E aí são essas coisas que formam a gente, né? É um dos espaços que me formou enquanto pesquisador, enquanto professor, enquanto ser humano. Eu acho que a biblioteca representa muito isso pra mim, esse espaço de formação. E que... Bem, eu já tô da minha idade aí, 46 anos, mas eu creio que... durante muitos anos, ainda vai ter esse papel na minha vida, de reforço literário. Hoje, já também na relação que eu tenho com meus alunos, eu sempre peço aos alunos para tirar a carteira aqui da biblioteca, sempre falo muito bem da biblioteca. tem uma biblioteca no liceu, mas ela não está organizada, não tem tantos títulos quanto tem aqui. Então, hoje já, além da relação pessoal que eu tenho, de ter me formado enquanto leitor, enquanto ser humano, eu já transmito isso também para os meus estudantes.	transmitida para os estudantes.	
08	É... dentro... do Brasil dentro das Américas, o acervo arquitetônico, a historicidade, a beleza dos monumentos. É uma coisa, infelizmente, muito pouco tratada e muito pouco vista. Então a biblioteca está dentro da história da humanidade porque isso aqui é uma construção da história da humanidade. Os portugueses, os negros, os escravizados, que ajudaram a construir isso tudo, toda a religiosidade que envolve isso tudo. Seja católica que é a minha, ou seja, outras religiosidades. Então aqui pra mim é como se fosse... é literalmente minha casa. Aqui, todo esse arcabouço aqui de construções, de prédios, eles tem a ver com a colonização. com Portugal, que tem toda uma arquitetura portuguesa, que tem a ver com o domínio português aqui na ilha, evidentemente enriquecido por toda aquela história dos negros. Eu não vou citar índios, porque os índios não tiveram relação com direto, seria maluco isso da minha parte. Os índios têm outro tipo de participação, mas aqui é basicamente portuguesa e negra, e evidentemente os mestiços, os quais eu também façam parte do que? Enfim, né? Então, eu diria que isso aqui é a história da humanidade, né? E, infelizmente, pouco trabalhado. Então, por exemplo, eu tô aqui, eu tô num prédio... Aqui, a biblioteca, né? Mistura clássicos, neoclássicos. Então, tu tem toda a cultura. a cultura ocidental, no melhor sentido da	1 A biblioteca é definida por sua inserção na história da humanidade, representando a herança colonial portuguesa e africana. 2 A biblioteca, como parte desse patrimônio, é definida como um espaço de pertencimento pessoal ("minha casa"). 3 A biblioteca é um lugar que gera orgulho, por simbolizar a conexão da cidade com o ápice da cultura ocidental.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragens (AC)
	palavra, trazido pra cá, e eu acho como Ilhéu, porque eu não me chamo que eu sou Ludovicense, eu sou Ilhéu. Eu sou metade Ludovicense e metade Ribamarense. Pra mim isso é motivo de orgulho, saber que a minha cidade, a minha ilha, ela tá conectada com aquilo que de melhor o ocidente produziu. No bom sentido da palavra.		
09	Sim, sim, sim. Se expandiu a minha visão sobre o que é a cidade de São Luís a partir do contato que eu tive com a Benedito Leite. Sim, através das minhas pesquisas. Olhando os jornais mais antigos, as aulas mais antigas. Principalmente que a gente tem acesso às reportagens e a gente começa a ver os lugares de forma diferente. É claro que não tem como não ter.	1 A biblioteca é definida como um lugar que expandiu a visão e a compreensão sobre a própria cidade. 2 A biblioteca cumpre esse papel ao permitir, através da pesquisa em acervos antigos, que os lugares da cidade sejam vistos de forma diferente.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
10	Olha, sim, a biblioteca... A Biblioteca Benedito Leite, para mim, ela é muito... o lugar que eu tenho acesso. Um, é a cultura. Então, eu posso chegar aqui e conhecer um pouco sobre a minha cultura, como a gente vê aqui no Paul. E um local de pesquisa, também. E o foco dela, que é a gente associa ela como o local que eu vou ter acesso aos livros, não só a informação, mas acesso aos livros, uma vez que, particularmente, uso mais o material, mais a literatura. No momento, eu não faço pesquisas, eu não venho aqui para ler o jornal, eu não venho aqui para usar as salas de estudo. Então eu a vejo dessa maneira, assim, como um espaço de cultura e um espaço de acesso aos livros.	1 A biblioteca é definida como um lugar de acesso à cultura e à pesquisa. 2 O principal lugar da biblioteca é o de ser um ponto de acesso a livros, especialmente literatura.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
11	Eu acho que a biblioteca é muito importante pra mim, não porque só eu venho aqui ou eu faço um estágio, mas eu acho que eu já criei uma memória afetiva com ela todas as vezes que eu fiz amizade, mesmo sendo com os pessoais mais velhos que eu, né? Então, eu acho que já criou uma memória afetiva muito grande. Toda vez que eu falo do centro, sempre vou lembrar da biblioteca em si, dessa praça aqui da Deodoro, juntamente com a biblioteca, porque eu acho que já faz parte de mim, da minha identidade, da minha cultura.	1 A biblioteca é definida como um lugar importante com o qual se criou uma memória afetiva através das amizades. 2 O lugar da biblioteca é tão central que se tornou parte da própria identidade e cultura pessoal.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
12	Como é que o senhor é produção científica? O cara vem do interior, Cururupu, ele vem do interior, Codó, pai, eu quero registrar no livro, ele chega lá, ele registra. A biblioteca, a central, essa aqui,	1 A biblioteca é definida como um centro de produção cultural e científica.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragens (AC)
	eu estou dizendo, essa aqui, ela é produção cultural e científica. Tu está compreendendo? Ela tem todo um conjunto de elementos que ela está conseguindo fazer, emprego, direitos autorais, e tem outras coisas que eu nem estou conseguindo analisar agora, mas se tu for parar para analisar, Por certeza, a biblioteca contribui com a cultura maranhense... ela não é um ponto morto, ela é um ponto vivo de cultura, ela tem elementos... capazes de gerar, está te dando uma permissão... está abrindo espaço para ti... te acolhe e produz... está te impulsionando... Tu pode estar em qualquer lugar do Maranhão. Tu bolou uma música. Não tem nenhum rapaz que bolou uma música no negócio do planeta azul? Se ele vier aqui na biblioteca, aqui, agora, faz o que? Eu tenho uma música. Doutor, eu posso registrar? Registra. Qual é o lugar de saúde que eu faço isso, rapaz? Aí tu sai cantando uma música, aparece e registra. Aí tu pode te dar mal com isso, de repente. juridicamente na coisa, e aqui tu tem um espaço dentro da biblioteca pra tu registrar isso aqui. Claro que isso é cultura, música é cultura. Registrar música é cultura. Então tem todo um conjunto, uma riqueza dentro da biblioteca.	2 A biblioteca é um "ponto vivo" que ativamente impulsiona a cultura ao acolher criadores e oferecer ferramentas.	
13	Olha, eu vejo que as pessoas que já conhecem amam a biblioteca, mas infelizmente ela ainda é muito desconhecida, é o que eu percebo. Porque várias vezes aparecem pessoas, às vezes não sabem que podem levar livros, por mais que eles tenham feito um trabalho incrível no Instagram, apresentando, sempre tem alguma ação para trazer o público. Eu percebo que a questão não é a biblioteca, mas sim as pessoas que estão nessa automaticidade do tempo, só com as obrigações, às vezes esquecem que esse ócio criativo também é saudável e importante.	1 A biblioteca é definida como um lugar amado por quem conhece, mas desconhecido pela maioria.	A subutilização de espaços como a biblioteca não é culpa da instituição, mas da sociedade moderna, que na "automaticidade do tempo" esquece a importância do "ócio criativo".
14	Na minha vida profissional ela sempre foi fundamental. Eu já localizei muitos documentos aqui que foram muito importantes para a minha pesquisa. Também é isso, é um ponto de referência para eu fazer pesquisa para outras. Sempre que eu tenho alguma demanda de pesquisa para ser realizada, a biblioteca obrigatoriamente vai estar na minha listagem. É... Acho que é isso. De trajetória pessoal, não sei. Acho que é uma coisa que se relaciona, né? Minha trajetória profissional é pessoal também.	1 A biblioteca é definida como um lugar fundamental na vida profissional. 2 O lugar da biblioteca é o de um ponto de referência obrigatório para a atividade de pesquisa. 3 A biblioteca, ao marcar a vida	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragens (AC)
		profissional, também marca a trajetória pessoal, pois ambas estão interligadas.	
15	Para Raimunda, a biblioteca é uma amiga, e a biblioteca também considerar Raimunda como amiga da biblioteca e eu gosto muito do pessoal da biblioteconomia, eu tenho uma infinidade de amigos que são, apesar da minha formação ser em teatro, eu tenho infinidade de amigos da biblioteconomia, inclusive uma vez eu fiz até uma paródia, eu gosto de fazer paródia, eu fiz uma paródia de jardineira, deixa eu ver Parodiando Jardineira. Homenagem às bibliotecárias e bibliotecárias. Bibliotecária, por que estás tão triste? Diz o que foi que aconteceu. Foi a camélia que pegou o livro, levou para casa e não devolveu. Foi a camélia que pegou o livro, levou para casa e não devolveu. Oh, Camélia, pensa como eu! Devolve o livro que esse livro não é teu! Esse livro é um bem público, muita gente não o leu! Devolve o livro que esse livro não é teu! Esse livro é um bem público, muita gente não o leu!	1 A biblioteca é definida como uma "amiga", em uma relação de afeto e reconhecimento mútuo. 2 O lugar da biblioteca está ligado à amizade e ao carinho pela comunidade de bibliotecários.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.

DSC 14 – Você considera a BPBL um patrimônio cultural da cidade e do Maranhão? Por quê?

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragens (AC)
01	Ela é um patrimônio, um patrimônio que ela é de verdade. É de 1800 e? São Luís. 1860 e pouco, né? Aí ela passou um tempo, ela parou. Até pessoas me dizem isso, que ela parou, que ela desapareceu, né? Até teve aqui um deputado de São Bento agora, que pediu a abertura, não a abertura não, a concessão do governo, mas... Mas é assim, tudo tem... Ela passou as suas crises, né? Ela está estável, Ela está estabilizada graças ao trabalho de algumas diretoras. Muitas vezes não tem o apoio do secretário de Cultura. Tem governo que não dá atenção pra cultura. Eu tenho um livro que eu agradeço à capacidade dos funcionários. Ela vive graças à dedicação dos funcionários. A gente vai ter se aposentado, não sei quantos anos, ainda não quero ficar aqui contribuindo.	1 É considerada um patrimônio por sua antiguidade e autenticidade histórica. 2 É um patrimônio que sobrevive graças ao trabalho e dedicação de sua equipe, apesar das crises e da falta de apoio governamental.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragens (AC)
02	Sim, com certeza. É um patrimônio cultural, sem sombra de dúvidas. Não, eu digo porque a biblioteca, minha gente, ela faz parte da vida de muitos maranhenses. Eu já encontrei escritores aqui, escritores maranhenses que vêm aqui. É tipo assim, o meu marido, ele é ludovicense, ele estudava aqui, entendeu? Então, tem muitas histórias para ser contadas que passaram pela biblioteca. E, com certeza, é um patrimônio cultural. Ah sim, só esse diferencial, tipo assim, é... Eu não sei como faria, mas... porque a gente é uma possibilidade muito grande, tem uma biblioteca, um livro pra estudar, né? Gratuito. Internet. Usa internet de graça aqui. Eu acho isso fantástico, entendeu? Que a pessoa lê e é um lugar confortável. Você estuda no ar condicionado. Pois é, então é um universo que precisa, eu não sei se você vai se explorar com as pessoas, entendeu. Porque é um mundo a biblioteca, eu diria que é um mundo, entendeu?	1 É um patrimônio porque faz parte da vida e das histórias de muitos maranhenses. 2 É um patrimônio por democratizar o acesso a recursos essenciais de forma gratuita e confortável (livros, internet, ar-condicionado).	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
03	Da maior importância. Como eu te disse, aqui, de qualquer maneira, é um dos baluartes, né? Porque eu fico satisfeito de ver, assim, de uma forma mais... dinâmica, para um filme mais aberto, mais arejado, porque o tempo era um negócio muito mais... apesar de muito mais frequentado, porque os tempos eram outros, as pessoas vinham também para ler os jornais, mas era impressionante o tanto de mesa que tinha ocupado, e tu chegava aqui de noite e tal, e estava cheio de mesa ocupada, mas era um tempo que A leitura tinha outros atrativos, mas hoje o pessoal quer ler na música.	1 É considerada um patrimônio de grande importância, um "baluarte" da identidade cultural. 2 O valor como patrimônio é reforçado por sua recente transformação em um espaço mais dinâmico e aberto.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
04	Sim, com certeza. Com certeza. Aqui a gente se reencontra como pessoa. O Centro Histórico de São Luís já faz você se reencontrar. Eu quando eu cheguei aqui, apesar de não ter morado aqui durante toda... Porque quando eu saí daqui, de São Bento, que eu só passei por aqui, com 17 anos, então eu voltei agora, minha vida praticamente foi toda lá. Mas a gente não tem como não... ter internalizado assim a cultura maranhense. Eu cheguei aqui no Maranhão e fui ao Centro Histórico, cheguei justamente próximo do período de festas juninas. Eu sou apaixonada por festas juninas. E aquelas rodas de tambor de crioula. Nossa, isso é cultura maranhense literal. Até mesmo no Rio de Janeiro tem um grupo que preserva essa cultura. Tem tambor, tem festas do Divino. Eu	1 É um patrimônio por estar inserida no Centro Histórico, um espaço que promove o reencontro com a própria identidade. 2 A biblioteca, como parte do Centro, é um elemento no processo de "retomada de identidade" da cultura maranhense.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragens (AC)
	ia lá porque justamente o que eu gosto. Então isso é uma retomada de identidade.		
05	Primeiramente, como eu já repeti aqui algumas outras vezes, pelo tempo que a biblioteca tem. Não só pelo tempo, tá aí de pé até hoje, mas pelo que a biblioteca oferece, o trabalho que a gente oferece. Não é só o acolhimento dos livros. que eu vejo aqui, a gente faz um acolhimento também dos livros que eu digo no sentido, ó, tá aqui o livro pro leitor, pronto. Mas eu acho que a gente faz aqui um acolhimento humanizado. A gente aqui recebe todo tipo de público. A gente recebe estudante, a gente recebe pesquisadores, a gente recebe pessoas de rua, sabe, que usam aqui a biblioteca como um refúgio. Então acho que é um patrimônio não só pelo trabalho que desempenha desde os primórdios da humanidade, mas principalmente pelo trabalho que vem desenvolvendo hoje, que eu já tenho um pouco de prioridade para falá-la enquanto eu trabalho aqui hoje. E vejo esse atendimento humanizado, principalmente quando se trata de pessoas vulneráveis. A nossa diretora aqui, ela tem uma política de todo mundo a gente tem que tratar bem, mas as pessoas vulneráveis a gente tem que tratar melhor ainda, porque é aqui que elas vêm buscar um refúgio. Então eu acho que com certeza é um patrimônio pela sua história, que é algo muito antigo. E principalmente por se manter de pé nos dias de hoje, levando em conta, como eu disse, que a gente tá numa geração que a internet, nossa, facilita a vida da pessoa. Então a gente se manter de pé, né, até mesmo, vamos dizer, um pouquinho sem recursos, porque infelizmente o governo, né, você entende. Então por se manter de pé, por se manter fazendo seu trabalho, eu acho que com certeza pode ser considerado patrimônio seu.	1 É um patrimônio por sua história e por sua resiliência, por se manter relevante e "de pé" na era da internet. 2 É um patrimônio pelo seu papel social de oferecer um "acolhimento humanizado" e servir de refúgio para todos os públicos, incluindo pessoas vulneráveis. 3 É um patrimônio cuja identidade é marcada por uma política de gestão focada no bom tratamento a todos, com atenção especial aos mais vulneráveis.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
06	Com certeza. Olha, eu acho que é algo que a gente pode dizer que é nosso, sabe? Algo que a gente pode dizer que é do nosso estado, faz parte da nossa cidade, algo que a gente pode colocar como... primordial mesmo para a nossa educação, o nosso acervo, tudo que tem aqui, tudo que a gente consegue pesquisar, tudo que a gente consegue entender do que era o passado da nossa cidade. Então, daí vem a importância mesmo da biblioteca.	1 É um patrimônio porque representa um sentimento de posse e pertencimento coletivo ("é nosso"). 2 É um patrimônio por ser primordial para a educação e para a compreensão do passado da cidade através de seu acervo.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
07	Eu considero do Brasil. Qualquer visitante que tenha gosto pela literatura aqui, por exemplo, tem feira do livro, vem escritores do	1 É considerado um patrimônio que transcende	Nenhuma ancoragem explícita foi

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragens (AC)
	Brasil inteiro aqui dar palestras, falar dos seus livros. Eu acho que sempre deve ser, pelo próprio movimento que promove a feira do livro, deve ser feita a propaganda, vamos dizer assim, aqui da biblioteca. Eu acho que é um patrimônio, tanto quanto o Teatro Arthur Azevedo, pra mim isso aqui é um patrimônio nacional dos mais antigos, antigas bibliotecas. O acervo é muito bom. Então, pra mim é um patrimônio do Brasil.	o local, sendo de importância nacional. 2 Sua importância como patrimônio se deve à sua antiguidade, à qualidade de seu acervo e por ser comparável a outros grandes monumentos nacionais. 3 É um patrimônio nacional por ser palco de eventos de relevância nacional, como a feira do livro.	identificada nesta fala.
08	Com certeza, porém, assim, ela não está... acho que era de 1850, né? E essa reconstrução aqui é de 1910, né? A primeira é que o prédio é muito bonito. É lógico, só um louco vai dizer que não é. Acho que até um louco diz isso. Só que esse prédio aqui, com essas mudanças que são de 1830 a 1850, 120 anos, elas não são do primeiro impacto, como é, por exemplo, a Praia Grande, século XVII. Terceira ou quarta leva. Sai dito. Dito isto, em quanto beleza, em quanto símbolo, em quanto que a biblioteca remete a uma beleza arquitetônica, etc. e tal, sim, ela faz... eu não sei nem qual é o estatuto jurídico que ela tem a nível disso. Então, assim, só pra pontuar, aquele acervo arquitetônico, daquelas belas igrejas do século XVII, Igreja São João, Igreja do Bister, na história do Bister, que deve ser do século XVII. Ou até igrejas mais recentes, como a do Carmo, que deve ser do século XIX. Esse acervo, para mim, sobretudo de igreja, porque eu sou católico, é um acervo primordial. Os Casarões, que é a beleza da arquitetura portuguesa, vem em segundo plano. E aqui, pode ser um pouco mais recente. E é grande coisa dizer que é terceiro plano. É uma coisa muito grande nesse sentido. Então, eu considero, sim, que aqui é um patrimônio da civilização e de nós do Maranhão.	1 É considerado um patrimônio cultural por sua beleza e simbolismo. 2 A biblioteca é vista como um patrimônio de "terceiro plano", em uma hierarquia pessoal onde as igrejas e os casarões antigos são mais primordiais.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
09	Pelo acervo, pela acessibilidade ao conhecimento, pela divulgação da memória, pela iniciativa dos gestores em divulgar não só o passado, mas o presente que está sendo produzido. Estão fazendo lançamento de obras, acho isso interessante, palestras em outras áreas. A rotatividade aqui é bem grande.	1 É um patrimônio por seu acervo, pela acessibilidade ao conhecimento e pela divulgação da memória. 2 É um patrimônio por sua atuação cultural ativa, promovendo a produção contemporânea através de eventos como	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragens (AC)
		lançamentos de livros e palestras.	
10	Sim, considero muito. Eu acho que por conta dessa história, né, da arquitetura, ela representa muito e o acervo que também tem aqui. Então, eu acredito que sim, faz parte do patrimônio aqui que é para cá que vem todo o acervo em livros, em documentos. É pra cá que vem, que as pessoas falam sobre o estado, falam sobre a cidade, o que já falaram, o que já escreveram. Então, eu acredito que sim, ela é um dos nossos maiores patrimônios.	1 É considerada um grande patrimônio por sua história, arquitetura e acervo. 2 É um patrimônio por ser o repositório central da produção intelectual e documental sobre o Maranhão.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
11	Considero, além da parte arquitetônica, porque eu acho que, de alguma forma, ela acabou me moldando. Eu gosto de ler, mas eu não tenho tempo. Então, quando eu venho na biblioteca, às vezes eu consigo ler um livro, naquele horário ali que eu tô. Então, pelo menos, meia parte do livro. Então, acho que ali já me ajuda, tanto na minha vida pessoal, quanto na minha vida acadêmica.	1 É um patrimônio por seu papel formativo pessoal ("acabou me moldando"). 2 É um patrimônio por ser um espaço que possibilita a leitura e o desenvolvimento pessoal e acadêmico para quem tem pouco tempo.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
12	Sim. Como eu estou te dizendo, lá embaixo está explicando tudinho. A gestão da linha botou aquele... Pois é, a linha do tempo não tinha. Aí tu consegue responder essa tua pergunta. E tem outros elementos aqui dentro, né, que podem... somatizar e corroborar o que eu estou acabando de dizer, somar com essa história. É claro que a biblioteca soma com a cultura. Por exemplo, eu sou escritor da linha de numerologia, de sonho, de coisa. Isso não é condição científica? Meu livro foi para fora. Quem deu espaço? A biblioteca. Poesia. Como é que não? Qual é o outro local que tu registra? Tem direito autoral. Essa aqui tem direito autoral. Vamos para o último. Eu quero registrar um negócio aqui. O último eu não entendi, mas como é que o senhor registra nada? Tá entendendo? Vamos para o UEMA. O que é que o UEMA registra?	1 É um patrimônio, e a prova disso é a exposição de sua própria história na entrada, que a torna autoexplicativa. 2 É um patrimônio porque é um "ponto vivo" que ativamente impulsiona a cultura, dando espaço a criadores e oferecendo serviços essenciais como o registro de direitos autorais.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
13	Primeiro pela idade, né? Algo que se mantém ao longo do tempo. Tem alguma coisa aí que fez ela permanecer. E as pessoas, né? Conta a história de São Luís. Quem quiser. Ah, vou saber a história de São Luís. Por exemplo, no setor de jornais. Vou saber o dia que minha mãe nasceu. O que foi que aconteceu? Então, eles têm como Verificar isso. Vim a um local que tem essa informação. É totalmente diferente da experiência da internet. Viver, estar lá, pegar, né? Então, é uma experiência sinestésica, eu diria assim.	1 É um patrimônio por sua longevidade e resiliência ao longo do tempo. 2 É um patrimônio por ser o lugar onde se pode pesquisar e verificar a história da cidade, como nos jornais antigos. 3 É um patrimônio por oferecer uma experiência física e "sinestésica" com a história, que é superior à da internet.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.

E	Expressões-chave (ECH)	Ideias Centrais (IC)	Ancoragens (AC)
14	Sim. Porque a gente está no patrimônio, eu sei que ele é o patrimônio. Mas pela importância mesmo de ser um... um acervo que consegue manter essa memória protegida de alguma forma. Isso é um prédio bem conservado dentro do nosso contexto do Centro Histórico, com tantas dificuldades a gente perde isso.	1 É um patrimônio pela importância de seu acervo, que mantém a memória protegida. 2 É um patrimônio por ser um prédio bem conservado, o que é um feito notável no contexto de dificuldades do Centro Histórico.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.
15	Considero, com certeza. Eu considero porque ela é de grande utilidade para toda a população. Tem alguns que não vêm porque não tem oportunidade, mas muita gente frequenta a biblioteca. Ainda hoje. É, só te dizer assim que foi uma coincidência muito boa porque eu só vim justificar que eu mandaram o convite, eu vim justificar que eu não poderia ficar no horário da festa devido ao.	1 É um patrimônio por sua grande utilidade para toda a população. 2 É um patrimônio cuja relevância é confirmada pela frequência contínua do público.	Nenhuma ancoragem explícita foi identificada nesta fala.

ANEXO

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - CCS/UFPB

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: AS BIBLIOTECAS PÚBLICAS NA COMPOSIÇÃO DE REFERENCIAIS IDENTITÁRIOS E SUAS RELAÇÕES COM A MEMÓRIA, O PATRIMÔNIO E SOCIABILIDADES

Pesquisador: MAURICIO JOSE MORAIS COSTA
Área Temática:
Versão: 2
CAAE: 70733823.7.0000.5188
Instituição Proponente: Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA UFPB
Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.414.399

Apresentação do Projeto:
Trata-se de um projeto de Tese apresentado à Linha de Pesquisa - Organização, Representação e Tecnologias da Informação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação/CCSA/UFPB-CAMPUS I para investigar as tecituras intersubjetivas da Biblioteca Pública Benedito Leite em São Luís, Maranhão. Toma-se como ponto de partida a necessidade de estudos dedicados a ressaltar que a composição de referenciais identitários construídos de forma intersubjetiva a partir das bibliotecas públicas, demanda a ampliação de uma série de atributos que costumeiramente são adotados para delimitar suas funções básicas na sociedade, convidando a pensá-lo como essa vivencial. Diante disso, defende-se que não é a formação de coleções, acervos, tampouco serviços específicos que circunscrevem as bibliotecas, mas, sobretudo os seus usos e contra-usos por parte de seus múltiplos visitantes, ou seja, funções impelidas pelos próprios sujeitos históricos que nela se inserem.

Objetivo da Pesquisa:
Objetivo Primário:
Investigar as relações que se instauram entre a Biblioteca Pública Benedito Leite e o processo de elaboração intersubjetiva de referenciais identitários e suas conjugações com as práticas leitoras, memória, sociabilidade, cultura e patrimônio em São Luís do Maranhão.

Endereço: Campus I / Prédio do CCS UFPB - 1º Andar
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 58.051-900
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br



Objetivos Secundários:

a) Contextualizar a história da Biblioteca Pública Benedito Leite no Estado do Maranhão, por meio de levantamento bibliográfico e documental, com vistas a compreender sua historicidade relacionadas à questão da memória social, da identidade, sociabilidade, cultura, patrimônio e das práticas leitoras;

b) Identificar a presença dos constructos da memória social, identidade, sociabilidade e cultura e patrimônio, os quais são produzidos a partir da interação que se estabelece entre os cidadãos ludovicenses e a Biblioteca Pública Benedito Leite, a partir das ações que essa instituição realiza e tem esses indivíduos e sujeitos como alvo e suas reverberações.

c) Analisar as relações instauradas entre a Biblioteca Pública Benedito Leite na construção de referenciais identitários de seus visitantes, a partir de material empírico proveniente de pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas, bem como conjugá-las com a memória social, sociabilidade, cultura, patrimônio e das práticas leitoras em São Luís do Maranhão.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos da referida pesquisa aos participantes serão mínimos, podendo ser de ordem psicológica, uma vez que poderá haver pequeno desconforto com relação à presença do
pesquisador durante a realização das entrevistas e sessões de grupo focal. Na perspectiva de minimizar tais implicações, o pesquisador deixará o participante a vontade para responder ou não aos questionamentos na consecução das entrevistas, bem como não realizará a mediação do grupo focal, ao passo que esta tarefa ficará a cargo de uma outra pessoa, visando não causar desconforto ou constrangimento, em um ambiente reservado e agradável. Todavia, acentua-se que o desenvolvimento desta pesquisa ocorrerá de forma adequada, uma vez que o pesquisador minimizará a ocorrência de tal desconforto, uma vez que, conta-se com formação teórico-prática capaz de contribuir tanto para a realização das entrevistas e sessões de grupo focal junto aos participantes da pesquisa, por sua vez frequentadores da Biblioteca Pública Benedito Leite.

Quanto aos Benefícios:

O principal benefício direto é fornecer dados através da percepção e análise de um serviço de saúde bucal, e, dessa maneira, dar subsídio a gestão e ao profissional responsável, de maneira anônima para a progressão direta do serviço em que o respondente utiliza. Como benefícios indiretos estão o mesmo subsídio de informação para a gestão e a assistência de um modo

geral, contribuindo também para estudos de satisfação do usuário, podendo se determinar padrões e métricas de satisfação, bem como, fortalecer o processo de referência e contrarreferência de saúde bucal; e permitir o contínuo acompanhamento de suas ações e resultados pela sociedade, e pelos órgãos competentes. Os resultados serão encaminhados aos gestores do Sistema de Saúde, o que também servirá de base para melhoria da Política Nacional de Saúde Bucal ¿ Brasil Sorridente para estimular a efetiva mudança do modelo de atenção em saúde bucal, o desenvolvimento dos trabalhadores e a orientação dos serviços em função das necessidades e da satisfação dos usuários.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:
A relevância desta investigação centra-se na reflexão acerca da importância das bibliotecas públicas, cujas funções vão além do depósito de registros do conhecimento, da salvaguarda da memória e de sua contribuição na construção de referenciais identitários. Elas são espaços marcados por práticas intersubjetivas, educativas, históricas, sociais e de apropriação cultural. Por isso, observa-se a sua contribuição para o fortalecimento de estudos que tenham as bibliotecas públicas como objeto de estudo.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:
Os Termos de apresentação obrigatória foram entregues os seguintes:
TCLE;
FOLHA DE ROSTO (assinada e carimbada) ¿ pelo pesquisador responsável e pelo responsável da Instituição Proponente/Unidade Órgão;
PROJETO COMPLETO (Word ou PDF) em português;
CERTIDÃO DE APROVAÇÃO PELO DEPARTAMENTO OU PÓS-GRADUAÇÃO OU NÚCLEO DE PESQUISA;
¿CARTA DE ANUÊNCIA DO LOCAL DA PESQUISA;
¿INSTRUMENTO DE COLETA (Se for o caso)

Recomendações:
Não há recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:
Não há pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:
Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba ¿ CEP/CCS aprovou a execução do referido projeto de pesquisa. Outrossim,

CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - CCS/UFPB

informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à submissão do Relatório Final na Plataforma Brasil, via Notificação, para fins de apreciação e aprovação por este egrégio Comitê.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2163981.pdf	12/12/2024 19:52:42		Aceito
Outros	CARTA_RESPOSTA_CEP_assinado.pdf	12/12/2024 19:52:21	MAURICIO JOSE MORAIS COSTA	Aceito
Outros	CERTIDAO_99_2024_PPGCI6494768929909948981.pdf	12/12/2024 19:39:27	MAURICIO JOSE MORAIS COSTA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	12/12/2024 19:37:37	MAURICIO JOSE MORAIS COSTA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_REVISADO.pdf	12/12/2024 19:37:19	MAURICIO JOSE MORAIS COSTA	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto_PPGCI_Mauricio_Jose.pdf	20/06/2023 22:10:34	MAURICIO JOSE MORAIS COSTA	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	17/06/2023 11:24:23	MAURICIO JOSE MORAIS COSTA	Aceito
Outros	ANUENCIA_BPBL.pdf	17/06/2023 11:19:45	MAURICIO JOSE MORAIS COSTA	Aceito

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não